



RELATÓRIO

ANUAL **2025** TJRJ



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RELATÓRIO ANUAL **2025** TJRJ

Des. Ricardo Couto de Castro

PRESIDENTE



ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

PRESIDENTE

Desembargador Ricardo Couto de Castro

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Desembargador Cláudio Brandão de Oliveira

1º VICE-PRESIDENTE

Desembargadora Suely Lopes Magalhães

2º VICE-PRESIDENTE

Desembargadora Maria Angélica Guimarães Guerra Guedes

3º VICE-PRESIDENTE

Desembargador Heleno Ribeiro Pereira Nunes

ÓRGÃO ESPECIAL

ANTIGUIDADE

Desembargador Luiz Zveiter

Desembargador Claudio de Mello Tavares

Desembargadora Maria Inês da Penha Gaspar

Desembargador Milton Fernandes de Souza

Desembargador Adriano Celso Guimarães

Desembargadora Gizelda Leitão Teixeira

Desembargadora Suely Lopes Magalhães

Desembargador Edson Aguiar de Vasconcelos

Desembargador Carlos Eduardo da Rosa da Fonseca Passos

Desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo

Desembargador Mauro Dickstein

Desembargador Marco Antonio Ibrahim

Desembargador Antonio Carlos Nascimento Amado

ELEITOS

Desembargadora Cristina Tereza Gaulia

Desembargador Fernando Fernandy Fernandes

Desembargador Ricardo Couto de Castro

Desembargador Elton Martinez Carvalho Leme

Desembargador Heleno Ribeiro Pereira Nunes

Desembargador Cláudio Brandão de Oliveira

Desembargadora Maria Angélica Guimarães Guerra Guedes

Desembargador Andre Emilio Ribeiro Von Melentovytch

Desembargador Paulo de Oliveira Lanzillotta Baldez

Desembargador Eduardo de Azevedo Paiva

Desembargador Joaquim Domingos de Almeida Neto

Desembargadora Mônica Feldman de Mattos

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Desembargador Ricardo Couto de Castro
Desembargador Cláudio Brandão de Oliveira
Desembargadora Suely Lopes Magalhães
Desembargadora Maria Angélica Guimarães Guerra Guedes
Desembargador Heleno Ribeiro Pereira Nunes
Desembargador Marcos Alcino de Azevedo Torres
Desembargador Marcelo Castro Anátocles da Silva Ferreira
Desembargador Murilo André Kieling Cardona Pereira
Desembargador Sergio Ricardo de Arruda Fernandes
Desembargador Marcius da Costa Ferreira

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS (COLEN)

Desembargador Gilmar Augusto Teixeira
Desembargador Claudio Tavares de Oliveira Junior
Desembargador Luiz Eduardo Cavalcanti Canabarro
Desembargadora Nadia Maria de Souza Freijanes
Desembargadora Lídia Maria Sodré de Moraes

COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO (COREI)

Desembargador Alexandre Antônio Franco Freitas Câmara
Desembargador Fernando Cerqueira Chagas
Desembargador Luciano Silva Barreto
Desembargadora Natacha Nascimento Gomes Tostes Gonçalves de Oliveira
Desembargadora Cristina Serra Feijó

JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

Juíza Daniela Ferro Affonso
Juíza Paula Feteira Soares
Juíza Alessandra de Araújo Bilac Moreira Pinto
Juiz João Felipe Nunes Ferreira Mourão
Juíza Carla Faria Bouzo
Juiz Rodrigo Moreira Alves
Juiz Marcelo Martins Evaristo da Silva
Juiz Bruno Vinícius da Rós Bodart da Costa

UNIDADES EXECUTORAS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES)

Luciana Oliveira dos Santos Paulo Fernandes

SUBCHEFE DE GABINETE

Raquel Pixioline Arantes de Barros

SECRETARIA-GERAL DE CONTRATOS E LICITAÇÕES (SGCOL)

Bruno Carvalho Azevedo

SECRETARIA-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS (SGPES)

Gabriel Albuquerque Pinto

SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA, INOVAÇÃO E COMPLIANCE (SGGIC)

Carlos Mauro Brasil Cherubini

SECRETARIA-GERAL DE GESTÃO DO CONHECIMENTO (SGCON)

Mariana Figueiredo Corrêa

SECRETARIA-GERAL DE LOGÍSTICA (SGLOG)

Bruno Coelho Silva

SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)

Eliezer Viana de Oliveira

SECRETARIA-GERAL DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (SGSEI)

Francisco Costa Matias de Carvalho

SECRETARIA-GERAL DE SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL (SG-SUS)

Carlos Eduardo Menezes da Costa

SECRETARIA-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SGTEC)

Daniel de Lima Haab

SECRETARIA-GERAL DE DADOS GERENCIAIS E ANÁLISE DE INDICADORES (SGDAI)

Rodrigo de Oliveira Rocha

SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA (SGJUD)

Alessandra Fabricio Anatocles da Silva Ferreira

NÚCLEO DE AUDITORIA INTERNA (NAI)

Sthefania Mendonça Rodrigues

OUVIDORIA GERAL

Juíza Juliana Kalichsztein

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Desembargador Cláudio Luís Braga Dell’Orto (Diretor-Geral)

CONSELHO CONSULTIVO DA ESCOLA DA MAGISTRATURA – EMERJ

Desembargadora Ana Maria Pereira de Oliveira (Vice-Presidente)

Desembargador Claudio Brandão de Oliveira (Diretor Administrativo)

ESCOLA DE MEDIAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ESCOLA DE MEDIAÇÃO - EMEDI

Desembargador Cesar Felipe Cury (Presidente)

Juíza Carla Faria Bouzo (Juíza Auxiliar da Presidência)

Juiz Gustavo Quintanilha Telles de Menezes

Juiz Francisco Emílio de Carvalho Posada

Gabriel Albuquerque Pinto (Secretário Geral de Gestão de Pessoas)

Claudia Maria Ferreira de Souza (Assessora III do Gabinete do NUPEMEC)

Gabriela Copello Valadão de Figueiredo (Diretora da EMEDI)

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA

CONSELHO CONSULTIVO DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA – ESAJ

Desembargador Sérgio Seabra Varela (Presidente)

Desembargadora Fernanda Xavier de Brito

Juiz João Felipe Nunes Ferreira Mourão (Juiz Auxiliar da Presidência)

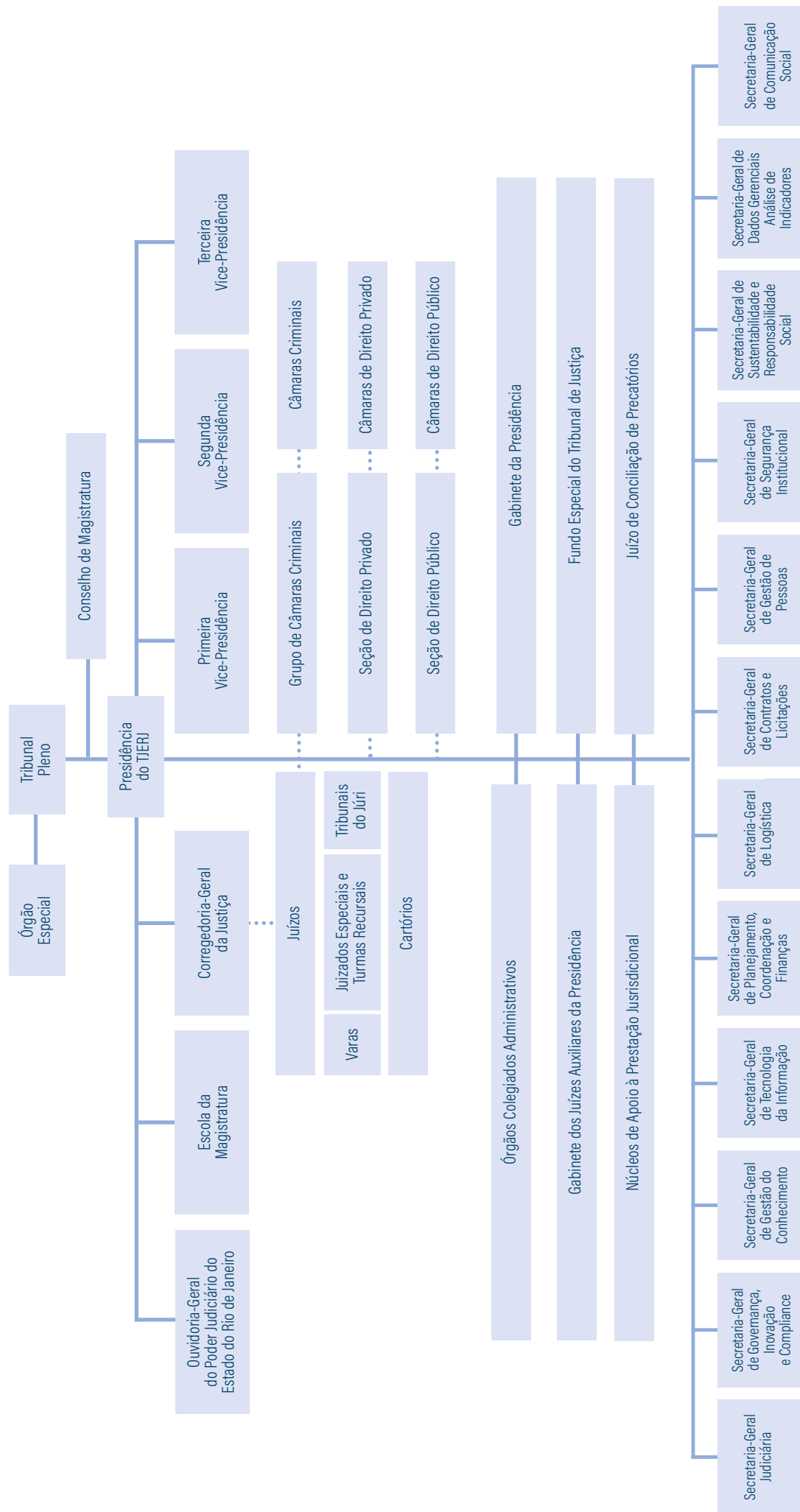
Juiz Bruno Monteiro Rulière (Juiz Auxiliar da Corregedoria)

Gabriel Albuquerque Pinto (Secretário Geral de Gestão de Pessoas)

Lúcia Frota Pestana de Aguiar Silva (Assessora Especial da Presidência em auxílio à ESAJ)

Senhora Gabriela Simis

Organograma | Administração Superior



Direcionadores Estratégicos do PJERJ

Missão

Resolver os conflitos de interesses em tempo adequado à sua natureza, visando à pacificação social e efetividade de suas decisões.

Visão

Até 2026, tornar-se o tribunal mais produtivo entre os tribunais estaduais de grande porte.

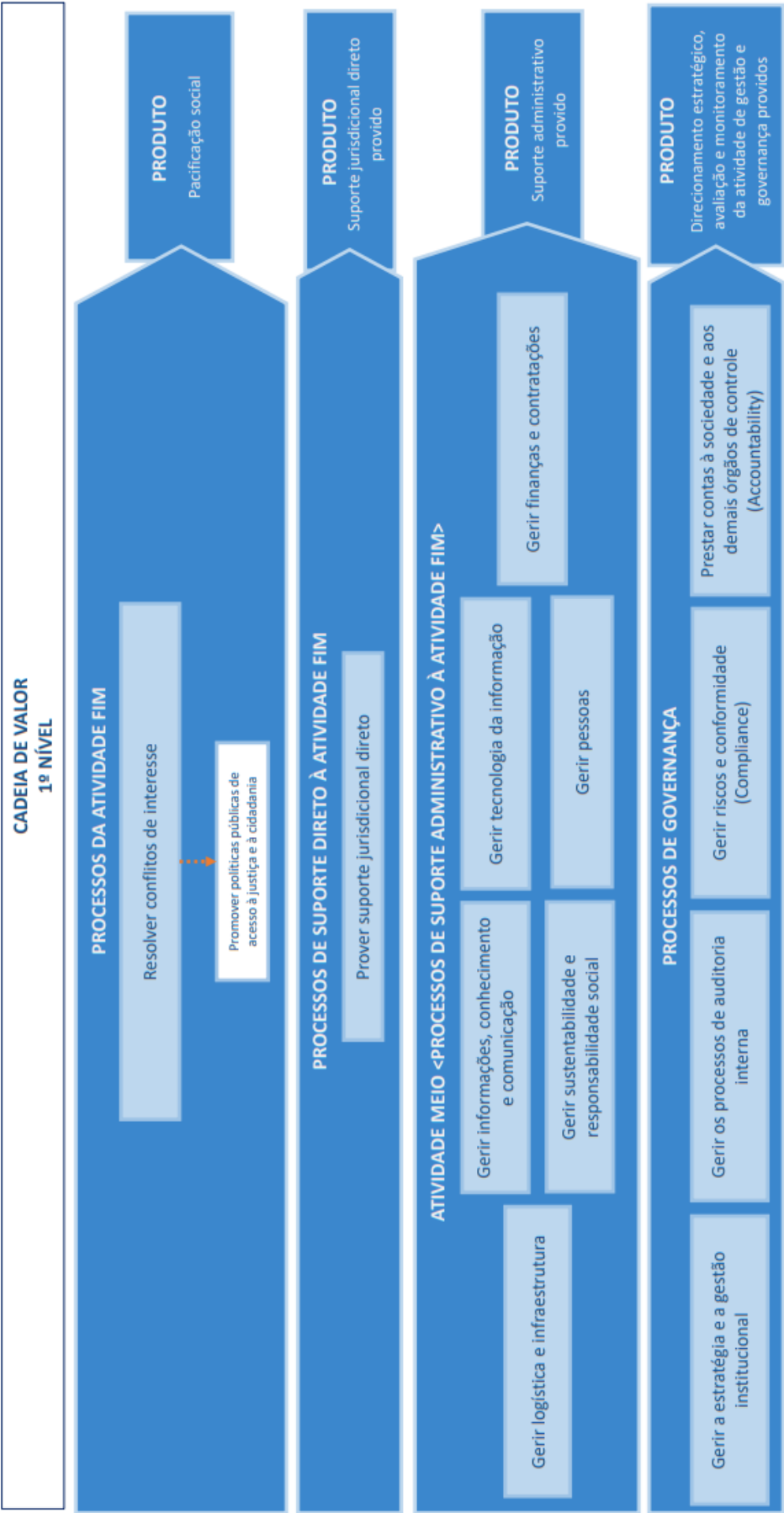
Valores

- Ética
- Probidade
- Transparência
- Integridade
- Acesso à Justiça
- Celeridade
- Responsabilidade social e ambiental
- Imparcialidade
- Efetividade
- Modernidade

Política

Prestar jurisdição e apoio à solução de conflitos mediante a valorização de magistrados e servidores, implementando práticas de gestão que impulsionem a instituição a alcançar seus objetivos.

Cadeia de Valor do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro



Sumário

1.	Apresentação	15
2.	Plano Geral do Relatório	21
3.	Planejamento e Gestão	25
4.	Prêmio CNJ de Qualidade	37
5.	Garantia dos Direitos Fundamentais	41
6.	Fortalecimento da Relação do Judiciário com a Sociedade	67
7.	Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos	119
8.	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	135
9.	Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios	197
10.	Aperfeiçoamento da Gestão e da Governança Judiciária	203
11.	Políticas de Inclusão e Equidade	301
12.	Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal	317
13.	Promoção de Mecanismos de Controle e Transparência	353
14.	Aperfeiçoamento do Conhecimento Institucional	369
15.	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	401
16.	Aperfeiçoamento da Política de Dados e Informações Institucionais	431
17.	Promoção da Sustentabilidade	447
18.	Gestão de Pessoas	471
19.	Tecnologia da Informação	479
20.	Orçamento e Finanças	505
21.	Infraestrutura, Logística e Segurança	521



1, Apresentação



1. Apresentação

Iniciei a gestão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro com plena consciência dos desafios que marcam a Justiça contemporânea. O Judiciário, inserido num contexto global profundamente transformado, se vê diante de três fenômenos que influenciam diretamente sua atuação: a revolução tecnológica — tendo a Inteligência Artificial como expoente mais visível; a crise da democracia — estimulada por fluxos massivos de desinformação e por um ambiente social de crescente instabilidade; e a questão ambiental — tema que, pela sua complexidade, se articula de maneira cada vez mais evidente com a segurança pública e com o bem-estar coletivo. Enfrentar, simultaneamente, essas três frentes é tarefa que exige planejamento, responsabilidade institucional e ações concretas, que não se limitam ao campo das ideias, mas se materializam em entregas efetivas à sociedade.

Desde o início, buscamos conduzir o Poder Judiciário fluminense por um caminho de modernização responsável, preservando sua essência humana, sua vocação constitucional e sua capacidade de dialogar com a sociedade. A revisão do Planejamento Estratégico do PJERJ concretizou esse propósito, ao alinhar as metas institucionais aos novos desafios do nosso tempo. A atualização, feita em conformidade com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, reafirmou o compromisso desta Administração com a governança, a continuidade e a perenidade das políticas públicas judiciais.

O avanço da transformação digital, consolidado nos últimos anos com o Processo Judicial Eletrônico (PJe), os Núcleos de Justiça 4.0 e o Balcão Virtual, ganhou novo impulso em 2025. Investimos fortemente na segurança da informação, na integração sistêmica e na adoção de soluções tecnológicas capazes de qualificar a prestação jurisdicional. Nesse cenário, o lançamento oficial do “Assis”, nossa ferramenta de Inteligência Artificial generativa, representa um marco para o Judiciário brasileiro. O sistema, já implementado em mais de 50 unidades judiciais e reconhecido internacionalmente — inclusive pela Universidade de Oxford — como uma das iniciativas mais avançadas da área, tornou-se um aliado da atividade judicante sem jamais substituir a prudência humana que orienta o ato de julgar. A tecnologia, aqui, é instrumento que ampara o magistrado, facilita a elaboração de decisões, reforça a celeridade processual e amplia a capacidade de resposta do Tribunal diante da enorme demanda jurisdicional, mantendo-se sempre fiel aos parâmetros éticos e de proteção de dados previstos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Paralelamente aos avanços tecnológicos, fortalecemos a governança administrativa e o diálogo institucional. A Justiça não se faz de maneira isolada — ela exige cooperação, abertura e transparência. Em 2025, aprofundamos a interlocução com diversos órgãos do sistema de Justiça. As reuniões com o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Justiça Federal e a Justiça Eleitoral demonstram a maturidade institucional e o compromisso com soluções convergentes. Em especial, o estreitamento das relações com a imprensa profissional ganhou destaque neste período. A parceria construída com órgãos da imprensa reforçou a compreensão de que a comunicação responsável é um dos pilares da democracia. A imprensa, ao dar visibilidade às ações do Judiciário, contribui para o combate à desinformação, amplia o acesso à Justiça, qualifica o debate público e fortalece a confiança da população.

Essa governança aberta, sustentada por mecanismos reais de prestação de contas, permitiu ao Tribunal dar passos firmes na agenda da transparência. Em 2025, o PJERJ alcançou o primeiro lugar entre os tribunais estaduais de grande porte no Ranking da Transparência do CNJ, resultado expressivo para uma instituição que havia ocupado a 21ª posição em 2022 e que, em apenas três anos, ascendeu à 6ª colocação geral no cenário nacional. Essa conquista — somada à obtenção do Selo Ouro da ATRICON, que atesta a maturidade da nossa gestão fiscal, administrativa e de controle — reafirma que transparência não é apenas um valor, mas um compromisso operacional desta Administração. Transparência, para nós, é fundamento republicano, instrumento de confiança pública e vetor de legitimidade democrática.

Também fortalecemos nossas políticas internas de promoção da igualdade, ampliando iniciativas de valorização das mulheres no sistema de Justiça. A concessão do Selo Nós Por Elas ao Tribunal, em reconhecimento às ações institucionais de prevenção à violência de gênero e de promoção da equidade, reafirma que a defesa dos direitos das mulheres é um eixo permanente da gestão, não reduzido a campanhas pontuais, mas integrado a políticas estruturantes e de longo prazo.

A governança cooperativa também se manifestou em reconhecimentos institucionais que projetam o Tribunal em nível nacional. A outorga da Medalha de Mérito Judiciário do Tribunal Regional Federal da 2ª Região à Presidência do TJRJ reafirma a união entre as Justiças estadual e federal e simboliza a continuidade de um esforço conjunto pela eficiência, pela segurança jurídica e pela convergência estratégica. Essa homenagem, concedida ao lado de ministros do Superior Tribunal de Justiça, demonstra que o Poder Judiciário fluminense ocupa posição de protagonismo e credibilidade no cenário nacional.

Se a tecnologia e a governança constituem dois pilares fundamentais da gestão, o terceiro — igualmente essencial — é a inclusão social. Ao longo de 2025, reafirmamos que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro não é apenas um órgão julgador: é também um espaço de cidadania, de acolhimento e de promoção dos direitos fundamentais. Celebramos os dez anos da Lei Brasileira de Inclusão com a realização do seminário “Justiça e Inclusão em Movimento”, que reuniu órgãos do sistema de Justiça, especialistas e agentes públicos de diversas áreas para debater temas como saúde, educação, trabalho, acessibilidade, voto e proteção jurídica das pessoas com deficiência. Nesse evento, reafirmamos que a participação social deve ser ampliada e que a inclusão não é discurso ou promessa — é ação concreta, afirmativa e contínua.

Essa visão se consolidou, sobretudo, na Ação Social do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, realizada no Palácio da Justiça com a participação de cerca de 60 instituições públicas e privadas. O evento, marcado por atendimentos gratuitos, serviços essenciais, emissão de documentos, apoio jurídico, palestras e atividades culturais inclusivas, demonstrou a capacidade do Tribunal de se integrar com a sociedade, promovendo cidadania plena e oferecendo oportunidades reais a pessoas historicamente invisibilizadas. Ali, reafirmamos que “o Judiciário é a última via e um espaço de esperança de inclusão”, um espaço onde todos precisam ser vistos, ouvidos e respeitados.

Destaco ainda o trabalho desenvolvido pela Secretaria-Geral do Conhecimento (SGCON), estrutura criada no início da minha gestão para coordenar e disseminar o conhecimento jurídico e institucional, apoiando magistrados e servidores com pesquisa, jurisprudência, publicações, eventos e a memória do Judiciário, visando à padronização e melhoria dos serviços. Uma das primeiras realizações da nova secretaria foi o lançamento do boletim eletrônico *Julgados em Pauta*, que reúne decisões recentes do TJRJ, com linguagem simples e jornalística, de forma clara, direta e acessível ao público em geral. Também desenvolvido pela SGCON, o projeto *Pílulas do Conhecimento* foi lançado para dar visibilidade às ações institucionais, por meio de vídeos curtos, elaborados a partir de conteúdos prospectados ou sugeridos por qualquer unidade do Tribunal.

Entre outros destaques da nova estrutura em 2025, aponto o lançamento do Portal da Saúde, que reúne dados e links úteis com informações técnicas para auxílio em demandas judiciais; a reformulação do Portal do Conhecimento, que ganhou novo projeto gráfico oferecendo mais facilidade de acesso e navegação; e a produção de vídeos do projeto *Relembrando Temas*, que amplia o acesso e a compreensão das teses e entendimentos firmados pelos Tribunais Superiores. Ainda no escopo da secretaria criada por mim, a metodologia de trabalho implementada pelo Grupo de Pesquisa Histórica visando ao resgate da história e da memória revelada nos processos judiciais permanentes do TJRJ foi vencedora do Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário|2025, na Categoria II – Patrimônio Cultural Arquivístico.

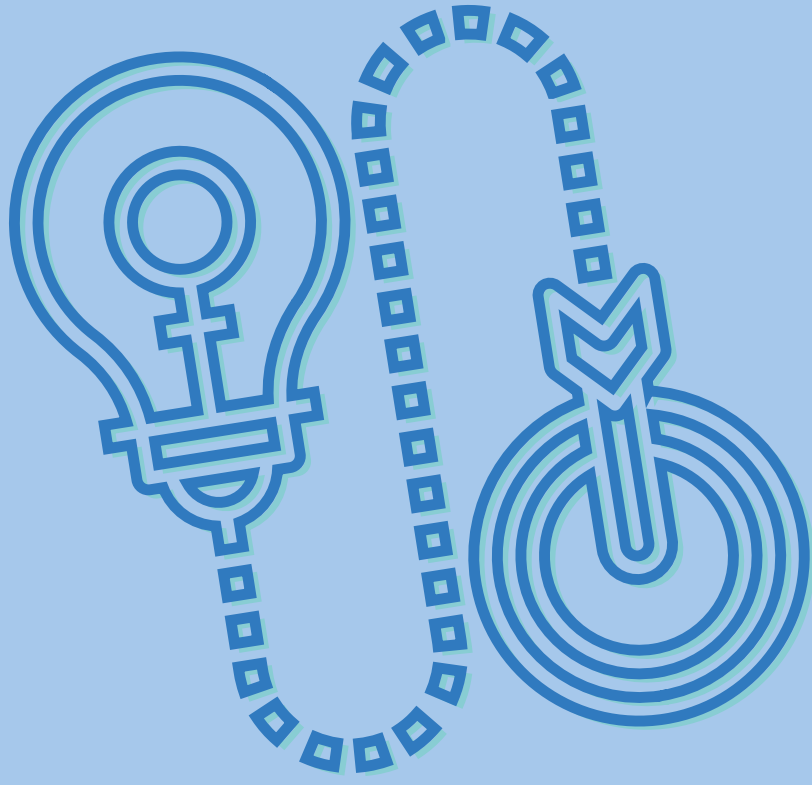
Todos esses avanços — tecnológicos, administrativos, democráticos, sociais e de transparência — formam o eixo central da gestão: uma Justiça moderna, humana, eficiente e aberta, capaz de responder às transformações de seu tempo sem perder de vista sua missão essencial. Trabalhamos para fortalecer a estrutura do Tribunal, valorizar servidores e magistrados, ampliar o diálogo com a sociedade e construir soluções de longo prazo, sempre ancoradas em planejamento, inovação, responsabilidade pública e escrutínio social.

Ao mesmo tempo em que olhamos para o futuro, mantemos viva a consciência de que o Judiciário só se sustenta sobre bases sólidas quando preserva sua integridade institucional, sua independência e sua capacidade de atuar como guardião dos direitos fundamentais. O caminho percorrido em 2025 demonstra que é possível unir tradição e inovação, prudência e tecnologia, eficiência e humanidade — e, agora, mais do que nunca, transparência e confiança pública.

Seguiremos, portanto, comprometidos com uma gestão que reafirma o papel do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro como instituição essencial à democracia, à pacificação social e à promoção da dignidade humana. Uma gestão que se orienta pelo diálogo, pela inclusão, pela transparência e pelo compromisso permanente com a Justiça.

Desembargador Ricardo Couto de Castro

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



2, Plano Geral do Relatório



2. Plano Geral do Relatório

Este relatório está organizado a partir dos macrodesafios do planejamento do Mapa Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ).

São eles: garantia dos direitos fundamentais, fortalecimento da relação do Judiciário com a sociedade, prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para resolução dos conflitos, agilidade e produtividade na prestação jurisdicional, consolidação do sistema de precedentes obrigatórios, aperfeiçoamento da gestão e da governança judiciária, políticas de inclusão e equidade, aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal, promoção de mecanismos de controle e transparência, aperfeiçoamento do conhecimento institucional, fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados, aperfeiçoamento da política de dados e informações institucionais, promoção da sustentabilidade, gestão de pessoas, tecnologia da informação, orçamento e finanças e, por fim, infraestrutura, logística e segurança.

Na sequência do relatório, são apresentadas as seguintes seções:

- Planejamento e Gestão;
- Prêmio CNJ de Qualidade;
- Garantia dos Direitos Fundamentais;
- Fortalecimento da Relação do Judiciário com a Sociedade;
- Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para Resolução dos Conflitos;
- Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional;
- Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios;
- Aperfeiçoamento da Gestão e da Governança Judiciária;
- Políticas de Inclusão e Equidade;
- Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal;
- Promoção de Mecanismos de Controle e Transparência;
- Aperfeiçoamento do Conhecimento Institucional;
- Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados;
- Aperfeiçoamento da Política de Dados e Informações Institucionais;
- Promoção da Sustentabilidade;
- Gestão de Pessoas;
- Tecnologia da Informação;
- Orçamento e Finanças;
- Infraestrutura, Logística e Segurança;

A seção de planejamento e gestão demonstra como se deu a elaboração, a execução e o acompanhamento do Plano Estratégico da gestão no ano de 2025. As demais seções se es-

truturam de acordo com os macrodesafios adotados no mapa estratégico e os respectivos objetivos, desenvolvidos pela Administração.

São relatadas, também, iniciativas da Administração que concorreram para o desenvolvimento de cada macrodesafio específico trabalhado pelo TJRJ e para o aprimoramento das atividades desta Corte, ao longo do ano.



3, Planejamento e Gestão



3. Planejamento e Gestão

Revisão, execução e acompanhamento do Plano Estratégico

O início de gestão foi marcado pela revisão do Mapa Estratégico e do Rol de Projetos Estratégicos por meio do Ato Executivo nº 82/2025, para fins de alinhamento do Planejamento Estratégico aos objetivos da Administração Superior.

No âmbito nacional, tal estratégia, estabelecida pela Resolução nº 325/2020 do Conselho Nacional de Justiça, previu o estabelecimento de temas – macrodesafios – com o desenvolvimento de objetivos em todas as Cortes do país, cujo período de planejamento prosseguiria além de uma gestão.

Dessa forma, vários projetos tiveram sua continuidade assegurada, conforme afirmado no Plano Estratégico aprovado para o biênio 2025/2026, garantindo que ações importantes iniciadas por gestões passadas pudessem ser continuadas, condição necessária à efetividade e à eficiência operacional.

Seguindo tal premissa, a Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento (COGEP) formalizou a documentação do planejamento estratégico, a qual foi homologada pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Objetivos e temas de planejamento estão reunidos em um Mapa Estratégico que explicita a direção da atuação administrativa e o alinhamento à estratégia nacional instituída pelo Conselho Nacional de Justiça.

Em 2025, por meio do Aviso TJ nº 94/2025, o Presidente do TJRJ, Desembargador Ricardo Couto de Castro, avisou sobre a obrigatoriedade de Secretarias-Gerais, Diretorias-Gerais e unidades assemelhadas integrantes da estrutura administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro atuarem em conformidade com os princípios e padrões estabelecidos pelo Modelo Basilar de Gestão (MBG) adotado pelo Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ).

O Modelo Basilar de Gestão (MBG) do PJERJ, previsto na Resolução OE nº 17/2024, é composto da seguinte forma:

- I - Gestão Estratégica** - focada no alinhamento das ações do Tribunal com sua missão, visão e valores, garantindo a consecução de seus objetivos institucionais de longo prazo;
- II - Gestão por Processos** - visa a otimização dos processos de trabalho, promovendo a padronização, a eficiência operacional e a qualidade na prestação dos serviços judiciários;
- III - Gestão por Resultados** - orientada para o alcance de resultados específicos, mensuráveis e alinhados às metas estratégicas do Tribunal, com foco na prestação de contas, na responsividade e na transparência.

Ressalte-se, ainda, a segunda edição do Ranking da Governança, com a finalidade de avaliar a implementação da governança interna do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), por meio das Secretarias-Gerais, Diretorias-Gerais e unidades assemelhadas que integram a estrutura administrativa.

O processo de avaliação do Ranking da Governança, no seu segundo ano de implementação, foi baseado na aplicação de questionário composto por perguntas que abordaram elementos vinculados a Liderança (pessoas e competências, princípios e comportamentos, liderança organizacional e sistema de governança), Estratégia (relacionamentos com as partes interessadas, estratégia organizacional e alinhamento organizacional) e Controle (gestão de riscos e controle interno, auditoria interna e accountability e transparência).

Após a consolidação dos resultados de 2025, o Índice Geral de Governança (IGG) do 1º segmento (unidades executoras da Administração Superior) alcançou 93% e o do 2º (unidades do GABPRES e assemelhadas), 81%. Tais resultados, muito superiores aos da 1ª edição (2024), refletem o esforço das unidades no cumprimento dos planos de melhoria desenvolvidos e implementados com o apoio da Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC).

Mapa Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

MISSÃO		VISÃO	
Resolver os conflitos de interesses em tempo adequado à sua natureza, visando à pacificação social e à efetividade de suas decisões.		Até 2026, tornar-se o tribunal mais produtivo entre os tribunais estaduais de grande porte.	
POLÍTICA		VALORES	
Prestar jurisdição e apoio à solução de conflitos mediante a valorização de magistrados e servidores, implementando práticas de gestão que impulsionem a instituição a alcançar seus objetivos.		Ética, probidade, transparência, integridade, acesso à justiça, celeridade, responsabilidade social e ambiental, imparcialidade, efetividade, modernidade.	
SOCIEDADE	GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS - Promoção da garantia dos direitos fundamentais - Promoção da garantia dos direitos das minorias e inclusão social	FORTELECIMENTO DA RELAÇÃO DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE Promoção de parcerias com a sociedade civil	PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS Incremento da adoção de meios alternativos de composição de litígios
	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA - Aprimoramento da comunicação interna - Garantia do alinhamento estratégico e da governança institucional - Simplificação de processos internos e adoção de práticas de gestão	AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL - Aprimoramento e priorização das atividades de 1º grau - Aprimoramento de mecanismos de celeridade jurisdiccional - Fortalecimento da fiscalização e da gestão jurisdiccional - Priorização da fase de execução processual e das execuções fiscais	CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS - Priorização do julgamento de casos análogos - Redução dos processos de litigância serial
PROCESSOS INTERNOS	PROMOÇÃO DE MECANISMOS DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA - Enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa - Fortalecimento do compliance institucional e da transparência - Aprimoramento das políticas de controle interno	APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL - Promoção da aplicação de penas e medidas alternativas - Aperfeiçoamento de rotinas cartorárias - Aprimoramento do sistema carcerário	
	POLÍTICAS DE INCLUSÃO E EQUIDADE Incentivo às medidas de promoção da igualdade de gênero no TJRJ, especialmente em relação à participação feminina		

APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO	APERFEIÇOAMENTO DO CONHECIMENTO INSTITUCIONAL	FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS
	• Aprimoramento da capacitação e das competências institucionais • Aprimoramento da gestão do conhecimento institucional	• Aprimoramento da governança de TIC • Promoção da proteção de dados organizacionais • Aprimoramento dos sistemas institucionais e geração de inovações tecnológicas
	PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	APERFEIÇOAMENTO DA POLÍTICA DE DADOS E INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS
	• Gestão sustentável ambiental, de contratações e de documentos	• Aprimoramento da estrutura de dados como mecanismo de efetividade jurisdicional
RECURSOS	GESTÃO DE PESSOAS	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
	• Valorização dos Magistrados e da carreira da Magistratura • Valorização dos Servidores e da carreira de Serventuário da Justiça	• Aprimoramento da infraestrutura de TI e dos equipamentos • Ampliação do acesso à tecnologia
	ORÇAMENTO E FINANÇAS	INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA E DE SEGURANÇA
	• Melhoria dos resultados da aplicação de recursos públicos • Aprimoramento da fiscalização e do controle de gastos públicos no TJRJ	• Aprimoramento da segurança dos Magistrados, servidores e edificações • Aprimoramento da infraestrutura institucional • Aprimoramento da logística institucional

Planejamento Estratégico do sexênio 2021/2026

Planejamento Estratégico do sexênio 2021/2026 foi aprovado com a edição da Resolução TJ/OE, Nº 11/2021, que instituiu as diretrizes para o Planejamento Estratégico Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Na Resolução TJ/OE nº 12/2021, foram aprovados o Plano Estratégico, o Plano de Ação Governamental (PAG) – que garante os recursos necessários para a implementação de projetos e iniciativas – a Matriz de Indicadores Estratégicos e o Plano de Comunicação da Estratégia do TJRJ.

Por meio do Ato Executivo nº 82/2025, o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Ricardo Couto de Castro, alterou e consolidou o Mapa Estratégico e o Rol de Projetos Estratégicos do PJERJ, alinhando-os aos objetivos da atual Administração Superior.

A Política de Gestão Estratégica do TJRJ, estabelecida na Resolução TJ/OE Nº 11/2021, está baseada nos seguintes objetivos:

- Continuidade administrativa;
- Integração das unidades do TJRJ, com base na implementação de diretrizes institucionais para nortear a atuação estratégica de todos os seus órgãos;
- Definição de conceitos e metodologias padronizadas para os processos de formulação e planejamento, execução e controle da gestão estratégica;
- Implementação de grupos formais de avaliação de questões relacionadas à governança institucional, como integridade, compliance, accountability, riscos, entre outros, além do alinhamento da estratégia organizacional das diretrizes de governança a serem estabelecidas.

Projetos Estratégicos – biênio 2025/2026

O Plano Estratégico foi revisado pela Comissão de Governança, Estratégia e Planejamento (COGEP) contemplando 15 Projetos Estratégicos aprovados pela Administração Superior do PJERJ.

Seguindo a diretriz estabelecida pelo Desembargador Ricardo Couto de Castro, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, dos 15 projetos aprovados, 2 são de continuidade, a fim de garantir que ações importantes iniciadas sejam continuadas, condição necessária à efetividade e à eficiência operacional (Ato Executivo nº 82/2025).

Novos Projetos:

1. Acessibilidade em Eventos e Cerimônias Institucionais;
2. Adaptação da Resolução CNJ 591 às Rotinas da Sessão Virtual;
3. Aprimoramento da Difusão do Conhecimento;
4. Aprimoramento dos mecanismos processuais com o uso da mediação para solução nos procedimentos apuratórios oriundos dos contratos administrativos firmados no âmbito no PJERJ.
5. ASSIS;
6. Bem-vindo ao Passado;
7. Central de Atendimento da Primeira Instância;
8. Refinamento das Configurações do WEB Application Firewall para proteção das aplicações críticas do TJRJ;
9. Implantação do Monitoramento e Gestão de Alarmes Presencial e Pânico dos Fóruns e Comarcas do Estado do Rio de Janeiro no Centro Integrado de Segurança do PJERJ (CISPJ);
10. Julgar + Metas 1 e 2 CNJ;
11. Petição Cidadã;
12. Programa de Descarbonização e Inovação Tecnológica Sustentável do TJRJ;
13. Solução de Automação para Operação das Salas de Acautelamento com Recurso de Intertravamento por Monitoramento de Imagens e Reconhecimento Facial.

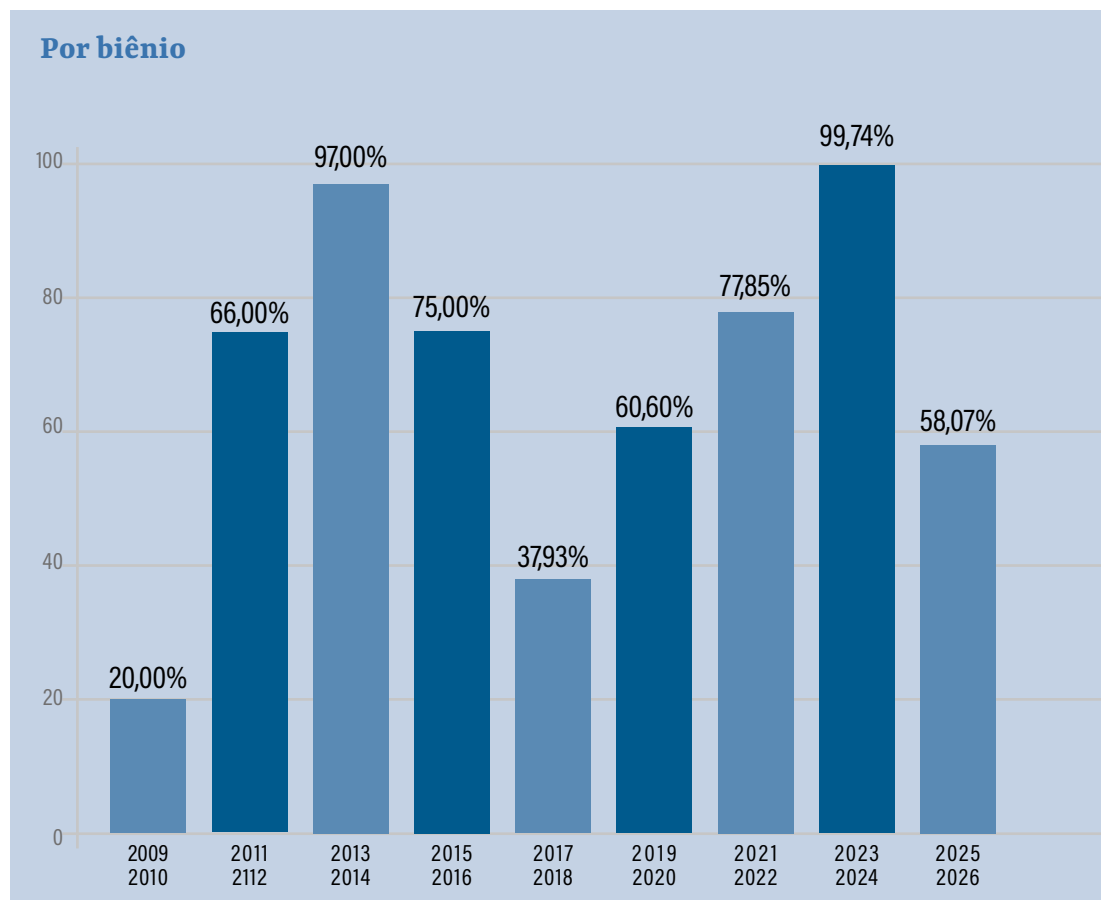
Continuidade:

1. Aprimoramento e Monitoramento das Medidas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico;
2. Implantação do Sistema e-Proc.

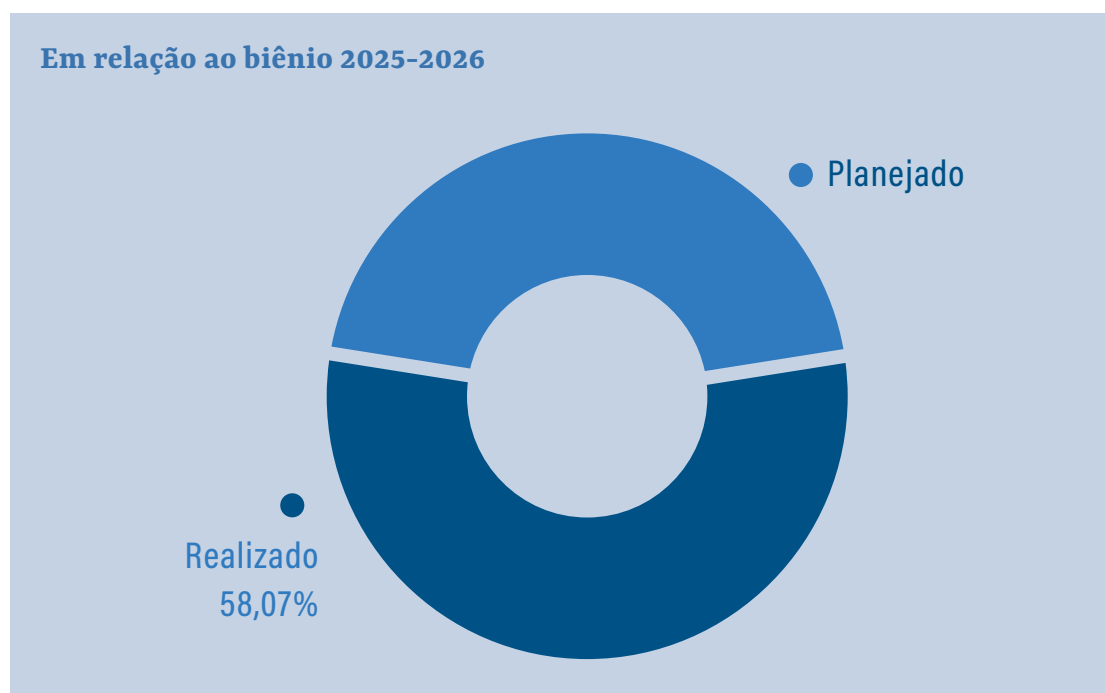
O acompanhamento da fase executiva dos projetos estratégicos se baseia na análise dos dados, verificando-se junto aos respectivos gestores o percentual e a pontualidade de cumprimento das ações, diligenciando as respectivas pendências da Secretaria responsável ou de outras Secretarias.

Até outubro de 2025, o percentual de implementação dos projetos estratégicos atingiu 45,12% em relação ao total de ações planejadas para o biênio 2025/2026.

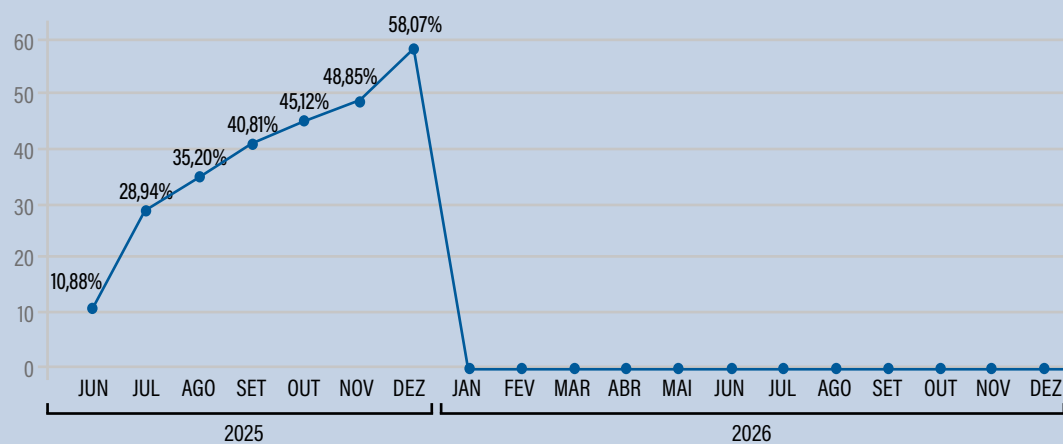
Implementação dos Projetos Estratégicos



Implementação dos Projetos Estratégicos

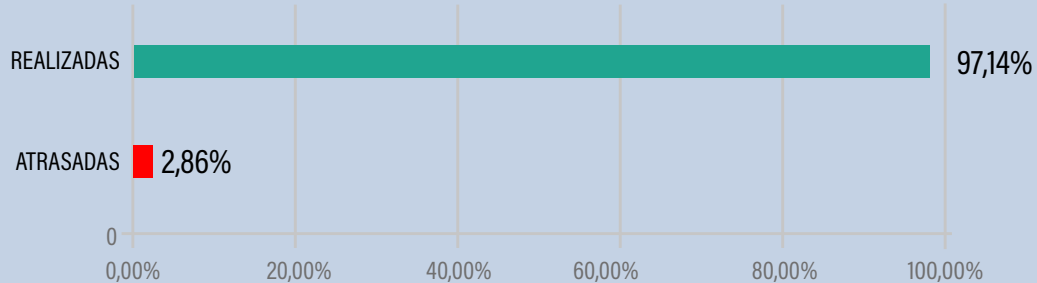


Evolução biênio 2025-2026



Percentual das ações em relação ao planejado

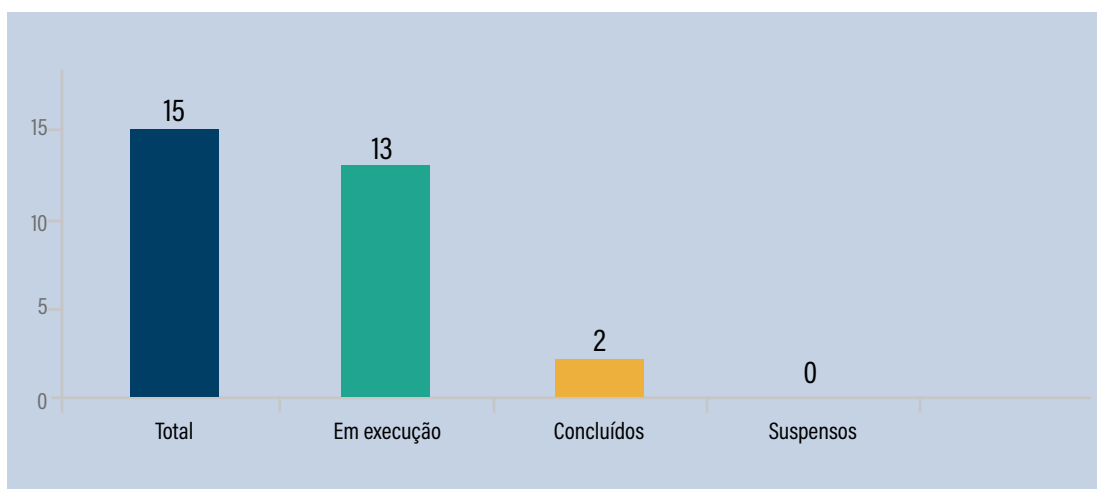
Até dezembro /2025



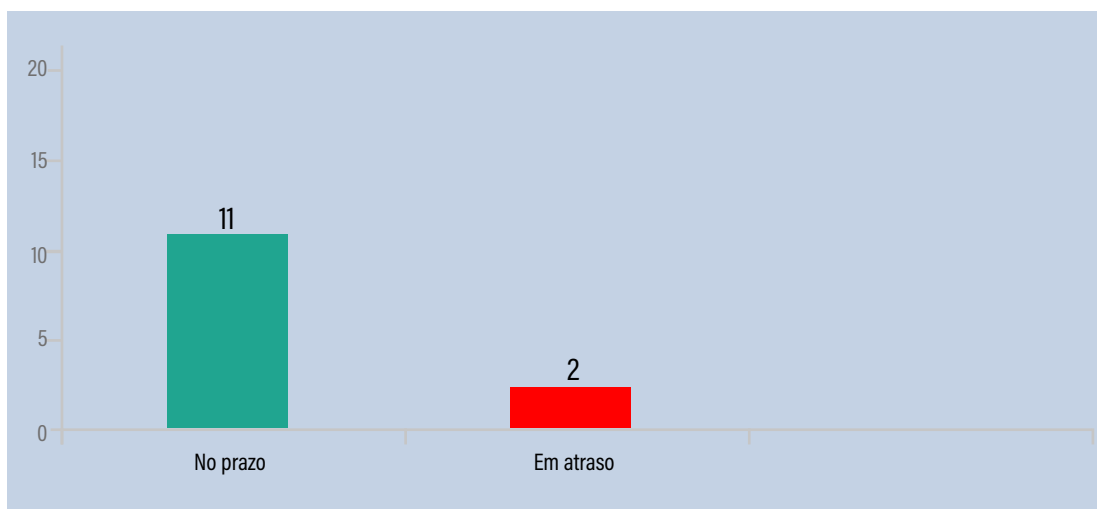
Situação dos Projetos Estratégicos até outubro de 2025

SITUAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO (GRP)	NOME DO PROJETO ESTRATÉGICO
EM ATRASO	106	Implantação do monitoramento e gestão de alarmes presencial e pânico dos fóruns e comarcas do Estado do Rio de Janeiro no Centro Integrado de Segurança do PJERJ (CISPJ)
	107	Solução de Automação para Operação das Salas de Acautelamento com Recurso de Intertravamento por Monitoramento de Imagens e Reconhecimento Facial
NO PRAZO	109	Acessibilidade em Eventos e Cerimônias Institucionais
	110	Aprimoramento da Difusão do Conhecimento
	112	Aprimoramento dos mecanismos processuais com o uso da mediação para solução nos procedimentos apuratórios oriundos dos contratos administrativos firmados no âmbito no PJERJ
	71	Aprimoramento e Monitoramento das Medidas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (Continuidade)
	108	ASSIS
	104	Bem-vindo ao Passado
	114	Central de Atendimento da Primeira Instância
	105	Refinamento das Configurações do WEB Application Firewall para proteção das aplicações críticas do TJRJ
	103	Implantação do Sistema e-Proc (continuidade)
	111	Petição Cidadã
	113	Programa de Descarbonização e Inovação Tecnológica Sustentável do TJRJ;
CONCLUÍDO	115	Adaptação da Resolução CNJ 591 às Rotinas da Sessão Virtual
	116	Julgar + Meta 1 e 2 CNJ

Quantidade de Projetos Estratégicos



Projetos em execução



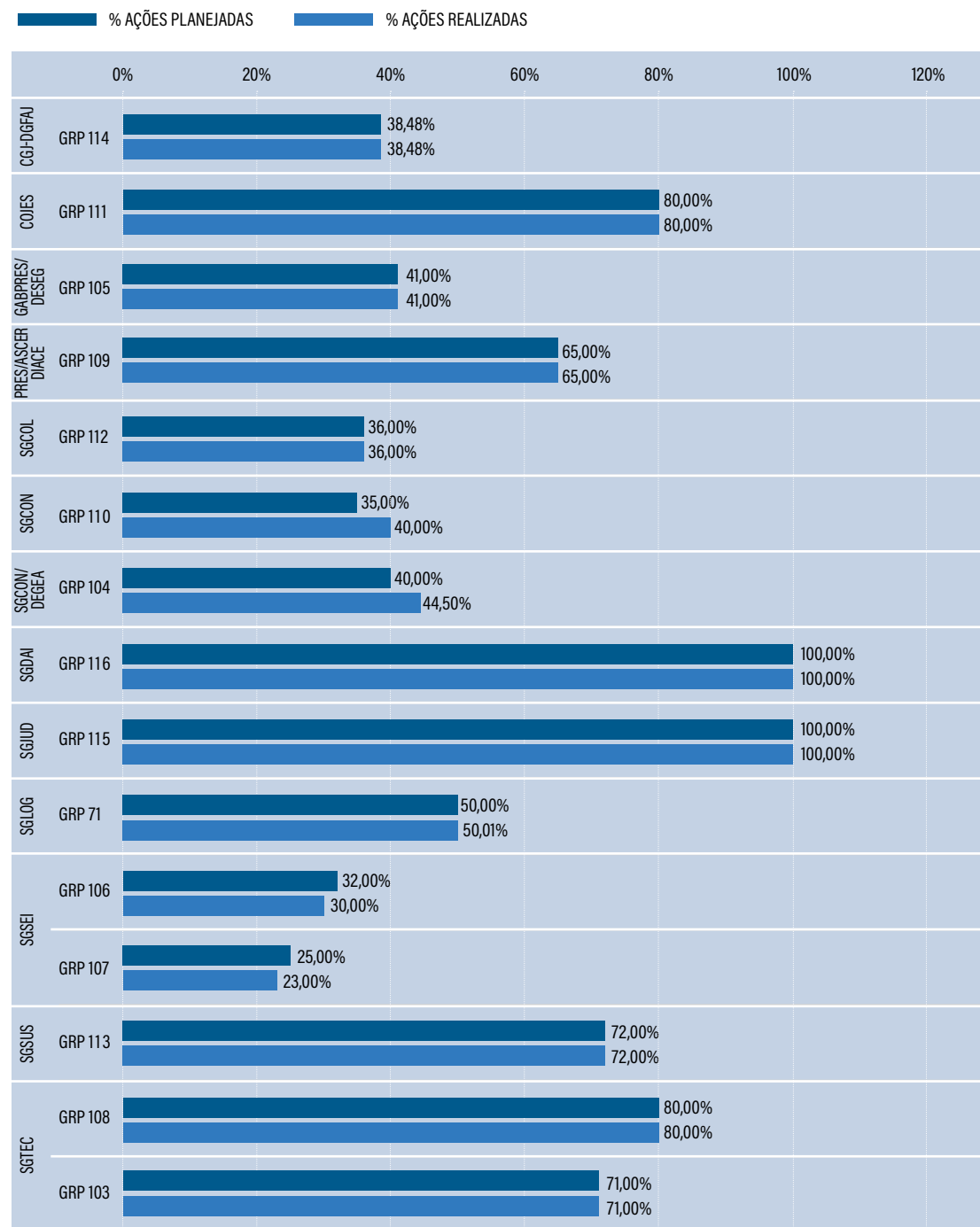
Execução Orçamentária - Exercícios 2025 e 2026

UNIDADE	ID GRP	NOME DO PROJETO ESTRATÉGICO	CUSTO ESTIMADO APROVADO*	CUSTO ESTIMADO ATUALIZADO NO SISTEMA GRP	ORÇAMENTO EXECUTADO **
CGJ/ DGFAJ	114	Central de Atendimento da Primeira Instância	A definir	R\$ 542.947,12	-
COJES	111	Petição Cidadã	Sem custos	Sem custos	-
GABPRES/ DESEG	105	Refinamento das Configurações do WEB Application Firewall para proteção das aplicações críticas do TJRJ	Sem custos	Sem custos	-
GABPRES/ ASCER/ DIACP	109	Acessibilidade em Eventos e Cerimônias Institucionais	R\$ 125.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00
SGCOL	112	Aprimoramento dos mecanismos processuais com o uso da mediação para solução nos procedimentos apuratórios oriundos dos contratos administrativos firmados no âmbito no PJERJ	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00
SGCON	110	Aprimoramento da Difusão do Conhecimento	R\$ 500.000,00	R\$ 3.847.500,00	R\$ 0,00
SGCON/ DEGEA	104	Bem-vindo ao passado	Contratação de equipe especializada: R\$ 120 mil por mês Serviço de digitalização: R\$ 15 milhões	R\$ 1.790.000,00	R\$ 0,00
SGSUS	113	Programa de Descarbonização e Inovação Tecnológica Sustentável do TJRJ.	R\$ 15 a 20 milhões	R\$ 35.230.000,00	R\$ 0,00
SGDAI	116	Julgar + Metas 1 e 2 CNJ	Sem custos	Sem custos	
SGJUD	115	Adaptação da Resolução CNJ 591 às Rotinas da Sessão Virtual	A definir	R\$ 704.490,45	-
SGLOG	71	Aprimoramento e Monitoramento das Medidas de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico – Anexo 1	R\$ 26.180.772,96	R\$ 23.443.591,83	-
SGSEI	106	Implantação do monitoramento e gestão de alarmes presencial e pânico dos fóruns e comarcas do Estado do Rio de Janeiro no Centro Integrado de Segurança do PJERJ (CISPJ)	R\$ 417.800,00	R\$ 526.080,00	R\$ 0,00
	107	Solução de automação para operação das salas de acautelamento com recurso de intertravamento por monitoramento de imagens e reconhecimento facial	R\$ 262.000,00	R\$ 262.000,00	R\$ 0,00
SGTEC	108	ASSIS	Sem custos	Sem custos	-
	103	Implantação do sistema e-Proc	Sem custos	Sem custos	-

* Aprovado pela Administração.

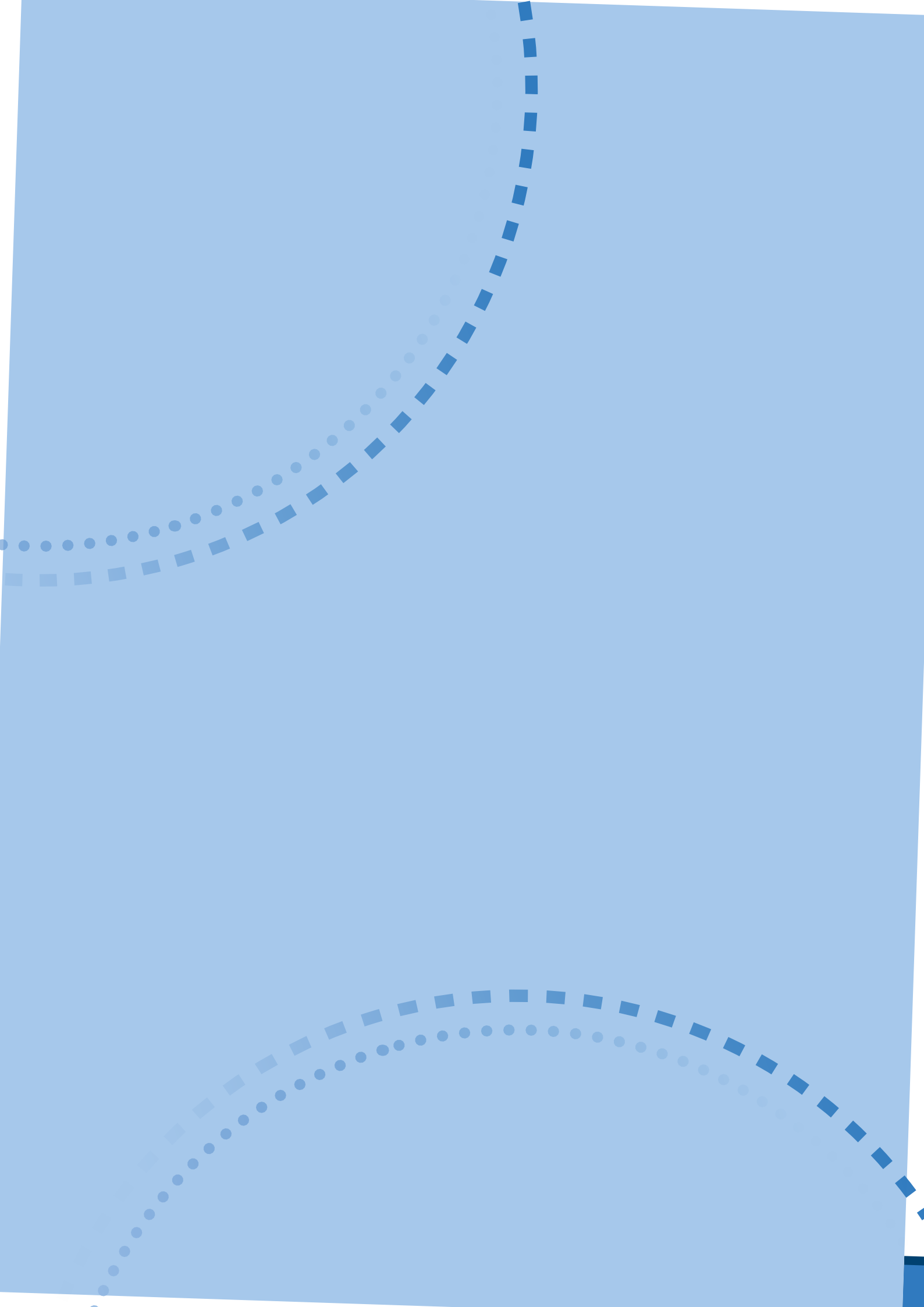
**Fonte: SGPCF/ASPLO – 18/07/2025 (informações prestadas semestralmente)

Percentual de implementação – até dezembro/2025





4, Prêmio CNJ de Qualidade



4. Prêmio CNJ de Qualidade

O Prêmio CNJ de Qualidade é um reconhecimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aos tribunais que cumprem requisitos relacionados à implementação de boas práticas de gestão e excelência em nível nacional, a eixos como produtividade, governança e transparência, aprimoramento de Tecnologia da Informação etc.

O prêmio foi criado em 2019 em substituição ao Selo Justiça em Números, implementado desde 2013, tendo ocorrido o aperfeiçoamento de critérios ao longo dos anos. Todos os Tribunais participam do Prêmio CNJ de Qualidade, exceto o Supremo Tribunal Federal (STF). Ao todo, são quatro Tribunais Superiores, 27 Tribunais de Justiça (TJs), seis Tribunais Regionais Federais (TRFs), 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), 27 Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) e três Tribunais de Justiça Militar (TJMs) dos estados.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) ganhou, em 2025, o Selo Prata do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) entre os tribunais de grande porte.



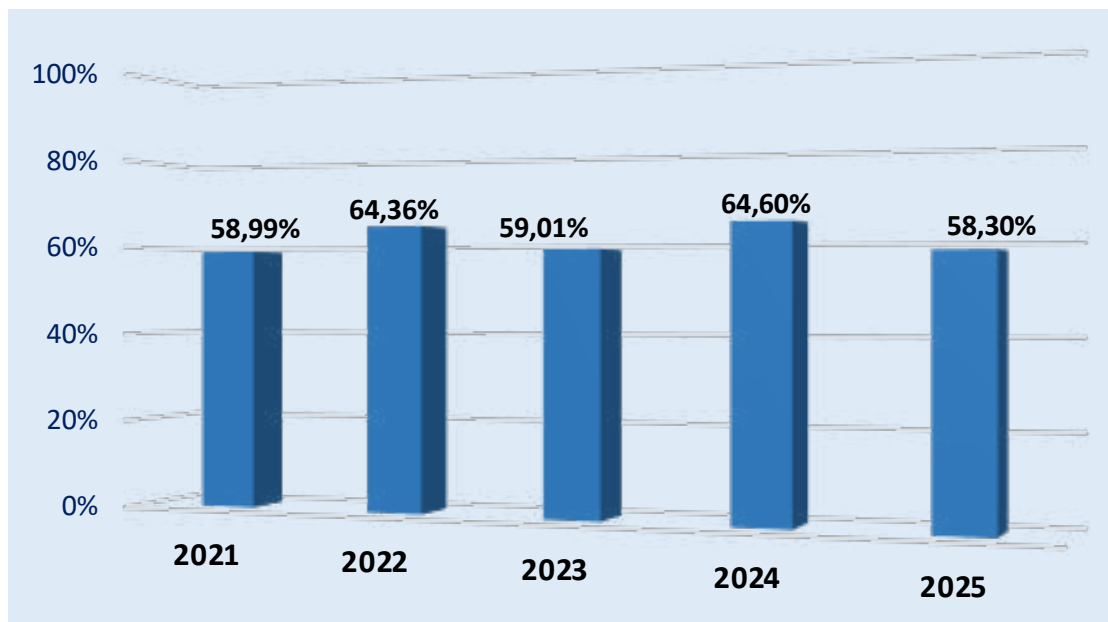
O Selo Prata é o resultado de muita dedicação e esforço, no sentido de se buscar, cada vez mais, uma prestação jurisdicional célere e de qualidade.

Entre os objetivos da premiação estão estimular e reconhecer o desenvolvimento de mecanismos de governança e gestão no Poder Judiciário; contribuir para o aprimoramento da prestação jurisdicional; promover a transparência e a melhoria na prestação de informações; incentivar o aperfeiçoamento das estatísticas do Poder Judiciário e do uso da inovação e da tecnologia, além de fomentar o desenvolvimento de subsídios para o planejamento estratégico.

A avaliação é baseada em um sistema de pontuação, estruturado a partir das políticas judiciárias previstas em regulamento. São considerados mais de 50 critérios, desdobrados em mais de 150 itens avaliativos, totalizando aproximadamente 2.300 pontos, com adaptações específicas para cada segmento da Justiça.

O Prêmio CNJ de Qualidade é um importante instrumento de valorização da boa governança, da gestão estratégica, da inovação e da transparência no Poder Judiciário. Ao reconhecer os tribunais que se destacam, a premiação busca estimular a excelência e promover o aperfeiçoamento constante dos serviços prestados à sociedade.

Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade



Sobre o Ranking da Transparência, o TJERJ vem buscando melhorias constantemente. Em 2023, obteve o índice de 91,71% de cumprimento dos requisitos exigidos, demonstrando substancial melhora em comparação com os anos anteriores. Em 2024, o Tribunal melhorou a disponibilização de informações ao cidadão, o que culminou com o alcance do índice de 99,13%, ano no qual, excepcionalmente, o máximo era de 102%. Em 2025, o TJERJ remodelou o seu Portal da Transparência e, com o índice de 99,06%, obteve o 1º lugar entre os tribunais estaduais de grande porte e o 21º lugar entre todas as 94 instituições que participam do programa.



5, Garantia dos Direitos Fundamentais



5. Garantia dos Direitos Fundamentais

A implementação de ações estruturadas para promover as melhores práticas de sustentabilidade, responsabilidade social e cidadania constitui uma decisão estratégica da gestão e integra os valores institucionais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

As ações desenvolvidas pela Secretaria-Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS) estão em consonância com o Mapa Estratégico do PJERJ e integram os Macrodesafios “Garantia dos Direitos Fundamentais” (perspectiva sociedade) e “Promoção da Sustentabilidade” (perspectiva processos internos), além de estarem alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

A SGSUS atua de forma transversal, fortalecendo a cultura institucional de responsabilidade socioambiental e promovendo iniciativas contínuas que ampliam o impacto positivo do Tribunal na sociedade e no meio ambiente. Entre suas atribuições, destacam-se a gestão das políticas ambientais, o acompanhamento de indicadores de desempenho sustentável, a promoção de campanhas educativas e a execução de projetos sociais voltados à cidadania e a inclusão.

Programas de Cidadania

As ações solidárias e as campanhas institucionais reforçam o compromisso da SGSUS com a responsabilidade social e com a promoção da cidadania. As iniciativas incluem atividades de sensibilização e mobilização voltadas ao público interno e externo do PJERJ.

Semana Nacional da Saúde

Entre os dias 7 e 11 de abril, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) realizou a Semana Nacional da Saúde no Poder Judiciário, iniciativa promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Com o propósito de ampliar o diálogo sobre temas relacionados à saúde no âmbito do Judiciário, o evento contou com painéis e palestras que abordaram saúde mental, bem-estar no ambiente de trabalho, desafios e experiências no acesso à saúde, além de um curso voltado à reflexão sobre espiritualidade, práticas integrativas e promoção da saúde.

A programação foi organizada pela SGSUS, pelo Departamento de Saúde (DESAU) da Secretaria-Geral de Gestão de Pessoas (SGPES), pela Escola de Administração Judiciária (ESAJ), pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e pela rede Amil.

Os participantes também puderam usufruir de serviços gratuitos, como aferição de pressão arterial, teste de glicemia, orientações de saúde preventiva, atendimento em saúde mental e esclarecimentos sobre perícias e licenças médicas.

Palestras presenciais na semana nacional da saúde:

- 09/04/2025 – **Cuidando da Nossa Saúde Mental** — Palestrante: Amélia Cristina D. Alvarez — 19 participantes
- 10/04/2025 – **Saúde e Bem-Estar no Trabalho** — Palestrante: Dr. Alfredo Albino Itturiet Ferreira — 11 participantes
- 16/04/2025 – **Compreendendo e Transformando a Realidade do Autismo** — Palestrantes: Roberta Oliveira da Silva Tassi (médica pediatra/Amil), Antoniel Bastos (presidente da Rede Incluir), Viviane Goes (pedagoga da Rede), Claudia Márcia Vidal (juíza do TJRJ e integrante da COMAI) e Andresa Belsito (psicóloga/Amil) — 79 participantes

Hemorio

Em parceria com o HEMORIO, a SGSUS promoveu campanhas de doação de sangue e palestras no Palácio da Justiça, na Avenida Erasmo Braga, nº 115 – Lâmina III.

Em 2025, foram realizadas duas campanhas:

- 16/04/2025 – Coleta de 115 bolsas de sangue
- 01/10/2025 – Coleta de 89 bolsas de sangue

Segundo o Ministério da Saúde, em média, uma bolsa de sangue atende até quatro pacientes.

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/marco/uma-unica-doacao-de-sangue-pode-salvar-ate-quatro-vidas>



Seminário AA

Em 25 de junho de 2025, foi realizado o seminário AA: “Superação e Recomeço – Enfrentando o Alcoolismo na Vivência PCD”, com a participação dos palestrantes Dr. Douglas Manassés, Dra. Georgia Rodrigues e Aparecida Pereira Leite, além de depoimentos de membros do AA e AL-ANON. Ao todo, 305 pessoas participaram do encontro.

Em 17 de setembro, ocorreu o segundo seminário: “Alcoolismo no Ambiente de Trabalho”, com as palestrantes Dra. Amélia Cristina, Dra. Gabriela Henrique e Dra. Selene Franco Barreto, reunindo 98 participantes.

Casamento Comunitário

O Casamento Comunitário integra o conjunto de ações da SGSUS, promovendo a conversão de união estável em casamento para pessoas comprovadamente hipossuficientes, residentes no Estado do Rio de Janeiro e já coabitantes.



Casamentos realizados em 2025

- 28/05/2025 – **Museu da Justiça** — 48 casais
- 23/08/2025 – **Arquidiocese do Rio de Janeiro** — 198 casais
- 12/11/2025 – TJRJ (auditórios Nelson Ribeiro Alves e Antônio Carlos Amorim) — 51 casais

Palestras do Casamento Comunitário em 2025

- 22/05/2025 – Dr. Gilberto de Mello Nogueira Abdelhay Junior — 96 participantes
- 17/08/2025 – Dr. Gilberto de Mello Nogueira Abdelhay Junior — 274 participantes
- 03/11/2025 – Dr. Gilberto de Mello Nogueira Abdelhay Junior — 102 participantes

Campanha de arrecadação de leite

A campanha arrecadou leite em pó integral, leite em pó sem lactose e suplementos alimentares (PediaSure) destinados a crianças com microcefalia e síndromes raras em situação de vulnerabilidade. As crianças são assistidas pela ONG Associação Internacional Fome de Arte.

Foram arrecadadas 300 latas de leite em pó.

Período da campanha: 1º a 31 de outubro de 2025.



Natal Encantado

Campanha de doação de brinquedos novos realizada no Fórum Central entre 10 de novembro e 10 de dezembro de 2025, destinada a crianças e adolescentes internados em unidades da rede estadual de saúde.



Campanha de Doação de Roupas

A campanha arrecadou roupas limpas e em bom estado para pessoas em situação de rua. As peças foram destinadas ao CIPOP-RUA/RJ, que reúne diversos serviços de apoio social.

Realização: 11 de julho a 8 de agosto de 2025, com grande êxito.



Campanha Mc Dia Feliz

Campanha realizada nas dependências do PJERJ para venda antecipada de tíquetes do Big Mac, com renda revertida ao Instituto Ronald McDonald, em apoio ao combate ao câncer infantojuvenil.

Em 2025, nas unidades do Fórum Central, Méier e Niterói, foram vendidos 834 tíquetes, atingindo recorde histórico.



Campanha SUIPA

O PJERJ mantém parceria com a SUIPA para divulgação do trabalho da instituição e arrecadação de itens básicos para manutenção de animais acolhidos.

Em 2025, a campanha ocorreu de 3 de novembro a 10 de dezembro, com exposição e venda de produtos nos dias 3 e 4 de dezembro e evento de adoção no dia 5 de dezembro.



Feira Orgânica



Alimentos orgânicos são aqueles produzidos sem uso de agrotóxicos sintéticos, transgênicos ou fertilizantes químicos.

A SGSUS promove a Feira de Produtos Orgânicos e Naturais na Lâmina I do Fórum Central do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em parceria com a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO).

Os alimentos orgânicos são vendidos por produtores certificados pela ABIO, de acordo com mecanismos específicos da legislação brasileira, a exemplo do Sistema Participativo de Garantia (SPG), o qual envolve todos os componentes de rede de produção orgânica, atendendo às normas de preservação ambiental e estimulando o desenvolvimento sustentável.

Em 2025, a feira teve uma edição em 11 de março, 1º de abril, 1º de julho, 2 de setembro, 7 e 8 de outubro, 4 e 5 de novembro e 1º a 4 de dezembro.

Feira de Artesanato

Evento que incentiva a integração dos servidores, com exposição de trabalhos artesanais, moda e alimentos de aposentados e artesãos indicados por funcionários.

Edições em 7, 8 e 9 de maio, e nos dias 10 e 14 de novembro de 2025.

Destaque para a participação de famílias atípicas e PCDs na última edição.



Feira realizada em 7 de maio de 2025

Festa Julina do PJERJ

O evento tem como finalidade a comercialização de alimentos produzidos exclusivamente por servidores ativos, inativos e funcionários terceirizados. Na ação, não há ônus para o Tribunal de Justiça, uma vez que os participantes arcam com a despesa do aluguel de suas barracas, necessitando apenas, da disponibilização do espaço para a montagem e divulgação do evento.

Em 2025, foi realizada uma edição no período de 16 a 18 de julho na Rua Dom Manuel s/nº, térreo. Foram apresentadas comidas típicas.



Programa Voluntariado

O Programa de Voluntariado Continuado envolve estudantes e aposentados do TJRJ para prestação de serviços voluntários, conforme a Lei Federal nº 9.608/98, a Resolução TJ/OE nº 16/2018 e a rotina administrativa RAD-SGSUS-011.



Até o mês de novembro de 2025, participaram 1.134 voluntários no programa.

Projeto Bem-me-Quer

Voltado à orientação de famílias em litígio nas Varas de Família, promovendo reflexões sobre os impactos emocionais dos conflitos na formação dos filhos, buscando reduzir processos litigiosos e minimizar seus efeitos negativos.



Participantes em 2025: 134 pessoas.

Cartilha:

<https://www.tjrj.jus.br/documents/5736540/6207821/cartilha-bem-me-quer.pdf?v01>

Justiça Cidadã

É um eixo institucional que reúne projetos e serviços que facilitam o acesso da população ao Judiciário, promovem inclusão social e ampliam o exercício de direitos. Atua tanto em ações itinerantes, levando serviços a localidades distantes ou carentes, quanto em ações permanentes dentro da estrutura do Tribunal.

A Justiça Cidadã se alinha ao Mapa Estratégico do PJERJ, ao macrodesafio Garantia dos Direitos Fundamentais e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 1, 3, 5, 10 e 16.



Palestras da Justiça Cidadã

Turma Barra Mansa

- 05/06/2025 – Palestra “Organização Judiciária, Estrutura do Poder Judiciário” – Palestrantes: Dr. Hindenburg Kohler Brasil Cabral Pinto da Silva – Juiz Titular da 1ª Vara Cível de Resende, com 80 participantes.
- 10/06/2025 – Palestra “Direito Penal” – Palestrante: Dr. Raphael Barilli – Juiz Titular da 1ª Vara Criminal de Barra Mansa, com 70 participantes.
- 12/06/2025 – Palestra “Criminal” – Palestrante: Dr. Francisco das Chagas Bruno – Promotor de Justiça, com 59 participantes.
- 17/06/2025 – Palestra “Responsabilidade Civil” – Palestrante: Dra. Raquel de Andrade Teixeira Cardoso – Juíza Titular da 2ª Vara Cível de Volta Redonda, com 55 participantes.
- 24/06/2025 – Palestra “Direito das Famílias” – Palestrante: Dra. Anna Carolinne Licasalio da Costa – Juíza Titular da 1ª Vara de Família de Barra Mansa, com 50 participantes.
- 26/06/2025 – Palestra “Violência Doméstica” – Palestrante: Dr. William Satoshi Yamakawa – Juiz Titular da 2ª Vara Criminal e JECRIM/VD de Barra Mansa, com 59 participantes.
- 01/07/2025 – Consumidor – Palestrante: Diego Ziemiecki – Juiz Titular da 3ª Vara Cível de Barra Mansa.
- 03/07/2025 – Juizado Especial Cível – Dra. Denise Maeda Ferrari – Juíza Titular do JEC Barra Mansa.
- 08/07/2025 – Defensoria Pública e Ministério Público – Dra. Defensora Maria Goreti Ramos Rodrigues e Dra. Promotora Anna Carolina Matoso Pontual.

“Aulões” Extra – Barra Mansa

- 14/08/2025 –Direito do Consumidor– Desembargadora Cristina Tereza Gualia, com 80 participantes.
- 22/09/2025 – Direito Penal e Processo Penal – Palestrante: Dr. Francisco de Assis Machado–Promotor de Justiça, com 78 participantes.
- 30/09/2025 –Letramento Racial– Palestrante: Luena de Oliveira Lage, psicóloga, servidora municipal e coordenadora do Centro de Referência de Promoção de Igualdade racial e do Centro de Atendimento à População LGBTQIA+ da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Barra Mansa, com 83 participantes.
- 20/10/2025 –Política Pública de Assistência Social (SUAS), com 35 participantes.
- 05/11/2025 –Educação Financeira Parte 1, Palestrante: Felipe Goulart, com 57 participantes.
- 12/11/2025 –Educação Financeira Parte 2, Palestrante: Felipe Goulart, com 50 participantes.
- 17/11/2025 – Palestra “Subregistros” – Palestrante: Susam Silva Lopes de Azevedo, com 50 participantes.

Turma Três Rios

- 06/08/2025 – Palestra “Abertura/Poder Judiciário Apresentação da página do TJ, sistema de consulta” – Palestrantes: Des. Tereza Cristina Gaulia e Dra. Elen de Freitas Barbosa – Juíza Coordenadora do CEJUSC-TRI, com 78 participantes.
- 08/08/2025 – Palestra “Defensoria Pública e Ministério Público” – Palestrantes: Dr. Gustavo Santana Nogueira e Dra. Verônica Santos Carvalho – Promotor de Justiça e Defensora Pública, respectivamente, com 78 participantes.
- 13/08/2025 – Palestra “Código de Defesa do Consumidor, Juizados Especiais e Responsabilidade Civil” – Palestrante: Dra. Mariana Krygier – Juíza Leiga, com 74 participantes.
- 15/08/2025 – Palestra “Direito das Famílias, Investigação de Paternidade, Alimentos” – Palestrante: Dra. Mara Grumbach Mendonça – Juíza de Direito, com 67 participantes.
- 20/08/2025 – Palestra “Direito Civil – Contratos, Posse e Propriedade” – Palestrante: Dr. Eduardo Buzzinari Ribeiro de Sá – Juiz de Direito, com 67 participantes.
- 22/08/2025 – Palestra “Direito Sucessório, Interdição” – Palestrante: Dr. Luiz Fernando Ferreira de Souza Filho – Juiz de Direito, com 59 participantes.
- 27/08/2025 – Palestra “Direito Penal (noções gerais) e Tribunal do Júri” – Palestrante: Dra. Ana Carolina Gantois Cardoso – Juíza de Direito, com 67 participantes.
- 29/08/2025 – Palestra “Direito Eleitoral, Direito Constitucional – Direitos Fundamentais” – Palestrantes: Dr. Gabriel Braz Righi e Dr. Guilherme Januzzi – Advogados, com 64 participantes.
- 03/09/2025 – Palestra “Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente” – Palestrante: Dr. Vinícius Ribeiro – Promotor de Justiça, com 64 participantes.
- 05/09/2025 – Palestra “Lei Maria da Penha e Lei Henry Borel” – Palestrante: Dra. Elen de Freitas Barbosa, com 54 participantes.
- 10/09/2025 – Palestra “Técnicas Alternativas de Solução de Conflitos” – Palestrantes: Luiza Helena Corrêa e Luis Fernando Rodrigues Véo – Chefe do CEJUSC-TRI e Servidor do TJRJ, respectivamente, com 70 participantes.
- 12/09/2025 – Palestra “Atribuições dos Cartórios Extrajudiciais, Registro Civil” – Palestrantes: Bruna Gama, Vanessa Brodt Martins e Cynthia Brodt Martins, RE Cartório Registro Civil, Escrevente do RCPN de Três Rios e Escrevente Substituta do RCPN de Três Rios, respectivamente, com 86 participantes.

47ª Turma da Justiça Cidadã- Capital (1ª Turma Híbrida)

- 02/10/2025 – Palestra “Abertura/Organização Judiciária/ Poderes da República/ Poder Judiciário”, Palestrante: Alexandra Boechat, com 58 participantes presenciais e 136 participantes virtuais.
- 07/10/2025 – Palestra “Defensoria Pública e Advocacia” – Palestrante: Dr. Lucas do Vale Pattitucci, Defensor Público, com 52 participantes presenciais e 117 participantes virtuais.
- 09/10/2025 – Palestra “Justiça Eleitoral” – Palestrante: Desembargadora Katia Valverde Junqueira, com 43 participantes presenciais e 89 participantes virtuais.

- 14/10/2025 – Palestra “CEJUSC, Mediação Pré-processual e CEJUSC Superendividados” – Palestrante: Dra. Marcia Calainho – Juíza de Direito, com 45 participantes presenciais e 120 participantes virtuais.
- 16/10/2025 – Palestra “Mediação, Conciliação, Justiça Restaurativa e Justiça Multipor-tas” – Palestrante: Mediadora Naura dos Santos Americano, com 41 participantes pre-senciais e 299 participantes virtuais.
- 21/10/2025 – Palestra “Direito Antidiscriminação” – Palestrante: Dra. Carla Watanabe, com 39 participantes presenciais e 125 participantes virtuais.
- 23/10/2025 – Palestra “Direito Digital e Proteção de Dados” – Palestrante: Dr. Walter Capanema, com 37 participantes presenciais e 122 participantes virtuais.
- 27/10/2025 – Juristur – Palestrantes: Dr. Joel Pereira dos Santos– Juiz de Direito, com 435 participantes.
- 04/11/2025 – Palestra “Direitos Humanos, Convenções e Tratados Internacionais” – Pa-lestrante: Dra. Ana Paula Delgado, com 37 participantes presenciais e 122 participantes virtuais.
- 06/11/2025 – Palestra “Acesso à Justiça/Justiça Itinerante/JECíveis” – Palestrante: Dr. Vitor Moreira Lima, Juiz de Direito, com 29 participantes presenciais e 74 participantes virtuais.
- 11/11/2025 – Palestra “ Bioética/Biodireito/Direito da Pessoa Idosa” – Palestrante: De-sembargadora Maria Aglaé Tedesci Vilardo, com 35 participantes presenciais e 75 par-ticipantes virtuais.
- 13/11/2025 – Palestra “Lei Maria da Penha/Feminicídio/Violência Doméstica contra Mulheres” – Palestrante: Dra. Miriam Basilio, com 33 participantes presenciais e 75 participantes virtuais.
- 24/11/2025 – Palestra “Estatuto da Criança e do Adolescente e Violência Sexual contra meninos e meninas” – Palestrante: Dra. Lysia Maria Rocha Mesquita– Juíza de Direito, com 28 participantes presenciais e 73 participantes virtuais.
- 25/11/2025 – Palestra “Direito do Consumidor” – Palestrante: Desembargadora Cristina Tereza Gualia, com 39 participantes presenciais e 67 participantes virtuais.
- 27/11/2025 – Palestra “Direito Ambiental e Climático/Racismo Ambiental, Mudanças Climáticas e Descarbonização” – Palestrantes: Felipe Fleury Correa e Felipe Santos Du-tra – Servidores, com 28 participantes presenciais e 65 participantes virtuais.
- 02/12/2025 – Palestra “ Direito Criminal/ Tribunal do Júri” – Palestrante: Dra Lúcia Glioche, Juíza de Direito.
- 04/12/2025 – Palestra “Estatuto da Pessoa com deficiência e os Direitos de Acessibili-dade aos Deficientes Físicos e Mentais” – Palestrante: Desembargadora Regina Passos.
- 09/12/2025 – Palestra “Cartórios extrajudiciais” – Palestrante: Dra. Luiza Castro.
- 11/12/2025 – Palestra “Juizados Especiais e Responsabilidade Civil” – Palestrante: Dr. Paulo Feijó– Juiz de Direito.
- 16/12/2025 – Palestra “Projetos de Inclusão Social e Encerramento” – Palestrante: Re-nata Victorino, Diretora da DIISO.

Programas de Inclusão Social

Os Programas de Inclusão Social da SGSUS visam promover a inserção social de pessoas em situação de vulnerabilidade, contribuindo para a transformação de realidades, mudança de paradigmas e melhoria da qualidade de vida. As ações incluem capacitação voltada ao mercado de trabalho, incentivo à educação e participação em atividades sociais e culturais.

Em 2025, estiveram ativos os projetos: Jovens Mensageiros, Justiça pelos Jovens, Começar de Novo e Inclusão Legal, além dos subprogramas Estudar para Qualificar, Informática para Todos e Circuito Cultural.



No dia 13 de abril de 2025, integrantes dos projetos sociais participaram da palestra “É tempo de lembrar das mulheres vítimas de violência doméstica”, no Auditório Antônio Carlos Amorim.

Jovens Mensageiros



Destinado a jovens de 18 a 24 anos em situação de vulnerabilidade social, o projeto tem como finalidade promover a inclusão e a capacitação profissional por meio de experiência supervisionada no desempenho de atividades de apoio à mensageria do PJERJ. A iniciativa também estimula o aprimoramento da escolaridade, favorecendo a reorganização da vida

dos participantes e de seus familiares. Além disso, contribui de forma significativa para a execução das atividades de remessa de expedientes no Tribunal.

No total, 111 jovens participaram do programa no ano de 2025.

Justiça pelos Jovens

O programa oferece oportunidade profissional a jovens de 16 a 24 anos que estejam cumprindo ou tenham cumprido medidas socioeducativas, incentivando o desenvolvimento de suas potencialidades e a formação de novos valores. Eles atuam em unidades judiciais e administrativas como auxiliares administrativos.

No total, 91 jovens participaram do programa no ano de 2025.



Jovens do projeto “Justiça pelos Jovens” celebraram o encerramento de sua 1ª turma no Auditório Desembargador José Navega Cretton, no dia 2 de abril de 2025.

Começar de Novo



Roda de Conversa com os participantes do Programa Começar de Novo em 2025.

O programa promove a reinserção social de pessoas oriundas do sistema penitenciário por meio do exercício de atividades laborativas no PJERJ. São contemplados egressos que já cumpriram integralmente a pena, aqueles que tiveram a punibilidade extinta após cumprimento parcial da sanção, beneficiários de liberdade condicional e condenados a penas restritivas de direitos. Seu objetivo central é oferecer oportunidades de trabalho a indivíduos em contexto de vulnerabilidade social e econômica.

No total, 69 pessoas participaram do programa no ano de 2025.

Inclusão Legal



O programa “Inclusão Legal” promove a inserção e reinserção no mercado de trabalho de pessoas com mais de 18 anos, incluindo mulheres em situação de violência doméstica, indivíduos em vulnerabilidade social, arrimos de família, pessoas com deficiência, idosos e refugiados regularizados.

No total, 84 pessoas participaram do programa no ano de 2025.

Circuito Cultural



A iniciativa visa enriquecer a formação dos participantes dos programas de inclusão social (Começar de Novo, Inclusão Legal, Jovens Mensageiros e Justiça pelos Jovens) por meio de atividades culturais, como visitas guiadas a museus e espaços históricos.

Foram realizadas visitas guiadas ao Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) nos dias 30 de maio, 25 de julho e 26 de setembro e ao Museu do Amanhã nos dias 27 de junho, 29 de agosto e 31 de outubro.

No total, houve 119 participações no ano de 2025.

Programa Informática para Todos



O programa tem como objetivo promover a inclusão digital dos participantes dos projetos sociais da SGSUS e de jovens acolhidos vinculados às I e II Varas da Infância, Juventude e Idoso da Capital.

Houve 29 participantes no 1º bimestre de 2025.

O projeto foi temporariamente descontinuado.

Acessibilidade

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro vem avançando de forma consistente na promoção da acessibilidade. Nesse contexto, destaca-se a atuação da Secretaria Geral de Sustentabilidade e Acessibilidade (SGSUS) como eixo estratégico e operacional das políticas institucionais, consolidando-se entre as principais unidades organizacionais responsáveis por estruturar, coordenar e implementar ações que garantem o acesso igualitário à Justiça.

A SGSUS se apresenta como o núcleo institucional que articula iniciativas destinadas a reduzir barreiras físicas, comunicacionais, sociais e atitudinais no Tribunal. Sua atuação é orientada por uma política integrada de sustentabilidade, responsabilidade social e acessibilidade, que amplia o alcance das ações do TJRJ e fortalece a cultura institucional.

Ações Realizadas em 2025

- **Evento “Compreendendo e Transformando a Realidade do Autismo”**

Realizado em 16 de abril de 2025, no Auditório Nelson Ribeiro Alves, o evento reuniu 79 participantes e abordou o Transtorno do Espectro Autista (TEA) sob perspectivas médicas, peda-

gógicas, sociais e jurídicas. A iniciativa reforçou a importância da ampliação do entendimento público sobre o TEA e apresentou dados nacionais e internacionais sobre sua incidência.



Palestrantes:

- Dra. Roberta Oliveira da Silva Tassi – Médica Pediatra da Amil;
- Antoniel Bastos – Presidente da Rede Incluir;
- Viviane Goes – Pedagoga da Rede;
- Dra. Claudia Márcia Vidal – Juíza de Direito do TJRJ e integrante da COMAI;
- Andresa Belsito – Psicóloga especialista da Amil.

O Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo, celebrado em 2 de abril, é uma oportunidade significativa para promover o entendimento e a inclusão das pessoas com TEA na sociedade.

O TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento. Os sintomas variam amplamente, incluindo dificuldades comunicacionais, comportamentos repetitivos e interesses restritos, sendo classificado em níveis distintos de gravidade. O tratamento pode envolver terapia comportamental, apoio educacional e intervenções médicas.

No Brasil, cerca de 2 milhões de pessoas vivem com autismo. De acordo com o CDC, 1 em cada 36 crianças é diagnosticada com TEA. O país possui aproximadamente 36 mil alunos autistas, conforme dados do Censo Escolar 2023.

- **Evento “Empregabilidade: Acessibilidade e Trabalho – Uma Questão de Pertencimento Social”**



O evento, voltado para a empregabilidade de pessoas com deficiência (PCDs), foi realizado em parceria com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPD) do Rio de Janeiro. A iniciativa buscou fomentar a conscientização e o debate sobre a inclusão de PCDs no mercado de trabalho, promovendo equidade de oportunidades e proporcionando um espaço de aprendizado sobre desafios, avanços e estratégias de empregabilidade.

A ação ocorreu no TJRJ no dia 7 de maio de 2025, com participação de diversos órgãos públicos, como TRF, TRT, Ministério Público, Defensoria Pública e outras instituições convidadas para as mesas de debate, alcançando 171 participantes.

Programa “Se Sensibilize” – 1ª e 2ª Edições

O programa tem por objetivo realizar palestras de sensibilização para atendimento humanizado a pessoas com deficiência. A ausência de preparo adequado constitui uma barreira significativa para a inclusão e o respeito à dignidade desse público.



As palestras abordam a legislação vigente — como a Lei nº 10.048/2000, que assegura prioridade no atendimento —, os diferentes tipos de deficiência e a importância de ambientes inclusivos.

A ação foi realizada em 14 de maio de 2025, com 77 participantes, e em 16 de julho, com 130 colaboradores. As palestras foram ministradas pelo servidor Marcio Castro de Aguiar, diretor do Departamento de Acessibilidade e Inclusão Social (DEAIS), e pela colaboradora da SGSUS, Juliana Teixeira da Costa.

Projeto “Conhecendo Libras” – 1ª Edição



O desconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) constitui barreira à comunicação e à inclusão das pessoas surdas. O curso básico é essencial para promover acolhimento e garantir atendimento inclusivo no Tribunal.

As turmas possuem 30 vagas, priorizando colaboradores que atuam no atendimento direto ao público no Fórum Central.

A primeira turma ocorreu entre 23 de julho e 20 de agosto de 2025, com 29 participantes.

Evento “10 Anos da LBI – Avanços e Desafios na Implementação dos Direitos das Pessoas com Deficiência”

Realizado em 24 de julho de 2025, com 300 participantes, o evento abordou os impactos e avanços da LBI (Lei nº 13.146/2015). A programação contou com palestrantes renomados e concessão de pontuação pela ESAJ.

Palestrantes:

- Des. Dra. Regina Lúcia Passos: 10 anos da LBI – Temos motivos para comemorar?
- Dr. André Coelho – Conselheiro do CONADE/MDHC: Barreiras Invisíveis: O desafio do acesso à Justiça para pessoas com autismo
- Dr. Geraldo Nogueira: A LBI na prática: o que mudou na vida das pessoas com deficiência?



Seminário “Superação e Recomeço: Enfrentando o Alcoolismo na Vivência da Pessoa com Deficiência”

O evento integra as ações previstas no Acordo de Cooperação firmado entre o Escritório de Serviços Locais de Alcoólicos Anônimos (ESL/RJ) e o TJRJ.

Realizado em 25 de junho de 2025, via plataforma Teams, contou com os seguintes participantes:

- Douglas Manassés – Superintendente Terapêutico de Políticas Inclusivas da Casa Civil do RJ
- Aparecida Pereira Leite – Audiodescritora, consultora e formadora
- Geórgia Rodrigues – Diretora de criação e produtora da Inclusive Acessibilidade
- Membros do AA e do AL-ANON

O evento contou com 350 participantes.



Participação no II Encontro Nacional do Comitê de Direitos da Pessoa com Deficiência no Âmbito Judicial



Realizado nos dias 25 e 26 de agosto de 2025, no TST, em Brasília.

Participaram o diretor do DEAIS, Marcio Castro de Aguiar, e a diretora da DIACE, Claudia Brogno Marques Linhares.

O Sr. Marcio Castro foi palestrante na mesa “Estado da Arte: Acesso, Permanência e Ascensão de Pessoas com Deficiência no Judiciário”.

Evento “10 Anos da LBI – Justiça e Inclusão em Movimento”

Realizado em 12 de setembro de 2025, no Auditório Des. José Navega Cretton, em comemoração ao aniversário da LBI.

O evento contou com a participação do Presidente do TJRJ e de diversas Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão de órgãos públicos, incluindo MPRJ, TRT-1, TRE-RJ, OAB, TRF-2, Defensoria Pública e COMAI/TJRJ.

Participação presencial: 178 pessoas

Público ao vivo no YouTube: mais de 200 pessoas

A programação contou com mesa de abertura, três mesas de debate e mesa de encerramento.

Ação Social “Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência”

O evento ocorreu nos dias 24 e 25 de setembro, na Lâmina III e arredores do Fórum Central, contando com a participação de diversas entidades dos âmbitos federal, estadual e municipal. O objetivo foi promover cidadania, acesso a serviços essenciais e integração entre órgãos públicos e a sociedade, fortalecendo o respeito à diversidade e a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Foram realizadas palestras, rodas de conversa e atividades lúdicas, como apresentações dos Embaixadores da Alegria, cosplay, Coral de Surdos e Coral do TJRJ.



Resultados:

- 4.322 atendimentos
- 714 pessoas beneficiadas
- 345 participantes nas palestras
- Média de 6 atendimentos por pessoa

O eixo de Saúde e Qualidade de Vida foi o mais procurado, reforçando a importância das parcerias com a Mútua dos Magistrados e a Secretaria Municipal de Saúde.

Projeto “Pessoas Idosas no Poder”



O projeto consiste na realização de visitas ao Tribunal de Justiça para grupos de idosos.

A edição de 2025, realizada em 8 de outubro pela SGSUS e pelo Museu do TJRJ, homenageou o Dia Nacional da Pessoa Idosa. O evento contemplou visita ao Museu e às dependências do TJRJ por um grupo da Casa Retiro dos Artistas, fortalecendo ações de memória, acolhimento e cidadania.

Ação Social “Justiça para a Pessoa Idosa”



Evento no dia 10 de dezembro, no Salão dos Magistrados da Biblioteca da EMERJ, voltado para o atendimento às pessoas idosas. Trata-se de uma parceria entre Núcleo de Atenção e Promoção dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa Idosa (NUCAPI) e a SG-SUS, com a participação de entidades de âmbito Federal, Estadual e Municipal. O objetivo é promover cidadania, garantir acesso a serviços essenciais e fortalecer a integração entre órgãos públicos e o público idoso, além de oferecer palestras e rodas de conversa.

Outras ações implementadas em 2025

- Criação de canal específico na Ouvidoria para demandas de acessibilidade.
- Implementação de mecanismo obrigatório de identificação de PCDs em processos judiciais e administrativos.
- Criação do boletim mensal “Justiça sem Barreiras”.
- Atualização dos símbolos de acessibilidade.
- Criação do tipo processual “Acessibilidade” no SEI.

Projetos e Iniciativas em Andamento (2025/2026)

Incluem, entre outros:

- Diagnóstico de Acessibilidade em todos os fóruns.

- Pesquisa institucional sobre acessibilidade para público interno e externo.
- Implantação da avaliação biopsicossocial.
- Aquisição de placas em braille (projeto piloto).
- Adequações de acessibilidade no 9º andar.
- Projeto “Inclusão sem Barreiras” – inclusão produtiva de PCDs.
- Cartilha de Combate ao Capacitismo.
- Projeto “Comunicação Acessível para Todos”.
- Avaliação da ferramenta digital Rybená.
- Acordos para impressão em braile (IBC, SPLEB ou SBB).
- Participação no Projeto Prata da Casa (janeiro/2026).
- Projeto “Talentos sem Barreiras” (a partir de abril/2026).
- Circuito Rio Empregos – maio/2026.
- Ação Social do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência – setembro/2026.

Acordo de Cooperação – Rede Incluir (DIVAGA)

SEI nº 2025-06292910 – Foi formalizado Acordo de Cooperação não oneroso entre o TJRJ e a Rede Incluir, com o objetivo de disponibilizar a plataforma DIVAGA (Diversidade, Inclusão e Vaga) às empresas terceirizadas contratadas pelo Tribunal.

A ferramenta integra o Projeto “Gente que Move”, contemplando capacitação, suporte técnico e articulação institucional para promoção da inclusão produtiva, diversidade e empregabilidade, priorizando:

- Pessoas com deficiência;
- Jovens em busca do primeiro emprego;
- Mulheres em situação de vulnerabilidade;
- Profissionais 50+;
- Pessoas LGBTQIAPN+.

A iniciativa fortalece as contratações indiretas com foco social e amplia as políticas de inclusão do Tribunal.

Em 2025, a Assessoria Especial de Cerimonial, por meio da Divisão de Acessibilidade e Protocolo – DIACP, avançou de forma consistente na implementação do Projeto Estratégico “Acessibilidade em Eventos e Cerimônias Institucionais”, diretamente vinculado ao macrodesafio institucional de Garantia dos Direitos Fundamentais. Trata-se de iniciativa voltada à construção e aplicação de um Protocolo de Acessibilidade destinado à padronização das cerimônias do Poder Judiciário fluminense, contemplando diretrizes operacionais, práticas inclusivas, infraestrutura adaptada, para a mitigação de barreiras comunicacionais, tecnológicas, arquitetônicas e atitudinais.

O projeto se manteve rigorosamente dentro do prazo, com evolução progressiva ao longo dos ciclos mensais e atingindo 65% de implementação em relação ao biênio até dezem-

bro. Ao longo do ano, foram estruturadas e formalizadas ações essenciais, tais como a sistematização de procedimentos, a consolidação de parâmetros para análise prévia de acessibilidade em eventos, a elaboração de instrumentos de diagnóstico, a ampliação da interlocução com unidades técnicas e a proposição de medidas destinadas à melhoria contínua. O escopo do projeto também incorporou iniciativas de sensibilização e capacitação, buscando fortalecer a cultura organizacional de inclusão e garantir que servidores, colaboradores e equipes contratadas compreendam seu papel na promoção de ambientes cerimoniais mais acessíveis e acolhedores.

A relevância do projeto fica evidenciada não apenas pelo alinhamento com o Plano Estratégico, mas também pela sua contribuição direta para os indicadores institucionais de acessibilidade. O aprimoramento das práticas observadas ao longo de 2025 consolida políticas públicas internas orientadas pelos princípios da equidade e respeito às diversidades, além de oferecer bases consistentes para o avanço das ações planejadas para 2026. Dessa forma, o Projeto Estratégico se firma como um dos pilares de modernização e humanização das cerimônias no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Inicialmente, foi construído e finalizado o **Protocolo de Acessibilidade em Eventos e Cerimônias Institucionais**, documento operacional destinado a orientar todas as práticas de acessibilidade adotadas pelo Cerimonial do Tribunal de Justiça. A unidade conduziu a elaboração da minuta, a revisão técnica, a articulação intersetorial e o trâmite para aprovação, garantindo que o conteúdo refletisse rigor normativo, alinhamento ao modelo biopsicossocial da deficiência e aderência às normativas nacionais. Essa fase também contou com a interlocução entre unidades técnicas, assegurando ampla participação institucional no processo e fortalecendo a legitimidade e aplicabilidade do protocolo.

O **Protocolo de Acessibilidade em Eventos e Cerimônias**, publicado em 2025, representa um marco normativo para a padronização das práticas de acessibilidade adotadas pelo Tribunal no planejamento, execução e avaliação de suas solenidades, estabelecendo diretrizes abrangentes que contemplam acessibilidade arquitetônica, comunicacional, sensorial e atitudinal, oferecendo orientações práticas, exemplos, checklists, fluxos e padrões institucionais e a avaliação pós-evento.



Paralelamente, foi desenvolvida uma programação de **capacitação**, abrangendo temas como atendimento inclusivo, anticapacitismo, audiodescrição, acessibilidade comunica-

cional e noções básicas de Libras, com o objetivo de padronizar condutas, qualificar a abordagem com o público e fortalecer a cultura institucional de respeito à diversidade e ao acolhimento humanizado das pessoas com deficiência.

Nesse contexto, a **Assessoria Especial de Cerimonial** participou do **II Encontro Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência no Âmbito Judicial**, realizado no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília (DF). O evento celebrou os 10 anos da Lei Brasileira de Inclusão e apresentou a Política Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e o Protocolo para Julgamento sob a Perspectiva da Pessoa com Deficiência, trazendo contribuições relevantes para o aprimoramento das práticas institucionais.

Outra frente fundamental do projeto foi o planejamento das **adaptações de acessibilidade arquitetônica nos espaços de eventos**, incluindo auditórios, plenários e áreas adjacentes. As ações envolveram diagnósticos técnicos conduzidos pela engenharia, definição de prioridades e o início das adequações estruturais necessárias para promover autonomia, segurança e conforto. Entre melhorias contempladas no planejamento estavam a instalação de **rampa de acesso à mesa de honra**, piso tátil, sinalização tátil em Braille, outras rampas de circulação, corrimãos duplos, adequações em sanitários acessíveis, inclusive para pessoas ostomizadas, e a **montagem de uma sala de descompressão**, com elementos sensoriais, para pessoas neurodivergentes ou com deficiências psicossociais.

No eixo tecnológico, destacou-se a implementação do **Sistema Cerimonial Web**, que passou a ter recursos de acessibilidade, como convites acessíveis, com texto alternativo, formulários inclusivos compatíveis com leitores de tela e suporte para tecnologias assistivas. Também foram planejadas funcionalidades específicas para uso em **tablets destinados a participantes com deficiência**, garantindo acesso a recursos como tradutor de Libras, legendagem automática, audiodescrição e apoio comunicacional. Adicionalmente, a unidade ampliou as medidas de acessibilidade ao longo do ciclo, abrangendo adaptações físicas, digitais, atitudinais e comunicacionais. Esse acompanhamento envolveu atendimento em Libras, reserva de assentos, audiodescrição e descrição do ambiente, bem como o fornecimento de abafadores de ruído, disponibilização de cadeira de rodas e transmissões online com janela de Libras e legendas.

Por fim, foi iniciado o processo de **credenciamento** para a contratação de serviços especializados, essenciais à execução de eventos acessíveis, incluindo **intérpretes de Libras, audiodescritores e legendagem simultânea**, além da aquisição de equipamentos como **impressora Braille**, a fim de garantir o atendimento adequado aos diferentes perfis de participantes. Dessa forma, as ações desenvolvidas ao longo do ano abrangeram diferentes eixos estratégicos: **elaboração normativa, capacitação, adequação estrutural, desenvolvimento tecnológico, suporte técnico e produção de materiais acessíveis**, que se complementaram e permitiram a realização de eventos mais acolhedores, equânimes e alinhados às diretrizes estabelecidas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, pela Lei Brasileira de Inclusão e pela Resolução CNJ nº 401.

O ano de 2025 registrou um índice de **90% de eventos realizados com recursos de acessibilidade**. Esse percentual representa um avanço significativo quando comparado a 55%

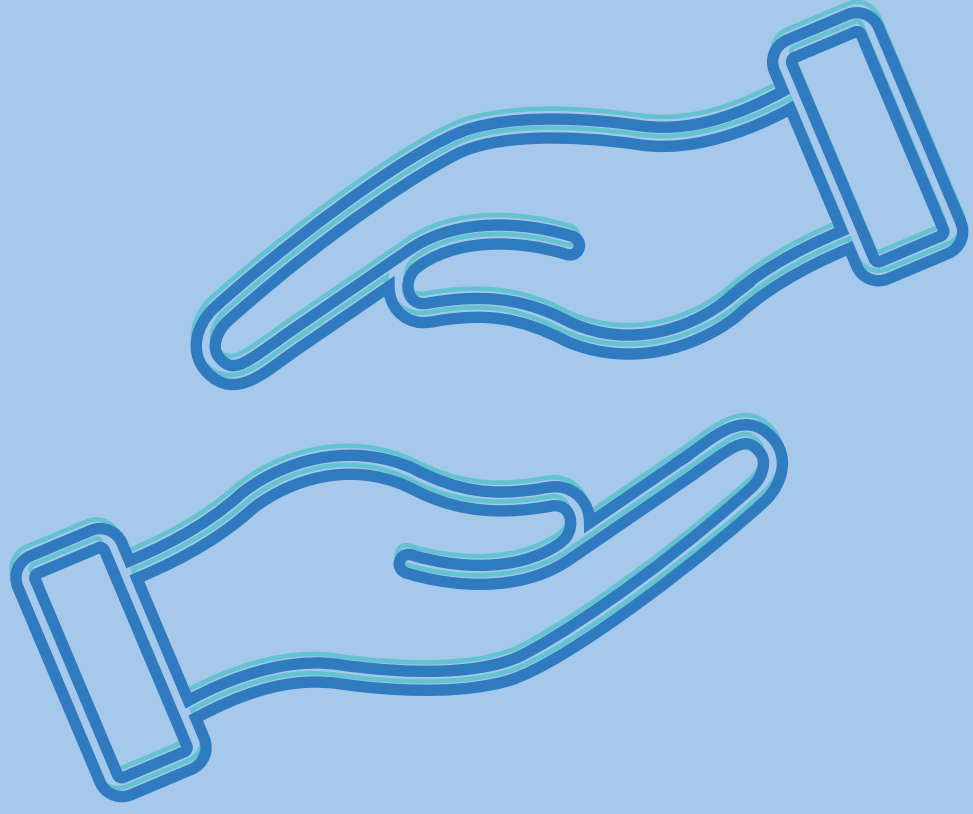
do ano anterior, alcançando integralmente a meta projetada para dezembro. Tal desempenho demonstra não apenas a evolução das práticas de inclusão institucional, mas também a consolidação de uma cultura organizacional orientada ao atendimento de todas as pessoas — incluindo públicos com deficiência física, visual, auditiva, psicossocial, intelectual ou neurodivergentes.

Cumprir destacar que foi implementado, por meio de totens digitais com acesso via QR Code, o **formulário de pesquisa de satisfação** referente aos eventos e cerimônias. A iniciativa está alinhada à meta de alcançar pelo menos 80% de avaliações classificadas como ‘bom’ ou ‘ótimo’, contemplando a análise de diversos aspectos, tais como recursos de acessibilidade, acolhimento, presteza e cordialidade da equipe, clareza de informações e qualidade das instalações, implementado visando demonstrar a efetividade das práticas adotadas no compromisso com o acolhimento da diversidade, a eliminação de barreiras e a promoção de ambientes inclusivos. A metodologia de monitoramento, somada às ações corretivas e preventivas, visa o alcance da plena aderência às diretrizes institucionais de inclusão e humanização no atendimento.

A ASCER esteve entre as unidades que contribuíram para a conquista do Selo Linguagem Simples 2025 do Conselho Nacional de Justiça, reconhecimento que reforça o compromisso institucional com a acessibilidade comunicacional e com a adoção de práticas que facilitam a compreensão por todos os públicos. A unidade colaborou na inscrição do ato normativo que disciplina o cerimonial, evidenciando a aplicação concreta de linguagem simples nos atos e nas comunicações oficiais. O Ato Normativo nº 34/2023 estabeleceu orientações claras e objetivas para as solenidades do Judiciário fluminense, incluindo estímulo

à brevidade dos pronunciamentos e à redução de formalidades excessivas — medidas que favorecem a inclusão de pessoas com diferentes perfis de compreensão e necessidades comunicacionais. Tais práticas fortalecem uma cultura institucional mais empática, acessível e alinhada ao princípio de que a informação deve ser compreensível a todos os públicos.





6, Fortalecimento da Relação do Judiciário com a Sociedade



6. Fortalecimento da Relação do Judiciário com a Sociedade

SECRETARIA-GERAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Novo presidente do Tribunal de Justiça do Rio diz que sistema de 'juiz sem rosto', adotado em julgamentos de mafiosos, precisa ser debatido

Ricardo Couto de Castro assume a função na próxima sexta-feira

O GLOBO | Por Vera Araújo | 02/02/2025, 05h00



Responsabilidade social, transparência e inovação

Aos 23 anos, recém-formado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Ricardo Couto de Castro foi aprovado no concurso da Defensoria Pública do Rio. Três anos depois, ingressou na magistratura, acreditando que, como juiz, seu trabalho teria maior impacto social. Hoje, aos 60, assume a presidência do Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ), sucedendo Ricardo Cardozo. Mantém os ideais do passado, mas reconhece os desafios atuais, que, muitas vezes, afastam juízes e serventuários por depressão ou risco de vida. Sensível às dificuldades, promete criar condições para que os julgadores exerçam um bom trabalho a partir de 7 de fevereiro, quando assume o cargo.

Uma queixa recorrente é a morosidade da Justiça. Como mudar essa imagem?

Para ser adequada, a Justiça não pode ser excessivamente célere. Há percalços probatórios que devem ser superados para se alcançar a verdade real. O julgador precisa se preocupar com a correção do julgamento. Esse cuidado faz com que os mecanismos da Justiça operem com certa demora. A sociedade precisa compreender que essa pequena demora é necessária para garantir uma prestação jurisdicional adequada. No entanto, isso não significa que a Justiça deva ser lenta, mas sim que deve respeitar um tempo razoável. É o tempo necessário para a produção de provas, o exercício do contraditório e, em seguida, o debate. O objetivo é julgar de forma justa, atendendo às expectativas da sociedade.

Estamos conduzindo um estudo sobre algumas regionais da capital para aprimorar e agilizar a prestação jurisdicional na Barra da Tijuca, em Santa Cruz e em Campo Grande. Meu compromisso é resolver esse problema em menos de seis meses.

O que motiva essa demora?

Tenho plena consciência de que o Estado do Rio não dispõe de um Judiciário com quadro de pessoal e recursos materiais adequados. Esse é um dos desafios da minha gestão. Hoje, é essencial a abertura de novos concursos para suprir essas vagas. Um dos principais problemas é a remuneração inadequada, que tem levado muitos magistrados e serventuários a deixarem seus cargos para migrar para a iniciativa privada. Isso evidencia que o trabalho na Justiça é exaustivo não apenas em termos de volume de atividades, mas também no aspecto mental. A pressão é intensa, e muitos servidores enfrentam depressão.

Que tipo de pressão?

Algumas questões que chegam às varas de família exemplificam essa carga emocional. Disputas por posse e guarda de crianças podem ter desfechos trágicos. Após analisar um laudo e conceder a guarda a um dos pais, o juiz pode se deparar com situações extremas, como casos em que um dos responsáveis, inconformado, atenta contra a vida do próprio filho.



Ricardo Couto de Castro

Foto: Guito Moreto

Qual é o déficit de juízes?

Atualmente, há juízes de primeiro grau responsáveis por duas ou três varas simultaneamente, o que compromete a qualidade do atendimento. Além disso, há uma grave carência de servidores, peritos, assistentes sociais e psicólogos. Só na magistratura, o déficit chega a 71 juízes. De serventuários, é de 650. O Rio ainda não tem o Judiciário que sua população merece.

Como o Judiciário pode enfrentar a violência, que vem crescendo cada vez mais?

Uma minoria não pode cercear a liberdade da maioria. O avanço da criminalidade, do tráfico, da milícia, cada vez mais ousados, desafia diretamente o aparato repressivo do Estado. No âmbito criminal, a aplicação de penas adequadas tem reflexos diretos na vida dos magistrados. No Rio, 27 juízes vivem sob ameaça, com escolta e veículos blindados. Essa realidade remete ao caso da juíza Patrícia Acioli (magistrada assassinada em agosto de 2011, em São Gonçalo, por policiais militares que estavam sendo julgados por ela). O Rio carrega essa marca emblemática, e a violência também atinge integrantes do Ministério Público e até da polícia. No passado, as forças de segurança não precisavam de blindados para entrar nos morros. Hoje, o caveirão tem que existir.

A violência bate à porta do TJ do Rio?

A realidade que vivemos é marcada por constantes casos de feminicídio. Nós mesmos enfrentamos essa tragédia com a perda de uma de nossas juízas (Viviane Vieira do Amaral, assassinada em 24 de dezembro de 2020 pelo ex-marido, condenado a 45 anos de prisão).

Seria válido adotar o sistema do “juiz sem rosto”, como na Itália, onde a identidade dos magistrados foi mantida em sigilo nos julgamentos de mafiosos?

Essa é uma questão interessante. Mais cedo ou mais tarde, a figura do juiz sem rosto será debatida no Brasil. O que deve ser questionado é se essa medida comprometeria o devido processo legal. Advogados de defesa poderiam alegar que a ausência de identidade do juiz abriria margem para influências do aparato repressivo, permitindo que o presidente escolhesse um magistrado com tendência condenatória ou garantista. No entanto, considero esse argumento inadequado. O juiz sem rosto significaria apenas a não identificação pública do magistrado. A distribuição dos processos continuaria aleatória e sem manipulação, assegurando a imparcialidade.

Como melhorar a área da infância e da juventude?

A Vara da Infância e da Juventude está diretamente ligada à atuação do Estado e depende do Poder Executivo. O Judiciário não cumpre bem seu papel se o Executivo falha em seus deveres constitucionais. Quando há carências na educação e no social, isso repercute na vara com o aumento da criminalidade juvenil. Investir em cultura e educação é essencial para qualquer país. Métodos contraceptivos, conscientização sobre doenças e prevenção são fundamentais. É preciso romper com disputas partidárias que bloqueiam recursos. Um administrador não pode prejudicar um adversário às custas da população. Falta maturidade política no Brasil nesse aspecto.

Os processos são digitais, mas os sistemas do TJ ainda falham na agilidade. Como resolver isso?

Os processos, em grande parte, já estão digitalizados. Entretanto, nós temos sistemas diferentes. No prazo de cinco anos, o tribunal terá o seu sistema próprio, o Eproc, que se apresenta como o melhor sistema para a prestação jurisdicional. Esse sistema terá que se comunicar com outros sistemas, como os do Ministério Público do Rio, das polícias. Estamos começando nas varas de Fazenda Pública e terminado nas criminais.

Por que começar nas varas de Fazenda Pública?

Por ser relevante no plano fiscal para o Estado, isso gerará economia de tempo, atingindo o patrimônio dos devedores e permitindo que a Fazenda Pública receba os valores que lhe são devidos. O Estado passa a ter receita para atingir suas metas, aplicando em educação, segurança pública e saúde.

As gravações das audiências do TJ são de baixa qualidade. Há planos para a aquisição de um novo sistema e o uso de inteligência artificial para outros serviços?

Vamos adquirir um sistema moderno. Eu mesmo já tive problemas com isso ao julgar e me comprometo com essa melhoria. Também estamos investindo em inteligência artificial. No entanto, tenho uma visão um pouco diferente de outros julgadores, que dizem que a inteligência artificial nos substituirá. A valoração da prova depende do ser humano, pois exige sensibilidade. Algo inerente à pessoa. Nenhuma máquina substitui o homem.

Desembargador Ricardo Couto toma posse como presidente do Tribunal de Justiça do RJ

Magistrado substitui Ricardo Cardozo. Também tomam posse nesta sexta (6), o novo corregedor Cláudio Brandão de Oliveira e os novos vice-presidentes do TJ pelos próximos dois anos.

Por Marco Antônio Martins | G1 Rio | 07/02/2025 16h13

O novo presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o desembargador Ricardo Couto, tomou posse, na tarde desta sexta-feira (7). Ele presidirá o tribunal no biênio 2025/2026.

Ricardo Couto substitui o desembargador Ricardo Cardozo, que esteve no cargo durante os últimos dois anos. Participaram da posse os ministros do STF Kassio Nunes Marques, Luiz Fux e Gilmar Mendes, além do prefeito Eduardo Paes, do governador Cláudio Castro e do presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar.

Depois da posse, Couto disse que a sociedade pode esperar um Tribunal de Justiça mais aberto a população: Vamos atuar efetivamente para que o Judiciário seja de todos e para todos”

O novo presidente disse que uma das prioridades é investir em tecnologia:

“A IA será capaz de substituir o julgador? Não. Mas ela precisa auxiliar o julgador. Já estamos investindo em tecnologia, mas nem todos os programas são adequados e isso não quer dizer que devemos investir nesses projetos. Falamos sempre em tecnologia e parece que ela nunca chegará. Investiremos sempre nos melhores programas”.



Desembargador Ricardo Couto toma posse como presidente do Tribunal de Justiça do RJ

Foto: Marco Antônio Martins/g1

Nesta sexta ainda tomam posse:

- Desembargador Cláudio Brandão de Oliveira, no cargo de corregedor-geral da Justiça
- Desembargadora Suely Lopes Magalhães, na 1ª Vice-Presidência;
- Desembargadora Maria Angélica Guerra Guedes, na 2ª Vice-Presidência;
- Desembargador Heleno Ribeiro Pereira Nunes, na 3ª Vice-Presidência;
- Desembargador Claudio Luiz Braga dell'Orto como diretor-geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj).

Quem é o novo presidente

Nascido no Rio de Janeiro, o desembargador se formou na Universidade do Estado do RJ (UERJ) e entrou para a magistratura em setembro de 1992.

Atuou em varas cíveis e criminais em diferentes cidades da Região Metropolitana do Rio antes de ser nomeado desembargador em 2008. Foi efetivado na antiga 7ª Câmara Cível, atual 4ª Câmara de Direito Público.

Durante esses anos, o desembargador ainda integrou várias bancas do concurso para ingresso na carreira da magistratura nas áreas de Direito Administrativo, Direito Constitucional e Direito Ambiental.

Em dezembro de 2024, o desembargador ganhou a eleição para presidente do tribunal. Após eleito, o desembargador disse querer “uma Justiça mais democrática”.

“Eu espero tornar o judiciário mais aberto ainda, mais democrático. Eu acho que ele já vem nessa tacada digamos assim, ele já vem se encaminhando no sentido de ser o mais acessível à população. Então para a população eu gostaria de dizer que podem esperar um judiciário eficiente, rápido e democrático”, disse o desembargador.

Novo presidente do TJRJ toma posse: ‘podem esperar um tribunal mais participativo’, diz Ricardo Couto

Desembargador assume o comando do tribunal das mãos do seu antecessor, o desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, para o biênio 2025-2026

O GLOBO | Por Vera Araújo — Rio de Janeiro | 07/02/2025 19h14



O desembargador Ricardo Couto de Castro tomou posse como presidente do Tribunal de Justiça do Rio (TJRJ), na tarde desta sexta-feira. Ele assume o comando do tribunal das mãos do seu antecessor, o desembargador Ricardo Rodrigues Cardozo, para o biênio 2025-2026. Numa coletiva antes da cerimônia, o novo presidente anunciou que fará um novo concurso para magistrados, principalmente, por causa do déficit de juízes no interior do estado. Esse número é de 71 magistrados, atualmente.

— Hoje eu peço que todos tenham paciência, porque há uma carência muito grande de magistrados no interior do estado, mas isso não depende só da presidência. Será feito um concurso para preencher essas vagas. Temos de selecionar pessoas abalizadas. Nem sempre temos o número de aprovados de que precisamos. Não dá para fazer da noite para o dia. Posso garantir que os olhos estarão voltados para o interior — disse o presidente, referindo-se ao preenchimento de vagas no estado.

Segundo o desembargador Ricardo Couto, a população pode esperar um Tribunal de Justiça sempre aberto, para receber sugestões e críticas.

— A sociedade pode esperar um tribunal mais participativo, mais aberto à população — garantiu ele.

Outro tema que abordou foram os valores das custas judiciais. O novo presidente ressaltou que a cobrança é prevista na Constituição Federal, mas lembrou a existência da gratuidade de justiça aos menos favorecidos. De acordo com pesquisa do TJRJ, para cada 10 processos, sete deles não pagam custas, nem emolumentos.

— O Judiciário tem que investir em tecnologia e nos custos com técnicos e magistrados. As custas judiciais e os emolumentos têm o objetivo de dar fôlego financeiro para cobrir esses gastos. Esses valores retornam em termos de serviços para a população. As portas do tribunal vão estar abertas, inclusive, para reclamações — afirmou o novo presidente.

O programa Justiça Itinerante, segundo o desembargador Ricardo Couto, será incrementado. Para isso, ele já disse estar buscando parceria com a Defensoria Pública.

Na cerimônia da tarde desta sexta-feira (07/02), também foram empossados os desembargadores Cláudio Brandão de Oliveira (corregedor-geral da Justiça); Suely Lopes Magalhães (1º vice-presidente); Maria Angélica Guerra Guedes (2ª vice-presidente); Heleno Ribeiro Pereira Nunes (3ª vice-presidente); e Claudio Luiz Braga dell'Orto (diretor-geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - Emerj).

Estiveram na posse do novo presidente do TJRJ: o governador Cláudio Castro; o prefeito Eduardo Paes; o presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar; o procurador-geral de Justiça, Antonio José Campos Moreira; o ministro do STF, Luiz Fux; entre outras autoridades.

TJ/RJ veda ex-integrantes do TRE no Quinto Constitucional por 3 anos

Decisão busca impedir uso político da Justiça Eleitoral na disputa por vagas destinadas à OAB no Tribunal de Justiça.

Da Redação | **MIGALHAS** | terça-feira, 25 de março de 2025

[HTTPS://WWW.MIGALHAS.COM.BR/QUENTES/427028/TJ-RJ-VEDA-EX-INTEGRANTES-DO-TRE-NO-QUINTO-CONSTITUCIONAL-POR-3-ANOS](https://www.migalhas.com.br/quentes/427028/tj-rj-veda-ex-integrantes-do-tre-no-quinto-constitucional-por-3-anos)

O Órgão Especial do TJ/RJ aprovou, nesta segunda-feira, 24, a resolução 07/25, que altera o art. 176 do Regimento Interno da Corte para restringir a elegibilidade de advogados às vagas do quinto constitucional.

Com a mudança, advogados que integrem ou tenham integrado, nos três anos anteriores à abertura da vaga, a composição do TRE ficam impedidos de concorrer.

A proposta foi apresentada pelo presidente do TJ/RJ, desembargador Ricardo Couto de Castro, que justificou a medida como uma forma de proteger a integridade institucional.

Segundo ele, a iniciativa “se destina a impedir a potencial instrumentalização da jurisdição eleitoral como trunfo político na disputa pela vaga do quinto constitucional, em inegável detrimento do espírito republicano e da essência da ordem democrática”.



TJ/RJ veta nomeação ao quinto constitucional de advogados que atuaram no TRE nos últimos três anos.

Imagem: TJ/RJ

O desembargador frisou que a nova regra não cria um requisito adicional aos previstos na Constituição, mas representa “uma grande oportunidade de amadurecimento institucional e fortalecimento da ética democrática e republicana que deve inspirar todo o sistema de Justiça”.

Para embasar a quarentena de três anos, o presidente do Tribunal explicou que a Resolução adotou, por analogia, o mesmo intervalo exigido de juízes aposentados ou exonerados antes de exercerem a advocacia.

Ainda destacou que “a restrição traduz emanção direta do que prescreve a própria Carta da República, especialmente do postulado republicano da moralidade administrativa e do primado do Estado de Direito, entre cujos pilares figura exatamente o exercício íntegro e independente do poder jurisdicional”.

A regra do quinto constitucional, prevista na Constituição Federal, garante que 20% das vagas nos tribunais sejam destinadas a advogados e membros do Ministério Público.

Os nomes são indicados em listas sêxtuplas por OAB e MP, e a Corte seleciona três para envio ao chefe do Executivo, que escolhe um dos indicados para nomeação.

Quinto constitucional: transparência e imparcialidade no processo de escolha

Instrumentalização da jurisdição eleitoral para fins políticos traduz a negação dos valores republicanos

Por Ricardo Couto de Castro | O GLOBO – ARTIGO | 27/03/2025 00h05



O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro aprovou a Resolução 07/2025, que altera o artigo 176 do Regimento Interno da Corte. A modificação explicita que não poderão concorrer às vagas destinadas ao quinto constitucional os advogados que, nos três anos anteriores à abertura da vaga, tenham integrado a composição do Tribunal Regional Eleitoral.

Essa restrição fundamenta-se nos princípios republicanos da impessoalidade e da moralidade, insculpidos no artigo 37 da Constituição Federal.

A medida tem o objetivo de evitar a instrumentalização da jurisdição eleitoral como ferramenta política na disputa pelo quinto constitucional. Vale ressaltar que essa norma não cria um novo requisito além daqueles já previstos na Constituição. Pelo contrário, trata-se de uma concretização dos princípios constitucionais que regem a administração pública e a independência do Poder Judiciário.

A regra segue a lógica da vedação já imposta pela Constituição de 1988 e pode ser comparada à Resolução 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que combate o uso indevido de posições institucionais para obtenção de vantagens pessoais. A instrumentalização da jurisdição eleitoral para fins políticos traduz a negação dos valores republicanos e do postulado da moralidade administrativa, uma vez que fere os princípios da igualdade e da impessoalidade e compromete a independência do exercício da função jurisdicional.

Importante lembrar que a quarentena de três anos a ser cumprida pelos advogados vindos do TRE foi definida com base em uma interpretação analógica ao disposto no artigo 95, parágrafo único, inciso V, da Constituição Federal, que trata das garantias da magistratura para assegurar a integridade e a independência do Judiciário.

Dessa forma, a alta administração do TJ do Rio considera essa alteração regimental um importante avanço institucional. A medida reforça a ética republicana e democrática, alinhando-se aos valores constitucionais que devem nortear todo o sistema de justiça.

A positivação explícita dessa restrição no Regimento Interno fortalece a transparência e a imparcialidade na escolha dos membros do quinto constitucional, garantindo que o exercício do poder jurisdicional seja sempre íntegro e independente.

*Ricardo Couto de Castro, desembargador, é presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Luta pela Eficiência

Justiça brasileira não é célere como a dos EUA, mas tem maior qualidade, diz presidente do TJ-RJ

CONSULTOR JURÍDICO | Márcio Chaer - Sérgio Rodas | 2 de maio de 2025, 8h53

SPACCA



O desembargador Ricardo Couto de Castro

A Justiça brasileira é constantemente comparada à dos Estados Unidos. Embora o Judiciário nacional não tenha a celeridade do americano, ele gera decisões mais justas e de maior qualidade. A Justiça dos EUA comete muitos erros, especialmente em ações penais — um exemplo é o do boxeador Rubin “Hurricane” Carter, injustamente condenado por homicídio, que teve sua história contada na música Hurricane, do cantor e compositor Bob Dylan. A afirmação é do presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Ricardo Couto de Castro.

O TJ-RJ é a corte estadual mais produtiva do Brasil há 15 anos, conforme o relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça. O sucesso se deve a investimentos em material e pessoal feitos por presidentes do tribunal desde o começo dos anos 2000, sem que um novo gestor desfizesse os feitos do seu antecessor, aponta Couto, que comanda a corte no biênio 2025-2026.

Para aumentar a celeridade dos processos sem reduzir a qualidade das decisões, Couto pretende ampliar os investimentos em tecnologia. A troca do sistema PJe pelo EProc é um importante passo nesse sentido, avalia.

O presidente também pretende reduzir o déficit de juízes de primeira instância, atualmente em cerca de 170 cargos. Mas ele ressalta que é algo difícil de fazer, pois os concursos para a carreira são complexos, demoram e acabam inserindo no Judiciário 30 profissionais, enquanto 25 se aposentam por ano.

O desembargador critica os ataques à remuneração dos magistrados, que muitas vezes não refletem a realidade dos seus ganhos. “Nenhum magistrado pode ganhar mais que um ministro do Supremo Tribunal Federal. Quando isso ocorre, se trata de valores pagos a título de atrasados. A discussão, então, deve ser se esses valores são corretos ou não.”

Em entrevista à revista eletrônica Consultor Jurídico, Ricardo Couto ainda destacou a importância de respeitar os precedentes do STF e do Superior Tribunal de Justiça, explicou o funcionamento do orçamento do TJ-RJ e disse que a corte busca proferir decisões que inibam a criminalidade, mas sempre dentro dos padrões constitucionais e legais.

Leia a seguir a entrevista:

ConJur — Faz 15 anos que o TJ-RJ encabeça o ranking de produtividade do CNJ. Qual a explicação para isso?

Ricardo Couto — A somatória de pessoal com material traz para o Tribunal de Justiça do Rio essa primazia em termos de produtividade. Tivemos presidentes que trabalharam para aumentar a produtividade desde o começo dos anos 2000, observando e divulgando os rankings de cada câmara. Então as câmaras passaram a observar o tempo que levavam para julgar um processo, desde a data da distribuição até a data do julgamento. Isso trouxe um estímulo para as câmaras, no sentido de melhorar o tempo de julgamento dos processos, mas sem perder a qualidade.

Muitas vezes comparam a Justiça brasileira à Justiça dos EUA. Mas a Justiça dos EUA comete muitos erros em processos criminais. Um exemplo é o do boxeador Rubin “Hurricane” Carter, injustamente condenado por homicídio e que teve sua trajetória contada na música Hurricane, do grande cantor Bob Dylan. O Brasil talvez não tenha a celeridade da Justiça dos EUA, mas tem uma Justiça mais justa e de maior qualidade. Isso eu posso afirmar sem dúvida alguma.

Voltando ao TJ-RJ, os investimentos que foram feitos em estruturação dos gabinetes do segundo grau, seja no plano pessoal ou material, somados ao estímulo dos presidentes no início dos anos 2000, estimularam uma espécie de “competitividade” entre as câmaras, o que gerou um aumento de produtividade sem perder a qualidade.

ConJur — O que é possível mudar para aumentar ainda mais a celeridade dos processos?

Ricardo Couto — A tecnologia é uma forma de viabilizar uma Justiça mais ágil, sem perder a qualidade. Recentemente, o TJ-RJ decidiu trocar o sistema PJe pelo EProc, desenvolvido pela Justiça Federal da 4ª Região. Esse será o quarto sistema eletrônico adotado pelo TJ-RJ. Mas não foi um erro. Eram os sistemas que se mostravam melhores à época. O PJe, inclusive, foi cancelado pelo CNJ. E o TJ-RJ sempre procurou seguir as diretrizes do CNJ. Mas o PJe não se mostrou muito adequado.

O melhor sistema, de fato, é o EProc. Vamos uniformizar todos os nossos sistemas em um único. Então, não demorará muito para termos um único sistema, com uma melhora muito grande. Inclusive, é um sistema com o qual os advogados do Rio já têm familiaridade, pois é usado na Justiça Federal da 2ª Região. Então a advocacia está com uma expectativa alta por essa mudança.

ConJur — Como investir em tecnologia, mas ao mesmo tempo combater a exclusão digital tanto dos mais pobres quanto dos advogados mais velhos?

Ricardo Couto — A exclusão digital é uma preocupação de todos os tribunais, dos advogados, da Ordem dos Advogados do Brasil. Os tribunais e a OAB devem agir conjuntamente para oferecer estrutura para que advogados possam se valer dos sistemas informatizados e não serem excluídos da Justiça.

ConJur — Como é a relação do TJ-RJ com o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça?

Ricardo Couto — O TJ-RJ tem uma visão muito adequada da importância dos julgamentos uniformes. A uniformização de entendimentos significa uma Justiça igual, uma Justiça que se faz no mesmo formato para todas as pessoas. O TJ-RJ é cioso quanto à necessidade de se respeitar os julgados de Brasília, as instâncias superiores. Podemos até pensar que algumas soluções poderiam ser diferentes, mas, para efeitos de uma Justiça igualitária, temos que respeitar os julgados. Então é uma relação muito respeitosa.

ConJur — O sistema atual de subida de recursos é satisfatório?

Ricardo Couto — Sim. O TJ-RJ tem duas vice-presidências para cuidar disso. A 2ª Vice-Presidência cuida dos recursos no âmbito criminal, a 3ª Vice-Presidência cuida dos demais recursos. Como respeitamos as decisões do STF e dos tribunais superiores, há um índice pequeno de recursos que sobem para Brasília.

ConJur — Como é a relação com a primeira instância?

Ricardo Couto — A relação com a primeira instância também é muito boa. No estado do Rio de Janeiro, o segundo grau tem uma disponibilidade de pessoal e de material muito boa. Mas no primeiro grau não está boa. Nós temos que rever o número de pessoal que está servindo junto a serventias, além do número de juízes. Hoje temos uma carência de cerca

de 170 magistrados. É uma carência muito grande, se pensarmos em um estado da dimensão do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro tem cerca de 720 magistrados de primeiro grau. Se temos uma carência de 170, há quase 25% de carência de magistrados no primeiro grau.

Eu espero melhorar essa situação em meu mandato. Mas é muito difícil porque os concursos para magistratura são concursos de grande dificuldade. Quando procuramos selecionar o melhor quadro técnico, nós diminuimos o número de candidatos que são aprovados. Isso faz com que cada concurso tenha uma média de 30 magistrados aprovados. E nós temos capacidade de fazer no máximo dois concursos por ano. Cerca de 20, 25 magistrados se aposentam por ano, então muitas vezes adicionamos apenas cinco magistrados no ano. É difícil reduzir essa defasagem.

ConJur — Que implicações há na subordinação orçamentária do Judiciário ao Executivo e ao Legislativo?

Ricardo Couto — O Judiciário, por força da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), não pode gastar com seu quadro pessoal mais do que 6% dos recursos que o Estado arrecada. A relação do TJ-RJ com o Executivo e o Legislativo, no plano orçamentário, é muito boa. O Executivo transfere ao Judiciário o que a legislação determina. O que subsidia o custeio do TJ-RJ é o fundo especial, que cada tribunal tem. As receitas do fundo vêm das custas, taxas e dos valores a título de emolumento que são cobrados dos usuários de serviços do Judiciário ou das atividades extrajudiciais dos cartórios. Gastos com compras de computadores ou obras são feitos com recursos do fundo do tribunal. Gastos com remuneração de magistrados e servidores são feitos com os 6% que o Executivo transfere ao Judiciário. Ou seja, quando o tribunal tem gastos materiais, assim o faz com recursos que lhe são próprios, de sua própria atividade, e não com recursos advindos do ICMS ou de outras fontes.

ConJur — A Constituição Federal de 1988 deu um novo papel para o Judiciário, novas atribuições para os magistrados, aumentou a carga de trabalho, a responsabilidade, a fiscalização. Mas há um inconformismo, que a imprensa replica, contra a remuneração dos juízes. Vale a pena ser juiz hoje?

Ricardo Couto — É de suma importância a conscientização da população sobre esse tema, e não devemos fugir do debate. Muitas vezes o que é divulgado não reflete a realidade dos ganhos de um magistrado. Nenhum magistrado pode ganhar mais que um ministro do Supremo Tribunal Federal. Quando isso ocorre, se trata de valores pagos a título de atrasados. A discussão, então, deve ser se esses valores são corretos ou não.

Sobre o chamado adicional por tempo de serviço, tecnicamente isso se insere na ideia de irredutibilidade dos vencimentos. Magistrados que ingressaram na carreira antes de dezembro de 2003 acumulavam esse adicional. Com a Emenda Constitucional 45/2004, ficou vedado que qualquer magistrado recebesse acima do teto do STF, por qualquer que fosse a razão, inclusive adicional por tempo de serviço. Quando essa norma entrou em vigor, e o STF disse que ela tinha aplicação imediata, havia diversos tribunais cujos ma-

magistrados recebiam esse adicional com base em leis estaduais. Devido ao adicional por tempo de serviço, esses magistrados ganhavam mais do que um ministro do STF. Esses magistrados que ganhavam acima do teto argumentaram que, por força da Constituição, seus vencimentos não poderiam ser reduzidos. O STF decidiu que eles poderiam manter seus vencimentos até o limite do teto. Mas até essa decisão havia dúvidas.

Havia também uma regra na Constituição de subteto nos estados, o que gerava questionamentos sobre qual seria o teto estadual. O salário de um desembargador? O CNJ determinou que o teto estadual era o subsídio de desembargador, mas essa regra foi declarada inconstitucional pelo STF, que decidiu que o teto para magistrados não era o salário de desembargador, mas o de ministro do STF.

Com a decisão de que o teto era o do STF, magistrados estaduais puderam acumular valores até esse limite, o que gerou uma defasagem de 10% em estados como o Rio de Janeiro entre 2005 e 2021. Isso gerou valores altíssimos a título de atrasados. Mas é algo legal e constitucional. O erro foi a resolução do CNJ que impôs como teto o subsídio do desembargador, decisão depois corrigida pelo STF. Esses atrasados, quando pagos, elevaram consideravelmente os valores recebidos por alguns magistrados.

Cada tribunal paga conforme sua capacidade orçamentária. Por exemplo, um magistrado com R\$ 1,5 milhão em atrasados pode receber mensalmente seu subsídio mais parcelas desse valor, totalizando, por vezes, até R\$ 180 mil líquidos — já que os atrasados são pagos como verba indenizatória. Ao olhar isso, o cidadão comum pode se espantar, mas se consultar a transparência verá que um juiz que acabou de entrar na carreira ganha cerca de R\$ 30 mil líquidos. A diferença decorre do pagamento dos atrasados.

Então, repito, o questionamento deve ser: é correto o pagamento desse valor atrasado? Se não for, não tem que pagar. Mas se for, ele deve ser feito. E deve ser feito rapidamente, pois com o atraso incidem juros, elevando ainda mais a dívida do Estado — especialmente com a atual taxa Selic. Quanto mais o tribunal demora, maior o prejuízo para o contribuinte. Por isso, são essenciais a transparência e o debate direto. A mídia e o público precisam compreender que, apesar dos valores parecerem altos, o pagamento rápido gera economia para o Estado.

ConJur — Um dos problemas atuais do Judiciário é a litigância abusiva. Os filtros existentes são suficientes para impedir a litigiosidade desnecessária?

Ricardo Couto — A questão da litigância predatória envolve aspectos culturais e econômicos. Um exemplo: uma instituição financeira cobra uma taxa que o Banco Central não permite. Ela avalia que, mesmo sendo indevida, é economicamente viável cobrar, pois, entre um milhão de clientes, só 20 mil irão à Justiça. Então ela faz um balanço e opta por cobrar, mesmo sabendo que está errada. Se houvesse uma cultura de não litigiosidade, o chefe do jurídico diria: “Isso é incorreto”. Ao permitir a cobrança, eleva-se o custo da Justiça, e quem paga é a população. Esse custo pode inclusive prejudicar investimentos na

própria instituição financeira.

O cálculo econômico feito olha apenas para o momento, mas se mudássemos a cultura, todos ganhariam, com redução de custos e de litígios. Como resolver isso? Há várias formas. O TJ-RJ tentou agir pelo valor das custas. Quando se diagnosticava que alguém, pessoa ou empresa, tinha litígios em excesso, se propôs cobrar mais custas judiciais desses litigantes, pois estavam sobrecarregando a Justiça. A ideia era que, pagando mais, se inibisse o volume excessivo de ações.

O Rio tentou isso, mas o Supremo declarou esse formato inconstitucional, apontando que custas são tributos, e tributos não podem ter caráter punitivo. A visão do Rio de Janeiro, porém, não era de punição, mas de reembolso pelo custo que aquela litigância estava gerando ao sistema. São visões interpretativas distintas, e o Rio respeita a decisão do Supremo. Mas há uma expectativa de que o Supremo reveja esse posicionamento. Tomara.

ConJur — Uma característica do desenvolvimento é o crescimento do volume de processos no campo do Direito Privado. Tribunais têm expandido o número de varas e câmaras empresariais. O senhor planeja investir nessa direção?

Ricardo Couto — Hoje, o nosso pensamento está em termos de economia financeira. Ampliar o número de câmaras significa aumentar os custos. O TJ-RJ ocupa o primeiro lugar no ranking de produtividade nacional, conforme o CNJ. Então o TJ-RJ não precisa criar mais câmaras. O TJ-RJ pode eventualmente transformar câmaras, alterando as competências, mas não criar cargos em segundo grau, que representariam um custo para o estado.

Já em primeiro grau, repito que temos carência de juízes. Como eu posso falar em criar mais varas? Primeiro é preciso trazer juízes para ocupar as varas. Depois de ocupados os 170 cargos vagos, seria possível ter a noção exata da necessidade de ampliar o quadro de varas.

ConJur — Como a crise da segurança pública afeta os julgamentos do TJ-RJ?

Ricardo Couto — Eu posso falar sobre o Judiciário, mas não posso falar sobre políticas tomadas pelo Executivo e pelo Legislativo. O Judiciário do Rio de Janeiro procura dar as decisões que entende as mais adequadas no sentido de inibir a criminalidade — logicamente que dentro dos padrões constitucionais e legais. Agora, se isso repercute positivamente ou negativamente na sociedade, talvez seja um problema mais de outra esfera de poder do que a minha. Há muitos questionamentos sobre a legislação. A legislação penal é federal. Há questionamentos sobre segurança no plano do Executivo, mas não compete ao Judiciário adentrar essa seara.

MÁRCIO CHAER é diretor da revista **CONSULTOR JURÍDICO E ASSESSOR DE IMPRENSA**.

SÉRGIO RODAS é editor da revista **CONSULTOR JURÍDICO NO RIO DE JANEIRO**.

Projeto no Rio ajuda pessoas em situação de rua a recuperar documentos e voltar ao mercado de trabalho

Criado há um ano, espaço na Central do Brasil já realizou 29 mil atendimentos entre emissão de documentos, acesso a benefícios e encaminhamento para vagas de emprego

FOLHA DE S. PAULO | Aléxia Sousa | 04/05/2025 | Rio de Janeiro

Sentado em uma cadeira no interior do Cipop-Rua/RJ, centro de atendimento a pessoas em situação de rua instalado no antigo restaurante popular da Central do Brasil, no Centro do Rio de Janeiro, Gilvado Borges Junior guardava com cuidado em um saco plástico os documentos recém-conquistados. Junto deles, estava a carta de encaminhamento para uma entrevista de emprego como servente de obras.

“Eu sei que é só uma entrevista, mas isso aqui para mim é uma guinada de 1.000 graus. Com esse papel, eu volto a ser cidadão”, disse à Folha no mesmo dia em que completava 55 anos. Dias depois, contatou novamente a reportagem para contar que conseguiu a vaga, em uma empresa da zona sul da cidade.



Gilvado Borges Junior documentos que conseguiu no Cipop-Rua/RJ, no centro do Rio; ele foi contratado como servente de obras após ser atendido no local

Eduardo Anizelli/Folhapress

Usuário de drogas desde a adolescência, Gilvado viveu os últimos 30 anos pelas ruas do centro do Rio. Perdeu os documentos, o vínculo com a família, a autoestima. “A pessoa quando está desorientada não quer saber de nada. Só quer preencher o vazio com droga, álcool, prostituição. A gente não quer saber nem de família, quanto mais de documento.”

Foi numa recente passagem por um abrigo que ouviu falar do Cipop. Lá, deu entrada em uma nova identidade, tirou título de eleitor, regularizou a situação militar, entrou com pedido de Bolsa Família e, mais recentemente, pegou uma calça no setor de doações para ir à entrevista de emprego que conseguiu agendar no local.

A história de Gilvado é uma entre as milhares que passaram pela unidade desde a inauguração, em abril de 2024. O espaço é uma iniciativa do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), com implementação do TJ-RJ (Tribunal de Justiça do Rio). Em um ano de funcionamento, já foram realizados cerca de 29 mil atendimentos.

A rotina no local começa com o acolhimento —muitas vezes, pelas mãos de Elizabeth Menezes, chefe da equipe de limpeza. Conhecida ali como Beth Fashion, ela se tornou figura central na triagem de roupas doadas. “Quando eles [atendidos] chegam, eu já olho e sei o estilo, o tamanho. Ajudo na autoestima deles. Eu arrumo eles e tenho orgulho disso”, diz a servidora.



Beth Fashion, como é conhecida a servidora Elizabeth Menezes, organiza roupas no setor de doações do centro de atendimento na Central

Eduardo Anizelli/Folhapress

Assim como Beth, os cerca de 30 profissionais que atuam no Cipop exercem múltiplas funções. Representantes de diversos órgãos —como Detran-RJ, Junta Militar, Defensoria Pública, TRE (Tribunal Regional Eleitoral), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Ministério do Trabalho, TRT (Tribunal Regional do Trabalho), INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), Sine (Sistema Nacional de Emprego) e Assistência Social— atuam no espaço de forma integrada, oferecendo desde a emissão de documentos até encaminhamentos para benefícios assistenciais.

Segundo a coordenadora do projeto, Teresa Guimarães, os serviços mais procurados são a emissão de identidade, o cadastramento no CadÚnico e o encaminhamento ao Sine. “A documentação é a porta de entrada para tudo. Sem ela, a pessoa em situação de rua fica travada, invisível para o Estado”, diz.

A maioria do público atendido é formada por homens negros, com idades entre 20 e 45 anos e baixa escolaridade. Mas também passam pelo centro pessoas em situação de vulnerabilidade que não vivem exatamente nas ruas, como moradores de ocupações e pessoas com deficiência.

Vivendo nas ruas há quase 20 anos, Roberto Carlos da Silva, 58, passou a ser dependente de álcool e cigarro. Ele conta que passou a dormir pelas calçadas quando perdeu a capacidade de trabalhar como catador, após ser atropelado próximo à Central do Brasil.

Procurou o Cipop para refazer seus documentos e dar entrada no Loas (Benefício de Prestação Continuada, destinado a idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade). “Quero sair dessa situação. Alugar uma casa.” Ao sair, guardou seus papéis dentro das calças para, segundo ele, não perdê-los pelas ruas.



Criado há um ano, Cipop-Rua/RJ atende pessoas em situação de rua na Central do Brasil

Brunno Dantas/Divulgação/TJRJ

Um dos desafios, segundo Teresa, é acompanhar os desdobramentos após os atendimentos. “Muitos voltam aqui para avisar que estão trabalhando, mas a gente ainda não tem esse dado sistematizado. Não sabemos quantos conseguiram manter o emprego. Estamos tentando corrigir isso”, afirma a coordenadora.

Para Cláudio Santos, coordenador do Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua, o projeto é louvável, mas ainda é preciso atacar as causas da vulnerabilidade dessas pessoas —para que, segundo ele, carece de articulação mais ampla.

“O Cipop atende os efeitos, mas não as causas. Ele não discute, por exemplo, a violência da Guarda Municipal e da Secretaria de Ordem Pública contra essa população, nem a abstenção de interesse social”, diz. Para ele, o centro funciona como “uma ilha no meio da miséria”, sem conseguir, sozinho, enfrentar a raiz do problema.

Cipop-Rua/RJ funciona de segunda a sexta, das 9h às 17h, no prédio do antigo restaurante popular da Central do Brasil (rua Senador Pompeu, s/nº, Centro).

TJRJ terá distribuição igualitária de processos nas varas cíveis da capital, a partir de junho

O novo modelo será adotado para agilizar o atendimento à população

POR O GLOBO | Rio de Janeiro | 24/05/2025 11h47



O anúncio foi feito nesta sexta-feira (23)

Foto: Divulgação/TJRJ

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) vai adotar um novo modelo de distribuição igualitária de processos nas varas cíveis da capital e dos fóruns regionais, a partir do dia 2 de junho. A medida visa tornar o atendimento mais rápido e equilibrado para quem recorre ao Judiciário.

O anúncio foi feito nesta sexta-feira (23), em reunião com o presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Couto de Castro, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cláudio Brandão de Oliveira, juízes das varas cíveis e representantes de comissões do Tribunal.

De acordo com o TJRJ, o projeto foi elaborado pela Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (Comaq), presidida pela desembargadora Jacqueline Lima Montenegro.

— Estamos hoje com um crescimento acelerado da judicialização, o que impacta diretamente a prestação jurisdicional. A distribuição igualitária busca garantir condições melhores aos juízes e assegurar que o cidadão tenha o mesmo atendimento, independentemente do bairro onde vive — explicou Jacqueline.

O presidente do TJRJ destacou que a mudança é resultado de um estudo técnico e pediu o apoio dos magistrados.

— Estamos iniciando um processo fundamental para a Justiça fluminense. Que essa equalização na distribuição seja vista como um marco — afirmou Ricardo Couto.

Para o corregedor-geral, a medida deve racionalizar o trabalho e melhorar o fluxo processual.

— Com uma distribuição mais equilibrada, evitamos a sobrecarga de algumas varas e garantimos maior agilidade na tramitação dos processos — disse Cláudio Brandão.

Também participaram da reunião representantes da Cojes, da Amaerj e juízes auxiliares da Presidência e da Corregedoria.

Candelária, Daniella Perez, 1º divórcio, herança de Tim: STF abre exposição 'Memória em Julgamento'

Curadoria selecionou casos que marcaram a Justiça e a sociedade e levam a uma viagem desde os tempos coloniais e reflexão sobre processos emblemáticos

ESTADÃO | 11/06/2025 | 07h20

Em meio ao emblemático julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e aliados acusados pela trama do golpe, o Supremo Tribunal Federal inaugura nesta quarta, 11, a exposição 'Memória em julgamento: histórias que marcaram a Justiça e a sociedade'. A mostra faz uma longa viagem pelos arquivos forenses, desde o período colonial, e relembra casos de grande repercussão, como a Chacina da Candelária, o assassinato de Daniella Perez, e o primeiro divórcio.

A exposição é resultado de uma parceria entre o STF e o Tribunal de Justiça do Rio e reúne julgamentos que se tornaram marcos na história do Judiciário.

No mesmo evento, será lançada a 19.^a edição do Anuário da Justiça Brasil, publicação da Revista Consultor Jurídico (ConJur) que traz um raio-X do Poder Judiciário, incluindo dados sobre a produtividade dos magistrados e os desafios do sistema.

Para a exposição, a curadoria da exposição selecionou casos que transcenderam os tribunais e influenciaram debates sociais:

Chacina da Candelária (1993) - o assassinato de oito crianças e jovens em situação de rua no Rio de Janeiro tornou-se símbolo da violação de direitos humanos no país.

Daniella Perez (1992): do romance na TV à tragédia real, a mostra revela documentos históricos do caso que virou símbolo da violência contra mulheres e da influência da mídia na Justiça.

Ângela Diniz (1976) - o crime passionai de Doca Street que vitimou sua companheira reacendeu discussões sobre feminicídio e a 'defesa da honra'.

Primeiro divórcio do Brasil (1977) - um casal de Niterói (RJ) conseguiu dissolver o casamento dois dias após a Lei do Divórcio entrar em vigor, marcando uma revolução no direito de família.

Inventário do 'Maluco Beleza' (1989) - revelou que Raul Seixas não deixou fortuna, e sua herança foi dividida entre três filhas.

Disputa pela herança de Tim Maia (1998) - um conflito judicial entre o filho biológico do cantor e uma mulher que alegava ser sua companheira.

Segundo o desembargador Ricardo Couto, um dos organizadores, 'cada processo é um retrato da vida real e da confiança na Justiça como guardião da democracia'.

A exposição será aberta às 18 horas desta quarta. A entrada é gratuita.

Litígio

A nova edição do Anuário da Justiça traz como tema de capa 'Opção pelo litígio: sociedade demanda cada vez mais o Judiciário'.

Dados revelam que, em um ano, os juízes brasileiros assinaram 44 milhões de decisões, com uma média de 2.300 processos analisados por magistrado, cerca de nove casos por dia útil.

Entre os destaques da publicação estão os 20 anos da Reforma do Judiciário e seus impactos e os esforços do Conselho Nacional de Justiça para agilizar as execuções fiscais, um grande gargalo da Justiça.

TJRJ e ABL firmam parceria para tornar a linguagem jurídica mais acessível

Encontro de representantes aconteceu nessa sexta-feira, e projetos de educação devem ser firmados entre as instituições

O GLOBO | 19/07/2025



Os imortais Carlos Nejar, Merval Pereira, presidente da ABL, e o presidente do TJRJ, Ricardo Couto de Castro

Foto: Reprodução

Representantes do Tribunal de Justiça do Rio e da Academia Brasileira de Letras (ABL) se reuniram, nessa sexta-feira, para debater formas de simplificação da linguagem jurídica. O encontro teve como objetivo o desenvolvimento de projetos que ajudem a tornar a comunicação do judiciário mais clara, transparente e acessível à sociedade.

Participaram da reunião os imortais Merval Pereira, Arnaldo Niskier, Carlos Nejar, Paulo Niemeyer e Antônio Carlos Secchin, além dos desembargadores Ricardo Couto de Castro, atual presidente do TJRJ, Heleno Ribeiro, 3º vice-presidente do TJRJ, Milton Fernandes de Souza e os juízes auxiliares da Presidência, Alessandra de Araújo Bilac, Paula Feteira e Bruno Bodart.

— O acesso à Justiça vai além do protocolo de uma ação. Uma decisão bem fundamentada perde valor social se o jargão técnico impede a compreensão. A parceria com a ABL é crucial para construir pontes de entendimento, lapidando a palavra como principal ferramenta de trabalho — afirma o presidente Ricardo Couto de Castro.

O TJRJ é um dos assinantes do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça sobre ações de comunicação para tornar a Justiça mais acessível. Segundo a instituição, a colaboração com a ABL irá agregar um novo patamar de excelência a esses esforços.

— Eu acho boa essa decisão de simplificar a linguagem, ainda mais agora que as sessões são midiaticizadas. Então, é bom que as pessoas entendam cada vez mais o que os juízes estão dizendo e defendendo. Melhora o entendimento comum sobre as decisões — pontua o jornalista Merval Pereira.

Novo painel do TJRJ permite consulta pública a audiências de custódias e aos seus resultados

Interativa, ferramenta disponibiliza gráficos por centrais e assuntos, como os casos criminais

EXTRA | 14/08/2025 19H42

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro inaugurou, nessa terça-feira, o Painel de Monitoramento das Centrais de Audiências de Custódia. A ferramenta mostra, em tempo real, o número de audiências realizadas nas centrais do TJRJ e o resultado das mesmas. Qualquer pessoa pode fazer as consultas.

Tribunais do RJ se destacam em ranking de transparência do CNJ

TJRJ é o melhor entre os tribunais estaduais de grande porte. TRE teve nota máxima em todos os quesitos, e a Justiça Federal fluminense ficou em 1º no ranking.

G1 / RJTV2 | 22/08/2025 19h44

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) conquistou o primeiro lugar no Ranking da Transparência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) entre os tribunais estaduais de grande porte.

Com 99,06% de atendimento aos critérios avaliados, o TJRJ superou tribunais como os do Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Minas Gerais e São Paulo.

O resultado mostra uma evolução do tribunal fluminense: em 2022, ocupava a 21ª posição; em 2025, alcançou o 6º lugar entre todos os tribunais estaduais.



Desempenho do TJRJ no Ranking da Transparência evoluiu nos últimos anos

Foto: Reprodução/TV Globo

Para isso, os estelionatários usam informações pessoais e de processos judiciais, obtidos geralmente em fontes abertas e banco de dados, a fim de convencer as vítimas. Passando-se por advogados, os golpistas abordam as pessoas por telefone ou aplicativos de mensagens, prometendo a liberação de valores a receber, como indenizações ou precatórios. Para dar uma aparência de legalidade à fraude, usam fotos, documentos com logotipos, timbres e brasões e até “mascaram” o número de telefone de órgãos oficiais.

No informativo, produzido pela Secretaria-Geral de Segurança Institucional (SGSEI), o TJRJ destaca que não realiza ligações para cobrar qualquer tipo de taxa e orienta que as partes desconfiem de ligações ou mensagens de aplicativos que peçam dados pessoais ou senhas, ou que tenham promessas de vantagens.

Golpe do ‘falso funcionário do banco’

Outro golpe recorrente destacado pelo TJRJ é o Caller ID Spoofing, em que os criminosos falsificam o número que aparece no identificador de chamadas. Assim, conseguem fazer com que a ligação pareça vir de um banco, órgão público ou outro contato de confiança. Na prática, o telefone exibe um número legítimo, mas a chamada é feita por criminosos.

O objetivo é induzir a vítima a erro, solicitando transferências de valores, além de senhas, códigos de acesso, tokens ou dados pessoais sensíveis que, posteriormente, poderão ser usados para outras fraudes. Uma das modalidades mais comuns ocorre quando os estelionatários se passam por funcionários de instituições bancárias.

Magistradas do RJ explicam violência doméstica e Lei Maria da Penha em escolas

Projeto faz ciclos de conversa entre juízas e desembargadoras com crianças e adolescentes

Escola propôs aos alunos a criação de desenhos e redações sobre as conversas

FOLHA DE S. PAULO | Yuri Eiras | 11.set.2025 às 8h00 | Rio de Janeiro

Magistradas do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro começaram na semana passada um ciclo de visitas a escolas municipais para conversar com estudantes sobre violência doméstica e a Lei Maria da Penha.

Os encontros fazem parte do Rio Lilás, programa do TJ lançado em agosto que prevê discussões sobre violência de gênero e racismo. O projeto prevê visitas semanais às escolas.

Na última sexta-feira (5), a juíza Elen de Freitas Barbosa, da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, conversou com cerca de cem alunos do 5º ano, em média entre 10 e 11 anos de idade, da escola municipal Darcy Vargas, na Saúde, bairro na zona portuária carioca.



Juíza Elen de Freitas Barbosa fala com alunos da escola municipal Darcy Vargas, no Rio

Foto: Felipe Cavalcanti/TJRJ

Além da violência doméstica, a juíza abordou temas como namoro sem violência e a Lei Henry Borel, sancionada pelo governo federal em 2022 e que aumenta a pena de crimes contra crianças e adolescentes em ambiente doméstico e familiar.

A escola propôs aos alunos a criação de desenhos e redações sobre as conversas, e os melhores trabalhos serão premiados. As salas de leituras das unidades de educação devem ganhar livros didáticos e cartilhas sobre direitos da mulher.

Entre agosto de 2024 e agosto deste ano, o Tribunal de Justiça do Rio deu 74.332 sentenças em casos de violência doméstica contra a mulher e deferiu 39.789 medidas protetivas de urgências no mesmo período.

Entre os assuntos cadastrados pelo tribunal nas ações penais de agosto, o mais recorrente é o de lesão corporal cometida em razão da condição da mulher (433 casos), seguido por ameaça (250 casos) e descumprimento de medida protetiva (96).

Dados do ISP (Instituto de Segurança Pública), que compila registros em delegacia, mostram que houve 42.742 casos de lesão corporal dolosa (com intenção) contra mulheres em 2024 no estado; 25% dos autores eram companheiros, 16% eram ex-companheiros.

Foi um aumento de 5% em relação ao número de casos em 2023 (40.551) e de 13% ante os registros de 2022 (37.757).

A juíza Luciana Fiala, do 5º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, deve visitar no próximo dia 18 o Ciep Avenida dos Desfiles, na Marquês de Sapucaí, para conversar com alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos).

No dia 24, alunos do 6º ano da escola Jenny Gomes, no Rio Comprido, deve receber a desembargadora Adriana Ramos de Mello, idealizadora do programa Rio Lilás.

TJ faz ação para pessoas com deficiência – Serviços e atendimentos gratuitos são oferecidos no Palácio da Justiça

TV GLOBO | RJTV1 | 24/09/2025

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro promove uma ação social no Palácio da Justiça, no Centro, em celebração ao Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência. O evento reúne diversos órgãos e secretarias municipais e estaduais, oferecendo gratuitamente serviços jurídicos, de saúde e assistência social para pessoas com deficiência. Entre os atendimentos estão emissão de documentos, registro civil, casamentos, divórcios, além da emissão de cartão de gratuidade. O mutirão acontece hoje e amanhã, das 10h às 17h.

Durante a cobertura, participantes relataram buscar serviços como identidade, cartão de estacionamento e até atendimento em defesa do consumidor. O presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Couto, destacou que o evento simboliza um tribunal de portas abertas, enquanto a desembargadora Regina Lúcia reforçou o convite para todas as pessoas com deficiência, de qualquer idade ou cidade. O diretor de acessibilidade, Márcio Castro Aguiar, também participou, reforçando o compromisso do tribunal com a inclusão.

Tribunal de Justiça do Rio alcança maior índice de produtividade de magistrados do país

TJRJ também conquistou a paridade de gênero com 49% de magistradas mulheres e 51% de homens

O GLOBO | Por Ancelmo Gois | 26/09/2025



Tribunal de Justiça do Rio tem aumento os registros de cobrança de pensão ano a ano

Foto: Domingos Peixoto

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) alcançou pela 15ª vez a liderança no Brasil, e também na paridade de gênero com 49% de magistradas mulheres e 51% de homens. O PIDE Judiciário Fluminense apresentou avanços em seu desempenho em 2024, de acordo com dados do relatório Justiça em Números 2025, divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça.

O levantamento colocou o TJRJ na liderança da participação de mulheres, que revelou que o percentual de mulheres juízas no 1º grau é de 52,8% contra 47,2 juizes homens. Em número totais, o percentual cai um pouco: 49% de magistradas mulheres contra 51%. Em segundo lugar está o TJRS com 46,6 de magistradas mulheres contra 53,4% de homens. Em relação ao ranking de produtividade, os magistrados do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro lideram o ranking de produtividade do Poder Judiciário brasileiro, com média de 4.128 processos baixados por magistrado, revelando um desempenho do Poder Judiciário fluminense 60% superior à média nacional (2.574).

Impacto para o cidadão: de acordo com o relatório do CNJ, mais casos foram resolvidos em menos tempo e houve também redução na fila útil de processos na Justiça Fluminense.

Justiça cria protocolo para agilizar atestado de óbito em caso de morte presumida

CNJ diz que processos para conceder o documento levam, em média, dois anos e meio no Rio; vítimas de violência são maioria

O GLOBO | POR ANNA BUSTAMANTE | 05/10/2025



Na noite de Natal de 2013, Lúcia (nome fictício) arrumou a mesa para os três filhos pequenos sem saber onde estava o corpo do marido. Cinco dias antes, emboscado, ele tinha sido morto a tiros, esquartejado e carbonizado após se recusar a pagar “taxa” a um miliciano

na Zona Oeste do Rio. Sem atestado de óbito, e sem poder fazer o enterro do companheiro, Lúcia viveu o que chama de um “luto suspenso” por 12 anos. Essa angústia só começou a ter fim quando a Justiça reconheceu formalmente a morte presumida. A decisão ocorreu em meio a mudanças recentes no Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ), onde a maioria dos pedidos de atestados de óbito para desaparecidos está associada à violência imposta por milícias e pelo tráfico.

No último dia 26, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabeleceu diretrizes para dar mais agilidade e atenção às famílias que, por anos, vivem em um limbo emocional e jurídico: a ausência de notícias sobre o parente é somada às complicações provocadas pela falta do registro de óbito.

— Não teve enterro, não teve nada. Você fica vivendo como se a pessoa nunca tivesse existido. Passei aquele Natal e mais duas semanas dopada, não me lembro de nada — contou Lúcia.

A morte presumida é declarada quando não há corpo, mas existem indícios suficientes do falecimento — como em casos de execuções ligadas à criminalidade, de tragédias ou afogamentos. O pedido pode ser feito por parentes diretos já no dia seguinte ao desaparecimento. Só após o reconhecimento judicial é possível emitir a certidão de óbito, necessária para acesso a pensão, herança, dissolução de casamento e outros direitos civis.

Segundo o CNJ, em 2024 90 processos de morte presumida deram entrada na Justiça fluminense — o número representa 40% do total no país. De janeiro a agosto deste ano, foram 77 novos casos no estado, 22 já com decisão.

Audiência em até 30 dias

Além de ter a maior parte dos processos, o Rio se destaca quando a comparação com o restante do Brasil leva em consideração o tempo para a conclusão das ações: ainda segundo o CNJ, a média aqui é de 904 dias (cerca de dois anos e seis meses) até a primeira decisão. Em São Paulo, são 144 dias (cerca de cinco meses), e em Minas Gerais, 187 dias (seis meses).

É nesse cenário que atua a juíza Raquel Chrispino, com 13 anos de experiência na Vara de Registros Públicos do Rio. Ela foi uma das responsáveis por formular a resolução CNJ 325, em 2020, que agora busca agilizar a emissão do documento.

— Quando começo as audiências, já peço desculpas porque sei que vou pedir às pessoas para repetirem uma história dolorosa. Já julguei processos que demoraram oito anos. Hoje, no Rio, tenho tentado concluir em menos de um ano. Diferentemente de quem perde um ente querido e consegue realizar os ritos fúnebres, essas famílias não recebem o corpo e ficam presas nessa espera — explica a magistrada.

O capítulo final da história da viuvez de Lúcia começou a ser escrito em 8 de setembro deste ano, quando a Vara de Registros Públicos autorizou a declaração de morte presu-

mida de seu marido. A decisão foi possível porque havia não apenas testemunhas do assassinato, mas também uma condenação judicial: um ex-policial militar foi preso meses após o crime e cumpre pena de 19 anos em regime fechado.

— Fiquei feliz de não ter desistido. O registro me trouxe a sensação de ciclo encerrado — disse Lúcia.

O que fazer em caso de desaparecimento forçado

Reúna informações sobre a pessoa desaparecida.

Registre o caso, sem esperar, na delegacia, no Ministério Público ou na Defensoria Pública. Não espere 24 horas.

Acione órgãos especializados.

Não vá até uma delegacia sozinho e evite divulgar informações sem orientação jurídica.

Guarde os protocolos de atendimento.

Casos como o de Lúcia não são isolados. A família da engenheira Patrícia Amieiro, que desapareceu em 2008, quando policiais alvejaram seu carro na Barra da Tijuca, na nova Zona Sudoeste do Rio, esperou três anos para ter o registro. O corpo nunca foi encontrado, e falhas no cartório e atrasos processuais ainda prolongam a espera pelo julgamento dos acusados.

— Estão matando nossa família há 17 anos, e a Justiça é cúmplice desse descaso com lentidão e todo esse atraso. Queremos fechar esse ciclo em nossa vida — resume Adryano Amieiro, irmão de Patrícia.

O padrão se repete em Japeri, na Baixada Fluminense. Há oito anos, o filho de Carol (nome fictício), então com 23 anos, desapareceu após uma saída noturna. Testemunhas relataram que ele teria sido morto por criminosos a mando de um homem preso, integrante da milícia Caçadores de Gansos. Desde então, a mãe luta para conseguir o registro de óbito.

— Meu filho estava de pijama quando recebeu uma ligação. Eu escutei ele dizendo: “Não vou demorar, não, estou botando a calça”, e saiu. Nunca mais voltou — relata a mãe.

Segundo Raquel Chrispino, agora, o CNJ determina que o magistrado, o promotor e o requerente do óbito presumido se encontrem em até 30 dias, numa audiência, para evitar que o processo se arraste de forma burocrática, apenas com troca de ofícios. Isso torna o julgamento mais humano e mais rápido.

— Muitas vezes as famílias precisam do registro de óbito para acessar pensão previdenciária, liberar valores retidos em banco ou resolver contratos de aluguel — explica a juíza.

Mais pedidos de mulheres

No Rio, a maioria dos processos de morte presumida está ligada a desaparecimentos forçados. Raquel Chrispino estima que 90% dos pedidos que acompanha tenham relação direta com a violência urbana.

— A maioria esmagadora dos pedidos vem de mulheres: esposas, mães e filhas. Muitas vezes, as testemunhas têm medo de depor. Algumas famílias continuam morando na mesma comunidade em que o crime aconteceu. Em alguns casos, estabelecemos segredo de justiça — contou a magistrada.

Reunir esse material exige coragem. Lúcia, por exemplo, enfrentou o silêncio imposto pelo medo. Na época, tentou registrar o desaparecimento do marido numa delegacia, mas não conseguiu convencer as testemunhas.

O marido trabalhava com o tio no loteamento de um terreno quando foi informado de que deveria pagar “taxa” para cada pedaço de terra vendido. Segundo o TJ-RJ, o dinheiro era destinado ao então chefe da Liga da Justiça, o ex-PM Toni Ângelo Souza de Aguiar. Quando Toni Ângelo foi preso, a extorsão passou a ser controlada por outro ex-PM.

Segundo Lúcia, seu processo também demorou porque ela não tinha informações sobre o que fazer. Para ajudá-la, o Fórum Grita Baixada, em parceria com a Universidade Federal Rural do Rio, elaborou, no ano passado, uma cartilha com orientações em caso de desaparecimento forçado.

Universidade de Oxford avalia assistente de inteligência artificial do Tribunal de Justiça do Rio como um dos mais avançados do mundo

A análise foi feita com base em um estudo mundial sobre ferramentas de IA no Judiciário global

EXTRA L 15/10/2025 19H49



O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

Foto: Reprodução

O Instituto de Tecnologia e Justiça da Universidade de Oxford, no Reino Unido, avaliou o Assistente de Inteligência Artificial Generativa (Assis) do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) como um dos mais avançados e importantes do mundo. A análise foi feita com base em um estudo mundial sobre ferramentas de IA no Judiciário global.

O estudo cita que o sistema Assis gera rascunhos de decisões judiciais, sentenças e pareceres usando modelos generativos baseados no GPT-4o — ferramenta de inteligência artificial da OpenAI considerada uma das mais avançadas atualmente. O Assis adapta a produção ao estilo de escrita e ao histórico judicial de cada magistrado, baseando-se em suas decisões e pareceres anteriores. Os juízes também podem fazer perguntas sobre os documentos do processo e acessar informações relevantes diretamente dos autos eletrônicos. A universidade inglesa destacou que o sistema opera de forma segura, com governança de dados e registros de auditoria, não reutilizando dados para treinamento de IA.

O estudo do instituto de Oxford destaca que os juízes brasileiros recebem treinamento obrigatório sobre o uso de IA, incluindo cursos práticos sobre ferramentas como o Chat-GPT. Cita também que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) emitiu diretrizes detalhadas sobre o uso de IA no Judiciário por meio da Resolução 615/2025, que estabelece uma matriz de risco para sistemas de IA e enfatiza a necessidade de supervisão humana, transparência e respeito aos direitos fundamentais.

Ainda segundo o estudo, o Brasil está buscando estabelecer um quadro regulatório abrangente para inteligência artificial, inspirado na Lei de IA da União Europeia, e continua a explorar o uso de IA em processos judiciais, com foco na proteção dos direitos fundamentais e na transparência dos sistemas.



Marca do Assis, assistente de inteligência artificial do Tribunal de Justiça do Rio

Foto: Reprodução

Integrado à base de processos

O Assis foi desenvolvido pela Assessoria de Inteligência Artificial da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC) do TJRJ. Está integrado à base de documentos dos processos de 1ª instância no sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe). O assistente usa os documentos dos processos como base para elaboração de decisões e minutas de sentença, adaptadas ao padrão do respectivo magistrado.

Além de buscar as informações relevantes, o assistente é capacitado a processar o conteúdo de cada documento processual coletado, extraindo detalhes e contextos. A tecnologia de processamento de linguagem natural permite que o Assis entenda a dinâmica do caso e as alegações apresentadas. A tecnologia empregada poderá evoluir com o tempo, incorporando novos conhecimentos e tendências do Direito.

Desde setembro de 2020, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), lidera o programa de modernização tecnológica Justiça 4.0, voltado para a transformação digital do Judiciário brasileiro.

Justiça do Rio determina retorno à prisão de condenados que deveriam trabalhar e são suspeitos de fraudar o regime semiaberto

Em seis meses foram identificados 32 processados nesta condição. Desses, 27 foram presos em operações do Setor de Fiscalização da Vara de Execuções Penais (VEP) e da Polícia Civil do RJ.

POR MARCO ANTÔNIO MARTINS, GABRIELA MOREIRA, G1 RIO E RJ2 | 16/10/2025 19H39

Presos em regime semiaberto, que obtiveram o direito de trabalhar fora da cadeia, voltaram para a prisão porque a Justiça descobriu que eles fraudavam o benefício.

Em seis meses, quatro operações do Setor de Fiscalização da Vara de Execuções Penais (VEP), do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e da Polícia Civil identificaram 32 condenados nesta situação. Desses, 27 foram presos. Cinco ainda permanecem foragidos.

A Lei de Execução Penal permite que condenados que já cumpriram uma parte da pena deixem a prisão para trabalhar, usando tornozeleira. Mas para isso, eles precisam ter uma oferta de emprego dentro das regras estabelecidas pela VEP.

O grupo tinha o direito de trabalhar durante o dia e dormir em casa. Tudo monitorado por tornozeleira eletrônica. As fiscalizações da VEP descobriram que os condenados não iam ao trabalho ou que os locais cadastrados não tinham condições de recebê-los.

Um bar, por exemplo, era de tamanho reduzido e ficava próximo à uma área de risco, o que dificultava a fiscalização no local. A VEP informa que houve a oferta pela administração do bar de emprego para seis condenados. Dois deles, nunca apareceram por lá.

Uma das ofertas era para Richardson Tenório, condenado como chefe do tráfico de drogas, do Comando Vermelho, em Angra dos Reis, no Sul Fluminense.

A Justiça não aceitou o pedido. Tenório conseguiu então, com o tempo, migrar para o regime aberto numa decisão de segunda instância e está foragido.

Outro ponto levantado na fiscalização é a proximidade do bar com uma comunidade dominada pelo tráfico. Casos como esse provocaram uma mudança na política de aprovação dos pedidos.

“Então, se o local é de alta periculosidade, não podem mais fazer propostas de emprego”, explica o juiz Rafael Estrela, da VEP.

O Tribunal de Justiça declarou como inidôneas todas as empresas que davam emprego aos presos que não trabalhavam. Esses locais não poderão mais ofertar vagas a condenados e serão investigadas para verificar se houve má fé nos contratos.

A preocupação do tribunal é fiscalizar a aplicação do benefício, sem restringir o direito dos presos.

“Trabalhando, se lançando ao mercado, ele começa a ver novas perspectivas e tem até quem sabe uma esperança de retorno social”, afirmou o desembargador Ricardo Couto, presidente do Tribunal de Justiça.



Presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Ricardo Couto

Foto: Marco Antônio Martins/g1 Rio

Um dos casos identificados foi o do detento Luiz Roberto Bueno Ribeiro. No dia da operação, a fiscalização encontrou a tornozeleira intacta em sua casa. Há suspeita de que o equipamento tenha sido colocado com uma folga duas vezes maior que o padrão.

“Nós verificamos determinadas empresas que ofertavam proposta de emprego para alguns apenados. Na verdade, a empresa existia, era verdadeira, mas o emprego era falso. Eram apenados que não estavam comparecendo para realizar suas atividades”, explica o juiz Rafael Estrela, da Vara de Execuções Penais (VEP).

Emprego a condenados

A reportagem visitou uma dessas empresas. Um sindicato no Centro do Rio, onde foi encontrado Michel Oliveira, beneficiado pelo semiaberto.

O rapaz ficou quatro anos preso por tráfico de drogas. Há pouco mais de um ano, migrou para o semiaberto. Desde então, trabalha no sindicato convidando pessoas e empresas a fazerem parte da associação.

“Quando a gente ganha uma oportunidade dessas, que é difícil arrumar, né?, a gente quer socializar, a gente tem que aproveitar. Mas tem gente que não aproveita e perde a oportunidade”, conta Michel.

De acordo com a VEP, o lugar empregava 21 presos, que estavam em regime semiaberto. Pelo menos, 9 não trabalhavam no local.

“Eles têm que cumprir 8h por dia. Tem que ir para rua trabalhar, vir de manhã e vir de tarde assinar os pontos. Quando não vem bota falta. Não tá aqui, falta, faltou. A gente não avisa a VEP. A fiscalização é deles”, afirma Antonio Peres, presidente do sindicato.

O presidente do Tribunal de Justiça do RJ, o desembargador Ricardo Couto comentou o caso:

“O que nós estamos percebendo, infelizmente, é que alguns estabelecimentos que deveriam fiscalizar, checar, conferir ou conceder essa atividade não estão procedendo de maneira adequada. E aí nós teremos sanções a impor a essas instituições”.

Ouvidoria Geral

A Ouvidoria Geral é um importante canal de relação do Judiciário com a sociedade. Sua função é intermediar as relações entre os cidadãos que demandam do TJRJ, zelando pela rapidez e qualidade da comunicação. Em consequência, estreita laços de confiança entre a sociedade e a instituição.

As principais realizações da Ouvidoria Geral no ano de 2025 foram:

- Disponibilização da Estatística Anual de 2024 no sítio eletrônico da Ouvidoria Geral;
- A Ouvidoria Geral gerou e divulgou mensalmente estatísticas baseadas nas manifestações dos usuários;
- Participação remota da equipe da Ouvidoria Geral na reunião promovida pela Secretaria de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC) para orientação das unidades do TJRJ sobre a Revisão do Planejamento Estratégico Institucional 2025/2026 - 02.04.2025;
- Reunião de alinhamento da Ouvidoria Geral do TJRJ e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Participaram do encontro, realizado nas dependências da Ouvidoria, a Ouvidora Geral do TJRJ, juíza Juliana Kalichsztein, a juíza auxiliar da Presidência do TJRJ, Dra. Carla Faria Bouzo, a corregedora-geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Dra. Fátima Maria Saraiva Figueiredo; a subcorregedora-geral, Dra. Adriana Gameiro Santiago; a ouvidora-geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Dra. Fabiana da Silva, e a subouvidora-geral, Dra. Renata Gonçalves dos Santos Bifano - 02.04.2025;
- Elaboração das propostas de Projeto Estratégico e Matriz SWOT, relacionados aos serviços prestados pela Ouvidoria Geral, e posterior encaminhamento dos referidos documentos à SGGIC em 08.04.2025;
- Participação da Ouvidora Geral do TJRJ, juíza Juliana Kalichsztein, na Reunião Inaugural do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria CNJ nº 75 de 25.03.2025 destinada à elaboração de estudos e propostas pertinentes à coleta e produção de dados pelas Ouvidorias do Poder Judiciário, bem como para a formulação de especificações e parâmetros

técnicos para o desenvolvimento do sistema nacional de ouvidorias - evento sediado no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no dia 09 de abril de 2025;

- A juíza Juliana Kalichsztein, Ouvidora Geral e da Mulher do TJRJ, participou do V Encontro do Colégio de Ouvidorias Judiciais das Mulheres (COJUM) – evento realizado na cidade de Belo Horizonte/MG - 28, 29 e 30 de abril de 2025;
- A Ouvidora Geral do TJRJ, juíza Juliana Kalichsztein, ministrou, em 07.05.2025, palestra sobre o papel da Ouvidoria na temática relacionada aos desafios de adaptação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho - evento “Acessibilidade e Trabalho: uma questão de Pertencimento Social” - promovido pela Secretaria-Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS) em parceria com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência do Município do Rio de Janeiro - realizado no Auditório Desembargador José Navega Cretton - TJRJ;
- Reunião remota das equipes da Ouvidoria Geral e do Departamento de Governança e Planejamento Estratégico (DEGEP), em 09.05.2025, com vistas à apresentação do Modelo Basilar de Gestão e sua implementação no âmbito da Ouvidoria;
- Reunião presencial das equipes da Ouvidoria Geral e do Departamento de Compliance e Gestão de Risco (DEGER), em 14.05.2025, para implementação do processo de gestão de riscos da unidade – encontro realizado nas dependências da Ouvidoria Geral;
- Preenchimento do formulário relativo às informações sobre o mapeamento e gestão de riscos da Ouvidoria Geral e posterior encaminhamento do referido documento ao DEGER em 29.05.2025;
- Participação da Ouvidora Geral do TJRJ, juíza Juliana Kalichsztein, na Reunião Virtual do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria CNJ nº 75 de 25.03.2025 destinada à elaboração de estudos e propostas pertinentes à coleta e produção de dados pelas Ouvidorias do Poder Judiciário, bem como para a formulação de especificações e parâmetros técnicos para o desenvolvimento do sistema nacional de ouvidorias – 29.05.2025;
- Atualização dos textos padronizados da Ouvidoria Geral;
- A Ouvidoria Geral do TJRJ comunicou à SGGIC, em 06.06.2025, a implementação da Avaliação de Desempenho dos servidores ocupantes dos cargos de direção/chefia da unidade, em observância ao Ranking da Governança (Ato Normativo nº 36/2024);
- A Ouvidora Geral, juíza Juliana Kalichsztein, aprovou os direcionadores estratégicos (missão e visão) da Ouvidoria Geral para prosseguimento da implementação do Modelo Basilar de Gestão na unidade – 12.06.2025;
- Disponibilização dos atendimentos realizados por meio do Balcão Virtual no sítio eletrônico da Ouvidoria Geral;
- Atualização mensal do Relatório de Informação ao Cidadão no site da Ouvidoria Geral;
- Reuniões semanais da Ouvidora Geral com os gestores para capacitação, orientação, planejamento e desenvolvimento de ideias e soluções, que melhor atendam aos objetivos da gestão;

Para atualizar o site da Ouvidoria Geral, foram tomadas algumas medidas, notadamente:

- Inserção da nova opção “Acesso Rápido” no menu da Carta de Serviços, a fim de atender às exigências estabelecidas na Portaria CNJ nº 406/2024, regulamentadora do Ranking da Transparência do Poder Judiciário – 2025;
 - Atualização dos textos da página da Ouvidoria Geral;
 - Apresentação do currículo atualizado da Ouvidora Geral;
 - Criação da opção “Ouvidora Geral e Ouvidora Mulher” no menu da Carta de Serviços;
 - Disponibilização do Relatório de Informação ao Cidadão também em formato aberto e editável (RTF), conforme solicitação da SGGIC no Processo SEI 2025-06529060.
-
- Análise qualitativa da Pesquisa de Satisfação da Ouvidoria Geral com os usuários;
 - Atualização mensal da Pesquisa de Satisfação no site da Ouvidoria;
 - Validação dos Direcionadores Estratégicos e Indicadores Gerenciais relacionados ao Modelo Basilar de Gestão;
 - Atualização e revisão da Rotina Administrativa da Ouvidoria Geral (RAD – OUVID 008 – RECEPCIONAR, TRATAR E RESPONDER MANIFESTAÇÕES ENCAMINHADAS À OUVIDORIA);
 - A Ouvidoria Mulher do TJRJ divulgou a Carta de Minas, elaborada no V Encontro do Colégio de Ouvidorias Judiciais das Mulheres – COJUM, realizado em Belo Horizonte/MG, lavrada pela Excelentíssima Desembargadora Presidente do COJUM, Tânia Regina Silva Reckziegel;
 - A Ouvidoria Mulher do TJRJ atendeu aos critérios para aquisição do Selo Nós por Elas, do Instituto Nós por Elas (SGGIC);
 - A Ouvidoria do TJRJ apresentou um percentual de 99% de respostas às demandas (no período de julho de 2024 a 30 de junho de 2025) enviadas pela Ouvidoria do CNJ, respondidas em até 30 dias e de forma resolutiva, considerando os requisitos estabelecidos na Portaria CNJ nº 411/2024, a qual institui o regulamento do Prêmio CNJ de Qualidade do ano de 2025;
 - Reunião presencial das equipes da Ouvidoria Geral e da SGSUS, em 02.07.2025, para tratar das demandas relativas à acessibilidade no âmbito do TJRJ – encontro realizado nas dependências da Ouvidoria Geral;
 - Criação do tipo de manifestação denominado PCD – Pessoa com Deficiência;
 - Validação dos Planos de Atividades Detalhadas da Ouvidoria Geral (PAT – OUVID 008 – RECEPCIONAR, TRATAR E RESPONDER MANIFESTAÇÕES ENCAMINHADAS À OUVIDORIA);
 - Criação do Protocolo Interno de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência;
 - Participação virtual da Ouvidora Geral do TJRJ, juíza Juliana Kalichsztein, na Reunião do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria CNJ nº 75 de 25.03.2025 destinada à elaboração de estudos e propostas pertinentes à coleta e produção de dados pelas Ouvidorias do Poder Judiciário, bem como para a formulação de especificações e parâmetros técnicos para o desenvolvimento do sistema nacional de ouvidorias – 04 e 05 de setembro de 2025;
 - Criação do item de manifestação denominado Comunicação de Fraude;

- A equipe da Ouvidoria Geral participou da Ação Social em homenagem ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência - promovida pela Secretaria de Sustentabilidade Social (SGSUS) - 24 e 25 de setembro de 2025;
- Treinamento junto à Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COEM) para continuidade da capacitação da equipe da Ouvidoria Geral na temática relacionada à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – 01.10.2025;
- A Ouvidoria Geral do TJRJ ficou classificada em 1º lugar no Ranking da Governança do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, dentre as 15 unidades assemelhadas da Administração Superior, conforme resultado publicado em 01.10.2025 e disponibilizado no Portal da Governança do PJERJ;
- A juíza Juliana Kalichsztein, Ouvidora Geral, participou do XIII Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais (COJUD) – evento realizado na cidade de Manaus/AM - 05, 06, 07 e 08 de novembro de 2025;
- A Secretaria-Geral de Comunicação Social (SGCOS) realizou matéria sobre a Ouvidoria para publicação no site do TJRJ no período do Recurso;
- A Ouvidoria encaminhou à SGGIC, em 12.11.2025, a Matriz SWOT dos serviços prestados pelo PJERJ, aprovada pela Ouvidora Geral;
- A Ouvidoria encaminhou à SGGIC, em 19.11.2025, a minuta do Ato de Governança, aprovada pela Ouvidora Geral;
- No Sistema Informatizado da Ouvidoria Geral - ESOU – ocorreram mudanças, destacando-se:
 - Remodelação de layout do e-mail enviado ao usuário para resposta da Pesquisa de Satisfação após o fechamento da manifestação;
 - Envio automático do segundo/terceiro e-mail ao manifestante apenas com o link para a resposta à Pesquisa de Satisfação, sem que seja necessária qualquer nova ação pela equipe da Ouvidoria após o fechamento da manifestação;
 - Possibilidade de cadastro da Pesquisa de Satisfação pelo manifestante após o movimento “INFORMAÇÃO AO MANIFESTANTE”;
 - Inserção de nova funcionalidade a fim de permitir a anexação de documentos na tela do movimento “RESPOSTA À LEI DE ACESSO” e a posterior visualização dos mesmos por meio de link enviado ao usuário;
 - Criação do tipo de manifestação denominado PCD - Pessoa com Deficiência;
 - Criação do item de manifestação denominado Comunicação de Fraude.
- Ao longo do ano, foram realizadas, junto com a equipe técnica da SGTEC, um total de 12 “SPRINTS” (reuniões periódicas) para planejamento, entrega e implementação de melhorias no sistema ESOU, a fim de atender às necessidades da Ouvidoria Geral, conforme calendário descrito ao lado:

Calendário das sprints trabalhadas pela ouvidoria no ano de 2025:

SPRINT	INÍCIO	FIM
122	21-dez	20-jan
123	21-jan	05-fev
124	06-fev	20-fev
125	21-fev	20-mar
126	21-mar	20-abr
127	21-abr	20-mai
128	21-mai	05-jun
129	06-jun	20-jun
130	21-jun	05-jul
131	06-jul	20-jul
132	21-jul	05-ago
133	06-ago	20-ago

Gráfico – Manifestações Recebidas, em Aberto e Respondidas

Período de Referência: 01.01.2025 a 30.11.2025

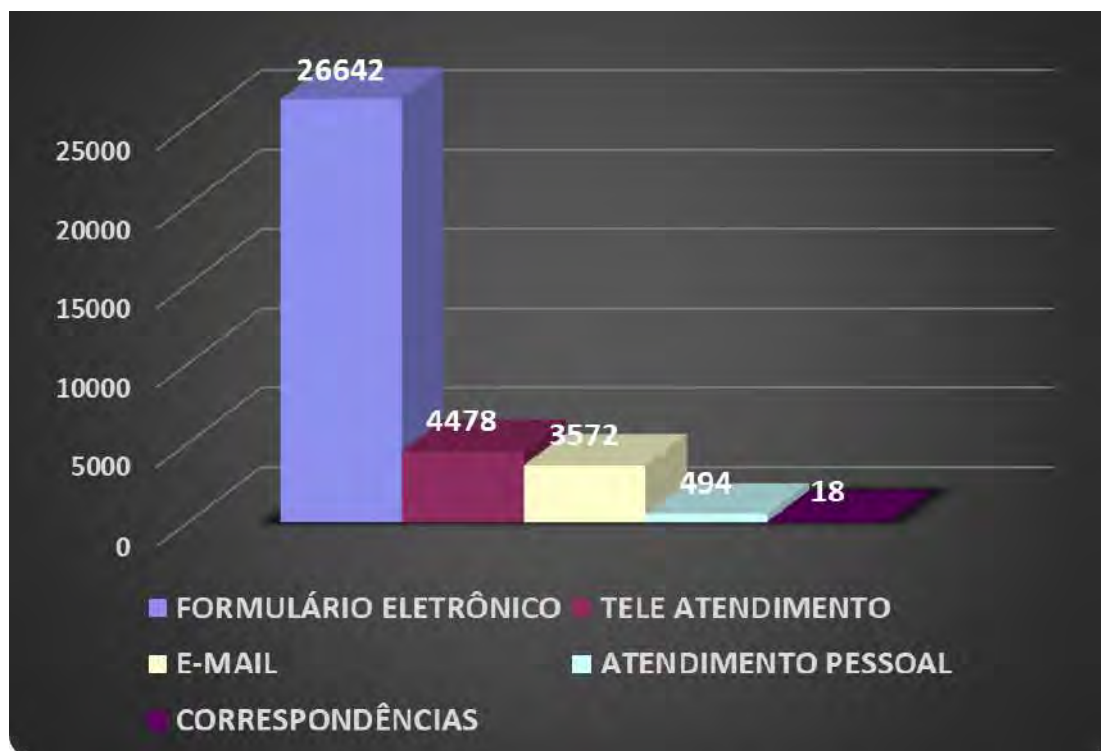


Fonte: Sistema E-SOU

O Sistema Eletrônico da Ouvidoria (ESOU) registrou o recebimento de 35.204 manifestações no período em referência. Ressalte-se que o total de manifestações recebidas não coincide com o de respondidas/em aberto, porque as análises ou respostas podem ocorrer nos dias/meses anteriores ou posteriores ao período selecionado para extração do gráfico.

Gráfico – Manifestações Por Canal de Acesso

Período de Referência: 01.01.2025 a 30.11.2025

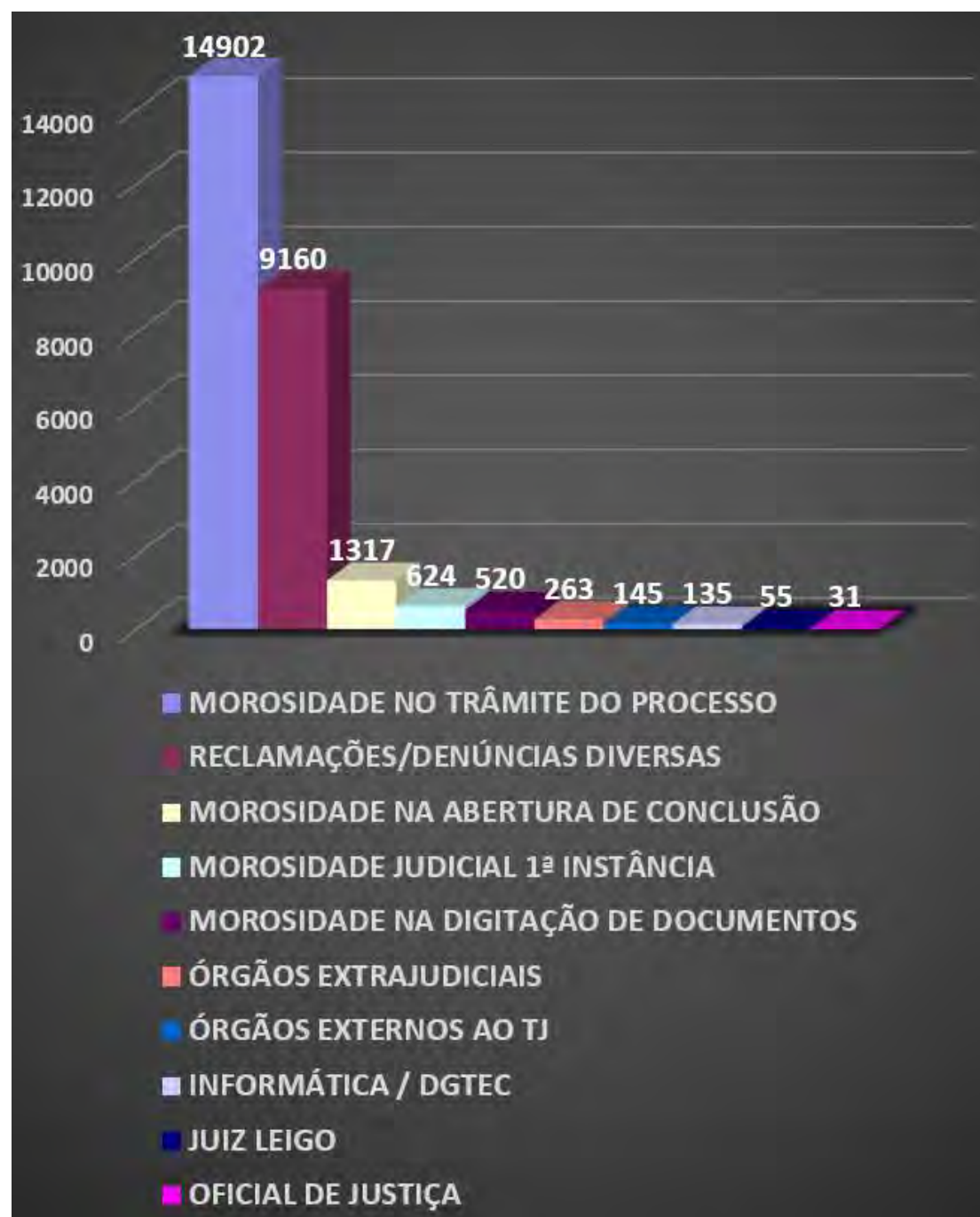


Fonte: Sistema E-SOU

Observa-se que, acompanhando a tendência do ano passado, o Formulário Eletrônico (26.642) foi o canal de acesso mais utilizado pelos usuários dos serviços da Ouvidoria Geral, sendo acompanhado pelo Teleatendimento (4.478) e pelo e-mail (3.572).

Gráfico - Tipo de Manifestações

Período de Referência: 01.01.2025 a 30.11.2025

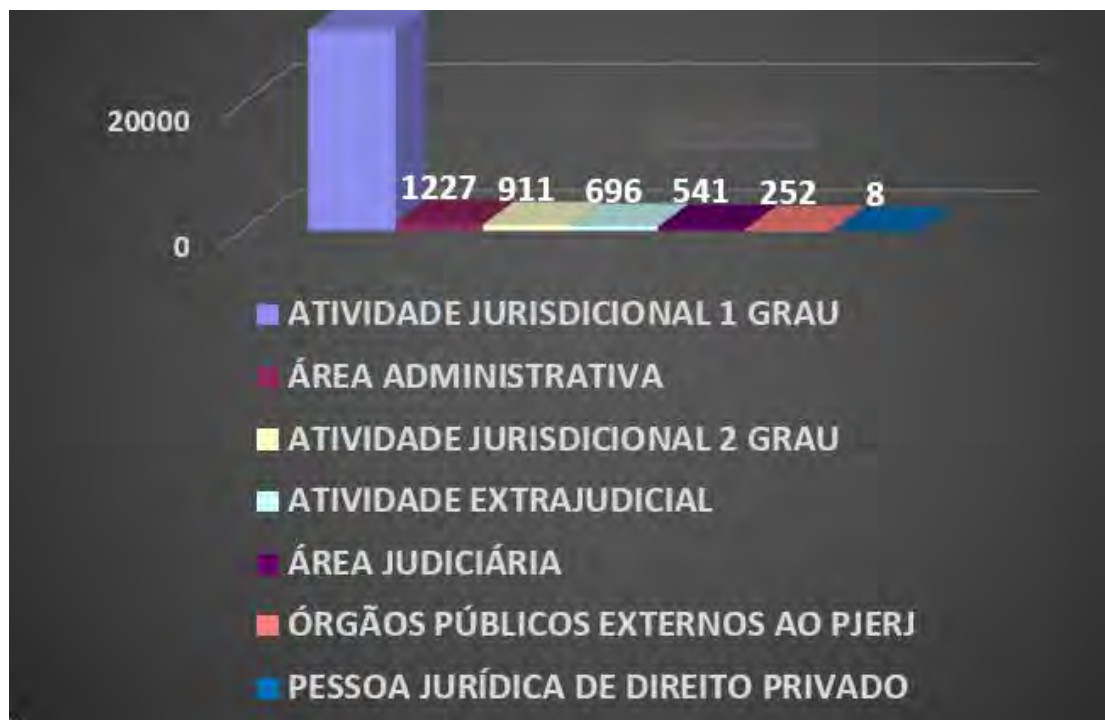


Fonte: Sistema E-SOU

As Reclamações/Denúncias continuam como a demanda predominante na Ouvidoria Geral. No período em referência, esse tipo de manifestação alcançou alto patamar, com um total de 27.304 manifestações, seguido da Ouvidoria CNJ (3.501), Dúvidas (1.722), CGJ-Reclamação/Denúncia (926), Elogios (442), além de outros.

Gráfico – Manifestações de Maior Incidência Por Tipo de Reclamação

Período de Referência: 01.01.2025 a 30.11.2025

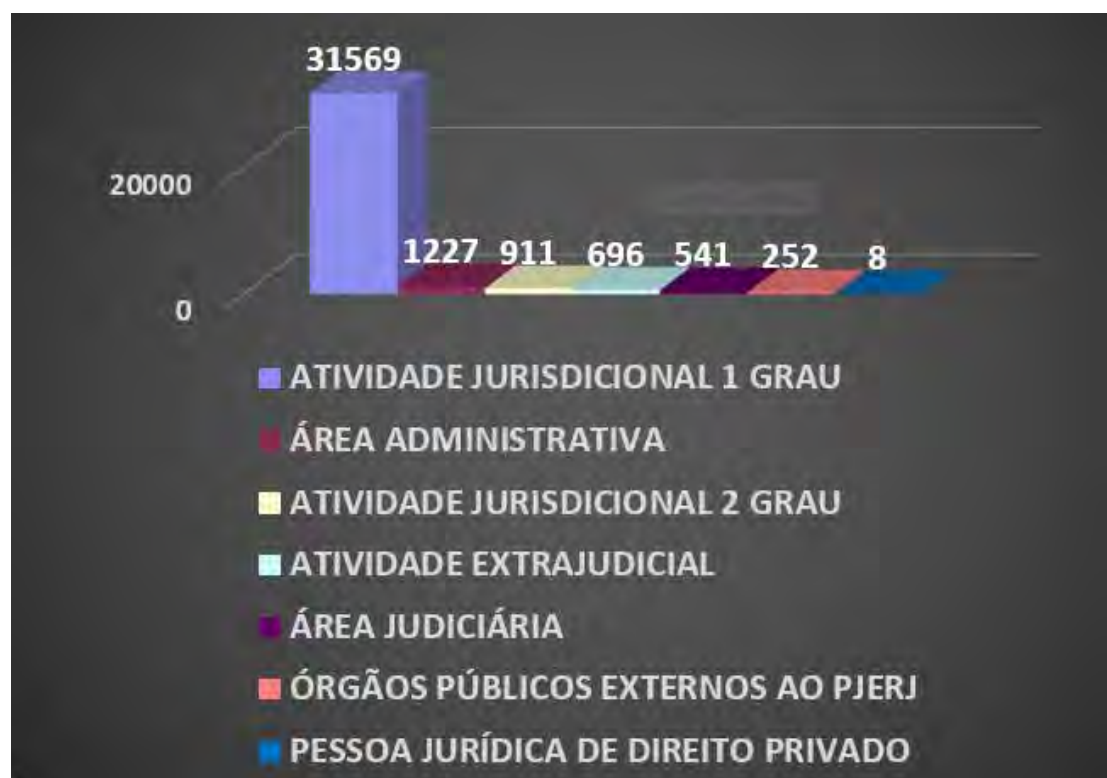


Fonte: Sistema E-SOU

Dentre os variados tipos de reclamação ilustrados no gráfico, destacaram-se a morosidade no trâmite do processo (14.902), as reclamações/denúncias diversas (9.160) e a morosidade na abertura de conclusão (1.317).

Gráfico – Manifestações por Área

Período de Referência: 01.01.2025 a 30.11.2025

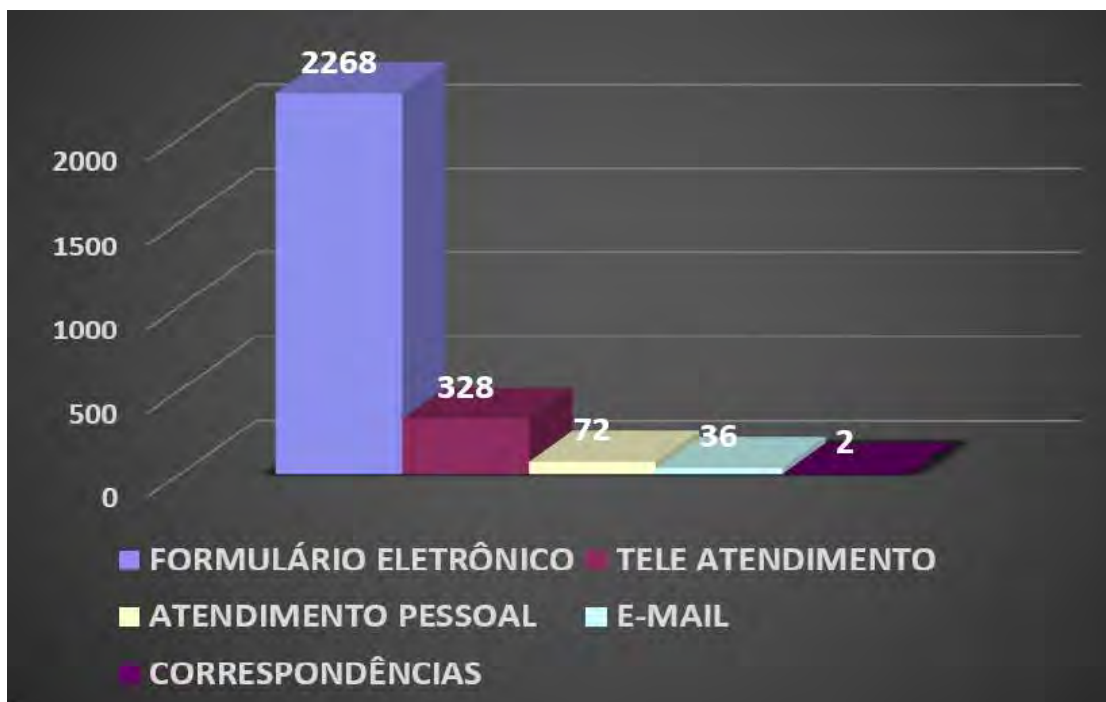


Fonte: Sistema E-SOU

O gráfico demonstra que a Atividade Jurisdicional de 1º Grau (31.569) figurou como a área de manifestação mais demandada pelos usuários, sendo seguida pela Área Administrativa e pela Atividade Jurisdicional de 2º Grau.

Gráfico – Manifestações Remetidas à CGJ

Período de Referência: 01.01.2025 a 30.11.2025

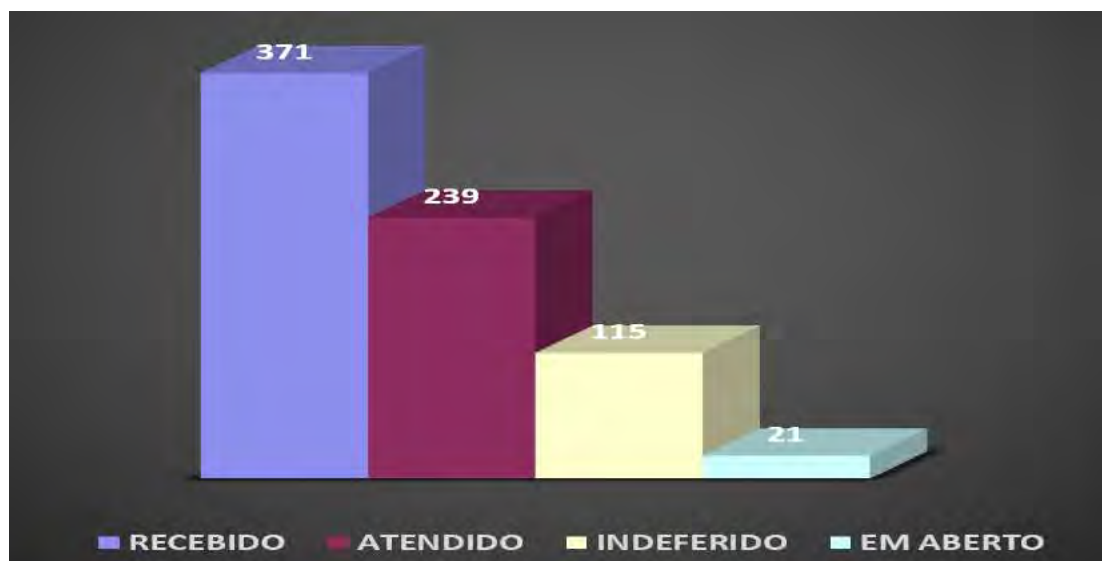


Fonte: Sistema E-SOU

A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) recebe manifestações que foram classificadas no momento da abertura e, também, aquelas remetidas no momento da resposta, por iniciativa da equipe da Ouvidoria. Por isso, o número total de manifestações remetidas à CGJ é elevado.

Gráfico – Manifestações – Lei de Acesso à Informação

Período de Referência: 01.01.2025 a 30.11.2025

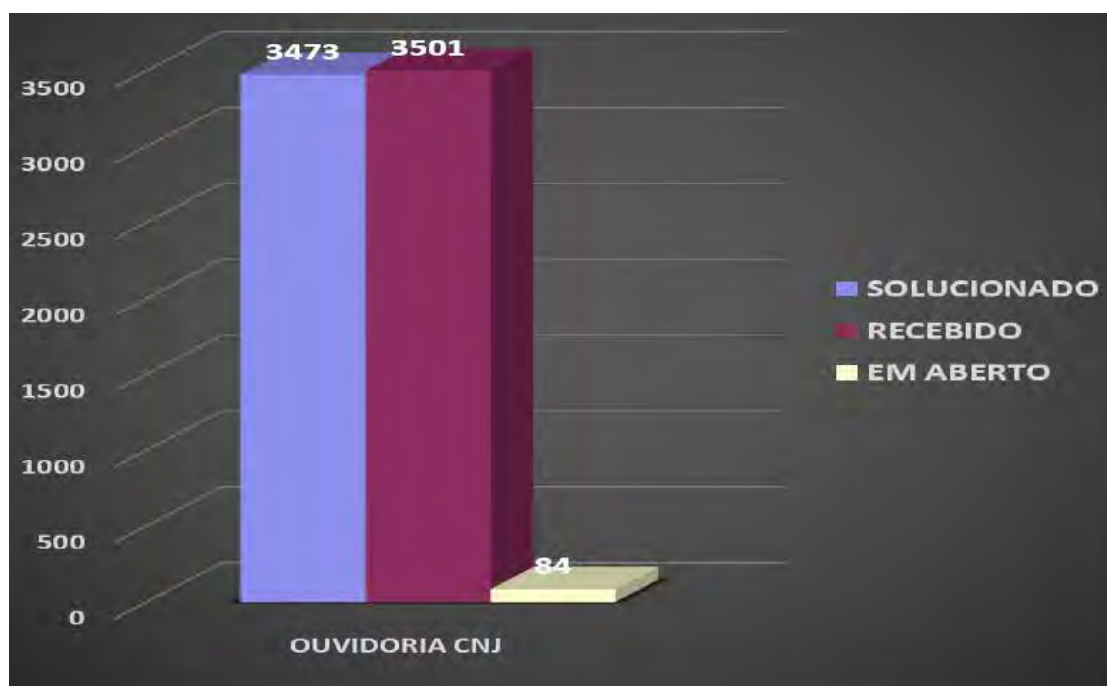


Fonte: Sistema E-SOU

Com relação às demandas baseadas na Lei de Acesso à Informação, houve registro de 239 pedidos atendidos, 115 indeferidos e 21 em aberto ao final do período em referência.

Gráfico - Manifestações - Ouvidoria CNJ

Período de Referência: 01.01.2025 a 30.11.2025

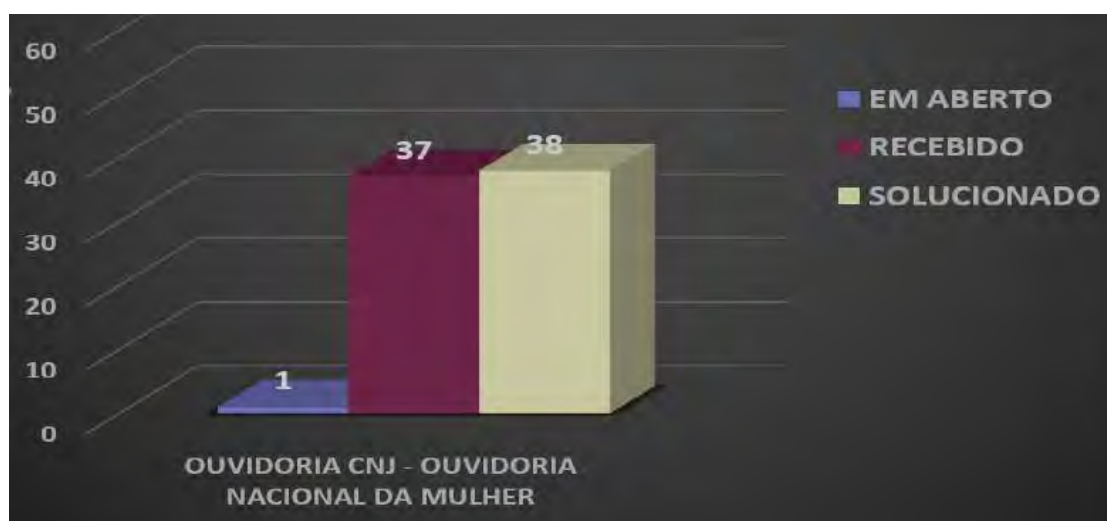


Fonte: Sistema E-SOU

As manifestações do tipo Ouvidoria CNJ representam parcela expressiva no cômputo das demandas processadas na Ouvidoria Geral.

Gráfico - Manifestações - Ouvidoria CNJ | Ouvidoria Nacional da Mulher

Período de Referência: 01.01.2025 a 30.11.2025

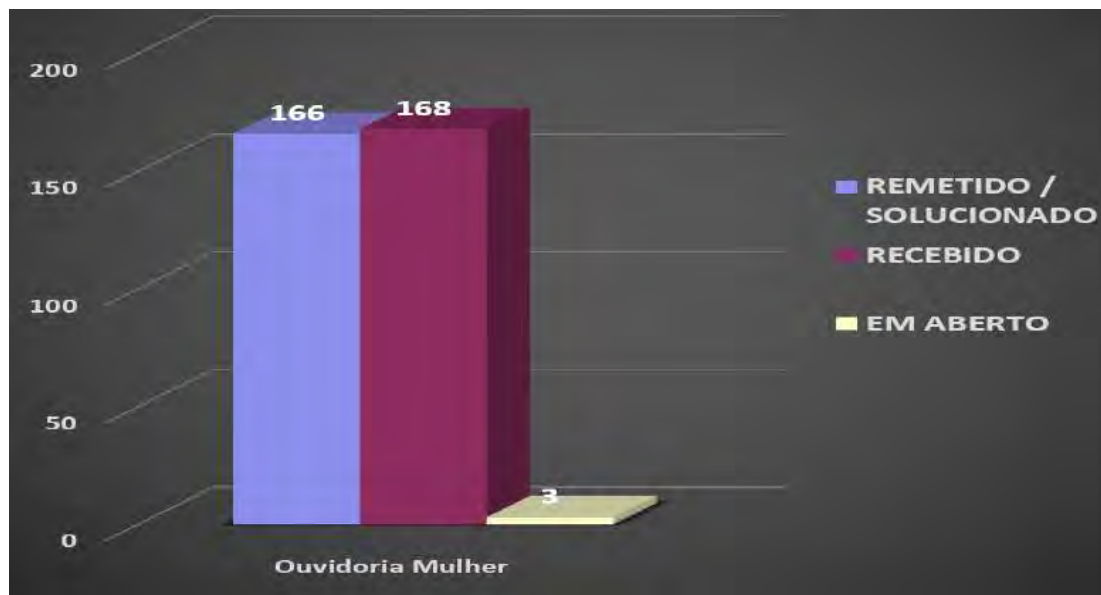


Fonte: Sistema E-SOU

As demandas oriundas da Ouvidoria Nacional da Mulher, criada em 2022 pelo Conselho Nacional de Justiça, são registradas no Sistema ESOU. Após o recebimento das respostas dos órgãos com atribuição, a Ouvidoria Geral comunica o resultado ao CNJ e ao(à) usuário(a).

Gráfico - Manifestações - Ouvidoria Mulher

Período de Referência: 01.01.2025 a 30.11.2025

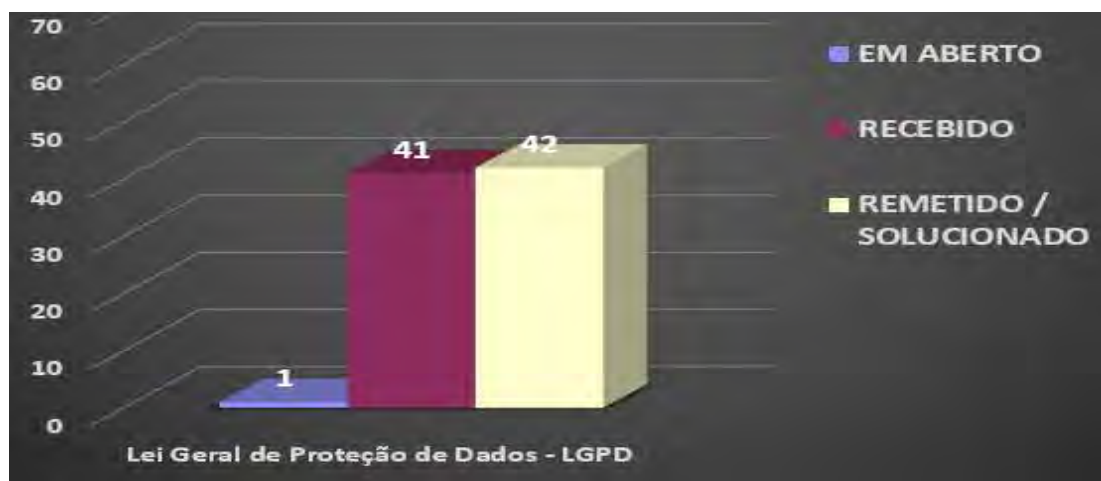


Fonte: Sistema E-SOU

A Ouvidoria Mulher é um canal para facilitar o acesso das mulheres, ou de quem as represente, que tenham dúvidas, reclamações, elogios ou sugestões relativas a processos já existentes na competência de Violência Doméstica, bem como prestar informações em caso de inexistência de processo em curso.

Gráfico - Manifestações - Ouvidoria Interna

Período de Referência: 01.01.2025 a 30.11.2025

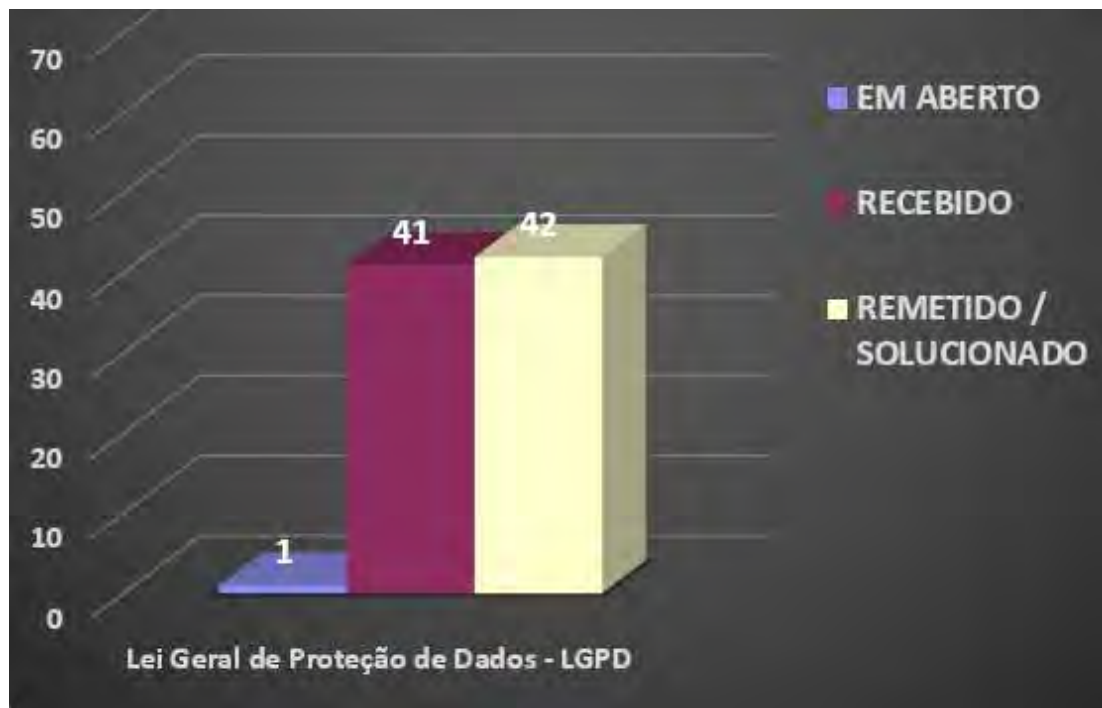


Fonte: Sistema E-SOU

A Ouvidoria Interna do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro foi criada em julho de 2022, com a missão de ser um canal de comunicação direta entre o servidor do Tribunal de Justiça e a instituição.

Gráfico – Manifestações – Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD

Período de Referência: 01.01.2025 a 30.11.2025

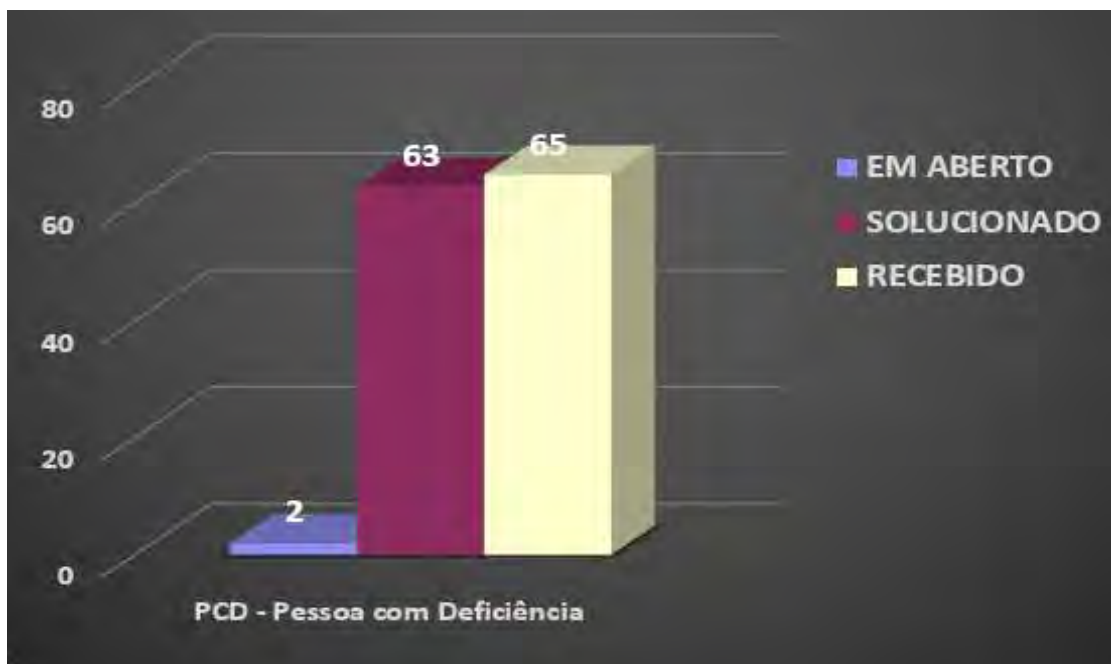


Fonte: Sistema E-SOU

As manifestações com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) são remetidas ao Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP), momento em que se encerra a atribuição da Ouvidoria Geral.

Gráfico - Manifestações - PCD - Pessoa com Deficiência

Período de Referência: 01.01.2025 a 30.11.2025

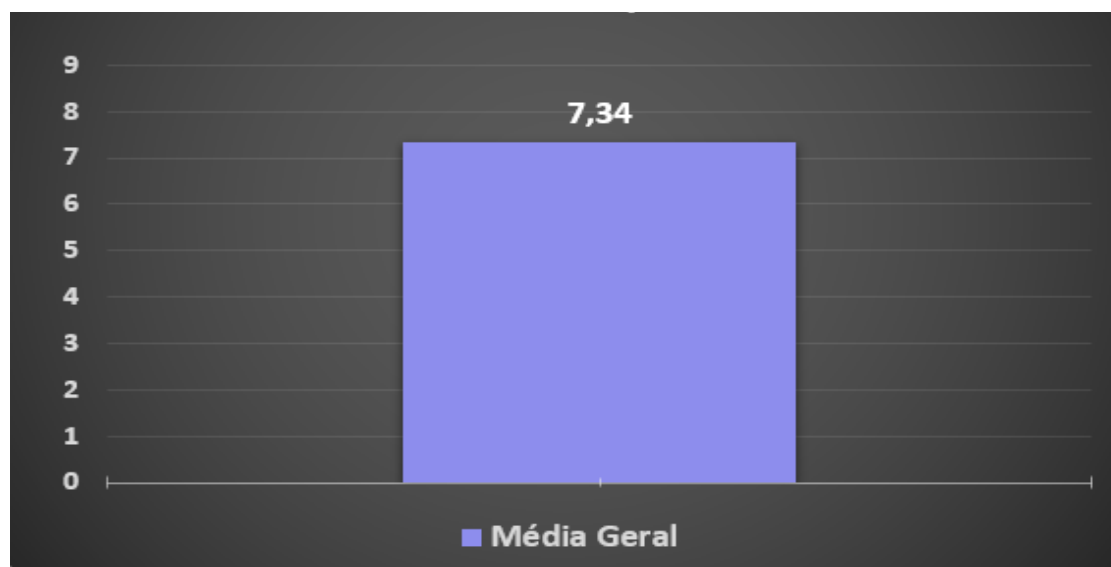


Fonte: Sistema E-SOU

No segundo semestre de 2025, a Ouvidoria Geral criou o tipo de manifestação intitulado PCD - Pessoa com Deficiência.

Gráfico - Tempo Médio de Resposta ao Usuário em Dias Janeiro a Novembro

Período de Referência: 01.01.2025 a 30.11.2025

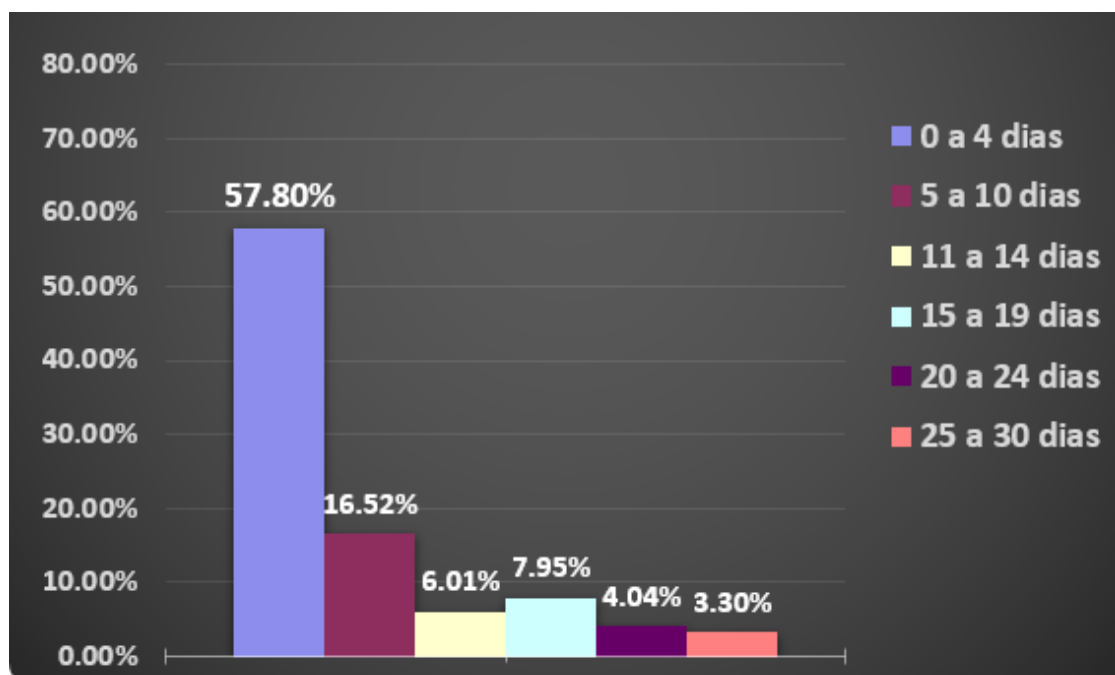


Fonte: Sistema E-SOU

O tempo médio de resposta ao usuário foi de 7,34 dias.

Gráfico – Tempo Médio de Resposta ao Usuário em Percentual Janeiro a Novembro

Período de Referência: 01.01.2025 a 30.11.2025

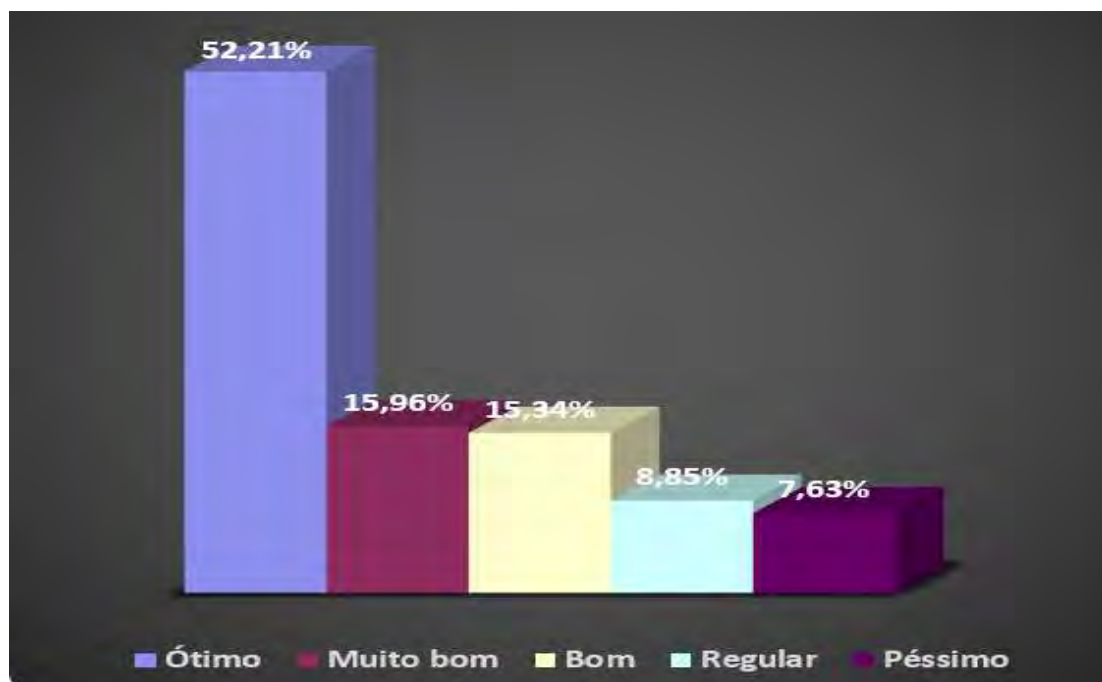


Fonte: Sistema E-SOU

Observa-se que a maioria das respostas aos usuários foi dada no intervalo entre 0 a 4 dias.

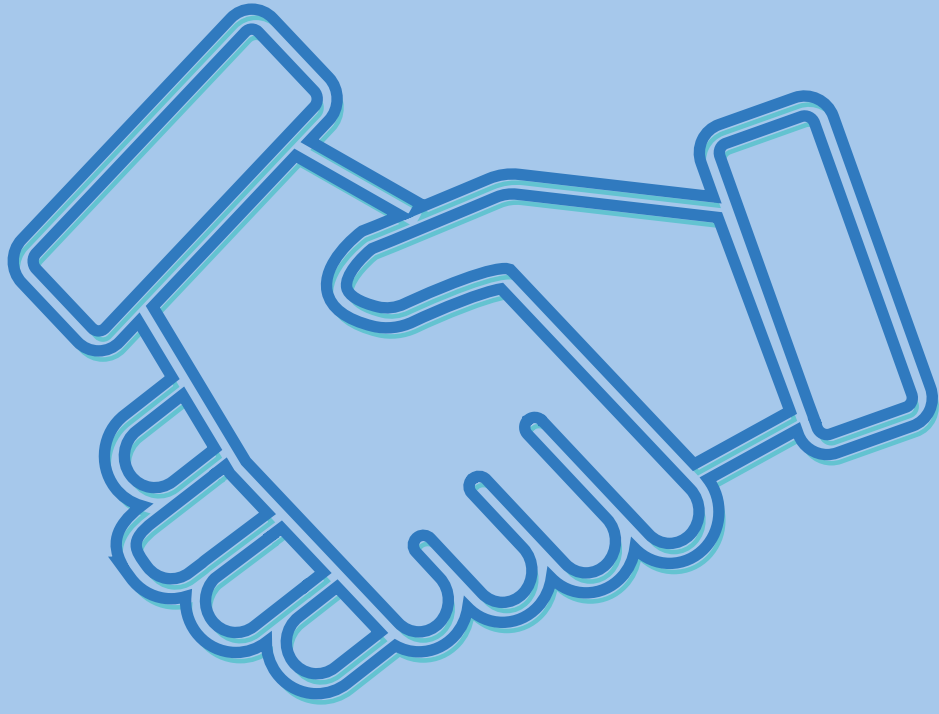
Gráfico – Pesquisa de Satisfação Ouvidoria Geral – Percentual por Respostas

Período de Referência: 01.01.2025 a 30.11.2025



Fonte: Sistema E-SOU

Os dados apresentados no gráfico apontam um resultado positivo acima de 80% relacionado à satisfação do usuário com os serviços oferecidos pela Ouvidoria Geral.



7, Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para Resolução dos Conflitos



7. Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para Resolução dos Conflitos

Panorama Geral e Diretrizes Estratégicas

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) vem consolidando uma política pública, madura e alinhada às diretrizes nacionais. Em 2025, registrou-se avanço da cultura da consensualidade, com o incremento na produtividade dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), o reforço das ações de cidadania, o crescimento das práticas de Justiça Restaurativa, a ampliação da formação de mediadores e a implementação de novos recursos na Plataforma +Acordo e no sistema ConciliadorWeb.

No âmbito da atual administração, o NUPEMEC vem atuando na coordenação técnica e normativa da política de autocomposição do Projeto Estratégico “Aprimoramento dos mecanismos processuais com o uso da mediação para solução nos procedimentos apuratórios oriundos dos contratos administrativos firmados no âmbito do PJERJ”, de iniciativa da Secretaria-Geral de Contratos e Licitações (SGCOL).

Foi criado o CEJUSC Regional da Comarca de Magé, decorrente da transformação do CEJUSC da 2ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca da Capital, nos termos da Resolução TJ/OE nº 46/2025. A medida ampliou a rede de atendimento autocompositivo e fortaleceu a política pública de resolução consensual de conflitos.

Conciliadores e Mediadores

O NUPEMEC conta com 437 mediadores voluntários, 61 mediadores selecionados por processo seletivo e 347 conciliadores voluntários em atuação nas serventias e nos CEJUSCs.

A partir de agosto de 2023, em parceria com a EMEDI, foram ofertadas 20 turmas do Curso de Formação de Conciliadores Judiciais, sendo 17 telepresenciais e 03 presenciais, com 748 alunos aprovados no módulo teórico.

Convém destacar que foram realizadas 08 turmas do Curso de Formação de Mediadores e Conciliadores Judiciais, com 236 alunos aprovados no módulo teórico, e 02 turmas do Curso de Formação de Expositores das Oficinas de Divórcio e Parentalidade, na modalidade telepresencial, com 68 alunos aprovados no módulo teórico.

Acesso à Justiça e Cidadania

Em 2025, o NUPEMEC participou do programa “Registre-se”, iniciativa do CNJ, que contabilizou cerca de 500 atendimentos em maio. O Núcleo também integrou a Semana da Paula Verde, a Semana da Conciliação da Saúde e a XX Semana Nacional da Conciliação, realizadas em agosto, outubro e em novembro, reforçando o compromisso do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro com a difusão dos métodos consensuais de solução de conflitos.

Foram promovidos Feirões Limpa Nome em diversas comarcas, estimulando a negociação de dívidas e contribuindo para a recuperação de crédito de milhares de cidadãos.

O Núcleo participou do evento “Dia Internacional da Família”, realizado em maio pela Secretaria Especial de Cidadania e Família da Prefeitura do Rio de Janeiro, no Parque Oeste (Inhoaíba), fortalecendo o diálogo com a sociedade e ampliando ações de inclusão, cidadania e promoção da cultura da consensualidade.

As agendas concentradas envolvendo LATAM, PLANOS ECONÔMICOS (Itaú e Bradesco) e AMIL (Servidores do TJ) impulsionaram a efetividade dos métodos autocompositivos, reduzindo a judicialização e favorecendo o cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ.

O CEJUSC de Nova Friburgo, em parceria com a Defensoria Pública, Procuradoria do Município de Nova Friburgo, Cartório do 4º Ofício e Cofluhab, promoveu a regularização fundiária de 249 processos, nos dias 24/11, 28/11 e 01/12/2025.

Foram realizadas três visitas guiadas para instituições de ensino superior: Mackenzie, Estácio de Sá e Unilasalle, ampliando o diálogo institucional e difundindo os métodos consensuais junto à comunidade acadêmica.

Projetos

O NUPEMEC mantém interlocução contínua com o público interno e externo, com o propósito de ampliar a visibilidade das ações e incentivar a adoção de práticas voltadas à consolidação da cultura da consensualidade. Nesse contexto, os CEJUSCs, com o apoio do NUPEMEC, desenvolveram diversas iniciativas que se destacaram pela elevada participação, pela relevância social e pelo fortalecimento da política pública de tratamento adequado dos conflitos.

Oficinas

Entre as ações promovidas, merecem destaque as Oficinas de Parentalidade, as Oficinas de Comunicação Não Violenta e as Oficinas de Convivência. Essas atividades contribuem para a promoção de relações mais saudáveis, para o aprimoramento das habilidades comunicacionais e para o estímulo a ambientes mais colaborativos.

Eixo / Atividade	Indicador	Quantidade / Informações
Oficinas de Parentalidade – importante apoio às famílias em processo de reorganização de vínculos, oferecendo subsídios para que mães, pais e responsáveis possam desenvolver uma coparentalidade mais consciente e orientada pelo bem-estar das crianças	Oficinas presenciais	227
	Oficinas on-line	20
	CEJUSCs atendidos	26
	Expositores ativos	62
	Crescimento em relação a 2024	+120%
Oficinas de Convivência – importante ferramenta educacional e preventiva, favorecendo a construção de soluções dialógicas e incentivando os participantes a assumirem um papel protagonista na transformação de suas próprias relações e experiências.	Oficinas realizadas	69
	CEJUSCs atendidos	15
	Expositores ativos	32
	Oficinas realizadas na CIAP em parceria com a VEPE-MA, a SEAP e a CIAP – voltadas especificamente às pessoas em cumprimento de alternativas penais	5
Oficinas de Comunicação Não Violenta (CNV) – promover práticas comunicacionais mais empáticas e eficazes, auxiliando na superação de conflitos cotidianos e no fortalecimento dos laços relacionais	Oficinas realizadas	16
	CEJUSCs atendidos	4
	Novos expositores capacitados	28

Com o objetivo de disseminar essas boas práticas, foi produzido vídeo institucional específico sobre o tema. (link do vídeo).

Projetos envolvendo Justiça Restaurativa

As práticas circulares e restaurativas desenvolvidas ao longo de 2025 reforçaram o compromisso institucional com o tratamento adequado dos conflitos e com a promoção de espaços de diálogo estruturado. Os Círculos de diálogo, os projetos voltados ao enfrentamento da violência doméstica, as ações em unidades de acolhimento e as atividades implementadas em âmbito escolar contribuíram para o fortalecimento de vínculos comunitários, para a ampliação da escuta ativa e para a prevenção de condutas violentas.

Além das atividades realizadas nos CEJUSCs, avançou-se na consolidação da Justiça Restaurativa, com aumento do número de facilitadores cadastrados, aprovação de novos projetos para replicação e ampliação de parcerias interinstitucionais. Eventos promovidos em cooperação com a EMEDI reforçaram a difusão dessas práticas em âmbito nacional e internacional.

Projeto	Quantidade
Círculos de Diálogo - trocas de ideias e ampliação das habilidades de escuta qualificadas	172 encontros em 29 CEJUSCs
Círculos de Homens – Lei Maria da Penha - participantes incentivados a refletir sobre masculinidades, comunicação não violenta e o impacto de suas ações	56 encontros em 5 CEJUSCs, em parceria com os juizados de violência doméstica e Familiar contra a Mulher
Círculos de Acolhimento para Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar	30 encontros em 5 CEJUSCs
Cultivando o Cuidado - implementado em unidades de acolhimento institucional, objetiva contribuir para o fortalecimento do senso de comunidade na instituição por meio de pertencimento, conexão emocional e integração em vista do bem comum para prevenir a judicialização dos conflitos	1 instituição atendida, indicada pela VIJI Madureira
Protocolo “Eu te Vejo” voltado à prevenção da violência escolar	elaborado pela e Juíza Coordenadora do CEJUSC da Vara da Infância, da Juventude da Capital
Projeto mediação de conflitos escolares entre pares, através do convênio de parceria com a Prefeitura de Petrópolis	Capacitação concluída na Escola Municipal São Judas
Justiça Restaurativa – Recursos - Facilitadores restaurativos cadastrados	96
Portfólio Institucional	24 Projetos aprovados pelo Presidente do NUPMEC para replicação
Parcerias Interinstitucionais, com projetos desenvolvidos conjuntamente	COGEN, COEM, VEPEMA, SGSUS, COAPS
Eventos organizados em parceria com a EMEDI	X Congresso Ibero-Americano de Justiça Terapêutica / I Congresso Ibero-Americano de Justiça Restaurativa 6º Encontro Nacional de Mediação; Mês da Mediação Escolar

Além dos projetos desenvolvidos, foram realizadas diversas atividades e atendimentos em processos judiciais nos CEJUSCs da Vara da Infância e da Juventude (matéria infracional), Friburgo, Leopoldina, Méier e Itaboraí com aplicação de práticas restaurativas mediante prévia concordância das partes envolvidas.

O NUPEMEC integra o Comitê Gestor da Política Judiciária da Primeira Infância (CGEPI), instituído pelo Termo de Cooperação nº 003/059/2024, participando ativamente do grupo de trabalho referente ao Eixo 18 — proteção diante da dissolução conjugal e do feminicídio. As atividades incluem participação mensal em duas reuniões de acompanhamento e deliberação, contribuindo para a articulação interinstitucional e para o fortalecimento das políticas voltadas à primeira infância.

Participações Externas

Em 2025, o NUPEMEC participou do evento “Experiências que Transformam: Práticas Restaurativas nas Instituições”, promovido pelo Núcleo de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Maranhão. Na ocasião, houve apresentação do projeto “Conexão e Cuidado: fortalecendo servidores e colaboradores do TJRJ por meio de práticas circulares”, conduzida pela Chefe do NUPEMEC/SEORI, com transmissão pelo canal oficial do TJMA.

O NUPEMEC/SEORI também apresentou seu Portfólio Institucional de Projetos no Seminário de Lançamento da Cartilha “Construindo um Ambiente Escolar de Paz com Práticas Restaurativas e Comunicação Não Violenta”, organizado pelo CEDECA, com apoio institucional do Nupemec.

Capacitações Realizadas

Em 2025, o NUPEMEC ampliou sua atuação formativa por meio da oferta de cursos, oficinas e ações de aperfeiçoamento voltadas aos facilitadores, mediadores, expositores e demais profissionais que integram a Política Judiciária de Tratamento Adequado dos Conflitos. As iniciativas contemplaram modalidades presencial, telepresencial e híbrida, alcançando diferentes regiões do Estado e atendendo às demandas específicas das unidades judiciais e dos parceiros institucionais.

Os cursos abrangeram desde a formação básica em Justiça Restaurativa até capacitações especializadas em comunicação não violenta, prevenção à violência escolar, práticas restaurativas, gestão consciente e aprimoramento técnico para mediadores judiciais. Também foram ofertados estágios supervisionados e programas continuados de apoio às práticas restaurativas, reforçando o compromisso do Tribunal com a atualização permanente dos profissionais envolvidos.

A seguir, apresenta-se a relação detalhada das ações formativas realizadas no período.

NOME DO CURSO	MODALIDADE	EDITAL	DATA DE INÍCIO	SEI	INS-CRITOS
1-Curso Básico- Formação de Facilitador em Justiça Restaurativa - CAPITAL	Presencial	Edital nº 03/2025	27/06/2025	2025-06014394	36
2-Curso Básico- Formação de Facilitador em Justiça Restaurativa - NOVA FRIBURGO	Presencial	Edital nº 03/2025	27/06/2025	2025-06014394	28
3-Apoio Continuado às Práticas Restaurativas	Presencial	-	Abril	2025-06016346	17
4-Apoio Continuado às Práticas Restaurativas	Telepresencial	-	Abril	2025-06016346	34
5-Cuidar das Relações Parentais	Presencial	Edital nº 02/2025	07/04/2025	2024-06147094	25
6- Gestão Consciente: Estratégias de Prevenção ao Assédio e Práticas de Comunicação Não Violenta” (Parceria com as COGENs)	Híbrido	Indicação CO-GEM	03/06/2025	2025-06234453	60
7-Curso “Prevenção à Violência Escolar: Protocolo Eu Te Vejo”	Presencial	Edital nº 01/2025	09/05/2025	2024-06073069	88
8-Curso “Técnicas de Entrevista Investigativa com Vítimas e Testemunhas – ATV”	Híbrido	Indicação COEM	12/06/2025	2025-06012638	49
9-Estágio supervisionado no âmbito do Curso de Formação de Mediadores Judiciais	Presencial	Concluintes cursos mediadores	10/04/2025	2024-06088226	26
10-Estágio supervisionado no âmbito do Curso de Formação de Mediadores Judiciais	Telepresencial	Concluintes cursos mediadores	10/04/2025	2024-06088226	26
11-Capacitação continuada a mediadores do processo seletivo- 3 turmas	Presencial	Convocação	18/07/2025	2025-06233742	25 cada
12-Curso de capacitação para Expositores de Oficina de Parentalidade	Presencial E Telepresencial (2 Turmas)	Edital 04/2025	-	2025-06263909	
13-Workshop de Práticas Restaurativas: entre jogos e afetos	Presencial	-	-	2025-06283821	30 vagas
14-Capacitação para Expositores de Oficina de Comunicação Não Violenta	Híbrido	Edital 05/2025	-	2025-06296647	30 vagas
15-Oficina de Aprimoramento em Círculos de Paz (CP) e Encontros Vítima-Ofensor (EVO) Segundo a Abordagem da Justiça Restaurativa (Nível Avançado)	Presencial	Facilitadores que participaram das oficinas de CP e EVO -módulo 1	-	2025-06290633	25 vagas
16 – 2º Edição Curso “Gestão Consciente: Estratégias de Prevenção ao Assédio e Práticas de Comunicação Não Violenta”	Híbrido	Indicação COGEM	-	2025-06297802	-
17- “Proteção a Crianças e Adolescentes em Contexto de Dissolução Conjugal ou Vítimas Secundárias do Feminicídio Tentado ou Consumado”	Presencial	Comitê Gestor da Política da Primeira Infância do TJRJ (CGEPI)	30/10/2025	2025-06447635	40 vagas
18-Curso depoimento especial- Polícia Civil	Híbrido	“Em planejamento”	“Em planejamento”	“Em planejamento”	-

Parcerias, Convênios e Projetos Colaborativos

Para o fortalecimento da política pública de tratamento adequado dos conflitos, o NUPEMEC firmou e manteve diversos acordos de cooperação com instituições públicas e privadas, abrangendo ações voltadas à mediação, à conciliação, à justiça restaurativa e à promoção da cultura da paz. Esses instrumentos contribuem para a expansão das práticas consensuais, o desenvolvimento de projetos conjuntos e a ampliação da rede institucional de apoio aos CEJUSCs.

Nº PROCESSO	ACORDOS	VALIDADE
2021-0691616	ANS - Termo 003/0184/2022	12/04/2027
2020-0661831	Humana Arte - Diálogo e Convivência - Termo 003/0503/2023	11/12/2025
2023-06005099	Associação Práxis Sistêmica - Termo nº 003/0477/2023	28/08/2028
2020-0646998	UNISUAM - Centro Universitário Augusto Motta - Termos: 003/0434/2021 e 003/0365/2022	30/08/2026
2023-06043728	Implantação da Mediação Escolar no Município de Petrópolis - Termos 003/251/2023 e	18/05/2027
2023-06120018	Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro - Termo 003/0403/2024	04/07/2026
2022-06116836	Secretaria Especial de Cidadania – SECID - Termo 003/0676/2024	07/11/2026
2024-06104477	FONAMEC – Fórum Nacional de Mediação e Conciliação - Termo 003/0815/2024	sem prazo de término
2023-06114380	Secretaria Municipal de Proteção e Defesa dos Animais - Termo nº 003/171/2025	04/06/2027
2024-06138853	Instituto Estadual de Engenharia e Arquitetura - Termo nº 003/0537/2025	07/10/2027

PASCE

Com o intuito de aperfeiçoar as ações voltadas ao cumprimento da política e suas metas, o NUPEMEC desenvolve projeto de cooperação mútua entre o TJRJ e os Núcleos de Prática Jurídica das Universidades. A iniciativa prevê a criação, instalação e funcionamento de Polos Avançados de Solução de Conflitos Extrajudiciais (PASCEs).

Os PASCEs têm por finalidade promover sessões de autocomposição sem necessidade de ajuizamento prévio de demandas, possibilitando posterior homologação judicial dos acordos firmados. A medida contribui para a ampliação dos mecanismos de pacificação social, para a democratização do acesso à Justiça e para o fortalecimento da cultura do consenso no âmbito das universidades.

PROCESSO Nº	PASCE	TEERMO
2020-0689424	PUC (RIO) – Pontifícia Universidade Católica	003/146/2022 (Em processo de renovação)
2021-0628671	UERJ – Universidade do Estadual do Rio de Janeiro	003/0090/2022 e Aditivo 003/0338/2024
2022-06123723	UFF – Universidade Federal Fluminense – Campus Macaé	003/0218/2024
2022-06118792	UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	003/0376/2023
2023-06068529	INFEEA - Fundação Educacional Dom André Arcoverde	003/0063/2025
2024-06001663	SOBEU - Associação Barramansense de Ensino, mantenedora do Centro Universitário de Barra Mansa (UBM)	003/0756/2025

Tecnologia e Inovação

Publicado o Aviso NUPEMEC nº 06/2025, orientando os Juízes Coordenadores e servidores dos CEJUSCs quanto ao uso preferencial da plataforma +Acordo para as solicitações de abertura de reclamações pré-processuais referentes às empresas cadastradas. A medida busca padronizar procedimentos e ampliar o uso do sistema como canal de solução consensual.

A Plataforma +Acordo já permite, em seu módulo processual, o envio de solicitações e a realização de sessões ou de tentativas de conciliação no curso do processo judicial. A expectativa é que o sistema se consolide como principal porta de entrada para o acesso à

justiça no Estado do Rio de Janeiro, tanto na fase pré-processual, evitando o ajuizamento de ações, quanto na fase processual, contribuindo para a racionalização do trabalho judicial e para a solução célere das controvérsias.

Encontra-se em desenvolvimento o módulo de produção antecipada de prova, voltado especialmente às demandas que envolvem produção técnica, oral ou documental, com potencial para evitar o ajuizamento de ações ou otimizar o andamento processual.

Os processos eletrônicos do PJe já estão aptos a receber demandas criadas na Plataforma, possibilitando negociação assíncrona entre as partes e posterior juntada automática do acordo aos autos para homologação.

Espera-se que a utilização ampliada do sistema contribua para a redução da litigiosidade, para a diminuição da duração dos processos, para o decréscimo do acervo e para o aumento do Índice de Atendimento à Demanda (IAD) do Tribunal. A integração da Plataforma +Acordo à Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br) e ao Portal de Serviços do CNJ (JusBr) permitirá sua incorporação ao Data Lake do Judiciário, ampliando as possibilidades de análise e gestão de dados.

Por operar mediante retroalimentação das informações inseridas pelos próprios usuários, a Plataforma +Acordo tende a gerar indicadores e evidências úteis à formulação de políticas públicas e à tomada de decisões estratégicas, reforçando a importância de sua ampla divulgação.

Indicadores Quantitativos e Resultados

No que se refere aos indicadores estatísticos, observa-se o compromisso contínuo com o aprimoramento e a consolidação da política pública voltada ao tratamento adequado dos conflitos. Os resultados obtidos demonstram a efetividade dos métodos consensuais, evidenciada pelo significativo aumento no agendamento de mediações e pelos satisfatórios índices de acordo registrados ao longo do período.

Com o objetivo de aumentar a eficiência dos serviços prestados pelos CEJUSCs, foi implantado, em outubro deste ano, um formulário unificado para a Pesquisa de Satisfação dos Usuários. Até o momento, foram coletadas 1.199 respostas, das quais 95% indicam que o respondente ficou “Muito satisfeito(a)” ou “Satisfeito(a)” com a atividade realizada.

Visando ampliar a transparência, foram realizadas melhorias no Painel dos CEJUSCs disponível na Central de Informações Gerenciais do PJERJ – Sala Íris. A partir de outubro, o painel passou a receber atualização automatizada, garantindo maior celeridade na disponibilização dos dados.

A seguir, apresentam-se os dados estatísticos dos CEJUSCs referentes ao ano de 2025, extraídos da Central de Informações Gerenciais do PJERJ – Sala Íris, considerando o período de janeiro a novembro.

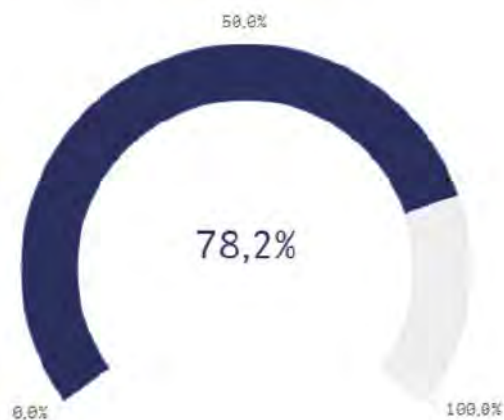
CEJUSC - Pré-Processual - 2025

Audiências Marcadas x Realizadas

Audiências Marcadas
20.353 **26,6%** -
vs. Mesmo Período Ano Anterior

Audiências Realizadas
15.918 **42,7%** -
vs. Mesmo Período Ano Anterior

Índice de Audiências Realizadas - 2025



Percentual de Audiências que foram Realizadas em relação às Marcadas

CEJUSC - Processual - 2025

Audiências Realizadas x Realizadas com Acordo

Audiências Realizadas
15.918 **42,7%** -
vs. Mesmo Período Ano Anterior

Realizadas com Acordo
5.579 **35,0%** -
vs. Mesmo Período Ano Anterior

Taxa de Audiências Com Acordo - 2025



Percentual de Audiências Realizadas que tiveram como resultado o Acordo entre as partes

CEJUSC - Processual e Pré-Processual - 2025

Audiências Marcadas x Realizadas



CEJUSC - Processual e Pré-Processual - 2025

Audiências Realizadas x Realizadas com Acordo

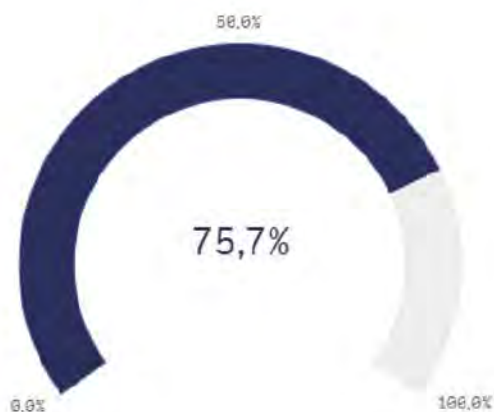


CEJUSC - Processual e Pré-Processual - 2025

Audiências Marcadas x Realizadas



Índice de Audiências Realizadas - 2025



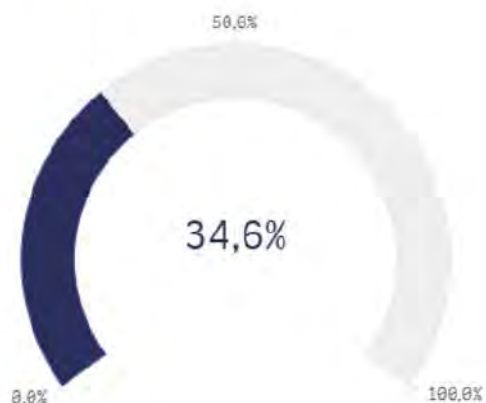
Percentual de Audiências que foram Realizadas em relação às Marcadas.

CEJUSC - Processual e Pré-Processual - 2025

Audiências Realizadas x Realizadas com Acordo



Taxa de Audiências Com Acordo - 2025



Percentual de Audiências Realizadas que tiveram como resultado o Acordo entre as partes.

Conclusão

Em 2025, o NUPMEC consolidou avanços significativos na Política Judiciária de Tratamento Adequado dos Conflitos, reafirmando seu papel estratégico no fortalecimento da cultura da consensualidade e na modernização do sistema de justiça do Estado do Rio de Janeiro.

A intensificação das parcerias interinstitucionais, o desenvolvimento dos PASCEs e a execução de projetos colaborativos demonstraram a capacidade do Tribunal de fomentar soluções inovadoras e integradas para a prevenção e resolução de conflitos. Do mesmo modo, a evolução tecnológica, especialmente com a implementação e a crescente adesão à Plataforma +Acordo, evidenciou o compromisso do Tribunal com práticas mais eficientes, céleres e orientadas pelo uso inteligente de dados.

Os indicadores quantitativos confirmam a efetividade dos métodos autocompositivos, com elevados índices de acordos e crescente participação da sociedade em iniciativas estruturadas de diálogo, orientação e educação para a paz. As ações de Justiça Restaurativa, por sua vez, ampliaram o alcance social da política pública, contribuindo para a reconstrução de vínculos, a prevenção de violências e a promoção de ambientes comunitários mais seguros e colaborativos.

Dessa forma, os resultados alcançados em 2025 demonstram que o NUPEMEC avançou de maneira robusta no macrodesafio institucional de “Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para Resolução de Conflitos”, consolidando bases sólidas para novas evoluções e reafirmando o compromisso do PJERJ com uma Justiça mais acessível, humanizada, inovadora e alinhada às diretrizes nacionais de autocomposição.

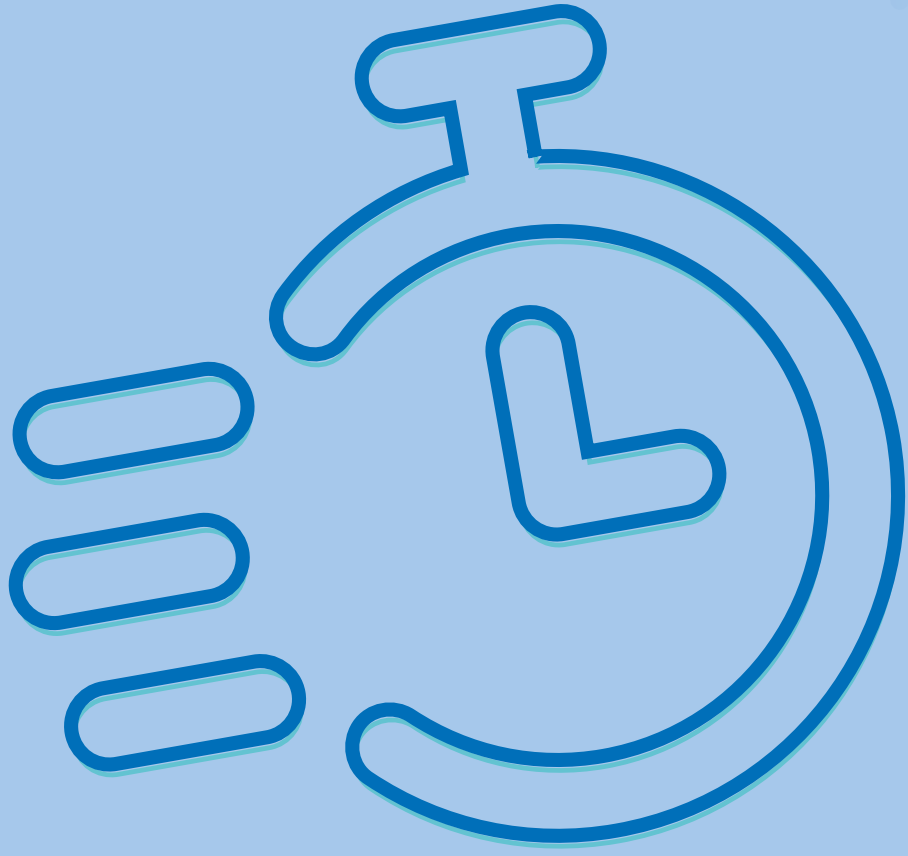
Recepção plena e adequada da Lei nº 14.133/2021 no âmbito das contratações do PJERJ

Em 2025, a Secretaria-Geral de Contratos e Licitações (SGCOL) consolidou a recepção plena e adequada da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) no âmbito das contratações do PJERJ (sítio eletrônico, processos administrativos, contratos e artefatos da contratação), conforme planejado no Projeto Estratégico nº 92 para o biênio 2023/2024.

Projeto Estratégico da SGCOL relativo ao biênio 2025/2026

O Projeto Estratégico do biênio 2025-2026, previsto no Ato Executivo TJ nº 82/2025, que corresponde ao “Aprimoramento dos mecanismos processuais e uso da mediação nos procedimentos apuratórios oriundos de infrações cometidas na fase de execução dos contratos administrativos firmados no âmbito do PJERJ”, está cadastrado no Sistema de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do PJERJ (GRP), sob o nº 112, onde foram lançados o cronograma e as respectivas fases.

Atualmente, referido Projeto encontra-se na fase de criação de um órgão de mediação em matéria de contratos administrativos, com submissão da correspondente minuta de ato normativo à apreciação do NUPEMEC, conforme tramitação no processo SEI nº 2025-06298068. Também importante registrar que o Projeto Estratégico aqui referenciado encontra-se em harmonia com o macrodesafio “Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para Resolução dos Conflitos”, considerando que o seu principal objetivo é reduzir o quantitativo de procedimentos apuratórios instaurados mediante a adoção de métodos autocompositivos de solução de controvérsias na fase pré-processual.



8, Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional



8. Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

A Primeira Vice-Presidência tem como diretriz a excelência do trabalho que lhe compete cumprir. Entre as atividades desenvolvidas no ano de 2025, merecem maior ênfase as seguintes:

- Para melhor desempenho do trabalho, foi publicada a Portaria 1VP nº 07/2025 que alterou a Portaria 1VP nº 03/2025, estabelecendo o horário de 11 h para a distribuição dos feitos não urgentes, 12h para a distribuição dos feitos não urgentes preventos e demais feitos urgentes. Tal alteração permitiu uma melhor visualização das distribuições pelos usuários internos e externos, especialmente nas questões concernentes à prevenção.
- Em 2025, o DECIV elegeu como prioridade, o processo de capacitação dos seus servidores e colaboradores para assegurar o cumprimento do cronograma de implementação gradativa do sistema eproc, de forma que todos estejam preparados de forma eficiente até a data definitiva de implementação do sistema; para tanto, foram ministrados na ESAJ, pelo Diretor da Distribuição, Cursos de Capacitação no Sistema eproc no ambiente da Primeira Vice-Presidência nos dias 25 e 26 de junho, 16 e 17 de julho e 3 e 4 de setembro, todos em caráter obrigatório.
- Foi implementado, em 2023, um Plano de Ação junto à SGTEC visando solucionar com maior brevidade os problemas nos sistemas informatizados que ocasionavam retardo na autuação e distribuição dos feitos. Tal plano incluía, dentre outras medidas, um grupo exclusivo DECIV/SGTEC (composto pelos diretores das unidades DIAUT, DIDIS e DIPRE e técnicos da informática), via plataforma Teams para suporte em tempo real, de forma que os problemas apontados eram prontamente resolvidos ou encaminhados para análise, caso mais complexos. Tendo em vista o êxito desta ação, o grupo foi mantido por todo o ano de 2024 e seguiu ativo em 2025, agilizando os fluxos de trabalho.
- Entre as medidas realizadas referentes à implementação gradativa do sistema eproc, houve em 2025 o intercâmbio de conhecimento com os Tribunais que já operavam o sistema, especialmente na utilização dos materiais de referência disponíveis, bem como pela participação em treinamentos especializados e reuniões para adaptação do sistema às especificidades do Departamento e do TJERJ.
- Com o objetivo de aprimorar a instalação do sistema eproc, foi estabelecida a participação quinzenal da Diretora do Departamento e do Diretor da Divisão da Distribuição nas reuniões do GT-EPROC, instituído pelo Ato Executivo TJ nº 37 de 22 de fevereiro de 2024 e a continuação do processo de atualização dos impedimentos/suspeições no banco de dados do Departamento de Autuação e Distribuição Cível (DECIV), nos sistemas ejud e eproc, ações que seguiram ativas em 2025, com periodicidade mensal.
- Em 2025, foram distribuídos 240.792 processos, 12.853 a mais em relação a 2024, razão pela qual foi implementado o terceiro grupo de auxílio GEAP C, a fim de atender a crescente demanda do departamento.
- A Divisão de Prevenção recebeu, em 2025, 45.752 processos para análise, ou seja, 9.157 a mais em relação a 2024.

- O objetivo da qualidade “garantir a eficiência da distribuição de feitos urgentes” definido para o ano de 2025 foi alcançado, haja vista que a meta era manter a distribuição urgente menor ou igual a 2 dias em média ao final de 2025 e o resultado final no período foi 1,41 (dias), não obstante o aumento da distribuição de processos urgentes, de 80.740 em 2024 para 85.315 em 2025.
- Em 2025, foram aprovados os novos direcionadores estratégicos da 1ª Vice-Presidência. Missão: Indexar, autuar, prevenir e distribuir recursos cíveis e demais medidas da competência originária do Tribunal de Justiça. Visão: Até 2026 promover a gestão judiciária da Primeira Vice-Presidência com a redução do tempo médio de distribuição dos feitos não urgentes. (O alcance da visão será medido pelo indicador gerencial tempo médio entre o recebimento e a distribuição de feitos não urgentes)
- A Primeira Vice-Presidência conquistou o 1º lugar no Ranking de Governança Institucional (IGG) – Unidades Executoras da Administração Superior, avançando de 79% em 2024 para 100% de resultado em 2025.
- A Primeira Vice-Presidência conquistou o Prêmio Selo de Boas Práticas na Categoria Ouro.
- Em agosto de 2025, a Primeira Vice-Presidência aderiu ao Modelo Basilar de Gestão (MBG) para uniformização institucional de suas práticas de gestão, sem prejuízo de outros elementos auxiliares ou complementares.
- É fundamental frisar que todas as ações elencadas evidenciam o compromisso institucional da Primeira Vice-Presidência com a eficiência, presteza, inovação, governança e efetividade do serviço público.
- No tocante às execuções dos julgados nas causas de competência originária de natureza cível do Órgão Especial do TJRJ, firme no propósito de dar efetividade às decisões, a Primeira Vice-Presidência, com a participação do Gabinete do Juiz Auxiliar, recebeu 7.936 conclusões, tendo determinado o arquivamento de 3.634 cumprimentos de sentença e de 212 habilitações e a expedição de 1.444 precatórios judiciais e de 2.363 RPVs em processos de sua competência.
- Tais números indicam a redução de 6,18% do acervo de processos e de 6,82% do número de cumprimentos de sentença.
- No mesmo período, foram expedidos 5.329 mandados de pagamento, atingindo o expressivo valor de R\$117.583.614,37 (cento e dezessete milhões, quinhentos e oitenta e três mil, seiscentos e quatorze reais e trinta e sete centavos) em execuções de mandados de segurança pagos via RPV.
- Ainda considerando os processos do Órgão Especial, foram julgados 54 agravos com a relatoria da Primeira Vice-Presidente.
- Na qualidade de Presidente da Seção de Direito Privado, a Primeira Vice-Presidente realizou 10 sessões de julgamento presenciais e 10 sessões de julgamento virtuais, atingindo a marca de 444 processos julgados.
- Em sua atuação junto ao Conselho da Magistratura, foram julgados 52 processos por acórdão.
- No primeiro ano do biênio, o Gabinete da Primeira Vice-Presidência movimentou 342 procedimentos no sistema SEI – Processo Administrativo, sendo 118 na unidade Primeira

Vice-Presidência e 224 na unidade Primeira Vice-Presidência Gabinete. Os expedientes administrativos englobam demandas relativas a organização institucional, provimentos da Presidência e da Vice-Presidência, publicação de atos e recursos humanos.

- No período analisado, foram conclusos 108 expedientes do DECIV ao Gabinete, sendo 63 petições e 45 processos.

Terceira Vice-Presidência

Equipe Interdisciplinar

No início da gestão, implementou-se uma equipe interdisciplinar para auxiliar as unidades organizacionais da 3ª Vice-Presidência.

Esta equipe interdisciplinar cumpriu a meta, com redução significativa de acervo na Divisão de Comunicação Externa.

Redução de Acervo na Divisão de Comunicação Externa

Em continuidade ao trabalho de redução de acervo, foi realizado o saneamento nos recursos que se encontravam aguardando julgamento nos Tribunais Superiores, cujas decisões remetidas em mídia física (CD-ROM) não haviam sido recebidas neste TJERJ.

Desde o início do trabalho da equipe interdisciplinar na Divisão de Comunicação Externa, foi dado andamento a inúmeros processos em que os Tribunais Superiores exararam decisões.

Redução de Acervo Físico arquivado

Na gestão 2023-2024, pelo Aviso 01/2023 de 05/08/2023, desta Terceira Vice-Presidência, nos termos do Ato Executivo nº134/2021, foi instituído GEAP para o desarquivamento, digitalização, indexação e virtualização do acervo físico de processos sobrestados da 3ª Vice-Presidência que estava aguardando o julgamento de recurso paradigma. Este GEAP terminou no dia 13 de novembro de 2024, porém, a busca pelo saneamento do acervo físico arquivado ainda permanece, tendo sido digitalizados, desde então, mais de 460 processos.

Acréscimo no Tempo de Autuação dos Recursos/Agravos

O tempo médio de autuação de recursos/agravos encontra-se em 3,6 dias, acima da média alcançada na gestão anterior, que era de 2,5 dias.

O problema foi gerado pelo aumento de demanda na Terceira Vice-Presidência, causado pela significativa quantidade de RE e RESP interpostos com base na Ação Civil Pública

ajuizada pelo Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (piso nacional), frente ao mesmo quantitativo de funcionários da Divisão de Autuação.

Manutenção no Tempo de Processamento dos Recursos/Agravos

O tempo médio do processamento de recursos/agravos manteve a redução gradual observada desde o início da atual gestão.

Processos Representativos de Controvérsias:

A 3ª Vice-Presidência, na gestão 2023/2024, indicou recursos extraordinários para o STJ e para o STF como representativos de controvérsias, visando à afetação das questões repetitivas no âmbito do TJRJ.

O atual Terceiro Vice-Presidente, Des. Heleno Ribeiro Pereira Nunes, deu continuidade ao trabalho, determinando o acompanhamento minucioso do mesmo.

Em fevereiro de 2025, o NUGEPAC observou, no tocante aos quatro Recursos Especiais selecionados como o Grupo Representativo de Controvérsia nº 11 (Controvérsia nº 569) que fora encaminhado ao STJ, foram afetados pelo Tema 1248, em 24/04/2024, cujo trânsito em julgado ocorreu no dia 13/08/2025, tratavam de duas questões, a saber:

I. Dever dos entes federados de promover a disponibilização de transporte especial e/ou individual a pacientes portadores de doenças entre sua residência e o local de tratamento (processo 0145483-97.2016.8.19.0001), transformou-se em GR 12, tendo não admitido em 27/09/2025, e encontra-se vinculado ao tema 1431 (STF).

II. Reafirmação de jurisprudência para formação de tema em repercussão geral quanto à constitucionalidade do fundo de equilíbrio fiscal (FEEF) e Fundo Orçamentário Temporário (FOT) - Processos 0095677-54.2020.8.19.0001 e 0123370-13.2020.8.19.0001), transformou-se em GR 13, tendo sido admitido em 10/09/2025, e encontra-se vinculado ao tema 1386 do STF.

Quanto ao Tema 1225, oriundo de controvérsia do TJRJ, destinado a decidir: “Possibilidade de redirecionamento da execução a pessoa jurídica de direito público, em razão da insolvência de concessionária de serviço público, ainda que aquela não tenha participado da fase de conhecimento e não conste do título executivo judicial”. Ademais, tem o seguinte debate subsidiário: “termo inicial do prazo prescricional quinquenal para fins de redirecionamento da execução contra o ente público”. Sua afetação ocorreu em 29/11/2023, sendo finalizada em 05/12/2023.

Em outubro de 2024, foram selecionados os Recursos Especiais nº 2.181.464 e 2.182.344, ambos oriundos do Rio de Janeiro, como representativos de controvérsia, para fins de afetação pelo Supremo Tribunal de Justiça, discutindo a questão sobre o dever das operadoras de planos de saúde de fornecer o medicamento CANABIDIOL, para tratamento domiciliar.

Essa matéria gerou o grupo representativo de controvérsia nº 15, transformado na controvérsia nº 697, que foi cancelada em razão do disposto no art. 256-E, I, do RISTJ, que prevê hipótese de rejeição, de forma fundamentada, da indicação de recurso especial representativo de controvérsia devido à ausência dos pressupostos recursais genéricos ou específicos e ao não cumprimento dos seguintes regimentais. Tal decisão foi disponibilizada no DJER de 14/03/2025.

O Superior Tribunal de Justiça afetou a tese controvertida, representada pelos recursos especiais 2.145.550/RJ e 2.145.185/RJ, pertencentes ao Grupo de Representativos de Controvérsia nº 14 (tema vinculado 1286, STJ), definindo se, no caso de os empréstimos consignados em folha de pagamento firmados por militares das Forças Armadas, aplica-se o art. 14 §3º da Medida Provisória n. 2215-10/2021 (que permite descontos de até 70% dos vencimentos) ou a lei 10.820/03 (que limita os descontos a 30%).

A tese fixada foi no sentido de que “para os descontos autorizados antes de 04/08/2022, data de vigência da Medida Provisória 1.132/2022, convertida na Lei 14.509/22, não se aplica o limite específico para as consignações autorizadas em favor de terceiros, devendo ser observada apenas a regra de que o militar das forças armadas não pode receber quantia inferior a 30% da sua remuneração ou provento, após os descontos na forma do art. 14 §3º, da medida provisória nº 2.215-10/2001”. O trânsito em julgado ocorreu em 14/08/2025.

O GR 11, vinculado ao tema 1248 do STJ, cuja questão foi submetida a julgamento para aferir o valor de alçada da execução fiscal envolvendo débitos da mesma natureza e tributo, para fim de recurso de apelação, foi admitido em 07/11/2023, tendo como paradigmas os RESP 2.077.135/RJ, RESP 2.077.138/RJ, RESP 2.077.319/RJ, e 2.077.461/RJ, transitou em julgado em 13/08/2025 e teve como tese firmada: “nas execuções fiscais fundadas numa única Certidão da Dívida Ativa composta por débitos de exercícios diferentes do mesmo tributo, a determinação da alçada prevista no art. 34, e caput 1º, da Lei 6.830/1980, deverá considerar o total da dívida constante do título executivo”.

Atualmente, vinculados ao STJ, sem trânsito, possuímos ainda o GR9 – Processo paradigmas 0000398-69.2018.8.19.0079 e 0053064-21.2017.8.19.0002, vinculados ao Tema 414, admitidos em 29/11/2021, qual seja a questão submetida a julgamento a seguinte: “Definir a forma de cálculo da tarifa progressiva em unidades compostas por várias economias e hidrômetro único, após aferição de consumo”.

Processos Sobrestados no Tema 06 do STF:

O tema 06 do STF trata do fornecimento de medicamentos de alto custo pelo Poder Público.

Na gestão anterior, foi realizado um acordo, com a PGE, para tratamento de tais processos, tendo o NUGEPAC conseguido reduzir o montante dos recursos sobrestados de 6.718 para 1.058, havendo, na maioria deles, desistência por parte do Estado do Rio de Janeiro.

Em 2025, foi determinado pela Juíza Dirigente do NUGEPAC, Dra. Ana Lucia Vieira do Carmo, a análise e verificação detalhada das partes, inclusive com pesquisa feita no site do Tribunal de Justiça, parcela de óbitos.

Processos Sobrestados no Tema 1218 do STF:

O Tema 1218 do STF, afetado em 02/06/2022, trata da “Adoção do piso nacional estipulado pela Lei Federal nº 11.738/2008 como base para o vencimento inicial da carreira do magistério da Educação Básica Estadual, com reflexos nos demais níveis, faixas e classes da carreira escalonada”.

Tal tema possui o maior acervo no NUGEPAC, totalizando, em 03/12/2025, 20.301 processos/20.713 recursos.

Ao NUGEPAC foi determinado o gerenciamento de tais feitos e o acompanhamento no Tribunal Superior, diariamente, uma vez que, quando do trânsito, o impacto de desarquivamento, certificação e remessa à conclusão será enorme.

Inteligência Artificial

Foi solicitado ao Presidente do Tribunal de Justiça, em 2021, a celebração de convênio de cooperação técnica com o Superior Tribunal de Justiça, objetivando o desenvolvimento e aprimoramento dos fluxos de processos judiciais, de forma a promover políticas de modernização, aperfeiçoamento e acesso à Justiça.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, por meio de sua Assessoria de Inteligência Artificial da Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (ASSIA/SGTEC) desenvolveu o ASSIS, que é um assistente jurídico, cuja principal função é apoiar Magistrados na elaboração de decisões e minutas de sentenças para processos judiciais de 1ª instância. Utilizando modelos de linguagem generativa, especificamente o GPT-4o, o assistente é capaz de gerar automaticamente minutas de decisões e sentenças, além de responder a perguntas relacionadas ao conteúdo dos processos.

O assistente jurídico está integrado à base de documentos dos processos de 1ª instância que estão disponíveis no Sistema PJe (Processo Judicial Eletrônico). Dessa forma, quando o usuário insere um número de processo judicial, o assistente consegue buscar automaticamente todas as peças do processo associado. O assistente utiliza os documentos do processo como base para elaboração de decisões e minutas de sentença.

O assistente é capacitado a processar o conteúdo de cada documento processual coletado, extraíndo detalhes críticos e contextos que são fundamentais para a construção de respostas de alta qualidade. A tecnologia de processamento de linguagem natural permite que o assistente compreenda a dinâmica do caso e as alegações apresentadas, resultando em minutas que não apenas são precisas, mas que também refletem um entendimento profundo do processo.

Este projeto representa um avanço significativo no campo jurídico, introduzindo uma ferramenta poderosa que não apenas otimiza o trabalho dos Magistrados, mas também preserva a seriedade e a responsabilidade do processo decisório. Ao integrar tecnologia de ponta ao cotidiano dos tribunais, busca-se modernizar e tornar mais ágil um sistema que é essencial para a justiça, beneficiando assim toda a sociedade.

O projeto prevê a expansão para novas competências e está em planejamento para ser implementado também no segundo grau do TJRJ.

O EPROC é um sistema de processo judicial eletrônico utilizado por diversos Tribunais no Brasil. Ele foi desenvolvido para a tramitação de processos judiciais eletrônicos, oferecendo uma série de funcionalidades que tornam o andamento processual mais ágil, seguro e transparente.

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, detentor do código-fonte do sistema EPROC, juntamente com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, está auxiliando o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro no processo de implantação do sistema. Este esforço conjunto representa um grande ecossistema de desenvolvimento colaborativo e governança compartilhada.

A adoção do EPROC no TJRJ representa um avanço significativo na prestação jurisdicional, alinhando o Tribunal às melhores práticas de gestão processual eletrônica. O sistema promove uma Justiça mais ágil, eficiente e acessível para todos os cidadãos, fortalecendo a confiança da sociedade no Poder Judiciário.

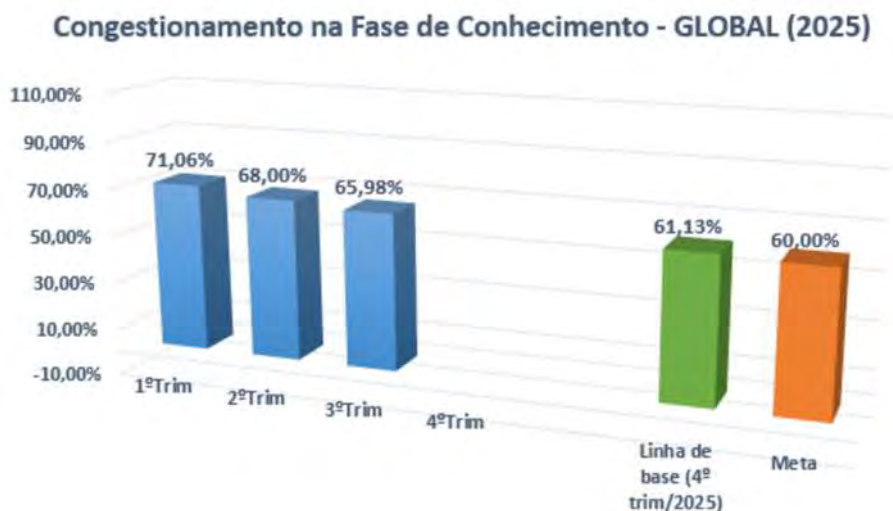
Após passarmos pela fase de treinamento e pela implementação de tal sistema, estamos utilizando em todo o Tribunal de Justiça o referido sistema.

A Terceira Vice-Presidência iniciou o uso do EPROC na gestão atual, em agosto de 2025, contando, atualmente, com 285 (duzentos e oitenta e cinco) processos.

O EPROC é um sistema eletrônico de processamento judicial que oferece maior agilidade, segurança, transparência e eficiência no trâmite de processos digitais.

Indicadores e métricas institucionais:

A) Congestionamento na Fase de Conhecimento - Global



Análise geral:

A Taxa de Congestionamento é uma variável que leva em consideração os casos pendentes do mês de análise e os últimos 12 meses de processos baixados. Neste estudo específico considera-se o congestionamento global na fase de conhecimento. Somam-se os indicadores de 2º grau, 1º grau, juizados e turma recursal. O sentido de melhoria é “quanto menor, melhor”. No 1º trimestre, registrou-se um total de 71,06%, variando no trimestre seguinte para 68,00%, alcançando no 3º trimestre 65,98%. Contudo, apenas será possível identificar o alcance ou não da meta ao final do ano de 2025, quando teremos os dados do 4º trimestre.

OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

B) Congestionamento na Fase de Conhecimento no 1º Grau



Análise geral:

A Taxa de Congestionamento é uma variável que leva em consideração os casos pendentes do mês de análise e os últimos 12 meses de processos baixados. Neste estudo específico, considera-se o congestionamento na fase de conhecimento apenas do 1º grau.

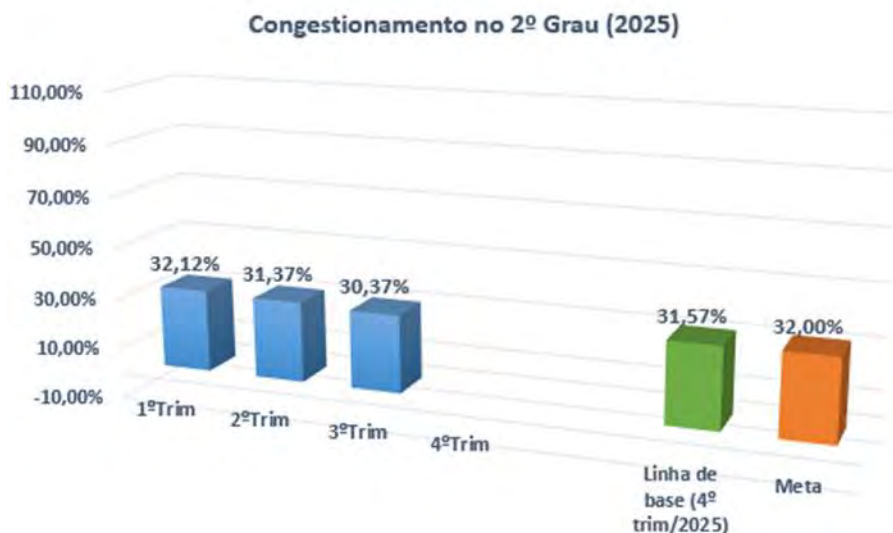
No exercício em 2025, os dados parciais disponíveis indicam:

- 1º trimestre: 92,10%
- 2º trimestre: 76,83%
- 3º trimestre: 78,03%

Ressalta-se que, para a Taxa de Congestionamento, o sentido de melhoria é “quanto menor, melhor”. Considerando-se a Meta de 72%, verifica-se que o indicador permanece acima do patamar estabelecido, não havendo, portanto, cumprimento da meta até o momento.

OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

C) Congestionamento no 2º Grau

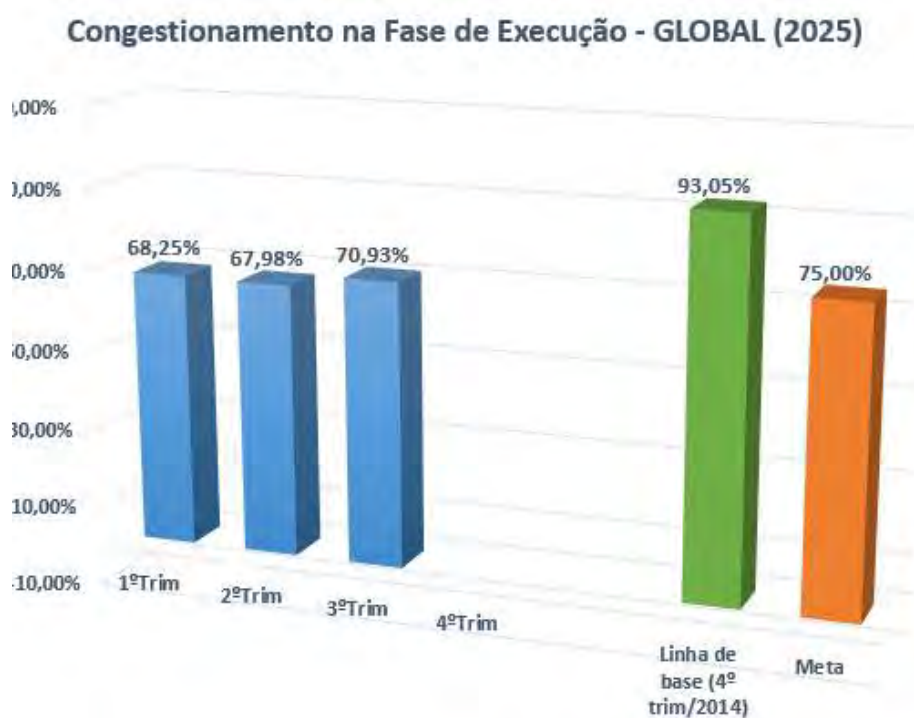


Análise geral:

A taxa de congestionamento no 2º Grau considera o total de casos pendentes e o total dos processos baixados. O sentido de melhoria é de “quanto menor, melhor”.

Em 2025, no 1º trimestre, verificamos que o indicador continuou baixando, refletindo um total de 32,12%, chegando ao 3º trimestre de 2025 abaixo da Meta de 32%. O que, para esse indicador, é um bom resultado, já que o seu comportamento é de quanto menor, melhor. Contudo, apenas poderemos identificar o alcance ou não da meta ao final do ano de 2025, quando teremos os dados do 4º Trimestre.

D) Congestionamento na Fase de Execução - GLOBAL



Análise geral:

A Taxa de Congestionamento é uma variável que leva em consideração os casos pendentes do mês de análise e os últimos 12 meses de processos baixados. Neste estudo, considera-se o congestionamento global na fase de execução, somando-se os indicadores de 1º grau e juizados.

Por sua vez, em 2025, observa-se que a Taxa de Congestionamento apresentou 68,25% no 1º trimestre, 67,98% no 2º trimestre e 70,93% no 3º trimestre.

OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização 2025 do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

E) Congestionamento na Fase de Execução no 1º Grau (Sem Execução Fiscal)



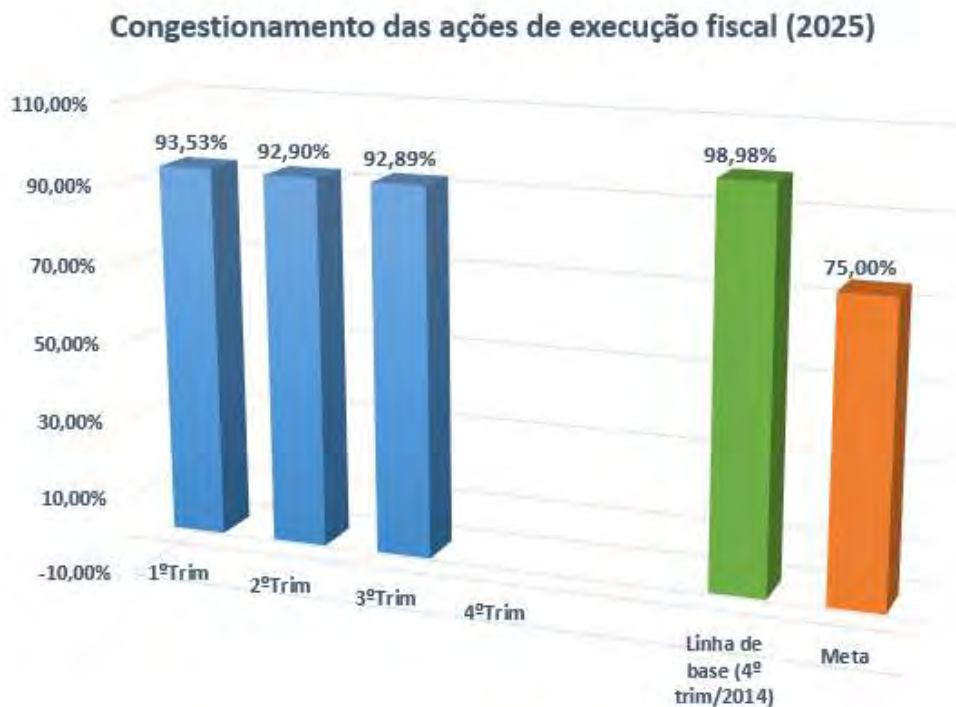
Análise geral:

A Taxa de Congestionamento é uma variável que leva em consideração os casos pendentes do mês de análise e os últimos 12 meses de processos baixados. Neste estudo, considera-se o congestionamento na fase de execução apenas do 1º grau, excluída a execução fiscal.

Por sua vez, em 2025, verifica-se a continuidade do cenário de melhora: 93,64% no 1º trimestre, 80,99% no 2º trimestre e 80,31% no 3º trimestre, mantendo-se ainda acima do limite estabelecido, motivo pelo qual a META NÃO FOI ALCANÇADA no período analisado.

OBS: Dados estatísticos com critérios da Parametrização do CNJ. Estes indicadores estão em revisão para retificação/ratificação.

F) Congestionamento das Ações de Execução Fiscal



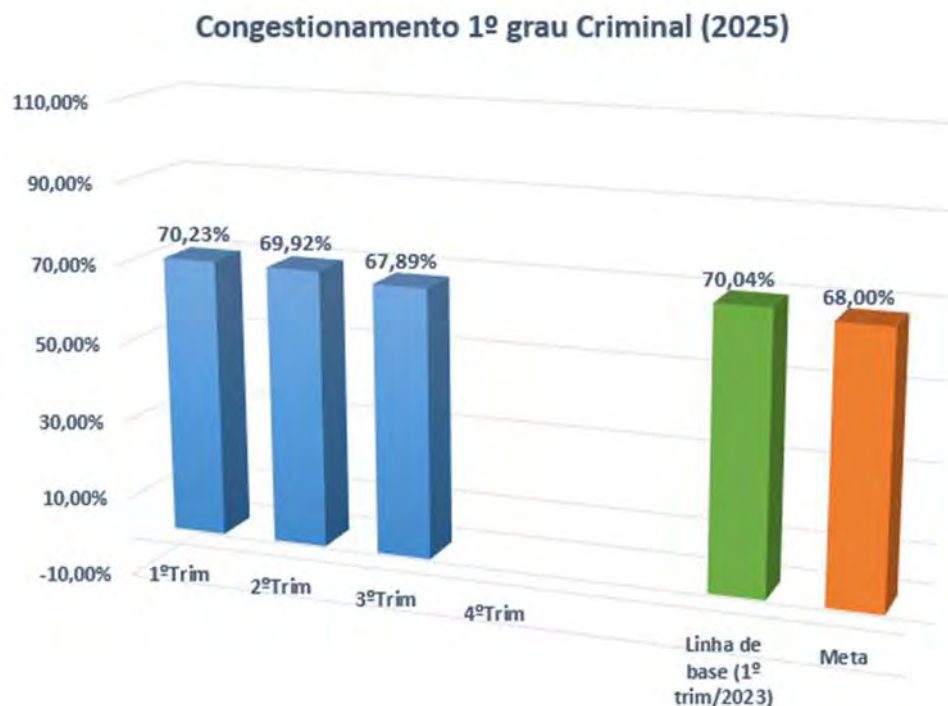
Análise geral:

A Taxa de Congestionamento é uma variável que leva em consideração os casos pendentes do mês de análise e os últimos 12 meses de processos baixados. Neste estudo, considera-se o congestionamento na fase de execução.

Quanto a 2025, embora ainda em estágio inicial de acompanhamento, verifica-se estabilidade com leve redução: 93,53% no 1º trimestre, 92,90% no 2º trimestre e 92,89% no 3º trimestre. Na Taxa de Congestionamento, o sentido de melhoria é “quanto menor, melhor”. Apenas poderemos identificar o alcance ou não da meta, ao final do ano de 2025, quando teremos os dados do 4º Trimestre

Observação: Dados estatísticos elaborados conforme critérios da Parametrização do CNJ. Indicadores em processo de revisão para eventual retificação/ratificação.

G) Congestionamento no 1º Grau - Competência Criminal



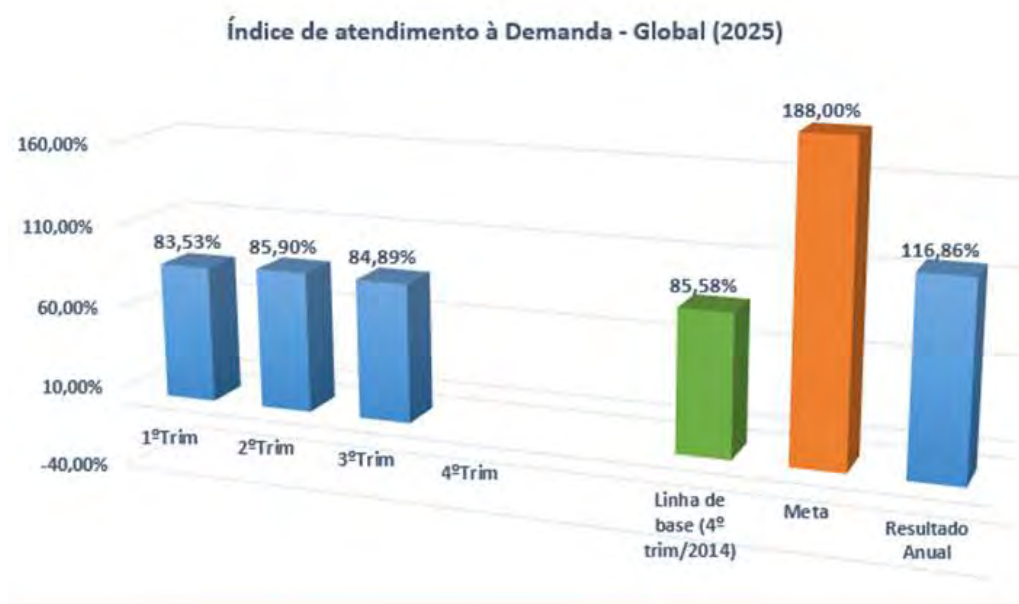
Análise geral:

A Taxa de Congestionamento é uma variável que leva em consideração os casos pendentes do mês de análise e os últimos 12 meses de processos baixados. Neste estudo específico, considera-se o congestionamento na fase de conhecimento apenas do 1º grau criminal.

No ano de 2025, ainda em fase inicial de acompanhamento, observa-se tendência de redução: 70,23% no 1º trimestre; 69,92% no 2º trimestre; e 67,89% no 3º trimestre, reforçando o desempenho positivo frente à meta estabelecida. Apenas será possível identificar o alcance ou não da meta, ao final do ano de 2025, quando teremos os dados do 4º trimestre

Observação: Dados estatísticos elaborados conforme critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Indicadores em processo de revisão para eventual retificação/ratificação.

H) Índice de Atendimento à Demanda - Global



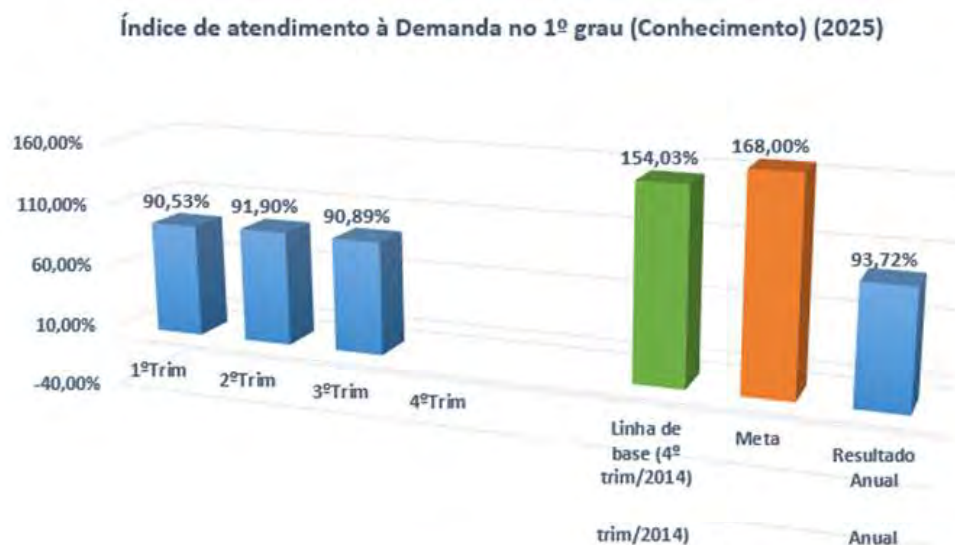
Análise geral:

O Índice de Atendimento à Demanda (IAD) contabiliza os processos baixados e os novos, tendo como sentido de melhoria “quanto maior, melhor”, pois, quando a quantidade de processos baixados supera a de processos que ingressam, o indicador apresenta comportamento positivo. Neste estudo específico, avaliou-se o IAD global do PJERJ, abarcando as fases de conhecimento e de execução, no âmbito do 2º grau, 1º grau, Juizados Especiais e Turmas Recursais.

No ano de 2025, verifica-se estabilidade com leve crescimento no indicador: 83,53% no 1º trimestre; 85,90% no 2º trimestre; e 84,89% no 3º trimestre. Reforçando o movimento contínuo de atendimento da demanda judicial. Apenas será possível identificar o alcance ou não da meta, ao final do ano de 2025, quando teremos os dados do 4º trimestre

Observação: Dados estatísticos elaborados conforme critérios da Parametrização do CNJ. Os indicadores estão em revisão para eventual retificação/ratificação.

I) Índice de Atendimento à Demanda no 1º Grau – Fase de Conhecimento



Análise geral:

O Índice de Atendimento à Demanda (IAD) é um indicador que considera os processos baixados e os novos ingressados, tendo como sentido de melhoria “quanto maior, melhor”. Este estudo concentra-se na fase de conhecimento do 1º grau.

No ano de 2025, ainda em fase inicial de monitoramento, verifica-se desempenho consistente com ligeiro crescimento: 90,53% no 1º trimestre; 91,90% no 2º trimestre; e 90,89% no 3º trimestre. O resultado demonstra evolução positiva, embora a meta permaneça não alcançada até o momento, apenas será possível identificar o alcance ou não da meta, ao final do ano de 2025, quando teremos os dados do 4º trimestre.

Observação: Dados estatísticos elaborados conforme critérios da parametrização mais recente do CNJ. Indicadores estão em revisão, podendo ser objeto de retificação/ratificação.

J) Índice de Atendimento à Demanda nos Juizados Especiais – Fase de Conhecimento



Análise geral:

O Índice de Atendimento à Demanda contabiliza os processos baixados e os novos, tendo como sentido de melhoria “quanto maior, melhor”. Neste estudo específico, avaliou-se o IAD na fase de conhecimento dos Juizados Especiais.

Em 2025, observa-se tendência de melhoria: 95,26% no 1º trimestre, 107,89% no 2º trimestre e 110,45% no 3º trimestre. Apesar da evolução observada, apenas será possível identificar o alcance ou não da meta, ao final do ano de 2025, quando teremos os dados do 4º trimestre.

Observação: Dados estatísticos elaborados com critérios da Parametrização mais recente do CNJ. Indicadores em revisão para eventual retificação/ratificação.

K) Índice de Atendimento à Demanda nas Turmas Recursais



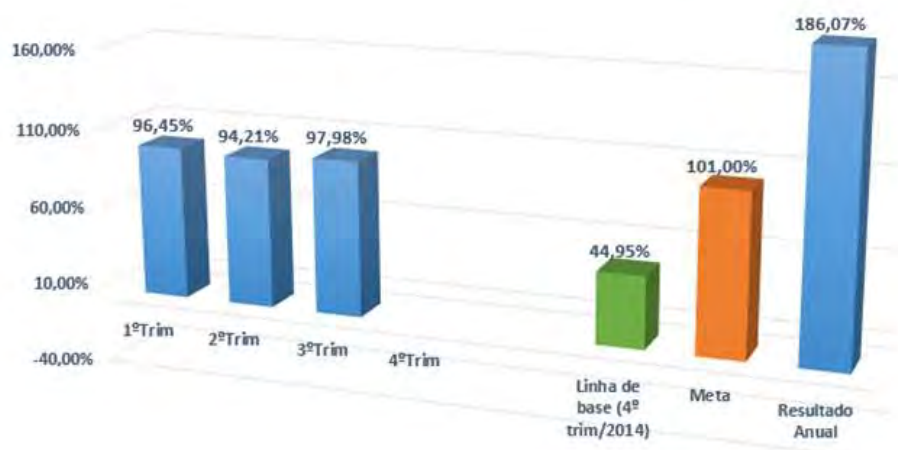
Análise geral:

O Índice de Atendimento à Demanda (IAD) contabiliza os processos baixados e os novos, tendo como sentido de melhoria “quanto maior, melhor”. Neste estudo específico, avaliou-se o IAD nas turmas recursais.

Quanto ao ano de 2025, o resultado do 1º trimestre foi de 101,26%; No 2º trimestre se manteve em 101,26%; No 3º trimestre, baixou para 99,68%. Contudo, apenas será possível identificar o alcance ou não da meta, ao final do ano de 2025, quando teremos os dados do 4º trimestre.

L) Índice de Atendimento à Demanda na Fase de Execução no 1º Grau (Sem Execução Fiscal)

Índice de atendimento à Demanda na Fase de Execução no 1º Grau (SEM EXECUÇÃO FISCAL) (202



Análise geral:

O Índice de Atendimento à Demanda (IAD) é um indicador que contabiliza os processos baixados e os novos, tendo como sentido de melhoria “quanto maior, melhor”. Este estudo específico concentra-se na fase de execução do 1º grau, excluindo as execuções fiscais.

No ano de 2025, ainda em acompanhamento parcial, verifica-se desempenho estável e próximo do parâmetro estabelecido: 96,45% no 1º trimestre, 94,21% no 2º trimestre e 97,98% no 3º trimestre. Apesar da evolução observada, a meta de 101,00% ainda não foi alcançada até o momento.

Observação: Dados estatísticos elaborados com critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Indicadores em revisão para eventual retificação/ratificação.

M) Índice de Atendimento à Demanda na Fase de Execução nos Juizados Especiais



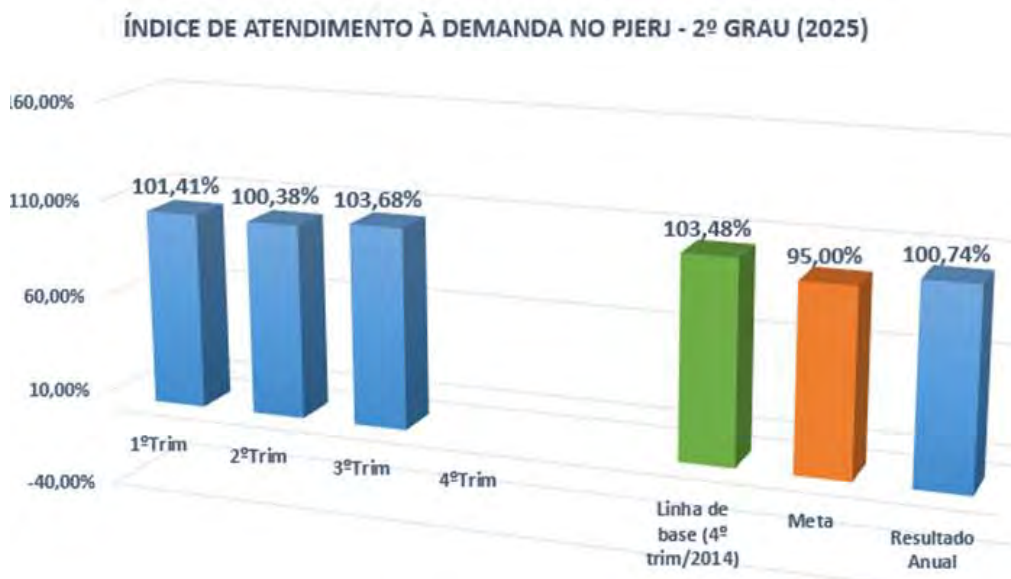
Análise geral:

O Índice de Atendimento à Demanda (IAD) é um indicador que contabiliza os processos baixados e os novos, tendo como sentido de melhoria “quanto maior, melhor”. Este estudo está concentrado na fase de execução dos Juizados Especiais, cujos resultados podem ser influenciados pelo cadastramento do início da execução nos processos.

No ano de 2025, ainda com dados parciais, observa-se tendência de aprimoramento: 88,32% no 1º trimestre, 89,45% no 2º trimestre e 92,65% no 3º trimestre. Apesar da evolução gradual, os resultados permanecem abaixo da meta estipulada, que é superior a 100%.

Observação: Dados estatísticos elaborados conforme critérios da Parametrização do CNJ. Indicadores em revisão para eventual retificação/ratificação.

N) Índice de Atendimento à Demanda no 2º Grau

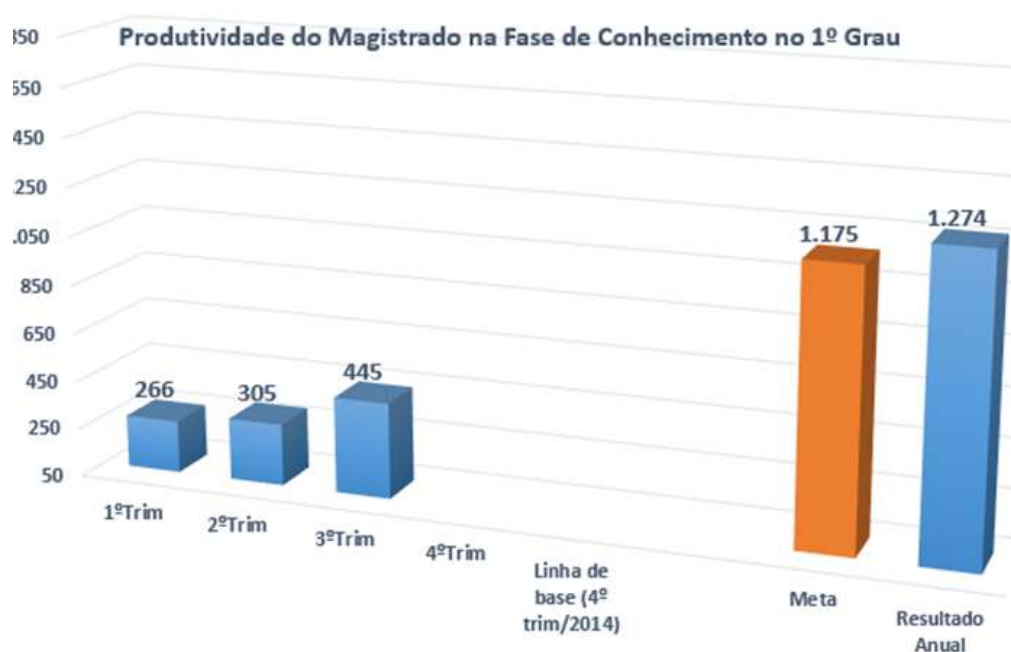


Análise geral:

O Índice de Atendimento à Demanda é um indicador que contabiliza os processos baixados e os casos novos, tendo como sentido de melhoria “quanto maior, melhor”.

Quanto ao ano de 2025, no 3º trimestre, tivemos um total de 103,68%, o que, para esse indicador, é sinônimo de atingimento da meta. Contudo, apenas será possível identificar o alcance ou não da meta, ao final do ano de 2025, quando teremos os dados do 4º trimestre.

0) Produtividade do Magistrado na Fase de Conhecimento no 1º Grau



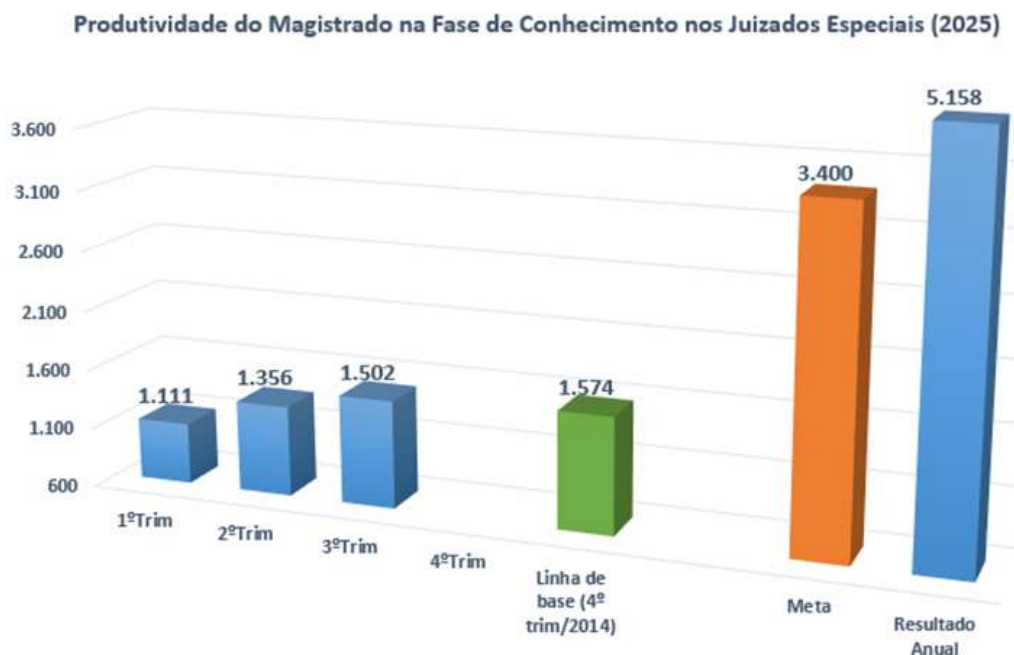
Análise geral:

A Produtividade do Magistrado considera o total de sentenças proferidas em relação ao número de magistrados. Para a produtividade dos juízes do 1º grau na fase de conhecimento, estabelece-se a meta de 1.175 sentenças por magistrado, tendo como sentido de melhoria o “quanto maior, melhor”.

No ano de 2025, observam-se dados parciais em evolução: 266 sentenças no 1º trimestre, 305 no 2º trimestre e 445 no 3º trimestre, demonstrando tendência de crescimento no desempenho. Contudo, até o momento, a meta anual permanece não alcançada.

Observação: Dados estatísticos elaborados conforme critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Indicadores em revisão para eventual retificação/ratificação.

P) Produtividade do Magistrado na Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais



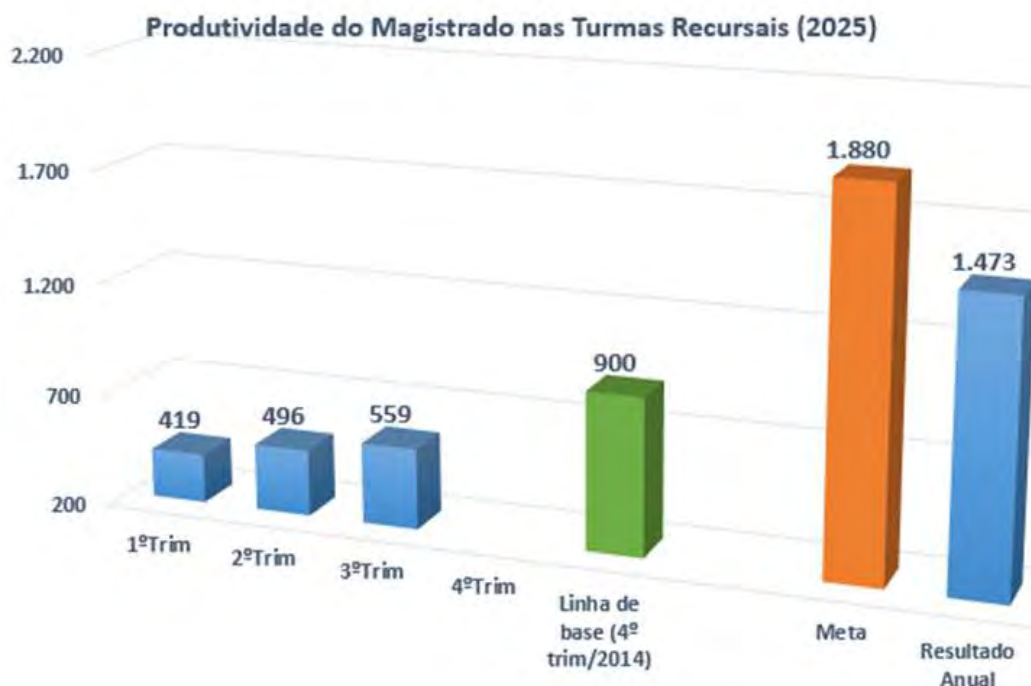
Análise geral:

A Produtividade do Magistrado contabiliza os indicadores de sentenças proferidas e o total de magistrados. Para a produtividade dos juízes dos Juizados Especiais na fase de conhecimento, foi estabelecida a meta de 3.400 sentenças por magistrado, tendo como sentido de melhoria o “quanto maior, melhor”.

Em 2025, ainda com dados parciais, observa-se evolução crescente: 1.111 sentenças no 1º trimestre, 1.356 no 2º trimestre e 1.502 no 3º trimestre, indicando trajetória positiva em direção ao cumprimento da meta anual. Meta em tendência de atendimento.

Observação: Dados estatísticos elaborados conforme critérios da Parametrização 2021 do CNJ. Indicadores em revisão para eventual retificação/ratificação.

Q) Produtividade do Magistrado nas Turmas Recursais

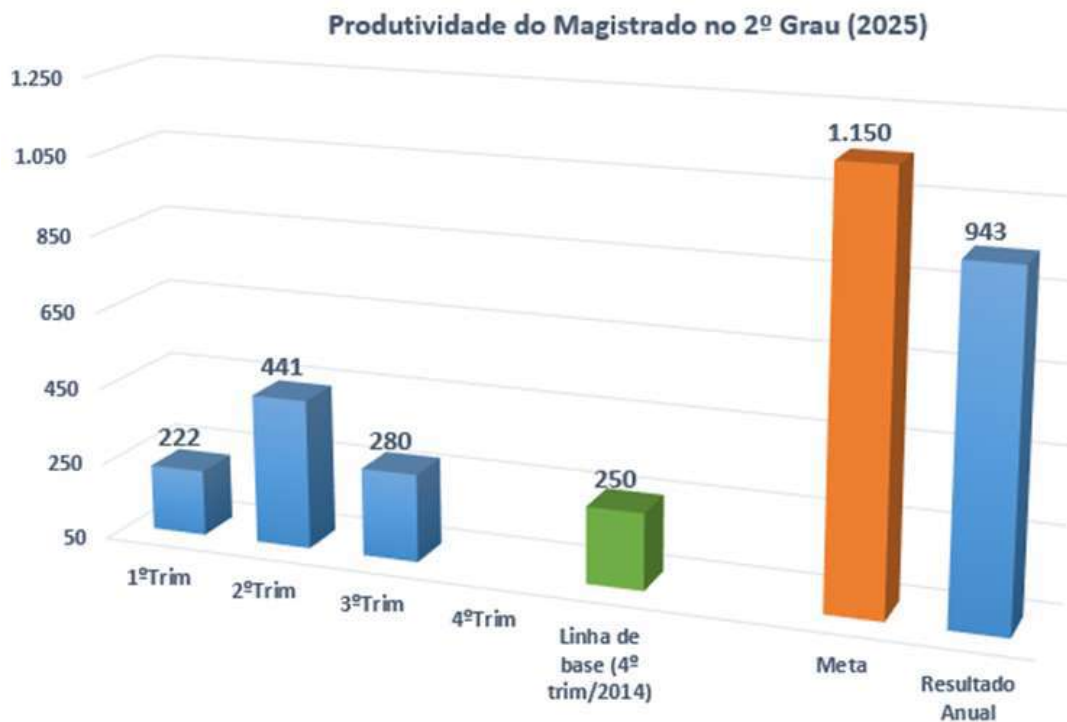


Análise geral:

A Produtividade do Magistrado contabiliza os indicadores de sentenças proferidas e total de magistrados. Para a produtividade dos juízes das Turmas Recursais, foram consideradas as decisões, tendo sido ajustada a meta para 1.880 decisões/magistrado, tendo como sentido de melhoria da meta o “quanto maior, melhor”.

Quanto ao ano de 2025, para a produtividade dos juízes das turmas recursais, a meta foi ajustada para 1.880 decisões/magistrado, tendo como sentido de melhoria da meta o “quanto maior, melhor”. Nesse diapasão, a totalização, ao final do 3º Trimestre de 2025 foi de 1.473 sentenças/magistrado. Porém, apenas será possível identificar o alcance ou não da meta ao final do ano de 2025, quando teremos os dados do 4º trimestre.

R) Produtividade do Magistrado no 2º Grau

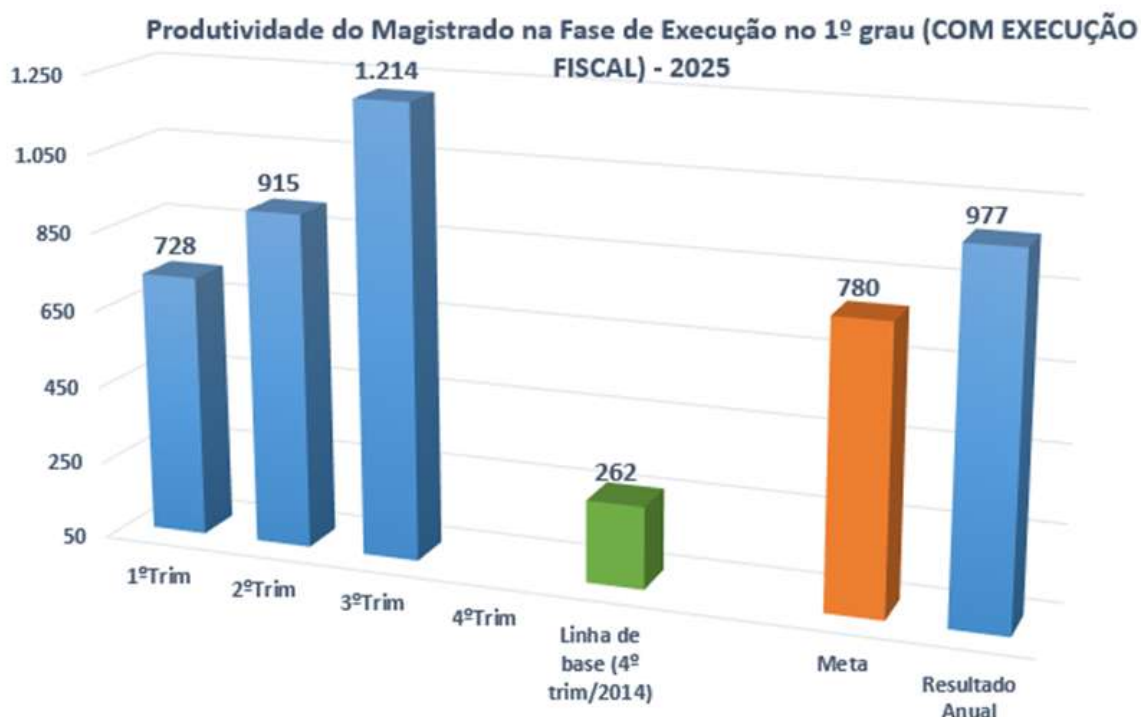


Análise geral:

Este indicador tem o objetivo de monitorar os processos julgados por cada Desembargador no 2º grau com a meta anual de 1.150 decisões por magistrado, cujo sentido de melhoria é quanto maior, melhor.

Quanto ao ano de 2025, até o final do 3º trimestre houve um total de 943 decisões (Dec2º) por magistrado. Porém, apenas será possível identificar o alcance ou não da meta ao final do ano de 2025, quando teremos os dados do 4º trimestre.

S) Produtividade do Magistrado na Fase de Execução no 1º Grau (com Execução Fiscal)



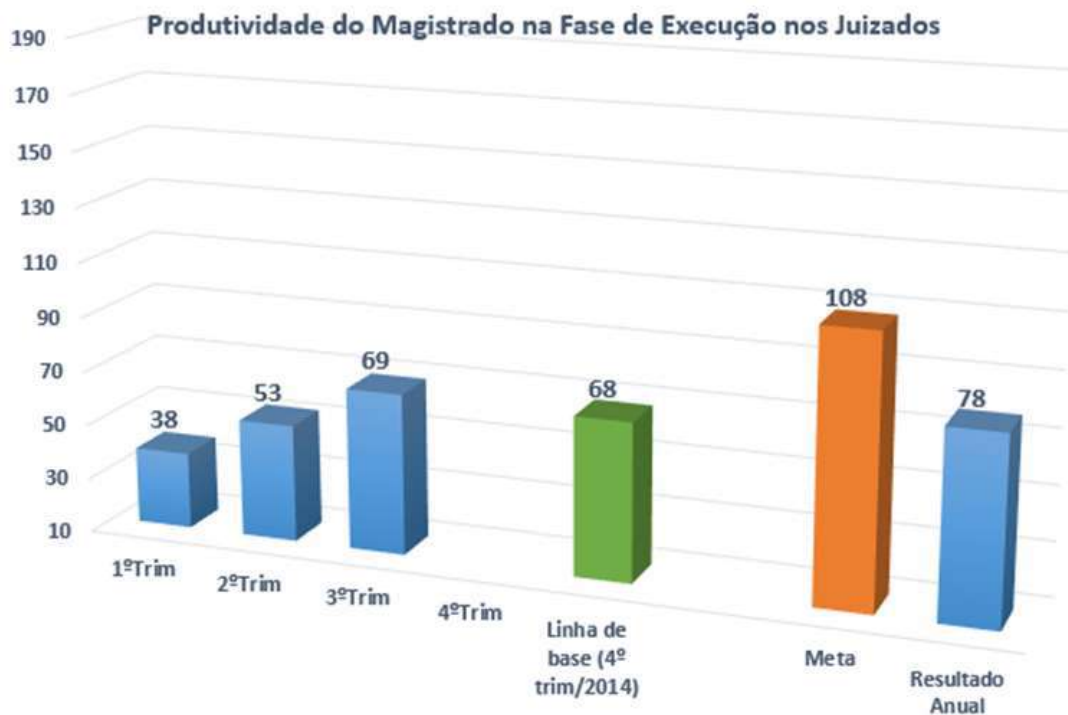
Análise geral:

A Produtividade do Magistrado contabiliza os indicadores de sentenças proferidas e o total de magistrados. Para a produtividade dos juízes do 1º grau na fase de execução, incluindo a execução fiscal, foi estipulada a meta de 780 sentenças por magistrado, tendo como sentido de melhoria o “quanto maior, melhor”.

No ano de 2025, ainda em fase parcial de apuração, observam-se resultados positivos em evolução: 728 sentenças no 1º trimestre, 915 no 2º trimestre e 1.214 no 3º trimestre, indicando tendência favorável ao alcance da meta anual. Meta em trajetória de atendimento.

Observação: Dados estatísticos elaborados conforme critérios da Parametrização do CNJ, sujeitos a eventual retificação/ratificação.

T) Produtividade do Magistrado na Fase de Execução nos Juizados Especiais



Análise geral:

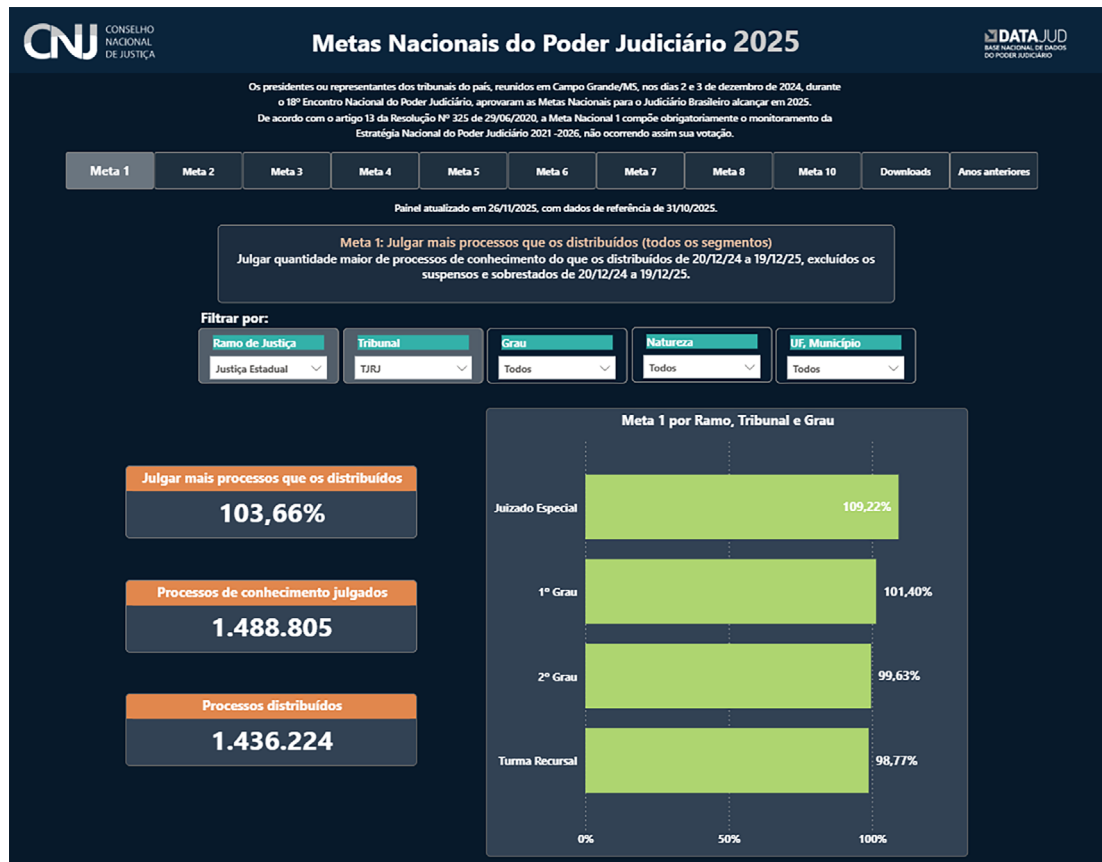
A Produtividade do Magistrado contabiliza os indicadores de sentenças proferidas e o total de magistrados. Para a produtividade dos juízes dos Juizados Especiais na fase de execução, foi estabelecida a meta de 108 sentenças por magistrado, tendo como sentido de melhoria o “quanto maior, melhor”. Ressalta-se que os valores referentes às sentenças em execução nos Juizados Especiais podem ser impactados pelo cadastramento do início da execução nos processos.

No ano de 2025, ainda em acompanhamento parcial, observa-se desempenho em evolução: 38 sentenças no 1º trimestre, 53 no 2º trimestre e 69 no 3º trimestre, indicando tendência de crescimento, embora a meta anual ainda não tenha sido alcançada.

Observação: Dados estatísticos elaborados conforme critérios da Parametrização do CNJ. Indicadores em revisão para eventual retificação/ratificação.

Metas Nacionais do Poder Judiciário - CNJ

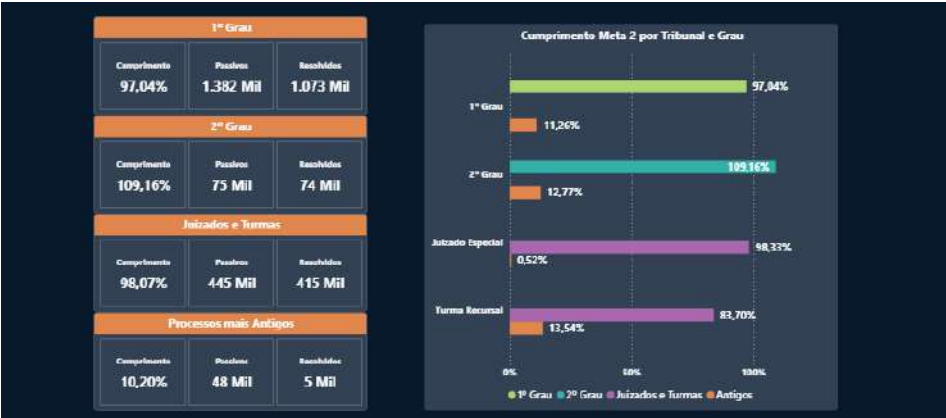
Meta 1 (2025)



FONTE: Painel de Estatística DataJud – METAS
Meta 1 2025 - CNJ

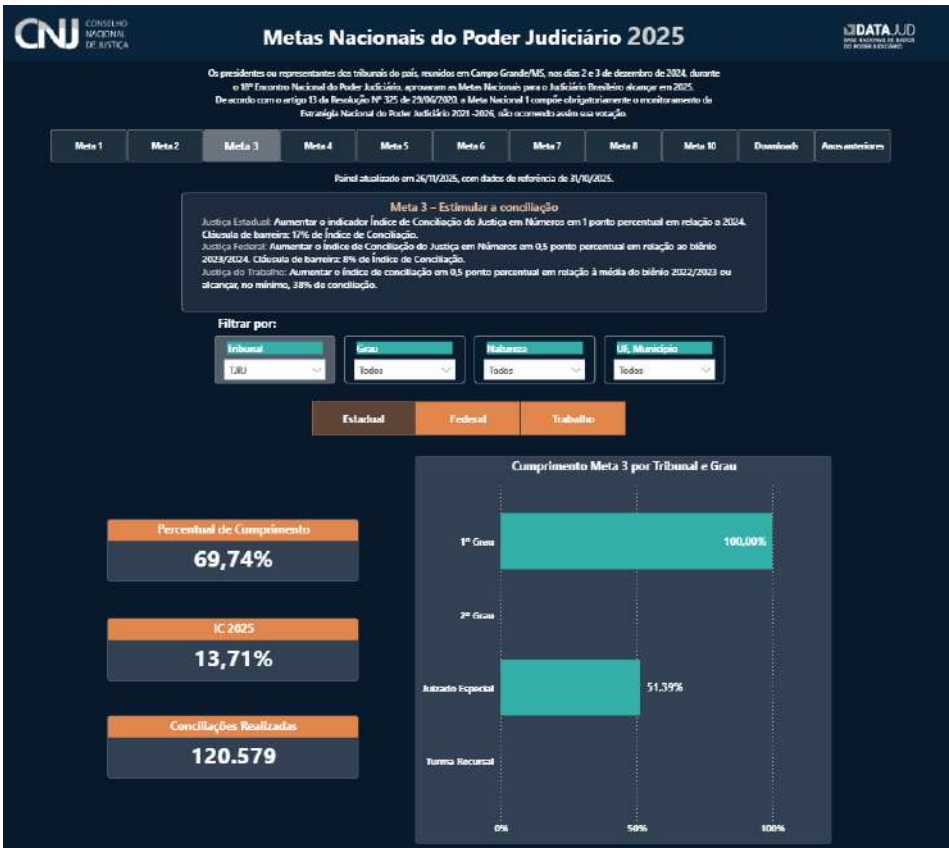
Meta 2 (2025)





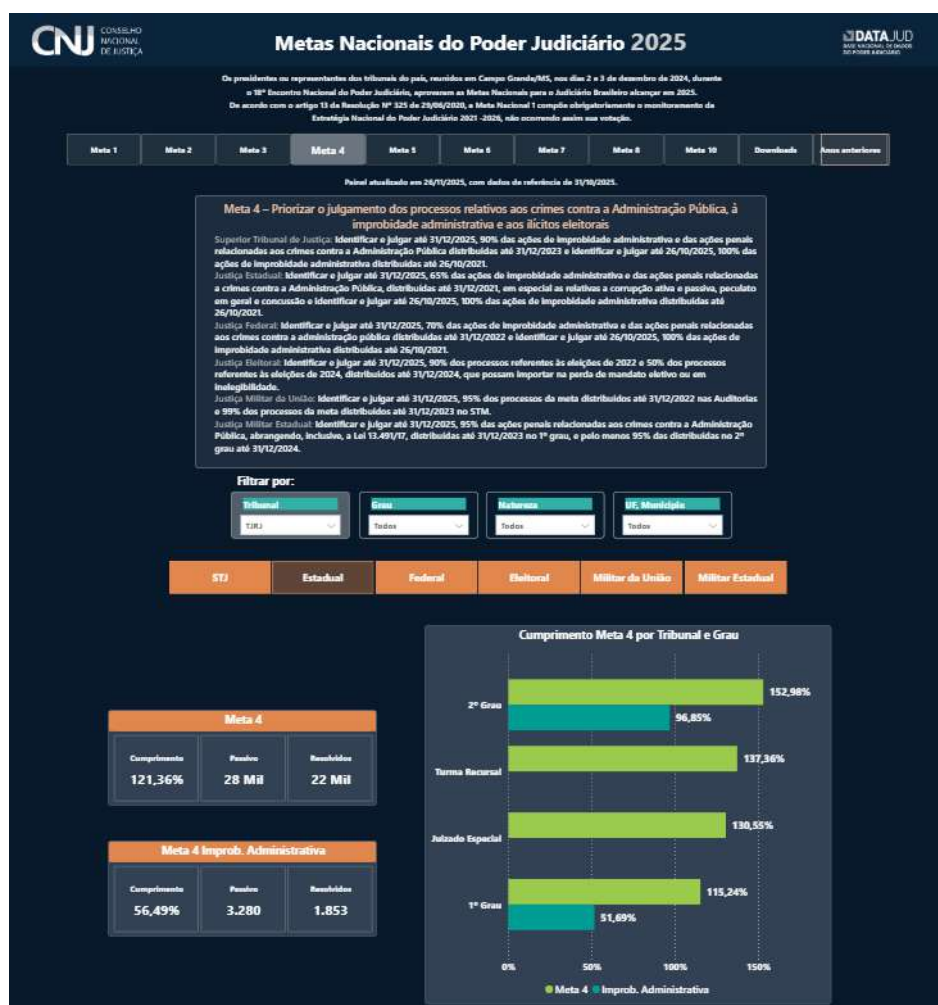
FONTE: Pannel de Estatística DataJud – METAS
Meta 2 2025 - CNJ

Meta 3 (2025)



FONTE: Pannel de Estatística DataJud – METAS
Meta 3 2025 - CNJ

Meta 4 (2025)



FONTE: Painel de Estatística DataJud – METAS

Meta 4 2025 - CNJ

Meta 5 (2025)

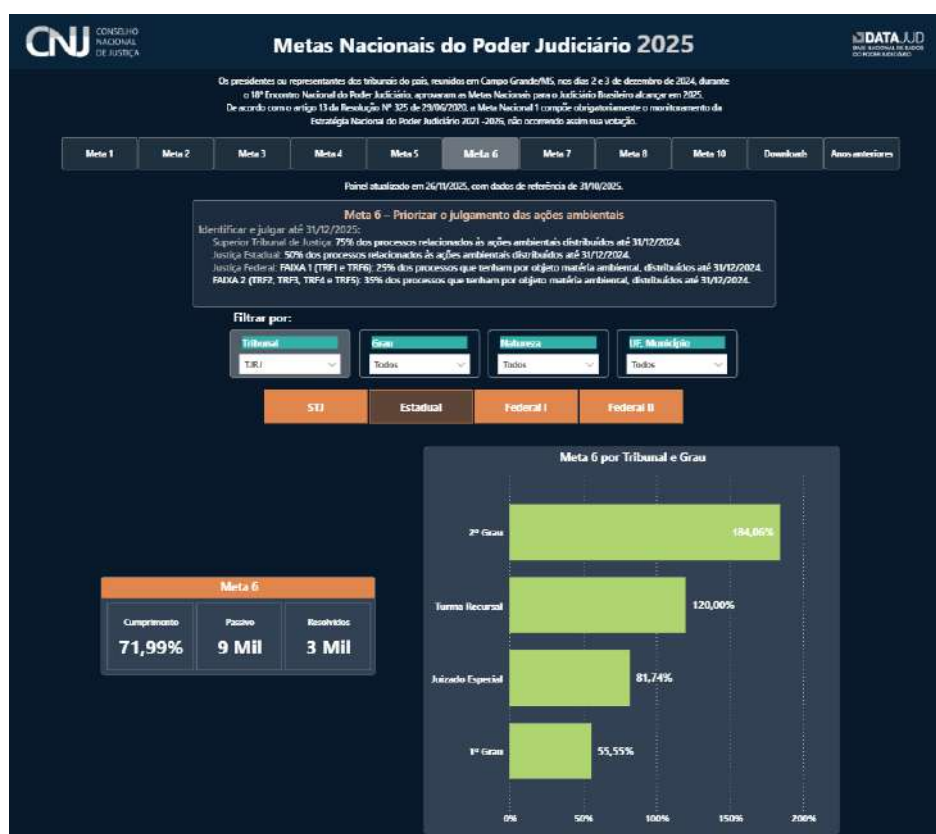




FONTE: Painel de Estatística DataJud – METAS

Meta 5 2025 - CNJ

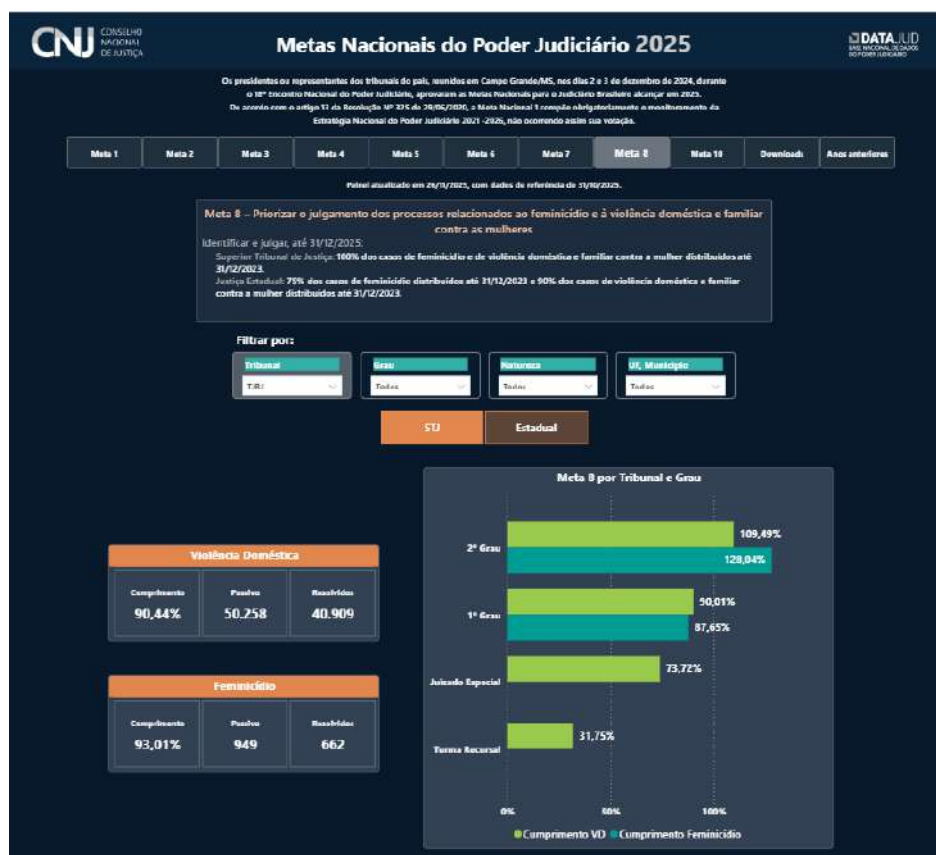
Meta 6 (2025) - Meta Nova



FONTE: Painel de Estatística DataJud – METAS

Meta 6 2025 - CNJ

Meta 8 (2025)



FONTE: Painel de Estatística DataJud – METAS

Meta 8 2025 - CNJ

Meta 10 (2025) - Meta Nova





FONTE: Painel de Estatística DataJud – METAS

Meta 10 2025 - CNJ

Sistema Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: organização e competências	
81 Comarcas	14 Regionais
531 Varas	
Cível: 200 Família: 89 Criminal: 86 Vara Única: 37 1ª Vara: 20 2ª Vara: 20 Fam. Inf. Juv. e Id.: 20 Fazenda Pública: 17 Inf. Juv. e Id.: 10 Órfãos e Sucessões: 7 Empresarial: 7 Execuções Penais: 1 Auditoria Militar: 1 Inf. e Juv.: 1 Registros Públicos: 1 Execuções e Medidas Socioeducativas: 1 Vara Especializada em Organização Criminosa: 3 Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas: 1 Vara Especializada em Crimes contra a Criança e o Adolescente: 1 Vara Especializada em Pessoas Idosas: 1 Vara da Infância e da Juventude Protetiva: 4 Vara das Garantias: 3	

Sistema Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: organização e competências
11 Núcleos de Justiça 4.0
1º Núcleo de Justiça 4.0 – Saúde Pública:1 2º Núcleo de Justiça 4.0 – Instituições Bancárias (Varas Cíveis 4º NUR): 1 3º Núcleo de Justiça 4.0 – Águas e Esgotos (Varas Cíveis da Capital): 1 4º Núcleo de Justiça 4.0 – Direito Ambiental:1 5º Núcleo de Justiça 4.0 – Causas Fazendárias até 60 salários mínimos: 1 6º Núcleo de Justiça 4.0 – Saúde Privada (Vara Cível):1 7º Núcleo de Justiça 4.0 – Saúde Privada (Juizados Especiais Cíveis):1 8º Núcleo de Justiça 4.0 – Energia Elétrica (Varas Cíveis 4º NUR): 1 9º Núcleo de Justiça 4.0 – Água e Esgoto (Varas Cíveis 4º NUR): 1 10º Núcleo de Justiça 4.0 – Energia Elétrica (Varas Cíveis da Capital):1 11º Núcleo de Justiça 4.0 – Instituições Bancárias (Varas Cíveis da Capital):1
149 Juizados Especiais
Juizados Especiais Cíveis (73) e adjuntos (54) = 127 Juizados Especiais Criminais (14) e adjuntos (1) = 15 Juizado da Fazenda Pública = 5 Juizado Especial do Torcedor e dos Grandes Eventos do Rio de Janeiro =1 Juizados de Violência contra a Mulher e JECRIM (03) e adjuntos (75): 78 Juizados de Violência contra a Mulher = 11
9 Turmas Recursais
Cível: 5 Criminal: 2 Fazenda Pública: 2
1 Turma de Uniformização

Principais realizações no Departamento de Apoio à Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ) – DEMAQ (2025)

Principais realizações nos Núcleos de Justiça 4.0:

- Criação de caixa de e-mail para os gabinetes do 9º, 10º e 11º Núcleos de Justiça 4.0;
- Alteração/atualização das nomenclaturas dos Núcleos de Justiça 4.0 em seus respectivos Balcões Virtuais, seguindo os Atos Normativos TJ 18/2025 e 31/2025;
- Implementação de identificação, por etiquetas (Meta CNJ), nos processos não julgados;

- Mudança na metodologia para a realização das atividades de processamento pelos estagiários;
- Treinamento aos estagiários sobre processamento de competência cível e juizado especial cível, por servidores-chefes de serventias das respectivas competências;
- Reuniões periódicas para ajustes na administração dos Núcleos de Justiça 4.0;
- Providências para a criação de balcão virtual para o gabinete no 8º Núcleo de Justiça 4.0;
- Implementação de apoio do GEAP-C no processamento dos Núcleos, em parceria com a CGJ;
- Implementação de gestão administrativa na Central de Estagiários da COMAQ;
- Monitoramento dos indicadores dos Núcleos 4.0;
- Liberação de acesso aos Sistemas de Malote, de Arrecadação Integrada e de Consulta a Processo Eletrônico aos estagiários da Central;
- Implementação de projeto de Monitoria na Central de Estagiários.

Principais realizações da Divisão de Apoio ao Grupo de Sentença (DIAGS):

- Implementação de metodologia de registro de todas as demandas em processos SEI;
- Solicitação para a criação de painel informatizado para a distribuição de lotes de processos aos magistrados do grupo de sentença, junto ao DEIGE (ainda não iniciados os trabalhos);
- Simplificação na realização das atividades que envolvem o procedimento de elaboração de editais para a divulgação de inscrições de magistrados ao grupo de sentença, por quadrimestre;
- Simplificação na realização das atividades que envolvem o procedimento para informação da produtividade dos magistrados do grupo de sentença, para pagamento mensal.

Principais realizações da Divisão de Pareceres e Análise de Qualidade (DIPAQ):

- Estudos para elaboração de pareceres que subsidiaram as sessões da COMAQ;
- Elaboração de minutas de Resoluções e Atos Normativos, referentes à divulgação de editais para inscrições de magistrados nos Núcleos de Justiça 4.0; de criação/instalação/reestruturação dos Núcleos de Justiça 4.0 (1º ao 12º); de criação dos Juízos das Garantias;

Principais realizações do Serviço de Manutenção das Tabelas Processuais e Cadastro de Órgão (SEMAC):

- Atendimento a todas as serventias judiciais do Estado do RJ com relação às Tabelas Processuais Unificadas do CNJ (classe, assunto e movimentos processuais);
- Auxílio a SGTEC (configurações de sistemas DCP, PJE, Eproc e Assessoria de Inteligência Artificial) com relação às Tabelas Processuais Unificadas do CNJ;

- Acesso aos serventuários e Magistrados de todo o Estado do Rio de Janeiro aos sistemas contidos no Ato Normativo Conjunto 14/2023;
- Auxílio à Divisão de Apoio Técnico e Administrativo (DICOL), ao Departamento de Informações Gerenciais (DEIGE) e Serviço de Apoio Técnico aos Órgãos Colegiados Administrativos Temporários (SEATE) com relação as classes e assuntos das Tabelas Processuais Unificadas do CNJ.
- Instrução através da Escola de Administração Judiciária (ESAJ) aos serventuários com relação as Tabelas Processuais Unificadas do CNJ;
- Criação, desativação e alteração de nomenclatura no SCOLWEB e Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- Ajuste no site do TJRJ com relação a endereço e telefone das serventias judiciais;
- Informações aos SEIs com relação à class

Secretaria Geral Judiciária

Em busca da melhoria permanente dos fluxos de trabalho, a Secretaria Geral Judiciária (SG-JUD) elaborou um projeto para criação de uma nova estrutura para a unidade, bem como atualizações de atribuições e de nomenclaturas referentes à Resolução OE nº 03/2025.

Criação, no âmbito da SGJUD, do Departamento de Gestão de Sessões de Julgamento, com a consequente renumeração das alíneas do artigo 327 e a inclusão dos artigos 331-A e 331-B.

Criação da Divisão de Processamentos Especiais, vinculada ao Departamento de Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial.

Criação da Divisão de Processos das Seções de Direito Privado e de Direito Público (S/DAS-6), no âmbito do Departamento de Processos das Seções de Direito Privado e de Direito Público, com a redefinição das atribuições previstas nos artigos 346 a 349.

Instituição do Núcleo de Controle de Constitucionalidade, por meio da Resolução OE nº 47/2025, com a finalidade de prestar apoio técnico especializado, em regime de colaboração, aos Gabinetes dos Desembargadores do Órgão Especial, visando assessorá-los na elaboração de minutas de decisões e votos em ações de controle concentrado e difuso de constitucionalidade.

O Núcleo atuará em regime de cooperação com os Gabinetes, assegurada a autonomia funcional dos Desembargadores na condução dos processos e na formulação de seus votos.

Instituição da Assessoria do Núcleo de Controle de Constitucionalidade, por meio da Resolução OE nº 48/2025, com a finalidade de realizar trabalhos voltados à elaboração de minutas de votos em sede de Representação de Inconstitucionalidade perante o Órgão Especial, bem como à realização de pesquisas de jurisprudência, doutrina e legislação correlata, à sistematização de precedentes do Tribunal em matéria constitucional, entre outras atividades correlatas. “(...) Art. 3º Compete à Assessoria do Núcleo de Controle de Constitucionalidade.

Melhoria da interface de Processos Internos

A SGJUD tem promovido reuniões com as Câmaras de Direito Público, Privado e Criminais, com o fim de conhecer as demandas e sugestões das unidades para proporcionar o fluxo adequado de processos de trabalho, garantindo a eficiência da prestação jurisdicional, tendo participado ativamente do processo de migração do sistema para sessões virtuais no modelo disposto na Resolução 591 do CNJ.

Sistema de Gestão

A Secretaria Geral Judiciária aderiu ao Modelo Basilar de Gestão, consolidado na Resolução OE nº 17/2024, mais adequado à realidade do Poder Judiciário, tendo sido realizada a 1ª Reunião de Gestão em 28/10/2025.

Selo Boas Práticas 2025

A SGJUD foi contemplada com o Prêmio Selo Boas Práticas 2025, divulgado por meio do Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 39/2025, na categoria Ouro com cinco indicações, quais sejam: Departamento de Gestão de Sessões de Julgamento – DEGES/SGJUD, Departamento de Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial – DETOE/SGJUD, Divisão de Processos Judiciais – DIPJU/SGJUD, Departamento de Processos das Seções de Direito Privado e de Direito Público – DEPSE/SGJUD e Departamento de Processos do Conselho da Magistratura – DECON/SGJUD.

Certidões de Distribuição da Segunda Instância

À SGJUD incumbe promover a expedição de certidões de “nada consta” de pessoa física e jurídica, referente ao 2º grau de jurisdição.

No ano de 2025, de acordo com o relatório constante no Sistema SEI, foram gerados 3.407 processos, referentes às seguintes certidões:

CERTIDÃO DE 2º GRAU/E-JUD	JAN	FEV	MAR	ABRIL	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
Público Externo	160	240	216	135	238	194	246	240	1081	284	167	205	3.406
Comprobatória Advocacia						1							1
													3.407

Outrossim, de acordo com os dados fornecidos pelo Ejud, foram extraídas diretamente do site, no ano de 2025, um total de 13.356 certidões de 2º Grau. Desse total, 8339 certidões foram destinadas exclusivamente para nomeação/designação em cargo público em órgãos do Poder Judiciário, conforme a Resolução CNJ nº 156/2012, e 5017 para apresentação na Justiça Eleitoral.

CERTIDÃO DE 2º GRAU/E-JUD	JAN	FEV	MAR	ABRIL	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total
FINS ELEITORAIS	674	450	369	394	336	422	379	372	551	287	265	518	5017
RESOLUÇÃO 156	1119	877	739	684	550	563	621	578	997	588	508	515	8339
													13.356

Acesso a convênios

A SGJUD realiza o cadastramento de magistrados nos sistemas INFOJUD, SISBAJUD, BNMP, INFOSEG, Portal JUD (VIVO), INFOTIM e JUCERJA, bem como de servidores nos três últimos, em razão de convênios celebrados entre o TJRJ e órgãos externos.

Segue demonstrativo do atendimento às solicitações de acesso pela SGJUD:

CONVÊNIOS SGJUD												
	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25
SISBAJUD	32	37	26	18	25	27	24	28	34	37	43	25
BNMP	130	101	75	83	71	78	100	68	92	94	86	140
INFOJUD	12	16	18	3	10	5	3	5	6	8	15	7
INFOSEG	8	14	10	6	5	9	3	3	4	8	7	4
INFOTIM	12	26	18	14	11	18	8	11	26	30	29	18
PORTAL JUD	23	27	20	13	14	19	11	14	30	31	33	16
JUCERJA	14	9	15	11	12	9	12	14	9	9	92	14
TOTAL	231	230	182	148	143	165	161	143	201	217	305	224
TOTAL TRIMESTRAL	643			461			505			746		
TOTAL SEMESTRAL	1104						1251					
TOTAL ANUAL	2355											



GEAP Processo Eletrônico

O Grupo Emergencial de Auxílio Programado (GEAP), voltado à transformação dos processos físicos em eletrônicos, iniciou suas atividades em 1º de setembro de 2021.

Atualmente o GEAP é constituído por 10 grupos, 1 coordenadora, 10 monitores e 153 colaboradores.

Em 2025 foram virtualizados 60.800 processos e 25.510 volumes.

Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial

- Acervo total estimado em 21.615 processos;
- Acervo de 20.217 processos de competência do 1º Vice-Presidente, em andamento, dentre os quais se destacam 18.581 Cumprimentos de Sentença e 1.389 habilitações, sendo verificado em comparação ao mesmo período do exercício anterior, na seguinte proporção:
- Redução de 6,18% quanto ao acervo de processos de competência do 1º Vice-Presidente (passou de 21.550 para 20.217);
- Redução de 6,82% quanto ao número de Cumprimentos de Sentença autuados e recebidos (passou de 19.942 para 18.581);
- Aumento de 12% quanto ao número de habilitações autuadas e recebidas (passou de 1.234 para 1.389);
- Expedição de 1.444 precatórios judiciais, em processos de competência do 1º Vice-Presidente;
- Expedição de 2.363 RPVs em processos de competência do 1º Vice-Presidente;
- Expedição de 5.329 mandados de pagamento, totalizando o valor aproximado de R\$ 117.583.614,37 (cento e dezessete milhões, quinhentos e oitenta e três mil, seiscentos e quatorze reais e trinta e sete centavos) em processos de competência do 1º Vice-Presidente;
- No período apurado foram distribuídos 3.900 processos, com média mensal de 325 processos/mês;
- No período apurado (01/01/2025 a 31/12/2025) foram autuados e recebidos 1.685 cumprimentos de sentença e 314 habilitações, de competência do 1º Vice-Presidente, com uma média mensal de 176 processos, que, em comparação com o mesmo período do exercício anterior, indica redução de 67% com relação aos cumprimentos de sentença (5.122) e um aumento de 18% quanto às habilitações (266);
- Arquivamento de 5.539 processos no período, com média mensal de 461 processos/mês, dentre os quais se destacam 3.634 cumprimentos de sentença e 212 habilitações;
- Realização de 6 (seis) audiências em Dissídios Coletivos de Greve, sem acordos homologados em 1ª fase;
- Elaboração de 102 minutas de avisos para divulgação de julgamentos de Ações Diretas de Inconstitucionalidade;

- Elaboração de 68 minutas de avisos para divulgação de julgamentos de conflitos de competência;
- Instauração de 05 (cinco) Processos Administrativos Disciplinares;
- Julgamento de 09 (nove) Processos Administrativos Disciplinares, em 2ª fase;
- Arquivamento de 11 (onze) Processos Administrativos Disciplinares;
- Expedição de 469 certidões de débitos judiciais ao DEGAR;
- Realização de 04 (quatro) sessões do Tribunal Pleno - posse da Administração Superior, preenchimento de vagas para o Tribunal Regional Eleitoral, composição de lista tríplice para o preenchimento de vaga de Membro Titular do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, na Classe Jurista, apreciação de Resolução;
- Edição de 01 Resolução do Tribunal Pleno – alteração do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para dispor sobre a estrutura, competência e funcionamento dos Grupos de Câmaras;
- Realização de 25 sessões de julgamento presencial, com 147 processos julgados;
- Realização de 41 sessões de julgamento virtual, com 3.475 processos julgados;
- Aprovação de 53 Resoluções e 01 Anteprojeto de Lei em sessões do Órgão Especial;
- Promoção e posse de 12 Juízes de Direito ao cargo de Desembargador;
- Remoção de 78 Juízes de Direito;
- Revisão e publicação da Rotina Administrativa (RAD) e respectivo Plano de Atividade Detalhada (PAT): “Processar Cumprimentos de Sentença Individuais em Mandados de Segurança Coletivos”;
- Revisão das RADs e respectivos PATs: “Processar Mandados de Segurança – Fase de Conhecimento” e “Processar Ação Rescisória”;
- Definição de parâmetros para implementação de funcionalidade de informática para inscrições de candidatos em editais do Tribunal Pleno, em cumprimento às novas regras do Regimento Interno (Candidatura Web).

Processos das Seções de Direito Privado e de Direito Público

- Acervo total de 469 processos de competência da Seção de Direito Público e 542 processos de competência da Seção de Direito Privado;
- Distribuição de 247 processos para a Seção de Direito Público (média mensal de 21 processos) e 430 processos para a Seção de Direito Privado (média mensal de 36 processos). Comparativamente ao período anterior, observou-se a manutenção no volume de processos distribuídos às Seções especializadas (médias mensais de 21 e 35 para as Seções de Direito Público e de Direito Privado em 2024, respectivamente).
- Arquivamento de 243 processos em definitivo na Seção de Direito Público e 384 processos na Seção de Direito Privado. Considera-se leve aumento do volume de processos arquivados, se comparados com o Relatório de Informações Gerenciais (RIGER) anual do período anterior, devido à constante busca pela celeridade processual.

- Nota-se que o acervo geral do DEPSE, não obstante o número de processos distribuídos se mantenha na mesma média, reduziu ao longo de sua série histórica e, ainda, caiu cerca de 5% em relação ao período anterior, caracterizando que a tramitação se encontra mais célere.
- Expedição de 19 Requisições de Pequeno Valor e 02 Precatórios;
- Expedição de 86 Mandados de Pagamento/Levantamento nas Seções de Direito Público e de Direito Privado;
- Realização de 09 sessões de julgamento presenciais e 10 sessões de julgamento virtuais na Seção de Direito Público, com 278 processos julgados (70 em sessão presencial e 208 em sessão virtual);
- Realização de 10 sessões de julgamento presenciais e 10 sessões de julgamento virtuais na Seção de Direito Privado, com 444 processos julgados (100 em sessão presencial e 344 em sessão virtual);
- Em análise comparativa ao período anterior, pode-se afirmar que houve aumento quanto ao total de feitos julgados na Seção de Direito Privado, com aceleração da prestação jurisdicional, sendo certo que todos os processos com determinação de inclusão em pauta de julgamento são incluídos na primeira sessão disponível, respeitadas as exigências regimentais;
- Apoio contínuo na criação de modelos padronizados para digitação de documentos e atualização daqueles já existentes;
- Elaboração pelo DEPSE 08 minutas de Avisos acerca da admissibilidade de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (07 referentes à Seção de Direito Público e 01 relativo à Seção de Direito Privado) e 01 minuta de Aviso acerca da admissibilidade de Incidente de Assunção de Competência da Seção de Direito Público. Por outro lado, foram elaboradas 03 minutas de Avisos acerca da fixação de tese jurídica pela Seção de Direito Público (02 em Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e 01 em Incidente de Assunção de Competência);
- Revisão contínua das orientações transmitidas à equipe desde o biênio anterior, para aprimoramento e padronização dos fluxos de trabalho;
- Participação do DEPSE no Grupo de Trabalho destinado à implementação do eproc no segundo grau de jurisdição deste Tribunal;
- Atuação no Projeto Estratégico relativo à adaptação das rotinas para realização de sessões virtuais neste Tribunal de Justiça às disposições trazidas pela Resolução nº 591/2024 do CNJ, nos termos do Ato Executivo TJ 82/2025;
- Participação colaborativa em projetos da Alta de Administração, como a implementação do Domicílio Judicial Eletrônico para processos judiciais no âmbito da segunda instância deste Tribunal de Justiça, consoante a Resolução nº 455/2022 do CNJ;
- Alteração do organograma do Departamento, com a criação da Divisão de Processos das Seções de Direito Privado e de Direito Público (Resolução OE nº 17/2025).
- Finalmente, note-se que o DEPSE recebeu o prêmio “Selo de Boas Práticas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro” na categoria Ouro no presente ano.

Processos do Conselho da Magistratura

Esta Unidade monitora os indicadores operacionais dos diferentes processos de trabalho que impactam na prestação, tais como tempo médio de protocolo, de autuação, de distribuição e de publicação. Durante o ano de 2025, todos mantiveram-se abaixo dos tempos máximos estabelecidos para a execução de cada atividade, evidenciando celeridade nos processos de trabalho que dão suporte à atividade-fim e comprometimento da equipe.

No período:

- Foram autuados 1.151 processos, com média de 95,91 processos/mês e tempo médio entre protocolo e autuação de 0,09 dia útil;
- Foram distribuídos 1.203 processos, com média de 100,25 processos/mês e tempo médio entre autuação e distribuição de 0,74 dia útil;
- Foram julgados pelo Conselho da Magistratura 695 processos, sendo 74 processos em sessões presenciais e 621 processos em sessões virtuais. Por decisão monocrática, foram apreciados 416 processos referentes a licenças de magistrados. E o tempo médio de publicação dos despachos, decisões e acórdãos foi de 1,89 dia útil;
- Foram baixados 941 processos, com média de 78,42 processos/mês;
- O acervo total em andamento, em 31/12/2025, era de 283 processos.
- Foram realizadas 22 sessões virtuais e 13 sessões presenciais;
- Foram aprovadas e publicadas 09 resoluções;
- Foi implementado o sistema eproc para recebimento e tramitação dos processos de dúvida registral remetidos pela primeira instância, com a capacitação da equipe nos treinamentos oferecidos pelo Tribunal de Justiça;
- Foram revisadas e atualizadas todas as rotinas administrativas do departamento;
- Em parceria com a SGTEC, foi criado, no sistema CANDIDATURAWEB, um módulo para o Cadastro do Edital de seleção dos magistrados para as Turmas Recursais.

Apoio ao 2º Grau de Jurisdição

Ao longo do período analisado, o Departamento de Apoio ao 2º Grau de Jurisdição desenvolveu diversas ações voltadas ao aprimoramento dos serviços prestados às unidades judiciais, sempre com foco na eficiência, na segurança operacional e no suporte às Secretarias e Gabinetes.

Inicialmente, destaca-se o trabalho conjunto realizado pelo DIPGE e pela SGTEC para adequar os sistemas internos às exigências da Resolução CNJ 591/2024, especialmente quanto ao funcionamento das sessões de julgamento virtuais na 2ª instância. As alterações foram implementadas, em um primeiro momento, em Secretarias “Piloto”, possibilitando acompanhamento mais próximo, identificação de ajustes necessários e aperfeiçoamento gradual das funcionalidades. Ao longo do tempo, houve aumento progressivo do número de Órgãos Julgadores participantes do piloto, até que, a partir de 01/12/2025,

todas as unidades passaram a se enquadrar integralmente nas sessões regulamentadas pela Resolução. Essa atuação integrada permitiu padronizar procedimentos, reduzir falhas operacionais, conferir maior segurança jurídica aos julgamentos e garantir apoio contínuo às unidades diretamente impactadas pela mudança normativa.

Também merece registro a publicação do Aviso TJ 265/2025, que formalizou o suporte do SECEG nas correções das comunicações criminais enviadas ao INFODIP, especificamente no que se refere aos dados básicos dos condenados. A medida resultou em maior qualidade das informações transmitidas ao TSE, redução de devoluções por inconsistências e diminuição do retrabalho nos Gabinetes.

No mesmo período, o SECEG e a DIPGE atuaram em 212 processos relacionados a solicitações de ajustes, correções ou melhorias nos sistemas. Esse acompanhamento permanente contribuiu para o aperfeiçoamento contínuo dos sistemas, de acordo com as demandas dos usuários e sempre com a preocupação com os gastos do Tribunal.

Além dessas ações, DIPGE e SECEG seguem trabalhando de forma conjunta no saneamento do acervo antigo das Secretarias, por meio da análise de inconsistências, identificação de causas sistêmicas e apresentação de novas propostas voltadas à regularização definitiva desses registros. Esse trabalho envolve, entre outras iniciativas, recomendações acerca dos movimentos corretos a serem utilizados para a finalização dos processos e sugestões de procedimentos para que inconsistências históricas sejam tratadas e solucionadas de maneira uniforme, mitigando impactos estatísticos e ampliando a confiabilidade das informações enviadas ao CNJ.

Outra iniciativa relevante foi a criação da equipe de Plantão da 2ª instância, destinada a prestar suporte aos Gabinetes durante os plantões noturnos e nos dias não úteis. A implementação dessa equipe promoveu apoio imediato a magistrados e servidores em momentos críticos, equilibrando as atividades naquele setor.

O Departamento também manteve sua participação na coordenação dos Grupos de Apoio Emergencial de Auxílio Programado aos Órgãos Julgadores (GEAP Secretarias), que continuaram contando com apoio técnico da SGTEC e supervisão dos Secretários das unidades julgadoras. Essa atuação contribuiu para equilibrar a distribuição de trabalho entre as Secretarias, reduzir acúmulos no acervo, padronizar procedimentos e aprimorar o fluxo de trabalho das unidades.

Resultados GEAP-Secretarias / 2025	
Órgãos Julgadores	Total de Movimentos Realizados
4ª Câmara de Direito Público	4.294
SEESP - Órgão Especial	12.809
7ª Câmara de Direito Privado	927
11ª Câmara de Direito Privado	1.063
17ª Câmara de Direito Privado	143
Núcleo Digital - Execução Fiscal	963
6ª Câmara de Direito Público	1.198

Fonte: EJUJ

Por fim, o SEPCA recebeu e enviou 82.179 processos eletrônicos às autuações da 1ª e 2ª Vice-Presidência, remeteu 242 processos físicos à Central de Digitalização e protocolou 271 petições físicas, remetendo-as aos Órgãos Julgadores.

Departamento de Gestão de Sessões de Julgamento (DEGES)

O Departamento de Gestão de Sessões de Julgamento possui interface com o Departamento de Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, bem como com o Departamento de Processos das Seções de Direito Privado e de Direito Público, nas realizações das sessões de julgamento.

- Realização de 04 sessões do Tribunal Pleno – posse da alta administração e preenchimento de vagas no Tribunal Regional Eleitoral e edição de 01 Resolução do Tribunal Pleno;
- Realização de 25 sessões de julgamento presenciais do E. Órgão Especial, com 147 processos julgados;
- Realização de 41 sessões de julgamento virtuais do E. Órgão Especial, com 3.475 processos julgados;
- Aprovação de 53 Resoluções e 1 Anteprojeto de Lei, pelo Órgão Especial;
- Promoção e posse de 12 Juízes de Direito no cargo de Desembargador, pelo Órgão Especial;
- Remoção de 78 Juízes de Direito, pelo Órgão Especial;
- Realização de 10 sessões de julgamento presenciais da Seção de Direito Privado, com 100 processos julgados;
- Realização de 10 sessões de julgamento virtuais da Seção de Direito Privado, com 344 processos julgados;
- Realização de 09 sessões de julgamento presenciais da Seção de Direito Público, com 70 processos julgados;
- Realização de 10 sessões de julgamento virtuais da Seção de Direito Público, com 208 processos julgados.

Divisão de Processos Judiciais

A DIPJU apoia os serviços de processamento dos feitos judiciais e administrativos em tramitação nos Departamentos de Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial (DETOE), da Seção de Direito Privado e da Seção de Direito Público (DEPSE), em auxílio direto ao processamento de feitos sigilosos, bem como de processos cíveis, criminais e administrativos, mediante a análise de dúvidas relativas aos procedimentos inerentes a cada classe processual e a elaboração/refinamento de certidões, informações e diligências mais detalhadas, além da implementação de práticas padronizadas, como a criação de modelos de documentos e fluxos de trabalho, o que gera impactos positivos no desempenho da equi-

pe ao otimizar as tarefas de processamento, tornando o trâmite processual mais célere e com menor incidência de equívocos.

Nesse sentido, a DIPJU trabalha diretamente no saneamento do acervo processual do DETOE e do DEPSE, assim como no tratamento de processos paralisados e petições não juntadas em desacordo com as normas processuais, orientando os serviços de processamento quanto às providências a serem adotadas no caso concreto.

A DIPJU, igualmente, inaugura e instrui processos administrativos (SEI) objetivando a adequação de parâmetros gerenciais e a melhoria dos sistemas de informática, que subsidiam a supervisão das atividades de cunho processual a cargo da Divisão. Afora isso, a DIPJU presta suporte em demandas encaminhadas pela SGJUD, atuando na instrução e na apresentação de proposições/sugestões em processos administrativos relacionados ao seu feixe de atribuições.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

- Instrução do processo SEI nº 2024-06048560 para fins de definição, em conjunto com a SGTEC, do procedimento regular para o compartilhamento de provas armazenadas em mídias digitais, acauteladas em secretaria, relativas a processos criminais em tramitação no DETOE; (DIPJU)
- Saneamento total do antigo acervo físico cível do DETOE, decorrente da inconsistência na migração de dados do sistema JUD para o atual e-JUD, conforme providências adotadas no processo SEI nº 2022-06025160; (DIPJU)
- Saneamento total do antigo acervo físico criminal do DETOE, decorrente da inconsistência na migração de dados do sistema JUD para o atual e-JUD, conforme providências adotadas no processo SEI nº 2023-06070221; (DIPJU)
- Saneamento total dos processos físicos antigos do DETOE com remessa externa/carga vista pendente no sistema, conforme providências adotadas no processo SEI nº 2023-06072565; (DIPJU)
- Tratamento em curso das petições, relativas aos processos do DETOE, constantes do “Relatório de Petições Aguardando Juntada”, conforme providências adotadas no processo SEI nº 2023-06046427; (DIPJU)
- Tratamento em curso dos documentos antigos existentes em locais virtuais do DETOE, conforme providências adotadas no processo SEI nº 2022-06038804; (DIPJU)
- Tratamento em curso dos processos do DETOE com bloqueios judiciais pendentes de desdobramento no sistema SISBAJUD/BACENJUD, conforme oficiado pelo E. Conselho Nacional de Justiça nos autos do processo SEI nº 2024-06042020; (DIPJU)
- Participação no Grupo de Trabalho GT - eproc 2º grau, para definição de rotinas e fluxos de trabalho visando à implantação do sistema de movimentação processual e-PROC no âmbito da segunda instância do TJERJ; (DIPJU)
- Elaboração de fluxos de trabalho e apoio direto ao processamento dos feitos judiciais em tramitação no Órgão Especial e nas Seções Especializadas (Seção de Direito Público e Seção de Direito Privado); (DIPJU)

- Apoio ao processamento de processos administrativos disciplinares e de processos criminais sigilosos e supersigilosos em tramitação no DETOE; (DIPJU)
- Apoio contínuo na criação de modelos padronizados para digitação de documentos/diligências (mandados/ofícios/editais/cartas) e para lavratura de certidões e informações do DETOE e do DEPSE; (DIPJU)
- Apoio contínuo na criação e adequação de armários virtuais e localizadores, para o regular monitoramento de prazos processuais nos locais virtuais existentes no processamento eletrônico do DETOE e do DEPSE; (DIPJU)
- Processamento no sistema PJe Cor das comunicações ao E. Conselho Nacional de Justiça de decisões proferidas e peças produzidas em Processos Administrativos Disciplinares em face de Magistrados, em tramitação no DETOE, em cumprimento aos termos da Resolução CNJ nº 135/2011 e da Portaria CNJ nº 11/2022; (DIPJU)
- Instrução e processamento de processos administrativos (SEI) afetos às atividades processuais do DETOE e do DEPSE; (DIPJU)
- Arquivamento de um total de 5.981 processos, sendo que, desse quantitativo 5.354 processos tramitavam no Departamento de Processos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial (DETOE/SGJUD) e 627 no Departamento das Seções de Direito Público e de Direito Privado (DEPSE/SGJUD); (SEADM)
- Revisão de fluxo de trabalho para o arquivamento (sem baixa) de processos com precatório judicial expedido, em virtude do recolhimento diferido de despesas processuais, conforme o disposto no art. 7º-A do Ato Normativo TJ nº 6/2023; (DIPJU)
- Expedição de 469 certidões de débitos judiciais ao DEGAR; (SEADM)
- Saneamento total do arquivo corrente do DETOE, com 100% de análise da documentação existente; (SEADM)
- Disponibilização de tradutores e intérpretes de Libras pelo Serviço de Rogatórias, Extradicações e Interpretação (SEREI), de 01 de janeiro de 2025 a 30 de dezembro de 2025, nas ações que estejam sob o pálio da justiça gratuita e ações penais públicas, bem como em processos administrativos cujos pedidos foram deferidos excepcionalmente pela Presidência. Com relação aos serviços de rogatória, extradição e interpretação prestados em 2025, foram realizadas 192 traduções e 490 interpretações, assim como foram processadas um total de 1558 cartas rogatórias, sendo 203 cartas rogatórias novas, com 234 cartas rogatórias remetidas ao Ministério da Justiça; (SEREI)
- Revisão das Rotinas Administrativas (RAD) e elaboração dos respectivos Planos de Atividades Detalhadas (PAT): “Processar Mandados de Segurança – Fase de Conhecimento” (RAD-SGJUD-007); “Atender o Público” (RAD-SGJUD-013); “Processar e Encaminhar Carta Rogatória ou Pedido de Extradicação” (RAD-SGJUD-014); “Processar Ação Rescisória” (RAD-SGJUD-015); “Processar Cumprimentos de Sentença Individuais em Mandados de Segurança Coletivos” (RAD-SGJUD-016); “Intermediar a Nomeação de Intérpretes” (RAD-SGJUD-021); (DIPJU)
- Disseminação de “boas práticas” gerenciais no âmbito das unidades da DIPJU, de acordo com os parâmetros norteadores repassados pela SGGIC, com premiação de Selo Ouro no ano de 2025;

- Cumpre, por fim, destacar que as atribuições a cargo da DIPJU têm interface direta com os processos de trabalho do DETOE e do DEPSE, na medida em que a divisão lhes presta apoio permanente na seara judicial e administrativa, razão pela qual os dados gerenciais desta divisão apresentam, em parte, interseção com os dados apresentados pelas citadas unidades.

Gestão Administrativa

As parcerias, convênios e demais ajustes formalizados com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), órgãos públicos diversos e outros entes constituem um dos mecanismos utilizados para viabilizar ações de cunho social e ambiental.

No total, 138 processos foram autuados sob demanda na Divisão de Gestão Administrativa (DIGAD) e no Serviço de Instrução de Convênios e Contratos (SEINC), relacionados às OSCs e às suas atividades, em maior ou menor medida, durante o transcurso do exercício de 2025.

A DIGAD e o Serviço às Penas e Medidas Alternativas (SEGPA) prestam auxílio, na condição de órgãos técnicos, em 229 (duzentos e vinte e nove) convênios/acordos de cooperação que têm por finalidade encaminhar, por meio das Centrais de Penas e Medidas Alternativas, beneficiários das penas ou medidas alternativas aplicadas pelos Juízes Criminais às entidades ou órgãos públicos, a fim de dar efetividade ao caráter socioeducativo das referidas penas e medidas. Dentre esses, 35 (trinta e cinco) ajustes foram formalizados ao longo do exercício de 2025, havendo ainda 43 (quarenta e três) convênios/acordos de cooperação em processamento na divisão/serviço respectivo, além de 13 (treze), em processamento em outras unidades, já com passagem pelo SEGPA e com retorno previsto para a finalização dos procedimentos de formalização — fato que reforça o compromisso do TJRJ com as ações de ressocialização dos beneficiários.

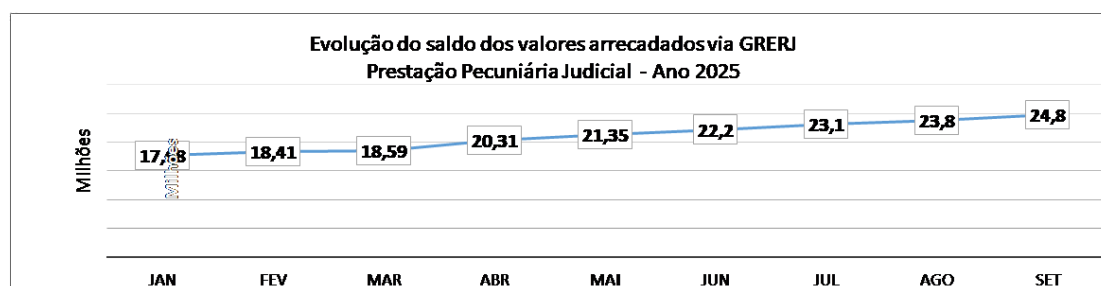
Acompanhamento do saldo da conta de Prestação Pecuniária Judicial

A Secretaria-Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS), por meio de sua unidade organizacional denominada Serviço de Gerenciamento de Penas Pecuniárias (SEPEN), é responsável pelo acompanhamento dos valores depositados por meio da GRERJ Eletrônica, nos termos do art. 1º do Ato Executivo nº 1453/2014, que regulamenta as disposições contidas na Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 558/2024 sobre a matéria.

Tais valores devem ser destinados a entidades públicas ou privadas com finalidade social, ou que desempenhem atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que atendam às áreas vitais de relevante cunho social e tenham sede ou desenvolvam a atividade a ser custeada no Estado do Rio de Janeiro.

Tendo em vista a publicação do Edital nº 01/2025, relativo à seleção de entidades para recebimento de verbas oriundas das prestações pecuniárias, conforme autorização constante no Processo SEI nº 2025-06239780, coube ao SEPEN:

- o recebimento e a análise documental das entidades candidatas ao recebimento das verbas do respectivo fundo;
- a realização da inscrição de cerca de 374 instituições, bem como de seu respectivo cadastramento;
- o atendimento telefônico e por e-mails institucionais, além da realização de atendimentos presenciais a representantes de instituições interessadas, com o objetivo de orientar as candidatas sobre todas as etapas do procedimento de seleção;
- a realização de fiscalizações e a elaboração de pareceres acerca da viabilidade de habilitação das instituições candidatas;
- o acompanhamento das instituições contempladas no edital anterior (2022);
- a confecção de relatórios de Prestação Final de Contas referentes às instituições contempladas no Edital nº 01/2022, autorizado pelo Processo SEI nº 2022-06009606, com o objetivo de aferir se as entidades anteriormente contempladas alcançaram os objetivos pactuados e se os benefícios sociais gerados se adequaram às metas originalmente previstas.



Prestação de Contas

As prestações de contas das parcerias firmadas entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), voltadas ao desenvolvimento dos Programas Sociais onerosos da Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS), são normatizadas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e regulamentadas, no âmbito deste Tribunal, pelo Ato Normativo nº 06/2018 e pela Deliberação TCE-RJ nº 278/2017.

Nas atividades correlatas ao Serviço de Análise das Prestações de Contas (SEAPC), objetiva-se principalmente autuar e analisar, no âmbito do SEI, aspectos relativos à correta aplicação dos recursos repassados às OSCs conveniadas, por meio das prestações de contas mensais, anuais e finais. Também é prestado auxílio ao fiscal setorial e ao respectivo substituto na edição e instrução dos processos de Prestação de Contas das despesas custeadas com o cartão alimentação (Green Card) utilizado nos eventos geridos pela SGSUS.

Atualmente, encontram-se em execução os projetos “Justiça pelos Jovens”, “Começar de Novo”, “Inclusão Legal” e “Jovens Mensageiros”, todos destinatários de repasses mensais realizados em favor da OSC CIEDS, por meio de Notas de Débito encaminhadas ao SEAPC para análise de conformidade documental e controle de dados, sujeitas a posterior envio às demais UOs responsáveis pela liquidação e pelo pagamento.

Anexa-se tabela que correlaciona os processos de prestações de contas — Notas de Débito e Processos de Prestação de Contas — recebidos, autuados, instruídos, analisados e encaminhados às UOs referidas, no período compreendido entre 7 de fevereiro de 2025 e a presente data.

Começar de Novo		Inclusão legal		Justiça pelos Jovens		Jovens Mensageiros		GreenCard
2025-06012622	2025-06281422	2025-06013771	2025-06278995	2025-06013454	2025-06283747	2025-06013339	2025-06281768	2025-06018643
2025-06017742	2025-06287971	2025-06244040	2025-06286480	2025-06017918	2025-06292337	2025-06243654	2025-06286477	2025-06273166
2025-06285521	2025-06299778	2025-06284688	2025-06299524	2025-06285317	2025-06302115	2025-06284613	2025-06299400	2025-06275150
2025-06287098	2025-06519500	2025-06286400	2025-06515910	2025-06286787	2025-06515914	2025-06286465	2025-06524301	2025-06295115
2025-06297859		2025-06306012	2025-06535093	2025-06297792	2025-06563110	2025-06297466		2025-06535093
2025-06532622		2025-06526573		2025-06531233		2025-06526422		
2025-06536333		2025-06532960		2025-06536335		2025-06532884		

PERÍCIA GENÉTICA

O programa é coordenado pelo Serviço de Perícias Genéticas (SEGEN), vinculado ao Departamento de Instrução Processual e Apoio Administrativo (DEIPA), e tem por finalidade regulamentar a realização de exames de tipagem por DNA para partes beneficiárias da assistência judiciária gratuita, conforme deferimento nos autos das ações judiciais das comarcas do Estado do Rio de Janeiro.

Entre janeiro e novembro de 2025, o SEGEN recebeu e cadastrou 5.346 (cinco mil, trezentos e quarenta e seis) solicitações de agendamento de exames de DNA.



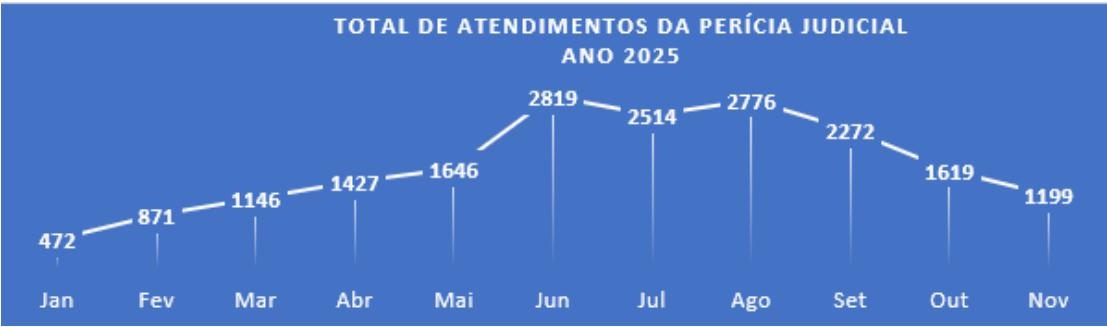
Fonte: Serviço de Perícias Genéticas (SEGEN)

PERÍCIA JUDICIAL

As perícias judiciais consistem na produção de provas técnicas realizadas por profissionais especializados — os peritos judiciais — com o objetivo de fornecer subsídios para a adequada solução das ações judiciais.

O Serviço de Perícias Judiciais (SEJUD), órgão administrativo regulamentado pela Resolução CM nº 2/2018 e vinculado ao DEIPA, é responsável pelo gerenciamento do cadastro de peritos judiciais e pela organização dos pagamentos das ajudas de custo destinadas a esses auxiliares da Justiça.

No período de janeiro a novembro de 2025, foram processadas 18.799 (dezoito mil, setecentos e noventa e nove) solicitações de pagamento a peritos, totalizando R\$ 13.281.509,18 (treze milhões, duzentos e oitenta e um mil, quinhentos e nove reais e dezoito centavos) em ajudas de custo.



Fonte: Serviço de Perícias Judiciais (SEJUD)

SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO - 2025 -			
MÊS	PERCENTUAL	OFÍCIOS	VALOR DAS PLANILHAS
-	-		-
JANEIRO	2%	472	R\$ 307.323,27
FEVEREIRO	5%	909	R\$ 612.627,31
MARÇO	6%	1.146	R\$ 774.796,65
ABRIL	7%	1.427	R\$ 983.019,14
MAIO	8%	1.646	R\$ 1.127.779,55
JUNHO	15%	2.819	R\$ 2.003.810,81
JULHO	14%	2.514	R\$ 1.794.465,08
AGOSTO	15%	2.776	R\$ 1.988.148,21
SETEMBRO	12%	2.272	R\$ 1.639.485,44
OUTUBRO	9%	1.619	R\$ 1.177.632,54
NOVEMBRO	7%	1.199	R\$ 872.421,18
DEZEMBRO	0%	0	R\$ -
		18.799	R\$ 13.281.509,18

Serviço do Centro Especializado de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (SECAI)

O Centro Especializado de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (CAAV), registrado na Resolução TJ/OE nº 03/2025 como Serviço do Centro Especializado de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (SGSUS/SECAI), é um canal especializado de orientação às vítimas diretas e indiretas de crimes e atos infracionais. O objetivo é promover acolhimento social e psicológico, além do encaminhamento para a rede de serviços disponíveis.

Por meio de atendimento qualificado e escuta humanizada, a equipe multidisciplinar do CAAV busca garantir que pessoas que tiveram seus direitos violados acessem recursos e serviços para auxiliá-las no enfrentamento dos desafios decorrentes da violência.

A equipe multidisciplinar do TJRJ atua em diferentes frentes:

- Orientação sobre direitos — encaminhamento formal para a rede de serviços públicos disponíveis na região, especialmente nas áreas jurídica, médica, psicológica, social e previdenciária;
- Fornecimento de informações e possível direcionamento aos programas de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas.

A página do CAAV, onde constam informações sobre o Centro e a Cartilha dos Direitos da Vítima, pode ser acessada no link:

<https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/centro-especializado-de-atencao-e-apoio-as-vitimas-de-crimes-e-atos-infracionais-caav>

A estatística do CAAV pode ser acessada no Painel Íris, no link:

<https://portaltj.tjrj.jus.br/estatisticas/informacoes-e-estatisticas-da-area-administrativa/secretaria-de-sustentabilidade>



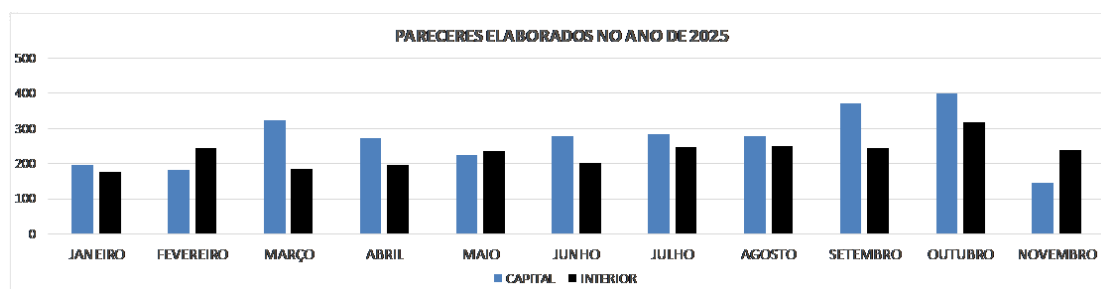
Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde (NATJUS/RJ)

O programa foi desenvolvido por meio de parceria entre o TJRJ e a Secretaria Estadual de Saúde (SES), com a finalidade de prestar assessoria ao Judiciário na elaboração de pareceres técnico-normativos em pedidos de liminar e tutela provisória nas ações que visam ao fornecimento, pelo Poder Público, de medicamentos, insumos de saúde, tratamentos e procedimentos médicos não emergenciais.

A SGSUS é fiscal e gestora do convênio, sendo responsável pelo apoio administrativo e logístico, conforme Portaria nº 1976/2021, que dispõe sobre o funcionamento do NATJUS no âmbito do PJERJ.

A equipe técnica do NATJUS/RJ elaborou, no 1º semestre de 2025, 5.496 pareceres, sendo 2.955 na Capital e 2.541 no interior do Estado.

NATJUS 2025												
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	TOTAL
CAPITAL	197	182	324	274	224	277	283	278	371	400	145	2955
INTERIOR	177	244	186	197	235	203	247	249	245	319	239	2541
TOTAL	374	426	510	471	459	480	530	527	616	719	384	5496



O Núcleo de Justiça Itinerante e Acesso à Justiça foi inserido na nova Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro pela Resolução OE nº 03/2025 com a criação dos Núcleos de Apoio à Prestação Jurisdiccional.

O Programa Justiça Itinerante surgiu no ano de 2004 como um novo paradigma de realização da prestação jurisdiccional. Trata-se de um programa vanguardista, prático e acessível, principalmente em relação aos cidadãos com maior dificuldade de acesso aos serviços públicos. Em outras palavras, é um programa inovador porque, ao contrário das práticas exercidas, a própria Justiça vai ao encontro das pessoas com mais necessidades.

O Programa se faz presente em 29 postos da Justiça Itinerante, com a utilização de unidades móveis (ônibus) especialmente equipados e aparelhados para os atendimentos, nos municípios de Aperibé, Areal, Belford Roxo, Carapebus, Cardoso Moreira, Campos dos Goytacazes (Morro do Coco e Goitacazes), Japeri, São Gonçalo (Jardim Catarina/Laranjal), Duque de Caxias (Jardim Primavera), Comendador Levy Gasparian, Macuco/Cordeiro,

Nova Iguaçu (Vila de Cava), Quatis, São Fidélis/Pureza, São Francisco do Itabapoana, São José de Ubá, Tanguá, Varre-Sai e no Rio de Janeiro (Campo Grande, Central do Brasil, Cidade de Deus, Maré/Manguinhos, Nova Sepetiba, Rocinha, Realengo, Rio das Pedras/Jacarepaguá e Vila Cruzeiro/Alemão), além do posto da Justiça Itinerante especializado em Registro Tardio de Nascimento, localizado na Praça XI.

Na Justiça Itinerante “Vai aos Presídios e às Unidades Socioeducativas”, a utilização dos ônibus é dispensável.

Em 2025, os atendimentos dos Postos regulares da Justiça Itinerante totalizam 79.246 atendimentos até o mês de outubro.



A seguir, apresentam-se as ações e informações devidamente pontuadas:

1. Justiça Itinerante Vai aos Presídios e às Unidades Socioeducativas

O Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 10/2025, criou o novo posto da Justiça Itinerante “Justiça Itinerante Vai aos Presídios e às Unidades Socioeducativas”, especializado em atendimentos às pessoas privadas de liberdade que cumprem penas e também aos adolescentes em conflito com a lei, que cumprem medida socioeducativa.

O projeto Justiça Itinerante no Sistema Penitenciário foi implementado em junho de 2017, com o propósito de reduzir o número de pessoas dentro do sistema prisional sem certificação e a documentação civil.

O objetivo é levar cidadania aos internos das unidades prisionais da SEAP e aos menores que cumprem medidas socioeducativas de internação nas unidades do DEGASE- Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro, bem como a seus familiares,

atuando principalmente nas ações de Registro Civil e ações do Direito de Família, tais como: Registro de Nascimento Tardio, Retificação de Registro Civil, Reconhecimento de Paternidade ou Maternidade, Ação de Alimentos, Regularização da Guarda de Menor, Requalificação Civil de nome e gênero, dentre outras ações. Com isso facilita-se a regularização dos seus direitos civis após o cumprimento da pena e da medida socioeducativa, incluindo também o fornecimento da documentação básica - Certidão de Nascimento, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Identidade Nacional-, para que tenham oportunidade real de trabalho e apoio integral da Justiça para fortalecer as políticas públicas destinadas à promoção da cidadania e inclusão social.

Com o apoio das instituições parceiras como SEAP, DEGASE, DPGE-RJ, MP-RJ e DETRAN-RJ, os eventos garantiram aos internos e aos menores o pleno exercício da cidadania.

Data	Local	Internos atendidos
07/02/2025	Instituto Penal Djanira Dolores de Oliveira	270
21/03/2025	Presídio Ary Franco	219
11/04/2025	Penitenciária Alfredo Tranjan	291
12/05/2025	Presídio Evaristo de Moraes 1º dia da Ação Social CNJ – Semana “REGISTRE-SE”	541
27/06/2025	Presídio Elizabeth Sá Rego	249
31/07/2025	Centro de Socioeducação Aeroporto Dom Bosco	377
22/08/2025	Penitenciária Talavera Bruce	493
12/09/2025	Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa	71
26/09/2025	Presídio Nelson Hungria	718
10/10/2025	Instituto Penal Djanira Dolores de Oliveira - retorno	686
06/11/2025	Presídio Nilza da Silva Santos	187
07/11/2025	Presídio Carlos Tinoco da Fonseca	317
TOTAL		4.419

Obs.: No dia 12/12/2025, completando o planejamento, houve retorno à Penitenciária Talavera Bruce.



2. Justiça Itinerante e a Polícia Penal

A Justiça Itinerante realizou o evento voltado para o atendimento dos policiais penais, no Centro de Instrução Especializada (CIESP), localizado no Complexo Gericinó, em Bangu, Rio de Janeiro.

A ação teve como objetivo fortalecer as políticas públicas, assegurando um atendimento ágil e eficiente aos policiais penais. Com o apoio de instituições parceiras, como a SEAP, DPGE-RJ e MP-RJ, a Justiça Itinerante realizou audiências de conversão de união estável em casamento, divórcio e uma série de ações voltadas ao Direito de Família.

Data	Local	Atendimentos
31/01/2025	Centro de Instrução Especializada – CIESP	173
TOTAL		173

3. Justiça Itinerante em homenagem aos 50 Anos da Guanabara e alusão ao Dia Internacional da Mulher

Com o principal intuito de celebrar o Dia Internacional da Mulher, o evento foi realizado no Museu da República, localizado no Catete, cidade do Rio de Janeiro, tendo como principal intuito atender as diversas demandas jurídicas da área de família, e outros atendimentos nas áreas de saúde e beleza, direito previdenciário, disponibilização de vagas de emprego, dentre outros, com total de 2.623 atendimentos pelo projeto RJ Para Todos, garantindo aos presentes o Direito Constitucional de acesso à justiça e contribuiu para a celeridade na resolução de suas demandas, contribuindo com o fortalecimento das políticas públicas.

A Justiça Itinerante realizou atendimentos jurídicos e esclarecimentos sobre feitos em andamentos jurisdicionados, ajuizamento de processo de competência de família e registral, audiências pelos Magistrados, com acompanhamento do Promotor e Defensor designados, elaborando petição inicial das diversas demandas supracitadas, além de ofício de busca da 2ª via de certidões.

Data	Local	Atendimentos
15/03/2025	Museu da República	114
TOTAL		114



4. Justiça Itinerante Levando Cidadania

A ação teve como objetivo fortalecer a política judiciária de acesso à Justiça e facilitar o acesso à documentação básica, principalmente ao registro tardio e a busca de certidões de nascimento inacessíveis, assegurando um atendimento ágil e eficiente à população invisível dos bolsões de pobreza da Baixada Fluminense/Grande Rio. Com o apoio de instituições parceiras, como a DPGE-RJ e MP-RJ, a Justiça Itinerante realizou audiências de uma série de ações voltadas ao registro civil das pessoas naturais e ao direito de família e registral, orientações jurídicas, segundas vias de certidões, regularização do título de eleitor, emissão de carteira de identidade, de carteira de trabalho eletrônica, balcão de empregos, isenção para documentos, entre outros serviços.

Data	Local	Atendimentos da Justiça Itinerante
29/03/2025	Jardim Gramacho – Duque de Caxias	2.041
TOTAL		2.041



5. Justiça Itinerante – Dia do Trabalhador

Evento em celebração ao Dia Internacional do Trabalhador, realizado na Quinta da Boa Vista, localizada em São Cristóvão, Rio de Janeiro, pelo Governo do Estado do RJ, sendo este Tribunal convidado a participar com outros órgãos, tendo como objetivo atender as demandas da população na área jurídica, acompanhado pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público do Estado do RJ.

Com o principal intuito de levar atendimento digno aos trabalhadores de maior vulnerabilidade, no evento foram realizados atendimentos de diversas demandas jurídicas da área de família, registros, além das demandas em outras áreas diversas como saúde, beleza, cursos profissionalizantes, trabalho e emprego, como disponibilização de vagas de emprego, direito previdenciário, dentre outros, totalizando 9.765 atendimentos pelo projeto RJ PARA TODOS.

Data	Local	Atendimentos da Justiça Itinerante
01/05/2025	Quinta da Boa Vista – São Cristóvão	276
TOTAL		276



6. Justiça Itinerante – “Registre-se!” Semana Nacional do Registro Civil

A ação social “Registre-se”, em celebração à “Semana Nacional do Registro Civil”, visa dar cumprimento à Diretriz Estratégica nº 5 da Corregedoria Nacional de Justiça, com foco na erradicação do sub-registro civil, com enfoque em pessoas em situação de vulnerabilidade, como a população de rua ou privada de liberdade. No âmbito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o evento foi dividido em três momentos:

- Dia 12 de maio - atenção à população privada de liberdade, no âmbito da SEAP-EM, em consonância com os objetivos do projeto JI no Sistema Penitenciário, instituído em junho de 2017, que visa combater a ausência de documentação civil entre a população carcerária, contribuindo para a sua regularização e inclusão cidadã.

- Dias 13, 14 e 15 de maio - atenção à população em situação de rua, com o principal intuito na emissão de registro civil e de outros documentos imprescindíveis ao pleno exercício da cidadania, também foram realizados atendimentos de diversas demandas jurídicas da área de família e outras demandas de áreas diversas como saúde e beleza, direito previdenciário, disponibilização de vagas de emprego, dentre outros
- Dia 16 de maio - último dia do evento se deu no Posto Regular da Justiça Itinerante Especializada na Erradicação do Sub-registro Civil. Ao contrário dos outros postos, que abrangem a população que vive próximo ao local de instalação, o Posto Regular da Justiça Itinerante do Sub-Registro abarca todo o Estado do Rio de Janeiro, com atendimento contínuo e semanal dedicado à erradicação do sub-registro civil de nascimento em todos os meses do ano.

A ação teve como objetivo fortalecer as políticas públicas, assegurando um atendimento ágil e eficiente à população atendida. Com o apoio de instituições parceiras, como a DPGE-RJ, o MP-RJ, Acnur/Conare/Cáritas, Arpen, CEF, DPU, DETRAN-RJ, Empoderadas, Exército brasileiro, FAETEC, Fiocruz, Fundação Leão XIII, Fundação Santa Cabrini, Hospital Veterinário, INSS, Justiça Federal, Receita Federal, Nupemec/Cejusc, Polícia Federal, PROCON-RJ, SEEDUC e SEGOV, dentre outros, a Justiça Itinerante realizou audiências de uma série de ações voltadas ao Direito de Família, além de orientações jurídicas.

Data	Local	Atendimentos
12/05/2025	Presídio Evaristo de Moraes - Rua Bartolomeu de Gusmão, 1100 - Fundos - São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ	541
13, 14 e 15/05/2025	Praça do Expedicionário, Beco da Música, Centro/RJ - Em frente ao prédio do TJRJ, com atendimentos de diversos órgãos	13.135
16/05/2025	Posto da Justiça Itinerante da Erradicação do Sub-Registro, Praça XI, nº 403, Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ	236
TOTAL		13.912





7. Justiça Itinerante Promovendo Dignidade – Vila Mimosa

O projeto Justiça Itinerante Promovendo Dignidade vem com o objetivo de garantir acesso à Justiça nas principais áreas de prostituição do Rio de Janeiro, marcadas pelas dificuldades econômicas e sociais enfrentadas por essa parcela da população.

Assim, foi realizado o 3º evento na Vila Mimosa, uma das regiões tradicionalmente direcionadas à atividade, ampliando o acesso das pessoas que ali vivem e/ou trabalham aos seus Direitos fundamentais:

- Entrevistas para os casos de Registro Tardio pela Justiça Itinerante;
- Elaboração de petição inicial em ações de Registro Civil, Família, além de ofício para busca da segunda via da certidão pela Defensoria Pública;
- Realização das respectivas audiências pelo Magistrado, com acompanhamento do Promotor e do Defensor;
- Emissão da carteira de identidade e realização da pesquisa datiloscópica pelo DETRAN;
- Vacinas, orientação e teste rápido pela Secretaria Municipal de Saúde;
- CAD Único, emissão de CPF, Cartão do SUS pela Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Serviços de estética pela FAETEC;
- ComCausa – “Cultura de Direitos”

Data	Local	Atendimentos
28/05/2025	Vila Mimosa-Rua Sotero dos Reis, Praça da Bandeira, Rio de Janeiro - RJ	308
TOTAL		308



8. Justiça Itinerante “Pop Rua Jud”

O evento foi realizado na Catedral Metropolitana, localizada na região do Centro do Rio de Janeiro, tendo como objetivo atender às demandas da população.

Com o principal intuito de levar atendimento digno à população em situação de rua e em vulnerabilidade social, foram realizados atendimentos de diversas demandas jurídicas da área de família e de outras áreas, como saúde e beleza, direito previdenciário, disponibilização de vagas de emprego, distribuição de refeições, dentre outros, com total geral de 22.331 atendimentos pelo projeto.

Foram realizadas diversas ações judiciais voltadas para o Direito de Família e Registro Civil, com a realização de audiências pelo Magistrado no mesmo dia. Ademais, foram fornecidas orientações jurídicas, bem como a busca de certidões através do SEPEC (Serviço de Promoção à Erradicação do Sub-Registro de Nascimento e à busca de Certidões) e a consulta processual criminal pela VEP.

Data	Local	Atendimentos da Justiça Itinerante
26, 27 e 28/08/2025	Catedral Metropolitana Rio de Janeiro - RJ	819
TOTAL		819





9. Justiça Itinerante “RJ PARA TODOS + Casamentos”

A ação teve como objetivo fortalecer as políticas públicas e judiciárias voltadas à regularização do estado civil de casais hipossuficientes, cadastrados no CadÚnico, que viviam em união estável convertendo-a em casamento, assegurando um atendimento ágil e eficiente à população atendida.

Foram realizadas audiências de Reconhecimento de União Estável e Conversão em Casamento.

Data	Local	Atendimentos da Justiça Itinerante
30/08/2025	Quinta da Boa Vista – São Cristóvão - Rio de Janeiro – RJ	62
TOTAL		62



10. Justiça Itinerante “Homenagem ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência”

A iniciativa teve como objetivo fortalecer e celebrar a data, assegurando um atendimento ágil e eficiente às pessoas com deficiência, assegurando aos presentes o direito constitucional de acesso à justiça e garantindo celeridade na resolução de suas demandas, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas.

Os atendimentos da Justiça Itinerante concentraram-se no ajuizamento de ações judiciais com efetivação de diversas ações registras, com busca de dados e emissão de certidões de nascimento, como também na prestação de orientações.

Data	Local	Atendimentos da Justiça Itinerante
24 e 25/9/2025	Palácio da Justiça, situado na Rua Dom Manuel, nº 37, Térreo, no Centro, Rio de Janeiro – RJ.	210
TOTAL		210



11. Justiça Itinerante “Mutirão Requalificação Civil – EMERJ”

O evento visa prestar atendimento à população LGBTQIAPN+ nas ações de requalificação civil, em parceria com o com o Núcleo da Diversidade Sexual e Direitos Homoafetivos da Defensoria Pública (NUDIVERSIS).

Data	Local	Audiências
05/12/2025	Praça da Justiça - em frente à EMERJ	114
TOTAL		114



12. Justiça Itinerante “Justiça para a Pessoa Idosa”

A convite da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância, da Juventude e do Idoso (CEVIJ) do TJRJ, a Justiça Itinerante participará da Ação Social “Justiça para a Pessoa Idosa”, a realizar-se no dia 10 de dezembro de 2025 (quarta-feira), no horário de 10h às 17h, na parte externa do Fórum Central.

A iniciativa tem como objetivo aproximar as pessoas idosas do Poder Judiciário, conforme o princípio da dignidade da pessoa humana, por meio das melhores práticas de atendimento às manifestações dos usuários, garantindo-lhes os direitos constitucionais de cidadania e o apoio integral da Justiça para fortalecimento das políticas públicas destinadas à promoção e inclusão social.

13. Justiça Itinerante “Rio das Pedras/Jacarepaguá”

O Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 15/2025 criou o novo posto da Justiça Itinerante “Justiça Itinerante Rio das Pedras/Jacarepaguá”, com inauguração e instalação no dia 27/11/2025, tendo como finalidade expandir o acesso à Justiça, e assegurar a entrega da prestação jurisdicional nos segmentos do Direito Civil, Família, Registro Civil das Pessoas Naturais, Infância, Juventude e Idoso e Juizados Especiais.

O posto atende aos residentes nas comunidades de Rio das Pedras, Itanhangá, Muzema, Anil, Gardênia Azul, no município do Rio de Janeiro, com base nas Resoluções TJ/OE/RJ nº 10/2004 e nº 03/2022, respectivamente.



RESUMO:

ATENDIMENTOS JUSTIÇA ITINERANTE ATÉ OUTUBRO/2025	TOTAIS
Justiça Itinerante – Postos Regulares, atendimentos semanais	79.246
Justiça Itinerante – Eventos/Ações Sociais	22.448
TOTAL GERAL	101.694

Marinete Vieira Tani- NUJUST



9, Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios



9. Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios

Novo Projeto para Implementação de Melhorias no Portal dos Precedentes

No ano de 2025, por meio do processo administrativo SEI nº 2025-06526613, a 3ª Vice-Presidência solicitou à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro a reformulação do layout e do conteúdo do Portal dos Precedentes e Ações Coletivas, cujo objetivo, primordialmente, é aperfeiçoar a apresentação, a organização e o acesso às informações sobre precedentes qualificados, tornando a experiência do usuário mais funcional e intuitiva.

O Departamento de Difusão do Conhecimento (DEDIF) realizou reunião de alinhamento com a equipe da 3ª Vice-Presidência, definindo as diretrizes de reestruturação do portal, abrangendo não apenas aspectos visuais e usabilidade, mas também a reorganização do conteúdo, de modo a facilitar a pesquisa dos institutos do IRDR, do IAC e demais jurisprudências.

Adequação do Acervo dos Processos Sobrestados

- Todo o acervo dos processos sobrestados e das ações coletivas está concentrado no Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas - NUGEPAC.
- Em 2023, foram encaminhados para digitalização e posterior indexação cerca de 2.826 processos. No ano de 2024, em prosseguimento à digitalização e à indexação do acervo da 3ª Vice-Presidência foram remetidos à digitalização 5.568 processos.
- Também são realizadas checagens periódicas dos recursos sobrestados, com a finalidade de manter íntegras as informações, além da retomada de andamento daqueles cujas teses foram definitivamente definidas pelo Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.
- No início desta gestão (fevereiro de 2025), o NUGEPAC possuía 41.498 recursos sobrestados, sendo 22.359 recursos em temas do STF e 19.139 recursos vinculados a temas do STJ. Em 03/12/2024, o NUGEPAC registrou em seu acervo 28.363 recursos sobrestados por temas do STF e 51.684 recursos por temas no STJ.
- Foram sobrestados, até a presente data, 11.926 recursos extraordinários e 5.374 recursos especiais. O grande impacto no quantitativo de recursos extraordinários deve-se ao ingresso do Tema 1.218 do STF.

NUGEPAC/RJ

- Ato Executivo nº 30/2023 - Dispõe sobre a integração do Núcleo de Ações Coletivas ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, além da respectiva comissão gestora no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
- A criação do NUGEPAC/RJ (NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES E AÇÕES COLETIVAS) visou à reorganização dos núcleos de gerenciamento de precedentes – NUGEP - e de ações coletivas – NAC -, além da própria comissão gestora de precedentes, para otimização das estruturas, de forma a incrementar a prestação jurisdicional e a gestão dos precedentes qualificados e das ações coletivas.
- O NUGEPAC/RJ é responsável pela gestão da sistemática dos precedentes qualificados previstos no Código de Processo Civil de 2015 - repercussão geral, recursos repetitivos, incidente de assunção de competência e incidente de resolução de demandas repetitivas, bem como pela promoção do fortalecimento do monitoramento e da busca pela eficácia no julgamento das ações coletivas.

Ações Coletivas

- Em 2024, 8.095 processos compunham o acervo de Ações Coletivas tramitando no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
- Atualmente, 7.827 processos integram o acervo de Ações Coletivas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, sendo 6.847 Ações Cíveis Públicas, 705 Ações Populares, 194 Ações Cíveis Coletivas, 51 Mandados de Segurança Coletiva e 30 outras classes, cujos assuntos tratam de Direito Coletivo.

Boletim Informativo

- Os boletins informativos são produzidos pela equipe do NUGEPAC – Terceira Vice-Presidência e condensam os movimentos processuais ocorridos nos recursos paradigmas vinculados ao sistema de precedentes judiciais, no Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
- Os boletins são divulgados de forma bimestral e indicam a afetação, a publicação dos acórdãos e as datas de trânsito em julgado das teses fixadas em repercussão geral (STF), recursos repetitivos (STJ) e IRDR/IAC (TJRJ).

1. Boletim Ano 1 - 2020

- Boletim Nugep 01 (01/01/2020 a 31/10/2020)
- Boletim Nugep 02 (01/11/2020 a 30/11/2020)
- Boletim Nugep 03 (01/12/2020 a 31/12/2020)

2. Boletim Ano 2 - 2021

- Boletim Nugep 04 (01/01/2021 a 31/01/2021)
- Boletim Nugep 05 (01/02/2021 a 31/03/2021)
- Boletim Nugep 06 (01/04/2021 a 15/07/2021)
- Boletim Nugep 07 (01/08/2021 a 30/09/2021)
- Boletim Nugep 08 (01/10/2021 a 30/11/2021)

3. Boletim Ano 3 - 2022

- Boletim Nugep 09 (01/12/2021 a 31/01/2022)
- Boletim Nugep 10 (01/02/2022 a 26/04/2022)
- Boletim Nugep 11 (27/04/2022 a 30/06/2022)
- Boletim Nugep 12 (01/07/2022 a 31/08/2022)
- Boletim Nugep 13 (01/09/2022 a 30/11/2022)

4. Boletim Ano 4 - 2023

- Boletim Nugepac 14 (01/12/2022 a 15/04/2023)
- Boletim Nugepac 15 (16/04/2023 a 30/05/2023)
- Boletim Nugepac 16 (01/06/2023 a 31/07/2023)
- Boletim Nugepac 17 (01/08/2023 a 30/09/2023)
- Boletim Nugepac 18 (01/10/2023 a 30/11/2023)

5. Boletim Ano 5 - 2024

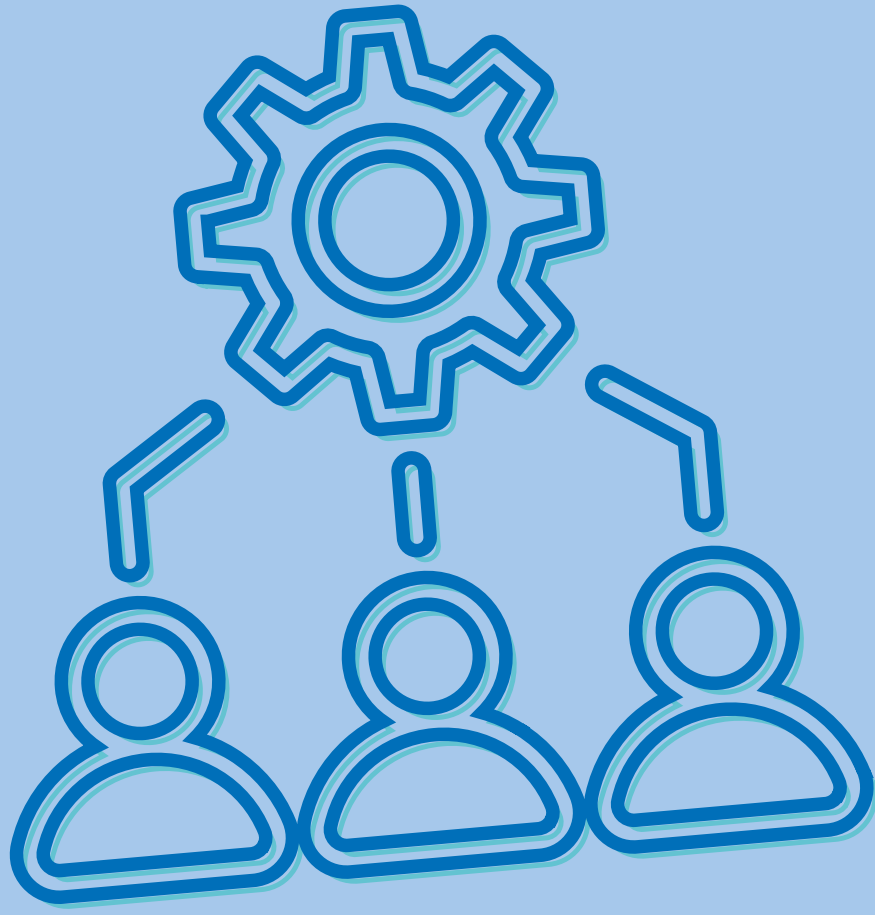
- Boletim Nugepac 19 (01/12/2023 a 29/02/2024)
- Boletim Nugepac 20 (01/03/2024 a 30/04/2024)
- Boletim Nugepac 21 (01/05/2024 a 30/06/2024)
- Boletim Nugepac 22 (01/07/2024 a 31/08/2024)
- Boletim Nugepac 23 (01/09/2024 a 31/10/2024)

6. Boletim Ano 6 - 2025

- Boletim Nugepac 24 (01/11/2024 a 15/01/2025)
- Boletim Nugepac 25 (16/01/2025 a 31/03/2025)
- Boletim Nugepac 26 (01/04/2025 a 31/05/2025)
- Boletim Nugepac 27 (01/06/2025 a 31/07/2025)
- Boletim Nugepac 28 (01/08/2025 a 30/09/2025)

Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas (COGEPAC)

- Consoante o previsto no art. 3º do Ato Executivo nº 163/2018, alterado pelo Ato Executivo nº 236/2023, cabe à Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (COGEPAC):
- I - Supervisionar o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes do Tribunal de Justiça e de Ações Coletivas do Estado do Rio de Janeiro (NUGEPAC/RJ); (Redação dada pelo Ato Executivo nº 236/2023)
- II - Estabelecer diretrizes e ações para incentivar a aplicação dos institutos da Repercussão Geral, dos Recursos Repetitivos e dos Incidentes de resolução de demandas repetitivas;
- III - Orientar, dar suporte e estimular a padronização de procedimentos administrativos decorrentes de julgamentos de repercussão geral, dos incidentes de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas, além de ações coletivas, na forma das Resoluções nº 235/2016 e nº 339/2020, ambas do CNJ; (Redação dada pelo Ato Executivo nº 236/2023)
- IV - Propor e opinar nas propostas apresentadas de procedimentos administrativos para aperfeiçoar o gerenciamento dos processos sobrestados e a identificação de processos vinculados à matéria discutida pela sistemática da repercussão geral, dos recursos repetitivos, dos incidentes de resolução de demandas repetitivas e de assunção de competência, e das ações coletivas; (Redação dada pelo Ato Executivo nº 236/2023)
- V - Supervisionar a alimentação constante do Banco Nacional de Precedentes instituído pelo artigo 1º da Resolução CNJ nº 444/2022 e do Cadastro Nacional de Ações Coletivas - CNJ, na forma dos artigos 6º e 9º da Resolução CNJ nº 339/2020; (Redação dada pelo Ato Executivo nº 236/2023)
- VI - Determinar as providências necessárias à melhoria da gestão dos dados e do acervo de processos de ações coletivas. (Acrescido pelo Ato Executivo nº 236/2023)



10, Aperfeiçoamento da Gestão e da Governança Judiciária



10. Aperfeiçoamento da Gestão e da Governança Judiciária

A Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC) foi criada no 1º Semestre de 2023, tendo sua composição e atribuições definidas nos arts. 359 a 379 da Resolução TJ/OE nº 3/2025. A mesma tem por missão promover a governança, por meio da orientação e implementação de mecanismos de gestão, estratégia e compliance e de soluções inovadoras e transparentes, em todas as unidades do PJERJ, contribuindo para a resolução dos conflitos de interesse mediante melhorias implementadas.

Reestruturação e Gestão Institucional

Em fevereiro de 2025, o TJRJ passou por reestruturação organizacional e transição de gestão para o biênio 2025–2026.

A Resolução TJ/OE nº 3/2025 não gerou alterações na estrutura da SGGIC.

Posteriormente, a Resolução TJ/OE nº 32/2025 promoveu ajustes significativos, resultando na criação das seguintes unidades:

- Serviço de Governança;
- Serviço de Apoio à Implementação e Manutenção dos Sistemas de Gestão Institucionais;
- Divisão de Processos de Trabalho;
- Serviço de Documentação e Revisão de Processos de Trabalho;
- Departamento de Integridade;
- Divisão de Transparência Institucional;
- Serviço de Transparência;
- Divisão de Compliance;
- Serviço de Compliance.

Realizações 2025

Avaliações, Pesquisas e Acompanhamentos

- Avaliação de Desempenho dos servidores em cargos de direção e chefia (12 e 13/05/2025);
- Pesquisa de Clima Organizacional (25/06/2025);
- Pesquisa de Realocação, voltada ao aprimoramento do ambiente de trabalho e práticas de gestão (07/11/2025);
- Criação do CONAD encontra fundamento na Resolução TJ/OE nº 03/2025 e na Resolução OE nº 17/2024, instrumentos normativos que estruturam o Sistema de Governança do PJERJ e conferem especial relevo à integração, coordenação e aperfeiçoamento da gestão administrativa.

Portarias Internas

- Portaria Interna SGGIC nº 01/2025 – Designa o Representante da Administração Superior (RAS/RD), os Representantes setoriais da Administração Superior (RDS) e os seus substitutos;
- Portaria Interna SGGIC nº 01-A - Define as atribuições para Assessor Especial da Presidência II, com lotação na Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance;
- Portaria Interna SGGIC nº 02/2025 – Estabelece diretrizes para a implementação da Responsividade no âmbito da Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance.

Publicação de Políticas de Governança (2025)

Ato de Governança – Que estabelece o sistema de governança institucional do TJERJ (Políticas de Governança publicadas):

1. Diretoria-Geral de Fiscalização e Assessoramento Judicial (DGFAJ) – Publicado em 04/04/2025;
2. Gestão de Precatórios – Publicado em 16/04/2025;
3. Secretaria-Geral de Dados Gerenciais e Análise de Indicadores (SGDAI) - Publicado em 30/05/2025;
4. ASCNJ – Assuntos Referentes aos Tribunais Superiores. Conselho Nacional de Justiça e Legislativos. Publicado em 30/05/2025;
5. Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) – Publicado em 11/06/2025;
6. Secretaria-Geral de Segurança Institucional (SGSEI) - Publicado em 17/06/2025;
7. 3º Vice-Presidência – Publicado em 02/07/2025;
8. 1º Vice-Presidência – Publicado em 03/07/2025;
9. Secretaria-Geral Judiciária (SGJUD) – Publicado em 21/07/2025;
10. Secretaria-Geral de Planejamento. Coordenação e Finanças (SGPCF) – Publicado em 22/07/2025;
11. 2º Vice-Presidência – Publicado em 31/07/2025
12. Diretoria-Geral de Apoio à Corregedoria-Geral da Justiça (DGAPO) – Publicado em 22/08/2025;
13. Secretaria-Geral de Logística (SGLOG) – Publicado em 02/09/2025;
14. Diretoria-Geral de Planejamento e Administração de Pessoal (DGAPE) – Publicado em 04/09/2025;
15. Diretoria-Geral de Fiscalização e Apoio às Serventias as Extrajudiciais (DGFEX) – Publicado em 08/09/2025.

Resultados de destaque:

- Tribunal de Justiça contemplado pelo CNJ, com o selo de Linguagem Simples 2025;





- Tribunal de Justiça contemplado com o **Selo Prata no Prêmio CNJ de Qualidade 2025**;



- SGGIC obtém 1a posição no **Ranking de Governança do TJRJ, 2025**



- Nós por elas- Processo de obtenção de certificação da instituição no Selo Ouro do programa “Nós por Elas/ABNT, com a finalidade de reconhecer e consolidar o compromisso institucional com o enfrentamento à violência contra a mulher e a promoção da igualdade de gênero.

Gestão de Processos – Rotinas Administrativas (RAD)

As Rotinas Administrativas (RADs) constituem a documentação oficial dos processos de trabalho do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, detalhando atividades, responsáveis, interfaces, fluxos, instrumentos e padrões operacionais. Seu objetivo é promover padronização institucional, transparência, capacitação de servidores, integração sistêmica e suporte à automação dos processos de trabalho.

Até dezembro de 2025, o acervo documental do TJRJ passou a totalizar 619 processos de trabalho formalizados em RADs, que, somados a manuais, formulários e Planos de Atividades Detalhadas (PATs), compõem um conjunto de 2.365 documentos institucionais. A variação em relação ao ano anterior decorreu de cancelamentos de rotinas que perderam o objeto e da unificação de documentos com escopo redundante, preservando a coerência e a atualidade do acervo.

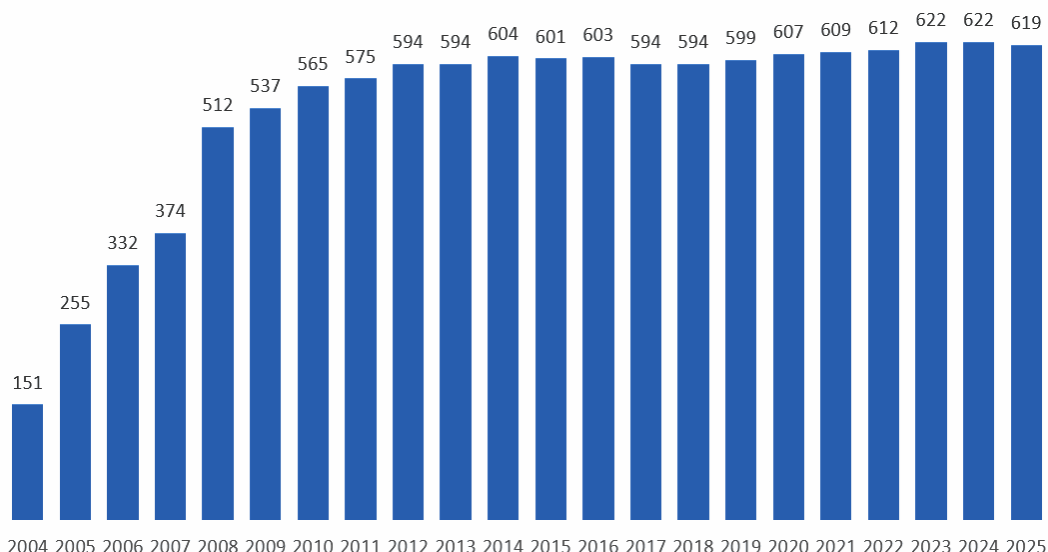
Em 2025, destacaram-se:

- Consolidação do **novo modelo de RAD**, com linguagem mais objetiva, conteúdo padronizado e layout facilitado, estimulando sua utilização e fortalecendo a cultura de processos no PJERJ.
- Aprimoramento do modelo de Plano de Atividade Detalhada, com reunião dos procedimentos e inclusão de sumário para facilitar a consulta do usuário.
- **31 unidades organizacionais** passaram a ter RADs elaboradas ou revisadas conforme o novo padrão.
- Mapeamento, elaboração e publicação de processos de trabalho das seguintes unidades:
 - **Escola de Mediação (EMEDI)**;
 - **Secretaria-Geral de Dados Gerenciais e Análise de Indicadores (SGDAI)** – criada pela Resolução TJ/OE 11/2025;
 - **Departamento de Cálculo (DGFAJ/DECAL)** – instituído pela Resolução TJ/OE 17/2025;
 - Processos de trabalho do **Centro Cultural do Poder Judiciário (CCPJERJ)**, criado pela Resolução TJ/OE 03/2025;
 - Fluxos de trabalho de diversas unidades vinculadas ao **Gabinete da Presidência (GABPRES)**, à **Secretaria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (SGPCF)** e à **Secretaria-Geral de Gestão do Conhecimento (SGCON)**.
- Reformulação das RADs da **Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC)**, mediante unificação e atualização dos fluxos “As Is”.

A manutenção da totalidade do acervo, apesar da criação de novos documentos, resultou diretamente do saneamento técnico realizado pela DITRA para eliminação de redundâncias, harmonização de padrões e atualização dos processos.

Acervo Anual de RADs do PJERJ

Fonte: DEGEP (até DEZ/25)



Gestão por Resultados – Sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9001)

O Tribunal de Justiça manteve, em 2025, 4 sistemas de gestão certificados conforme a Norma NBR ISO 9001, abrangendo as seguintes unidades:

Unidades com Certificação ISO - 9001	
Escola	EMERJ
Departamentos	DEGEA
	DESEP
Unidade Cultural	Museu da Justiça

Durante o ano, houve redução do escopo de certificação, em razão da saída das seguintes unidades:

- 3ª Câmara de Direito Público
- 3ª Câmara de Direito Privado
- Departamento de Autuação Cível da 1ª Vice-Presidência (que migrou para o Modelo Basilar de Gestão)

A justificativa técnica considerou que unidades jurisdicionais possuem seus fluxos e responsabilidades definidos em normas legais e regimentais, limitando a natureza gerencial e processual típica dos sistemas ISO.

Auditorias e acompanhamento da certificação

Foram realizadas:

- **12 auditorias internas** (incluindo 1 extraordinária para ampliação do escopo do DEGEA).
- **04 auditorias externas.**

O investimento em auditorias totalizou:

- **R\$ 24.014,48** – auditorias internas
- **R\$ 31.050,00** – auditorias externas
- **Total: R\$ 55.064,48**

A execução das auditorias externas foi conduzida pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini, e as internas pela KOM Tecnologia.

Os contratos mantêm validade até:

- Auditoria interna: 16/10/2027
- Auditoria externa: 29/12/2027

O desempenho dos auditores internos, avaliado por meio de formulários padronizados submetidos às unidades auditadas e à DIAGE, obteve 90% de avaliações positivas até novembro de 2025.

Implementação e Manutenção dos Sistemas de Gestão Institucionais - Modelo Basilar de Gestão (MBG)

Em conformidade com a Resolução OE nº 17/2024 e com os cronogramas definidos pelos Avisos TJ nº 94/2025, 200/2025 e 249/2025, as atividades de implementação e consolidação do MBG abarcaram:

a) Gestão de Rotinas e Documentação

- Implementação de instrumentos de retroalimentação do usuário em **13 unidades organizacionais**: SGCOL, SGLOG, SGPCF, SGGIC, ESAJ, NAI, SGJUD, SGPES, SGSEI, SGTEC, SGDAI, SGSUS e DGFAJ
- Apresentação do modelo de reunião de gestão para as mesmas 13 unidades.
- Criação de instrumento de avaliação documental para aferir o nível de implantação do modelo.

b) Gestão por Indicadores e Resultados

- Definição e validação dos **direcionadores estratégicos** em **20 unidades**: DGFAJ, DG-FEX, DGAPO, DGAPE, OUVID, 1VP, 2VP, 3VP, GABPRES/DEMOV, GABPRES/DEACO, GABPRES/DEPRE, ASCNJ, ASMAG, ASEVE, ASCER, SGCON, GABPRES/DESEG, EMEDI, CCPJRJ e SGCOS.
- Elaboração e validação das **árvores de indicadores gerenciais** em **21 unidades**: SGSUS, DGFAJ, DGFEX, DGAPO, DGAPE, OUVID, 1VP, 2VP, 3VP, GABPRES/DEMOV, GABPRES/DEACO, GABPRES/DEPRE, ASCNJ, ASMAG, ASEVE, ASCER, SGCON, GABPRES/DESEG, EMEDI, CCPJRJ e SGCOS.

Essas ações reforçam a aderência das unidades à estratégia institucional e à busca por resultados alinhados à missão, visão e valores do PJERJ.

Boas Práticas - Banco Institucional da Presidência

A Divisão de Apoio à Gestão, do Departamento de Governança e Planejamento Estratégico, realizou o saneamento e reorganização completa da base de dados do **Banco de Boas Práticas da Presidência**, assegurando integridade, padronização e eliminação de informações obsoletas.

Dentre as principais ações realizadas em 2025:

- Atualização e reorganização dos registros do Banco de Boas Práticas.
- Divulgação institucional do **Selo “Prática Inovadora”**, com convites às unidades para envio de iniciativas e sugestões.
- Publicação de informações sobre prazos e critérios para participação no prêmio.
- Ampliação do acervo com novas submissões qualificadas encaminhadas pelas unidades organizacionais.

Inovação e Desenvolvimento Estratégico

O DEIND é composto pelo Laboratório de Inovação IdeaRio e pela Divisão de Gerenciamento de Projetos (DIGEP) e tem como objetivo elaborar e implementar soluções originais para os problemas do TJRJ identificados pelo próprio Departamento ou demandados por outra unidade, por meio de processo inovador, sejam elas incrementais ou disruptivas.

Em 2025, houve atualização das atribuições das unidades que integram o Departamento, bem como o ajuste da nomenclatura da antiga Divisão de Desenvolvimento Estratégico, que foi redesignada como Divisão de Gestão de Projetos (DIGEP).

Projetos de inovação concluídos:

Encontro de gestores – divulgação de boas práticas

Durante o Encontro de Gestores Judiciários, foi constatado que muitos gestores do PJERJ tinham pouco conhecimento sobre o Banco de Boas Práticas, inclusive sobre como acessá-lo e utilizá-lo para melhorar seus processos de gestão. Diante desse cenário, foi sugerida a criação de um projeto com o objetivo de suprir as seguintes lacunas identificadas:

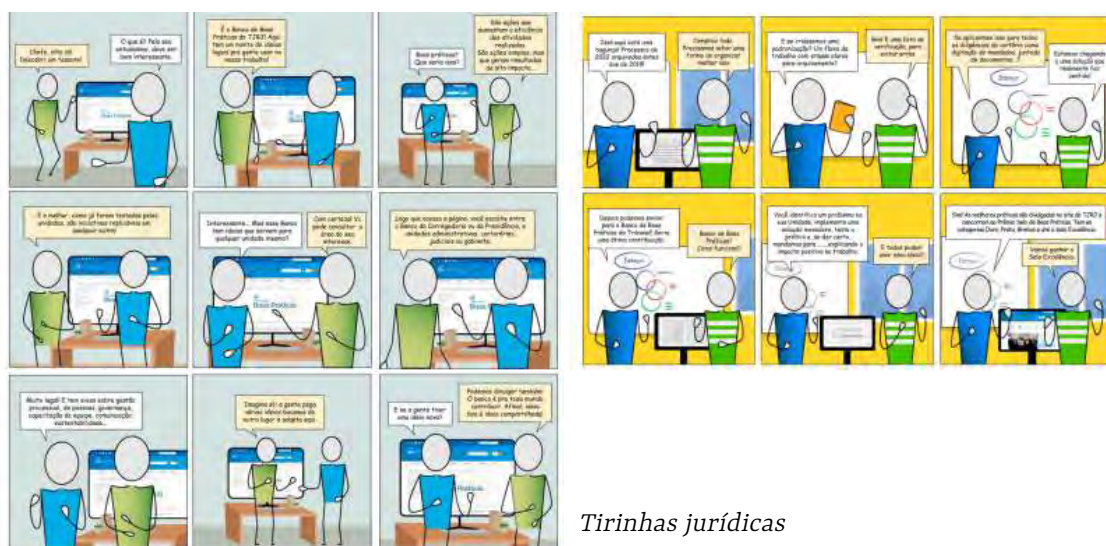
- 1) Ampliar a divulgação do Banco de Boas Práticas;
- 2) Reforçar a divulgação dos objetivos e metas das unidades;
- 3) Dar visibilidade aos casos de sucesso.

O proprietário deste projeto foi a Divisão de Apoio à Gestão (DIAGE), e a Divisão de Gestão de Projetos (DIGEP) atuou na coordenação das atividades necessárias para a gestão do projeto, tais como a elaboração e controle do cronograma, condução de reunião com as equipes, elaboração de relatórios, garantia da boa comunicação entre as partes envolvidas, revisão e aprovação dos materiais desenvolvidos, tais como tirinhas jurídicas sobre Boas Práticas e vídeos explicativos sobre o Banco de Boas Práticas.

Este projeto foi concluído em 05 de maio de 2025 e teve como resultados:

- 1) Publicação de novas Boas Práticas Administrativas, tendo por base o Encontro de Gestores;
- 2) Publicação de tirinhas jurídicas (Fig. 1);
- 3) Realização de palestra ao vivo com o tema “Boas Práticas: Uma ferramenta simples para a gestão judiciária do Tribunal de Justiça” (Fig. 2);

- 4) Realização de palestra online com o tema “Boas Práticas na Mediação” (Fig. 3);
 - 5) Realização de entrevista com a unidade ganhadora do prêmio “Prática Inovadora”;
 - 6) Elaboração e disponibilização de vídeo explicativo sobre Boas Práticas (Fig. 4);
 - 7) Elaboração e distribuição do Cartaz-template “Gestão à Vista”;
 - 8) Campanha de divulgação nos sistemas EJUD e SEI, bem como no Boletim da Governança.
- Com exceção do cartaz-modelo, todos os produtos deste projeto podem ser encontrados na página das [Boas Práticas no site do TJRJ](#).



Tirinhas jurídicas



Palestra ao vivo com o tema “Boas Práticas: Uma ferramenta simples para a gestão judiciária do Tribunal de Justiça”



Palestra online com o tema “Boas Práticas na Mediação”



Vídeo explicativo sobre Boas Práticas

E se a Inspeção fosse hoje? (Governança nos Gabinetes da 2ª Instância e nas Secretarias)

Em 2024, o Laboratório IdeaRio recebeu a demanda de buscar soluções inovadoras para melhorar a governança interna do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, especialmente nos gabinetes de 2ª instância e secretarias de Câmara. Nesse sentido, foram realizadas reuniões usando a metodologia Design Sprint e, como resultado, foi concebido um projeto cujo principal objetivo foi elaborar e disponibilizar material teórico de apoio às unidades, visando à melhoria da gestão interna (otimização da eficiência, da eficácia e da transparência dos processos administrativos e judiciais) e ao cumprimento dos indicadores e metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O proprietário deste projeto foi o Departamento de Governança e Planejamento Estratégico (DEGEP), e a Divisão de Gestão de Projetos (DIGEP) atuou na coordenação das atividades necessárias para a gestão do projeto, tais como elaboração e controle do cronograma, condução de reunião com as equipes, elaboração de relatórios, garantia da boa comunicação entre as partes envolvidas, elaboração de plano de divulgação, revisão e aprovação dos E-books e elaboração de pesquisa de opinião.

Este projeto foi concluído em 14 de novembro de 2025 e teve como resultados:

- 1) Elaboração e disponibilização de E-books que tratam dos temas Inspeção do CNJ, Ranking da Transparência, Sistema EJUD, Sistema DATAJUD, Metas e Prêmio CNJ, Boas Práticas e Tópicos de Governança (*E-Books*);
- 2) Disponibilização de painéis dinâmicos com informações sobre produtividade da Segunda Instância e Metas CNJ;
- 3) Disponibilização de link para a página das Boas Práticas no site do PJERJ;
- 4) Elaboração e disponibilização de teste simulado;
- 5) Elaboração e disponibilização de pesquisa de opinião (*Pesquisa de opinião*);
- 6) Elaboração e publicação do Aviso nº 93/2025, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 05 de maio de 2025;
- 7) Campanha de divulgação através de e-mail marketing e do boletim SEDIF.

Todos os produtos deste projeto podem ser encontrados no portal “[E Se a Inspeção Fosse Hoje?](#)”.



E-Books



Pesquisa de opinião

Cursos de Laboratoristas em Conjunto com o Fórum do Poder Judiciário no RJ (FOJURJ)

Em agosto de 2025, foi realizado o 2º Curso de Laboratoristas, coordenado pelo IdeaRio, em parceria com a Escola de Administração Judiciária (ESAJ), para servidores do TJRJ e dos demais Tribunais integrantes do FOJURJ. O curso faz parte das iniciativas adotadas para promover a política de inovação na Instituição e contou com a participação de 14 servidores, do TJRJ e dos Tribunais do FOJURJ.

Durante o curso, foram trabalhados conceitos teóricos e atividades práticas sobre como explorar problemas e soluções, utilizando-se diversas ferramentas de inovação apresentadas ao longo da oficina de design thinking.

Os alunos concluíram todas as etapas do processo, desde a empatia até a prototipagem, apresentando, por fim, quatro projetos, que serão futuramente objeto de análise e prosseguimento pelo IdeaRio.

Os macrodesafios tratados pelas equipes foram:

- Como impelir as serventias a adotarem práticas e ações que promovam acessibilidade e inclusão?
- Como promover a qualidade de vida do servidor do Tribunal (dos Tribunais)?
- Como fazer a gestão da inovação se consolidar entre as unidades operacionais, judiciárias e administrativas do Tribunal?
- Como suprir a carência de servidores do Tribunal (dos Tribunais)?



Ao término do curso (dia 14/08/25), todos receberam certificados e estão aptos a participar das próximas oficinas do IdeaRio, como laboratoristas.

Folhas de Rosto de Editais

O projeto teve início em março de 2025, a partir de demanda formalizada pela Secretaria-Geral de Contratos e Licitações (SGCOL), que buscava uma solução capaz de reduzir o número de recursos, impugnações e pedidos de esclarecimento relacionados ao conteúdo dos editais. Com base no briefing apresentado, o IdeaRio iniciou um processo de análise e cocriação voltado à melhoria da comunicação dos documentos convocatórios.

Nesse contexto, foram desenvolvidos modelos de folhas de rosto para editais, que aplicam princípios de linguagem simples e técnicas de visual law, como organização visual mais clara, hierarquia informacional e uso de elementos gráficos que facilitam a compreensão imediata do conteúdo essencial.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº <NUM_LICITA> Lei nº 14.133/2021 PROCESSO SEI Nº	
OBJETO	Objeto: <OBJ_COMPLETO> Valor Total Estimado: R\$ <VALOR> (<VALOR_EXTENSO>)
DADOS DA SESSÃO PÚBLICA	 QUANDO: Data de Abertura da Sessão: <DATA_LICITA> às <HORARIO> ONDE: No portal www.gov.br/compras UASG TJRJ: 30100
PRINCIPAIS INFORMAÇÕES	Critério de Julgamento: <TIPO> Exige amostra e/ou protótipo? sim / não Visita prévia e meio de agendamento: UO, Telefone, e-mail. Modo de disputa: aberto/ aberto e fechado/ fechado e aberto Intervalo entre os lances: 0,1% Prazo contratual: Regime de execução: Admite cooperativa? Admite consórcio?
HABILITAÇÃO	 Veja o detalhamento dos documentos necessários no edital e no Termo de Referência (Anexo I) - SICAF, CRC/TJ ou documentos equivalentes - Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo Distribuidor Cível da Comarca onde está situada a matriz da pessoa jurídica - Índices de Liquidez (LG, LC e SG) superiores a 1 e/ou PL não inferior a 10% do valor estimado da contratação [verifique se a exigência é cumulativa ou alternativa e se consta no TR] - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal (quando for o caso) - Regularidade junto as fazendas federal, estadual e municipal (quando for o caso) - Regularidade Trabalhista (CNDT) - Regularidade Social (FGTS)

O trabalho foi concluído em julho de 2025, resultando em materiais mais acessíveis, padronizados e orientados ao cidadão, contribuindo diretamente para a diminuição de dúvidas recorrentes e para a melhora da transparência e eficiência dos processos licitatórios.

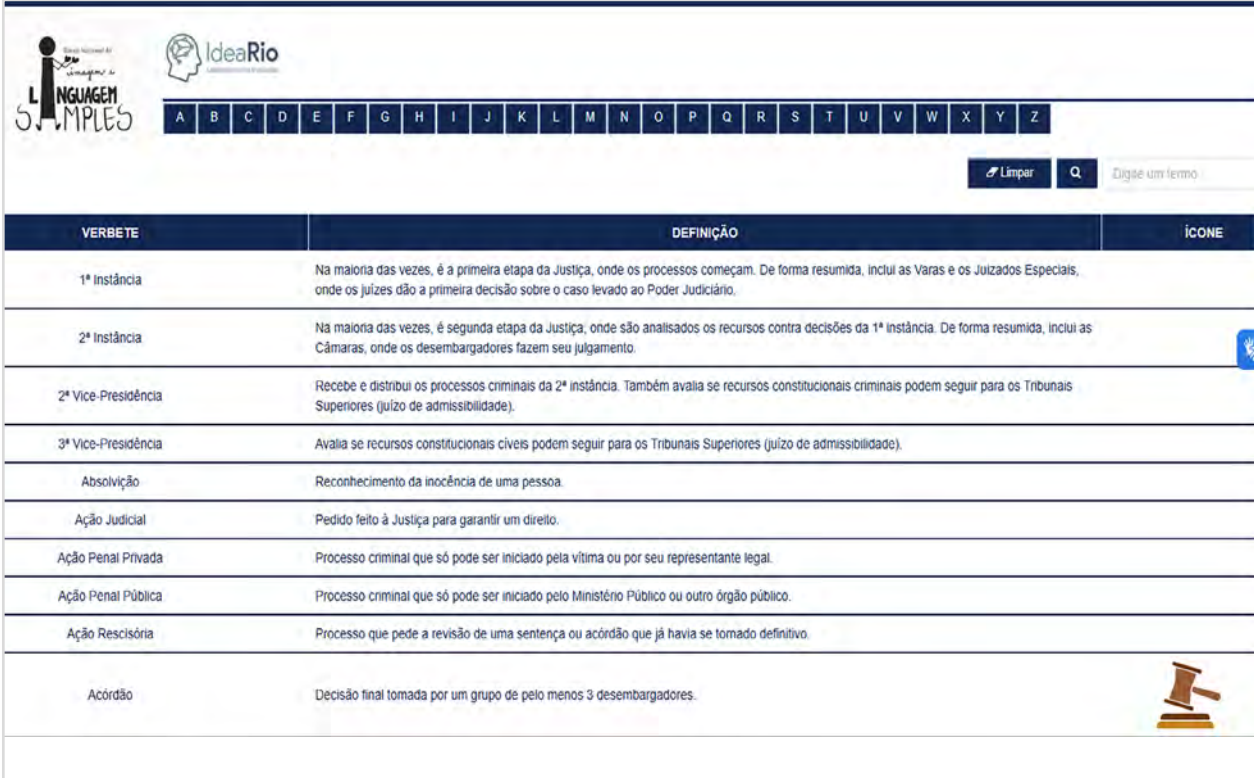
Revisão Completa do Dicionário Jurídico com Efetiva Linguagem Simples

O projeto teve início em março de 2025, com a proposta de atualização do Dicionário Jurídico do TJRJ, parte integrante do projeto Linguagem Simples para o Cidadão.

Embora anteriormente à época da elaboração do projeto (então “Glossário Jurídico”), em março de 2023, tenha sido comprovada melhora na simplificação da linguagem por meio

de pesquisa de opinião realizada via Forms, identificou-se um novo cenário, sobretudo com o advento do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, instituído pelo CNJ, o que evidenciou a necessidade de aprimorar as definições existentes.

Diante desse contexto, foram apresentadas propostas de revisão e atualização dos verbetes, com o objetivo de torná-los mais claros, acessíveis e alinhados às diretrizes nacionais de comunicação simples.



VERBETE	DEFINIÇÃO	ÍCONE
1ª Instância	Na maioria das vezes, é a primeira etapa da Justiça, onde os processos começam. De forma resumida, inclui as Varas e os Juizados Especiais, onde os juízes dão a primeira decisão sobre o caso levado ao Poder Judiciário.	
2ª Instância	Na maioria das vezes, é segunda etapa da Justiça, onde são analisados os recursos contra decisões da 1ª instância. De forma resumida, inclui as Câmaras, onde os desembargadores fazem seu julgamento.	
2ª Vice-Presidência	Recebe e distribui os processos criminais da 2ª instância. Também avalia se recursos constitucionais criminais podem seguir para os Tribunais Superiores (juízo de admissibilidade).	
3ª Vice-Presidência	Avalia se recursos constitucionais civis podem seguir para os Tribunais Superiores (juízo de admissibilidade).	
Absolvição	Reconhecimento da inocência de uma pessoa.	
Ação Judicial	Pedido feito à Justiça para garantir um direito.	
Ação Penal Privada	Processo criminal que só pode ser iniciado pela vítima ou por seu representante legal.	
Ação Penal Pública	Processo criminal que só pode ser iniciado pelo Ministério Público ou outro órgão público.	
Ação Rescisória	Processo que pede a revisão de uma sentença ou acórdão que já havia se tomado definitivo.	
Acórdão	Decisão final tomada por um grupo de pelo menos 3 desembargadores.	

Em 17/03/2025, foi concluída a atualização do Dicionário Jurídico, consolidando um instrumento mais moderno, transparente e voltado ao cidadão.

Projetos de Inovação em andamento

- **Banco Nacional da Linguagem Simples**

Este projeto resulta de uma parceria estabelecida entre vários Tribunais da Federação, por meio de um Protocolo de Intenções, cuja formalização tramita no processo administrativo SEI nº 2023-06146433, e que tem por objetivo a formação, compartilhamento, divulgação e aperfeiçoamento de um banco único de verbetes (esclarecendo, em Linguagem Simples, termos, expressões e conceitos utilizados pela Justiça), bem como de imagens representativas dos referidos verbetes (pictogramas simples criados segundo as regras do visual thinking).

O proprietário deste projeto é a Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC), e a Divisão de Gestão de Projetos (DIGEP) atua na proposição de definições e pictogramas, na curadoria do Banco Nacional junto com os demais integrantes do Departamento de Inovação e Desenvolvimento (DEIND), na participação em reuniões e na garantia da boa comunicação entre as partes envolvidas.

Cumpra esclarecer que já aderiram ao Banco Nacional 34 órgãos do Poder Judiciário Nacional. Os resultados esperados para este projeto são:

- 1) Disseminação da produção de comunicações claras, objetivas e inclusivas, que permitam que os cidadãos tenham acesso fácil, entendam e consigam utilizar as informações produzidas pelos órgãos do Poder Judiciário;
- 2) Redução das desigualdades e promoção da transparência, da participação, do controle social e do acesso aos serviços públicos por meio do uso da Linguagem Simples;
- 3) Incentivo à utilização de uma linguagem mais clara, direta e objetiva, sem prejuízo das regras da língua portuguesa;
- 4) Acesso a informações entre os Tribunais, possibilitando troca de experiências mais efetiva, aprendizado em tempo mais curto e o compartilhamento de boas práticas.

Este projeto encontra-se em fase de aprimoramento, com a elaboração de um aplicativo, em parceria com o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), cujo objetivo é possibilitar a apresentação e deliberação acerca da sugestão de novos verbetes, além da adoção de imagens correspondentes sob uma identidade visual própria do banco, e de uma plataforma, em parceria com o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), destinada a automatizar a gestão, alimentação e as comunicações inerentes ao Projeto do Banco Nacional de Linguagem Simples.

Até o momento, este projeto teve como resultados:

- 1) Atualização das definições e verbetes do Banco Nacional da Linguagem Simples;
- 2) Desenvolvimento e divulgação de protótipo de aplicativo desenvolvido pelo TJCE para os partícipes do Protocolo de Intenções;



Logo do Projeto

Protótipo de aplicativo desenvolvido pelo TJCE

- 3) Desenvolvimento de plataforma em parceria com o TJBA;
- 4) Divulgação e disponibilização do Gerador de Linguagem Simples para os partícipes do Protocolo de Intenções.

Unificação de dados referentes ao cumprimento de mandados judiciais

Este projeto nasceu da necessidade de consolidar e unificar os dados de mandados judiciais expedidos e cumpridos pelas Centrais de Cumprimento de Mandados (CCM) e pelo Núcleo de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores (NAROJA), integrando informações dos sistemas DCP, PJe e e-Proc. A iniciativa busca oferecer à Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ), por meio da Divisão de Assessoramento para Oficiais de Justiça Avaliadores (DIOJA) e das unidades executoras, uma visualização gerencial unificada para acompanhamento de indicadores-chave, especialmente diante da implantação do sistema e-Proc.

Este projeto mostra-se relevante diante da importância de aprimorar a tomada de decisões judiciais e estratégicas pelos gestores da Administração Superior desta E. Corte, pela DIOJA, pelas Centrais de Cumprimento de Mandados e pelo Núcleo de Auxílio Recíproco de Oficiais de Justiça Avaliadores.

O proprietário deste projeto é a Divisão de Assessoramento para Oficiais de Justiça Avaliadores (DIOJA), e a Divisão de Gestão de Projetos (DIGEP) atua na coordenação das atividades necessárias para a gestão deste projeto, tais como a elaboração e controle do cronograma, condução de reuniões com as equipes, elaboração de relatórios e garantia da boa comunicação entre as partes envolvidas.

Os resultados esperados para este projeto são:

- 1) Diminuição do tempo para consulta das informações, bem como a personalização dos relatórios que serão consumidos pelas áreas interessadas;
- 2) Consolidação de critérios para os indicadores das unidades judiciais executoras de mandado;
- 3) Consolidação das bases de dados dos sistemas judiciais no que tange ao cumprimento de mandados.
- 4) Desenvolvimento de um painel interativo de BI (Business Intelligence).

Este projeto encontra-se em fase de transformação da base de dados referente aos sistemas DCP, PJe e e-Proc. Até o momento, este projeto teve como resultados:

- 1) Mapeamento dos dados referentes aos sistemas DCP, PJe e e-Proc;
- 2) Consulta dos dados referentes aos sistemas DCP, PJe e e-Proc;

Vídeos Jurídicos

Este projeto foi idealizado pelo Laboratório IdeaRio, em parceria com o Laboratório de Inovação do TRT-1 (Lirio). O projeto tem por objetivo desenvolver vídeos explicativos, curtos e objetivos, com elementos dinâmicos de animação, imagens intuitivas e lettering

para esclarecimento do processo judicial (funcionamento, documentação, partes e expressões jurídicas).

Após reuniões com o TRT, chegou-se à conclusão de que tal formato seria mais efetivo e lúdico do que as convencionais campanhas realizadas apenas por meio de textos. Dessa forma, os Tribunais decidiram que cada vídeo deverá ter uma narração informal que “converse” com o público, e cada um será acompanhado de um Cartão de Lembrete, com a função de resumir as principais informações apresentadas, em um estilo fichamento. Os cartões poderão ser baixados ou impressos, viabilizando que o cidadão os consulte como lembrete.

Este projeto foi cadastrado no RENOVAJUD para cumprimento da Meta 9 do CNJ, com fins de obter melhorias na implementação de Linguagem Simples.

Para identificar as principais dificuldades da população, os laboratórios realizaram reuniões e uma visita ao NADAC, onde ouviram cidadãos que destacaram a necessidade de conteúdos em linguagem simples e acessível. Concluiu-se que os vídeos seriam mais eficazes e didáticos do que materiais exclusivamente textuais.

A definição dos temas ocorreu a partir da análise da pesquisa nacional do CNJ sobre a percepção do Judiciário e, complementada por um brainstorm entre os laboratórios, focou em dúvidas recorrentes da população sobre tempo do processo, custos, linguagem, dificuldade de consulta e complexidade para ingressar com ações.

O projeto consiste na elaboração/publicação de 19 temas, mas, como a natureza deles é levar conhecimento ao cidadão e a vinculação se dará pelas redes sociais, considerou-se relevante elaborar os roteiros de forma gradual, para permitir ajustes/modificações de acordo com a participação e sugestão dos usuários externos, seja no momento da validação (pesquisa de campo ou forms) ou da divulgação nas redes sociais (comentários).

O proprietário deste projeto é o Laboratório IdeaRio, e a Divisão de Gestão de Projetos (DIGEP) atua na coordenação das atividades necessárias para a gestão deste projeto, tais como a elaboração e controle do cronograma, condução de reuniões com as equipes, elaboração de relatórios e garantia da boa comunicação entre as partes envolvidas.

Os resultados esperados para este projeto são:

- 1) Ampliação do acesso à informação jurídica clara e acessível: ao apresentar questões e procedimentos jurídicos em vídeos de roteiros simples e didáticos, em formato atrativo e dinâmico, de apelo popular, a população leiga compreenderá melhor o sistema de justiça e agirá de forma mais informada em suas interações com ele;
- 2) Ampliação do alcance e da efetividade dos projetos relacionados à Linguagem Simples já implementados nos Tribunais parceiros, fortalecendo a equidade no acesso à informação;
- 3) Fortalecimento da Cidadania Ativa e Consciente (Inclusão Jurídica);
- 4) Melhoria da confiança, transparência e avaliação do Poder Judiciário.

Fase em que se encontra: este projeto encontra-se em fase de elaboração, aprovação e publicação dos vídeos. Até o momento, este projeto teve como resultados:

- 1) Elaboração de 19 roteiros de vídeos;
- 2) Elaboração de 19 textos para os Cartões Lembretes (*Cartões Lembretes*);
- 3) Elaboração de 14 vídeos;
- 4) Disponibilização de 11 Cartões Lembretes nas redes sociais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- 5) Publicação de 11 vídeos nas redes sociais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



Cartões Lembretes

O Laboratório de Inovação criou pesquisas de opinião, via Forms, para envio após veiculação de cada um dos vídeos, com o objetivo de mensurar a aceitação e as opiniões dos usuários.

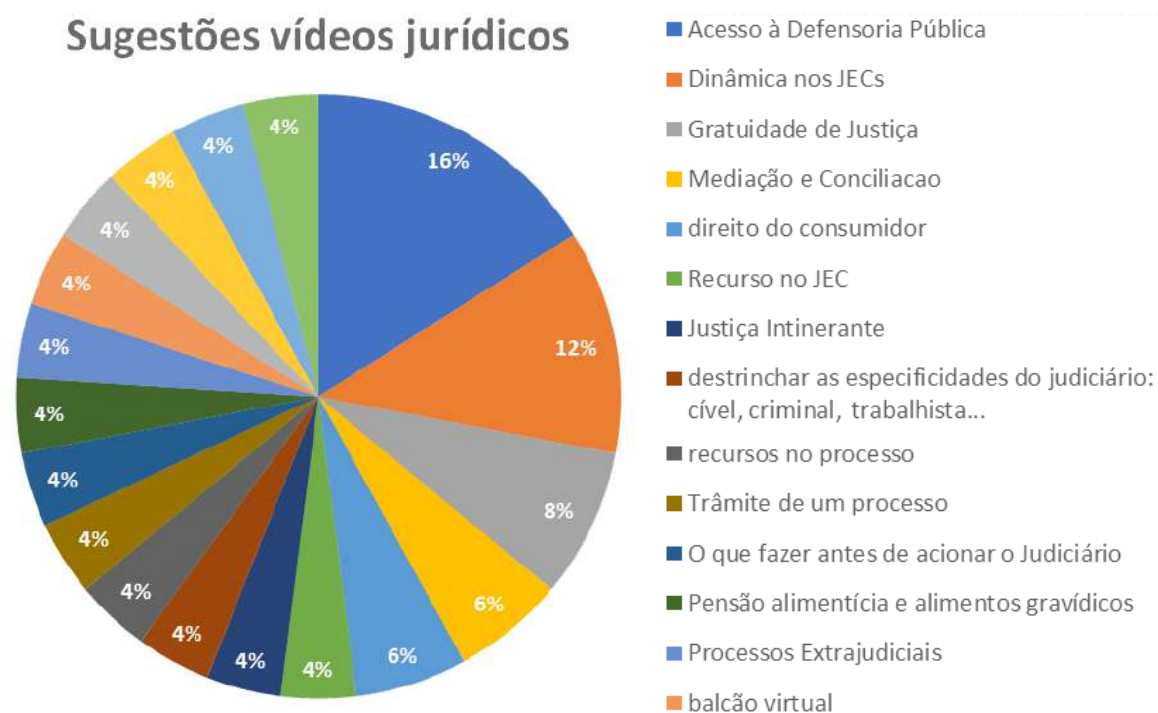
A título ilustrativo, trazemos o gráfico que apresenta as pesquisas realizadas referentes aos vídeos 2 a 4, as quais contaram com 140 participações.

Gráfico Pesquisas Realizadas



Dividimos a pesquisa entre perguntas objetivas e subjetivas, de forma que possamos acessar dados quantitativos e qualitativos.

Sugestões vídeos jurídicos



Até o momento, um dos temas mais sugeridos foi JEC e mediação. Para uma elaboração mais assertiva, identificamos a necessidade de consultar as áreas técnicas (COJES e EME-DI/NUPEMEC), para que possamos enriquecer o trabalho desenvolvido.

Importante frisar que a pesquisa serve como validação e sugestão de novos temas ou novos projetos, de forma a tornar os vídeos cada vez mais fiéis e atrativos às necessidades do público-alvo.

A divulgação dos vídeos nas mídias sociais dos tribunais até o final de dezembro/25.

Menos É Mais – 2ª Edição

Iniciado em 2023, o projeto Menos é Mais foi concebido com o objetivo de fomentar o consumo consciente e a responsabilidade socioambiental entre servidores e a população em geral, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o fortalecimento de uma cultura organizacional comprometida com a sustentabilidade. No âmbito dessa iniciativa, foi promovida uma campanha institucional voltada ao consumo responsável nas unidades judiciais e administrativas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), estimulando os servidores a avaliarem criticamente a real necessidade dos materiais de consumo, permanentes e de informática utilizados em suas atividades.

Como resultado desse processo, orientou-se a devolução dos bens que se encontravam em desuso ou subaproveitados, possibilitando sua redistribuição para unidades com carência de mobiliário e equipamentos, de forma racional e sustentável. A campanha foi concluída em 17 de agosto de 2023, com o recolhimento de 8.709 materiais, incluindo armários, estantes, escaninhos e itens de informática.

A efetividade da iniciativa foi corroborada por levantamento realizado junto ao Departamento de Patrimônio e Material (DEPAM), à Divisão de Equipamentos de Tecnologia da Informação (DIETI) e ao Departamento de Segurança Eletrônica e de Telecomunicações (DETEL), cujas unidades informaram aumento significativo no volume de materiais recolhidos durante o período de vigência da campanha Menos é Mais, em comparação com o exercício anterior.

Em 2025, em razão dos resultados alcançados, o projeto encontra-se em processo de reedição e continuidade, atualmente na fase de planejamento, com foco na definição do novo cronograma de recolhimento de materiais. A proposta preliminar prevê a execução das ações por meio de parceria entre o Departamento de Patrimônio e Material (DEPAM) e o Departamento de Transportes (DETRA), assegurando a retomada estruturada da iniciativa e a consolidação de suas práticas no âmbito institucional.

É válido mencionar que este projeto foi selecionado pelo CNJ, dentre as iniciativas cadastradas na plataforma RenovaJud, como sendo de interesse relacionado às políticas judiciárias de sustentabilidade nos Tribunais.

Frisamos que a iniciativa busca conscientizar sobre a gestão sustentável de materiais, tanto do ponto de vista ambiental — com a redução do impacto da produção e realização de descarte — quanto do ponto de vista orçamentário, já que a sustentabilidade impõe a boa gestão dos recursos.

Algumas Secretarias já manifestaram interesse na participação da reedição.

Sistema de Registro de Motivações de Desligamento

Na reunião do Comitê de Integridade (COINT), realizada no dia 04 de setembro de 2024, foi apresentada situação em que determinado funcionário terceirizado, que já havia sido dispensado em razão de sua conduta, estaria concorrendo a vaga em empresa contratada, para reingresso no TJRJ. Nesse contexto, foi proposta a criação de um sistema interno que registre a motivação das dispensas de cada funcionário desligado, para que, nos casos de possíveis reingressos, seja devidamente analisado o histórico do candidato.

Foi aberto o processo 2024-06113006 no sistema SEI para que as unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) possivelmente interessadas neste projeto pudessem se manifestar quanto à sua viabilidade. Houve manifestação da Assessoria Jurídica (ASJUR) da Secretaria-Geral de Contratos e Licitações (SGCOL), do Departamento de Execução de Contratos de Prestação de Serviços (DECOP), do Departamento de Integridade (DEINT), dos Comitês de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação (COGENs), da Divisão de Gerenciamento de Colaboradores (DIGEC) e da Secretaria-Geral de Gestão de Pessoas (SGPES), e foi decidido que, para início do projeto, o piloto seria um aprimoramento no sistema de Contratos e Atos Negociais (SISCAN).

Uma vez que o piloto foi definido, foi dada ciência formal ao product owner do SISCAN, e foi criado um canal no Microsoft Teams destinado às tratativas da demanda, no qual estão registrados os avanços, as deliberações e a gravação da reunião inicial com as áreas envolvidas. Foi realizada reunião no dia 04 de setembro de 2025 e, como saídas dessa reunião, foram definidas as seguintes necessidades:

- 1) Definir critérios objetivos de registro;
- 2) Estabelecer responsabilidades sobre quem pode indicar a restrição;
- 3) Avaliar a conformidade jurídica da solução proposta.

Além disso, o processo foi encaminhado ao Serviço de Privacidade e Proteção de Dados (SEPDA), para análise e manifestação acerca da conformidade da melhoria proposta para o Sistema SISCAN com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que se manifestou no sentido de não haver impedimentos para a criação da referida lista nas dependências do TJRJ, podendo o sistema criado absorver outras demandas, contribuindo para solidificar a maturidade de segurança deste Tribunal de forma ampla.

Foi solicitada a inclusão do Serviço de Segurança de Aplicações (SEAPI) às reuniões de equipes de projeto, com o objetivo de contribuir nas atividades de definição de requisitos para o desenvolvimento seguro e nos testes de segurança necessários, bem como o encaminhamento ao DEINT para análise e manifestação quanto à conformidade da melhoria proposta, além da indicação de um representante para participar das reuniões do projeto.

Eu Te Vejo

O Projeto “Eu Te Vejo!” foi desenvolvido de forma colaborativa pelos tribunais integrantes do Fórum Permanente do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (FOJURJ), com apoio metodológico do Laboratório IdeaRio, a partir de dinâmicas de design thinking e reuniões interinstitucionais.

A iniciativa nasceu de estudos conduzidos pela Seção de Gestão Ambiental, Inclusão e Acessibilidade (SEGAIA) do TRE-RJ, que identificaram a invisibilidade cotidiana dos trabalhadores terceirizados, especialmente dos auxiliares de serviços gerais (ASGs). Esses profissionais, embora fundamentais para o funcionamento dos tribunais, muitas vezes não se sentem reconhecidos nem valorizados.

Diante desse cenário, foi definido como macrodesafio: “Como reduzir a invisibilidade e ampliar o reconhecimento dos trabalhadores terceirizados no âmbito dos tribunais, promovendo pertencimento e integração institucional?”

Considerando o grande número de ASGs que atuam no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), o Laboratório IdeaRio realizou um processo de pesquisa exploratória e benchmarking junto à Secretaria-Geral de Logística (SGLOG), responsável pelos contratos de limpeza, e os principais resultados apurados foram:

- 82% já se sentiram invisíveis no ambiente de trabalho;
- 71% trabalham há mais de 5 anos no TJRJ;
- 32% se sentem valorizados com frequência; 29% afirmam sentir isso poucas vezes.

O proprietário deste projeto é o Laboratório IdeaRio, e a Divisão de Gestão de Projetos (DIGEP) atuará na coordenação das atividades necessárias para a gestão deste projeto, tais como a elaboração e controle do cronograma, condução de reuniões com as equipes, elaboração de relatórios e garantia da boa comunicação entre as partes envolvidas.

Os resultados esperados para este projeto são:

- 1) Criação de um ambiente digital para cadastro e divulgação de vagas internas, permitindo que os ASGs manifestem interesse em atuar em outras áreas;
- 2) Desenvolvimento de curso prático voltado a encarregados e supervisores, com foco em liderança, empatia e comunicação assertiva, bem como dinâmicas em grupo para desenvolver habilidades de convivência, escuta e mediação entre os ASGs;
- 3) Desenvolvimento de banners informativos a serem fixados nas copas e áreas comuns, explicando a dinâmica e a importância da limpeza nos prédios do Tribunal;
- 4) Desenvolvimento de campanha de divulgação;
- 5) Criação de vídeos para divulgação no Instagram e canais oficiais do TJRJ, apresentando a rotina e histórias de vida dos ASGs;
- 6) Avaliação de parcerias com instituições do Sistema S (SENAC, SENAI) para viabilizar descontos e bolsas em cursos profissionalizantes.

Pela relevância e caráter inovador, o projeto foi premiado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) durante o FestLabs Nacional, realizado em Belém (setembro/2025). O TJRJ e os tribunais parceiros conquistaram o 2º lugar na categoria “Gestão Judicial Inovadora – Ideias Inovadoras”, consolidando o projeto como uma referência nacional em práticas inclusivas e de valorização humana.

Considerando o grande número de ASGs que atuam no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), o IdeaRio realizou benchmarking e um processo de pesquisa exploratória junto à SGLOG, responsável pelos contratos de limpeza.



Fase em que se encontra: agendamento de reunião com gestores de contratos (capital e interior) para apresentação das ações planejadas, definição de fluxos de acompanhamento e articulação com as áreas envolvidas.

Petição Cidadã (Projeto Estratégico)

Projeto idealizado no Laboratório de Inovação IdeaRio, em parceria com a Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais (COJES), que busca a melhoria do peticionamento inicial nos Juizados Especiais Cíveis.

Teve início com reunião realizada em março de 2025, da qual participaram, além dos integrantes do IdeaRio, os juízes coordenadores da COJES, Dr. José Guilherme Vasi Werner e Dra. Isabela Lobão dos Santos, e os juízes auxiliares da Presidência responsáveis pela SGGIC, Dra. Alessandra de Araújo Bilac Moreira Pinto, e pela Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC), Dr. João Felipe Nunes Ferreira Mourão.

O escopo prevê a criação e disponibilização de formulário eletrônico que direcione e possibilite ao cidadão sem representação de patrono. O formulário será criado com recursos que automatizem ao máximo o procedimento e será elaborado segundo os critérios da Linguagem Simples.

Fase em que se encontra: desenvolvimento da plataforma pela SGTEC e reuniões periódicas para acompanhamento dos protótipos.

No caminho: TJRJ – cidadão – juizados especiais – serviço ao cidadão – já há ícone do peticionamento eletrônico.

Criação de modelos de mandados do JEC em linguagem simples e visual law

Projeto que consiste na criação de novos modelos de mandados do JEC, adaptando-os à Linguagem Simples, a fim de serem disponibilizados nos sistemas de movimentação processual.

DCP e PJe, como uma opção de uso pelas unidades. Para cada mandado, foi criado, ao fim, o campo “Resumo Simplificado”, com a explicação sucinta e didática sobre o conteúdo do documento, além de dicas para consulta processual, contato com a unidade e acesso ao dicionário jurídico.

Fase em que se encontra: modelos foram elaborados pelo Laboratório e disponibilizados para análise pelo Dr. José Guilherme Wasi Werner.

Cursos de laboratoristas para os Magistrados

Projeto desenvolvido para disponibilizar, por meio de parceria com a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), um Curso de Laboratoristas destinado aos magistrados. A primeira turma do curso será realizada em março de 2026.

Fase em que se encontra: inicial.

Curso de Laboratorista 2026

No início de 2026, será realizado o 3º Curso de Laboratoristas, coordenado pelo IdeaRio, em parceria com a Escola de Administração Judiciária (ESAJ), para servidores do TJRJ e dos demais Tribunais integrantes do FOJURJ.

Fase em que se encontra: inicial.

Lousa e Miro

Demandas do Laboratório de Inovação para possibilitar ministrar aulas de laboratorista nas comarcas do interior.

Fase em que se encontra: licitações em fase final.

Selo Verde (Unificação de Projetos “Água & Luz” e “Selo Verde” da Secretaria-Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social / Divisão de Gestão Ambiental – SGSUS/DIGAM)

Trata-se de um projeto de sustentabilidade voltado à identificação de métodos e estratégias para reduzir o consumo de água e energia elétrica no TJRJ. A iniciativa surgiu a partir da proposta de criação de um “Selo de Economia e Uso Consciente”, sugerida por alunos durante a dinâmica de design thinking do curso de formação de laboratoristas de 2024.

Atualmente, encontra-se em andamento um processo de unificação de projetos com objetivos semelhantes, visando consolidar uma proposta institucional única para a redução do consumo de recursos nas dependências do Tribunal e submetê-la à apreciação da Alta Administração.

Fase em que se encontra: desenvolvimento de ajustes com a SGSUS.

Revisão Cartilha do Idoso

Em 30/07/2025, recebemos um e-mail da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância, da Juventude e do Idoso (CEVIJ) solicitando o agendamento de reunião com a equipe do Laboratório de Inovação do IdeaRio, a pedido da Desembargadora Daniela Brandão Ferreira, com o objetivo de propor ajustes na Cartilha das Pessoas Idosas.

A cartilha, oriunda de um projeto cujo o nome é Amadurecer com Direitos, foi desenvolvida em 2024, em razão da Resolução CNJ nº 520/2023, que instituiu a Política Judiciária para Pessoas Idosas e suas interseccionalidades, e recebeu o título “Conhecendo os Direitos das Pessoas Idosas”.

Atendendo às sugestões apresentadas pela CEVIJ, o material foi alterado, conforme apontamentos da Coordenadoria, e encaminhado para diagramação.

Fase em que se encontra: aguardando diagramação para posterior aprovação.

Projeto Acessibilidade

Proposta apresentada inicialmente pelo Exmo. Juiz Auxiliar da Corregedoria, Dr. Sandro Pitthan Espíndola, para promover a política de acessibilidade, por meio de iniciativas de reconhecimento a ações e práticas inseridas nesse contexto. A ideia resultou na efetivação da inclusão do eixo “Acessibilidade e Inclusão” no prêmio de Boas Práticas e foi objeto de um design thinking conduzido pelo IdeaRio, cujo macrodesafio a ser tratado foi provisoriamente definido como: “Como instituir um sistema de reconhecimento para unidades administrativas e judiciárias que adotem medidas ou práticas que promovam a acessibilidade e a inclusão?”.

Fase em que se encontra: desenvolvimento da primeira etapa do plano de ação: a elaboração de formulário (Forms) a ser enviado a todos os PcDs do TJRJ, para que possam relatar boas práticas vivenciadas na lotação atual, possibilitando individualizar as práticas adotadas e quais seriam elas. As perguntas seriam:

Ações futuras:

- 1) Concurso para as unidades onde não há PcD lotado e que apresentem desenvolvimento de boas práticas;
- 2) Consolidação das informações colhidas no formulário;
- 3) Abertura do prazo de inscrição no concurso;
- 4) Consolidação das inscrições recebidas, analisando e selecionando 1/3 das iniciativas;
- 5) Formação do comitê avaliador, com parceria entre a SGSUS e o Laboratório de Inovação;
- 6) Envio para a COMAI das práticas selecionadas;
- 7) Julgamento pela COMAI das 5 melhores categorias: Tecnologia e Inovação, Acessibilidade Atitudinal, Acessibilidade Comunicacional, Educação em Acessibilidade e Inclusão e Representatividade;
- 8) Cerimônia anual “Amigos da Acessibilidade e Inclusão”;



- 9) Envio de certificado de participação para aquelas unidades que participaram e não foram premiadas;

PID – Ponto de Inclusão Digital

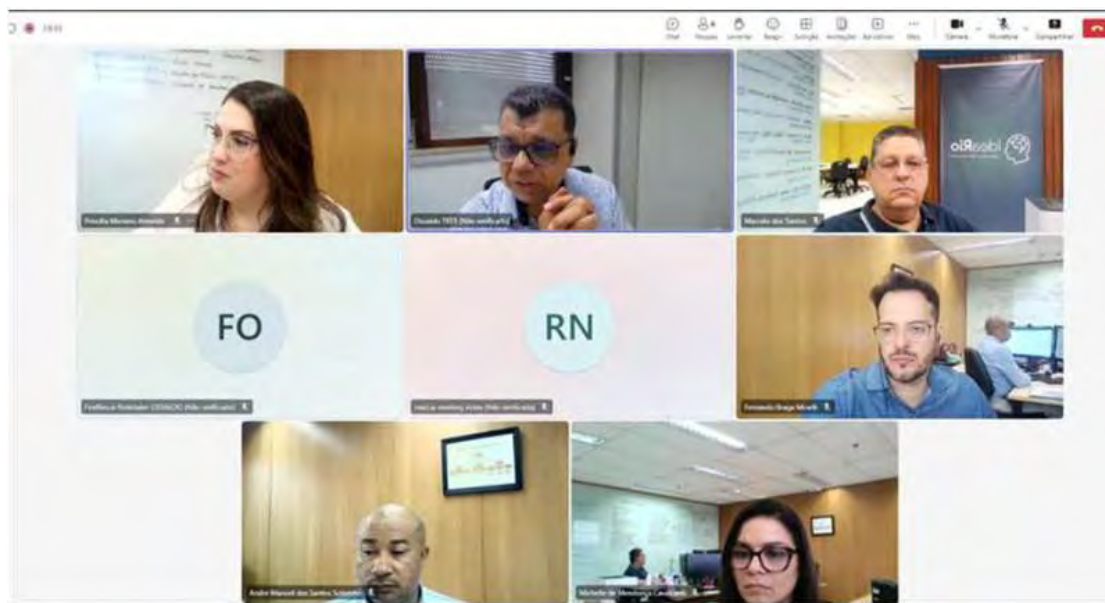
• Divulga PID

Trata-se de procedimento iniciado para o desenvolvimento do Projeto “Divulga PID”, criado em parceria com os Laboratórios de Inovação dos tribunais integrantes do FOJU-RJ — LÍrio/TRT1-RJ, IdeaRio/TJRJ, ElaboraRIO/TRE-RJ e LIODS/TRF2. O projeto nasceu a partir de trocas constantes entre as equipes, motivadas por dúvidas e desafios comuns relacionados à implantação e ao acompanhamento dos Pontos de Inclusão Digital (PIDs).

Foi destacado que essa importante ferramenta de inclusão digital estava sendo subutilizada pela população, principalmente devido ao desconhecimento sobre sua localização, finalidade, modo de funcionamento e, em muitos casos, até mesmo sobre sua existência.

Diante desse cenário, os laboratórios consolidaram uma parceria para explorar o problema e construir soluções em conjunto, utilizando metodologias de inovação. Como resultado, o projeto foi incluído no Renovajud, plataforma de inovação do CNJ, e indicado como iniciativa apta a concorrer na Meta 9 de 2025.

Para fortalecer e aprimorar as ações, os tribunais parceiros têm mantido contato contínuo e reuniões periódicas, nas quais analisam o funcionamento dos PIDs, compartilham experiências, identificam boas práticas e mapeiam dificuldades enfrentadas nas unidades. Em vários momentos, foi necessário reavaliar e ajustar as ações propostas, sempre com o objetivo de aperfeiçoar o serviço prestado e consolidar uma rede colaborativa sólida entre as instituições participantes.



Os tribunais parceiros concluíram sobre a importância de concentrar e simplificar as informações e os serviços oferecidos pela Justiça. A partir dessa percepção comum, conduziram

uma iniciativa colaborativa voltada à organização e padronização dos principais canais de acesso, reunindo em um só espaço os links e recursos mais utilizados por cada instituição.

O objetivo foi tornar a navegação mais intuitiva, facilitando o atendimento ao público e reforçando o compromisso com a inclusão digital e a acessibilidade aos serviços judiciais. A tela inicial de atendimento utilizada pelos PIDs foi estruturada contemplando:

- Identificação dos tribunais e órgãos participantes;
- Serviços oferecidos por cada tribunal;
- Controle e agendas com estatísticas de acesso ao PID;
- Atos normativos correspondentes.

Outra necessidade identificada foi a importância da capacitação dos atendentes. Dessa forma, no dia 1º de outubro, foi realizada uma capacitação presencial para os funcionários que atuarão no CRAS de Jacarepaguá – Anil, que posteriormente será transformado em PID.

A próxima capacitação, ainda sem data definida, será destinada aos atendentes dos CRAS Pavuna e Paciência.

Fase em que se encontra: em desenvolvimento.

Próximas Fases do Projeto

- Criação da identidade visual do Divulga PID, reforçando a consistência da parceria;
- Aprovação dos protótipos de materiais de divulgação externa, com posterior divulgação do material junto a prefeituras, defensorias públicas e unidades de Justiça Itinerante;
- Padronização dos sites dos tribunais na área dedicada aos PIDs, incluindo a identidade visual e os links das páginas dos tribunais parceiros;
- Consolidação das informações a serem disponibilizadas para a criação de materiais digitais e impressos, voltados à divulgação interna e externa.
- Promoção da cidadania e da participação social, por meio de ações de comunicação multicanal e linguagem acessível, com ênfase na importância do material impresso, considerando o público-alvo e a essência do projeto.
- Ação educativa, com a sugestão de incluir o tema dos PIDs em redações de escolas públicas do município de Areal, onde o PID atende a diversos ramos da Justiça.
- Produção de vídeo explicativo para divulgação no Instagram, curto e objetivo, com elementos de animação, imagens intuitivas e lettering, respondendo às perguntas: Para que serve? Para quem é? Onde encontrar? Por que é importante?

Implementação e Parcerias para Novos PIDs

Em razão das parcerias realizadas entre o TJRJ e diversos municípios — como Areal, Comendador Levy Gasparian e Nova Iguaçu — com cessão de colaboradores ou servidores municipais para atuar no atendimento dos PIDs, fez-se necessário definir um fluxo de cadastramento dos colaboradores, visando à liberação de senha do TJRJ para utilização de computadores e eventual acesso aos sistemas, com sugestão de vinculação à área administrativa do fórum da localidade onde o PID estiver instalado.

Tal sugestão foi submetida à análise da Corregedoria-Geral da Justiça, cuja decisão foi favorável ao cadastramento dos servidores cedidos na Direção do Fórum, tendo sido ressaltada a necessidade de autorização expressa do Exmo. Presidente do TJRJ, bem como anuência da Corregedoria-Geral da Justiça.

Ressalte-se que o PID de Areal já se encontra em pleno funcionamento, e a colaboradora encontra-se lotada na Diretoria do Fórum de Três Rios/Areal.

No que diz respeito ao procedimento para cadastramento dos colaboradores que irão atuar nos PIDs de Levy Gasparian e Nova Iguaçu, encontra-se aguardando o envio da documentação dos colaboradores, para que sejam instruídos os processos administrativos que serão encaminhados à Presidência para autorização das lotações nas Direções dos respectivos fóruns.

Responsividade Administrativa



Em maio deste ano, devido a relatos sobre a qualidade do atendimento a demandas administrativas do TJRJ, foi trazida ao IdeaRio uma demanda que foi identificada como o seguinte macrodesafio: “Como melhorar a percepção do usuário sobre o atendimento das unidades administrativas do TJRJ?”.

Em reuniões com servidores da Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC) e do Departamento de Compliance e Gestão de Risco (SGGIC-DEGER), percebeu-se que as reclamações estavam relacionadas predominantemente à demora e à inadequação de respostas diante de pedidos de informações.

Ainda na contextualização, foi lembrada a iminente edição da Política de Transparência do TJRJ, sob a coordenação do SGGIC-DEGER.

Dessa forma, o IdeaRio resolveu enfrentar o desafio por meio da aplicação do design thinking, constituído por meio de uma abordagem integrada, com a formação de um grupo de diversas áreas de conhecimento, em que o problema principal identificado foi como implementar a responsividade nos setores administrativos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Na construção das soluções, restou decidida a necessidade de criação de um plano de ação, que passaria por quatro fases, em razão da multiplicidade de vertentes apuradas.

Fase 1: inclusão de dispositivo no Ato Normativo que instituiu a Política de Transparência, que traz o incremento da responsividade como uma das diretrizes (implementada com a publicação do Ato Normativo TJ nº 13/2025, art. 4º).

Fase 2: campanha de esclarecimento e mobilização interna.

Fase 3: primeira rodada de medição via formulário eletrônico.

Fase 4: consolidação da base de dados e apresentação dos resultados.

Fase 5: ajustes para implantação permanente do indicador.

Fase em que se encontra: inicial, envolvendo diversas secretarias do Tribunal.

Balcão Virtual

O IdeaRio, em diversas oportunidades, no desenvolvimento de projetos com participantes das unidades judiciais de primeira instância, observou a preocupação e o apontamento dos servidores em relação às atividades e dificuldades na utilização do Balcão Virtual.

Apesar de ser uma ferramenta importante de atendimento, a ampla divulgação e o aumento de sua utilização têm resultado em diversos problemas no Balcão Virtual.

Por um lado, advogados e partes relatam a excessiva espera para atendimento — em alguns casos, superior a duas horas — ou mesmo a impossibilidade de atendimento durante todo o expediente, fato notório nas unidades com elevado acervo processual e de grande relevância aos jurisdicionados, como os Juizados Especiais da Fazenda Pública.

Por outro lado, as serventias indicam que muitos advogados utilizam o Balcão Virtual de forma equivocada, muitas vezes para colher informações já disponíveis nos próprios sistemas processuais, para “confirmar” movimentações e, ainda, como tentativa de “agilizar” o andamento dos feitos, sem o amparo de prioridade na tramitação.

O Balcão Virtual é uma importante ferramenta de atendimento aos advogados e às partes, tendo como propósito encurtar distâncias e prestar efetivo serviço aos jurisdicionados. Contudo, necessita de aperfeiçoamentos que sanem os problemas identificados pelos advogados e servidores.

Nota-se que há uma imprescindível necessidade de identificar e introduzir novidades ou aperfeiçoamentos na ferramenta Balcão Virtual, ou mesmo modificações que possam agregar eventuais funcionalidades ao serviço de atendimento e informações processuais, com efetivas melhorias e ganhos de qualidade, desempenho e produtividade.

A apresentação de soluções na ferramenta de atendimento alcançará tanto o público externo — advogados e partes (físicas ou jurídicas, públicas ou privadas) — quanto o público interno — servidores, estagiários e colaboradores.

Inicialmente, o Laboratório de Inovação propõe a criação de filtros inteligentes para direcionar e organizar o fluxo de demandas antes que elas cheguem ao atendimento humano. Esses filtros funcionariam como uma etapa inicial de triagem automatizada, capaz de realizar verificações básicas, como, por exemplo: confirmar se o processo realmente pertence àquela serventia, se se encontra arquivado ou sob sigilo de justiça. Essa triagem preliminar visa otimizar o uso dos recursos humanos, reduzindo o volume de atendimen-

tos repetitivos e permitindo que os servidores concentrem seus esforços em demandas que exijam análise técnica.

Em uma fase mais avançada, essa estrutura de filtragem poderá ser integrada a soluções de inteligência artificial, capazes de oferecer respostas automáticas, rápidas e precisas a perguntas frequentes — como andamento processual, existência de audiências marcadas ou cumprimento de prazos — e até mesmo lidar com questões mais complexas, por meio de consultas diretas e em tempo real aos sistemas judiciais.

Essa evolução permitiria um atendimento mais eficiente, acessível e personalizado, reduzindo o tempo de espera e otimizando o trabalho das equipes das serventias. Além de agilizar o atendimento e reduzir o volume de interações repetitivas, a IA contribuiria para aumentar a satisfação do usuário, oferecendo respostas rápidas e acessíveis, inclusive fora do horário de expediente.

A combinação entre filtros de atendimento e automação inteligente possibilitaria uma gestão mais eficiente dos recursos humanos, podendo evoluir para um sistema integrado de atendimento judicial digital, com indicadores que permitam monitorar o volume, o tipo e o tempo de resposta das demandas, promovendo maior transparência e eficiência nas interações entre o cidadão e o Poder Judiciário.

Fase em que se encontra: reuniões com a SGDAI — Secretaria-Geral de Dados Gerenciais e Análise de Indicadores; DGFAJ — Diretoria-Geral de Fiscalização e Assessoramento Judicial da Corregedoria de Justiça; Coordenação dos Núcleos de Justiça 4.0; SGTEC — Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação; entre outros.

Portal de Inovação

Trata-se da criação de um portal institucional de inovação, destinado a concentrar e organizar, em um único ambiente digital, todo o conteúdo relacionado às iniciativas inovadoras do Tribunal. A plataforma permitirá acesso direto aos projetos, metodologias, ferramentas, protótipos, relatórios e soluções desenvolvidas pelo Departamento de Inovação e Desenvolvimento (DEIND), bem como por outras áreas que atuem em projetos de modernização e melhoria de serviços.

Além disso, o portal reunirá notícias, publicações, agenda de eventos, cursos, oficinas e informações sobre concursos e premiações de inovação, facilitando a circulação de conhecimento e estimulando a participação de servidores e magistrados. A intenção é que o ambiente funcione como um hub de inovação, promovendo transparência, colaboração entre unidades, acesso a boas práticas, histórico de projetos e divulgação de oportunidades, fortalecendo, assim, a cultura de inovação no âmbito do Tribunal.

Em reunião da COIPE, foi proposta a criação de um portal único de inovação e tecnologia, tendo em vista a dificuldade de manter os portais atualizados e atrativos ao público.

Fase em que se encontra: realização de reunião de ideação visando à evolução da ideia, com definição de características tais como: tipo de layout, funcionalidades, espaços, métodos e atribuições para alimentação etc.

VEP

Em 01/10/2025, foi realizada visita ao IdeaRio pelo Exmo. Juiz de Direito Rafael Estrela, juntamente com outras magistradas da VEP, o Secretário-Geral de Estatística e Gerenciamento de Dados, o Secretário-Geral de Comunicação Social e uma jornalista do Grupo Globo.

Na ocasião, os representantes do IdeaRio fizeram uma breve apresentação do trabalho desenvolvido no Laboratório e exemplificaram alguns dos projetos criados e implementados. Foi relatada dificuldade da VEP quanto à confiabilidade dos dados disponíveis e a dificuldade de exercer a gestão com base nas informações dispostas no sistema SEEU. Descreveu-se que, eventualmente, a VEP depende de informações prestadas por órgãos ou instituições externas ao TJRJ para conhecer exatamente algumas situações de ordem gerencial.

No mesmo encontro, reforçou-se a importância de utilizar informações confiáveis, principalmente na área criminal, onde decisões como a concessão de liberdade têm grande impacto. Dados corretos evitam interpretações distorcidas sobre o trabalho do Judiciário, fortalecem a confiança da população e contribuem para a segurança pública.

A SGDAI também foi procurada para auxiliar nesse processo, com a elaboração de painel de dados que espelha, com precisão, a realidade quanto às solturas e às manutenções de prisões em flagrante nas audiências de custódia.

Finalmente, a SGCOS expôs que, juntamente com a melhoria do acervo de dados penais, eventuais projetos precisam prever a elaboração de um plano de comunicação para apresentar a real situação e o trabalho realizado pela VEP junto à sociedade.

Fase em que se encontra: reunião presencial agendada para 25/11.

Qualidade de Vida do Servidor

A proposta de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) envolve ações estruturadas de valorização, saúde, ergonomia, capacitação, diversidade, gestão participativa e equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Entre as medidas, destacam-se: programas de reconhecimento; campanhas de saúde; melhoria ergonômica; capacitação contínua; políticas de inclusão; teletrabalho; flexibilização de jornada; apoio psicossocial; ambientes de convivência adequados; e canais permanentes de escuta.

No setor público, essas ações devem ser factíveis e alinhadas às normas da administração. Diversos tribunais e órgãos já adotam práticas como teletrabalho com metas, ginástica laboral, programas de bem-estar, trilhas formativas e iniciativas contra assédio e discriminação.

A QVT no Judiciário tornou-se política institucional, especialmente após a Resolução CNJ nº 207/2015, que instituiu a Política de Atenção Integral à Saúde, e a Resolução CNJ nº 351/2020, que trata da prevenção ao assédio e à discriminação.

Propõe-se a criação de um Programa Permanente de QVT, vinculado à gestão de pessoas, com um comitê intersetorial, plano anual, indicadores de acompanhamento e prestação de contas. O programa deve abranger saúde integral, ergonomia, clima organizacional, prevenção de riscos psicossociais, preparação para transições de carreira, comunicação em saúde e integração com outras instituições públicas.

O plano de implementação prevê três fases:

1. Fundação: criação do programa, diagnóstico de QVT e definição de metas;
2. Pilotos: ajustes ergonômicos, ações de prevenção psicossocial e parcerias de bem-estar;
3. Institucionalização: ampliação das ações, portal de QVT e relatório anual.

Indicadores sugeridos incluem: afastamentos, ergonomia, clima, riscos psicossociais, adesão às trilhas formativas e uso de benefícios. Normativos internos devem regulamentar ergonomia, pesquisas de QVT e protocolos de prevenção ao assédio.

O modelo proposto segue as práticas do CNJ e referências de tribunais como TJPR, TJMG e TJSP, visando reduzir riscos ocupacionais, ampliar o bem-estar e fortalecer a produtividade sustentável no Judiciário.

Fase em que se encontra: inicial.

Gamificação para serventias que cumprirem metas do CNJ

Trata-se de procedimento para fusão da deliberação do Grupo de Pesquisas Judiciárias (GPJ-TJRJ), que aprovou o estudo para criação de selo interno e eventual premiação às serventias que atingirem as métricas estabelecidas pelo CNJ, com tema correlato tratado em reunião da Comissão de Inovação e Acompanhamento de Projetos Especiais (COIPE).

A proposta da COIPE consiste na adoção de metodologia de gamificação para estimular o engajamento dos magistrados, por meio de ranqueamento, favorecendo maior colaboração no alcance das metas, ao gerar competitividade positiva. Com o sistema, cada magistrado poderia acompanhar sua posição no ranking em tempo real.

Como se percebe, ambas as deliberações resultam no efetivo cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ e, conseqüentemente, na melhoria dos resultados do Prêmio CNJ de Qualidade.

O ambiente de inovação do IdeaRio possibilitará a conexão dos diversos atores envolvidos no cumprimento das metas do CNJ, com aceleração na criação e no desenvolvimento de novas ideias, funcionando como espaço de troca de conhecimento, colaboração e compartilhamento de recursos, proporcionando benefícios efetivos às serventias e aos jurisdicionados.

Na construção da ferramenta de incentivo ao cumprimento das métricas do CNJ, será necessária a indicação dos dados e dos meios de monitoramento estatístico disponíveis — se consolidados e divulgados em painéis ou relatórios deste Tribunal ou do Portal do CNJ — bem como a verificação da disponibilidade dessas informações por serventia e magistrado, e a possibilidade de apresentação por meio de ranking.

Fase em que se encontra: contato com a SGDAI para verificação das métricas individualizadas disponíveis.

Selos

Prêmio Selo de Boas Práticas 2025

O Prêmio Selo de Boas Práticas foi criado para reconhecer o empenho das unidades judiciais e administrativas que adotam, com sucesso, as práticas divulgadas no Banco de Boas Práticas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Suas regras são publicadas anualmente por meio de Ato Normativo Conjunto no Diário da Justiça Eletrônico.

A Divisão de Gestão de Projetos (DIGEP) é responsável por coordenar todas as etapas da premiação, desde o planejamento, coordenação, análise das comprovações enviadas pelas unidades, até sua divulgação e a cerimônia de entrega dos prêmios, que celebra o comprometimento das unidades participantes.

Ao longo dos anos, o Selo de Boas Práticas tem apresentado crescimento expressivo no número de unidades judiciais premiadas. Em 2023, foram 10 unidades reconhecidas; em 2024, o número subiu para 13.

Já em 2025, o número chegou a 15 unidades judiciais participantes. Esse aumento demonstra o fortalecimento da cultura de inovação, eficiência e compartilhamento de boas práticas no âmbito do TJRJ.

Assim, o prêmio consolida-se como um instrumento de valorização institucional e estímulo à melhoria contínua, reforçando o compromisso do Tribunal com a excelência na prestação jurisdicional e com a disseminação de práticas exemplares no serviço público.



Selos

Selo da Linguagem Simples (CNJ)

O Selo Linguagem Simples, instituído pela Portaria CNJ nº 351/2023, foi criado com o objetivo de reconhecer e incentivar o uso de uma linguagem clara, direta e acessível em todos os segmentos do Poder Judiciário. A iniciativa busca aproximar o Judiciário da sociedade, tornando suas comunicações mais compreensíveis a todas as pessoas.

O selo valoriza práticas que utilizam recursos de acessibilidade, como Libras, audiodescrição e linguagem inclusiva, sendo concedido anualmente, em outubro — mês em que se celebra o Dia Internacional da Linguagem Simples.

No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a Divisão de Gestão de Projetos (DIGEP) é responsável por coordenar a captação, organização e envio das comprovações ao CNJ, assegurando que as ações do Tribunal estejam alinhadas aos critérios da premiação.

No ano de 2024, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituiu oficialmente o Selo de Linguagem Simples, com o objetivo de reconhecer os tribunais que adotam práticas de comunicação clara, direta e acessível em seus atos e serviços. Nesse ano inaugural, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro conquistou o Selo de Linguagem Simples, cumprindo integralmente os cinco eixos do Plano Nacional de Linguagem Simples definidos na portaria que regulamentou a premiação.

Em 2025, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro conquistou o Selo Linguagem Simples pelo segundo ano consecutivo, alcançando 272,88 pontos, pontuação superior à média geral dos 17 tribunais estaduais contemplados, reafirmando o comprometimento institucional do Tribunal com a promoção de uma comunicação mais empática e acessível. A conquista é fruto do trabalho colaborativo de diversas unidades.

Com esse reconhecimento, o TJRJ consolida sua posição como referência nacional na adoção da Linguagem Simples, reforçando o avanço de uma cultura organizacional voltada à transparência, inclusão e excelência na comunicação com o cidadão.



Logo do Selo da Linguagem Simples

Selo Nós Por Elas

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), Desembargador Ricardo Couto de Castro, assinou um Termo de Compromisso institucional para estimular o enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como a promoção de uma cultura organizacional segura, inclusiva e equitativa no âmbito do Judiciário fluminense.

Nesse sentido, o TJRJ obteve o Selo Nós por Elas/ABNT, na categoria Ouro.

Dentre os critérios estabelecidos pelo Instituto Nós por Elas e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para a certificação, destacam-se ações educacionais e de capacitação; uso dos meios de comunicação oficiais para promover a conscientização sobre o tema; desenvolvimento de projetos, programas e comitês internos; além da existência de uma Ouvidoria para denúncias de casos de violência contra a mulher.



Certificado sobre a obtenção do Selo Nós por Elas/ABNT, na categoria Ouro

Essa iniciativa destaca a importância do engajamento de todos os segmentos do Tribunal de Justiça com o cumprimento dos parâmetros estabelecidos pelo Programa Nós por Elas/ABNT, visando à construção de um ambiente institucional mais igualitário em suas interações sociais e funcionais.

Estudo de Viabilidade

Hackathon

A Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance (SGGIC) apresentou proposta para a realização de um hackathon no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), visando estimular soluções inovadoras, desenvolvimento colaborativo e integração entre áreas técnicas, administrativas e judiciais.

Como uma iniciativa estratégica voltada ao fomento da inovação, da colaboração inter-setorial e do desenvolvimento de soluções tecnológicas e processuais para os desafios institucionais, o hackathon apresenta-se como instrumento relevante. Trata-se de um evento intensivo, de curta duração, que reúne profissionais de diferentes áreas para desenvolver soluções criativas e protótipos voltados a desafios específicos, sendo utilizado no Judiciário como ferramenta de colaboração e modernização.

Entre maio e julho, a Divisão de Gestão de Projetos (DIGEP) realizou benchmarking com órgãos públicos e empresas especializadas; reuniões com a ENAP e quatro empresas do setor; além da análise de documentos técnicos, como ETPs, TRs e TEDs. Também foram entrevistadas equipes de outros órgãos públicos responsáveis por realizar hackathons anteriores, incluindo o Laboratório de Inovação do TRT da 12ª Região. O levantamento abrangeu experiências de nove instituições públicas, das quais oito utilizaram contratações ou parcerias onerosas para seus eventos.

Após as atividades realizadas pela DIGEP, considerando as análises documentais, bem como as reuniões com órgãos públicos e empresas, estimou-se que a despesa média com premiação seria de R\$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais), enquanto a despesa média com contratação de empresa especializada para organização e execução de hackathons seria de R\$ 152.292,24 (cento e cinquenta e dois mil, duzentos e noventa e dois reais e vinte e quatro centavos), considerando que os valores obtidos variaram entre R\$ 34.900,00 (trinta e quatro mil e novecentos reais) e R\$ 309.828,28 (trezentos e nove mil, oitocentos e vinte e oito reais e vinte e oito centavos).

Este estudo encontra-se, no momento, aguardando decisão da Administração Superior para eventual prosseguimento.

Segundo encontro de gestores

Em atendimento ao deliberado na reunião da Comissão de Inovação e Acompanhamento de Projetos Especiais (COIPE), realizada em 13 de maio de 2025, teve início o levantamento de custos para a possível realização do segundo Encontro de Gestores Judiciários.

O primeiro Encontro de Gestores Judiciários foi desenvolvido pela Secretaria-Geral de

Governança, Inovação e Compliance (SGGIC) com o objetivo de enfrentar desafios relacionados à retenção de conhecimento e ao fortalecimento da cultura administrativa.

Por orientação do Secretário-Geral de Governança, Inovação e Compliance, o levantamento de custos para o segundo encontro tomou por base a programação do evento anterior, prevendo apenas o aumento da quantidade de café e água.

A Divisão de Gestão de Projetos (DIGEP) encaminhou consultas ao hotel que sediou o encontro anterior — Prodigy Santos Dumont, localizado no Centro do Rio de Janeiro — e aos professores previamente contatados para a palestra inaugural do primeiro encontro.

Entre os docentes consultados, apenas a professora Alketa Peci respondeu à solicitação, estimando o valor de R\$ 5.000,00 para ministrar a palestra. Quanto aos hotéis, ambos enviaram propostas com condições e valores para realização do evento.

A partir dessas informações, a DIGEP elaborou planilhas comparativas, que resultaram nas estimativas de R\$ 64.141,00 para o hotel Windsor Guanabara e R\$ 85.183,40 para o hotel Prodigy Santos Dumont.

Com base nos dados levantados, a estimativa de despesa para o palestrante foi de aproximadamente R\$ 5.000,00, enquanto o custo médio para as instalações ficou em R\$ 74.662,20, considerando os valores apresentados pelos dois hotéis consultados.

Por fim, registra-se que o projeto para realização do segundo Encontro de Gestores Judiciários foi sobrestado, por ora, em cumprimento à decisão da Alta Administração.

Projetos de inovação originários de unidades externas já implementados

Maratona da Linguagem Simples

Realizada em outubro de 2025, a Maratona da Linguagem Simples prestigiou o convênio com o FOJURJ — Fórum Permanente do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, contando com a participação do TRT-RJ, TRF-2 e TRT-AL.

O objetivo é aprofundar o conhecimento sobre a aplicação da Linguagem Simples em documentos oficiais, capacitando os participantes a utilizar metodologias de simplificação, estruturação e revisão textual, garantindo maior clareza, precisão e funcionalidade à informação jurídica e administrativa.

Esse tipo de iniciativa contribui diretamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 10, que visa à redução das desigualdades dentro e entre os países, e nº 16, que busca promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir acesso à justiça para todos e fortalecer instituições eficazes, responsáveis e inclusivas. A ação está alinhada à Recomendação nº 144/2023 do CNJ, que orienta os tribunais a adotarem linguagem simples, clara e acessível, com uso de elementos visuais para facilitar a compreensão das informações.

Fase em que se encontra: o projeto foi concluído com êxito, alcançando seus objetivos de disseminação da cultura de linguagem simples e colaborativa entre os órgãos jurisdicionais participantes. Foram emitidos 31 (trinta e um) certificados, distribuídos entre as diferentes categorias de premiação:

- Selo Entusiasta da Linguagem Simples — 1, 2, 3 e 10;
- Selo Agente de Linguagem Simples — 4, 5, 6 e 10;
- Selo Agente de Linguagem Simples e Direito Visual.

Programa de Integridade e Gestão de Risco

A implementação do Programa de Integridade, iniciado em 2024, decorre da importância de disseminar boas práticas de governança e princípios morais e éticos que norteiam a instituição e sejam comuns à sociedade, promovendo o engajamento de magistrados, servidores e terceiros envolvidos na atividade do TJRJ. O Programa de Integridade possui, ainda, a capacidade de propiciar a melhora da percepção do público externo a respeito da seriedade da instituição, aumentando a confiabilidade de que goza junto à opinião pública.

O desenvolvimento do Programa de Integridade está a cargo da Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance, por meio do Departamento de Integridade. Foi feito um amplo trabalho de pesquisa e benchmarking, buscando-se, entre instituições públicas e privadas, boas práticas que pudessem servir de referência, com os devidos ajustes à realidade fática da nossa Instituição, bem como foram levados em consideração os ditames da Resolução CNJ nº 410/2021, que incentiva a adoção de sistemas de integridade e compliance.

O Programa de Integridade proposto lastreia-se em três pilares, correlacionados entre si: Compliance, Gestão de Riscos e Transparência. O comprometimento com a ética, com a disponibilização de informações públicas aos cidadãos que favoreçam o controle social, com a identificação e controle de riscos significativos, com a detecção de eventual irregularidade ou necessidade de melhoria, com soluções justas, sensatas e imparciais, tem o condão de levar à sociedade a certeza de que a prestação jurisdicional será revestida de integridade em todas as suas fases até o provimento final, e de incentivar que todos, individualmente, procurem pautar sua conduta na ética e moralidade.

Durante o ano de 2025, diversas ações foram implementadas, tais como:

- impulsionamento da revisão obrigatória do mapeamento de riscos das unidades que alcançaram o prazo máximo;
- impulsionamento do monitoramento de riscos altos e altíssimos;
- implementação de gestão de riscos nos projetos estratégicos, com a elaboração de e-book explicativo, vídeo e formulário específico;
- implementação de gestão de riscos em unidades administrativas recém-criadas;
- realização de pesquisa de percepção acerca do Canal de Denúncia de Integridade, possibilitando estudo de ações que permitam o incremento da comunicação acerca do Programa de Integridade e ações correspondentes;
- Comissão Mista de Ética analisou diversos casos e, pela primeira vez, foi celebrado um TAC, conforme previsão do Ato Normativo nº 13/2023;
- divulgação dos Enunciados de Integridade estabelecidos pelo Comitê de Integridade Institucional – COINT;
- edital para nova formação da Comissão Mista de Ética, para atuação a partir de 2026;

- reformulação do Portal da Transparência;
- formulação da Política de Transparência;
- orientação, organização e monitoramento das informações lançadas no Portal da Transparência, bem como da participação do TJERJ nos rankings da transparência do CNJ e da ATRICON;
- elaboração do Manual da Transparência Institucional e do Guia Prático de Transparência;
- elevação do nível de transparência do TJERJ, com a participação no Ranking da Transparência do CNJ e no Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP – ATRICON). Neste último, inclusive, o TJERJ foi agraciado com o Selo Ouro.

Gestão de conteúdo do site

A atuação da Assistência de Conteúdo do Site (ATSIT) concentra-se no atendimento e tratamento de solicitações, na gestão proativa de incidentes e no apoio estratégico às iniciativas de melhoria contínua do portal institucional.

As demandas são recebidas via e-mail, processo administrativo (SEI) e Teams. Os dados apresentados na tabela abaixo demonstram o volume médio mensal de trabalho, que envolve ações como criação e reformulação de páginas e portais, atualização e inclusão de documentos, bem como o encaminhamento e o acompanhamento de demandas direcionadas à empresa de tecnologia Vertigo.

Atendimentos Gerais – ATSIT (2025)											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
257	295	261	305	263	348	336	420	419	372	320	191

Destaca-se, ainda, o acompanhamento e tratamento sistemático de defeitos e bugs, sejam eles reportados por usuários ou identificados pela própria equipe. Essa atividade é essencial para mitigar riscos, assegurar a funcionalidade ininterrupta do site e preservar a credibilidade das informações disponibilizadas ao público.

Por fim, ressalta-se a participação estratégica em reuniões, nas quais a equipe atuou ativamente no debate e no planejamento de melhorias de usabilidade e desempenho do portal, na coordenação de novas funcionalidades e no controle das demandas, estabelecendo prioridades e otimizando a alocação de recursos.

Principais projetos (realizados em parceria com a Divisão de Design – DIDEG)

- [Portal do Direito e Saúde](#)



**Portal do
Direito e Saúde**
COMITÊ ESTADUAL DE SAÚDE

O que é?

Um Portal unificado de dados e links úteis para magistrados e servidores com informações técnicas para auxílio em demandas judiciais de saúde pública e suplementar.

ANVISA Medicamentos Registrados	ANS Agência Nacional de Saúde Suplementar	CMED Valor do medicamento sem imposto	CONITEC Comissão Nacional de Incorporação de tecnologias no SUS	REMUME Relação Municipal de medicamentos essenciais	RENAME Relação Nacional de medicamentos essenciais	COMPRAS PÚBLICAS Portal de Compras do Governo Federal

- [Página do Centro Cultural do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro \(CCPJ\)](#)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | PÁGINA INICIAL | CENTRO CULTURAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



CCPJ-RJ
Centro Cultural
do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

A inter-relação entre Direito e demais expressões da Cultura é inquestionavelmente enriquecedora e, em muitos aspectos, essencial para compreender as múltiplas produções que caracterizam o humano. O Direito, quando em diálogo com as diversas manifestações culturais, se revitaliza, atualiza e se torna mais sensível às pessoas, ao tempo e ao espaço em que está inserido. O acesso aos resultados da cultura, aos artísticos em particular, gera perspectivas inovadoras, evidenciando que as práticas do Direito e o exercício da criatividade não são opostos, mas complementares. A interseção entre Direito, Arte e Cultura pode se manifestar de inúmeras maneiras, configurando um campo interdisciplinar em constante expansão.

Reconhecendo a importância dessa integração, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro criou, através da Resolução nº 3/2025, o Centro Cultural do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (CCPJ), que objetiva promover o enriquecimento cultural dos magistrados, dos serventuários, dos profissionais do sistema de Justiça e da sociedade em geral, em defesa de uma visão mais ampla e humanística da Justiça.

O Centro Cultural destina-se a ser um locus de fomento de cultura, educação e cidadania, oferecendo à comunidade carioca atividades como peças teatrais, espetáculos de dança e de música, mostras de cinema, cursos, seminários, palestras, debates, leituras dramatizadas sobre os principais temas que integram o diálogo entre as demais instâncias da sociedade e a Justiça. Por meio do impulsionamento ao acesso e da realização dessas ações, o CCPJ favorecerá o desenvolvimento de competências críticas e criativas, caras ao exercício da cidadania, fundamentais para que todos lidemos melhor com os desafios contemporâneos.

- [Página Carnaval Legal é com Respeito](#)



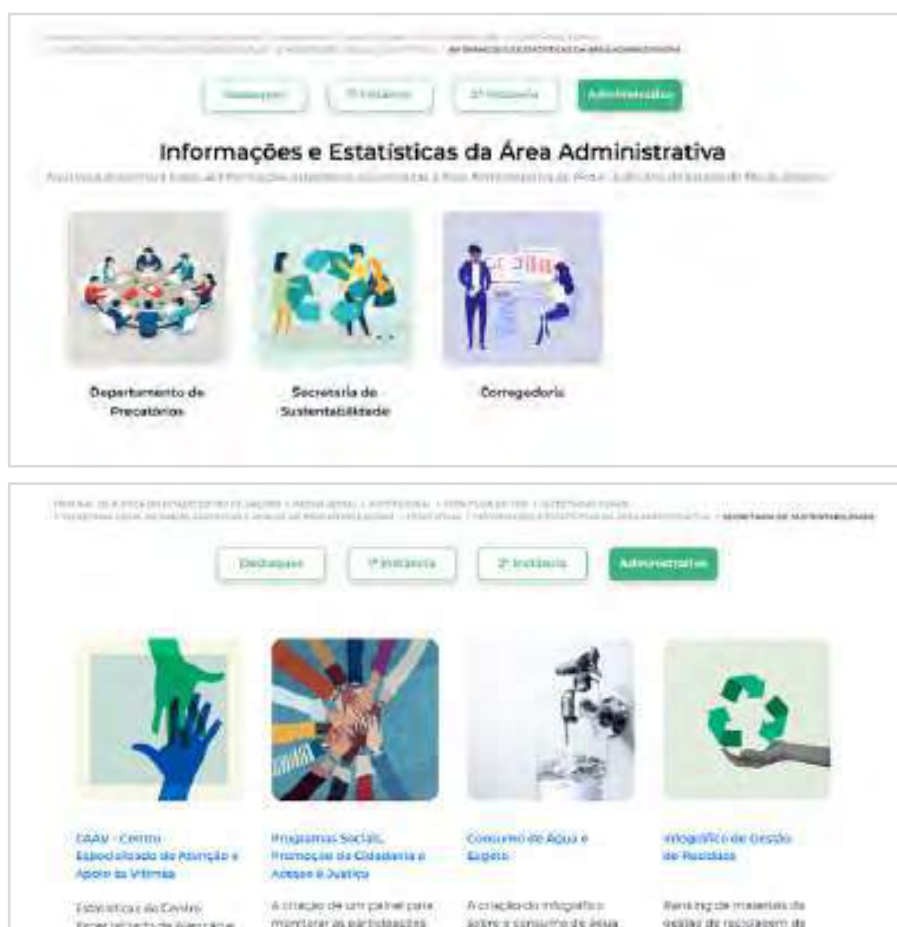
- [Novo Portal da Transparência](#)



- [Portal dos Juizados Especiais](#)



- [Reformulação de página – Sala Íris \(Informações e Estatísticas\)](#)



Produção Gráfica

No período de janeiro a novembro de 2025, foram atendidas 757 solicitações de serviços gráficos não codificados diversificados, como a impressão de cartilhas, relatórios, folders e placas de sinalização visual, o que representa um aumento de 15,22% em relação ao total de solicitações atendidas no mesmo período de 2024.

De janeiro a novembro de 2025, também foram produzidas 37.100 unidades de capas de processo, 1.308 unidades de livros de registro de ponto e de protocolo, 18.370 blocos de formulários diversos, entre outros serviços gráficos codificados.

Design e identidade visual

Uma identidade visual sólida e consistente é fundamental para assegurar uma comunicação clara, eficiente e alinhada aos valores institucionais. Nesse sentido, a Divisão de Design (DIDEG) atuou de forma estratégica ao desenvolver peças com acessibilidade, design moderno e coerência visual, transmitindo informações a todo o TJRJ de maneira transparente, objetiva e impactante.

Em 2025, foram confeccionadas 5.687 peças de comunicação visual, entre cartilhas, banners, manuais, boletins informativos, logos, projetos expográficos e outros produtos, com um índice de 100% de atendimento das demandas recebidas.

Produção de peças gráficas (DIDEG) – 2025			
Jan	705	Jul	282
Fev	582	Ago	302
Mar	269	Set	457
Abr	243	Out	1033
Mai	489	Nov	1130
Jun	195	Dez	259

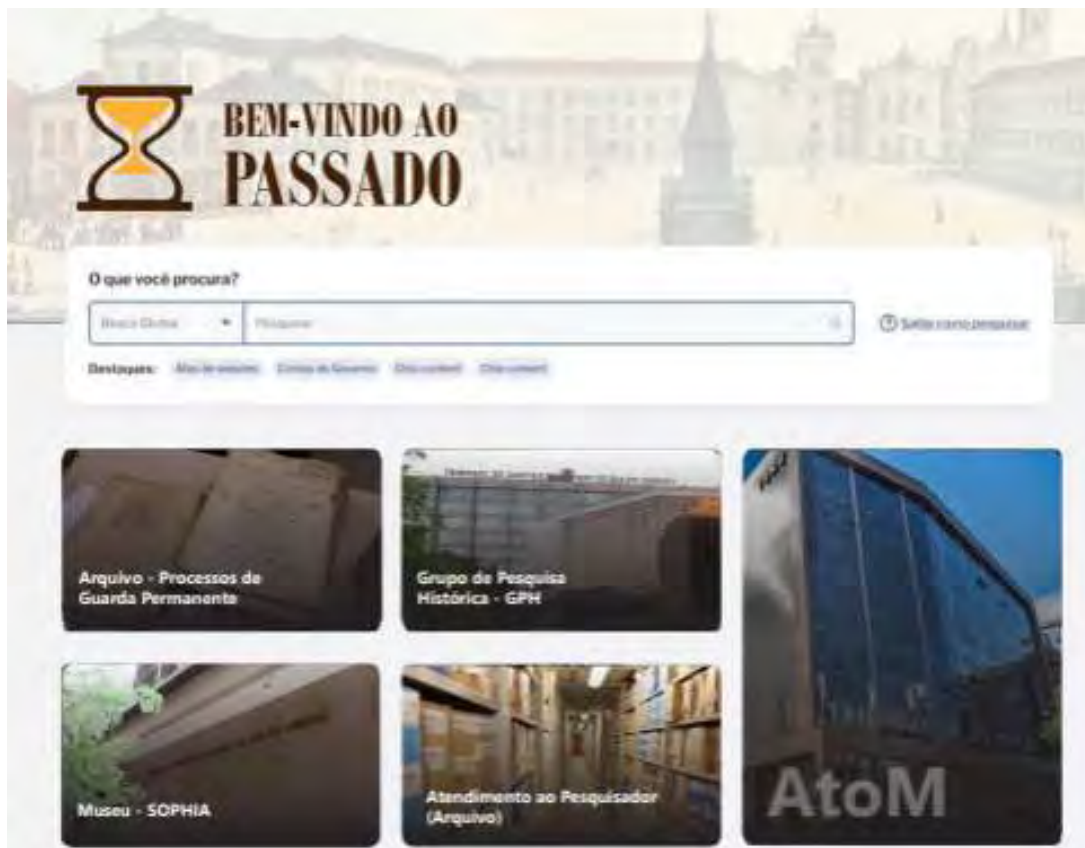
Marcas e Logotipos

Foram criadas ou reformuladas dezenas de marcas alinhadas à missão, aos valores e aos objetivos específicos dos projetos, campanhas e setores do Tribunal, contribuindo para uma identificação rápida e clara dessas iniciativas, bem como para o aumento de sua visibilidade e engajamento nos mais diversos contextos. A seguir, alguns exemplos:



Reformulação de páginas e portais

A DIDEG é responsável pela criação e atualização de layouts para páginas e portais do TJRJ, atuando em parceria com a ATSIT para garantir soluções visuais alinhadas às diretrizes institucionais, acessíveis, funcionais e capazes de aprimorar a experiência do usuário. Essa colaboração assegura que cada interface seja desenvolvida com foco na clareza, usabilidade e consistência visual, fortalecendo a comunicação digital do Tribunal.



Template da página do projeto Bem-Vindo ao Passado (SGCON/DEGEA)

Campanhas e projetos

A Divisão de Design trabalha em parceria com várias unidades organizacionais do TJRJ, produzindo peças nos mais diversos formatos para a divulgação de suas campanhas e projetos. Por exemplo:

Tecendo redes de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar





Já parou para pensar? Sustentabilidade no dia a dia



Mulheres negras na sociedade brasileira contemporânea – Rompendo as barreiras da invisibilidade



TJRJ celebra 30 anos dos Juizados Especiais



Seminário – Desafios e perspectivas atuais da segurança pública



10 anos do Observatório Judicial de Violência contra a Mulher



Boletim do Conhecimento – Sua fonte de conhecimento jurídico atualizado



Folder – Circuito da Memória do PJERJ

A DIDEG também desempenha papel fundamental na diagramação de livros, cartilhas e manuais, garantindo que publicações institucionais apresentem não apenas conteúdo de qualidade, mas também uma estrutura visual organizada, acessível e esteticamente harmoniosa.



Acesso à justiça em pretuguês – Linguagem simples e antirracista



Memórias de um novo tempo – 30 anos da Lei nº 9.099/95



Livro – Centenário do Palácio da Democracia



Livro – O vale da escravidão

Confecção de informativos

A DIDEG também é responsável pela diagramação e confecção de boletins informativos, materiais essenciais para a disseminação ágil e organizada de conteúdos institucionais.



Julgados em Pauta



Boletim do Conhecimento



Justiça sem Barreiras



SGLOG em Foco



Auditoria Informa

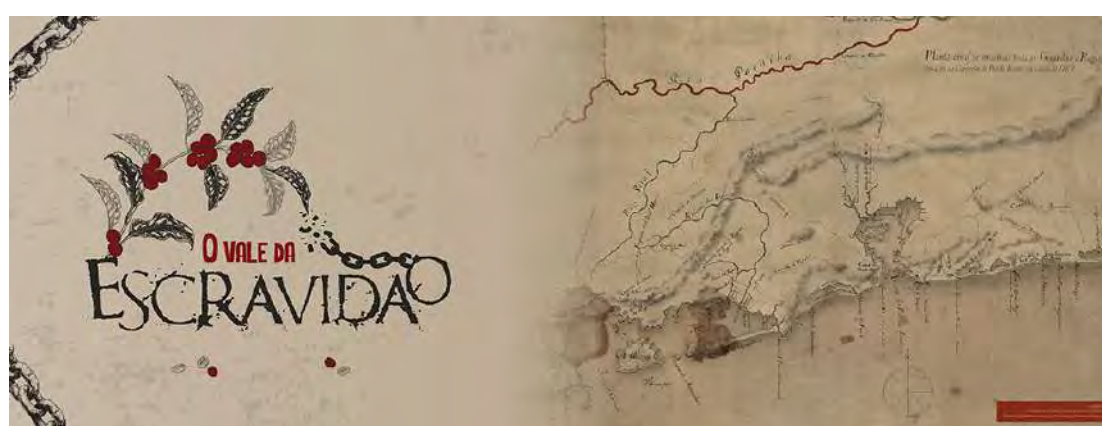


Boletim de Governança

Projetos expográficos

A DIDEG atua na elaboração de projetos expográficos do Tribunal, desenvolvendo propostas visuais e estruturais para exposições permanentes ou temporárias. A atuação da equipe garante que cada exposição traduza, de forma acessível e esteticamente qualificada, a memória institucional, os valores do PJerj e a relevância histórica ou temática dos materiais exibidos.

- **O Vale da Escravidão**



A partir de processos judiciais, mapas e plantas cartográficas, a exposição retrata as relações sociais nas fazendas cafeeiras da região, um dos principais polos da economia escravagista brasileira no século XIX. Mais do que um debate histórico, a mostra propõe uma reflexão profunda sobre os impactos duradouros da escravidão na sociedade brasileira e na formação do Estado nacional.

- **30 anos dos Juizados Especiais – Memórias de um Novo Tempo**

No Estado do Rio de Janeiro, os Juizados Especiais se consolidaram como referência nacional pela inovação e pioneirismo. Por meio de painéis, documentos e processos, a exposição conta a história desse sistema, que se firmou como instrumento de cidadania e de democratização do acesso à Justiça.



- **Entre Histórias e Utopias: o legado de Joel Rufino**



Historiador, escritor, professor e militante incansável da igualdade racial, Joel Rufino dos Santos dedicou sua vida a pensar o Brasil sob a ótica da justiça, da cultura e da cidadania. A mostra convida o público a revisitar sua trajetória múltipla, revelando um homem que acreditava no poder das palavras para transformar o mundo.

Difusão do Conhecimento

Com a reestruturação organizacional promovida pela Resolução OE nº 3/2025, o antigo Departamento de Comunicação Interna (DECOI) passou a denominar-se Departamento de Difusão do Conhecimento (DEDIF).

A alteração, contudo, vai muito além da nomenclatura. Em 2025, o Departamento foi formalmente vinculado à Secretaria-Geral de Gestão do Conhecimento (SGCON), o que impulsionou a adoção de um novo processo de trabalho, com fluxos mais estruturados, integrados e orientados a resultados.

Nesse contexto, foram publicados os Atos Normativos nº 07/2025, nº 28/2025 e nº 34/2025, que regulamentam, respectivamente, o uso do e-mail institucional para divulgação interna, as solicitações de serviços gráficos à Divisão de Produção Gráfica (DIGRA) e a produção de vídeos institucionais destinados ao público interno, estabelecendo diretrizes claras para a atuação do DEDIF, a interlocução com as demais unidades e os procedimentos relacionados à produção e gestão de conteúdo.

Projetos em andamento

No âmbito prático, o DEDIF segue executando projetos de comunicação visual, textual e audiovisual marcados pela dinamicidade e assertividade.



Totens digitais nos corredores mais movimentados do Fórum Central

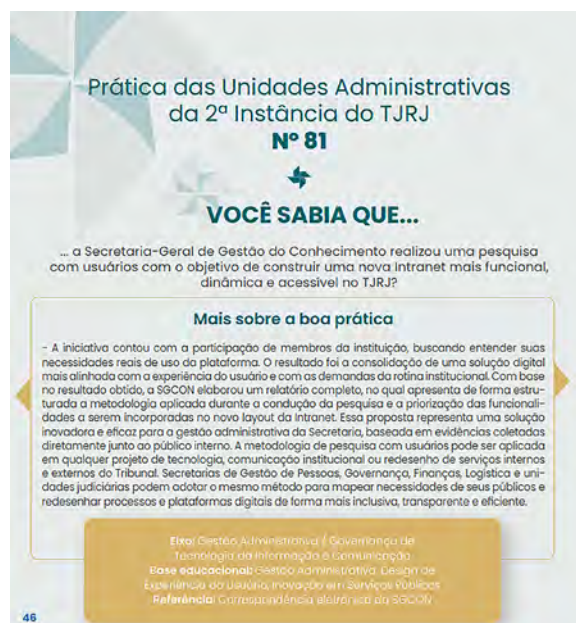
A disponibilização de totens digitais nos corredores do Fórum Central, iniciada em 2023, evoluiu e passou a integrar o portfólio de projetos estratégicos do Tribunal (GRP 110), com expansão prevista para todas as comarcas do PJERJ. A ampliação da iniciativa busca

fomentar a integração entre unidades, democratizar o acesso à informação e aprimorar a comunicação institucional, oferecendo uma alternativa moderna, sustentável e economicamente vantajosa em comparação aos cartazes impressos.

Outro projeto de destaque é a reformulação da intranet institucional, considerada uma das principais ferramentas de gestão do conhecimento em organizações públicas e privadas.



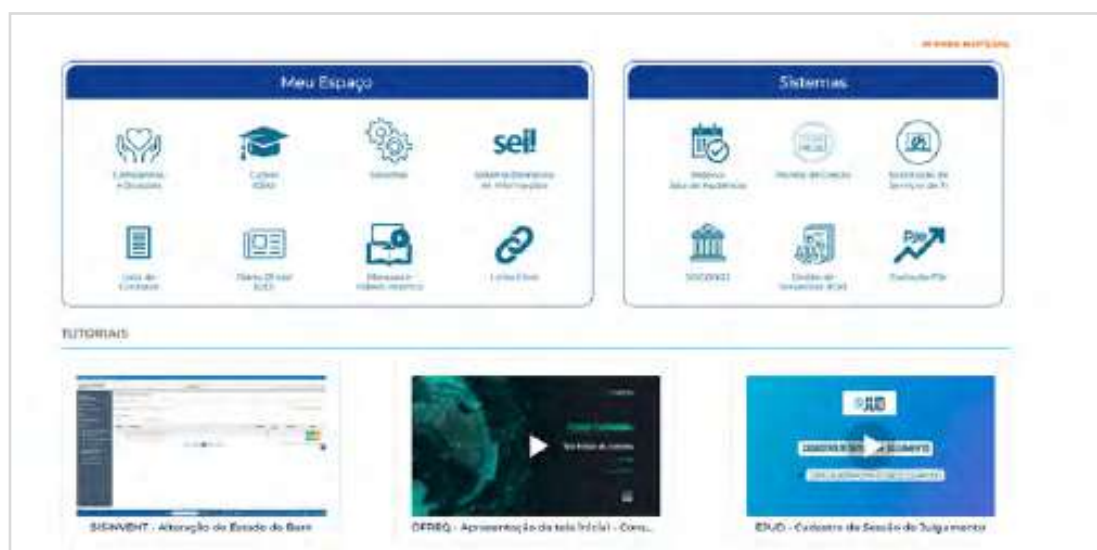
Nos meses de julho e agosto de 2025, foi realizada uma pesquisa de percepção com o público interno, com o objetivo de avaliar a aderência, a satisfação e as principais demandas relacionadas ao uso da intranet. A partir da análise das respostas, foi possível identificar padrões de navegação, temas de maior interesse e pontos de melhoria da versão atualmente em funcionamento. O levantamento foi reconhecido como uma iniciativa inovadora e eficiente, passando a compor o Banco de Boas Práticas das Unidades Administrativas da 2ª Instância do TJRJ.



Em paralelo, foram iniciadas as tratativas para implementação do *Single Sign-On* (SSO), recurso que permite o acesso ao portal interno sem a necessidade de realização de um novo login, proporcionando uma experiência mais prática e integrada aos usuários.

Atualmente, o projeto encontra-se na etapa de desenvolvimento de conteúdo e definição do novo layout, com previsão de lançamento no próximo ano. Entretanto, uma versão provisória da intranet já está disponível para todo o público interno do Judiciário flumi-

nense, oferecendo notícias atualizadas, informações institucionais e recursos essenciais para o dia a dia de magistrados, servidores e colaboradores.



Adicionalmente, encontra-se em andamento, em alinhamento ao Ato Executivo TJ nº 82/2025, o Projeto Estratégico “Aprimoramento da Difusão do Conhecimento”, no âmbito da Secretaria-Geral de Gestão do Conhecimento, cujo objetivo central consiste na modernização e ampliação dos canais internos de comunicação do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A iniciativa prevê a aquisição e instalação de 250 totens digitais LCD Indoor com rodízio, a serem distribuídos em todas as unidades do Poder Judiciário fluminense, garantindo capilaridade, padronização e agilidade na disseminação de informações institucionais.

O projeto atende diretamente às diretrizes estratégicas de fortalecimento da comunicação interna e de promoção do senso de pertencimento, permitindo que conteúdos relevantes sejam disponibilizados de forma dinâmica, remota e uniforme, alcançando magistrados, servidores, colaboradores e público frequentador dos fóruns. Entre os benefícios esperados destacam-se a ampliação da eficiência comunicacional, a redução do uso de

impressos e o suporte a iniciativas regionais, com possibilidade de personalização de conteúdos conforme demandas locais.

Ao longo de 2025, foram iniciadas as etapas de planejamento, mapeamento técnico e logístico dos prédios do PJERJ, desenho do processo de gestão de conteúdos, elaboração dos projetos de layout e infraestrutura, bem como o avanço do procedimento de aquisição dos equipamentos, conforme previsto no Plano de Gerenciamento do Projeto e no cronograma institucional. Também se estabeleceu a governança necessária para integração entre SG-CON, SGLOG, SGCOL, SGSEI e SGTEC, definindo responsabilidades e requisitos operacionais.

O projeto segue em andamento, visando a implantação física dos equipamentos, conforme o cronograma aprovado, com previsão de que todos os equipamentos estejam instalados até setembro de 2026.

Produção textual e fotográfica

Ciente da importância de manter um fluxo constante de informações atualizadas na intranet institucional, o DEDIF foi responsável pela elaboração de 100 matérias de interesse do público interno a partir de maio de 2025, das quais se destacam as seguintes:

MAIO

A banner with a red background. On the left, the text "COMUNICADO DO CNJ SOBRE PRAZOS PROCESSUAIS" is written in white, bold, uppercase letters. To the right of the text is a yellow triangular warning sign with a black exclamation mark. Further right is the CNJ logo, which consists of the letters "CNJ" in a stylized font, followed by the text "CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA" in a smaller font. Below the main text, there is a white box containing the text: "A partir de 16/5, todos os prazos processuais serão contados pela publicações no Diário de Justiça Eletrônico Nacional ou pelo Domicílio Judicial Eletrônico, sendo outras comunicações meramente informativas." At the bottom right of the white box, there is a red button with the text "clique aqui e saiba mais" in white.

27/05 – [CNJ alerta tribunais sobre novas regras de contagem de prazos processuais](#)

JUNHO



12/06 – [1º Encontro do Cedes aprova enunciados em 16 áreas do Direito](#)

AGOSTO

12/08 – [TJRJ disponibiliza pesquisa de opinião para criação da nova intranet](#)



20/08 – [TJRJ anuncia Prêmio Selo de Boas Práticas 2025](#)

SETEMBRO

18/09 – [TJRJ é o primeiro tribunal do país a conquistar o Selo Ouro no programa "Nós por Elas"](#)



23/09 – [Podcast Fórum Aberto celebra os 30 anos dos Juizados Especiais](#)

OUTUBRO

13/10 – [30 anos da Lei dos Juizados Especiais: juíza leiga e servidora comentam participação](#)



20/10 – [TJRJ lança guia prático para tratamento de demandas em saúde pública](#)



30/10 – [TJRJ promove Oficina de Design Thinking para soluções inovadoras em acessibilidade](#)

NOVEMBRO

04/11 – [3ª Mostra Artística e Literária do TJRJ celebra o poder transformador da arte e o talento do público interno](#)



07/11 – [Programa de Proteção Feminina capacita servidoras do TJRJ em técnicas de auto-defesa e prevenção à violência](#)



18/11 – [Uso da inteligência artificial no Judiciário é tema da nova edição do Pílulas do Conhecimento](#)



28/11 – [Dia Internacional da Segurança da Informação: tema é prioridade no TJRJ](#)

Matérias Intranet	2025
Maio	2
Junho	9
Julho	3
Agosto	15
Setembro	19
Outubro	27
Novembro	21
Dezembro	18

Além das matérias produzidas para a intranet, foram elaboradas 14 publicações para o site institucional, com destaque para o lançamento do novo Portal de Direito e Saúde e para os dois encontros promovidos pelo Centro de Estudos e Debates (CEDES) neste ano.



Reunião de apresentação do Portal do Direito e Saúde, agosto/2025



II Encontro do CEDES, novembro/2025

A equipe também atuou na revisão técnica e editorial de documentos estratégicos, como o Plano Pena Justa, o Guia Prático – Cumprimento de Decisões Judiciais em Saúde Pública e o livro comemorativo Centenário do Palácio da Democracia. Também foram realizados trabalhos de tradução, com destaque para as versões em inglês e espanhol da inscrição do projeto Bem-vindo ao Passado (SGCON/DEGEA) no programa *Memory of the World*, da UNESCO, contribuindo para a projeção internacional das iniciativas institucionais.



Outro projeto iniciado em 2025 foi o **boletim informativo mensal Justiça sem Barreiras**, desenvolvido em parceria com a Secretaria-Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS). O informativo foi concebido para ser acessível a todos os públicos, utilizando linguagem clara, recursos visuais adequados e informações organizadas de forma intuitiva. Seu objetivo é destacar ações, iniciativas e conquistas do TJRJ nas áreas de acessibilidade e inclusão.



Juntos pela Acessibilidade, Inclusão e Transformação!

Acessibilidade nos abre caminhos, inclusão nos aproxima, e a informação nos transforma.

DESTAQUES



TJRJ promove Oficina de Design Thinking para soluções inovadoras em acessibilidade

O Laboratório de Inovação do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o Ideário, promoveu uma imersão voltada à criação de soluções inovadoras em acessibilidade e inclusão com 12 servidores. A oficina utilizou metodologias de Design Thinking para estimular a colaboração, a empatia e o desenvolvimento de ideias aplicáveis ao dia a dia institucional.

ASSISTA AO VÍDEO INSTITUCIONAL



Dia Nacional do Idoso: residentes do Retiro dos Artistas visitam o Museu da Justiça

Os participantes viveram, com olhos atentos e corações abertos, a história do Judiciário fluminense. O ponto alto da visita foi a encenação no antigo plenário do Tribunal do Juri, onde a história tomou forma e, em um gesto de imersão, os idosos puderam caminhar pelas páginas da tempo, repletas de memórias e significados.



Glossário

Adaptações Razoáveis

Significado: alterações necessárias para garantir que pessoas com deficiência possam usufruir de seus direitos e participar plenamente.

Desenho Universal

Significado: é o conceito de projetar produtos, ambientes, serviços e comunicações para que todos possam usar, sem a necessidade de adaptação.

Tecnologia assistiva (ou ajuda técnica)

Significado: é um termo amplo que engloba produtos, recursos, serviços e estratégias que visam ampliar a funcionalidade e autonomia de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.



Você sabia?

Você sabia que o acompanhante de PCD tem direito à gratuidade em eventos culturais?

Art. 44 da LBI + decisões favoráveis em Juizados Especiais Cíveis

Você sabia que a curatela parcial protege a autonomia da pessoa com deficiência intelectual?

Art. 84 da LBI + Decisão do STJ (REsp 18232/8) – curatela limitada e proporcional

Você sabia que crianças com deficiência podem receber o Benefício da Prestação Continuada (BPC) mesmo com renda acima do critério?

Art. 20 da LOAS + STJ (entendimento sobre mínimo existencial e condição social)

Em complemento à produção textual, o DEDIF realizou a cobertura fotográfica de 127 eventos, totalizando 5.773 fotos em 2025.

Cobertura fotográfica (DEDIF) – 2025			
Jan	154	Jul	383
Fev	600	Ago	665
Mar	318	Set	820
Abr	515	Out	1.014
Mai	468	Nov	418
Jun	418	Dez	946

Outras atividades

O DEDIF também é responsável pela autorização da divulgação de cartazes físicos nas dependências do Fórum Central, bem como pela definição de seus respectivos prazos de circulação. Até novembro de 2025, um total de 5.377 cartazes foram carimbados e aprovados para afixação.

Adicionalmente, a movimentação de processos administrativos na unidade evidencia o elevado montante de solicitações recebidas ao longo do ano, reforçando o papel estratégico do DEDIF no suporte às áreas administrativas e na organização dos fluxos de informação no Tribunal.

Total de processos SEI movimentados (2025)	
DECOI/DEDIF	3.644
DIVIS/DIDEG	1.890
DIMAU	174
ATSIT	364

Finalmente, o DEDIF foi responsável pela elaboração e pelo envio de 454 e-mails de divulgação destinados ao público interno do PJERJ, assegurando que informações relevantes circulem de forma rápida, organizada e direcionada. Além das comunicações gerais, são enviados e-mails exclusivos aos magistrados, contendo conteúdos provenientes dos Tribunais Superiores, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ou da Administração Superior do PJERJ. Nessas situações, o envio é realizado mediante autorização do Gabinete do Juiz Auxiliar da Presidência (GBJAP) competente, garantindo conformidade institucional, precisão das informações e rigor no processo de comunicação oficial.

Envio de e-mails de divulgação (DEDIF/2025)			
Março	26	Agosto	33
Abril	36	Setembro	63
Maio	71	Outubro	64
Junho	45	Novembro	64
Julho	52	Dezembro	37

Mídia Audiovisual

A Divisão de Mídia Audiovisual (DIMAU) atua de forma estratégica na promoção e no fortalecimento da imagem institucional do Tribunal de Justiça. Para isso, a unidade desenvolve projetos audiovisuais e produz conteúdos que informam, engajam e refletem a essência do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Como uma das principais características dos produtos da DIMAU, pode-se destacar o comprometimento com a excelência, visando sempre atender às necessidades das unidades solicitantes ao entregar conteúdos dinâmicos e informativos, de forma versátil e objetiva.

Principais produtos

1) Pílulas do Conhecimento – [Assista aos episódios](#)

Implementado na atual gestão, o projeto “Pílulas do Conhecimento” foi desenvolvido pela SGCON a pedido do presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Couto de Castro. O objetivo do projeto é disseminar o conhecimento institucional produzido nas mais diversas áreas, servindo como uma ferramenta para que todos os integrantes do PJERJ conheçam melhor a instituição e se sintam efetivamente representados.

O projeto busca alcançar todas as unidades do Estado, garantindo capilaridade e ampla visibilidade às ações institucionais. Para isso, adotou-se o formato de vídeos curtos, elaborados a partir de conteúdos prospectados ou sugeridos por qualquer unidade do Tribu-

nal. Trata-se de um modelo dinâmico, acessível e ágil, que reforça a cultura colaborativa e aproxima a comunidade interna da produção de conhecimento do Judiciário fluminense.

- **Episódio 1 – [Teoria das Três Idades](#)**



O Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro conta com um acervo estimado de mais de 33 milhões de processos e documentos. Para gerenciar todo esse material, a equipe do Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos (DEGEA) utiliza modernas técnicas, como a Teoria das Três Idades, tema do primeiro episódio do Pílulas do Conhecimento.

- **Episódio 2 – [Boletim do Conhecimento](#)**



Produzido pelo Serviço de Difusão de Jurisprudência e Legislação (SEDIF), o Boletim do Conhecimento é sua fonte de informação jurídica atualizada, dinâmica e acessível. Saiba mais sobre a publicação no segundo episódio do Pílulas do Conhecimento.

• **Episódio 3 – [Inteligência Artificial no Judiciário](#)**



A terceira edição do Pílulas do Conhecimento combina cenas reais e animação para explorar uma questão cada vez mais urgente: a IA é ameaça ou aliada? Com uma abordagem acessível e visualmente envolvente, o episódio traduz conceitos técnicos – como IA generativa, redes neurais e prompt – em uma linguagem simples e compreensível ao público.

O vídeo também apresenta a Resolução nº 615/2025 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece diretrizes para o uso responsável, transparente e ético da inteligência artificial no sistema de Justiça.

2) TJRJ em Ação – [Assista aos episódios](#)

Apresentado em formato de plantão de notícias, o “TJRJ em Ação” é um veículo de reportagem quinzenal dedicado à divulgação dos acontecimentos mais recentes da instituição, veiculado no canal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no YouTube.

Por meio de uma comunicação transparente e objetiva – que inclui a cobertura dos principais eventos, a apresentação e divulgação de projetos e entrevistas com magistrados, servidores e colaboradores – o programa mantém o público informado sobre as atividades mais relevantes das últimas semanas, por intermédio de uma abordagem dinâmica e acessível.



TJRJ em Ação – 55º e 41º episódios

Em 2025, foram produzidos 18 episódios do TJRJ em Ação. A estimativa é de que o ciclo anual seja concluído com 20 programas até o mês de dezembro.

3) Relembrando Temas

O projeto “Relembrando Temas” foi concebido com o objetivo de ampliar o acesso e a compreensão das teses e entendimentos firmados pelos Tribunais Superiores (STF e STJ), por meio de vídeos curtos, elaborados com linguagem acessível, sem prejuízo da fundamentação técnico-jurídica e da fidelidade às fontes oficiais.

A iniciativa adota o formato Reels, amplamente difundido nos meios digitais contemporâneos, o que permite uma comunicação mais dinâmica, objetiva e alinhada aos hábitos atuais de consumo de conteúdo, ampliando o alcance e a efetividade da disseminação do conhecimento jurídico.

Até o momento, foram produzidos dois episódios, intitulados “Lei Seca” e “Heteroidentificação”, com previsão de lançamento em dezembro de 2025.

4) Produção de vídeos institucionais

O principal produto da Divisão são os vídeos institucionais, que desempenham papel fundamental na divulgação de ações, programas e iniciativas do Tribunal. Ao longo de 2025, foram produzidos 149 vídeos, abrangendo diferentes formatos e finalidades.

A seguir, apresentam-se alguns exemplos práticos de produções realizadas pela DIMAU:

- **Dia do Servidor**

Utilizando registros da rotina dos servidores, imagens aéreas feitas por drones e filmagens de ambientes do Tribunal, foi produzido um vídeo institucional para celebrar o Dia do Servidor Público, ressaltando a importância da atuação dos servidores para a concretização da missão da instituição, gerando a sensação de pertencimento e valorização do profissional.



Vídeo - Dia do Servidor

- **COAPS**

Em um vídeo inspiracional, jovens aprendizes relatam as mudanças significativas que o projeto trouxe para suas vidas. Por meio de depoimentos, ressaltam as oportunidades conquistadas, os caminhos que se abriram e a possibilidade de voltar a idealizar e realizar sonhos que pareciam distantes, evidenciando o impacto positivo da iniciativa, bem como a transformação pessoal, social e profissional de cada um.



Vídeo – COAPS

- **Projeto Ser e Conviver - Escola São Judas Tadeu**

Por meio de depoimentos e entrevistas com os participantes e organizadores do projeto de mediação escolar desenvolvido pelo TJRJ na Escola São Judas Tadeu, em Petrópolis, foi possível destacar a importância da mediação como ferramenta para construção de ambientes mais harmoniosos. Os relatos apresentados mostram como a mediação pode ser importante para a formação de uma sociedade mais equilibrada e colaborativa.



Vídeo - Projeto Ser e Conviver – Escola São Judas Tadeu

- **Programa de Segurança da Informação – Prevenção ao Vazamento de Credenciais e MFA**

Utilizando elementos visuais em motion design, o vídeo apresenta, de forma simples e prática, orientações sobre como evitar o vazamento de credenciais, além de reforçar a importância de adotar práticas seguras que fortalecem a proteção dos sistemas e previnem a exposição de dados e informações sigilosas.



Vídeo - Programa de Segurança da Informação Prevenção ao Vazamento de Credenciais e MFA

5) Tutoriais

Como parte do compromisso desta Divisão, destaca-se também a produção de vídeos tutoriais de forma periódica, objetivando informar e ensinar sobre os sistemas destinados aos magistrados e servidores do Tribunal. Como exemplo, pode-se mencionar os projetos SISINVENT, OFREQ, EPROC e EJUD.

Em 2025, foram contabilizados mais de 50 vídeos tutoriais produzidos pela DIMAU.



Vídeo Tutorial - Minuto Eproc - “Criação de Preferências para conclusão ao juiz”.

6) Cobertura audiovisual

Reforçando o compromisso com a transparência na divulgação de informações, a Divisão de Mídia Audiovisual se faz presente nos principais eventos do Tribunal, realizando a cobertura e produzindo material de divulgação.

Ao longo de 2025, foram registradas mais de 100 coberturas de eventos, iniciativas e projetos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.



Cobertura da cerimônia de posse de novos desembargadores para o TJRJ em Ação #55

7) Gestão e atualização de totens digitais para divulgação institucional

Como aliado na comunicação visual, textual e audiovisual do Tribunal, o Departamento dispõe de com totens digitais distribuídos em pontos estratégicos (térreo, 4º andar, 10º andar e térreo do Centro Administrativo), atuando como agentes facilitadores na disseminação de informações relevantes de forma prática e dinâmica.



Totem digital localizado no térreo do Fórum Central

Durante o ano de 2025, esta Divisão disponibilizou mais de 20 totens para a cobertura de eventos do Tribunal, garantindo apoio visual e informativo às ações institucionais. Além disso, realizou a atualização estratégica, sob demanda, de vídeos e imagens utilizados na divulgação de iniciativas, projetos e eventos do PJERJ.

Vídeos institucionais – DIMAU (2025)											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
4	13	11	29	28	28	27	23	12	28	23	21

Assessoria Especial de Cerimonial

Ao longo do ano de 2025, a Assessoria Especial de Cerimonial desempenhou papel central no planejamento, organização, coordenação, supervisão e execução das solenidades institucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Em consonância com suas atribuições, a unidade atuou de forma integrada na condução de atos oficiais e na consolidação da imagem institucional do Poder Judiciário fluminense, no alinhamento dos processos de trabalho com a realidade das mídias digitais, sem deixar de respeitar os protocolos públicos.

As atividades desenvolvidas abrangeram a realização de posses de magistrados e servidores, inaugurações e instalações de serventias, homenagens, cerimônias de abertura de congressos, seminários, encontros e ações sociais, entrega de comendas e honrarias, lançamentos de programas, assinaturas de convênios, visitas oficiais, reuniões institucionais, sessões solenes e eventos comemorativos, demonstrando a amplitude e a diversidade do trabalho executado. Cada uma delas demandou planejamento prévio, definição de precedência, atendimento a autoridades, elaboração de roteiros, envio de convites digitais, gerenciamento das confirmações de presença e supervisão da execução protocolar, assegurando que todas as etapas observassem rigidamente as normas oficiais do Tribunal de Justiça.

Além disso, a ASCER atuou na orientação técnica a unidades internas; na gestão orçamentária das cerimônias; na pesquisa e supervisão de fornecedores; na organização de almoxarifado de materiais utilizados em eventos e do estoque de diplomas, medalhas e afins, na produção de materiais gráficos, como prismas, cartões de assentos, fichas, convites, cardápios e livretos; no processamento dos dados cadastrais de autoridades federais, estaduais e municipais no sistema de banco de dados; no acompanhamento da logística de recepção, atendimento e posicionamento das autoridades convidadas, garan-

tindo padrão elevado de qualidade e eficiência. Destaca-se, ainda, o esforço permanente em promover práticas sustentáveis, a busca por otimização de recursos e a garantia da acessibilidade ao eliminar barreiras, por meio da adaptação de espaços, roteiros e uso de tecnologias assistivas.

Ao longo do ano de 2025, a Assessoria Especial de Cerimonial atuou em mais de uma centena de cerimônias institucionais, internas e externas. A diversidade temática evidencia a amplitude de atuação do Tribunal de Justiça e o seu papel essencial. O conjunto dos 100 principais eventos realizados ao longo do ano, apresentado a seguir em ordem cronológica, reflete o compromisso da Assessoria em assegurar que cada cerimônia institucional seja conduzida com excelência e rigor técnico, em alinhamento às diretrizes estratégicas da Administração Superior.

JANEIRO

- 21 – Cerimônia de Instalação da 9ª e 10ª Câmaras de Direito Público.
- 21 – Cerimônia de Instalação do Observatório Penal.
- 22 – Encontro do Presidente com Autoridades.
- 27 – Solenidade de Posse no Cargo de Desembargador.
- 28 – Cerimônia de Instalação do III Juizado Especial Cível da Barra da Tijuca.
- 29 – Cerimônia de Instalação da 1ª Vara Especializada em Pessoas Idosas.
- 30 – Posse dos Magistrados designados para as Turmas Recursais.

FEVEREIRO

- 3 – Apresentação da Ferramenta Assis para o Segundo Grau de Jurisdição.
- 3 – Apresentação do Projeto de Revitalização do Museu da Justiça.
- 4 – Cerimônia de Instalação da 1ª Vara da Família, Infância, Juventude e Idoso de Saquarema.
- 7 – Sessão Solene de Posse da Nova Administração do Tribunal de Justiça.

MARÇO

- 10 – Distribuição de Flores em Homenagem ao Dia Internacional da Mulher.
- 10 – Cerimônia de Entrega da Medalha de Honra da Magistratura Fluminense.
- 20 – Encontro do Presidente com Autoridades.
- 20 e 21 – Seminário Nacional para Reformulação da Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário.
- 21 – Encontro do Presidente com Prefeitos e Procuradores.
- 21 – Cerimônia de Nomeação da Sala do Cartório do Distribuidor, Contador e Partidor do Fórum da Comarca de Miracema.
- 24 – Cerimônia de Entrega da Medalha de Honra da Magistratura Fluminense.
- 26 – Sessão Solene de Posse dos Novos Dirigentes do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

ABRIL

- 1 – Encontro do Presidente com Autoridades.
- 2 – Reunião com Desembargadores das Câmaras de Direito Privado.
- 3 – Encontro do Presidente com Autoridades.
- 3 – Abertura do Congresso de Oficiais de Justiça.
- 3 – Assinatura do Acordo de Cooperação com o TRF/2ª Região e o TRT/1ª Região.
- 4 – Workshop da Justiça Itinerante para Juízes Vitaliciandos.
- 7 – Cerimônia de Entrega da Medalha de Honra da Magistratura Fluminense.
- 9 – Cerimônia de Designação de Novos Residentes de Direito.
- 10 – Semana Nacional da Saúde: “Pessoa em Situação de Rua e Acesso à Saúde: Desafios e Experiências”.
- 14 – Encontro do Presidente com Autoridades.
- 28 – Cerimônia de Entrega da Medalha de Honra da Magistratura Fluminense.
- 29 – 516ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- 29 e 30 – Reunião Técnica da Câmara Nacional de Gestores de Precatórios.

MAIO

- 13 – Encontro do Presidente com Autoridades.
- 18 – Abertura dos Trabalhos do Exame Nacional da Magistratura 2025.
- 20 – Encontro do Presidente com Autoridades.
- 22 – Encontro do Presidente com Autoridades.
- 23 – Solenidade de Posse no Cargo de Desembargador.
- 23 – Reunião com Juízes das Varas Cíveis da Comarca da Capital.
- 26 – Cerimônia de Entrega da Medalha de Honra da Magistratura Fluminense.
- 27 – Celebração da Páscoa da Justiça.
- 29 – Encontro do Presidente com Autoridades.

JUNHO

- 2 – Solenidade de Posse no Cargo de Desembargador.
- 5 – Visita ao Fórum da Comarca de Maricá.
- 12 – Cerimônia de Aposição de Retrato na Galeria da 3ª Vice-Presidência.
- 13 – Inauguração da Fachada da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.
- 16 – 3ª Reunião Negocial do Sistema e-Proc.
- 23 – Solenidade de Posse no Cargo de Desembargador.
- 25 – Reunião com Juízes com Competência Criminal.

JULHO

- 10 – Cerimônia de Instalação da 1ª Vara das Garantias.
- 14 – Cerimônia de Entrega da Medalha de Honra da Magistratura Fluminense.
- 15 – Cerimônia de Instalação do VIII Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Regional Leopoldina.

- 18 – Reunião da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar com os Prefeitos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro.
- 18 – Encontro do Presidente com Autoridades.
- 21 – Reunião com Desembargadores das Câmaras Criminais.
- 28 – Cerimônia de Entrega da Medalha de Honra da Magistratura Fluminense.

AGOSTO

- 5 – Encontro do Presidente com Autoridades.
- 11 – Solenidade de Posse de Remoção de Juízes de Direito.
- 15 – Encontro do Presidente com Autoridades.
- 18 – Solenidade de Posse no Cargo de Desembargador.
- 18 – Lançamento do Programa Rio Lilás.
- 19 – Assinatura do Ato de Instalação do CIPOP-Rua no Município de Niterói.

SETEMBRO

- 1 – “Diálogos da Magistratura” com o Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- 1 – Lançamento de Livro.
- 12 – Seminário Interinstitucional “Justiça e Inclusão em Movimento: 10 anos da Lei Brasileira de Inclusão”.
- 15 – Lançamento de Livro.
- 17 – Reunião com Desembargadores Aposentados.
- 17 – Encontro do Presidente com Autoridades.
- 17 – Nomeação da Sala Amaerj “Desembargador Roberto Luis Felinto de Oliveira”.
- 18 – Cerimônia de Aposição de Retrato na Galeria dos Corregedores-Gerais da Justiça.
- 22 – Cerimônia de Entrega do 14º “Prêmio Patrícia Acioli”.
- 22 – Terceiro Fórum Fluminense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
- 23 – Cerimônia de Instalação da 5ª Vara de Garantias no Fórum da Comarca de Campos dos Goytacazes.
- 24 – Abertura da Ação Social em alusão ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.
- 25 – 6º Encontro Nacional de Mediação.

OUTUBRO

- 1 – Solenidade de Posse dos Juízes Aprovados no L Concurso da Magistratura.
- 2 – Reunião com os novos Juízes e Integrantes da Banca Examinadora.
- 3 – Projeto Mentres Literárias.
- 6 – Encontro do Presidente com os Juízes dos Tribunais do Júri.
- 9 e 10 – Evento “30 anos da Lei dos Juizados Especiais Cíveis”.
- 13 – Reunião com Desembargadores do Tribunal Pleno.
- 15 – Cerimônia de Instalação da 2ª Vara das Garantias no Fórum de Niterói.
- 15 – Evento “Sustentabilidade no dia a dia”.
- 16 – Encontro do Presidente com Autoridades.

- 21 – IV Encontro Nacional da Rede Nacional de Recuperação de Ativos.
- 23 – Cerimônia de Nomeação do Fórum da Comarca de Rio Claro.
- 27 – Apresentação da Ferramenta Assis.
- 29 a 31 – 96º Encontro Nacional dos Corregedores e 8º Fórum Fundiário Nacional.

NOVEMBRO

- 3 – Solenidade de Posse no Cargo de Desembargador.
- 10 – Apresentação da Ferramenta Assis.
- 11 – Inauguração da Central de Audiência de Custódia de Benfica.
- 18 – Segundo Encontro do Centro de Estudos e Debates.
- 24 – Solenidade de Posse de Remoção de Juízes de Direito.

DEZEMBRO

- 8 – Solenidade de Outorga das Condecorações do “Colar do Mérito Judiciário”.
- 9 – Instalação da 4ª Vara das Garantias no Fórum da Comarca de Volta Redonda.
- 10 – Cerimônia de Abertura da Ação Social “Justiça para a Pessoa Idosa”.
- 11 – Os Núcleos da Justiça 4.0 e a Efetividade da Justiça Contemporânea.
- 15 – Solenidade de Posse de Remoção de Juízes de Direito.
- 16 – Sessão de Posse dos Dirigentes do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.
- 17 – Cerimônia de Entrega do Prêmio Selo de Boas Práticas do Tribunal de Justiça.
- 18 – Encontro do Presidente com os Desembargadores.

Registraram-se 14 sessões de posse; 15 cerimônias de instalação, nomeação ou inauguração; 12 solenidades de entrega de comendas, prêmios ou homenagens; 10 aberturas oficiais de congressos, seminários ou ações sociais; 9 lançamentos ou apresentações; 19 encontros promovidos pela Presidência ou por órgãos do Tribunal, e outros 21 eventos diversos. Esta Assessoria é composta por unidades que atuam de maneira integrada na execução das atividades institucionais:

A Divisão de Acessibilidade e Protocolo, que assegura a observância das normas protocolares, da precedência de autoridades e das ações voltadas à acessibilidade; a Assistência Fotográfica, responsável pelo registro oficial das cerimônias, da revelação de arquivos fotográficos e da confecção de placas de homenagem e molduras para retratos; a Assistência de Redação Protocolar, encarregada da elaboração de documentos, correspondências, ofícios, cartões de congratulações, pêsames e agradecimentos, roteiros de cerimônias e comunicações oficiais, tais como avisos fúnebres; e a Assistência Operacional, que apoia diretamente a organização logística, montagem e desmontagem de ambientes, acompanhamento operacional dos eventos, além da atuação como Mestre de Cerimônias. Essa estrutura permite que a unidade execute, de forma coesa e eficiente, todas as etapas envolvidas na realização das solenidades do Tribunal de Justiça.

Cabe ressaltar que o Ato Normativo TJ nº 2/2025 estabeleceu critérios e procedimentos para o uso dos espaços internos e externos destinados à realização de eventos no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, disciplinando desde a submissão dos pedidos

até a autorização e a articulação entre os diversos setores envolvidos. No âmbito das responsabilidades distribuídas, o texto normativo incluiu o cerimonial entre as unidades que devem ser acionadas pelos solicitantes para tratar das demandas específicas de preparação das cerimônias, assegurando a conformidade com os padrões adotados. Dessa forma, o ato reforça o papel estruturante do cerimonial na preservação da qualidade e da identidade institucional dos eventos promovidos pelo Poder Judiciário fluminense.

Também no ano de 2025, foi implementado o novo **Sistema Cerimonial Web**, ferramenta desenvolvida para modernizar e unificar os processos internos relacionados ao gerenciamento de dados de autoridades, magistrados, órgãos e eventos institucionais. O sistema substituiu a antiga versão desktop e introduziu uma plataforma totalmente online, acessível pelo Portal, oferecendo navegação intuitiva, maior usabilidade e ampla capacidade de controle e atualização de informações. A solução permite realizar cadastros completos, editar dados, gerenciar convites, controlar presença, emitir relatórios e organizar todos os elementos essenciais ao planejamento e à execução das cerimônias. Além disso, centraliza rotinas como geração de modelos padronizados e envio automático de convites, proporcionando segurança, rastreabilidade, significativa otimização do fluxo de trabalho e um avanço estrutural na gestão das cerimônias e fortalecimento da governança institucional.



Manual do usuário Cerimonial Web 1.1

No exercício de 2025, a Assessoria Especial de Cerimonial alcançou desempenho máximo no Índice Geral de Governança (IGG), registrando 100% de atendimento aos requisitos avaliados pela Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance. Esse resultado posicionou a ASCER em 1º lugar no Ranking de Governança 2025 do Gabinete da Presidência e Unidades Assemelhadas. A pontuação atesta a maturidade dos processos internos, a aderência às normas e diretrizes de governança, a eficiência na tramitação e gestão documental, bem como a conformidade das práticas de planejamento, execução e monitoramento das atividades. O reconhecimento reforça o compromisso da unidade com a melhoria contínua, a transparência, a padronização dos procedimentos e a excelência na entrega dos serviços estratégicos sob sua responsabilidade.

A ASCER teve ainda participação destacada na conquista, pelo TJRJ, do Selo Linguagem Simples 2025 do Conselho Nacional de Justiça. A unidade, em conjunto com outras três, contribuiu com a inscrição do ato normativo que disciplina o cerimonial, demonstrando a adoção efetiva de linguagem simples nos atos e comunicações oficiais. O Ato Normativo nº 34/2023 estabeleceu um conjunto abrangente de normas de cerimonial a serem observadas em todas as solenidades institucionais do Judiciário fluminense, inclusive o incentivo à brevidade de pronunciamentos e criação de protocolos que evitem, sempre que possível, formalidades excessivas. Tais práticas ampliaram a clareza e a compreensão das orientações protocolares, consolidando uma cultura de comunicação mais empática e próxima da sociedade.

O **Ato Normativo do Cerimonial** disciplinou desde o planejamento e a condução de posses, inaugurações, homenagens, condecorações e eventos solenes, até aspectos como precedência de autoridades, organização do espaço, convites, recepção, trajes, composição de mesas, ritos formais e procedimentos de comunicação institucional. Também definiu a responsabilidade do cerimonial na orientação protocolar, na condução das autoridades, na elaboração de roteiros e na preservação da liturgia institucional, reforçando sua função estratégica para a imagem do Tribunal de Justiça. Trata-se de um marco normativo que consolidou práticas antes dispersas, conferiu maior transparência e racionalizou processos, proporcionando maior segurança administrativa e previsibilidade às unidades envolvidas.



Selo CNJ de Linguagem Simples e Ato Normativo do Cerimonial

O ano também foi marcado pela aprovação do Projeto Estratégico “Acessibilidade em Eventos e Cerimônias Institucionais”, e pela elaboração do respectivo Protocolo de Acessibilidade, documento estruturante que passou por estudo técnico, análise normativa e revisão especializada, assegurando que as diretrizes estabelecidas refletissem padrões de acessibilidade arquitetônica, comunicacional, tecnológica e atitudinal. Após as validações necessárias, o protocolo foi finalizado e encaminhado para publicação, ampliando sua disseminação entre as unidades envolvidas no planejamento e execução das cerimônias, constituindo referência tanto para o Tribunal quanto para outras instituições e demais cerimonialistas.



Cada Detalhe Conta para Incluir — Protocolo de Acessibilidade em Eventos e Cerimônias

Em 2025, 90% dos eventos foram executados com recursos de acessibilidade, resultado que marca um progresso expressivo em relação aos 55% registrados no ano anterior. Esse desempenho permitiu cumprir integralmente a meta estabelecida para dezembro, evidenciando a evolução das práticas adotadas e reforçando o compromisso institucional com a cultura da inclusão e com a melhoria contínua.

Por fim, a Assessoria Especial de Cerimonial registrou 461 respostas a convites protocolares, desempenho que demonstra a continuidade do fortalecimento das relações institucionais do Tribunal de Justiça com órgãos públicos, entidades da sociedade civil e demais instituições. Considerando esse total anual, a média mensal de respostas alcançou aproximadamente 38,4 solicitações atendidas por mês, superando o volume registrado em 2024 (274 no ano, média mensal de 22,8). O resultado evidencia maior integração institucional, agilidade na tramitação das correspondências oficiais e aprimoramento dos fluxos internos que apoiam a Presidência na interlocução com outras organizações. Esses números revelam um avanço consistente nas práticas de comunicação protocolar e refletem o comprometimento da unidade com a efetividade no atendimento das demandas institucionais.

Assessoria Especial de Eventos

A Assessoria Especial de Eventos (ASEVE) foi criada pela Resolução OE nº 03/2025, que aprovou a nova Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, e entrou em vigor em 12/02/2025, com efeitos a contar de 07/02/2025. Até então, suas atribuições eram desempenhadas pelo extinto Departamento de Cerimonial e Eventos da Presidência do Tribunal de Justiça, cujas competências possuíam escopo mais amplo. A Assessoria Especial de Eventos compreende a Divisão de Logística e Divulgação, a Assistência de Passagens Aéreas e a Assistência Administrativa, na forma do artigo 20 da Resolução OE nº 03/2025.

Compete à ASEVE, no âmbito de suas atribuições, o planejamento, supervisão, coordenação e execução dos eventos institucionais e das solenidades oficiais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, conforme disposto no Ato Normativo nº 34/2023. Ressalte-se que a realização dessas atividades envolve a necessária interface com outras unidades, em especial com a Assessoria Especial de Cerimonial, em razão das diversas atribuições inerentes à organização de eventos e solenidades.

No ano de 2025, foram realizados os eventos institucionais do Poder Judiciário Fluminense, na forma do Ato Normativo nº 34/2023, abaixo relacionados:

1. Sessão Solene de Posse da Administração Superior do Tribunal de Justiça

Para a realização da Sessão Solene do Tribunal Pleno destinada à solenidade de posse da Administração Superior do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, realizada no dia 07 de fevereiro de 2025, o então Departamento de Cerimonial e Eventos da Presidência do Tribunal de Justiça, no âmbito de suas atribuições, adotou as providências cabíveis. Na ocasião, foram empossados o Presidente, Excelentíssimo Senhor Desembargador Doutor Ricardo Couto de Castro; o Corregedor-Geral da Justiça, Excelentíssimo Senhor Desembargador Doutor Cláudio Brandão de Oliveira; a Primeira Vice-Presidente, Excelentíssima Senhora Desembargadora Doutora Suely Lopes Magalhães; a Segunda Vice-Presidente, Excelentíssima Senhora Desembargadora Doutora Maria Angélica Guimarães Guerra Guedes; e o Terceiro Vice-Presidente, Excelentíssimo Senhor Desembargador Doutor Heleno Ribeiro Pereira Nunes; o Diretor-Geral da Escola da Magistratura do Estado de Rio de Janeiro, Excelentíssimo Senhor Desembargador Doutor Cláudio Luis Braga Dell’Orto; bem como os Desembargadores eleitos para as vagas eletivas do Órgão Especial, para o biênio 2025/2026. A sessão solene ocorreu no Plenário Ministro Waldemar Zveiter, seguida de coquetel no Salão Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos.

2. Solenidade de posse no cargo de Desembargador

A Assessoria Especial de Eventos, no âmbito de suas atribuições, deflagrou as providências necessárias ao adequado andamento de 4 (quatro) solenidades de posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, em sessão do Órgão Especial, no Plenário Ministro Waldemar Zveiter, todas seguidas de coquetel no Salão Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos, a saber: solenidade realizada no dia 02 de junho de 2025, referente à posse dos Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito Doutores Cláudia Maria de Oliveira Motta, Antonio da Rocha Lourenço Neto, Flavio Itabaiana de Oliveira Nicolau e Simone de Araújo Rolim (SEI nº 2025-06272375); solenidade realizada no dia 23 de junho de 2025, referente a posse dos Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito Doutores Marcelo Almeida de Moraes Marinho e Márcio Quintes Gonçalves (SEI nº 2025-06284367); solenidade realizada no dia 18 de agosto de 2025, referente a posse dos Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito Doutores Carlos Fernando Potyguara Pereira e Regina Helena Fábregas Ferreira (SEI 2025-06304284); e solenidade realizada no dia 03 de novembro de 2025, referente a posse dos Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito Doutores Rossidéllo Lopes da Fonte, Alessandro Oliveira Felix e Ana Paula Monte Figueiredo Pena Barros (SEI 2025-06506939).

Insta salientar que a solenidade de posse no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, realizada no dia 27 de janeiro de 2025, dos Excelentíssimos Senhores Doutores Carlos Alberto Menezes Direito Filho, Juan Luiz Souza Vazquez, Guilherme Braga Peña de Moraes e Fernando Marques de Campos Cabral Filho (SEI 2025-06002684), esteve a cargo do então Departamento de Cerimonial e Eventos da Presidência do Tribunal de Justiça, que atuou no âmbito de suas atribuições.

3. Solenidade de Posse de Juízes

A Assessoria Especial de Eventos, no âmbito de suas atribuições, deflagrou as providências necessárias ao adequado andamento da solenidade de posse dos Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito aprovados no L Concurso, realizada no dia 1º de outubro de 2025, em sessão do Órgão Especial, no Plenário Ministro Waldemar Zveiter (SEI 2025-06379194).

Cabe salientar que a solenidade de posse dos Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito para compor as Turmas Recursais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública, no biênio 2025/2026, realizada no dia 30 de janeiro de 2025, no Salão Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos (SEI 2025-06007766), esteve a cargo do então Departamento de Cerimonial e Eventos da Presidência do Tribunal de Justiça, que atuou no âmbito de suas atribuições.

4. Cerimônia de Promoção e Remoção de Juízes

A Assessoria Especial de Eventos, no âmbito de suas atribuições, deflagrou as providências necessárias ao adequado andamento de 2 (duas) cerimônias de posse por remoção dos Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito, em solenidade realizada no Salão Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos, a saber: cerimônia realizada no dia 11 de agosto de 2025, referente à posse dos Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito Removidos, conforme Edital nº 10/2025 (SEI 2025-06304263); e cerimônia realizada no dia 15 de dezembro de 2025, referente à posse dos Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito Removidos, conforme Edital nº 21/2025 (SEI 2025-06542794).

5. Celebração da Páscoa da Justiça

A Assessoria Especial de Eventos, no âmbito de suas atribuições, prestou apoio logístico e executou gestão operacional necessária à realização da Missa da Páscoa da Justiça.

A celebração ocorreu no dia 27 de maio de 2025, no Salão Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos, sendo a Missa presidida pelo Eminentíssimo Senhor Cardeal Orani João Tempesta, Arcebispo Metropolitano de São Sebastião do Rio de Janeiro. Na ocasião, houve a apresentação do Coral Amigos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Ao término da celebração, foi oferecido um coquetel de confraternização aos presentes (SEI 2025-06254376).

6. Comemoração do Dia da Justiça

A Assessoria Especial de Eventos, no âmbito de suas atribuições, prestou apoio logístico e realizou gestão operacional necessária à comemoração do Dia da Justiça, ocorrida em 8 de dezembro de 2025, ocasião em que houve a entrega do Selo Ouro do Instituto Nós

por Elas ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e a solenidade de outorga das condecorações do Colar do Mérito Judiciário, ambas realizadas no Plenário Ministro Waldemar Zveiter.

7. Solenidade de outorga do Colar do Mérito Judiciário

A Assessoria Especial de Eventos, no âmbito de suas atribuições, coordenou a logística e a gestão operacional necessária à realização da solenidade de outorga das condecorações do Colar do Mérito Judiciário ocorrida no Dia da Justiça, dia 8 de dezembro de 2025, em cerimônia efetuada no Plenário Ministro Waldemar Zveiter. Na ocasião, foram agraciadas 76 (setenta e seis) personalidades que, direta ou indiretamente, prestaram relevantes serviços à Cultura Jurídica e ao Judiciário Fluminense (SEI 2025-06542572).

As comendas foram entregues aos agraciados pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Doutor Ricardo Couto de Castro, Presidente do Tribunal de Justiça; pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Doutor Cláudio Brandão de Oliveira, Corregedor-Geral da Justiça; pela Excelentíssima Senhora Desembargadora Doutora Suely Lopes Magalhães, Primeira Vice-Presidente; pela Excelentíssima Senhora Desembargadora Doutora Maria Angélica Guimarães Guerra Guedes, Segunda Vice-Presidente; e pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Doutor Heleno Ribeiro Pereira Nunes, Terceiro Vice-Presidente.

A cerimônia contou com a participação da Banda do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, responsável pela execução do Hino Nacional; dos Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, que conduziram as condecorações; e da Orquestra Juvenil da Ação Social pela Música do Brasil, que se apresentou ao final do evento.

Ao término da solenidade, os convidados foram recepcionados no Salão Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos para o coquetel de confraternização.

8. Solenidade de entrega da Medalha de Honra da Magistratura Fluminense

A Medalha de Honra da Magistratura Fluminense foi instituída com o objetivo de homenagear os Meritíssimos Magistrados que se aposentam por implemento da idade, ou após 30 anos de efetivo exercício na carreira da Magistratura deste Estado, em reconhecimento à sua dedicação ao Poder Judiciário, na forma da Resolução nº 8/2008, com redação alterada pela Resolução TJ/OE nº 33/2025.

A Assessoria Especial de Eventos, no âmbito de suas atribuições, coordenou a logística necessária à realização da solenidade de entrega da Medalha de Honra da Magistratura Fluminense. No período, foram realizadas 7 (sete) solenidades de entrega da comenda.

Nesse contexto foram agraciados, em sessão do Órgão Especial, no Plenário Ministro Waldemar Zveiter, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Doutores Fernando Antônio de Almeida, em 10 de março de 2025; José Carlos Varanda e José Carlos Maldonado de Carvalho, em 24 de março de 2025; Nagib Slaib Filho, em 7 de abril de 2025; Luiz Felipe Miranda de Medeiros, em 26 de maio de 2025; Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo, em 14 de julho de 2025; e Fernando Foch de Lemos Arigony da Silva, em 28 de julho de 2025.

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Doutor Juarez Fernandes Folhes recebeu a comenda na sessão do Conselho da Magistratura, realizada em 28 de abril de 2025.

9. Inauguração, denominação de Fórum ou instalação de serventias

A Assessoria Especial de Eventos, no âmbito de suas atribuições, coordenou a logística necessária à realização da cerimônia de instalação das seguintes serventias: VIII Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Regional Leopoldina da Comarca da Capital, em 15 de julho de 2025 (SEI nº 2025-06295916); 1ª Vara das Garantias da Comarca da Capital, em 10 de julho de 2025 (SEI nº 2025-06294093); 5ª Vara das Garantias da Comarca de Campos dos Goytacazes, realizada em 23 de setembro de 2025 (SEI nº 2025-06326430); 2ª Vara das Garantias, sediada na Comarca de Niterói, realizada em 15 de outubro de 2025 (SEI nº 2023-06125681); e 4ª Vara das Garantias da Comarca de Volta Redonda, realizada em 9 dezembro de 2025 (SEI nº 2025-06558996).

Destaca-se que foi realizada em 11 de novembro de 2025 a inauguração das novas instalações da Central de Audiência de Custódia de Benfica (SEI nº 2025-06535191).

A ASEVE prestou apoio logístico à cerimônia de nomeação do Fórum da Comarca de Rio Claro, que passou a ser denominado Fórum Juiz de Direito Osmar Barros Penna, realizada em 23 de outubro de 2025 (SEI nº 2025-06514334).

Cabe salientar que esteve a cargo do então Departamento de Cerimonial e Eventos da Presidência do Tribunal de Justiça, que atuou no âmbito de suas atribuições, a cerimônia de instalação das seguintes serventias: 9ª e 10ª Câmaras de Direito Público, em 21 de janeiro de 2025 (SEI nº 2025-06002659); III Juizado Especial Cível da Barra da Tijuca, em 28 de janeiro de 2025; 1ª Vara Especializada em Pessoas Idosas da Comarca da Capital, em 29 de janeiro de 2025 (SEI nº 2025-06007735); e 1ª Vara da Família, Infância, Juventude e Idoso da Comarca de Saquarema, em 4 de fevereiro de 2025.

De igual maneira, coube ao então Departamento de Cerimonial e Eventos da Presidência do Tribunal de Justiça, no âmbito de suas atribuições, a coordenação das seguintes atividades: cerimônia de inauguração do Observatório Penal no Presídio Frederico Marques, em 21 de janeiro de 2025 (SEI nº 2025-06005961); encontro com o Presidente e autoridades, em 22 de janeiro de 2025, no Salão Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos; reunião da equipe do sistema eproc, no Salão Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos, em 28 de janeiro de 2025; apresentação da Ferramenta Assis para o segundo grau de jurisdição, em 3 de fevereiro de 2025; e apresentação do Projeto de Revitalização do Museu, em 4 de fevereiro de 2025.

Além dos eventos institucionais do Poder Judiciário Fluminense, acima elencados, a Assessoria Especial de Eventos também possui atribuição de planejar e organizar eventos em geral, com foco em logística e gestão operacional voltadas a públicos diversificados e contextos menos formais, tais como seminários, palestras, congressos, encontros, visitas

aos núcleos regionais, lançamento de livro, reuniões e confraternizações, na forma da Resolução OE nº 03/2025.

Dentro deste escopo, acrescentam-se as demais atividades desenvolvidas no ano de 2025, no âmbito das atribuições desta Assessoria, reiterando-se que as ações desempenhadas guardam estreita relação com a Assessoria Especial de Cerimonial, além de apresentarem interface com outras unidades administrativas deste Tribunal.

A Assessoria Especial de Eventos, no âmbito de suas atribuições, prestou apoio logístico aos seguintes eventos:

- Celebração do Dia Internacional da Mulher, realizada no dia 10 de março de 2025. A ação constituiu na entrega simbólica de flores às mulheres que adentraram nas dependências deste Tribunal de Justiça (SEI nº 2025-06113040);
- Seminário Nacional para Reformulação da Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário, no Auditório Desembargador Antonio Carlos Amorim, nos dias 20 e 21 de março de 2025 (SEI nº 2025-06086694);
- Sessão Solene de Posse dos Novos Dirigentes do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, realizada no Plenário Ministro Waldemar Zveiter, em 26 de março de 2025 (SEI nº 2025-06236136);
- Audiências realizadas pela Presidência deste Tribunal, no Salão Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos: Audiência Especial com Prefeitos e Procuradores, em 21 de março de 2025 (SEI nº 2025-06239788); Audiência de Dissídio de Greve, em 27 de março de 2025; Audiência Especial, em 9 de abril de 2025 (SEI nº 2025-06249678); e Audiência Especial com Suspensão de Liminar, em 14 de maio de 2025 (SEI nº 2025-06262860);
- Reuniões de grande porte, cuja relevância demanda esforços conjuntos, a saber: 516ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no Salão Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos, em 29 de abril de 2025 (SEI nº 2025-06251084); 3ª Reunião Negocial do Sistema eproc, no Auditório Desembargador Paulo Roberto Leite Ventura, localizado na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, em 16 de junho de 2025 (SEI nº 2025-06265181); e reunião da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar com os Prefeitos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, no Auditório Desembargador Antonio Carlos Amorim, em 18 de julho de 2025;
- Cerimônia de assinatura do Acordo de Cooperação entre este Tribunal de Justiça, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região e o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, realizada em 3 de abril de 2025, no Gabinete da Presidência;
- Workshop da Justiça Itinerante para os Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito vitaliciandos, realizado em 4 de abril de 2025, no Salão Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos (SEI nº 2025-06234629);
- Reunião Técnica da Câmara Nacional de Gestores de Precatórios, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, nos dias 29 e 30 de abril de 2025, atuando em diversas

etapas, desde o apoio na confecção de materiais e no credenciamento até as atividades internas e externas (SEI nº 2025-06233852);

- Lançamento do Programa Rio Lilás, no Auditório Desembargador Antonio Carlos Amorim, em 18 de agosto de 2025;
- Cerimônia de assinatura do Ato de Instalação do Centro Integrado de Atendimento à População de Rua (CIPOP-Rua) no Município de Niterói, realizada em 19 de agosto de 2025, no Salão Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos (SEI nº 2025-06308815);
- Diálogos da Magistratura, encontro histórico entre a Magistratura do Estado do Rio de Janeiro e o então Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Excelentíssimo Senhor Ministro Doutor Luís Roberto Barroso, realizado no Auditório Desembargador Antonio Carlos Amorim, em 1º de setembro de 2025 (SEI 2025-06315421);
- III Fórum Fluminense de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (FOVID/RJ), no Auditório Desembargador Nelson Ribeiro Alves, em 22 de setembro de 2025 (SEI nº 2025-06312182);
- Solenidade de premiação da 14ª edição do Prêmio AMAERJ Patrícia Acioli de Direitos Humanos, realizada no 1º Tribunal do Júri, no Museu da Justiça, em 22 de setembro de 2025;
- Sessão Solene de eleição e posse da nova administração do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, realizada no Plenário Ministro Waldemar Zveiter, seguida de coquetel no Salão Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos, em 16 de dezembro de 2025 (SEI nº 2025-06570194).

A Assessoria Especial de Eventos, no âmbito de suas atribuições, prestou apoio logístico e realizou a gestão operacional necessária à realização dos seguintes eventos:

- Encontros Institucionais conduzidos pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Doutor Ricardo Couto de Castro, Presidente do Tribunal de Justiça, com autoridades representantes de diversos órgãos públicos e da sociedade civil, realizados no Salão Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos, ocorridos nos dias: 18 de março de 2025 (SEI nº 2025-06238970); 20 de março de 2025 (SEI nº 2025-06239766); 1º de abril de 2025 (SEI nº 2025-06244974); 3 de abril de 2025 (SEI nº 2025-06244982); 13 de maio de 2025 (SEI nº 2025-06265694 e SEI nº 2025-06262843); 20 de maio de 2025 (SEI nº 2025-06262871); 22 de maio de 2025 (SEI nº 2025-06262894); 29 de maio de 2025 (SEI nº 2025-06270270); 18 de julho de 2025 (SEI nº 2025-06297423); 5 de agosto de 2025 (SEI nº 2025-06300914); 15 de agosto de 2025 (SEI nº 2025-06310015); 27 de agosto de 2025 (SEI nº 2025-06308828); 2 de setembro de 2025 (SEI nº 2025-06316362); 3 de setembro de 2025 (SEI nº 2025-06315428); 18 de setembro de 2025 (SEI nº 2025-06315428); 16 de outubro de 2025 (SEI nº 2025-06511030); e 12 de dezembro de 2025 (SEI nº 2025-06569943).
- Encontros Institucionais conduzidos pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Doutor Ricardo Couto de Castro, Presidente do Tribunal de Justiça, com os Meritíssimos Magistrados deste Tribunal, no Salão Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos, a saber: encontro com os Excelentíssimos Senhores Desembargadores das Câ-

maras de Direito Privado, no dia 2 de abril de 2025 (SEI nº 2025-06247357); encontro com os Excelentíssimos Senhores Desembargadores, no dia 14 de abril de 2025 (SEI nº 2025-06247104); encontro com os Excelentíssimos Senhores Desembargadores das Câmaras Criminais, no dia 21 de julho de 2025 (SEI nº 2025-06297614); encontro com os Excelentíssimos Senhores Desembargadores aposentados, no dia 17 de setembro de 2025 (SEI nº 2025-06320496); encontro com os Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito aprovados no L Concurso, no dia 2 de outubro de 2025 (SEI nº 2025-06362289); encontro com os Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito dos Tribunais do Júri, no dia 6 de outubro de 2025 (SEI nº 2025-06355453); encontro com os Excelentíssimos Senhores Desembargadores do Tribunal Pleno, no dia 13 de outubro de 2025 (SEI nº 2025-06506721); e encontro com os Excelentíssimos Senhores Desembargadores, no dia 18 de dezembro de 2025 (SEI nº 2025-06574106).

- Reuniões realizadas pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Doutor Ricardo Couto de Castro, Presidente do Tribunal de Justiça, com os Meritíssimos Magistrados e servidores deste Tribunal, a saber: reunião com os Excelentíssimos Senhores Juízes Auxiliares da Presidência e os Secretários-Gerais, no Salão Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos, em 31 de março de 2025 (SEI nº 2025-06244933); reunião com os Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito Titulares e em exercício nas Varas Cíveis da Comarca da Capital, no Auditório Desembargador Antonio Carlos Amorim, em 23 de maio de 2025 (SEI nº 2025-06269768); e reunião com os Excelentíssimos Senhores Juízes de Direito das Varas com competência criminal, das Varas Criminais Especializadas e dos Juizados de Violência Doméstica contra a Mulher do Estado do Rio de Janeiro, no Auditório Desembargador José Navega Cretton, em 25 de junho de 2025 (SEI nº 2025-06286849);
- Visita institucional do Excelentíssimo Senhor Desembargador Doutor Ricardo Couto de Castro, Presidente do Tribunal de Justiça, e demais autoridades ao Fórum da Comarca de Maricá, em 5 de junho de 2025 (SEI nº 2025-06275153);
- Cerimônia de inauguração da fachada da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, em 13 de junho de 2025;
- Realização do Projeto Mentres Literárias, do Conselho Nacional de Justiça, cuja ação foi desenvolvida neste Estado da Federação, no âmbito da Cadeia Pública Crispim Ventino. Previamente ao evento, foi realizada visita técnica ao local no dia 30 de setembro de 2025, e o evento ocorreu no dia 3 de outubro de 2025 (SEI nº 2025-06311800);
- Apresentação da Ferramenta Assis, no Plenário Ministro Waldemar Zveiter, nos dias 27 de outubro e 10 de novembro de 2025 (SEI 2025-06536536).
- Cerimônia de outorga do Prêmio Selo de Boas Práticas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, realizada no Auditório Desembargador José Navega Cretton, em 18 de dezembro de 2025 (SEI 2025-06534991).

A Assessoria Especial de Eventos também atuou, no âmbito de suas atribuições, assessorando na cerimônia de abertura de eventos institucionais, bem como daqueles que contaram com a participação direta ou indireta deste Tribunal de Justiça, a saber:

- Congresso Estadual dos Oficiais de Justiça do TJRJ 2025, realizado em 03 de abril de 2025, no Auditório Desembargador Antonio Carlos Amorim;
- Trabalhos referentes à aplicação do Exame Nacional da Magistratura, realizado em 18 de maio de 2025, no Salão Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos;
- Seminário Interinstitucional em alusão ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, realizado em 12 de setembro de 2025, no Plenário Ministro Waldemar Zveiter (SEI nº 2025-06297555);
- 6º Encontro Nacional de Mediação, realizado em 25 de setembro de 2025, no Auditório Desembargador Antonio Carlos Amorim (SEI nº 2025-06314813);
- Evento “Juizados Especiais: 30 Anos da Lei 9.099/95 - Histórico, Avanços e Perspectivas”, realizado no Auditório Desembargador Antonio Carlos Amorim, no dia 9 de outubro de 2025 (SEI nº 2025-06309068);
- IV Encontro Nacional de Recuperação de Ativos - RECUPERA, realizado em 21 de outubro de 2025, no Plenário Ministro Waldemar Zveiter (SEI nº 2025-06310273);
- 96º Encontro Nacional de Corregedoras e Corregedores da Justiça do Brasil e do 8º Fórum Fundiário Nacional, realizado no Plenário Ministro Waldemar Zveiter, no dia 29 de outubro de 2025 (SEI nº 2025-06287328);
- Ação Social em alusão ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, realizada no térreo, lâmina III, do Fórum Central, no dia 24 de setembro de 2025 (SEI nº 2025-06323818);
- 39º Curso Oficial de Formação Inicial de Magistrados, realizado no Auditório Desembargador Paulo Roberto Leite Ventura, localizado na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, no dia 6 de outubro de 2025;
- 2º Encontro do Centro de Estudos e Debates (CEDES) deste Tribunal, realizado em Mangaratiba, no período de 17 a 20 de novembro de 2025;
- Ação Social “Justiça para a Pessoa Idosa”, realizada na Rua Dom Manuel, s/n, térreo, no dia 10 de dezembro de 2025.

A Assessoria Especial de Eventos atuou, no âmbito de suas atribuições, na aposição do retrato do Excelentíssimo Senhor Desembargador Doutor José Carlos Maldonado de Carvalho, na Galeria de Retratos dos Terceiros Vice-Presidentes, em 12 de junho de 2025 (SEI nº 2025-06273485), bem como do retrato do Excelentíssimo Senhor Desembargador Doutor Marcus Henrique Pinto Basílio, na Galeria de Retratos da Corregedoria Geral da Justiça, em 18 de setembro de 2025 (SEI nº 2025-06314659).

Também coordenou a logística dos eventos de lançamento de livros de autoria de autoridades, realizados no Salão Desembargador José Joaquim da Fonseca Passos, a saber: o livro “Ativismo Judicial, Judicialização e Autocontenção nas Cortes Brasileira e Portuguesa”, de autoria da Excelentíssima Senhora Desembargadora Doutora Helda Lima Meireles, em 1º de setembro de 2025 (SEI nº 2025-06314722); e o livro “O Direito da Concorrência na Era das Big Tech”, de autoria do Excelentíssimo Senhor Juiz Auxiliar da Presidência Doutor Bruno Vinícius da Rós Bodart da Costa, em 15 de setembro de 2025 (SEI nº 2025-06314981).

A Assessoria Especial de Eventos, no âmbito de suas atribuições, prestou apoio logístico e realizou gestão operacional à Corregedoria Geral de Justiça para a realização do 96º Encontro Nacional de Corregedoras e Corregedores da Justiça do Brasil e do 8º Fórum Fundiário Nacional, sediado neste Tribunal de Justiça, atuando em diversas etapas, desde pesquisa do receptivo que melhor atenderia às expectativas dos responsáveis pelo evento, até apoio na confecção de materiais, no credenciamento e nas atividades internas e externas. O evento foi realizado no Plenário Ministro Waldemar Zveiter, no período compreendido entre os dias 29 e 31 de outubro de 2025 (SEI nº 2025-06287328).

Também prestou assessoramento, no âmbito de suas atribuições, no evento “Juizados Especiais: 30 Anos da Lei 9.099/95 - Histórico, Avanços e Perspectivas”, realizado pela Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no Auditório Desembargador Antonio Carlos Amorim, nos dias 9 e 10 de outubro de 2025 (SEI nº 2025-06309068).

A Assessoria Especial de Eventos, no âmbito de suas atribuições, prestou apoio logístico ao Seminário “A Diplomacia Brasileira na Elaboração do Direito Internacional”, realizado em conjunto com o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Ministério das Relações Exteriores (MRE), a Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ), a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e o Instituto Rio Branco (IRBR), no Palácio Itamaraty, no dia 8 de dezembro de 2025 (SEI nº 2025-06558864).

A Assessoria Especial de Eventos, no âmbito de suas atribuições, prestou apoio logístico à realização de audiência pública em cumprimento à determinação do Supremo Tribunal Federal na ADPF 635/RJ, realizada no dia 19 de dezembro de 2025, coordenada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, no Auditório Desembargador Antonio Carlos Amorim (SEI nº 2025-06573857).

Importante frisar que, desde o mês de setembro de 2025, a Assessoria Especial de Eventos vem realizando pesquisa de satisfação com o público atendido, com o objetivo de qualificar os eventos e cerimônias institucionais realizados, bem como aprimorar continuamente o serviço prestado.

Além disso, as atribuições da Assessoria Especial de Eventos abarcam outras demandas, destacando-se a necessidade de realização de contratação para aquisição de medalhas destinadas a novas condecorações, por meio da modalidade de dispensa de licitação em razão do baixo valor, a saber: “Medalha de Honra da Magistratura Fluminense” e “Colar do Mérito Judiciário”, tendo em vista a insuficiência de estoque existente à época.

Tal procedimento foi formalizado por meio do SEI nº 2025-06274478. Neste interregno, foi igualmente deflagrado procedimento de compra (SEI nº 2025-06547308) para aquisição de pesos de papel em acrílico cristal, com medalha do TJRJ embutida, com a finalidade de possibilitar que o Excelentíssimo Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no exercício de suas atribuições, possa agraciar convidados que compareçam a cerimônias ou eventos promovidos por este Tribunal, bem como homenagear anfitriões que o recebam em ocasiões oficiais, mediante entrega de uma lembrança oficial do TJRJ.

Nesse viés, considerando que a Assessoria Especial de Eventos é responsável pela operacionalização de reserva e emissão de passagens aéreas, por intermédio da Assistência de Passagens Aéreas, observadas as regras contidas na Resolução OE nº 06/2025, que dispõe sobre a concessão de passagens, faz-se necessário apresentar breve relato acerca dessa atividade.

O Contrato nº 003/0739/2023, firmado entre este Tribunal e a Empresa Aires Turismo Ltda., alcançou seu término em 12 de novembro de 2025. Em continuidade à prestação do serviço, foi celebrado o Contrato nº 003/573/2025 com a empresa Brematur Assessoria em Viagens Personalizadas Ltda, para prestação de serviços de agenciamento de transporte aéreo doméstico e internacional.

O referido contrato contempla atividades de reserva, emissão, marcação, remarcação ou emissão de Prepaid Ticket Advice - PTA (autorização de transporte de passageiros), e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas no âmbito nacional e internacional, para o deslocamento de membros da Administração Superior do TJRJ; de magistrados; de servidores do quadro de pessoal do TJRJ; de servidores públicos sem vínculo funcional com o TJRJ, mas vinculados à administração pública, na condição de colaboradores; e de pessoas físicas que, sem vínculo com o serviço público, sejam convidadas de forma eventual a prestar colaboração de natureza técnica especializada ou participar de evento de interesse do TJRJ, na condição de colaboradores eventuais, pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar de 24 de setembro de 2025.

Em 2025, observou-se um aumento no quantitativo de passagens aéreas emitidas, em comparação ao ano anterior, fato que se insere no novo perfil institucional adotado pela Administração Superior, empossada em 07/02/2025, marcada pela intensificação da presença do E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no cenário nacional e internacional

Por fim, importa registrar que, no corrente ano, foi colocado em uso o Sistema Cerimonial Web, em substituição ao Sistema Cerimonial Produção, para atendimento às demandas da Assessoria Especial de Eventos e da Assessoria Especial de Cerimonial. O referido sistema tem por finalidade controlar os Órgãos e as Autoridades participantes dos eventos e cerimônias promovidos ou dos quais o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro participe como convidado, bem como permitir a consulta, edição, inclusão e exclusão de dados pertinentes às Autoridades, Meritíssimos Magistrados e seus cônjuges.

À guisa de conclusão, as atividades desenvolvidas pela Assessoria Especial de Eventos ao longo do exercício de 2025 evidenciam o compromisso permanente com o planejamento, a coordenação e a execução de eventos institucionais pautados pela excelência, contribuindo para o fortalecimento da imagem institucional. Nesse sentido, a atuação desta Assessoria orienta-se pela busca de reconhecimento como referência na organização de eventos institucionais, com foco na inovação, na transparência e no alinhamento aos valores que norteiam o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Assuntos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

- Apoio prestado pela Assessoria aos assuntos do CNJ no ano de 2025:
- Foram movimentados para processamento, resposta e/ou informações 4897 processos, incluídos os processos em curso e os novos. Desse total, foram autuados 253 novos processos;
- 107 Processos ajuizados no CNJ pelo PJe;
- 51 Processos ajuizados no CNJ pelo PJeCor
- Arquivamento/Conclusão de 1985 processos administrativos, que cumpriram sua finalidade e/ou tiveram seu arquivamento definitivo determinado pelo CNJ no procedimento próprio do Conselho, gerador de nosso PA;
- Foram elaboradas 4278 informações, despachos e decisões.

Realização do L Concurso para ingresso na Magistratura de Carreira

- No ano de 2025, o TJRJ planejou, organizou e executou o L Concurso para ingresso na Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro a partir da segunda etapa, exceto a aplicação das provas dessa fase. O certame teve 3.282 (três mil duzentos e oitenta e dois) inscritos, dos quais foram habilitados 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) candidatos para a prova discursiva, 88 (oitenta e oito) candidatos para as provas de sentença Penal e Cível, 32 (trinta e dois) candidatos para a inscrição definitiva e 30 (trinta) candidatos para a prova oral. Ao final, foram aprovados 30 (trinta) candidatos.
- Durante a realização do concurso, foram lançadas pela ASMAG, em sistema próprio do Tribunal, as seguintes quantidades de notas por prova:
- Prova Discursiva: 10.500 notas (420 candidatos presentes × 25 questões);
- Provas de Sentença: 316 notas (79 candidatos presentes × 4 notas por candidato);
- Prova Oral: 420 notas (30 candidatos presentes × 14 notas por candidato).
- Na terceira etapa do concurso, foram autuados 31 (trinta e um) processos de inscrição definitiva, mediante processamento e conferência da documentação apresentada por cada candidato. Nesta etapa, foram verificados mais de 713 (setecentos e treze) documentos (mínimo de 23 documentos obrigatórios por candidato), além dos comprobatórios para pontuação dos títulos.
- Foram realizadas 6 (seis) sessões públicas para divulgação dos resultados das provas e dos julgamentos dos recursos.
- Todos os atos relacionados ao certame — editais de convocação dos candidatos para participar das etapas, dos resultados de prova e avisos — foram publicados no DJERJ, totalizando 29 (vinte e nove) editais e 22 (vinte e dois) avisos.

Segue a relação dos editais publicados:

Editais Publicados do L Concurso para Ingresso na Magistratura do TJRJ		
Data da Publicação	Títulos dos Editais	
25/09/2025	Edital Nº 29/2025	Classificação Final e Resultado Definitivo do Concurso
22/09/2025	Edital Nº 28/2025	Resultado Preliminar da Avaliação dos Títulos
	Edital Nº 27/2025	Resultado Definitivo da Prova Oral
08/09/2025	Edital Nº 26/2025	Resultado da Inscrição Definitiva e Convocação para Prova Oral
26/08/2025	Edital Nº 25/2025	Divulgação dos Pontos da Prova Oral e Locais de Aplicação
13/08/2025	Edital Nº 24/2025	Resultado Definitivo das Provas de Sentença Cível e Penal após Julgamento dos Recursos e Convocação para a Inscrição Definitiva
29/07/2025	Edital Nº 23/2025	Resultado Preliminar das Provas de Sentença Cível e Penal (Etapa Discursiva) Candidatos(as) Habilitados(as) para a Inscrição Definitiva
11/06/2025	Edital Nº 22/2025	Convocação para as Provas de Sentença Cível e Penal com a Informação do Local de Aplicação e as Instruções
05/06/2025	Edital Nº 21/2025	Divulgação do Resultado do Julgamento dos Recursos Primeira Prova Escrita (Etapa Discursiva)
05/05/2025	Edital Nº 20/2025	Resultado da Primeira Prova Escrita (Etapa Discursiva)
03/04/2025	Edital Nº 19/2025	Habilitação e Convocação para a Segunda Etapa do Certame Sub Judice
31/03/2025	Edital Nº 18/2025	Convocação para a Primeira Prova Escrita (Etapa Discursiva) com a Informação do Local de Aplicação e as Instruções
25/03/2025	Edital Nº 17/2025	Relação Nominal dos(as) Candidatos(as) Habilitados(as) para a Primeira Prova Escrita por Local de Prova
12/03/2025	Edital Nº 16/2025	Convocação para a Primeira Prova Escrita (Etapa Discursiva) com a Informação do Local de Aplicação e as Instruções
	Edital Nº 15/2025	Resultado Definitivo do Procedimento de Heteroidentificação e Julgamento dos Recursos
25/02/2025	Edital Nº 14/2025	Resultado da Verificação Presencial (2ª Etapa) do Procedimento de Heteroidentificação
18/02/2025	Edital Nº 13/2025	Resultado da Verificação Fotográfica (1ª Etapa) e Convocação para a Verificação Presencial (2ª Etapa)
14/02/2025	Edital Nº 12/2025	Divulgação do Resultado Final da Prova Objetiva
	Edital Nº 11/2025	Divulgação do Gabarito Definitivo da Prova Objetiva edital

Data da Publicação	Títulos dos Editais	
14/01/2025	Edital Nº 10/2025	Divulgação do Gabarito da Prova Objetiva
10/01/2025	Edital Nº 09/2025	Rerratificação do Edital Nº 06/2025 - Convocação Sub Judice para a Prova Objetiva
	Edital Nº 08/2025	Convocação Sub Judice para a Prova Objetiva
09/01/2025	Edital Nº 07/2025	Relação Nominal por Intervalo dos(dos) Candidatos(as) Convocados e Respektivos Locais de Prova (Aplicação da Prova Objetiva em 12/01/2025)
	Edital Nº 06/2025	Relação Nominal dos(das) Candidatos(as) Convocados e Respektivos Locais de Prova (Aplicação da Prova Objetiva em 12/01/2025)
08/01/2025	Edital Nº 05/2025	Resultado da Análise dos Recursos Interpostos Contra a Não Efetivação da Inscrição Preliminar
20/12/2024	Edital Nº 04/2024	Convocação para a Prova Objetiva Com as Informações dos Locais de Aplicação e as Instruções
05/12/2024	Edital Nº 03/2024	Relação Nominal dos(ds) Candidatos(as) Inscritos(as) no-Certame
	Edital Nº 02/2024	Resultado do Julgamento dos Recursos Contra o Indeferimento de Inscrição Preliminar nas Vagas Reservadas e de Condição Especial para Realização da Prova
28/11/2024	Edital Nº 01/2024	Resultado da Análise dos Requerimentos de Inscrição Preliminar nas Vagas Reservadas e de Condição Especial para Realização da Prova Objetiva

Realização dos Procedimentos de Heteroidentificação do TJRJ para o ENAM e ENAC

- No ano de 2025, o TJRJ organizou e realizou 4 (quatro) procedimentos de Heteroidentificação para os Exames Nacionais, sendo 2 (dois) para os Exames Nacionais da Magistratura, 3º ENAM (2025.1), 4º ENAM (2025.2) e 2 (dois) para os Exames Nacionais dos Cartórios, 1º ENAC (2025.1) e 2º ENAC (2025.2).
- Os procedimentos de heteroidentificação do TJRJ para o 3º e 4º ENAM tiveram a participação de 281 (duzentos e oitenta e um) e 304 (trezentos e quatro) candidatos, respectivamente, que se autodeclararam negros (pretos ou pardos) nos exames para concorrerem às vagas reservadas às pessoas negras.
- Para os 1º e 2º ENAC, participaram, respectivamente, 61 (sessenta e um) e 29 (vinte e nove) candidatos dos procedimentos de heteroidentificação realizados pelo Tribunal.
- Nesses procedimentos, foram analisados pela ASMAg o total de 4.050 (quatro mil e cinquenta) documentos, conforme relação que se segue:
 - 3º ENAM (2025.1): $281 \text{ (candidatos)} \times 6 \text{ (documentos para análise)} = 1.686$;
 - 4º ENAM (2025.2): $304 \text{ (candidatos)} \times 6 \text{ (documentos para análise)} = 1.824$;
 - 1º ENAC (2025.1): $61 \text{ (candidatos)} \times 6 \text{ (documentos para análise)} = 366$;
 - 2º ENAC (2025.2): $29 \text{ (candidatos)} \times 6 \text{ (documentos para análise)} = 174$.

- Os atos relacionados aos procedimentos de heteroidentificação — editais de convocação, de resultado das verificações fotográfica, presencial e recursal, e os avisos — foram publicados no DJERJ, sendo 5 (cinco) editais e 1 (um) aviso no 3º ENAM; 6 (seis) editais e 1 (um) aviso no 4º ENAM; 5 (cinco) editais no 1º ENAC; e 5 (cinco) editais e 1 (um) aviso no 2º ENAC.

Segue a relação dos editais publicados:

Editais Publicados do Procedimento de Heteroidentificação TJRJ – 3º Exame Nacional da Magistratura (ENAM 2025.1)

Data da Publicação	Títulos dos Editais	
16/04/2025	Edital Nº 05/2025	Resultado Definitivo do Procedimento de Heteroidentificação - Julgamento dos Recursos
07/04/2025	Edital Nº 04/2025	Resultado da Verificação Presencial (2ª Etapa) do Procedimento de Heteroidentificação
01/04/2025	Edital Nº 03/2025	Convocação para a Verificação Presencial - 2ª Etapa do Procedimento de Heteroidentificação
24/03/2025	Edital Nº.02/2025	Resultado da Verificação Fotográfica (1ª Etapa) e Convocação para a Verificação Presencial (2ª Etapa)
18/02/2025	Edital Nº. 01/2025	Procedimento de Heteroidentificação do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Editais Publicados do Procedimento de Heteroidentificação TJRJ – 4º Exame Nacional da Magistratura (ENAM 2025.2)

Data da Publicação	Títulos dos Editais	
16/09/2025	Edital Nº 06/2025	Resultado Definitivo do Procedimento de Heteroidentificação Julgamento dos Recursos
08/09/2025	Edital Nº 05/2025	Resultado da Verificação Presencial (2ª Etapa) do Procedimento de Heteroidentificação em 05/09/2025
02/09/2025	Edital Nº 04/2025	Resultado da Verificação Presencial (2ª Etapa) do Procedimento de Heteroidentificação em 29/08/2025
27/08/2025	Edital Nº 03/2025	Convocação para a Verificação Presencial - 2ª Etapa do Procedimento de Heteroidentificação
20/08/2025	Edital Nº 02/2025	Resultado da Verificação Fotográfica (1ª Etapa) e Convocação para a Verificação Presencial (2ª Etapa)
11/07/2025	Edital Nº 01/2025	Procedimento de Heteroidentificação do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Editais Publicados do Procedimento De Heteroidentificação TJRJ – 1º Exame Nacional dos Cartórios (ENAC 2025.1)

Data da Publicação	Títulos dos Editais	
16/04/2025	Edital N° 05/2025	Resultado Definitivo do Procedimento de Heteroidentificação Julgamento dos Recursos
31/03/2025	Edital N° 04/2025	Resultado da Verificação Presencial (2ª Etapa) do Procedimento de Heteroidentificação
26/03/2025	Edital N° 03/2025	Convocação para a Verificação Presencial - 2ª Etapa do Procedimento de Heteroidentificação.
18/03/2025	Edital N° 02/2025	Resultado da Verificação Fotográfica (1ª Etapa) e Convocação para a Verificação Presencial (2ª Etapa)
30/01/2025	Edital N° 01/2025	Procedimento de Heteroidentificação do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Editais Publicados do Procedimento De Heteroidentificação TJRJ – 2º Exame Nacional dos Cartórios (ENAC 2025.2)

Data da Publicação	Títulos dos Editais	
16/09/2025	Edital N° 05/2025	Resultado Definitivo do Procedimento de Heteroidentificação - Julgamento dos Recursos
08/09/2025	Edital N° 04/2025	Resultado da Verificação Presencial (2ª Etapa) do Procedimento de Heteroidentificação em 05/09/2025
02/09/2025	Edital N° 03/2025	Resultado da Verificação Presencial (2ª Etapa) do Procedimento de Heteroidentificação em 29/08/2025
20/08/2025	Edital N° 02/2025	Resultado da Verificação Fotográfica (1ª Etapa) e Convocação para a Verificação Presencial (2ª Etapa)
18/07/2025	Edital N° 01/2025	Procedimento de Heteroidentificação do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Atuação dos colegiados administrativos

Os Órgãos Colegiados Administrativos, compostos por membros com experiência distinta relacionada à temática pertinente à sua atribuição, atuam, em auxílio à Presidência do TJERJ, no alcance dos objetivos estratégicos traçados pela Alta Administração para o biênio 2025-2026, tais como: a promoção da responsabilidade socioambiental, com a implementação de pilotos tecnológicos e estruturação de políticas permanentes de sustentabilidade e neutralidade climática; o aprimoramento da infraestrutura e dos equipamentos de TI e dos sistemas institucionais, como o incremento da implantação do sistema eproc e a implementação de ambiente de aplicações com proteção contra ataques cibernéticos; atualização da rotina de sessão virtual consoante previsto na Resolução CNJ nº 591/2024;

a ampliação das políticas de priorização das atividades de 1º Grau; a adoção de métodos autocompositivos na resolução de conflitos de interesse em procedimentos apuratórios; o aprimoramento do modelo de gestão das Execuções Fiscais; entre outros.

Este Tribunal de Justiça encerrou suas atividades no exercício de 2025 contabilizando a existência de 113 (cento e treze) Colegiados Administrativos instituídos pela Presidência, incluindo 22 (vinte e dois) Grupos de Trabalho e 01 (uma) Subcomissão, excetuando-se as representações em 40 (quarenta) colegiados externos.

Em posse dos indicadores trimestrais do ano de 2025, produzidos pela Divisão de Análise de Atos Formais (GABPRES/DEACO/DIATO), observou-se que, desde a primeira medição ocorrida ao final do primeiro trimestre até a última medição efetuada no mês de dezembro, houve um aumento significativo no percentual da participação dos Órgãos Colegiados na Gestão Administrativa do Tribunal, qual seja: de 51% para 69,03%. Tal evolução retrata o ritmo de atuação positivo nas atividades, e, por conseguinte, no alcance dos objetivos.

Por fim, insta salientar que, atualmente, as reuniões dos Colegiados ocorrem de forma híbrida, ou seja, presencialmente ou remotamente, na medida da necessidade do TJRJ ou da conveniência das comissões.

Movimentação de Magistrados - 2025 Editais

- 001/2025 – Remoção de Desembargador;
- 002/2025 – Remoção de Desembargador;
- 003/2025 – Plantão Noturno – maio a agosto de 2025;
- 004/2025 – Central de Audiências de Custódia – Campos dos Goytacazes e Volta Redonda – maio a agosto de 2025;
- 005/2025 – Remoção de Desembargador;
- 006/2025 – Remoção de Desembargador;
- 007/2025 – Promoção de Desembargador;
- 008/2025 – Remoção de Desembargador;
- 009/2025 – Promoção de Desembargador;
- 010/2025 – Remoção Segunda Entrância;
- 011/2025 – Remoção de Desembargador;
- 012/2025 – Remoção Desembargador;
- 013/2025 – Promoção de Desembargador;
- 014/2025 – Plantão Noturno – setembro a dezembro de 2026;
- 015/2025 – Central de Audiências de Custódia – Campos dos Goytacazes e Volta Redonda – setembro a dezembro de 2026;
- 016/2025 – 8º Núcleo de Justiça 4.0;
- 017/2025 – 9º Núcleo de Justiça 4.0;
- 018/2025 – Núcleo de Justiça 4.0 – Suplentes;
- 019/2025 – Remoção de Desembargador;
- 020/2025 – Promoção de Desembargador;
- 021/2025 – Remoção Segunda Entrância;
- 022/2025 – Remoção de Desembargador;
- 023/2025 – Promoção Desembargador;
- 024/2025 – Núcleo de Justiça 4.0 – Suplentes;

- 025/2025 – Plantão Noturno – janeiro a abril de 2026;
- 026/2025 – Central de Audiências de Custódia – Campos dos Goytacazes e Volta Redonda – janeiro a abril de 2026;
- 027/2025 – 10º Núcleo de Justiça 4.0;
- 028/2025 – 11º Núcleo de Justiça 4.0;
- 029/2025 – Plantão Noturno Recesso;
- 030/2025 – 12º Núcleo de Justiça 4.0;
- 031/2025 – Plantão Noturno – janeiro a abril de 2026.

Quantitativo de cargos existentes, providos e vagos na carreira da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 2025.

Estatística de Cargos de Magistrados						
Filtro: TODOS	Exist.	Ocupad.	Vagos	P.inst.	Homem	Mulher
Categoria						
Tribunal de Justiça	210	210	0	0	132	78
Segunda Entrância (Capital)	158	137	20	1	56	80
Segunda Entrância Regional (Capital)	126	112	12	2	47	65
Segunda Entrância (Interior)	239	216	15	8	110	106
Segunda Entrância - Antiga 2 Entrância	91	79	9	3	41	38
Segunda Entrância - Antiga 1 Entrância	38	32	5	1	19	13
Primeira Entrância	49	0	49	0	0	0
Regional da Capital	69	63	6	0	26	37
Reg. Jud. Especial (2 Ao 7 Grupo)	4	3	1	0	3	0
Regional do Interior (Antiga 1 Reg. Jud)	5	3	2	0	1	2
Substituto	50	30	20	0	17	12
Região Judiciária:	9	-	-	-	-	-
Total Juízes Segunda Entrância:	-	645	-	-	303	341
Total Geral:	1039	885	139	15	452	431

Observação: o Sistema Histórico de Magistrados – SHM foi migrado para o GPES- WEB, restando melhorias a serem implementadas no novo sistema.

Em paralelo, os memorandos de pagamento, até então expedidos de forma mecânica, foram automatizados e seu processamento integrado com a folha de pagamento.

Precatórios

O Tribunal possui um acervo total de 62.763 precatórios.

No ano de 2025, foram autuados 17.705 precatórios, arquivados 7.078 precatórios e abertas 13.959 conclusões. Além disso, houve 41.502 movimentações, dentre certidões e informações em processos de pagamento.

Em 2025, 1º ano do biênio de Gestão da atual Juíza Gestora de precatórios, aferiu-se que houve depósito em 11.956 precatórios com 22.905 pagamentos no valor total de R\$ 2.275.389.088,33.

Foram, ainda, expedidos 18.967 mandados de pagamento (8.992 de prioridades legais) referentes a 10.891 precatórios (5.519 de prioridades legais), no valor total de R\$ 2.348.940.037,39 (R\$ 541.260.850,82 de prioridades legais), indicando a liberação de valores acumulados de períodos anteriores.

No período de janeiro a dezembro de 2025, o Departamento de Precatórios Judiciais realizou 23.296 atendimentos, sendo 15.433 atendimentos a advogados, 5.870 atendimentos a beneficiários e 1.993 atendimentos a outros interessados.

Dentre as modalidades de atendimento (presencial, virtual e telefônica), destacou-se a modalidade presencial, com 14.984 registros, o equivalente a 64,3% do total de atendimentos, o que gerou a necessidade de reorganização da área de atendimento ao público externo, com o intuito de garantir um serviço mais humanizado e eficiente por este Departamento.

O atendimento virtual apresentou o 2º lugar de maior demanda, com 5.482 atendimentos prestados. Em 3º lugar, esteve o atendimento telefônico, com 2.830 atendimentos.

Além disso, de janeiro a dezembro de 2025, o DEPJU realizou 799 atendimentos aos e-mails advindos da Ouvidoria e 2.082 atendimentos realizados aos e-mails recebidos diretamente dos advogados e partes, totalizando 2.881 atendimentos via e-mail.

Foram implementadas diversas ações afirmativas voltadas para atendimento das prioridades constitucionais como a preferência na expedição de mandados de beneficiários com superprioridade (mais de 80 anos); a realização de videoconferências para prioridade mais de 80 anos, a fim de dar cumprimento ao art. 7º, §3º do Ato Normativo nº 6/2023 para os beneficiários residentes em outros Estados da Federação; o controle e acompanhamento dos mandados expedidos por OJA para prioridade mais de 80 anos, urgentes e prioridade mais de 90 anos plantonista.

Em razão do enunciado 08 do Fonaprec (aprovado em 6 de dezembro de 2024 – Publicado no DJe/CNJ 309/2024, 10/12/2024, p. 16), cujo teor segue adiante, o DEPJU está realizando o pagamento das superpreferências referentes ao orçamento 2026.

“O pagamento da parcela superpreferencial previsto no art. 102 do ADCT prevalece sobre os demais créditos de todos os anos relativos aos precatórios requisitados ao ente devedor, observado o limite temporal do art. 15 da Resolução CNJ n. 303/2019.” (Aprovado em 6 de dezembro de 2024 – Publicado no DJe/CNJ 309/2024, 10/12/2024, p. 16)

Em âmbito institucional, a criação e implementação do sistema OFREQ permitiu a uniformização e simplificação do processo de digitação dos precatórios pelas unidades judiciárias de 1ª e 2ª instâncias, garantindo maior agilidade na sua expedição diante da integração direta com os sistemas processuais DCP, EJUD e Pje.

Com o advento da EC nº 136/2025, o Departamento de Precatórios Judiciais se mobilizou para apoiar as serventias judiciais de 1ª e 2ª instâncias, realizando cursos na ESAJ sobre o OFREQ para atender a todos os servidores e garantir a implementação da emenda, em razão da antecipação do prazo para apresentação dos precatórios para 1º de fevereiro.

Diversas melhorias nos processos de trabalho garantiram que as normativas constitucionais e do CNJ fossem atendidas. Podemos citar como exemplo, as atualizações no Portal de Precatórios para divulgação do controle contábil dos planos de pagamento; a integração com o Banco do Brasil para atualização automática no portal do saldo das contas especiais dos entes devedores, da indicação da data do provisionamento e da natureza do depósito nos precatórios quitados e o link público dos indicadores administrativos-financeiros.

Ademais, o Departamento de Precatórios obteve 2º lugar no Indicador Geral de Governança (IGG) do Ranking de Governança 2025 deste Tribunal, auferindo um resultado bem superior ao obtido no ano de 2024, passando de 70% para 98% de IGG, além de ter sido contemplado pelo “Prêmio Selo de Boas Práticas 2025” entre as unidades administrativas da 2ª instância.

Movimentação processual da Presidência

No ano de 2025, o TJRJ encaminhou 01 (uma) mensagem à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a saber:

Mensagem nº 01/2025, que gerou o Projeto de Lei nº 6.730/2025, a qual “Altera a Lei nº 9.748, de 29 de junho de 2022 e dá outras providências”, tendo sido publicada a Lei nº 11.084/2025 em 30/12/2025.



11, Políticas de Inclusão e Equidade



11. Políticas de Inclusão e Equidade

Ao longo de 2025, o **Centro Cultural do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (CCPJ)** promoveu uma programação diversificada de eventos culturais que reforçaram as políticas institucionais de inclusão e equidade do **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**. Essas iniciativas, abertas ao público interno e externo, ampliaram o acesso à cultura, valorizaram a pluralidade identitária e fortaleceram o compromisso do Poder Judiciário com a democratização dos espaços culturais.

O CCPJ realizou, ao longo de 2025, um conjunto de ações culturais estruturadas em programas permanentes que reforçam diretamente as políticas institucionais de inclusão e equidade. As atividades foram desenvolvidas de forma aberta ao público interno e externo, ampliando o acesso à cultura e fortalecendo o compromisso institucional com diversidade, democracia e participação social.

O programa **“Nota Justa”** promove apresentações musicais acessíveis e gratuitas, valorizando a produção artística brasileira e democratizando o acesso a diferentes expressões musicais. Já o **“Justiça em Cena”** articula teatro, mediação cultural e debates sobre temas sociais sensíveis, utilizando as artes cênicas como instrumento de reflexão crítica e inclusão cultural. O programa **“Do Direito à Literatura”** aproxima literatura e Justiça por meio de palestras, leituras, lançamentos de livros e encontros formativos, estimulando a empatia, o pensamento crítico e o diálogo com diferentes identidades culturais.

O **“Observatório em Diálogo”** reuniu especialistas de diversas áreas para discutir temas como direitos humanos, desigualdade, democracia, sustentabilidade e representatividade, criando espaços institucionais de escuta e construção coletiva de conhecimento. Por sua vez, o programa **“Literárius”** ofereceu atividades de formação humanística baseadas em textos clássicos e narrativas históricas, ampliando o repertório cultural dos participantes. Essas iniciativas foram complementadas por debates temáticos, apresentações artísticas, leituras dramatizadas e atividades voltadas à pluralidade identitária, promovendo ações de combate ao preconceito, valorização das diferenças e fortalecimento das políticas de equidade no âmbito do Tribunal.

A realização de atividades acessíveis, gratuitas e abertas ao público ampliou o alcance institucional das ações culturais, aproximando o Tribunal de segmentos sociais historicamente afastados dos espaços de poder. A proposta contribuiu para a construção de ambientes mais acolhedores e inclusivos, bem como para o fortalecimento das políticas institucionais voltadas à equidade.

Eventos Realizados em 2025

Março/Abril

“Isabel das Santas Virgens e Sua Carta à Rainha Louca” | ESPETÁCULO TEATRAL

18, 19, 25 e 26/03; 01 e 02/04 - 18h

PROGRAMA: **Justiça em Cena**



Maio

“Luiz Gama - Uma Voz pela Liberdade” | ESPETÁCULO TEATRAL

06, 07, 13, 14, 20 e 21/05 - 18h

PROGRAMA: **Justiça em Cena**



28/05 - 17h

“Holocausto Brasileiro” | CINE DEBATE

MEDIAÇÃO: Des. Humberto Dalla | Debatedores: Cezar Augusto Rodrigues e Pedro Gabriel Godinho Delgado

PROGRAMA: **CineMagister** | SELO: **Prata da Casa**

Junho

02/06 - 18h

“Homens Invisíveis” | CINE DEBATE

com Juiz Eric Scapim, Juiz André Brito e Carla Watanabe*

PROGRAMA: **CineMagister** | SELO: **Prata da Casa**

23/06 - 18h

“Democracia e desigualdade” | PALESTRA

com Jessé Souza

PROGRAMA: **Observatório em Diálogo**



Jessé Souza

Agosto

05/08 - 18h

“Imagens da branquitude: a presença da ausência” | PALESTRA

com Lília Schwarcz

PROGRAMA: **Observatório em Diálogo**



Lília Schwarcz

21/08 – 18h

“Marginalização do Folclore” | PALESTRA

com Antonio Simas

PROGRAMA: **Observatório em Diálogo**

Setembro

01/09 – 18h30

“O Diabo veste Prada” / CINE DEBATE

PROGRAMA: **CineMagister**

10/09 – 18h30

“Esperança Garcia” / LEITURA DRAMATIZADA

PROGRAMA: **Cena Lida Cena Comentada**



Antonio Simas



Esperança Garcia / Leitura Dramatizada

Novembro

13/11 – 11h

“Transição energética, biodiversidade e meio ambiente”

Inauguração Espaço Cultural na Justiça |

PALESTRA

com Graça Foster e Des. Elton Leme

PROGRAMA: **Observatório em Diálogo**



Dezembro

12/12, 11h

Evento voltado para crianças,
em celebração ao Natal | OFICINA DE NATAL

As ações desenvolvidas pela Secretaria-Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS) reforçam o compromisso do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro com a promoção da inclusão, da equidade e do bem-estar no ambiente institucional. Em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU — especialmente os ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), 5 (Igualdade de Gênero), 8 (Trabalho Decente) e 10 (Igualdade Étnico-Racial) —, as iniciativas integraram práticas socioambientais, educativas e de acolhimento. Essas ações evidenciam a incorporação transversal da sustentabilidade, da justiça social e da valorização da diversidade nas políticas institucionais do TJRJ.

Campanha de coleta de tampinhas plásticas

Parceria com a ABATERJ para arrecadação de tampinhas recicláveis, revertidas em recursos para compra de cestas básicas destinadas a colaboradores em situação de vulnerabilidade.

Objetivos:

- Entrega de CESTAS BÁSICAS a serem doadas aos colaboradores vulneráveis do TJRJ;
- Disseminar o hábito do descarte correto dos resíduos.

Resultados:

- Total arrecadado: 1.600 kg de tampinhas;

Entrega de cestas básicas para:

- Ângelo P. Souza – integrante de programa social;
- Yasmim Araújo – estagiária da SGSUS;
- Juliana Magalhães – recepcionista e lactante;
- Larissa Bispo – recepcionista e lactante;
- Marilsa da Silva – recepcionista.

**TJRJ promove encontro com especialistas sobre salas de apoio à amamentação**

O evento, realizado no dia 11 de março, reuniu representantes de diversos órgãos estaduais para tratar sobre as Salas de Apoio à Amamentação. Estiveram presentes:

- Ana Paula Varges, do Serviço de Planejamento e Implementação de Programas Ambientais (SEPIM);
- Mariana Benício, colaboradora da SGSUS;
- Cláudia Schkrab, diretora da Divisão de Gestão Ambiental;
- Iranise Muniz, assistente social da Igreja Nossa Senhora do Parto;
- Halene Armada, superintendente de Atenção à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde;
- Conceição Salomão, coordenadora das Salas de Apoio à Amamentação do Estado do Rio de Janeiro;

- Desembargador Wagner Cinelli, presidente dos Comitês de Promoção da Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação de 1º e 2º Graus;
- Paula Feteira, juíza auxiliar da Presidência do TJRJ;
- Carlos Eduardo Menezes, secretário-geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social;
- Inara Firmino, do Núcleo de Atenção e Promoção à Justiça Social do TJRJ;
- Luiz Felipe Fleury Côrrea, diretor do Departamento de Sustentabilidade.

A iniciativa, promovida no mês em que se celebra o Dia Internacional da Mulher, reforça o compromisso institucional do TJRJ com o acolhimento e a valorização das lactantes.

O projeto “Amamentação Sustentável” foi convidado a participar da série “Quem Sente na Pele”

Vídeo “Quem sente na pele - amamentação no local de trabalho”:

<https://portaltj.tjrj.jus.br/videos-institucionais/videos-cogens/quem-sente-na-pele/episodio-15>

Ciclo de palestras celebra o Dia Mundial de Doação de Leite Humano no TJRJ



Evento realizado no dia 19 de maio, com 41 participantes presenciais.

PALESTRANTES: Conceição Salomão, coordenadora das Salas de Apoio à Amamentação do Estado do Rio de Janeiro; Helene Armada, superintendente de Atenção Primária à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde; Paula Feteira, juíza auxiliar da Presidência do TJRJ; Eric Scapim, juiz do TJRJ; e Danielle Silva, representante da Rede de Banco de Leite do Instituto Fernandes Figueira

Distribuição no TJRJ de livros de sustentabilidade e mudas e sementes da Mata Atlântica



Evento realizado no dia 2 de junho nas dependências do Fórum Central.

Distribuição de livros de sustentabilidade, mudas e sementes

Em parceria com o Museu da Justiça e a Prefeitura de Niterói, no Espaço Centro Ecocultural em Piratininga – Niterói, foi realizada a distribuição de livros de sustentabilidade e 300 mudas e sementes da Mata Atlântica nos dias 4, 5 e 6 de junho.

Em atenção ao Dia Mundial do Meio Ambiente, para retirar a muda, os participantes responderam a perguntas sobre sustentabilidade, reforçando a proposta educativa da iniciativa. Também puderam interagir com a “Árvore dos Desejos”, um espaço lúdico onde deixaram mensagens e reflexões sobre o futuro do planeta.

Durante o evento, esteve exposta a obra “Rio de Cores”, do artista plástico Marcos Lanzieiro, feita a partir de sobras de EVA — exemplo de reaproveitamento criativo de materiais.

Houve 94 participantes no evento.



Troca de Livros



Evento especial, realizado em 26 de junho de 2025, em parceria com o Museu da Justiça e a presença do escritor e professor Godofredo Neto, um “imortal da Academia Brasileira de Letras”, membro efetivo e perpétuo da instituição.

TJRJ celebra o “Agosto Dourado”

O “Agosto Dourado” foi instituído para conscientizar e estimular ações de incentivo à amamentação. A Sala de Apoio à Amamentação da Mulher que Trabalha, primeira de um tribunal no país a ser certificada pelo Ministério da Saúde, tem colaborado com a rotina de servidoras, colaboradoras e de todas as lactantes que circulam pelas dependências do Judiciário fluminense.



A colaboradora Mariana Benício da Silva Coelho, a diretora da Divisão de Gestão Ambiental, Cláudia de Sá Cardoso Schkrab, e a colaboradora Juliana Cunha Magalhães Alexandre comemoram a utilização da Sala de Apoio à Amamentação

TJRJ promove palestra sobre o ODS-05 e 08

Em parceria com a ESAJ, a SGSUS/DI-GAM promoveu palestra apresentada no dia 21 de agosto de 2025.

“ODS 5 e 8 – A relação entre igualdade de gênero, trabalho e sustentabilidade”

O evento foi realizado no mês de agosto, com 342 participantes virtuais.

Palestrante: Abilene Gouvea, doutora em Ciências Médicas pela UERJ e tutora das Salas de Apoio à Amamentação do TJRJ.

Foram concedidas horas pela ESAJ.



Inauguração da 2ª Sala de Apoio à Amamentação – Fórum do Méier

A “Sala de Apoio à Amamentação da Mulher que Trabalha” oferece um espaço seguro, confortável e rigorosamente adequado às condições higiênico-sanitárias.

Esse ambiente acolhedor permite que lactantes — servidoras e colaboradoras em retorno da licença-maternidade — extraiam e armazenem leite materno durante o expediente, ampliando o período de amamentação e assegurando os reconhecidos benefícios para a saúde dos bebês e das mães.



TJRJ autoriza nova Sala de Apoio à Amamentação no Fórum de Belford Roxo

A iniciativa é fruto do projeto “Amamentação Sustentável”, que visa oferecer um ambiente adequado para a extração, o armazenamento e a doação de leite materno e que pode ser utilizado por lactantes que frequentem o fórum, além das servidoras e colaboradoras que atuam no TJRJ, durante o período do expediente de trabalho, ampliando o período de amamentação e gerando os comprovados benefícios para a saúde dos bebês e das mães.



TJRJ promove painel de palestras sobre “Alternativas Sustentáveis”

Palestra ODS 3 – “Saúde Mental no Trabalho”

Em parceria com a ESAJ, a SGSUS/DIGAM promoveu palestra apresentada no dia 9 de outubro, com o tema “ODS 3 E A SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO”.

Evento com 248 participantes virtuais.
Palestrante: Amelia Cristina Alvarez

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Departamento de Administração - Departamento de Gestão de Pessoas

CICLO 11 SUSTENTÁVEL – O PAPEL DO JUDICIÁRIO NO ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ODS 3 E A SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

Dia: 09/10/2025
das 16h às 18h

PALESTRA AO VIVO

Abertura:
Prof.ª Dr.ª Lúcia Frota Pestana de Aguiar
Assessora Especial de Presidência com Assessoria ESJ
Vice Diretora em Direito

Palestrante:
Amelia Cristina Domínguez Alvarez
Psicóloga do Departamento de Saúde
Chefe do Serviço de Saúde Mental Organizacional
do Departamento de Saúde do TJRJ (DSM/OO)
Militar em Psicologia Organizacional e do Trabalho
Desenvolvida em Saúde Pública, com enfoque em
Saúde do Trabalhador pelo FIOCRUZ

Público-alvo: Servidores do TJRJ
Inscreva-se no link: www.maj.tjrj.jus.br

QR CODE

Palestra ODS 18 – “Igualdade étnico-racial e Sustentabilidade”

Em parceria com a ESAJ, a SGSUS/DIGAM promoveu palestra apresentada no dia 13 de novembro de 2025, com o tema “ODS 18 - A relação entre igualdade étnico-racial e sustentabilidade”.

“O curso tem a pretensão de apresentar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 18 (ODS-18), que trata das metas voltadas à promoção da igualdade étnico-racial, dentro da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU. O diálogo destacou a adoção da ODS e a implementação pelo Poder Judiciário, a partir dos compromissos assumidos e cumpridos por esta instituição do Estado.

Dentre as metas da ODS-18, tem-se o enfrentamento ao racismo e a discriminação, tanto direta ou indireta, e as intolerâncias aos povos indígenas e afrodescendentes. Foram abordados sobre a Agenda 2030, a proposta da ODS-18 e os impactos na prestação do serviço judicial. “



*Evento com 501 participantes virtuais.
Palestrante: Inara Firmino.*

Autorização de parceria com a OAB/RJ

Celebração de ajuste, sem repasse de verba, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a ser formalizado entre este Tribunal de Justiça e a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Rio de Janeiro, cujo objeto consiste na parceria voltada à promoção de ações de apoio à maternidade e à primeira infância no âmbito das duas instituições, disponibilizando às advogadas regularmente inscritas na OAB/RJ o acesso às Salas de Apoio à Amamentação localizadas nas dependências do TJRJ, assegurando o acolhimento e o bem-estar das mães lactantes que atuam no ambiente do Poder Judiciário.



Projetos desenvolvidos pela DIGAM

Responsável pela elaboração, execução e monitoramento dos projetos ambientais do PJERJ:

- Ampliação da Sala de Apoio à Amamentação no Fórum do Méier - SEI nº 2025.062.38950
- Ampliação da Sala de Apoio à Amamentação no Fórum de Belford Roxo - SEI nº 2025.062.38950
- Doação de livros à Penitenciária Feminina - SEI nº 2025.062.36631

Outras atividades – palestras e reuniões

01/07/2025 - Participação do servidor Felipe Dutra na palestra da DIISO sobre “Boas práticas para inclusão LGBTQIAPN+, no ambiente de trabalho, respeito, acolhimento e harmonização”.



12 Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal



12. Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal

A Segunda Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com a entrada em vigor do Novo Regimento Interno, em 09/03/2024, para além das inúmeras funções/atribuições que já possuía, passou a ser responsável, também, a teor do que preconiza o art. 34, I, do RITJERJ, “pela condução da gestão das questões atinentes ao sistema de Justiça criminal, socioeducativo e de violência de gênero no âmbito familiar, normatizando e fiscalizando as atividades judiciais, coordenando, orientando e racionalizando os serviços no sentido de prestação eficiente e eficaz”

Em razão disso, no início da atual gestão foi feita uma reestruturação interna com a criação de novos cargos, visando fazer frente às novas atribuições.

Com o exponencial aumento de competências administrativas da Segunda Vice-Presidência, tornou-se premente a alteração do número de Juízes Auxiliares, passando-se de 02 (dois) para 04 (quatro) magistrados.

- GABAUX01 – Dra. Márcia Correia Hollanda (com prejuízo)
- GABAUX02 – Dr. Marcello Rubioli (com prejuízo)
- GABAUX03 – Dr. Marco José Mattos Couto (sem prejuízo)
- GABAUX04 – Dra. Daniela Bandeira de Freitas (sem prejuízo)

No gabinete, também em razão das novas demandas, foi montada uma estrutura assemelhada àquelas existentes nas outras Vice-Presidências, com a criação 05 (cinco) novos cargos – sendo 02 (dois) de assessoramento (símbolo DAS-6) e 03 (três) de assistência (dois símbolos CAI-4 e um símbolo CAI-3).

Os Gabinetes dos Juízes Auxiliares também necessitaram de uma estrutura adequada, passando cada um a contar com 02 (dois) cargos – 01 (um) de assessoramento e 01 (um) de assistência.

Mais do que um reforço de mão de obra especializada, essa estruturação que foi feita permitirá que, a partir de agora, ao término de cada gestão, não haja a solução de continuidade do serviço, tornando mais fluida a “passagem de bastão” de uma para outra.

Nos Departamentos e Assessorias – DECRI, DEARE, ASCRI, ASTEC e ASGMF – que já estavam razoavelmente estruturados, procurou-se conservar os Diretores e Chefes de Serviço em razão de suas expertises, tendo havido apenas realocações pontuais.

No âmbito do Gabinete, e apenas considerando o período da atual gestão, foram gerados 182 (cento e oitenta e dois) e movimentados 129 (cento e vinte e nove) SEIs, expedidos 159 (cento e cinquenta e nove) ofícios e elaborados 75 (setenta e cinco) avisos.

Em 2025, a fim de adequar as rotinas administrativas do Departamento de Autuação e Distribuição Criminal da Segunda Vice-Presidência à legislação em vigor, foram editadas 03 (três) Ordens de Serviço, a saber:

- Ordem de Serviço 2VP 01/2025: dispõe sobre como proceder na autuação do assistente de acusação, quando houver;
- Ordem de Serviço 2VP 02/2025: dispensa o lançamento, na certidão de autuação, de dados desinfluentes para a peça e que demandavam demasiado tempo do autuador, impactando a produtividade do setor;
- Ordem de Serviço 2VP 03/2025: dispõe sobre prevenção em feitos com participação de menores e imputáveis.

Em termos de números, tem-se que, ao longo do ano de 2025, foram autuados e distribuídos 45.691 (quarenta e cinco mil, seiscentos e noventa e um) feitos, dentre os quais:

- Apelações – 21.071
- Habeas Corpus – 12.660
- Agravos de Execução Penal – 6.745
- Recursos em Sentido Estrito – 1.725
- Revisões Criminais – 887
- Conflitos de Jurisdição – 751
- Agravos de Instrumento – 536
- Embargos Infringentes – 392
- Petições Criminais – 172
- Mandados de Segurança – 151
- Outros – 601





O Departamento de Exame de Admissibilidade Recursal da Segunda Vice-Presidência (DEARE) é responsável pela autuação, processamento, remessa e recebimento dos recursos Especial, Extraordinário e seus respectivos Agravos interpostos nos processos de natureza criminal. Suas funções são exercidas com o objetivo de viabilizar o exame de admissibilidade dos recursos excepcionais, em auxílio aos Gabinetes da Segunda Vice-Presidente e do Juiz-Auxiliar responsável pela pasta.

Em 2025, o Setor de Autuação (SEAUT) autuou 6.956 (seis mil, novecentos e cinquenta e seis) recursos, sendo certo que, no último trimestre, a quantidade de recursos autuados vem se mantendo estabilizada, consoante gráfico seguinte.



O Setor de Comunicação Externa e Gestão (SECOM), ao seu turno, realizou 3.006 (três mil e seis) remessas aos Tribunais Superiores, com predominância do envio de AREsps ao Superior Tribunal de Justiça. Os meses de março e setembro registraram os maiores volumes, com 442 (quatrocentos e quarenta e duas) e 301 (trezentas e uma) remessas.





Quanto ao juízo de admissibilidade dos recursos para as Cortes Superiores, a Segunda Vice-Presidente proferiu 10.707 (dez mil, setecentos e sete) decisões:

NÃO ADMISSIBILIDADE	4.251
ADMISSIBILIDADE	485
DEVOLUÇÃO AO ÓRGÃO JULGADOR	1.594
NÃO RETRATAÇÃO DE ARESP	2.008
PREJUDICADO	735
NEGATIVA DE SEGUIMENTO	389
JULGAMENTO MONOCRÁTICO	384
OUTRAS	861

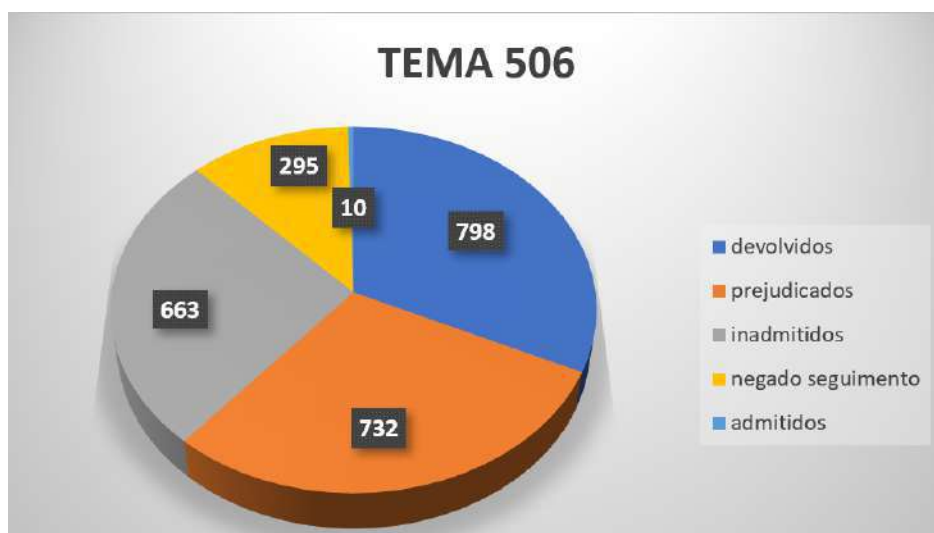


Em março de 2025, com o trânsito em julgado do Recurso Extraordinário nº 635.659/SP – paradigma do Tema 506 – 2.498 (dois mil, quatrocentos e noventa e oito) processos que estavam sobrestados no Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas (NUGEPAC), retornaram à Segunda Vice-Presidência.

À ocasião, foi feita uma interlocução com a Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais (COJES) para estruturar o tratamento dos referidos feitos, buscando diminuir os impactos causados pelo exponencial aumento do serviço.

Extraí-se da planilha elaborada pelo Departamento de Exame de Admissibilidade Recursal da Segunda Vice-Presidência (DEARE) para a monitoração dos referidos processos que:

- 798 (setecentos e noventa e oito) recursos foram devolvidos ao Órgão Julgador;
- 732 (setecentos e trinta e dois) recursos foram declarados prejudicados;
- 663 (seiscentos e sessenta e três) recursos foram inadmitidos;
- 295 (duzentos e noventa e cinco) recursos tiveram seu seguimento negado;
- 10 (dez) recursos foram admitidos.



Até outubro de 2025, a Assessoria de Informações e Processamento em Matéria Criminal (ASCRI) também era responsável pelo processamento dos pedidos de recambiamento de pessoas presas. Todavia, este Tribunal foi notificado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF), quanto à necessidade de que fossem feitas adequações ao Ato Normativo que regulamentava as transferências e o recambiamento de presos, apontando inconsistências dele em relação à Resolução CNJ nº 404/2021.

Em razão disso, revisou-se integralmente o Ato até então em vigor e editou-se um novo em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ nº 404/2021, qual seja, o Ato Normativo 2VP nº 01/2025 (publicado em 03/11/2025).

Outro avanço importante no ano de 2025 foi a implementação de um novo fluxo para a comunicação de decisões urgentes dos Tribunais Superiores. Atualmente, além do envio por malote digital, a ASCRI também utiliza o correio eletrônico (e-mail institucional) como meio complementar, conferindo maior agilidade ao cumprimento das decisões.

Em termos estatísticos, a ASCRI, no ano de 2025, recebeu 1.690 (um mil, seiscentos e noventa) decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça; e prestou informações em 1.781 (um mil, setecentos e oitenta e um) habeas corpus impetrados perante as mesmas Cortes Superiores em face de decisões proferidas por membros do TJERJ.

Em 2025, a Assessoria do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (ASGMF) preparou 23 (vinte e três) reuniões, expediu 638 (seiscentos e trinta e oito) ofícios, movimentou 475 (quatrocentos e setenta e cinco) SEIs – dentre os quais 141 (cento e quarenta e um) gerados pela própria unidade.

A Assessoria Técnico-Administrativa – ASTEC, assessora a Segunda Vice-Presidente no processamento e encaminhamento dos Recursos Ordinários Constitucionais (ROC), em face de decisões proferidas em sede de habeas corpus e mandados de segurança (criminal), submetendo os processos ao Juiz Auxiliar responsável pela pasta, para análise e elaboração minutas de decisões e despachos, e posterior remessa ao STJ.



O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas - GMF, foi criado pela Resolução nº 96/2009 e fortalecido pela Resolução nº 214/2025, ambas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Cada tribunal possui seu próprio GMF, com equipes compostas por magistrados e servidores, que atuam em articulação com o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Medidas Socioeducativas (DMF), também do CNJ.

No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o GMF é supervisionado pela Segunda Vice-Presidente.

Principais ações realizadas pelo GMF no campo penal em 2025:

1. A realização de Mutirões

Os Mutirões foram criados em 2008 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e continuam sendo uma das principais estratégias para enfrentar os desafios do sistema prisional brasileiro.

I - Mutirão Processual Penal (realizado no mês de julho)

No ano de 2025, deu-se a inserção do Mutirão Processual Penal como uma das medidas previstas no Plano Pena Justa para mitigar o estado de coisas inconstitucional do sistema penitenciário brasileiro, reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 347. Foram, então, reavaliadas as prisões cautelares de gestantes, mães e mulheres responsáveis por crianças, bem como prisões preventivas com duração maior do que um ano.

No Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro o Mutirão, realizado no período de 30/06/2025 a 30/07/2025, foi tratado no SEI 2025.06281085 e obteve o seguinte resultado:

- a) Dos 497 (quatrocentos e noventa e sete) processos de mulheres gestantes ou mães com filhos menores:
- 345 (trezentos e quarenta e cinco) tiveram suas prisões cautelares mantidas;
 - 100 (cem) foram colocadas em liberdade, com ou sem aplicação de medidas cautelares;
 - 15 (quinze) foram sentenciadas durante o mutirão.



- b) Das 2.827 (dois mil, oitocentos e vinte e sete) prisões cautelares:

- 2.105 (dois mil, cento e cinco) foram mantidas;
- 212 (duzentos e doze) foram revogadas/relaxadas;
- 82 (oitenta e dois) feitos foram sentenciados.



II – Mutirão da Habitabilidade – (realizado no mês de outubro)

Em setembro de 2025, o GMF/RJ participou da reunião que o Conselho Nacional de Justiça realizou com os Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas de todos os Tribunais (estaduais e regionais federais), para alinhamento da execução do Mutirão Nacional de Diagnóstico da Habitabilidade. À oportunidade, foi apresentada a nova metodologia de inspeção dos estabelecimentos prisionais que integram as metas do Plano Pena Justa.

Cumprindo o prazo estabelecido pelo CNJ, o MM. Juiz Fiscalizador da Vara de Execuções Penais, Dr. Tiago Fernandes de Barros, encaminhou relatório contendo os resultados das inspeções realizadas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Ato contínuo, comunicou ao GMF as iniciativas adotadas pela VEP para o acompanhamento das condições estruturais, de habitabilidade e de segurança das unidades prisionais, especialmente no ponto relativo à regularidade documental (aspecto não contemplado na metodologia da Resolução CNJ nº 593/2024), uma vez que, segundo restou apurado, nenhuma delas possui habite-se. Em razão disso, foi por ele instaurado, de ofício, dois procedimentos administrativos – 5007420-47.2025.8.19.0500 e 5015905-36.2025.8.19.0500

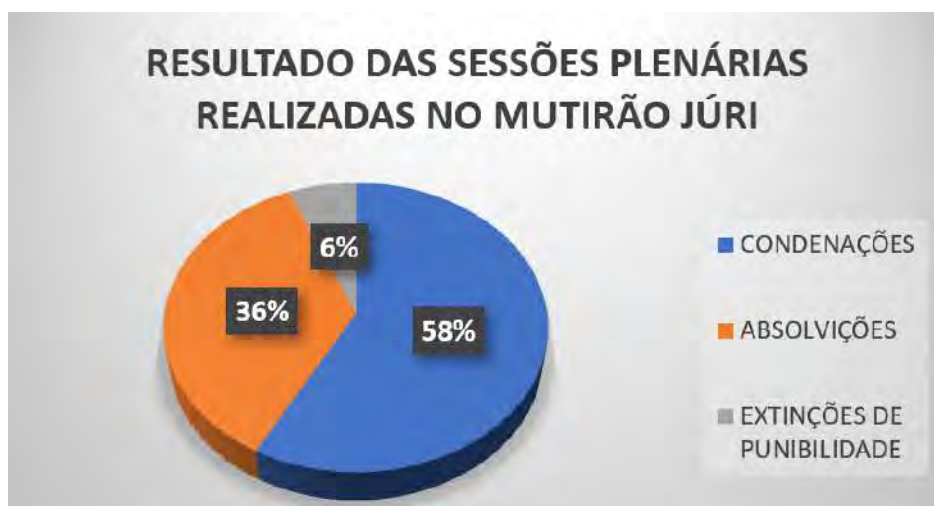
III – Mutirão do Júri – (realizado no mês de novembro)

O Conselho Nacional de Justiça, por meio da Portaria CNJ nº 69/2017, instituiu o Mês Nacional do Júri. Trata-se de esforço concentrado no mês de novembro para que os Tribunais de Justiça de todo o país julguem crimes dolosos contra a vida.

Em 2025, a Segunda Vice-Presidência desde o mês de agosto, realizou diversas reuniões com a Presidência, a Corregedoria, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a SEAP, visando que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro obtivesse os melhores resultados.

No TJERJ o mutirão foi tratado no SEI 2025.06311727, tendo sido realizadas 226 (duzentos e vinte e seis) sessões plenárias com:

- 131 (cento e trinta e um) condenações;
- 81 (oitenta e uma) absolvições;
- 14 (quatorze) extinções de punibilidade.



2.A elaboração e homologação do Plano Estadual Pena Justa

O Plano Pena Justa foi lançado, em outubro de 2023, pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, em resposta à decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF 347, e possui mais de 300 metas a serem cumpridas até 2028. Ele foi homologado pelo STF em 18/12/2024, por decisão publicada em 07/02/2025.

Dentre os objetivos do Plano estão:

- a) reduzir a superlotação carcerária;
- b) melhorar a infraestrutura dos presídios;
- c) promover políticas de reintegração social; e,
- d) estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação contínua.

Além das metas nacionais, cada unidade da Federação teve que elaborar seu Plano Estadual no prazo de seis meses a contar da homologação do Plano Nacional, e também submetê-lo ao STF para homologação. Assim, considerando que a decisão que homologou o Plano Nacional foi publicada em fevereiro de 2025, o termo *ad quem* para a elaboração dos Planos Estaduais passou a ser em agosto de 2025.

No caso do Estado do Rio de Janeiro, o Plano Estadual foi elaborado (SEI 2024-06081057), firmado pelo Presidente do TJERJ e pelo Governador, e enviado ao Supremo Tribunal Federal no dia 11/08/2025, cumprindo, desse modo, o prazo estabelecido.

3. A elaboração do Plano de Ação Estadual para implementação da Política Antimanicomial

O Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento de Política Antimanicomial (CEIMPA) apoia as ações permanentes de desinstitucionalização junto às equipes conectoras ou multidisciplinares.

No ano de 2025, foi desenvolvido o Plano de Ação Estadual para implementação da Política Antimanicomial do Poder Judiciário, em observância à Resolução CNJ nº 487/2023, bem como remetido o relatório referente à implantação dos fluxos operacionais estabelecidos no Estado, quais sejam: 1) audiência de custódia; 2) processo de conhecimento; e 3) execução de medidas (acompanhamento das medidas terapêuticas em meio aberto).

4. O monitoramento contínuo do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0)

Relativamente ao BNMP, foi estabelecido um fluxo de monitoramento contínuo do Banco, com o envio semanal de relatório às Varas, visando, com isso, diminuir as inconsistências, que caíram de 6.131 (seis mil, cento e trinta e um) registradas em fevereiro de 2025, para 1.306 (um mil, trezentos e seis) em novembro do mesmo ano, alcançando o percentual de 79% (setenta e nove por cento) de saneamento das pendências.



Outrossim, para que essa monitoração e higienização do Banco se torne ainda mais eficiente, está em via de ser instalada, no âmbito da 2VP, a Central de Monitoração do BNMP 3.0, que contará não apenas com uma estrutura física, mas também com mão de obra treinada e supervisionada por um Juiz Auxiliar.

5. Implementação do Painel de Monitoramento das Centrais de Audiências de Custódia

Em 2025, a Segunda Vice-Presidência implementou o Painel de Monitoramento das Centrais de Audiências de Custódia, desenvolvido para otimizar o acompanhamento e auxiliar na gestão dessas unidades judiciárias.

Nesse aspecto, a divulgação pública dos dados das Centrais de Audiência de Custódia permite à sociedade acesso ao número de audiências realizadas e aos seus resultados em tempo real, garantindo a necessária transparência da prestação jurisdicional.

Por meio do Painel de Monitoramento, é possível ter acesso à informações como: a) quantidade de audiências realizadas para a análise de prisões decorrentes de flagrantes ou de cumprimento de mandados prisionais; b) quantidade de audiências marcadas e de audiências designadas; e c) quantidade de prisões mantidas e de prisões revogadas/relaxadas.

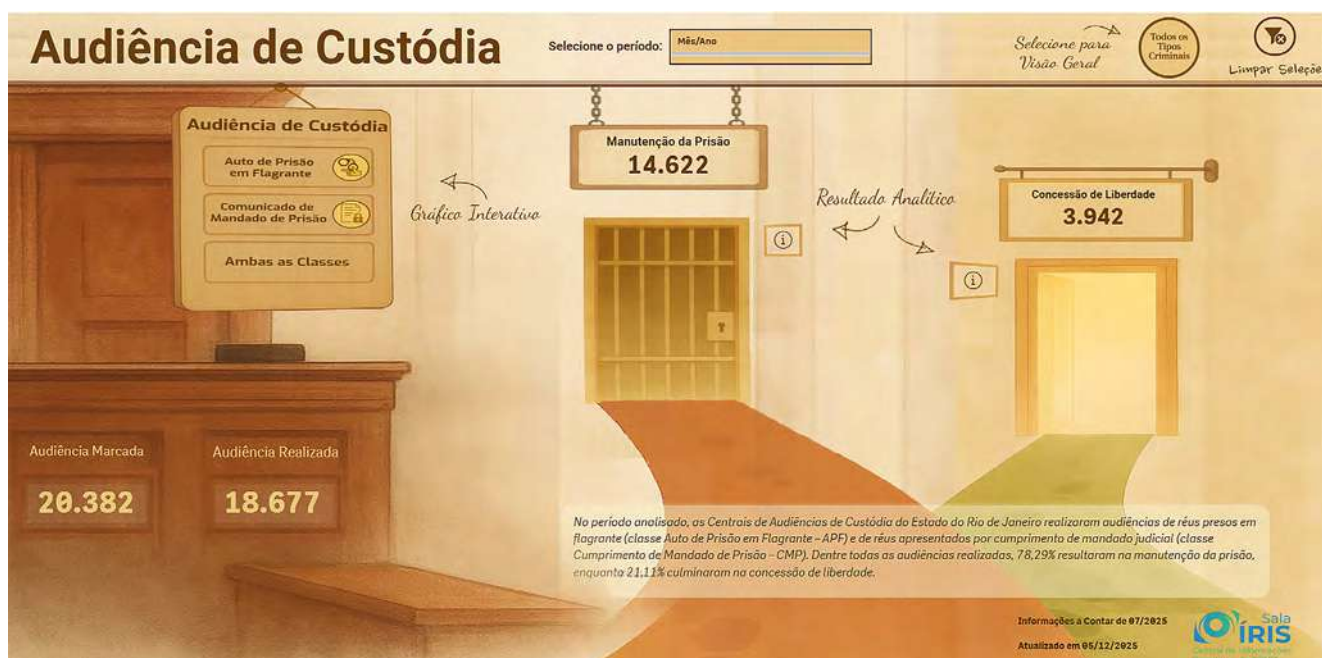


Imagem meramente ilustrativa

6. Modernização da Central de Audiência de Custódia de Benfica

A Central de Audiência de Custódia de Benfica (CEAC Benfica), porta de entrada do sistema prisional, também foi toda reestruturada com:

1. novas instalações – reforma do parlatório, do cartório e das salas do Ministério Público e da Defensoria Pública, abertura de área interna para circulação restrita dos custodidos, além de melhorias e aumento das salas de audiência;
2. novos equipamentos – computadores, câmeras e microfones mais potentes;

3. novo sistema para gravação das audiências – Sistema Kenta –, que, além de gerar atas automatizadas com base nas falas registradas (otimizando o trabalho dos servidores), é integrado ao BNMP 3.0 e ao SEEU, permitindo rastreabilidade e análise nacional dos dados.

Tudo feito de forma a propiciar mais segurança e eficiência na realização dos atos.



Foto: Brunno Dantas/ TJRJ

7. Monitoramento dos Escritórios Sociais

- O monitoramento dos Escritórios Sociais em funcionamento – Maricá, Niterói, Campos dos Goytacazes e Bangu – e o fomento à participação de suas equipes nas capacitações promovidas pelo programa Fazendo Justiça (PNUD/CNJ) e pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN).
- O acompanhamento da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica para implementação do novo fluxo de implantação dos Escritórios no Estado do Rio de Janeiro.

8. Adoção de Tabelas de Torturas e Maus-Tratos e de Controle de Morte em Estabelecimento Penal

- A adoção das Tabelas de Alegações de Tortura e Maus-Tratos e de Controle de Morte em Estabelecimento Penal, em conformidade com o que disciplina a Resolução CNJ nº 593/2024.

9. Monitoramento das inclusões e prorrogações das prisões no sistema penitenciário federal

- A publicação do AVISO 04/2025, destinado ao monitoramento das inclusões e das prorrogações de permanência de pessoas presas nas unidades do sistema penitenciário federal, com arrimo no art.233, n, da Res. OE nº 03/2025.

10. Instalação dos Juízos das Garantias

O Juízo das Garantias, introduzido no ordenamento pátrio pela Lei nº 13.964/2019, teve sua constitucionalidade contestada pelas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305. Em agosto de 2023, ao julgar as referidas ADIs, o Supremo Tribunal Federal ratificou sua constitucionalidade e concedeu um prazo de 12 (doze) meses para que fossem realizadas as necessárias adequações legislativas e administrativas, a fim de que houvesse a efetiva implementação dessa função em todo o país.

No caso do Estado do Rio de Janeiro, os estudos realizados pela Presidência, Corregedoria e Segunda Vice-Presidência concluíram pela necessidade da instalação de 05 (cinco) Varas das Garantias – Capital, Niterói, Campos dos Goytacazes, Volta Redonda e Petrópolis. Destas, as quatro primeiras já foram instaladas (Capital, Niterói, Campos dos Goytacazes e Volta Redonda), sendo certo que a quinta, e última (Petrópolis), está com a instalação prevista para janeiro de 2026.

Principais ações realizadas pelo GMF no eixo socioeducativo em 2025:

1. Quanto ao Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) –

- a elaboração do Termo de Cooperação Técnica;
- a realização de visita técnica presencial ao Núcleo para verificação da estrutura e aferição das necessidades do local.

2. Quanto à Central de Vagas –

- a criação de um Manual, ainda em elaboração, para auxiliar os magistrados e servidores na atribuição de pontuação correta dos adolescentes no sistema SIIAD (Sistema de Identificação e Informação de Adolescentes);
- a criação de um Grupo de Trabalho (Ato Executivo nº 156/2025) para revisar a Resolução Conjunta e discutir o monitoramento da Central Estadual.

3. Quanto às Audiências Concentradas –

- a articulação com a magistrada da Comarca de Nova Friburgo, para que seja feito, em 2026, um “projeto piloto” naquela Comarca;
- a elaboração da minuta do Ato que implementa as Audiências Concentradas no Estado do Rio de Janeiro.

4. Quanto à questão afeta à saúde mental –

- a participação em reuniões do Grupo de Trabalho da PNAISARI (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei), capitaneadas pela Secretaria Estadual de Saúde (SES);
- a participação no Evento Anual da PNAISARI, ocorrido em abril, e no Seminário Anual da PNAISARI, realizado em junho, ambos organizados pela Secretaria Estadual de Saúde;
- a realização de reuniões do Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial (CEIMPA), nas quais foi debatida a necessidade de se discutir a Resolução CNJ nº 487, com relação ao sistema socioeducativo.

5. Quanto à questão afeta à população com vulnerabilidade acrescida (LGBT+) – Res. CNJ nº 348/2020

- a realização de estudos iniciais para a criação de uma Câmara Temática destinada a pactuar o fluxo sobre esse tema.

6. Quanto à questão afeta à documentação civil –

- a participação na reunião da ADIC (Área de Documentação e Identificação Civil) do Programa Fazendo Justiça, para apresentação da ação e alinhamento.

7. Quanto à questão afeta às transferências interestaduais entre adolescentes e jovens –

- a publicação do AVISO CONJUNTO TJ/2ªVP/CGJ nº 18/2025, destinado ao monitoramento das transferências interestaduais de adolescentes e de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação ou de semiliberdade.

Das reuniões e eventos externos

1) Participação na reunião DMF/CNJ sobre Política Antimanicomial – reunião virtual realizada no dia 19/03/2025.

2) Participação na reunião do GT Saúde Mental – Discussão sobre a Rede de Atenção em Saúde Mental às pessoas privadas de liberdade – reunião virtual realizada em 21/03/2025.

3) Participação em mesa redonda organizada pela FGV sobre o tema “Justiça Criminal e Segurança Pública” – evento presencial realizado em 21/03/2025.

4) Participação na reunião realizada pela Presidência do TJERJ com os Desembargadores Presidentes de Câmaras Criminais para tratar da instalação da 9ª Câmara Criminal – reunião presencial realizada em 25/03/2025.

- 5) Participação na reunião realizada no Ministério Público sobre “Fluxos de atendimento da rede de Saúde Municipal aos adolescentes e familiares no Núcleo de Atendimento Integrado (NAI)” – reunião presencial realizada em 26/03/2025.
- 6) Realização de visita de inspeção às instalações da Central de Audiência de Custódia de Benfica – realizada em 28/03/2025.
- 7) Participação no Encontro Nacional de Juízes e Juízas de Execução Penal – realizado presencialmente em Brasília/DF, nos dias 31/03 e 01/04/2025.
- 8) Participação na reunião com o Dr. Luis Geraldo Sant’Ana Lanfredi, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ e Coordenador do DMF – realizada na modalidade virtual no dia 01/04/2025.
- 9) Participação na 2ª Reunião Ordinária do Grupo Condutor Estadual da PNAISP 2025 – reunião virtual realizada em 03/04/2025.
- 10) Participação na mesa de abertura do Workshop Encontro da Justiça Itinerante com os novos juízes – evento presencial realizado em 04/04/2025.
- 11) Participação na reunião conjunta dos Vice-Presidentes de Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais sobre admissibilidade de recursos – evento presencial realizado em Brasília/DF, no dia 08/04/2025.
- 12) Participação na reunião sobre a apresentação da proposta do DEGASE para atendimento de adolescentes no Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) – reunião virtual realizada em 28/04/2025.
- 13) Participação no evento “Condenações Injustas no Brasil”, realizado pelo Fórum Permanente de Direito Processual Penal da EMERJ – evento presencial realizado no dia 28/04/2025.
- 14) Participação na reunião Pena Justa Nacional – DMF/CNJ – reunião virtual realizada em 29/04/2025.
- 15) Participação no evento “Plano Pena Justa e o Estado de Coisas Inconstitucional no Sistema Carcerário”, realizado pelo Fórum Permanente de Política e Justiça Criminal da EMERJ – no dia 30/04/2025. °
- 16) Participação na Mesa Redonda “Segurança Pública nas Cidades. Desafios e Inovações no Contexto Urbano” – evento promovido pela FGV no dia 09/05/2025.

- 17) Participação, como palestrante, no seminário “Segurança Jurídica e Atuação do Ministério Público no STJ”, organizado pela FGV – evento realizado no dia 19/05/2025.
- 18) Participação no Seminário sobre Provas Digitais – realizado em Brasília/DF, no dia 28/05/2025.
- 19) Realização de visita presencial à Central de Audiência de Custódia e às unidades prisionais de Campos dos Goytacazes – realizada nos dias 04 a 06/06/2025.
- 20) Participação no 3º Encontro dos Comitês Estaduais de Política Penais (CEPP) – evento virtual realizado no dia 24/06/2025.
- 21) Participação na Reunião Geral do Colégio Nacional de Supervisores dos GMFs – CONASUP – evento presencial realizado em Goiânia/GO, no dia 14/07/2025.
- 22) Participação no III Grupo de Trabalho Intersectorial Estadual da PNAISARI. Pauta: Saúde dos adolescentes no Meio Aberto e Acompanhamento familiar/transporte (DEGASE) – evento virtual realizado em 14/07/2025.
- 23) Participação na reunião do Comitê Gestor Interinstitucional de Sistemas da Informação (CGINFO). Pauta: esclarecimentos sobre a nova dinâmica de distribuição de inquéritos e cautelares – evento virtual realizado em 16/07/2025.
- 24) Participação no curso promovido pelo CNJ/DMF, sobre a Resolução nº 593/2024 e o novo sistema de Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais (CNIEP) – evento virtual realizado no dia 24/07/2025.
- 25) Participação na reunião sobre o Mutirão Processual Penal, organizada pelo DMF – evento virtual realizado no dia 24/07/2025.
- 26) Participação no 4º Encontro dos Comitês Estaduais e Distrital de Políticas Penais – evento virtual realizado no 25/07/2025.
- 27) Participação no evento “Justiça Racial: o que é como (re)construí-la”, da oficina “Caminhos para um Sistema Penal Antirracista”, evento virtual realizado no dia 28/07/2025.
- 28) Participação na 6ª Reunião Ordinária do Grupo Condutor Estadual da PNAISP 2025 – evento virtual realizado no dia 31/07/2025.
- 29) Participação na reunião do CNJ sobre a rede de unidades de monitoramento e fiscalização do sistema interamericano de direitos humanos – evento presencial realizado em Brasília/DF, no dia 12/08/2025.

- 30) Participação na Conferência Nacional de Monitoração Eletrônica – evento presencial realizado em São Luís/MA, nos dias 12 e 13/08/2025.
- 31) Participação na reunião sobre cronograma de instalação das Varas das Garantias, organizada na Presidência, realizada no dia 15/08/2025.
- 32) Participação na Mesa Redonda sobre Central de Vagas, evento realizado no Ministério Público em 21/08/2025.
- 33) Participação no 3º encontro técnico presencial da rede nacional de unidades especializadas de enfrentamento das organizações criminosas – evento presencial realizado em Curitiba/PR nos dias 26 e 27/08/2025.
- 34) Participação no curso de capacitação “BNMP 3.0 e o Controle de Proscritos: Ferramentas para o Juizado do Torcedor” – evento presencial realizado em Brasília/DF nos dias 27 e 28/08/2025.
- 35) Participação no Evento “Diálogos da Magistratura” com o Ministro Luís Roberto Barroso, realizado em 01/09/2025.
- 36) Participação no 1º Congresso do STJ da Segunda Instância Federal e Estadual, realizado em Brasília/DF, nos dias 09 e 10/09/2025, oportunidade em que teve aprovado tema apresentado pela Exma. Desembargadora Maria Angélica Guedes.
- 37) Participação no GT Saúde Mental Prisional – reunião virtual realizada em 12/09/2025.
- 38) Participação na Audiência Pública sobre Indulto – evento virtual realizado em 26/09/2025.
- 39) Participação no Projeto Mentes Literárias, no Presídio José Frederico Marques – evento presencial realizado na unidade prisional no dia 03/10/2025.
- 40) Participação no XIV Workshop sobre o Sistema Penitenciário Federal – evento presencial realizado em Brasília/DF nos dias 06 e 07/10/2025.
- 41) Participação na mesa de abertura do evento “Juizados Especiais: 30 anos da Lei nº 9.099/95” – realizado no dia 09/10/2025.
- 42) Audiência Pública sobre “visitas no âmbito dos estabelecimentos prisionais” – evento virtual realizado em 10/10/2025.
- 43) Participação no GT Saúde Mental Prisional – reunião virtual realizada em 24/10/2025.

- 44) Participação na 9ª Reunião Ordinária do Grupo Condutor Estadual da PNAISP 2025 – reunião virtual realizada em 30/10/2025.
- 45) Participação na II Reunião da Segunda Vice-Presidência com magistrados das Centrais de Audiências de Custódia – reunião híbrida realizada em 05/11/2025.
- 46) Participação na V Reunião Ordinária do Grupo de Trabalho Intersetorial Estadual da PNAISARI – reunião virtual realizada em 10/11/2025.
- 47) Participação no II Encontro do Centro de Estudos e Debates- CEDES – realizado nos dias 17 a 20/11/2025.
- 48) Participação no 4º Encontro Nacional dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e das Medidas Socioeducativas (GMFs) evento presencial realizado em Brasília/DF, nos dias 25 e 26/11/2025.
- 49) Participação no 2º Encontro de Alta Gestão nas Políticas Penais (Pena Justa) – evento presencial realizado em Brasília/DF, no dia 27/11/2025.
- 50) Participação na visita técnica vivencial SEAPFM – Cadeia Pública José Frederico Marques / Audiência de Custódia, que contou também com a participação de magistrados angolanos e juízes vitaliciandos do último concurso – evento presencial realizado em 28/11/2025.
- 51) Participação no Evento Devolutivas Programa Rede Acolher 2025, integrando a mesa e proferindo a palestra “Plano Pena Justa, uma Realidade Nacional” – presencial em 10/12/2025.
- 52) Participação no GT Saúde Mental Prisional – reunião virtual realizada em 12/12/2025.
- 53) Participação no evento “II DICAP em Rede: Compromissos e Monitoramento nas Políticas Penais – Alternativas Penais, Monitoração Eletrônica e Atenção à Pessoa Egressa”, evento virtual realizado em 16/12/2025.
- 54) Participação no encontro nacional do Grupo Nacional de Execução Penal (GNEP) – evento presencial realizado de 20 a 23/09/2025, no Rio de Janeiro.
- 55) Participação no Encontro Estadual de Juízes e Juízas de Direito com competência em Juizados Especiais Criminais e Turmas Recursais Criminais, oportunidade em que, representando o Exmo. Presidente, abriu o evento - realizado no dia 04/12/2025.

Das reuniões organizadas pela 2VP

- 1) Reunião com a Defensoria Pública. Pauta: Central de Audiência de Custódia de Benfica – realizada no gabinete da 2VP no dia 18/03/2025.
- 2) Reunião com magistrados da VEP e VEPEMA. Pauta: Execução das Penas de Multa; Fiscalização das Unidades Prisionais e Recambiamento – realizada no gabinete da 2VP no dia 26/03/2025.
- 3) Reunião do GMF para tratar da socioeducação. Pauta: Resolução Conjunta SEEDUC/TJRJ nº 1550/2021; Preenchimento de formulário de solicitação de vagas ao DEGASE; Monitoramento das vagas nas unidades socioeducativas – reunião presencial realizada no dia 27/03/2025.
- 4) Reunião com magistrados sobre o SAREF – reunião presencial realizada no gabinete da 2VP no dia 27/03/2025.
- 5) Reunião do GMF sobre Política Antimanicomial. Pauta: Plano de Ação para Implementação da Resolução nº 487/ 2023 – realizada de forma híbrida em 07/04/2025.
- 6) Reunião com a Secretária de Administração Penitenciária (SEAP). Pauta: Não apresentação de presos – realizada presencialmente em 09/04/2025.
- 7) I Reunião com os magistrados das Centrais de Audiências de Custódia – realizada de forma híbrida no dia 10/04/2025.
- 8) Reunião do GMF com a participação do Supervisor do GMF do TRF 2ª Região, do Procurador-Geral de Justiça, do Defensor Público-Geral, do Secretário do Estado de Polícia Civil, da Polícia Militar, da Defesa Civil e do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros, da Secretária de Estado de Administração Penitenciária, do Superintendente da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, do Secretário de Segurança Pública e do Inspetor-Geral da Guarda Municipal. Pauta: BNMP 3.0 – agentes externos, realizada de forma híbrida no dia 11/04/2025.
- 9) Reunião do GMF com membros do Comitê Estadual de Políticas Penais. Pauta: Regimento Interno – Coordenação e Secretaria Executiva do CEPP, realizada de forma presencial no dia 14/04/2025.
- 10) II Reunião com magistrados das Centrais de Audiência de Custódia, realizada no gabinete da 2VP, no dia 15/04/2025.
- 11) Reunião do GMF com magistrados da VEP. Pauta: Monitoramento eletrônico e fiscalização, reunião presencial realizada em 05/05/2025.

- 12) III Reunião com magistrados das Centrais de Audiência de Custódia. Pauta: Procedimentos adotados nas audiências e planejamento de melhorias - reunião realizada de forma híbrida no dia 07/05/2025.
- 13) Reunião GMF/CEIMPA. Pauta: Aprovação do Plano de Ação para envio ao DMF – reunião híbrida realizada em 08/05/2025.
- 14) Reunião GMF/CEPP. Pauta: Câmaras Temáticas, Secretaria Executiva e Cronograma das Ações – reunião híbrida realizada em 15/05/2025.
- 15) Reunião GMF/CEPP. Pauta: Proposta de criação e estruturação das unidades das câmaras temáticas e proposta de alteração do Regimento Interno – reunião híbrida realizada em 29/05/2025.
- 16) Reunião GMF/CEIMPA. Pauta: Apuração do cumprimento do Plano de Ação – realizada de forma híbrida no dia 12/06/2025.
- 17) Reunião do GMF/CEPP. Pauta: Deliberações gerais e proposta de alteração do Regimento Interno - realizada de forma híbrida no dia 26/06/2025.
- 18) Reunião do GMF/CNJ. Pauta: Documentação do socioeducativo – reunião virtual realizada em 26/06/2025.
- 19) Reunião do GMF/Socioeducação. Pauta: 1) Audiências Concentradas; 2) SARQ; 3) Adolescentes Acautelados há mais de 72 horas; 4) Documentação; 5) Central Reguladora de Vagas – realizada de forma híbrida no dia 27/06/2025.
- 20) Reunião com o Subsecretário de Polícia Civil – realizada no gabinete da 2VP no dia 30/06/2025.
- 21) Reunião com magistrados da VEP – realizada no gabinete da 2VP no dia 01/07/2025.
- 22) Reunião com a Secretária de Administração Penitenciária – realizada no gabinete da 2VP no dia 03/07/2025.
- 23) Reunião com membros do Ministério Público – realizada no gabinete da 2VP no dia 15/07/2025.
- 24) Reunião GMF/VEP/VEPEMA. Pauta: Mudança de competência VEP/VEPEMA; Não Apresentação de Presos; Fiscalização no Patronato – reunião realizada de forma híbrida no dia 18/07/2025.

- 25) Reunião com magistrados da 1ª Vara das Garantias – reunião presencial realizada no gabinete da 2VP, no dia 24/07/2025.
- 26) Reunião com magistrados. Pauta: Juiz das Garantias, Audiência de Custódia e Plantão – reunião híbrida realizada no dia 25/07/2025.
- 27) Reunião GMF/CEPP. Pauta: Organograma do Comitê; Regimento Interno – reunião híbrida realizada no dia 08/08/2025.
- 28) Reunião com magistrados. Pauta: Garantias e ANPP – reunião realizada no gabinete da 2VP no dia 22/08/2025.
- 29) Reunião GMF/CEIMPA. Pauta: Coleta de dados para relatório trimestral de evolução do plano de ação – reunião híbrida realizada no dia 29/08/2025.
- 30) Reunião com Ministério Público e a Defensoria Pública. Pauta: Mutirão do Júri – reunião presencial realizada no gabinete da 2VP no dia 02/09/2025.
- 31) Reunião GMF. Pauta: Não apresentação de presos – reunião híbrida realizada no dia 04/09/2025.
- 32) Reunião com o Exmo. Corregedor-Geral de Justiça. Pauta: Mutirão do Júri – reunião realizada na Corregedoria no dia 04/09/2025.
- 33) Reunião com Juízes com competência do Júri. Pauta: Mutirão do Júri – reunião presencial realizada em 12/09/2025.
- 34) Reunião com magistrados das Centrais de Audiências de Custódia – reunião híbrida realizada em 18/09/2025.
- 35) Reunião com Juízes Auxiliares da Presidência e da Corregedoria e com a Secretária de Administração Penitenciária. Pauta: Esforço Concentrado para o mutirão do júri – reunião realizada em 29/09/2025.
- 36) Reunião GMF/Socioeducação. Pauta: Audiências concentradas – reunião híbrida realizada em 14/10/2025.
- 37) Reunião com magistrados de competência do Júri. Pauta: Mutirão do Júri; providências finais – reunião realizada no dia 22/10/2025.
- 38) Reunião com a Secretária de Administração Penitenciária. Pauta: Apresentação de presos em novembro – reunião realizada no dia 22/10/2025.

- 39) Reunião com os magistrados das Centrais de Audiências de Custódia – reunião híbrida realizada em 05/11/2025.
- 40) Reunião GMF/CEPP. Pauta Homologação do Plano Estadual e Atuação das Câmaras temáticas – reunião híbrida realizada em 14/11/2025.
- 41) Reunião sobre o fluxo na comunicação dos mandados de recaptura de foragidos – reunião virtual realizada em 03/12/2025.

Dos atos normativos publicados pela 2VP em 2025

1. Resolução 2VPJ nº 01/2025 - Resolve republicar a tabela das custas judiciais referentes aos recursos ordinário, especial e extraordinário, e seus incidentes. DJERJ, ADM, n. 175, p. 30. – 02/06/2025
2. Portaria Conjunta TJ/2ª VP/CGJ nº 1/2025 - Dispensa membros do Comitê Gestor Interinstitucional para regulação das atividades de criação e implementação do Núcleo de Atendimento Integrado (NAI). DJERJ, ADM, n. 103, p. 28. – 05/02/2025
3. Portaria Conjunta TJ/2ª VP/CGJ nº 2/2025 - Designa membros para o Comitê Gestor Interinstitucional para regulação das atividades de criação e implementação do Núcleo de Atendimento Integrado (NAI). DJERJ, ADM, n. 167, p. 5. – 21/05/2025
4. Portaria 2VP nº 01/2025 - Estabelece a rotina a ser adotada no caso de inadmissão de recurso extraordinário ou do recurso especial contra o acórdão que manteve a pronúncia do réu preso. DJERJ, ADM, n. 167, p. 69. -21/05/2025
5. Portaria 2VP nº 02/2025 - Revoga o artigo 4º, I, da Portaria 2VP 03/2015. DJERJ, ADM, n. 169, p. 21. – 23/05/2025
6. Ordem de Serviço 2VP 01/2025 - Altera rotinas administrativas no âmbito do Departamento de Autuação e Distribuição Criminal da Segunda Vice-Presidência do TJERJ, no que concerne à autuação do Assistente de Acusação. DJERJ, ADM, n. 176, p. 238. – 03/06/2025
7. Ordem de Serviço 2VP 02/2025 - Altera rotinas administrativas no âmbito do Departamento de Autuação e Distribuição Criminal da Segunda Vice-Presidência do TJERJ, no que concerne aos dados extraídos da sentença a serem lançados na autuação. DJERJ, ADM, n. 176, p. 239. – 03/06/2025
8. Ordem de Serviço 2VP 03/2025 - Altera rotinas administrativas no âmbito do Departamento de Autuação e Distribuição Criminal da Segunda Vice-Presidência do TJERJ, no que concerne ao exame de prevenção. DJERJ, ADM, n. 176, p. 239. – 03/06/2025

9. Convocação Conjunta TJ/CGJ/2VP nº 07/2025 - Convoca os Juízes de Direito das Varas com competência criminal, das Varas Criminais Especializadas e dos Juizados de Violência Doméstica contra a Mulher do Estado do Rio de Janeiro, para participarem da reunião na data e no local mencionado. DJERJ, ADM, n. 188, p. 2. – 23/06/2025
10. Aviso Conjunto TJ/2VP/CGJ nº 8/2025 - Avisam aos desembargadores e aos juízes de direito com competência criminal que obrigatoriamente observem o disposto no art. 23 da resolução CNJ n. 417/2021, com redação dada pela Resolução CNJ n. 474/2022, bem como para que adotem as providências mencionadas. DJERJ, ADM, n. 171, p. 3. – 27/05/2025
11. Aviso Conjunto TJ/2VP/CGJ nº 15/2025 - Determinam aos juízos com competência criminal, inclusive os especializados, além dos juizados de violência doméstica contra a mulher, que forneçam impreterivelmente até o dia 25/06/2025, através do e-mail gmf@tjrj.jus.br, a listagem dos processos que contemplem alguma das hipóteses mencionadas. DJERJ, ADM, n. 186, p. 2. – 17/06/2025
12. Aviso Conjunto TJ/2VP/CGJ nº 16/2025 - Avisam sobre a necessidade de as unidades judiciárias observarem, com rigor, o correto preenchimento das informações lançadas no Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0). DJERJ, ADM, n. 205, p. 2. – 18/07/2025
13. Aviso Conjunto TJ/2VP/CGJ nº 18/2025 - Avisam aos juízes de direito com competência da infância e da juventude que as determinações de transferências interestaduais de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação ou semiliberdade devem ser informadas ao GME, através do e-mail gmf@tjrj.jus.br, indicando o número do processo, o nome do transferido, o nome da mãe e o estado de destino. DJERJ, ADM, n. 202, p. 2. – 15/07/2025
14. Aviso Conjunto TJ/2VP/CGJ nº 23/2025 - Avisam aos que atuam na alimentação do BNMP 3.0 sobre a necessidade de atenção especial quanto à proteção de dados sensíveis de vítimas, especialmente em ocorrências de violência doméstica e crimes de natureza sexual, para que não haja a inserção manual de dados da vítima de forma indevida na plataforma BNMP 3.0 no campo “síntese da decisão”. DJERJ, ADM, n. 212, p. 7. – 29/07/2025
15. Aviso Conjunto TJ/2VP/CGJ nº 27/2025 - Divulga a Resolução STF nº 878/2025, de 17 de julho de 2025, que dispõe sobre a tramitação eletrônica dos processos sigilosos no âmbito do Supremo Tribunal Federal. DJERJ, ADM, n. 3, p. 2. – 03/09/2025
16. Aviso Conjunto TJ/2VP/CGJ nº 31/2025 - Avisa sobre o Mês Nacional do Tribunal do Júri e dá outras providências. DJERJ, ADM, n. 8, p. 3. -10/09/2025
17. Ato Normativo Conjunto 2VP/CGJ nº 13/2025 - Institui a Política de Governança da Segunda Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. DJERJ, ADM, n. 214, p. 2. – 31/07/2025

18. Ato Normativo 2ªVP nº 01/2025 - Altera o Ato Normativo 2ª VP nº 05/2021 que estabelece os procedimentos, no âmbito do Poder Judiciário, para a transferência e o recambiamento de pessoas presas. DJERJ, ADM, n. 45, p. 67. - 03/11/2025
19. ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ/2ª VP nº 01/2025 - Dispõe sobre a suspensão da realização das audiências de custódia nas Centrais de Audiências de Custódia do Estado do Rio de Janeiro nos dias 25 e 26/01/2025, retomando as centrais seu funcionamento normal no dia 27/01/2025, imediatamente após o restabelecimento do funcionamento dos sistemas informatizados do TJRJ. DJERJ, ADM, n. 90, p. 3. - 16/01/2025
20. ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ/2ª VP nº 05/2025 - Determina a regularização e observância de regras de negócio de lançamentos no BNMP 3.0. DJERJ, ADM, n. 166, p. 3. - 20/05/2025
21. Aviso 2VP nº 01/2025 - Avisa que o CNJ lançou Painel de Inspeções no Socioeducativo que reúne os dados das inspeções judiciais às unidades de atendimento socioeducativo, subsidiando, assim, o monitoramento do acesso a direitos pelos(as) adolescentes e de ações de prevenção e combate à tortura nas unidades socioeducativas. DJERJ, ADM, n. 139, p. 158. - 02/04/2025
22. Aviso 2VP nº 02/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal, que a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, sob a relatoria do Ministro Otávio de Almeida Toledo, na sessão eletrônica de julgamento iniciada em 11/12/2024 e finalizada em 17/12/2024, afetou o Recurso Especial nº 2.161.548/SP para julgamento sob a sistemática dos recursos repetitivos. DJERJ, ADM, n. 139, p. 158. - 02/04/2025
23. Aviso 2VP nº 03/2025 - Avisa aos desembargadores e juízes com competência criminal que a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na sessão de 12 de fevereiro de 2025, cancelou a afetação do Tema n. 1227/STJ. DJERJ, ADM, n. 139, p. 159. - 02/04/2025
24. Aviso 2VP nº 04/2025 - Avisa aos juízes de direito com jurisdição criminal que, quando for determinada a inclusão ou a prorrogação da permanência de preso no sistema penal federal, tal fato seja comunicado à 2ª Vice-Presidência através do endereço de correio eletrônico mencionado. DJERJ, ADM, n. 139, p. 185. - 02/04/2025
25. Aviso 2VP nº 05/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, no dia 18/03/2025, houve o trânsito em julgado do acórdão proferido nos autos do Recurso Extraordinário nº 635.659, paradigma do Tema 506 do E. STF, com a fixação da tese mencionada. DJERJ, ADM, n. 142, p. 23. - 07/04/2025
26. Aviso 2VP nº 06/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que a terceira seção do Superior Tribunal de Justiça, na sessão eletrônica de julgamento iniciada

- em 19/03/2025 e finalizada em 25/03/2025, afetou os REsp nº 2174085/AL e 2174008/AL para julgamento, sob a sistemática dos recursos repetitivos. DJERJ, ADM, n. 142, p. 24. – 07/04/2025
27. Aviso 2VP nº 07/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal, que a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça na sessão eletrônica de julgamento iniciada em 19/03/2025 e finalizada em 25/03/2025, afetou os REsp nº 2174085/AL e 2174008/AL para julgamento sob a sistemática dos recursos repetitivos, da controvérsia mencionada. DJERJ, ADM, n. 149, p. 56. – 16/04/2025
28. Aviso 2VP nº 08/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça na sessão eletrônica de julgamento iniciada em 12/03/2025 e finalizada em 18/03/2025, afetou os REsp nº 1981264/RS e 1988727/RS, para julgamento, sob a sistemática dos recursos repetitivos, da controvérsia mencionada. DJERJ, ADM, n. 149, p. 56. – 16/04/2025
29. Aviso 2VP nº 09/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal, que, em 07/04/2025, foi publicado acórdão do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 1.520.468 - Paraná, reconhecendo a repercussão geral da questão constitucional com proposição do tema mencionado. DJERJ, ADM, n. 149, p. 57. – 16/04/2025
30. Aviso 2VP nº 10/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, no dia 11/04/2025, houve o trânsito em julgado do acórdão proferido nos autos do Recurso Extraordinário nº 1116949, paradigma do Tema 1041 do E. STF, com a fixação da tese mencionada. DJERJ, ADM, n. 149, p. 57. – 16/04/2025
31. Aviso 2VP nº 11/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, no dia 07/05/2025, houve o trânsito em julgado do acórdão proferido nos autos do REsp 2161548/BA, paradigma do Tema 1303 do STJ, com a fixação da tese mencionada. DJERJ, ADM, n. 165, p. 91. – 19/05/2025
32. Aviso 2VP nº 12/2025 - Avisa aos juízes de direito com competência criminal que comuniquem à 2ª Vice-Presidência, através do endereço eletrônico gmf@tjrj.jus.br, a não apresentação presos requisitados para audiências. DJERJ, ADM, n. 167, p. 70. – 21/05/2025
33. Aviso 2VP nº 13/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que a terceira seção do Superior Tribunal de Justiça, sob a relatoria do Ministro Rogério Schietti Cruz, na sessão eletrônica de julgamento iniciada em 02/04/2025 e finalizada em 08/04/2025, afetou os REsp 2074326/MG, REsp 2074041/MG, REsp 2074518/MG e REsp 2073628/MG, para julgamento, sob a sistemática dos recursos repetitivos, da controvérsia mencionada. DJERJ, ADM, n. 173, p. 300. – 29/05/2025

34. Aviso 2VP nº 14/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que a terceira seção do Superior Tribunal de Justiça, sob a relatoria do Ministro Otávio de Almeida Toledo (Desembargador Convocado do TJSP), na sessão eletrônica de julgamento iniciada em 09/04/2025 e finalizada em 15/04/2025, afetou os REsp 2185716/MG, REsp 2186684/MG, REsp 2185960/MG e REsp 2184869/MG, para julgamento, sob a sistemática dos recursos repetitivos, da controvérsia mencionada. DJERJ, ADM, n. 173, p. 300. - 29/05/2025
35. Aviso 2VP nº 15/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que a terceira seção do Superior Tribunal de Justiça, sob a relatoria do Ministro Sebastião Reis Júnior, em 28/04/2025, afetou os REsp 2195928/SP e REsp 2195927/SP para julgamento, sob a sistemática dos recursos repetitivos, da controvérsia mencionada. DJERJ, ADM, n. 173, p. 301. - 29/05/2025
36. Aviso 2VP nº 16/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que a terceira seção do Superior Tribunal de Justiça, sob a relatoria do Ministro Rogério Schietti Cruz, em 05/05/2025, afetou os REsp 2188922/MG, REsp 2188771/MG e REsp 2189504/MG para julgamento, sob a sistemática dos recursos repetitivos, da controvérsia mencionada. DJERJ, ADM, n. 173, p. 301. - 29/05/2025
37. Aviso 2VP nº 17/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que a terceira seção do Superior Tribunal de Justiça, sob a relatoria do Ministro Og Fernandes, em 20/05/2025, afetou os REsp 2166900/SP, REsp 2153215/RJ e REsp 2167128/RJ para julgamento, sob a sistemática dos recursos repetitivos, da controvérsia mencionada. DJERJ, ADM, n. 173, p. 301. - 29/05/2025
38. Aviso 2VP nº 18/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal, que, em 04/04/2025, foi publicada decisão do Ministro Alexandre de Moraes, relator do Recurso Extraordinário com agravo 1.428.742 São Paulo, com determinação de suspensão nacional do processamento e do prazo prescricional de todas as demandas pendentes, em tramitação no território nacional, que tratem da questão delimitada no Tema nº 1.260-STF do e mentário da Repercussão Geral. DJERJ, ADM, n. 173, p. 302. - 29/05/2025
39. Aviso 2VP nº 19/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, no dia 14/05/2025, houve o julgamento de mérito do Recurso Especial nº 2.083.968/MG, paradigma do Tema 1255 do STJ, com a fixação da tese pela terceira seção do Superior Tribunal de Justiça. DJERJ, ADM, n. 173, p. 302. - 29/05/2025
40. Aviso 2VP nº 20/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, no dia 13/05/2025, foi publicado acórdão proferido nos Recursos Especiais nº 2.174.025/AL e 2.174.008/AL, paradigmas do Tema 1318 do STJ, com a fixação da tese mencionada. DJERJ, ADM, n. 173, p. 302. - 29/05/2025
41. Aviso 2VP nº 21/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, em 23/05/2025, foi publicado o acórdão do Recurso Extraordinário nº 1.450.100, paragig-

ma do Tema 1267 do E. STF, com fixação da tese mencionada. DJERJ, ADM, n. 173, p. 302. – 29/05/2025

42. Aviso 2VP nº 22/2025 - Avisa aos desembargadores, juízes de direito, promotores de justiça, defensores públicos, advogados e servidores, que o DMF/CNJ promoverá a 6ª edição do Ciclo de Capacitações do SEEU, na forma da grade programática em anexo, voltado aos magistrados e servidores. DJERJ, ADM, n. 179, p. 73. – 06/06/2025
43. Aviso 2VP nº 23/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que a terceira seção do Superior Tribunal de Justiça, sob a relatoria do Ministro Joel Ilan Paciornik, na sessão eletrônica de julgamento iniciada em 30/04/2025 e finalizada em 06/05/2025, afetou o REsp nº 2174222/AL para julgamento, sob a sistemática dos recursos repetitivos, da controvérsia mencionada. DJERJ, ADM, n. 180, p. 52. – 09/06/2025
44. Aviso 2VP nº 24/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, em 31/05/2025, o Colendo STF reconheceu a existência da repercussão geral da questão suscitada no Recurso Extraordinário 1542482-SP, paradigma do tema 1400 do STF. DJERJ, ADM, n. 180, p. 52. – 09/06/2025
45. Aviso 2VP nº 25/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, em 07/06/2025, com acórdão publicado em 24/06/2025, o Colendo STF reconheceu a existência da repercussão geral da questão mencionada. DJERJ, ADM, n. 200, p. 51. – 11/07/2025
46. Aviso 2VP nº 26/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que a terceira seção do Superior Tribunal de Justiça, na sessão eletrônica de julgamento iniciada em 28/05/2025 e finalizada em 03/06/2025, afetou os REsp nº 2094362/SP e 2078417/SP para julgamento, sob a sistemática dos recursos repetitivos, da controvérsia mencionada. DJERJ, ADM, n. 200, p. 52. – 11/07/2025
47. Aviso 2VP nº 27/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que a terceira seção do Superior Tribunal de Justiça na sessão eletrônica de julgamento iniciada em 28/05/2025 e finalizada em 03/06/2025, afetou os REsp nº 2037377/SC e 2037447/SC para julgamento, sob a sistemática dos recursos repetitivos, da controvérsia mencionada. DJERJ, ADM, n. 200, p. 52. – 11/07/2025
48. Aviso 2VP nº 28/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que a terceira seção do Superior Tribunal de Justiça na sessão eletrônica de julgamento iniciada em 28/05/2025 e finalizada em 03/06/2025, afetou os REsp nº 2073971/SP e 2089938/SP para julgamento, sob a sistemática dos recursos repetitivos da controvérsia mencionada. DJERJ, ADM, n. 200, p. 52. – 11/07/2025

49. Aviso 2VP nº 29/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que a terceira seção do Superior Tribunal de Justiça na sessão eletrônica de julgamento iniciada em 28/05/2025 e finalizada em 03/06/2025, afetou o REsp nº 2006460/SP para julgamento, sob a sistemática dos recursos repetitivos, da controvérsia mencionada. DJERJ, ADM, n. 200, p. 53. – 11/07/2025
50. Aviso 2VP nº 30/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que a terceira seção do Superior Tribunal de Justiça na sessão eletrônica de julgamento iniciada em 28/05/2025 e finalizada em 03/06/2025, afetou os REsp nº 2072985/DF, 2082712/MG, 2117779/MG, 2073005/MG, 2082999/MG para julgamento, sob a sistemática dos recursos repetitivos, da controvérsia mencionada. DJERJ, ADM, n. 200, p. 53. – 11/07/2025
51. Aviso 2VP nº 31/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que a terceira seção do Superior Tribunal de Justiça na sessão eletrônica de julgamento iniciada em 28/05/2025 e finalizada em 03/06/2025, afetou o REsp nº 2006460/SP para julgamento, sob a sistemática dos recursos repetitivos, da controvérsia mencionada. DJERJ, ADM, n. 200, p. 53. – 11/07/2025
52. Aviso 2VP nº 32/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, no dia 10/06/2025, foi publicado acórdão proferido nos Recursos Especiais nº 2195928/SP e 2195927/SP, paradigmas do Tema 1336 do STJ, com a fixação da tese mencionada. DJERJ, ADM, n. 200, p. 54. – 11/07/2025
53. Aviso 2VP nº 33/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que a terceira seção do Superior Tribunal de Justiça na sessão eletrônica de julgamento iniciada em 30/04/2025 e finalizada em 06/05/2025, afetou o REsp nº 2165459/RS para julgamento, sob a sistemática dos recursos repetitivos, da controvérsia mencionada. DJERJ, ADM, n. 200, p. 55. – 11/07/2025
54. Aviso 2VP nº 34/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, em 14/06/2025, com acórdão publicado em 24/06/2025, o Colendo STF reconheceu a existência da repercussão geral da questão mencionada. DJERJ, ADM, n. 200, p. 55. – 11/07/2025
55. Aviso 2VP nº 35/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, no dia 30/06/2025, foi publicado acórdão proferido nos Recursos Especiais nº 1953602/SP, 1986619/SP, 1987628/SP, 1987651/RS paradigmas do Tema 1258 do STJ, com a fixação da tese mencionada. DJERJ, ADM, n. 200, p. 56. – 11/07/2025
56. Aviso 2VP nº 36/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, em 25/06/2025, o Colendo STF julgou o mérito do ARE 1.042.075, paradigma do Tema 977, tendo sido fixada a tese mencionada. - DJERJ, ADM, n. 200, p. 56. – 11/07/2025

57. Aviso 2VP nº 37/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, sob a relatoria do Exmo. Ministro Sebastião Reis Júnior, afetou, em 09/07/2025, os REsp nº 2205262/RJ, 2201422/RJ e 2200477/RJ para julgamento, sob a sistemática dos recursos repetitivos, da controvérsia mencionada. DJERJ, ADM, n. 220, p. 24. – 08/08/2025
58. Aviso 2VP nº 38/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que foi publicada decisão no Recurso Extraordinário 1339629 do E. STF. DJERJ, ADM, n. 220, p. 24. – 08/08/2025
59. Aviso 2VP nº 39/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que o Egrégio Supremo Tribunal Federal, em 20/08/2025, no bojo do Recurso Extraordinário 1.537.165, proferiu decisão determinando o sobrestamento de todos os processos que tratem da matéria discutida no Tema 1.404, bem como a suspensão dos efeitos das decisões que contrariem o entendimento firmado no Tema 990, e da contagem do prazo de prescrição da pretensão punitiva nos processos sobrestados. DJERJ, ADM, n. 231, p. 40. – 25/08/2025
60. Aviso 2VP nº 40/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, no dia 05/08/2025, houve o trânsito em julgado do acórdão proferido nos autos do REsp 2083968/MG, paradigma do Tema 1255 do STJ, com a fixação da tese mencionada. DJERJ, ADM, n. 233, p. 146. – 27/08/2025
61. Aviso 2VP nº 41/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, em 06/08/2025, o Colendo STF reconheceu a existência da repercussão geral da questão suscitada no Recurso Extraordinário 1406564, paradigma do Tema 1411 do STF. DJERJ, ADM, n. 233, p. 146. – 27/08/2025
62. Aviso 2VP nº 42/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, em 06/08/2025, o Colendo STF reconheceu a existência da repercussão geral da questão suscitada no ARE 1537713, paradigma do Tema 1412 do STF. DJERJ, ADM, n. 233, p. 147. – 27/08/2025
63. Aviso 2VP nº 43/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, no dia 19/08/2025, foi publicado acórdão proferido nos autos do REsp 2121878/SP paradigma do Tema 1278 do STJ. DJERJ, ADM, n. 233, p. 148. – 27/08/2025
64. Aviso 2VP nº 44/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que o Egrégio Supremo Tribunal Federal, em 22/08/2025, nos autos do Recurso Extraordinário 1.537.165, proferiu decisão explicitando as hipóteses em que cabíveis o sobrestamento dos processos e da contagem do prazo da prescrição da pretensão punitiva que tratem da matéria discutida no Tema 1.404. DJERJ, ADM, n. 233, p. 148. – 27/08/2025

65. Aviso 2VP nº 45/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, em 14/08/2025, houve o trânsito em julgado do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Agravo em Recurso Extraordinário 959620, paradigma do Tema 998 do STF, com a fixação da tese mencionada. DJERJ, ADM, n. 13, p. 38. – 17/09/2025
66. Aviso 2VP nº 46/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, no dia 15/08/2025, foi publicado o acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal autos do Agravo em Recurso Extraordinário 1537713, paradigma do Tema 1412 do STF, com reconhecimento da repercussão geral da controvérsia mencionada. DJERJ, ADM, n. 13, p. 39. – 17/09/2025
67. Aviso 2VP nº 47/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, no dia 15/08/2025, foi publicado o acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal autos do Recurso Extraordinário 1554371, paradigma do Tema 1413 do STF, com o reconhecimento da repercussão geral da controvérsia mencionada. DJERJ, ADM, n. 13, p. 39. – 17/09/2025
68. Aviso 2VP nº 48/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que o Egrégio Supremo Tribunal Federal, em 22/08/2025, proferiu decisão nos autos do Recurso Extraordinário 608588 SP, paradigma do Tema 656 do STF, com a fixação da tese mencionada. DJERJ, ADM, n. 13, p. 39. – 17/09/2025
69. Aviso 2VP nº 49/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, no dia 14/08/2025, houve o trânsito em julgado do acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça nos autos dos Recursos Especiais nº 2174028/AL e 2174008/AL, paradigmas do Tema 1318 do STJ, com a fixação da tese mencionada. DJERJ, ADM, n. 13, p. 40. – 17/09/2025
70. Aviso 2VP nº 50/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, no dia 18/08/2025, foi publicado acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça nos autos dos Recursos Especiais nº 2186684/MG, 2185716/MG, 2184869/MG, 2185960/MG, paradigmas do Tema 1333 do STJ, com a fixação da tese mencionada. DJERJ, ADM, n. 13, p. 40. – 17/09/2025
71. Aviso 2VP nº 51/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça na sessão eletrônica de julgamento iniciada em 13/08/2025 e finalizada em 19/08/2025, afetou o REsp 2204349/MG para julgamento, sob a sistemática dos recursos repetitivos, da controvérsia mencionada. DJERJ, ADM, n. 13, p. 41. – 17/09/2025
72. Aviso 2VP nº 52/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça na sessão eletrônica de julgamento iniciada em 13/08/2025 e finalizada em 19/08/2025, afetou os REsp nº 2208609/RS, 2211237/RS, 221724/RO para julgamento, sob a sistemática dos recursos repetitivos, da controvérsia mencionada. DJERJ, ADM, n. 13, p. 41. – 17/09/2025

73. Aviso 2VP nº 53/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, sob a relatoria do Exmo. Ministro Joel Ilan Paciornik, na sessão eletrônica de julgamento iniciada em 20/08/2025 e finalizada em 26/8/2025, afetou o REsp nº 2205709/MG para julgamento, sob a sistemática dos recursos repetitivos, da controvérsia mencionada. DJERJ, ADM, n. 13, p. 42. – 17/09/2025
74. Aviso 2VP nº 54/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, no dia 03/09/2025, houve o trânsito em julgado do acórdão proferido nos Recursos Especiais nº 1953602/SP, 1986619/SP, 1987628/SP, 1987651/RS, paradigmas do Tema 1258 do STJ, com a fixação da tese mencionada. DJERJ, ADM, n. 13, p. 42. – 17/09/2025
75. Aviso 2VP nº 55/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, em 13/09/2025, o Colendo STF reconheceu a existência da repercussão geral da questão suscitada no Recurso Extraordinário 1562740, paradigma do tema 1425 do STF. DJERJ, ADM, n. 34, p. 21. – 16/10/2025
76. Aviso 2VP nº 56/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que o Egrégio Supremo Tribunal Federal, em 18/09/2025, foi publicado o acórdão de repercussão geral nos autos do Recurso Extraordinário 1.406.564 MS, paradigma do Tema 1411 do STF. DJERJ, ADM, n. 34, p. 21. – 16/10/2025
77. Aviso 2VP nº 57/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, em 24/09/2025, houve a publicação do acórdão proferido nos autos do Recurso Extraordinário com agravo 1.042.075 RJ, paradigma do Tema 977 do STF, com a fixação da tese mencionada. DJERJ, ADM, n. 34, p. 21. – 16/10/2025
78. Aviso 2VP nº 58/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, em 25/09/2025, houve o trânsito em julgado do acórdão proferido nos autos do Recurso Extraordinário 1448742, paradigma do Tema 1303 do STF, com a fixação da tese mencionada. DJERJ, ADM, n. 34, p. 22. – 16/10/2025
79. Aviso 2VP nº 59/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que a terceira seção do Superior Tribunal de Justiça cancelou, em 15/09/2025, a afetação do Tema 1222. DJERJ, ADM, n. 34, p. 23. – 16/10/2025
80. Aviso 2VP nº 60/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, no dia 16/09/2025, foi publicado acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça nos autos do Recurso Especial nº 2001973/RS paradigma do Tema 1194 do STJ, com a fixação da tese mencionada. DJERJ, ADM, n. 34, p. 23. – 16/10/2025
81. Aviso 2VP nº 61/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que a terceira seção do Superior Tribunal de Justiça, sob a relatoria do Ministro Rogério Schietti Cruz, afetou, em 18/09/2025, os REsp nº 2192373/RN e 2179802/RN para julgamento, sob a sistemática dos recursos repetitivos, da controvérsia mencionada. DJERJ, ADM, n. 34, p. 23. – 16/10/2025

82. Aviso 2VP nº 62/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que a terceira seção do Superior Tribunal de Justiça, sob a relatoria do Ministro Rogério Schietti Cruz, afetou, em 18/09/2025, o REsp nº 2052194/MG para julgamento, sob a sistemática dos recursos repetitivos, da controvérsia mencionada. DJERJ, ADM, n. 34, p. 24. – 16/10/2025
83. Aviso 2VP nº 63/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que a terceira seção do Superior Tribunal de Justiça, sob a relatoria do Ministro Rogério Schietti Cruz, afetou, em 19/09/2025, os REsp nº 2204874/SP, 2195564/SP e 2206612/SP para julgamento, sob a sistemática dos recursos repetitivos, da controvérsia mencionada. DJERJ, ADM, n. 34, p. 25. – 16/10/2025
84. Aviso 2VP nº 64/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, em 25/09/2025, houve a publicação do acórdão proferido nos autos dos Resp 2003735/PR e 2004455/PR, paradigmas do Tema 1262 do STJ, com a fixação da tese mencionada. DJERJ, ADM, n. 34, p. 25. – 16/10/2025
85. Aviso 2VP nº 65/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, em 01/10/2025, foi publicado o acórdão de repercussão geral nos autos do Recurso Extraordinário 1498445-AM, paradigma do Tema 1436 do STF. DJERJ, ADM, n. 34, p. 25. – 16/10/2025
86. Aviso 2VP nº 66/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, em 15/10/2025, houve a publicação do acórdão proferido nos autos do Resp 1960300/GO, paradigma do Tema 1192 do STJ, com a fixação da tese mencionada. DJERJ, ADM, n. 38, p. 25. – 22/10/2025
87. Aviso 2VP nº 67/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, em 14/10/2025, houve a publicação do acórdão de desafetação nos autos do REsp 2165459/RS, paradigma do Tema 1361 do STJ. DJERJ, ADM, n. 38, p. 26. – 22/10/2025
88. Aviso 2VP nº 68/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que o Supremo Tribunal Federal, em Sessão Virtual de 03/10/2025 a 10/10/2025, por maioria dos votos, julgou parcialmente procedente o pedido formulado na ADI 3.034, conferindo interpretação conforme à Constituição ao artigo 35, inciso XII, da Lei Complementar nº 106/2003, do Estado do Rio de Janeiro - Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Rio De Janeiro. DJERJ, ADM, n. 41, p. 23. – 27/10/2025
89. Aviso 2VP nº 69/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, no dia 23/10/2025, houve o trânsito em julgado do acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça nos autos dos REsp nº 2015598/PA, paradigma do Tema 1186 do STJ, com a fixação da tese mencionada. DJERJ, ADM, n. 60, p. 28. – 26/11/2025

90. Aviso 2VP nº 70/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, no dia 29/10/2025, houve a publicação do acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça nos autos dos REsp nº 2205709/MG, paradigma do Tema 1377 do STJ, com a fixação da tese mencionada. DJERJ, ADM, n. 60, p. 29. – 26/11/2025
91. Aviso 2VP nº 71/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que a terceira seção do Superior Tribunal de Justiça, sob a relatoria do Ministro Ribeiro Dantas, afetou, em 29/10/2025, os REsp nº 2208052/PI, 2221815/MS, 2222329/MS, 2222328/MS e 2200853/PI, para julgamento, sob a sistemática dos recursos repetitivos, a controvérsia mencionada. DJERJ, ADM, n. 60, p. 29. – 26/11/2025
92. Aviso 2VP nº 72/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, no dia 12/11/2025, houve a publicação do acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça nos autos dos REsp nº 2085556/MG, 2086269/MG, 2087212/MG, paradigmas do Tema 1236 do STJ, com a fixação da tese mencionada. DJERJ, ADM, n. 60, p. 30. – 26/11/2025
93. Aviso 2VP nº 73/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, no dia 12/11/2025, houve a publicação do acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça nos autos dos REsp nº 2088626/RS e 2100005/RS, paradigmas do Tema 1269 do STJ, com a fixação da tese mencionada. DJERJ, ADM, n. 60, p. 30. – 26/11/2025
94. Aviso 2VP nº 74/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que a terceira seção do Superior Tribunal de Justiça, sob a relatoria do Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, afetou, em 13/11/2025, o REsp nº 2195921/AL, para julgamento, sob a sistemática dos recursos repetitivos, a controvérsia mencionada. DJERJ, ADM, n. 60, p. 30. – 26/11/2025
95. Aviso 2VP nº 75/2025 - Avisa aos magistrados com competência criminal que, no dia 18/11/2025, houve a publicação do acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça nos autos dos REsp nº 2166900/SP, 2153215/RJ e 2167128/RJ, paradigmas do Tema 1347 do STJ, com a fixação da tese mencionada. DJERJ, ADM, n. 60, p. 30. – 26/11/2025



13, Promoção de Mecanismos de Controle e Transparência



13. Promoção de Mecanismos de Controle e Transparência

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ participa do Programa Nacional de Combate à Corrupção - PNPC desde o ano de 2021. O PNPC, coordenado pela Rede de Controle dos Estados e voltado aos gestores de todas as esferas de governo e poderes, tem por objetivo proporcionar diagnóstico de pontos vulneráveis e sugerir ações (roteiro de atuação) que, se adotadas, poderiam, em tese, diminuir a fragilidade e melhorar o nível de segurança no tocante à fraude e corrupção. Durante o biênio, a participação do TJRJ foi atualizada, isto é, novo questionário foi respondido, incluindo ações que foram implementadas no período, gerando, por conseguinte, novo roteiro de atuação.

O TJRJ implementou ou tem previsão de implementar diversas ações que vão ao encontro de práticas sugeridas no PNPC, como a criação do Código de Ética do Servidor e Colaborador do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a instituição do Canal de Denúncia de Integridade, o levantamento, controle e monitoramento de riscos de integridade, a disponibilização do canal de consulta para atender dúvidas a respeito de conflito de interesses, entre outros. São ações que, igualmente, se coadunam com o Programa de Integridade do TJRJ.

Ressalta-se, ainda, o esforço crescente para atingir melhores níveis de transparência, importante instrumento no combate e prevenção à corrupção, constituindo ferramenta eficaz de controle social da administração pública brasileira.

Além de participar do Ranking da Transparência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que avalia o nível de transparência do Poder Judiciário, o TJRJ também participa do Programa Nacional de Transparência Pública desenvolvido pela Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON, que tem por objetivo promover ações voltadas à ampliação da transparência, aplicáveis a entes dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. No PNTP, são avaliados os portais institucionais e o cumprimento de uma série de requisitos que visam incrementar o acesso a informações e dados ao cidadão.

Neste ano de 2025, o TJRJ obteve o maior nível de transparência no Ranking do CNJ, alcançando a 1ª colocação entre os tribunais estaduais de grande porte, o 6º lugar entre os tribunais estaduais em geral e a 21ª colocação geral, consideradas as 94 instituições participantes.

Já no PNTP, o TJRJ obteve, em 2025, seu melhor desempenho desde que começou a participar do programa, obtendo o Selo Ouro de Transparência, o que significa um grande salto de melhoria em curto espaço de tempo. A Transparência Institucional tem sido, realmente, uma grande preocupação do TJRJ que vem intensificando ações desde 2023. Em 2025, em especial, criou, em sua estrutura, uma unidade específica para cuidar do

tema, a Divisão de Transparência Institucional, que integra o Departamento de Integridade da Secretaria-Geral de Governança, Inovação e Compliance - SGGIC. Além disso, criou a Política de Transparência Institucional, a partir da qual foi editado o Manual de Transparência, instrumento no qual foram estabelecidos metodologia e critérios norteadores da transparência no âmbito do Tribunal.

PROCESSOS DO CONSELHO DA MAGISTRATURA

Durante 2025, foram distribuídos 19 recursos administrativos hierárquicos interpostos em processos administrativos disciplinares, ou relativos à matéria disciplinar, e foram baixados definitivamente 22 processos, quantitativo que representa 66,67% do total de processos em matéria disciplinar que tramitaram perante o Conselho da Magistratura no ano de 2025.

Aprimoramento das políticas de controle interno

A auditoria interna do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) é conduzida pelo Núcleo de Auditoria Interna, visando auxiliar o Tribunal no alcance dos objetivos estratégicos, adotando uma abordagem sistemática e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle e de governança. Com o compromisso de fortalecer a transparência e a eficiência do TJRJ, o Núcleo desenvolveu no exercício de 2025 as ações descritas nos tópicos abaixo.

- Cursos Ministrados por Servidores do NAI

Na área de Controle Interno, em 2025, foram oferecidos os seguintes cursos:

Curso	Público-alvo
Orçamento Público	Gestores - área administrativa e judiciária
PALESTRA AO VIVO – “Afinal, qual a diferença entre Auditoria Interna e Controle Interno?”	Servidores das áreas administrativa e judiciária

- Conselho de Administração para Aperfeiçoamento e Valorização da Governança e dos Gestores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (CONAD)

Com o propósito de promover a integração da governança administrativa, o aperfeiçoamento da gestão e a valorização dos servidores e gestores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ), destaca-se a participação de representantes do Núcleo de Auditoria Interna no Conselho de Administração para Aperfeiçoamento e Valorização da Governança e dos Gestores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (CONAD), instituída pelo Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 12/2025.

A participação do NAI ocorre exclusivamente na condição de facilitador de consultoria, com atribuições restritas à facilitação de processos de discussão em reuniões relacionadas à gestão de riscos, controles internos ou governança, bem como sendo-lhe vedado assumir cogestão, redigir minutas decisórias, negociar compromissos ou executar atividades operacionais.

- Campanha - Mês de Conscientização da Auditoria Interna

Outra atuação importante na busca pelo fortalecimento da política de controle interno, com foco em capacitação e disseminação de conhecimento, foi a promoção, durante todo o mês de maio de 2025 (mês da conscientização da auditoria interna), da campanha “Transparência que Gera Valor”.



Informativos sobre a campanha foram estrategicamente disponibilizados nos totens digitais, que ficam em pontos de grande circulação nos prédios do Poder Judiciário.

A campanha mencionada convidou os servidores, colaboradores e magistrados para a construção de um ambiente pautado pela transparência e pela confiança, além de difundir a auditoria interna como um instrumento de aprimoramento institucional.

Com a colaboração da Divisão de Comunicação Interna da Secretaria-Geral de Gestão do Conhecimento, bem como do Serviço de Redes Sociais, à época, da Assessoria Especial de Imprensa, foram elaborados informes internos e postagens nas redes sociais promovendo a atividade de auditoria interna.



*Exemplo de postagem informativa da campanha
“Transparência que Gera Valor” nas redes sociais do Tribunal*

Com as ações desenvolvidas, o Núcleo de Auditoria do TJRJ participou do concurso promovido pelo Instituto Internacional dos Auditores Internos - IIA Brasil e, por conseguinte, conquistou o prêmio IIA May Brasil 2025, dedicado às organizações que realizam as melhores ações de conscientização sobre a atividade de auditoria interna, tendo recebido troféu e selo de reconhecimento. Ademais, o selo de premiação do IIA-Brasil foi incluído no repositório institucional de selos/prêmios.

Com efeito, o reconhecimento no IIA MAY reforça a cultura de integridade, governança e melhoria contínua, valorizando a atuação técnica da Auditoria Interna, estimulando o engajamento de servidores e contribuindo para o fortalecimento da imagem do Tribunal perante a sociedade e órgãos de controle.

- Painel de Monitoramento das Determinações da Presidência

Em 2025, o NAI desenvolveu o Painel de Monitoramento das Determinações da Presidência com o propósito de oferecer uma visão estratégica, integrada e atualizada sobre o cumprimento das determinações presidenciais no PJERJ. A iniciativa visa fortalecer a governança, ampliar a transparência e aprimorar o acompanhamento das ações prioritárias.

Ao consolidar informações essenciais, como total de determinações, status de implementação e séries históricas, o painel se torna um instrumento de apoio à tomada de decisão e ao monitoramento contínuo das unidades responsáveis.



O NAI espera que esta ferramenta contribua de forma significativa para o aumento da efetividade e do ritmo de implementação das recomendações, promovendo maior eficiência e alinhamento institucional.

• Programa de Qualidade de Auditoria (PQA) e Questionário de Avaliação Contínua

Durante o exercício de 2025, houve prosseguimento ao ciclo de avaliações internas previstas no Programa de Qualidade de Auditoria (PQA) instituído pelo Ato Normativo nº 21/2021, em cumprimento às diretrizes estabelecidas nas Resoluções CNJ 308/2020 e 309/2020.

Assim, em cumprimento ao Ato Normativo nº 21/2021 que instituiu o referido programa, bem como de acordo com os critérios e procedimentos previstos na RAD-NAI-010, foram aplicadas as avaliações internas (FRM-NAI-010-01) ao final de cada trabalho previsto no Plano Anual de Auditoria – PAA 2025, com o objetivo de verificar a eficiência dos processos de auditoria, incluindo o planejamento, a execução, a supervisão, a comunicação dos resultados e o monitoramento, avaliando a qualidade dos trabalhos, produzindo informações gerenciais, promovendo a melhoria contínua da atividade de auditoria interna, visando identificar possíveis necessidades de aprimoramento.

Com efeito, o PQA tem por objetivo verificar a conformidade dos trabalhos de auditoria com o Estatuto de Auditoria Interna (Ato Normativo nº 16/ 2021), com as normas de conduta do NAI (Ato Normativo TJ nº 45/2023), e com as diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ nº 309/2020, bem como identificar possíveis fragilidades com potencial de comprometer a qualidade das atividades desenvolvidas, além de identificar oportunidades de melhorias.

Assim sendo, para cada auditoria realizada pelas Divisões de Auditoria Operacional e de Engenharia (NAI-DIAOP), Divisão de Auditoria de Finanças (NAI-DIAUF) e para cada monitoramento executado pela Divisão de Monitoramento de Auditoria (NAI-DIMON), foi aplicada uma autoavaliação.

Conforme manifestações de referidas divisões não foram identificadas nas fases de planejamento, execução e comunicação dos resultados possíveis oportunidades de melhoria no processo de trabalho, nem fragilidades com potencial de comprometer a qualidade da atividade de auditoria interna em relação às ações realizadas durante o exercício de 2025.

Ainda em cumprimento ao Ato Normativo TJ nº 21/2021 e de acordo com os critérios e procedimentos previstos na RAD-NAI-010, a Divisão de Monitoramento de Auditoria (NAI-DIMON) realizou, ao longo do exercício de 2025, a avaliação contínua dos trabalhos de auditoria previstos no PAA-2025, mediante a aplicação do FRM-NAI-010-01 (Questionário de Avaliação Contínua - Unidades Auditadas), respondido pelos representantes das unidades auditadas, após o término das reuniões de encerramento dos respectivos trabalhos de auditoria. Segundo a NAI-DIMON, a percepção das unidades auditadas em relação aos trabalhos desenvolvidos pelo NAI, no exercício de 2025, é 99,56% (noventa e nove inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento) positiva.

Registre-se, por oportuno, que a avaliação contínua visa obter feedback das unidades auditadas para aferir a percepção sobre a agregação de valor da atividade de auditoria interna e a qualidade dos trabalhos de auditoria realizados.

- Novo Manual de Consultoria



Manual de Consultoria do NAI

Em 2025, em consonância com os direcionadores estratégicos do NAI, sobretudo a visão, elaboramos o Manual de Consultoria.

Com efeito, o Estatuto da Auditoria Interna Governamental do PJERJ (Ato Normativo TJ nº 16/2021) e o Manual de Auditoria Interna do PJERJ (MAN-NAI-007-01) traziam as principais diretrizes e conceitos da consultoria, enquanto modalidade de auditoria, mas ainda se mostrava premente um documento que estabelecesse os requisitos e procedimentos para a realização efetiva de tal atividade.

O documento foi desenvolvido, ademais, em alinhamento com as diretrizes estabelecidas pelo CNJ, buscando fortalecer as práticas de consultoria no âmbito do Tribunal e promover maior eficiência e qualidade nos trabalhos realizados.

• Plano Anual de Auditoria (PAA)

No Plano Anual de Auditoria (PAA) de 2025, publicado no Diário Oficial Eletrônico – DJE-RJ em 05 de dezembro de 2024, com alterações publicadas em 13/01/2025, 27/05/2025 e 18/08/2025, foram previstas 23 (vinte e três) ações/atividades distribuídas entre suas divisões, sendo estas classificadas em cinco auditorias de conformidade, cinco auditorias de gestão, uma auditoria coordenada pelo CNJ, oito auditorias, duas ações/atividades de consultoria, uma ação/atividade de monitoramento e um levantamento.

Ação Realizada pelo NAI	Quantidade
Auditorias de Conformidade	5 atividades
Auditorias de Gestão	5 atividades
Auditorias Coordenadas	1 atividade
Auditorias	8 atividades
Levantamentos	1 atividade
Consultorias	2 atividades
Monitoramento	1 atividade

Algumas ações/atividades são executadas sob demanda contínua pelo NAI, como as ações de monitoramento, consultoria e acompanhamento da gestão. Por este motivo, apesar de serem computadas no PAA como uma única ação/atividade, sua quantificação, ao final, ocorre de acordo com o volume de trabalhos realizados.

• Monitoramentos Realizados

No ano de 2025, foram realizados 17 (dezessete) monitoramentos pela Divisão de Monitoramento de Auditoria - DIMON. Dentre os trabalhos concluídos, destacam-se os monitoramentos das Prestações de Contas Anuais de Gestão do TJERJ e do Fundo Especial do TJERJ, processos SEI nº 2024-06026955 e SEI nº 2024-06026957, respectivamente, bem como das Ações Coordenadas da auditoria sobre a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, processos SEI nº 2024-06048738, e para a avaliação de acessibilidade digital do Poder Judiciário, processo SEI nº 2021-0668295.

Das determinações presidenciais monitoradas, 35,71% foram implementadas, 40,48% encontram-se em fase de implementação e 16,67% não foram implementadas. No tocante às “De-

mais Situações” (7,14%), é importante esclarecer que o rótulo engloba situações de determinações com perda de objeto e de determinações a serem avaliadas em próximo monitoramento.

Por fim, informamos que o cálculo dos percentuais apresentados não contemplou ressalvas de prestações de contas, ou seja, tratou exclusivamente de determinações presidenciais oriundas de propostas de encaminhamento apresentadas em relatórios de auditoria.

Classificação do Monitoramento	Grau de Implementação
Determinações Implementadas	35,71%
Determinações em Implementação	40,48%
Determinações não implementadas	16,67%
Demais Situações	7,14%

Os trabalhos de auditoria realizados tiveram como objetivo a apresentação de oportunidades de melhoria, além da atuação na atividade pedagógica e de consultoria, buscando o fortalecimento do ambiente de controle institucional e a padronização dos procedimentos das unidades técnicas, em atenção às normas vigentes.

▪ Modelo de seleção de Auditorias



Plano Anual de Auditoria 2026 do NAI

Cabe destacar que no corrente exercício, o PAA foi baseado em critérios de riscos, atendendo às exigências da Resolução nº 309, de 11 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (alterada pela Resolução nº 422 de 28 de setembro de 2021), a qual estabelece as diretrizes técnicas relativas ao planejamento das auditorias.

A adoção do PAA baseado em critérios de riscos foi um ponto de grande relevância no aprimoramento das atividades de auditoria, contribuindo para a manutenção da objetividade e da autonomia técnica indispensáveis à atuação do auditor.

Com efeito, o NAI adotava como principal critério de seleção das ações a expertise do auditor interno acerca do Universo de Auditoria, no entanto, a partir do ano de 2023, uma nova metodologia de seleção foi aplicada. Somou-se à experiência do auditor interno uma abordagem de seleção de auditoria baseada em fatores de riscos, tais como:

- Materialidade
- Criticidade
- Relevância

Nesse sentido, a adoção dessa nova sistemática de planejamento de auditoria permitiu uma visão panorâmica dos macroprocessos auditáveis do PJERJ, o que viabilizou uma atuação mais assertiva na tomada de decisão deste NAI. Dessa forma, espera-se que os resultados advindos das ações elencadas neste plano adicionem valor à gestão do Tribunal, bem como ao aperfeiçoamento de aspectos relacionados à eficiência, eficácia, efetividade, economicidade e transparência dos atos de gestão.

- Prestação de Contas

Em atendimento ao disposto na Deliberação TCE-RJ nº 278/17, foram realizadas as avaliações substancial e de conformidade das prestações de contas da unidade gestora do TJRJ, do Fundo Especial do Tribunal de Justiça - FETJ, do Fundo Especial da Escola da Magistratura - FEEMERJ e do Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais – FUNARPEN, bem como relacionados à documentação dos responsáveis por bens em almoxarifado do FEEMERJ e da unidade gestora do TJRJ; do responsável por bens patrimoniais da unidade gestora do TJRJ; dos responsáveis pela tesouraria da unidade gestora do TJRJ, do FETJ, do FUNARPEN e do FEEMERJ.

Prestação de Contas Analisadas pelo Núcleo de Auditoria Interna
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ
Fundo Especial do Tribunal de Justiça - FETJ
Fundo Especial da Escola da Magistratura - FEEMERJ
Fundo de Apoio ao Registro Civil de Pessoas Naturais – FUNARPEN
Responsável por bens em almoxarifado do FEEMERJ
Responsável por bens em almoxarifado da unidade gestora do TJRJ;
Responsável por bens patrimoniais da unidade gestora do TJRJ

Prestação de Contas Analisadas pelo Núcleo de Auditoria Interna
Responsável pela tesouraria do TJRJ
Responsável pela tesouraria do FETJ
Responsável pela tesouraria do FUNARPEN
Responsável pela tesouraria do FEEMERJ

Outrossim, em cumprimento à Deliberação TCE-RJ nº 278/17 c/c Portaria SGE nº 03/18, o TJRJ encaminhou à Egrégia Corte de Contas, em 2025, um processo de PCA do ordenador de despesas do TJRJ, referente ao exercício de 2024. As demais PCAs não foram selecionadas para envio.

A PCA de 2024 foi autuada sob o número Proc. SEI TJ nº 2025-06054606 (ORDENADOR DE DESPESA TJ - REGULARIDADE DAS CONTAS COM RESSALVAS) e, até a emissão do presente relatório, ainda está pendente de julgamento na Egrégia Corte de Contas (Proc. TCE 105899-3/25).

• Informativos da Auditoria

Por fim, dando seguimento ao nosso compromisso pedagógico de disseminar entre as unidades administrativas que integram o TJRJ, as atividades desenvolvidas por este NAI, foram divulgados, por meio de correspondência eletrônica, e disponibilizados, no sítio deste Tribunal, informativos sobre os seguintes temas:

1. Prestação de contas de término de mandato;
2. Política de incentivo à participação institucional feminina no Poder Judiciário – Auditoria Coordenada do CNJ;
3. Campanha “Transparência que gera valor” – Mês Internacional de Conscientização da Auditoria Interna;
4. Como funciona a capacitação dos auditores internos;
5. Como nasce o Plano Anual de Auditoria Interna (PAA);
6. A importância do representante da unidade auditada;
7. Novo Painel de Monitoramento do NAI.



Primeiro informativo do NAI no exercício de 2025

Os informativos podem ser acessados por meio do seguinte link:

<https://www.tjrj.jus.br/institucional/presidencia/nucleodeauditoriainterna/inform-nai>

• Apoio ao Controle Externo

A Auditoria Interna, alinhada com seus objetivos constitucionais, desempenha um papel importante no apoio ao controle externo em sua missão institucional. Nessa perspectiva, o NAI, com o auxílio do Serviço de Apoio ao Controle Externo (NAI-DITEC-SEACE), presta apoio ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) no que diz respeito aos Termos de Solicitação de Informações e Documentos (TSIDs) encaminhados ao TJRJ para obtenção de informações essenciais ao TCE-RJ.

Nesse contexto, compete ao NAI colaborar com as unidades às quais as informações foram solicitadas pelo TCE-RJ, visando garantir que as respostas sejam fornecidas de maneira eficiente, bem como assegurando o cumprimento das exigências impostas pelo TCE-RJ.

Destarte, ao longo do ano de 2025, foram encaminhados 9 (nove) TSIDs pelo TCE-RJ ao TJRJ nos temas: I. Auditoria sobre controles nos descontos na folha de pagamento dos aposentados e pensionistas (Fiscalização 65/2025 - TSID 01/2025); II. Auditoria sobre controles na segurança da informação (Fiscalização 15/2025 - TSID 01/2025); III. Auditoria sobre controles dos atos referentes às contratações de TI (Ofício CAD TI nº 1411/2025 - TSID 01/2025), IV. Auditoria de conformidade sobre lançamento dos dados no módulo folha de pagamento do sistema e-TCERJ (Fiscalização 14/2025 - TSID 01/2025) e V. Auditoria para verificar se as contas contábeis que repercutem na apuração da disponibilidade de caixa, inclusive por fonte de recursos, das demonstrações financeiras apresentam, em todos os aspectos relevantes, a real situação financeira e patrimonial em 31/12/2025, se estão de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável, bem como verificar o cumprimento dos apontamentos das auditorias financeiras realizadas em exercícios anteriores (TSID nº 12022/2025 - Ofício 3626/25).

Importa registrar, por oportuno, que este TJRJ foi provocado 3 (três) vezes quanto ao tema auditoria sobre controles na segurança da informação e 3 (três) vezes quanto ao tema auditoria sobre controles dos atos referentes às contratações de TI.

Ainda em relação ao apoio ao controle externo, tramitaram por este Núcleo de Auditoria Interna 86 (oitenta e seis) processos de pessoal, bem como 3 (três) de contratos e 15 (quinze) com outros temas, os quais foram classificados com base no grau de relevância das decisões preliminares do TCE-RJ para a gestão do PJERJ, conforme tabelas abaixo.

Atos de Pessoal:

Classificação	Natureza
Alta relevância	Não houve nenhuma decisão de alta relevância no período;
Média relevância	Recusa de registro de aposentadoria;
Baixa relevância	Diligências para solicitação de esclarecimentos referentes à incorporação de cargos comissionados; comprovação de forma de ingresso do servidor no cargo público, apresentação da declaração de escolaridade, determinação de registro de aposentadoria.

Atos e Contratos:

Classificação	Natureza
Alta relevância	TSID 01 (Ofício CAD TI nº 1411/2025- auditoria sobre controles dos atos referentes às contratações de TI); Tomada de Contas referente à parceria com o IBISS; Representação sobre prestação de serviços especializados de digitalização de processos
Média relevância	Não houve nenhuma decisão de média relevância no período;
Baixa relevância	Não houve nenhuma decisão de baixa relevância no período;

Outros temas:

Classificação	Natureza
Alta relevância	TSID 01/2025 (Fiscalização 65/2025- auditoria sobre controles nos descontos na folha de pagamento dos aposentados e pensionistas); TSID 01/2025 (Fiscalização 15/2025 – auditoria sobre controles na segurança da informação). TSID nº 12022/2025 (Ofício 3626/25) – auditoria para verificar se as contas contábeis que repercutem na apuração da disponibilidade de caixa, inclusive por fonte de recursos, das demonstrações financeiras apresentam, em todos os aspectos relevantes, a real situação financeira e patrimonial em 31/12/2025, se estão de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável, bem como verificar o cumprimento dos apontamentos das auditorias financeiras realizadas em exercícios anteriores.
Média relevância	Prestação de Contas Anual da Gestão (exercício 2024); Prestação de Contas Anual da Gestão (exercício 2023); TSID 01/2025 (Fiscalização 14/2025 – auditoria de conformidade sobre lançamento dos dados no módulo folha de pagamento do sistema e-TCERJ).
Baixa relevância	Auditoria governamental para controle da transparência dos sítios institucionais; Auditoria governamental para monitoramento e avaliação dos dados da folha de pagamento; Nota técnica do TCE para uniformizar metodologias na utilização dos recursos relativos aos royalties do petróleo.



14 Aperfeiçoamento do Conhecimento Institucional



14. Aperfeiçoamento do Conhecimento Institucional

O Centro Cultural do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (CCPJ) desenvolveu, ao longo de 2025, um conjunto expressivo de ações culturais destinadas ao aperfeiçoamento do conhecimento institucional, articulando práticas de formação humanística com atividades artísticas, literárias e reflexivas que ampliam a compreensão do Direito em diálogo com a sociedade.

Entre as iniciativas realizadas em 2025 destacam-se os programas **“Justiça em Cena”**, **“Do Direito à Literatura”**, **“Cena Lida, Cena Comentada”**, **“Observatório em Diálogo”** e **“Literários”**, todos concebidos para integrar cultura, formação crítica e desenvolvimento institucional. Cada um desses programas atua como eixo estruturado da política cultural da CCPJ, oferecendo perspectivas complementares sobre Direito, sociedade e conhecimento.

O programa **“Justiça em Cena”** promove espetáculos teatrais, leituras encenadas e debates que utilizam a linguagem cênica como instrumento de reflexão sobre temas sociais, históricos e jurídicos. Já **“Do Direito à Literatura”** aproxima o universo literário do cotidiano jurídico por meio de palestras, rodas de leitura, lançamentos de livros e análises de obras que estimulam a empatia, o pensamento crítico e a compreensão das múltiplas narrativas que atravessam a experiência humana.

O programa **“Cena Lida, Cena Comentada”** dedica-se à leitura dramatizada de textos literários e teatrais, seguida de conversas com especialistas, permitindo que o público explore interpretações, contextos culturais e elementos estéticos. O **“Observatório em Diálogo”** reúne convidados de diferentes áreas — como história, sociologia, filosofia, economia e estudos culturais — para debater temas contemporâneos relevantes ao Poder Judiciário, ampliando o repertório analítico e promovendo a interdisciplinaridade.

Por sua vez, o programa **“Literários”** oferece atividades de formação humanística ancoradas em textos clássicos e obras fundamentais da tradição literária e filosófica, convidando o público a refletir sobre valores, ética, cidadania e fundamentos do pensamento ocidental.

Esses programas ofereceram, ao longo do ano, sessões comentadas, leituras dramatizadas, debates com especialistas, análises de obras e encontros formativos voltados a temas contemporâneos, fortalecendo a integração entre cultura, conhecimento institucional e a missão democrática do Poder Judiciário.

Em 2025, o programa **“Do Direito à Literatura”** promoveu diversas edições, incluindo atividades com o Selo Prata da Casa, que valoriza autores e produtores culturais internos ao Tribunal. O programa **“Justiça em Cena”** realizou múltiplos encontros com dramatizações e análises críticas de textos teatrais e cinematográficos, estimulando a reflexão interdisciplinar. Já as séries de palestras e rodas de conversa aprofundaram temas como filosofia, história, sociologia, cultura brasileira e direitos humanos, fortalecendo o repertório analítico dos participantes.

Além disso, atividades de apreciação artística, sessões guiadas e iniciativas voltadas ao diálogo entre Direito e manifestações culturais contribuíram significativamente para o desenvolvimento de uma visão institucional mais sensível, interdisciplinar e alinhada aos valores constitucionais.

Eventos Realizados em 2025

ABRIL

10/04 - 18h – **“Rep partições De Histórias”** | lançamento e leitura dramatizada do livro
(com a presença da autora Dra. Vanice Valle e da Des. Cristina Tereza Gaulia)

PROGRAMA: Do Direito à Literatura

15/04 - 16h – **“História conta Direito: A independência do Brasil em 16 slides e 9 frases”**
| palestra interativa

(com juiz Luiz Eduardo de Castro Neves)

PROGRAMA: Do Direito à Literatura | SELO: Prata da Casa



MAIO

08/05 - 18h – **Urca Bossa Jazz** | apresentação musical
(com o desembargador Wagner Cinelli)

PROGRAMA: Nota Justa | SELO: Prata da Casa

15/05 - 18h – **Cena Lida, Cena Comentada** | leitura dramatizada e roda de conversa
(com o Dr. José Roberto de Castro Neves)

PROGRAMA: Shakespeare em Questão | SELO: Prata da Casa



29/05 - 18h – **“O passarinho do contra: uma biografia de Mario Quintana”** | lançamento de livro com leitura de poemas

(com Gustavo Grandinetti, autor; Ricardo Vieira, crítico literário; e Thiago Lacerda, ator)

PROGRAMA: Do Direito à Literatura | **SELO:** Prata da Casa



JUNHO

03/06 - 12h – **“Da Ilíada à Odisseia: uma introdução”** | palestra
(com Des. Carlos Gustavo Direito e Beatriz de Paoli)

PROGRAMA: Observatório em Diálogo | **SELO:** Prata da Casa



09/06 - 18h – **“Roda de Choro no Fórum”** | Apresentação Musical
(com Des. José Acir)

PROGRAMA: Nota Justa | **Selo:** Prata Da Casa

24/06 - 18h – **“Por Bianca Ramoneda a Manoel de Barros”** | sarau literário
(com Bianca Ramoneda)

PROGRAMA: Justiça Poética

JULHO

01, 02, 08, 09, 16 e 17/07 - 18h – **“Moria”** | espetáculo teatral

PROGRAMA: Justiça Em Cena



18/07 - 18h – **“Affonso e Marina, um encontro poético”** | Uma homenagem a Marina Colasanti e Affonso Romano Sant’Anna

PROGRAMA: Do Direito à Literatura

22/07 – 18h – **“Literatura, Escravidão e Conflitos Agrários”** /palestra
(com Itamar Vieira Junior)

PROGRAMA: Do Direito à Literatura



23/07 – 18h – **“Seu Bando”** /apresentação musical

PROGRAMA: Nota Justa

AGOSTO

05/08 – 18h – **“Absolvição”** / espetáculo teatral

PROGRAMA: Justiça Em Cena



12/08 - 10h – **“Deuses e seus mitos na Grécia Antiga”** / palestra

PROGRAMA: Literarius

14/08 – 18h

“Invisível contador de histórias” / palestra

PROGRAMA: Do Direito à Literatura

19/08 – 18h – **“Camerata Jovem”** / apresentação musical

PROGRAMA: Nota Justa

22/08 – 18h – **“Trilogia Pachá 1”** / palestra

PROGRAMA: Cena Lida Cena Comentada

26/08 – 18h – **“Le Quartier Jazz”** / apresentação musical

PROGRAMA: Nota Justa

SETEMBRO

16/09 – 10h – **“Fédon de Platão”** / palestra

PROGRAMA: Literarius

18/09 – 18h – **“O Brasil e a geopolítica contemporânea”** / palestra

(com Elias Jabbour)

PROGRAMA: Observatório em Diálogo

19/09 – 18h – **“Trilogia Pachá 2”** / palestra

PROGRAMA: Cena Lida Cena Comentada

25/09 – 11h – **“A joaninha e oficina de colagem”** / contação de história

PROGRAMA: História conta Direito



OUTUBRO

06/10 – 11h – **“História que os bichos gostam de contar”** /contação de história

PROGRAMA: História conta Direito

09/10 – 10h – **“Catulo e Ovídio”**/ palestra

PROGRAMA: Literarius

13/10 – 18h30 - **Religiosidades no séc. XXI** / palestra

PROGRAMA: Observatório em Diálogo

15/10 – 18h – **“Encantamento o show”** / apresentação musical

PROGRAMA: Nota Justa

16/10 – 10h – **“Literatura em tempos de brain rot”** / palestra

(com Lenio Streck)

PROGRAMA: Observatório em Diálogo



22, 23 E 24/10 – 18h30 – **“Lady Tempestade”** / espetáculo teatral

(com Andrea Beltrão)

PROGRAMA: Justiça Em Cena

30/10 – 12h30 – **Flash Mob** / apresentação musical da Orquestra Sinfônica Brasileira (OSB)

PROGRAMA: Nota Justa



NOVEMBRO

04/11 – 18h – **“Canções e Momentos: um tributo a Milton Nascimento”** /apresentação musical

(com Serggio Torres)

PROGRAMA: Nota Justa

06/11 – 18h – **“Porque pra nós tem chão, tem caminho”** / lançamento de livro

PROGRAMA: Do Direito à Literatura



DIA 10/11 – 18h

Noite das Artes: III Mostra Artística e Literária – COGEN's / apresentação artística

17, 18, 24, 25, 26/11, 01, 02 E 03/12 – 18h

“Donatello” / espetáculo teatral

PROGRAMA: Justiça Em Cena



DEZEMBRO:

09/12 – **Regional Sabiá Laranjeira** – 18h

A banda regional Sabiá Laranjeira trará um repertório repleto de samba e choro, com clássicos como “Deixa”, de Vinicius de Moraes e Baden Powell e “Assanhado”, de Jacob do Bandolim. A banda tem como um dos integrantes o juiz André Vaz.

PROGRAMA: Nota Justa

10/12 – **O Lado B da Bossa** – 18h

Cris Delano (voz) e Roberto Menescal (violão), apresentam na íntegra o álbum “O Lado B da Bossa”, composto por 12 músicas que representam o fino da Bossa.

PROGRAMA: Nota Justa

15/12 – **Cantata de Natal e Peça “O valor da Justiça”** – 18h

Apresentação do coral do Maestro Wellington, seguido da peça “O valor da Justiça”, em parceria com a EMERJ.

PROGRAMA: Justiça Em Cena

17/12 - Peça: **Moringa Quebrada** – 18h

Peça de Reinrich von Kleist, com adaptação de Ricardo Leite Lopes Cardoso. A leitura dramatizada será feita por desembargadores, juízes e servidores do TJ/RJ.

PROGRAMA: Justiça Em Cena

19/12 - **Cantata de Natal** – 13h

Apresentação do Coral regido pelo Maestro Wellington, nas escadarias da Lâmina III.

Escola de Mediação - EMEDI



A EMEDI é uma iniciativa pioneira do TJERJ e visa contemplar a formação, a atualização, o aprofundamento e a expansão da cultura dos diversos meios adequados de resolução de conflitos que compõem o sistema multiportas, atendendo às premissas da Resolução CNJ nº 125/2010 com a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos.

É um espaço de atuação técnica com um qualificado corpo de gestores, docentes e pesquisadores com experiência multidisciplinar para oferta de cursos para o público interno do Poder Judiciário e o público externo de instituições públicas e privadas com capacitações no âmbito da mediação, da conciliação, de inovações tecnológicas, práticas colaborativas e outras atividades afetas à consensualidade.

Atividades Desenvolvidas



Cursos de Especialização – Atividades de ensino em nível de pós-graduação *lato sensu*, com duração mínima de 360 horas, abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam aos requisitos da EMEDI;

Cursos de Formação – Atividades de ensino destinadas à formação de mediadores, conciliadores, facilitadores de diálogos e outros profissionais, alinhadas ao Regulamento do Sistema de Ações de Capacitação e do Banco de Dados da Política de Tratamento Adequado de Conflitos – ConciliaJud.

Cursos de Capacitação Continuada – Atividades de ensino que visam ao desenvolvimento e aperfeiçoamento permanente de mediadores, conciliadores, facilitadores de diálogos e outros profissionais envolvidos na aplicação dos métodos adequados de solução de conflitos. Podem ser internos – voltados aos magistrados, servidores e colaboradores vinculados ao TJRJ – ou externos – destinados ao atendimento das demandas provenientes de instituições;

Cursos Temáticos – Atividades de curta duração voltadas ao aprofundamento e à atualização em temas específicos relacionados à Consensualidade, em consonância com as pesquisas e estudos desenvolvidos pela EMEDI.

Cursos Preparatórios – Atividades de ensino que visam preparar estudantes para os concursos que compõem a carreira jurídica e para os processos seletivos de mediadores judiciais, nos limites do seu escopo de atuação em métodos autocompositivos e afins.

Cursos Livres – Atividades de ensino flexíveis, voltadas à ampliação de conhecimentos e à disseminação da cultura da Consensualidade e de temas correlatos, de interesse geral ou específico, de acordo com as demandas institucionais e sociais identificadas pela EMEDI.

Comissões Temáticas

As Comissões Temáticas, constituídas como grupos especializados na produção de conhecimento e na pesquisa sobre métodos adequados de solução de conflitos, têm por objetivo promover o estudo aprofundado dos MASCS, difundir o conhecimento jurídico por meio de debates e reflexões críticas, bem como fomentar a realização de publicações científicas.



Relação das Comissões Temáticas



Painel Geral de 2023 a 2025



Turmas



Turmas/Cursos Executados sob Demanda Nupemec - 2025



Alunos Externos



Servidores do TJRJ



Carga Horária de Aulas Ministradas

2.518h Total	838h Em 2023	1680h Em 2024	1727h Em 2025

Turmas em Formação de Conciliadores Judiciais

21 Total	7 Em 2023	8 Em 2024	6 Em 2025

Alunos que concluíram a Formação em conciliação judicial

739 Total	182 Em 2023	345 Em 2024	212 Em 2025

Turmas de Formação de Mediadores e Conciliadores Judiciais

8 Total	5 Em 2023	2 Em 2024	1 Em 2025

Alunos que Concluíram a Formação em Mediação e Conciliação Judicial

273 Total	193 Em 2023	46 Em 2024	34 Em 2025

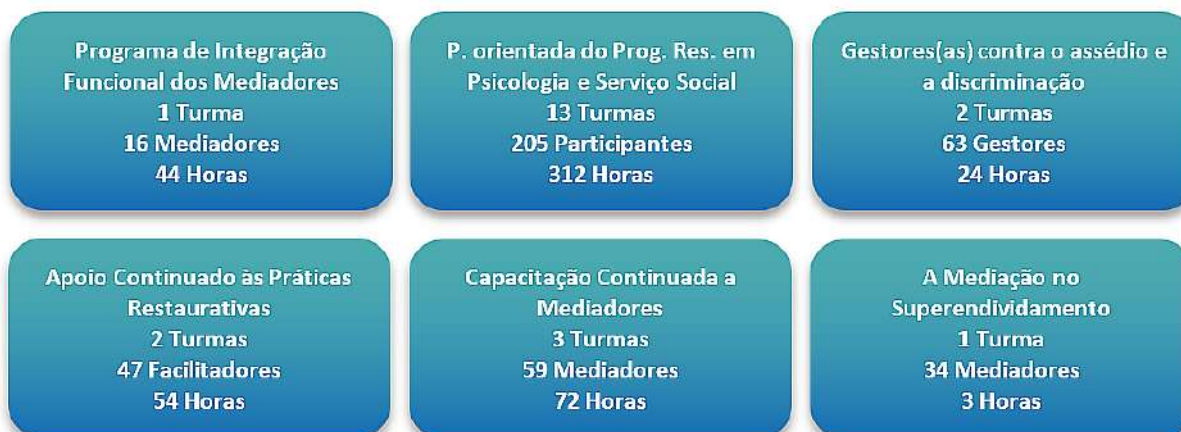
Turmas de Formação Básica de Facilitador de Justiça Restaurativa

4 Total	2 Em 2023	0 Em 2024	2 Em 2025

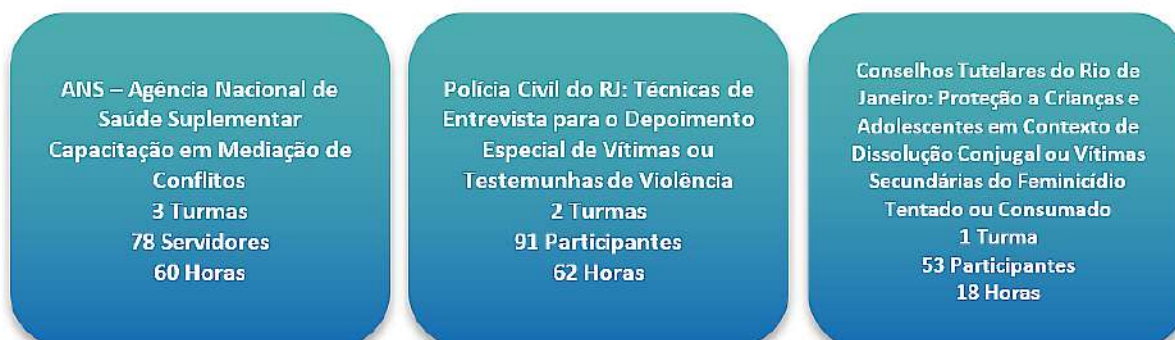
Alunos que Concluíram a Formação Básica de Facilitador de Justiça Restaurativa



Ações e Capacitações Exclusivas para o TJRJ - 2025



Turmas de cursos ofertados para outras organizações - 2025



Projetos de Interesse

- Periódico EMEDI/NUPEMEC: A difusão do conhecimento científico na solução de conflitos no âmbito do acesso à Justiça Multiportas
- Hub de Conhecimento EMEDI/NUPEMEC: a prática da solução de conflitos nos processos e na gestão pública do TJRJ

Perspectivas Futuras

- Crescimento na Oferta de Cursos e Atividades
- Consolidação como Vetor de Formação e Difusão da Consensualidade
- Expansão da Internacionalização
- Ampliação do Corpo Docente com Mestres e Doutores
- 1º lugar no Ranking da Governança do TJRJ
- Diversificação do Portfólio de Atividades e Cursos

Conclusão

- Cursos de Pós-graduação
- Periódicos Técnico Científicos
- Séries do Conhecimento
- Laboratório de Pesquisa Aplicada dos Métodos Adequados de Resolução de Disputas

Escola da Magistratura (EMERJ)

Em 2025, a **Escola da Magistratura (EMERJ)** avançou significativamente em suas iniciativas estratégicas e de qualidade, consolidando-se como referência na formação jurídica e na gestão institucional.

Gestão Institucional

- **Diagnóstico do SGQ:** Realizado para alinhar a estrutura organizacional aos Objetivos da Qualidade do biênio, garantindo maior eficiência e aderência às diretrizes estratégicas.
- **Direcionadores Estratégicos:** Revisão aprovada pelo Conselho Consultivo, reafirmando o compromisso da EMERJ com a excelência acadêmica e administrativa.
- **Certificação ISO 9001:2015:** Mantida após a 7ª auditoria de recertificação em outubro de 2025, assegurando padrão internacional de qualidade.
- **Projeto Portas Abertas:** Realizadas 9 visitas de faculdades de Direito, com participação de 476 alunos, ampliando a interação institucional e difusão do conhecimento jurídico.
- **Programa de Integridade:** Atualização do Regimento da Comissão de Ética e elaboração do Plano de Integridade 2025. Realização de dois ciclos de palestras sobre ética profissional e saúde mental, com adesão superior a 80%.

Pesquisas Institucionais:

2 pesquisas de Clima Organizacional (61% de participação).

2 pesquisas de Satisfação com Clientes.

Instrumentos para medir a percepção de docentes, coordenadores e egressos do Curso de Especialização em Direito Público e Privado.

Pesquisa com discentes sobre aulas on-line.

1ª pesquisa da Comissão de Ética sobre a percepção do Programa de Integridade.

Formação de Magistrados (Inicial, Vitaliciamento e Aperfeiçoamento)

1) Curso de Formação Inicial (Oficial)

Turma 2025: 29 juízes vitaliciandos + 10 auditores magistrados de Angola.

Estrutura: 4 módulos (3 realizados em 2025) – 500h totais.

Status: encerramento previsto para jan/2026 (índice de satisfação ao final).

Destaque: internacionalização da formação, integração de conteúdos contemporâneos (éticas profissionais, tecnologia, direitos humanos).

2) Curso Vitaliciamento

Participantes: 23 juízes.

Satisfação geral: 97,47%.

Destaque: desenho formativo aderente às competências práticas e de gestão, com avaliação de excelente percepção.

3) Curso de Aperfeiçoamento de Magistrados

Cursos realizados:

EAD: 29

Presenciais: 28

Workshops: 3

Participações:

EAD: 800 magistrados

Presencial: 757 magistrados

Workshops: 83 magistrados

Total consolidado (participações): 873

Índice de satisfação geral: 98,54%.

Curso de Mestrado Profissional em Direitos Humanos, Justiça e Saúde (Magistrados): atividades letivas encerradas em março; 13 alunos matriculados; defesas previstas para abril/2026.

Destaque: portfólio diversificado, alta adesão e satisfação; integração com AVA atualizado, trilhas por competência e formatos blended.

Pós-Graduação Lato Sensu (360h) – Interface com Magistrados

Especializações (2025): 4 turmas (Gênero e Direito–T5; Proc. Penal–T4 e T5; Proc. Civil–T11) com 196 alunos.

Cursos de Extensão (2025): 6 cursos (Notarial e Registral; Recursos Cíveis; Reforma Tributária; Criminologia; Direito Societário; As Filosofias e o Direito) com 580 inscritos.

Cursos CNJ (EMERJ MAIS): Módulos I (512), II (277), CNJ (218), Tópicos Especiais (67), Tutela Coletiva (119).

Criação do EMERJ Pontua – programa de incentivos criado para engajar os estudantes no processo de aprendizagem

Destaque: integração EMERJ–CNJ; atualização temática; impacto direto na prática jurisdicional.

Preparatórios e Cursos Livres

Preparatórios para ingresso:

1º semestre: 3 turmas presenciais, 280 aulas, 97 alunos

2º semestre: 1 turma presencial + 1 virtual, 164 aulas, 122 alunos

Cursos Livres (2025): 152 alunos (Intensivo 2ª fase; Revisão ENAM; Técnica de Sentença; Prova Oral).

Destaque: formação de base e desenvolvimento de habilidades específicas para desempenho em concursos e atuação jurisdicional.

Credenciamento da Pós-EAD

O credenciamento da Pós-EAD junto ao MEC aguarda apenas a expedição da portaria autorizativa pelo Ministro da Educação, tendo o processo sido aprovado sem restrições pela SERES e pelo Conselho Nacional de Educação.

Criação do EMERJ Pontua – programa de incentivos criado para engajar os estudantes no processo de aprendizagem.

Publicações

Revistas Científicas:

Revista Direito em Movimento – vol. 23: 13 artigos, seção especial “Gênero e Injustiças Epistêmicas”.

Revista da EMERJ – vol. 27: 12 artigos.

Avanços: atribuição de DOI, princípios FAIR e TRUST.

Editora EMERJ – Livros publicados:

Mulheres no Direito (março).

Estudos em homenagem ao Des. Sérgio Cavalieri Filho (dezembro).

Outros títulos disponibilizados na página da EMERJ.

Internacionalização

Lançamento da página EMERJ Internacional e guia digital Visiting Guidelines (maio).

Fóruns Permanentes

Instalação de 2 novos fóruns (Mobilidade Urbana e Arbitragem).

Total: 46 fóruns.

Atividades: 123 reuniões, com 4.297 participantes presenciais e 20.934 virtuais; 104 reuniões sobre temas humanísticos.

Criação do Espaço Desacelera

Ambiente com sofás, poltronas, puffs, plantas e livros artísticos para bem-estar e recuperação de energia.

Projeto InterAÇÃO

Mural interativo no Espaço Lounge para expressão de emoções.

Piloto: Árvore e enfeites natalinos para mensagens personalizadas.

Comunicação e Cultura

Crescimento orgânico nas redes sociais: +26.562 seguidores (Instagram +11,18%, LinkedIn +30,4%).

Publicação de 689 vídeos, 9.770 postagens e 585 matérias no site.

Participação na EXPOJUD

Eventos culturais (ex.: Mostra Ecofalante, Ação Social).

Criação de informativos semanais e 22 campanhas institucionais.

Inovação e Tecnologia

Atualização do AVA: gamificação, certificados automáticos, simulados com correção, tour guiado, melhorias de frequência.

Parque tecnológico: 24 telas interativas para salas e biblioteca; 6 TVs 4K para auditórios; computadores de alta performance.

Sistemas corporativos: novo CADEMÉRJ (cadastro docente com LGPD), Agenda EMÉRJ 100% web, novos portais (alunos/magistrados), sistema da ISO, “Fale Conosco”/Comissão de Ética 100% web; 92 melhorias em sistemas.

Eficiência Operacional

Acordo de Resultados e inclusão do Objetivo da Qualidade nos indicadores.

Cesta de indicadores (tempo de processamento: pagamento de professores, pregões, dispensas e inexigibilidades).

Redesenho de processos (contratação/pagamento de docentes; novos fluxos; 5 planos de ação).

Capacitação em parceria com MPRJ.

Sustentabilidade: cartilha de uso consciente; contratações sustentáveis; levantamento de consumo.

Contrato de terceirização reestruturado com melhoria salarial.

Impacto: redução de tempos de tramitação, maior transparência e previsibilidade operacional.

Eventos Institucionais

Cerimônias e Homenagens:

Homenagem às Juristas da Ciência Criminal.

Inauguração do retrato do Desembargador Marco Aurélio na Galeria dos Diretores-Gerais.

Prêmio Mulheres do Ano, Troféu ROMY, Prêmio Esperança Garcia e Prêmio EMÉRJ Direitos Humanos, com outorga da Medalha de Honra EMÉRJ.

Entrega da Medalha do Fundador no lançamento do livro do Desembargador Sérgio Cavalieri Filho.

Formaturas:

Curso de Direito Público e Privado – Turma Professora Elisa Ramos Pittaro Neves (1º semestre).

Curso de Direito Público e Privado – Turma Professor José Maria de Castro Panoeiro (2º semestre).

Cursos e Encontros Técnicos:

Curso Nacional sobre Enunciados de Equidade Racial (CJF).

Curso Inicial de Formação de Magistrados.

Encontro dos Juízes dos Tribunais do Júri.

II Encontro de Escolas de Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Seminários e Debates Jurídicos:

Recuperação e Falência do Devedor Empresário (Lei 11.101/2005).

Defesa Penal Cooperativa.

Os Enunciados do FONAJUS.

Conversa com o Judiciário – Marco Legal dos Seguros.

Limitações da Inteligência Artificial: por que não substitui a mente humana.

Escola de Administração Judiciária (ESAJ)

Principais Realizações em Capacitação de Servidores e Auxiliares da Justiça

- Transição para o Modelo Basilar de Gestão com apoio da SGGIC/DEGEP;
- Desenvolvidas 153 palestras ao vivo e 84 palestras gravadas;
- Desenvolvimento da primeira capacitação no ASSIS, com 12 horas-aula – curso híbrido com 4 horas na plataforma Moodle e 8 horas presenciais;
- Desenvolvidos 21 Cursos regulares ao vivo, 6 Workshops ao vivo, 4 Minicursos ao vivo e 11 cursos a distância com interação utilizando recursos nativos da plataforma Moodle e o H5P e 14 Ações de Capacitação Rápida;
- Desenvolvidos 6 cursos para público externo;
- Desenvolvidos 5 novos cursos para o Programa de Formação Integral de Gestores da área administrativa e jurisdicional;
- Atualizados 27 Cursos para público interno e externo;
- Desenvolvimento de 8 ações de capacitação dentro do evento em comemoração ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (2025);
- 2º ano do Projeto Prioridade Absoluta com 10 palestras programadas e realizadas em 2025;
- Realizadas 168 palestras, com disponibilização de 83.820 vagas, tendo 71.336 inscritos e 59.747 concluintes;
- Realizada a habilitação de 211 instrutores em palestras e cursos;
- Realizado o cadastro de 26 novos instrutores (internos e externos);
- Acompanhamento da satisfação com as ações de capacitação de 321 turmas de cursos e 166 turmas de palestras ao vivo e gravadas, e a consolidação de 8.724 manifestações dos participantes na Pesquisa de Opinião;
- Desenvolvimento dos cursos de capacitação e palestras no eproc (instrutores internos e contratações externas);
- Reuniões com a Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (CGJ) para decidir sobre convocação de servidores para os cursos de e-proc nas serventias já implementadas;
- Organização, junto à CGJ, das turmas de e-proc para capacitar servidores do PJERJ;

- Habilitação de instrutores em disciplinas do sistema e-proc, sendo 22 instrutores para a primeira instância e 14 para a segunda instância;
- Manutenção do formato de seleção de novos instrutores por meio de apresentação de aula-teste pelo aplicativo Teams, com a realização de 8 apresentações;
- Desenvolvidas diversas ações de capacitação em parceria com vários núcleos: DESAU / COGEN / SGTEC / SGCOL / SGDAI / SGSUS / NAPJUS / COEN / SGGIC / DIATI;
- Reorganização dos Núcleos e Laboratórios de Produtividade;
- Prestação de contas trimestral para o Presidente do TJRJ;
- Criação do PAC – Plano Anual de Capacitação através de Microsoft Forms direcionado aos Secretários e Diretores-Gerais, semestralmente;
- Contato direto com os diversos setores do TJRJ com demandas de ações de capacitação;
- Atualização do curso “JUSTIÇA GLOBAL”.

Direção ESAJ – Gabinete

- Organização e Realização de 7 reuniões do CONSELHO CONSULTIVO ESAJ;
- Interface com os juízes auxiliares da Presidência e da CGJ;

Coordenação da ESAJ nos eventos:

- Lançamento das Revistas ESAJ ACADÊMICA Vol. II – n.º 1 - março/25 e Vol. II–n.º 2 - julho/25;
- Entrega solene de Certificado de Conclusão de Pós-Graduação da Turma 4;
- Inscrição e apresentação para concorrer com a Revista ESAJ ACADÊMICA ao Prêmio INNOVARE;
- Inscrição e apresentação para concorrer com o Projeto PRIORIDADE ABSOLUTA ao Prêmio INNOVARE;
- Prestação de apoio à Secretaria-Geral de Sustentabilidade Social (SGSUS), durante a Ação Social em Homenagem ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência;
- Participação no 2º Encontro de Escolas de Governo do Estado do Rio de Janeiro;
- Participação no Lançamento do eproc para assessores no Pleno.
- Foram realizadas 88 atividades de capacitação em Eproc, distribuídas em:
 - 45 turmas presenciais;
 - 41 turmas ao vivo;
 - 2 palestras ao vivo.
- Foram realizadas 08 turmas de Residência Jurídica para os Novos Residentes;
- Conclusão da Pós-Graduação em Integridade na Gestão Pública e Direitos Humanos;
- Publicação de duas Revistas Acadêmicas com trabalhos dos alunos da pós-graduação;
- Continuidade da Pós-Graduação em Transformação Digital, Integridade e Direitos Humanos na Gestão Pública;
- Contratação Externa de 4 palestras para o Ciclo de Direito Tributário;
- Contratação Externa para desenvolvimento de Curso de Entrevistadores Externos para o Depoimento Especial, atendendo solicitação da DIATI;
- Realização de 1 turma de Custas Processuais e GRERJ Eletrônica, destinada ao público externo;

- Realização de 1 turma de GRERJ Eletrônica de Recursos, inclusive para Juizados Especiais, destinada ao público externo;
- Foram realizadas 40 turmas do Programa de Gestores (FIG), totalizando 1.251 concluintes até o momento;
- Foram realizadas 10 turmas de Programa de Proteção Feminina – Defesa Pessoal;
- Realização de 6 turmas de Protocolo CNJ para Julgamento com Perspetiva de Gênero, atendendo às exigências do Prêmio CNJ de Qualidade, para o ano de 2025 solicitadas pelo COEM;
- Realização de 28 turmas de Processamento em Plantão Judiciário, convocadas pela Corregedoria, com 691 concluintes até o momento;
- Foram realizadas 7 turmas de Sistema OFREQ – Portal de Ofícios Requisitórios (Módulo DCP e PJe), em atendimento à Corregedoria;
- Em atendimento ao Departamento de Saúde, foram realizadas 12 turmas presenciais de Atendimentos de Emergências Cardiovasculares, Neurológicas e Hipertensivas;
- Realização de 3 turmas do Curso de Inteligência Artificial – Conhecimento e Uso da Ferramenta ASSIS para Assessores de Desembargadores, capacitando aproximadamente 130 Assessores.

Cursos EAD e palestras gravadas

Foram produzidos 13 novos cursos EAD no ambiente virtual de aprendizagem (MOODLE), utilizando recursos interativos e princípios das metodologias ativas. São eles:

- Ética Organizacional para gestores do TJRJ: Fundamentos, práticas e integridade institucional;
- A liberdade de expressão como construção hermenêutica - MOD I;
- A liberdade de expressão como construção hermenêutica - MOD II;
- Aula híbrida - Conhecimento e uso da ferramenta ASSIS;
- O autor da denúncia, a transparência e a governança pública;
- Ação de capacitação rápida EAD – Roda de conversa Bryant Garth;
- O fim do clima estável;
- Ação rápida de capacitação EAD - Tendências do desenvolvimento global sobre o clima;
- Justiça Global;
- Revisitando a teoria da separação dos três poderes: Governança democrática, responsividade e eficiência administrativa;
- Enfrentamento aos preconceitos, assédios e discriminações no Poder Judiciário à luz da Resolução CNJ n.º 351/2020;
- Aula Híbrida - Capital intelectual para formar instrutores promotores de boas práticas – Introdução à curadoria educacional;
- Aula Híbrida - Capital intelectual para formar instrutores promotores de boas práticas- Curadoria educacional em ação;

Foram oferecidas 2 turmas de curadoria para capacitação de instrutores na ESAJ (FO-FIN) - “INTRODUÇÃO A CURADORIA EDUCACIONAL” e “CAPITAL INTELECTUAL PARA FORMAR INSTRUTORES PROMOTORES DE BOAS PRÁTICAS - CURADORIA EM AÇÃO”;

Foram oferecidas 5 palestras EAD na área de saúde;

Temas que envolvem LIBERDADE DE EXPRESSÃO, foram abordados nos cursos “A liberdade de expressão como construção hermenêutica”, módulos I e II, totalizando 2 turmas disponibilizadas.

Temas que envolvem Perspectivas RACIAIS foram abordados nos cursos “TOPRA - Tópicos do Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial” e “EQRAC - Instrução Preparatória para Julgamento com Perspectiva Racial”, e nas palestras, “RACISMO”, “RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL” e “DO RACISMO ESTRUTURAL AO RACISMO INSTITUCIONAL: OUTRAS POSSIBILIDADES DE LEITURA”, totalizando 12 turmas disponibilizadas;

Temas que envolvem ÉTICA foram abordados nos cursos “LIÇÕES DO CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUCTA” e “ÉTICA ORGANIZACIONAL PARA GESTORES DO TJRJ: FUNDAMENTOS, PRÁTICAS E INTEGRIDADE INSTITUCIONAL”, totalizando 6 turmas disponibilizadas;

Foram oferecidas 6 turmas do curso “ENFRENTAMENTO AOS PRECONCEITOS, ASSÉDIOS E DISCRIMINAÇÕES NO PODER JUDICIÁRIO À LUZ DA RESOLUÇÃO CNJ Nº351/2020”;

Temas relevantes na ERA DIGITAL foram abordados nos cursos “COMPREENDENDO A DESINFORMAÇÃO NA ERA DIGITAL” e “DESAFIOS DA TECNOLOGIA NA JUSTIÇA: GOVERNANÇA DIGITAL, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DEEP FAKE”, totalizando 10 turmas disponibilizadas;

Foram oferecidas 5 turmas do curso “CRIMES SEXUAIS: ASPECTOS PRÁTICOS E CONTROVERTIDOS”;

Temas que envolvem VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER foram abordados nas palestras “A CULTURA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E O FEMINICÍDIO NO BRASIL” e “ACESSO À JUSTIÇA E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER SOB A ÓTICA DO PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO”, totalizando 3 turmas disponibilizadas;

Temas que envolvem Perspectivas de GÊNERO foram abordados nas palestras “VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL À LUZ DO PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO”, “APLICAÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NOS CASOS LEVADOS A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS” e “A RESPONSABILIDADE CIVIL DECORRENTE DA PORNOGRAFIA DE VINGANÇA COMO VIOLÊNCIA DE GÊNERO”, totalizando 4 turmas;

O projeto PRIORIDADE ABSOLUTA foi destaque este ano e várias palestras foram oferecidas, totalizando 9 turmas disponibilizadas.

Os cursos de “GOVERNANÇA CORPORATIVA E PÚBLICA” e “NOÇÕES DE ACESSIBILIDADE” foram oferecidos para as áreas Judiciárias e Administrativas para os gestores, totalizando 7 turmas ao ano.

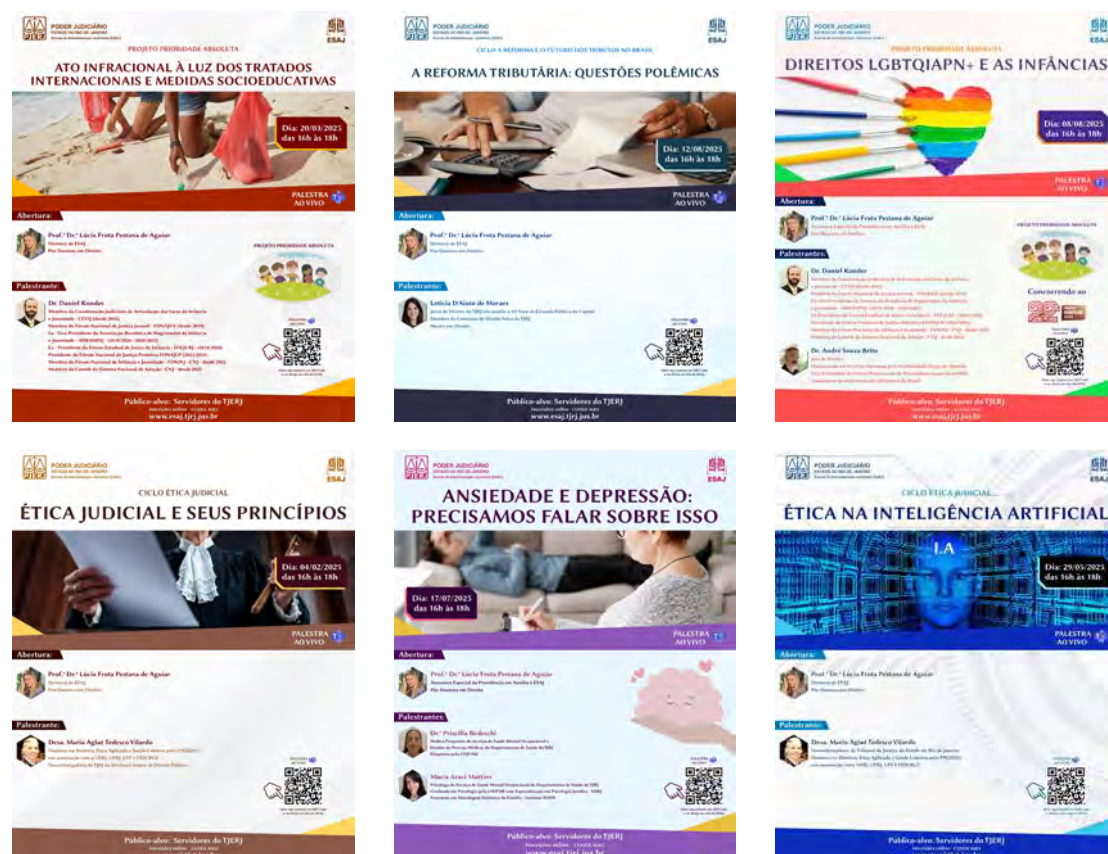
A ESAJ ofereceu vários cursos na área de direito tributário, que compreendem “VIDEOAULA - DIREITO TRIBUTÁRIO ESTADUAL E REFORMA TRIBUTÁRIA - MÓDULO 1”, “VIDEOAULA - IMPOSTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS” e “VIDEOAULA - NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO” e as palestras “O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 132/2023” e “TEMAS CONTROVERTIDOS DO ICMS” totalizando 7 turmas oferecidas;

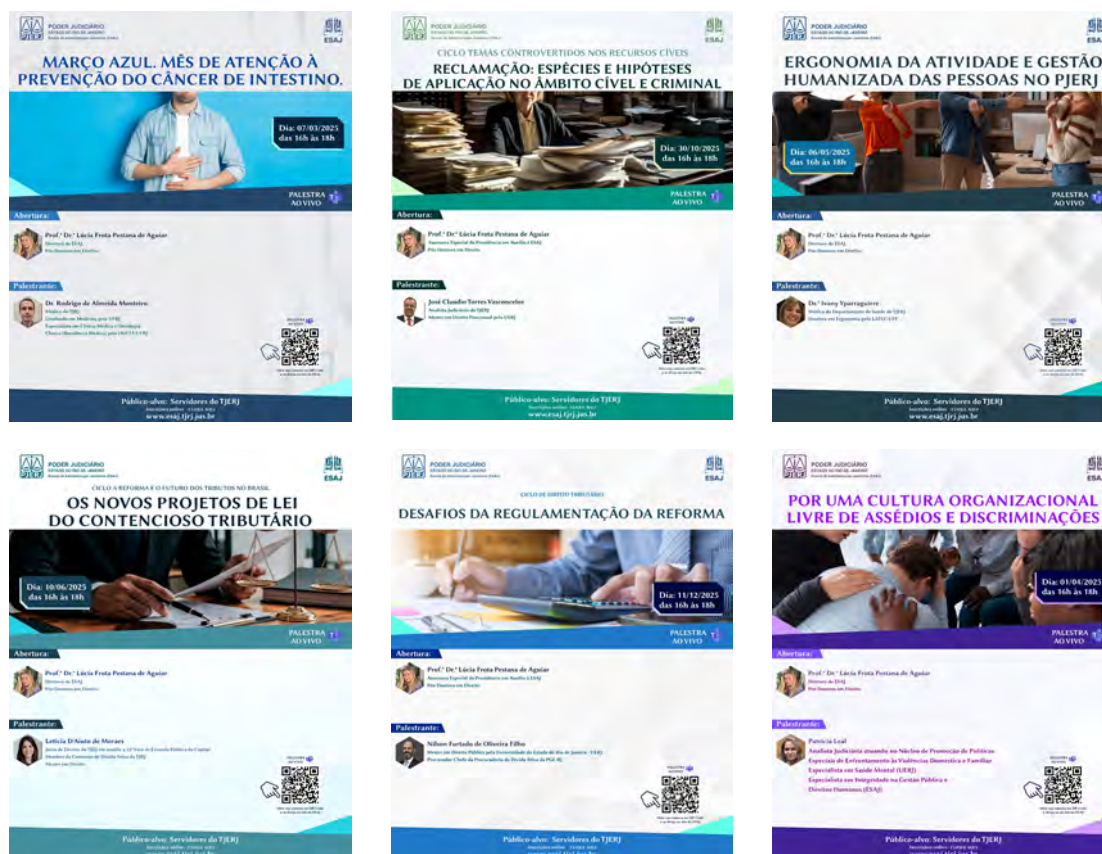
Também foram oferecidos cursos com temas relevantes como: “COMPLIANCE E TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA”, “DEFICIÊNCIAS OCULTAS E DIREITOS HUMANOS”, “TEORIA E SISTEMAS DOS DIREITOS HUMANOS”, “O AUTOR DA DENÚNCIA, A TRANSPARÊNCIA E A GOVERNANÇA PÚBLICA”, “AULA HÍBRIDA - VALORES ESG E RESOLUÇÕES DO CNJ : SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E GOVERNANÇA CORPORATIVA”, “O FIM DO CLIMA ESTÁVEL?”, “EAD - REVISITANDO A TEORIA DA SEPARAÇÃO DOS TRÊS PODERES: GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA, RESPONSABILIDADE E EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA”, totalizando 7 turmas disponibilizadas;

Em dezembro, a ESAJ finalizou suas atividades oferecendo 3 turmas do curso CONHECIMENTO E USO DA FERRAMENTA ASSIS que é prioridade da administração e também o curso de JUSTIÇA GLOBAL atualizado.

Demonstração de algumas palestras ao vivo - Temas Diversos

Demonstração de Cartazes de Cursos e Palestras





Ações de capacitação sobre EPROC em 2025

Palestras ao Vivo:

- PVSAG – palestra AO VIVO: EPROC - ORGANIZANDO E AUTOMATIZANDO SEUS LOCALIZADORES
- PVSIL – palestra AO VIVO: EPROC - FLUXO DO CITE-SE PARA AS EXECUÇÕES FISCAIS

Cursos:

- APMEP – AULA PRESENCIAL - MINUTAS EPROC: CRIAÇÃO, EDIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE MINUTAS NO SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO EPROC
- AVEPR – AULA AO VIVO - INTRODUÇÃO AO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO EPROC
- AVSEP – AULA AO VIVO - SISTEMA EPROC 2G PARA O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO
- AVTID – AULA AO VIVO - CAPACITAÇÃO NO SISTEMA EPROC: TELAS INDISPENSÁVEIS E DETALHADAS
- AVIPE – AULA AO VIVO - INTRODUÇÃO AO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO EPROC NO 1º GRAU
- APEDI – AULA PRESENCIAL - EPROC: DICAS DE USO E ESTRATÉGIAS PARA O GERENCIAMENTO DE PROCESSOS
- AVEPS – AULA AO VIVO - EPROC PARA SECRETARIA DE CÂMARA
- AVEPG – AULA AO VIVO - EPROC PARA GABINETE DE DESEMBARGADOR

- AGSEP – AULA GRAVADA - SISTEMA EPROC 2º GRAU PARA O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
- VATID – VIDEOAULA - CAPACITAÇÃO NO SISTEMA EPROC: TELAS INDISPENSÁVEIS E DETALHADAS
- ACRMA - AÇÃO DE CAPACITAÇÃO RÁPIDA - GESTÃO DE MANDADOS NO EPROC
- ACRPM - AÇÃO DE CAPACITAÇÃO RÁPIDA PRESENCIAL - GESTÃO DE MANDADOS NO SISTEMA EPROC
- AVEVP - AULA AO VIVO - SISTEMA EPROC 2G PARA O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO - MÓDULO 3ª VICE-PRESIDÊNCIA
- APEPG - AULA PRESENCIAL - EPROC PARA GABINETE DE DESEMBARGADOR
- ACRVP - AÇÃO DE CAPACITAÇÃO RÁPIDA - AO VIVO - TREINAMENTO EPROC NO AMBIENTE DA 1º VICE-PRESIDÊNCIA
- ACRPP - AÇÃO DE CAPACITAÇÃO RÁPIDA PRESENCIAL - CONHECIMENTOS BÁSICOS DO EPROC
- AVCEP - AULA AO VIVO - CONHECIMENTOS BÁSICOS DO EPROC
- AGIPE - AULA GRAVADA - INTRODUÇÃO AO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO EPROC NO PRIMEIRO GRAU
- APEPR - AULA PRESENCIAL - CONHECIMENTOS BÁSICOS DO EPROC
- APEPS - AULA PRESENCIAL - EPROC PARA SECRETARIA DE CÂMARA
- EPROC - EAD - NOÇÕES BÁSICAS DO SISTEMA EPROC

Cursos Externos para Servidores realizados em 2025:

- AHCLI - CURSO HÍBRIDO - O FIM DO CLIMA ESTÁVEL?
- AHAVA - AULA HÍBRIDA - CAPITAL INTELECTUAL PARA FORMAR INSTRUTORES PROMOTORES - AVALIAÇÃO
- AHCUR - AULA HÍBRIDA - CAPITAL INTELECTUAL PARA FORMAR INSTRUTORES PROMOTORES DE BOAS PRÁTICAS - INTRODUÇÃO À CURADORIA EDUCACIONAL
- AHEDU - AULA HÍBRIDA - CAPITAL INTELECTUAL PARA FORMAR INSTRUTORES PROMOTORES DE BOAS PRÁTICAS - CURADORIA EDUCACIONAL EM AÇÃO
- AHTUT - AULA HÍBRIDA - CAPITAL INTELECTUAL PARA FORMAR INSTRUTORES PROMOTORES DE BOAS PRÁTICAS - TUTORIA EM EAD
- VARTR - VIDEOAULA - DIREITO TRIBUTÁRIO ESTADUAL E REFORMA TRIBUTÁRIA - MÓDULO 1
- VANDT - NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO
- VAIEM - IMPOSTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

Turmas Especiais realizadas em 2025:

- AVCTG - CUSTAS PROCESSUAIS E GRERJ ELETRÔNICA
- AVCTR - GRERJ ELETRÔNICA DE RECURSOS, INCLUSIVE EM JUIZADOS

Cartazes de Cursos e Palestras no EPROC



Cursos FOFIN



Site da ESAJ

- Modernização de todas as páginas com melhoria visual e de usabilidade;
- Inclusão de ferramenta Rybená para acessibilidade;
- Categorização da inscrição para o público de residentes;
- Inclusão coletiva da revista ESAJ Acadêmica.



Sistema ESAJINTERNET

Sistema de inscrição de cursos para servidores na ESAJ, que recebeu melhorias como:

- Categorização para destaque dos cursos eproc e ASSIS – Assistente de Inteligência Artificial Generativa, projetos da Presidência para implantação dos sistemas judiciais, a fim de facilitar a inscrição;
- Categorização da inscrição para o público-alvo específico para residentes;
- Inclusão de ferramenta Rybená para apoio a acessibilidade na navegação;
- Elaboração de relatório para os instrutores controlarem as horas-aula ministradas observando os limites normativos.



Desenvolvimento de sistema SCCWEB

O sistema, atualmente em fase de desenvolvimento, substituirá a solução legada de controle de cursos instalada localmente nas máquinas. A nova plataforma, totalmente baseada em arquitetura web, oferece maior alcance, escalabilidade e usabilidade, proporcionando uma experiência mais moderna e integrada para os usuários.

Encontram-se desenvolvidos, embora não disponíveis em produção, telas para consultas administrativas.



Sistema ESAJCESP

Modernização do sistema de inscrições nos cursos especiais (Curso de Peritos, Custas e Programa de Aperfeiçoamento Judicial), com mudança de todo o layout.



Sistema WEBINAR

O sistema, que já tinha integração com a EMERJ, para cômputo de horas, recebeu novas funcionalidades para controle de cursos reconhecidos previamente pela ESAJ.



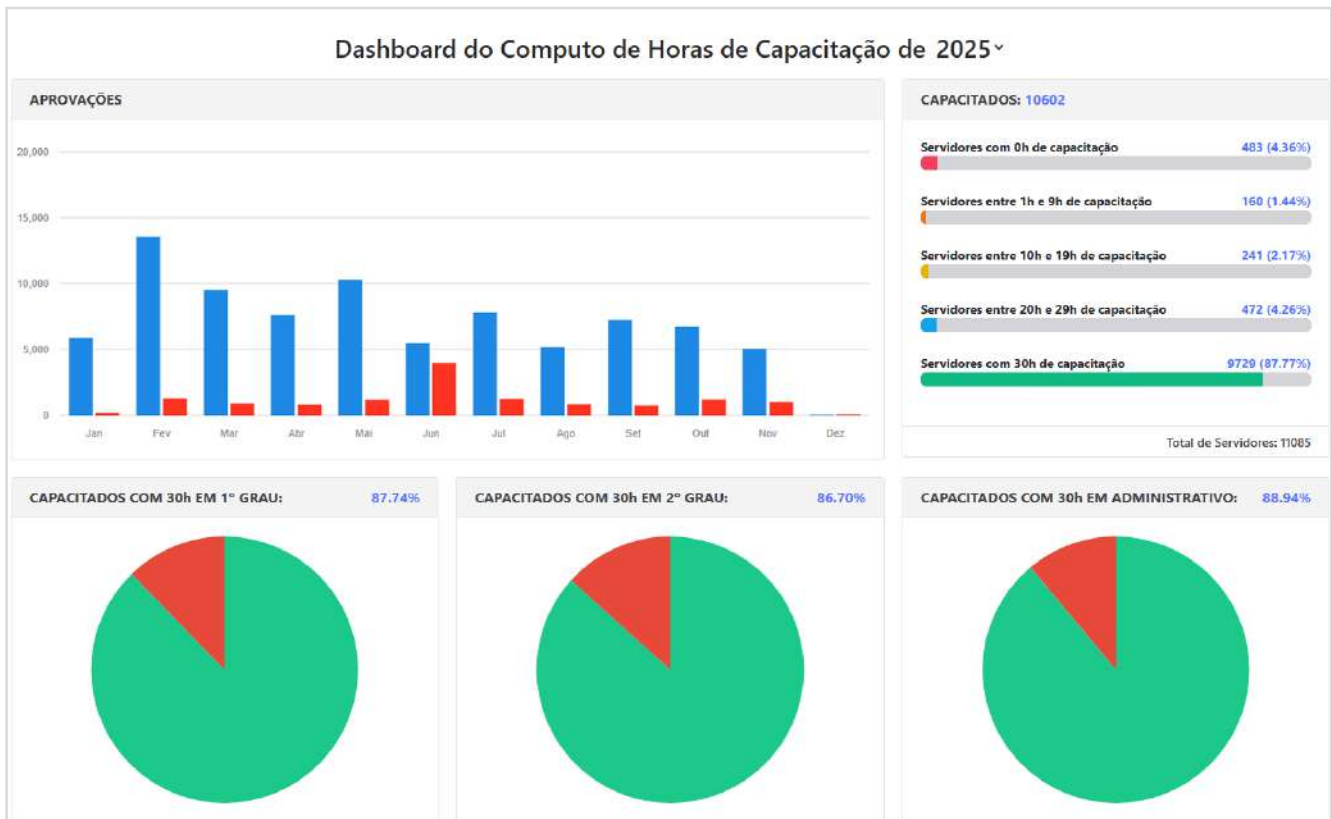
DASHBOARD com os Dados Estatísticos em 2025 relevantes para Gestão da ESAJ como (atualização 04/12/2025):

- Total de capacitações: 83.279
- Total de capacitações através de cursos: 18.207
- Total de capacitações através de palestras: 64.796
- Total de capacitações em FIG: 3.718
- Total de capacitações em eproc: 3.946
- Total de capacitações em Direito: 44.721
- Total de capacitações em Informática: 6.053



DASHBOARD de Cômputo de Horas de Capacitação (atualização 04/12/2025):

- Total de capacitados com 30 horas: 9.729 (87,77%)





15, Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC de Proteção de Dados



15 Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

Na área de tecnologia da informação e comunicação de dados, o objetivo foi contribuir para a celeridade, eficiência e eficácia do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, merecendo destaque:

Aprimoramento da infraestrutura institucional de TIC

Atualização do Parque Tecnológico do TJRJ

A fim de garantir a qualidade e a continuidade dos serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC) prestados aos usuários do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), a Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação (SGTEC) vem, de forma contínua, realizando ações de atualização e modernização do seu parque tecnológico, permitindo, dessa forma, a melhor utilização dos recursos computacionais e sistêmicos.

Aquisição e Distribuição de Novos Equipamentos de TIC

Foram finalizadas as instalações de 8.500 computadores e 25.000 monitores adquiridos em 2024. Também foram adquiridos e instalados 1.000 scanners de mesa. Além disso, foram instalados 100 microcomputadores de alto desempenho adquiridos para atender demandas específicas dos setores da Engenharia (SGLOG-DEENG) e do Departamento de Comunicação (DECOI) da Presidência. Encontra-se em andamento procedimento para aquisição de 3.024 computadores para atender à criação de novas serventias e novos usuários. Tais ações visam à modernização do parque tecnológico, promovendo maior eficiência no desempenho das atividades de servidores e magistrados.

Upgrade de Conectividade

Para atender às crescentes demandas por conectividade e garantir um ambiente de trabalho mais eficiente e seguro, foram realizadas melhorias significativas na infraestrutura de rede:

- Implementação de uma nova arquitetura de datacenter baseada em spine-and-leaf (é uma topologia de rede de data center de dois níveis), proporcionando maior desempenho, baixa latência e escalabilidade horizontal da comunicação. A solução inclui switches de última geração integrados a um ambiente de orquestração inteligente, permitindo automação, padronização de configurações, validação contínua do estado da rede e redução de falhas operacionais.
- Modernização da borda de conectividade com perímetros externos, como Internet, Extranet e provedores de serviços de nuvem, com a aquisição de roteadores de alta capacidade que funcionarão de forma dedicada. Essa reorganização melhora a redundância,

segmentação de tráfego e distribuição dos perímetros, ampliando disponibilidade e a segurança do ambiente.

- Expansão do ambiente de segurança por meio da implementação de quatro novos firewalls (sistema de segurança de rede que monitora e controla o tráfego de dados de entrada e saída com base em um conjunto de regras) de última geração, aumentando significativamente a capacidade de inspeção e cobertura dos perímetros críticos. A solução moderniza o monitoramento que antes se limitava às fronteiras de Internet e Datacenter, passando a oferecer inspeção avançada e de alto desempenho no perímetro de Internet e nos demais pontos estratégicos de entrada e saída de tráfego. Com a redistribuição da arquitetura, os firewalls anteriormente em operação foram realocados para a proteção da rede interna (Intranet), fortalecendo o controle do tráfego leste-oeste (servidor para servidor, aplicação para aplicação) e ampliando a visibilidade, segmentação e segurança dos ambientes internos. Essa evolução eleva o nível de proteção, reduz riscos e melhora a postura de segurança como um todo.

Essas iniciativas contribuem para a evolução da conectividade no TJRJ, promovendo maior eficiência e escalabilidade na infraestrutura de comunicação.

Modernização da Infraestrutura de Servidores e Sistemas Corporativos

Com o objetivo de aprimorar o desempenho, a segurança e a confiabilidade dos sistemas institucionais, uma série de avanços foi implementada na infraestrutura tecnológica:

Nesse ciclo, foram realizadas: 01 (uma) aquisição de licenciamento de software de infraestrutura de ferramentas de backup, e 03(três) aquisições de infraestrutura de ativos de rede corporativa, a saber: 1) aquisição de licenças do software Veritas; 2) aquisição de switches core; e 3) aquisição de switches datacenter.

Em relação ao item 1, informa-se que o software Veritas Netbackup atua como gerenciador de backup para proteção de dados de servidores de aplicação, servidores de dados e servidores de bancos de dados e, em razão da criticidade e essencialidade desses serviços, é imprescindível a continuidade dos serviços de suporte técnico, que permitem o melhor uso da plataforma e recuperação rápida de falhas.

Em relação ao item 2, informa-se que os Switches Core são fundamentais para a operação contínua e ininterrupta da rede do TJRJ, suportando uma ampla gama de serviços críticos, incluindo sistemas judiciais, comunicação interna, acesso a informações sensíveis, conexão com a internet. Alguns componentes desses ativos estão próximos da data de fim de suporte, o que traz a necessidade de realização de “upgrade” por novos componentes (módulos supervisores e de gerência). A densidade de interfaces de alta velocidade precisa ser expandida, tendo em vista que não há mais interfaces para esse tipo de conexão. A demanda de projetos que utilizam estas interfaces de alta velocidade se torna cada vez comum dentro das organizações, tendo em vista a necessidade dessas. Alguns projetos em curso, como o de conectividade para nuvem, também reforçam a necessidade de atualização do equipamento.

Em relação ao item 3, informa-se que diante da necessidade de reforçar a infraestrutura e obter maior eficiência e agilidade no controle de dados, demandando conexões de acesso com altas taxas de transmissão (25Gbps a 100Gbps), os switches datacenter atualmente instalados não possuem interfaces suficientes e capacidade de transmissão.

A modernização e ampliação da capacidade do Sistema de Banco de Dados e de Armazenamento, para atendimento às crescentes demandas dos serviços informatizados, determinou a aquisição de novos servidores e Storages para agilizar o grande número de transações realizadas e acomodar o exponencial crescimento do volume de dados, por meio de um ambiente seguro e de alta disponibilidade. A conexão destes novos dispositivos à rede do Data Center exige grande capacidade de conectividade e alto desempenho, que não poderão ser plenamente supridos com os switches existentes.

O site do TJRJ constitui um Sistema Autônomo de conexão à Internet, o que demanda maior autonomia e controle de suas políticas de conexão à rede mundial e da disponibilização de serviços. Neste sentido, a aquisição de equipamentos específicos para estabelecimento deste tipo de conexão, como é o caso dos roteadores de borda para Internet, permitirá garantir a este importante perímetro de rede alta disponibilidade com escalabilidade.

Otimização de Custos, Eficiência Operacional e FinOps (Nuvem)

• Aquisição de Reservas de Instâncias (RIs) para RDS

Em uma medida proativa para otimização de custos de banco de dados, realizamos a compra de uma porcentagem de Reservas de Instâncias para nossos serviços Amazon RDS. Esta aquisição foi efetivada para os sistemas PJe em fevereiro de 2025 e para o eproc em março de 2025.

Esta estratégia permite a redução significativa dos custos em comparação ao modelo on-demand (sob demanda), garantindo previsibilidade de despesas para estas cargas de trabalho críticas.

• Aquisição de Compute Savings Plans

Em maio de 2025 foram expandidas as ações de otimização com a compra de Compute Savings Plans. Esta modalidade oferece uma flexibilidade superior na redução de custos de computação (como EC2, Fargate e Lambda), ao permitir um compromisso de uso consistente em troca de descontos substanciais, sem a necessidade de definir tipos de instâncias rígidos. Com essa iniciativa, a expectativa é que o TJRJ deixe de gastar cerca de R\$ 718.346,79 (setecentos e dezoito mil, trezentos e quarenta e seis reais e setenta e nove centavos) ao longo dos próximos 12 meses.

• Implementação de Automação Start/Stop em Contas Não Produtivas

Visando à eliminação de custos ociosos e ao aumento da eficiência operacional, foi implementada em maio de 2025 a automação de processos de Start/Stop para os recursos em nossas contas de ambientes não produtivos. Esta medida garante que instâncias e serviços sejam ativados apenas durante o horário de trabalho necessário, desativando-os em períodos de inatividade, como noites, fins de semana e feriados.

- Migração de Instâncias RDS para Processadores Graviton

Uma importante iniciativa técnica e estratégica em andamento é a migração das instâncias Amazon RDS para processadores AWS Graviton. Esta transição é esperada para gerar um duplo benefício: aprimoramento significativo no desempenho de nossos bancos de dados (resultando em maior agilidade e menor latência) e uma notável redução nos custos operacionais, ao alavancar a eficiência das últimas gerações de processadores baseados em ARM da AWS.

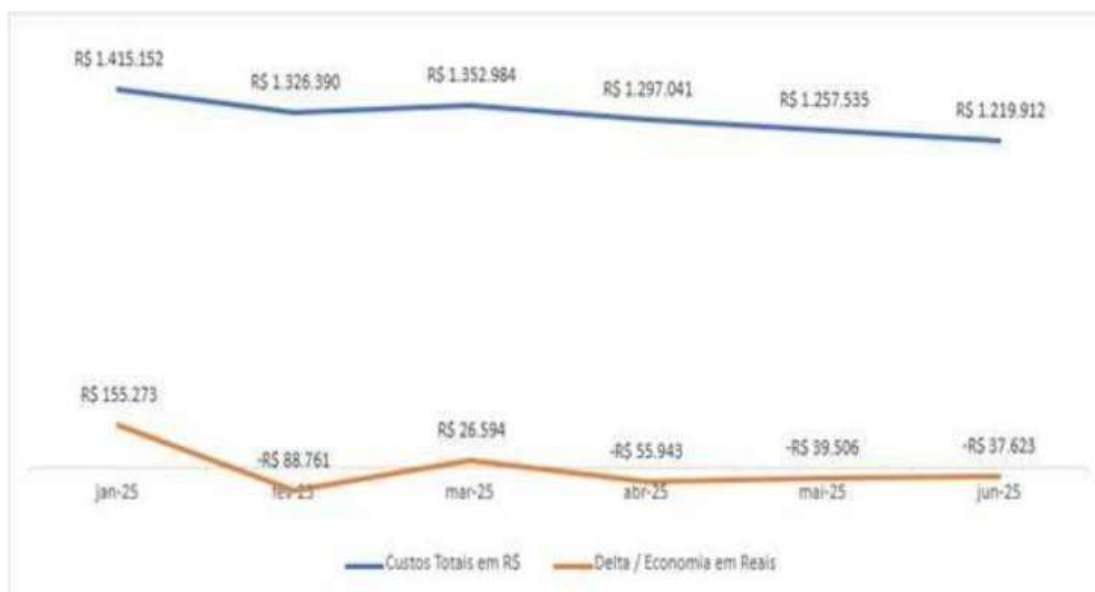
- Implementação de Automação Start/Stop nas Instâncias de produção do PJe

Avançando nas estratégias de otimização de custos e uso eficiente de recursos, foi implementada a automação do ciclo de Start/Stop para uma parte significativa das instâncias do sistema PJe. Aproximadamente 66% das instâncias operacionais do PJe são desligadas automaticamente durante o período da madrugada, entre 00h00min (zero hora) e 06h00min (seis horas), bem como nos finais de semana. Esta medida visa à redução de custos por meio do desligamento de recursos em períodos de baixa demanda ou inatividade programada, sem comprometer a disponibilidade do sistema em horários críticos.

- Iniciativa de Fortalecimento da Segurança

O AWS Shield é um serviço de proteção contra DDoS (ataque cibernético que inunda um site, servidor ou rede com tráfego malicioso) totalmente gerenciado que protege as aplicações executadas na AWS. Anteriormente, nossa organização se beneficiava da proteção básica fornecida pelo AWS Shield Standard, que estava habilitada por padrão e oferece defesa contra ataques comuns nas camadas de rede e transporte. O AWS Shield Advanced, por sua vez, representa uma evolução significativa nessa proteção, oferecendo recursos aprimorados e capacidades de mitigação mais sofisticadas, consolidando a postura de segurança institucional contra ameaças avançadas.

O gráfico abaixo exibe o consolidado (janeiro a junho) dos valores consumidos com os recursos em nuvem. Nele, é possível constatar o esforço em otimizar os custos e evidenciar todas as iniciativas relacionadas à prática de FinOps (Otimização Financeira na Nuvem).



As iniciativas detalhadas nesta seção demonstram o compromisso contínuo com a excelência na gestão dos ambientes institucionais em nuvem, buscando equilíbrio entre performance, segurança e otimização de custos.

- **Implementação da Técnica “First Time Seen”**

Ao longo de 2025, foram realizados avanços importantes na melhoria dos controles de segurança, visando fortalecer a capacidade da organização em identificar atividades incomuns no ambiente em nuvem. Um dos marcos relevantes foi a implementação da técnica de detecção conhecida como First Time Seen.

Esse recurso permite que o ambiente identifique automaticamente quando um determinado evento, endereço IP, domínio ou comportamento surge pela primeira vez. Na prática, isso significa que passamos a reconhecer rapidamente situações que fogem do padrão usual — um fator essencial para detectar possíveis riscos de segurança antes que evoluam para incidentes maiores.

Essa melhoria reforça os padrões de conformidade adotados pelo TJRJ, ampliando a capacidade de auditoria, resposta e prevenção a comportamentos suspeitos, alinhando o ambiente às melhores práticas de segurança da informação e governança corporativa.

- **Alerta para Novos Recursos Criados/Provisionados na Nuvem**

Como parte dos esforços contínuos para fortalecer a governança e manter o ambiente em conformidade com os padrões estabelecidos pelo TJRJ, foi desenvolvida e implementada uma rotina de alertas para cada novo recurso criado na nuvem.

Essa iniciativa tem como objetivo garantir que todos os serviços e componentes criados sigam os padrões definidos pela instituição, evitando divergências entre ambientes e reduzindo riscos relacionados a segurança e custos. Assim, sempre que um novo recurso é provisionado, a equipe responsável é notificada imediatamente, permitindo uma análise rápida e preventiva.

Com essa implementação, foi possível aumentar a visibilidade sobre todas as novas criações na nuvem, evitar variações de configuração entre ambientes, reforçando conformidade e padronização, identificar precocemente possíveis falhas de segurança, como permissões excessivas ou recursos mal configurados, mapear oportunidades de redução de custos, prevenindo a criação de serviços que possam gerar consumo acima do necessário e mitigar riscos antes que se tornem problemas, garantindo que os times sigam boas práticas de uso e gestão da infraestrutura.

Essa rotina contribui diretamente para a governança de TI, alinhando práticas operacionais aos princípios de segurança, conformidade e gestão eficiente de custos, reforçando o compromisso com um ambiente tecnológico seguro, padronizado e financeiramente sustentável.

- **Implementação de Guardrails de Segurança e Proteção de Custos na AWS**

Com foco em fortalecer a governança do ambiente em nuvem e garantir maior controle

sobre segurança e despesas, foram implementados guardrails de segurança e proteção de custos em todas as contas AWS utilizadas pelo TJRJ.

Esses guardrails são mecanismos de controle preventivo que atuam como barreiras de proteção, evitando ações que possam gerar riscos ou gastos indevidos. Entre os controles implementados, destacam-se as restrições para impedir que usuários realizem compras no Marketplace da AWS, bem como a aquisição não autorizada de instâncias reservadas ou Savings Plans.

Essa medida tem como principais benefícios evitar compras indevidas ou equivocadas, que poderiam gerar impacto financeiro significativo, padronizar as permissões em todas as contas, reduzindo riscos e garantindo conformidade com as diretrizes corporativas, centralizar a gestão de custos, assegurando que qualquer contratação de serviços adicionais seja autorizada e avaliada previamente, aumentar a segurança operacional, impedindo a ativação de recursos não alinhados ao modelo arquitetural ou às políticas internas e a proteção global do ambiente, garantindo que decisões sensíveis — especialmente as relacionadas a despesas de longo prazo — sejam controladas por áreas responsáveis.

Essa iniciativa reforça o compromisso com práticas sólidas de governança, segurança da informação e FinOps, contribuindo para um ambiente mais seguro, padronizado e financeiramente sustentável.

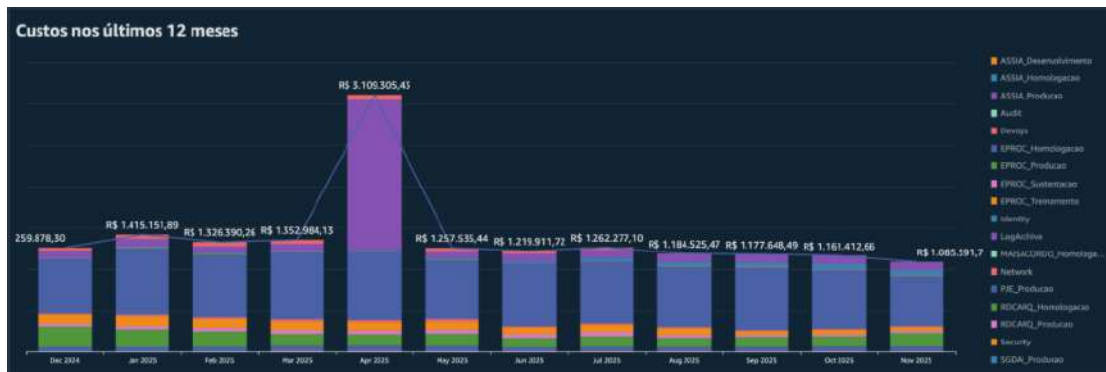
- **Implantação do AWS QuickSight para Dashboards de Conformidade**

Com o objetivo de aprimorar a visibilidade do ambiente tecnológico e fortalecer a governança, foi realizada a implementação do AWS QuickSight, uma ferramenta que permite criar dashboards inteligentes para monitoramento contínuo de status e identificação de inconformidades.

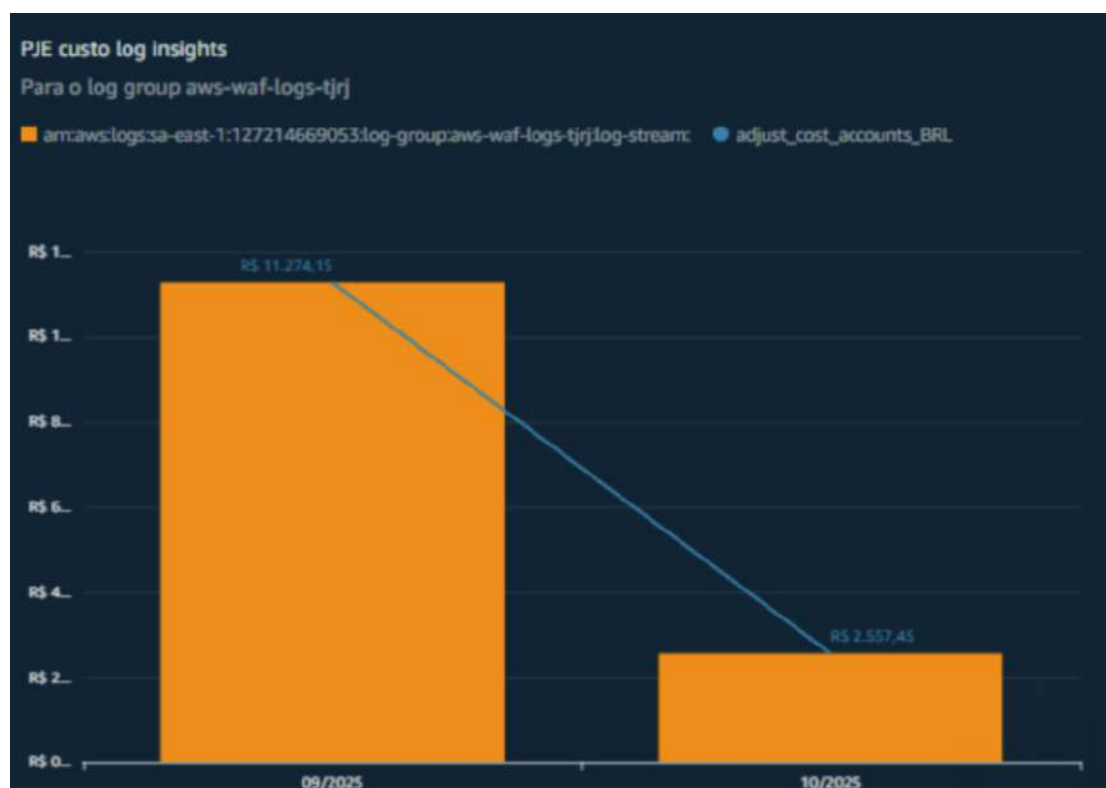
Essa iniciativa possibilitou a criação de painéis de fácil interpretação, oferecendo uma visão consolidada sobre os principais indicadores do ambiente. A partir desses dashboards, áreas de gestão e auditoria conseguem acompanhar rapidamente situações que necessitam atenção, garantindo decisões mais assertivas e alinhadas aos padrões de conformidade do TJRJ.

Os principais benefícios dessa implementação incluem o monitoramento em tempo real de recursos e configurações críticas, identificação imediata de inconformidades, facilitando ações preventivas e corretivas, visibilidade ampliada para gestores, com dashboards intuitivos e orientados para governança, automação na geração de análises, reduzindo o esforço manual das equipes e suporte à auditoria e compliance, com informações rastreáveis e consolidadas.

A adoção do QuickSight fortalece o compromisso com a transparência, governança e controle, aprimorando significativamente a capacidade de acompanhamento e tratamento de desvios no ambiente de nuvem.



- **Mudança da Arquitetura dos Logs do WAF no PJe**



Com foco em promover eficiência operacional e financeira sem comprometer a segurança, foi executada uma mudança na arquitetura de armazenamento dos logs do WAF (Web Application Firewall) do sistema PJe.

Anteriormente, esses logs eram armazenados diretamente no CloudWatch Log Groups, o que gerava um custo elevado devido ao modelo de cobrança da ferramenta. A equipe realizou um trabalho de revisão e redesenho dessa arquitetura, migrando o armazenamento para o Amazon S3, um serviço mais adequado e economicamente vantajoso para esse tipo de dado.

A implementação foi concluída com pleno êxito e trouxe resultados expressivos como a redução de custos entre 80% e 93%, representando uma economia mensal aproximada

de R\$ 10.000,00 apenas no processo de ingestão dos logs do WAF do ambiente PJe, a manutenção da integridade e disponibilidade das informações, sem impactos negativos na capacidade de auditoria ou segurança e a adoção de uma arquitetura mais escalável e sustentável, alinhada às boas práticas de governança, FinOps e Cloud Computing.

Essa iniciativa demonstra a preocupação em otimizar recursos, garantir conformidade e buscar constantemente soluções que agreguem valor, tanto operacional quanto financeiramente.

• Iniciativas DevOps

A migração para a versão em nuvem do Azure DevOps foi concluída no primeiro semestre de 2025, trazendo benefícios significativos para a infraestrutura. O novo ambiente oferece maior disponibilidade e redundância, além de escalabilidade, segurança aprimorada, backup e recursos de disaster recovery já incorporados. Essa mudança também eliminou a necessidade de manutenção do ambiente on-premises, permitindo que a equipe de infraestrutura dedique seu tempo a atividades de maior valor agregado.

Além dos benefícios já mencionados na migração para a nuvem, a atualização para o Windows Server 2022 trouxe melhorias significativas na qualidade e nos recursos de gestão dos sistemas. O principal objetivo, assim como na iniciativa anterior, é elevar a qualidade do serviço prestado aos usuários dos sistemas de informação. A migração também ampliou a capacidade de monitoramento, permitindo identificar e corrigir problemas de forma mais rápida e eficiente.

Infraestrutura de Computadores e Usuários

Diversas iniciativas foram implementadas com o objetivo de modernizar as atividades de trabalho e a prestação jurisdicional:

- A atualização permanente de estações de trabalho e servidores, tanto em localidades remotas quanto nas unidades departamentais, segue em curso. Essa atividade engloba homologação, distribuição e aplicação de atualizações de sistema operacional, aplicativos, navegadores e patches de segurança, incluindo antivírus, fornecidos pelos fabricantes. O objetivo é manter o TJRJ alinhado às tecnologias mais recentes e protegido contra novas ameaças;
- Foram implementados requisitos de segurança e um servidor de distribuição de atualizações para o ambiente Linux, utilizado pelos desenvolvedores da SGTEC;
- Os servidores departamentais e das localidades remotas, anteriormente atualizados para Windows Server 2022, estão em processo de migração para Windows Server 2025, iniciativa que reforça a segurança da infraestrutura tecnológica e otimiza a eficiência operacional;
- Iniciado processo de aquisição para substituição dos computadores servidores departamentais e das localidades remotas visando garantir maior confiabilidade e continuidade dos serviços de TI;

- Atualizações relativas ao Microsoft Configuration Manager (MCM): versões do SQL Server, Windows Server e do próprio MCM;
- Revisão permanente dos softwares de terceiros disponibilizados para uso no TJRJ: análise, homologação e autorização para uso. Controle do ciclo de vida de cada aplicativo, atualizando versões a fim de garantir a segurança, funcionalidade e, quando for o caso, a conformidade do licenciamento. Remoção de versões obsoletas e que não recebam mais atualizações, com documentação específica em caso de exceções;
- Implementação do projeto de políticas do Intune, solução de gestão de dispositivos baseada em nuvem, para padronização com o ambiente on-premises (físico) atual, garantindo consistência e segurança nas políticas de gerenciamento de dispositivos externos;
- Foram implantados novos requisitos para as senhas com que os usuários acessam a rede do TJRJ. Essas alterações visam a aumentar a segurança no acesso, com adequação às boas práticas de segurança da informação e conformidade com normas vigentes;
- Foi realizada prova de conceito (POC) do Copilot for Microsoft 365, que integra recursos de Inteligência Artificial às ferramentas do Microsoft Office 365 como o Excel, Word, Power Point, Teams, Outlook, a fim de avaliar possível contratação do correspondente licenciamento. O Copilot permite automatizar tarefas repetitivas, melhorar a análise de dados, proporcionar a criação de conteúdo com maior qualidade e rapidez, tornar reuniões mais produtivas, e outras tarefas associadas ao uso da Inteligência Artificial;
- Criação de recurso no Microsoft Bookings para reserva de salas de audiência das varas cíveis da Capital e Regionais para que as partes e advogados possam participar das audiências remotas pelo Microsoft Teams no fórum mais próximo de suas residências. Esta ação foi iniciada em decorrência do Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 8/2025, que implementa a distribuição equalizada de processos na Comarca da Capital e Regionais;
- Implantação do Windows Hello for Business na plataforma Microsoft Intune, com o objetivo de permitir que os notebooks do TJRJ consigam autenticar-se na rede corporativa por meio de biometria quando conectados fisicamente à rede interna;
- Realizada integração do eproc com o Microsoft Teams, com funcionalidades como criação de reuniões (para audiências) e envio de mensagens pelo Teams para homologação pelas equipes responsáveis;
- Início dos estudos sobre o uso do Microsoft Azure Automation Account, um serviço da Microsoft que permitirá a automação, em ambiente de nuvem, de tarefas de manutenção de infraestrutura do ambiente computacional, atualmente realizadas de forma manual ou em servidores locais. Esse serviço disponibiliza um ambiente que armazena configurações, scripts e outros recursos de automação, facilitando a execução automática de processos, permitindo padronização, economia de tempo, redução de erros operacionais e incrementando a segurança das atividades;
- Automação e Otimização de Processos: foram desenvolvidas e aprimoradas automações para padronizar fluxos de trabalho, comunicação e geração de relatórios, utilizando ferramentas como Power Automate e Power BI. A automação abrange tarefas rotineiras, como reinicialização de estações Linux das equipes dos Departamentos de desenvolvimento de

sistemas, automação para movimentação de máquinas entre Unidades Organizacionais (OU), atualização de catálogos de serviços e monitoramento de indicadores;

- Gestão e Modernização da Infraestrutura: além das atualizações dos servidores já mencionadas, foi reforçada a implementação da integração desses servidores ao MS Defender e Azure Arc, com maior eficiência na gestão de inventário de softwares, e atividades como remoção de versões obsoletas e reestruturação de permissões, com foco em compliance e redução de riscos;
- Estudo sobre a solução Global Secure Access (GSA), solução da Microsoft baseada em Zero Trust que objetiva melhorar a segurança no acesso a recursos corporativos. Além de ser uma possível alternativa ao SAR, pode substituir ou otimizar o acesso via VPN, oferecendo mais controle e proteção;
- Estudo sobre estações cogerenciadas pelo Active Directory e pelo Microsoft Intune, estabelecendo modelo híbrido para as máquinas atualmente registradas apenas no Entra ID, permitindo que esses dispositivos possam receber políticas do AD e, simultaneamente, recursos avançados do Intune. Essa integração possibilita maior segurança, distribuição ágil de patches, aplicação de compliance e GPO de forma mais eficiente;
- Foram iniciados estudos para contratação substitutiva de licenciamento de produtos Microsoft e de plataforma em nuvem (Microsoft Azure), considerando que o contrato atual termina em 31/12/2026;
- Com o encerramento do suporte da Microsoft ao MS Office Standard 2016 e 2019 em 14/10/2025, foi iniciada a contratação de nova solução Microsoft 365 Apps e Office Professional Plus, garantindo a substituição das versões descontinuadas. A medida previne riscos de vulnerabilidades decorrentes da ausência de atualizações de segurança e funcionalidades, assegurando a continuidade das rotinas administrativas e jurisdicionais.

Suporte ao Usuário

- Ampliação do Escopo de Atendimento N1 – tem como objetivo a reestruturação das permissões concedidas aos analistas de suporte de primeiro nível, permitindo a ampliação do escopo de atendimento da equipe. A adoção do acesso remoto contribui para a resolução do N1, fortalece o processo de aprendizagem dos analistas e reduz o volume de chamados encaminhados às demais equipes, permitindo maior foco e análises mais criteriosas das solicitações. Como reflexo direto dessa reestruturação, observa-se o aumento da quantidade de solicitações concluídas já durante o primeiro atendimento;
- Desenvolvimento de painéis interativos para a gestão de indicadores de serviço e de pessoal — para o contrato vigente de prestação de atendimento e suporte — permitindo a visualização em tempo real das métricas e facilitando a tomada de decisões estratégicas com maior embasamento;
- Fluxo automatizado para atendimento a pedidos de criação de conta de rede que chegam ao N1, utilizando Microsoft Forms, preenchido e enviado pelo solicitante para coleta das informações necessárias;
- Apoio na implantação do novo Portal de Atendimento de TI, integrado ao Microsoft Teams, em substituição à antiga plataforma de ITSM, proporcionando maior agilidade, acessibilidade e eficiência no suporte aos usuários.

Segurança de Computadores e Usuários

As atividades relacionadas à segurança da informação são executadas de modo permanente. Diante do aumento de ataques cibernéticos e crimes digitais que podem causar vazamento ou perdas, quase sempre irreversíveis de informações corporativas, mais do que nunca, é indispensável manter o ambiente saudável e seguro.

A fim de garantir a segurança necessária, uma série de atividades estratégicas foram implementadas:

- As atividades da DIREC visam a um plano contínuo de aprimoramento da segurança da informação e da infraestrutura tecnológica do TJRJ, em especial estações de trabalho, identidades e servidores sob sua responsabilidade. O time atua de forma proativa na manutenção, evolução e monitoramento das soluções e configurações aplicadas, visando que as entregas apresentadas anteriormente não apenas se mantenham operacionais, mas que também sejam aprimoradas conforme novas ameaças, tecnologias e diretrizes. Essa abordagem assegura a aderência às melhores práticas e reforça o compromisso evolutivo da segurança da informação;
- Foi realizado o bloqueio da autenticação básica e a imposição do uso de autenticação multifatorial (MFA) mediante desafio numérico como política obrigatória para todos os grupos de usuários dos produtos Microsoft 365. A medida incluiu, ainda, usuários convidados, garantindo um nível uniforme de segurança de acesso e proteção contra ameaças;
- Protocolos e aplicativos vulneráveis e obsoletos foram identificados e removidos, enquanto um projeto de monitoramento e adequação de conformidade de softwares nas estações do TJRJ foi iniciado para garantir a conformidade contínua;
- Regras de acesso condicional baseadas em geolocalização foram implementadas para bloquear acessos oriundos de países incomuns aos aplicativos de nuvem, aumentando o controle sobre o acesso às informações sensíveis;
- Atualizações na política antiphishing com ajustes no nível de filtro e ativação de dicas de segurança;
- Estabelecida a identificação e tratamento de alertas e incidentes de segurança da informação em canal dedicado para reporte e tratamento rápido pelo Departamento de Segurança da Informação (DESEG);
- Elaboração de procedimentos técnicos do Catálogo de Serviços do Serviço de Suporte Operacional de Segurança da Informação (SEOSI), com o objetivo de orientar as ações do serviço com base em informações mínimas necessárias e definições técnicas específicas para atuação;
- Adequação de processos de trabalho e configurações técnicas em conformidade com as boas práticas de Segurança da Informação, alinhadas a metodologias reconhecidas, como o Center for Internet Security Controls (CIS Controls);
- Desenvolvidas automações nas ferramentas de segurança para gerar alertas sobre atividades relacionadas à Segurança da Informação, possibilitar o mapeamento de vulne-

rabilidades identificadas por frameworks como NIST e CISA, além de consulta a feeds de notícias de sites especializados e detectar e-mails suspeitos reportados por usuários;

- Implantado o recurso Smart Lockout, que contribui para mitigar ataques de força bruta direcionados a identidades em nuvem;
- Iniciado estudo sobre criptografia de disco (Bitlocker) nas estações de trabalho;
- Realizada simulação de phishing em apoio ao Departamento de Segurança da Informação (DESEG). A campanha foi direcionada aos usuários do TJRJ, com o objetivo de avaliar o nível de maturidade frente a ataques de e-mail maliciosos;
- Iniciado projeto para implementação do recurso Privileged Identity Management (PIM) em grupos do Active Directory via Cloud Sync. Essa solução leva para o ambiente on-premises recursos avançados de governança e controle de acesso privilegiado, antes disponíveis apenas na nuvem. Com isso, funções críticas passam a exigir elevação temporária por meio do PIM, garantindo maior segurança, conformidade e redução de riscos;
- Recomendações de Segurança da Informação do Microsoft Secure Score e Defender for Cloud foram atendidas. Isso inclui adequações, atualizações de aplicativos, novas GPOs (políticas de grupo) e configurações no ambiente. Como resultado, o índice de segurança do TJRJ com base nesse padrão de avaliação está em 78%, significativamente acima da média de 43% registrada por organizações de tamanho semelhante. Cabe destacar que houve queda de 2% da pontuação motivada por novas recomendações de segurança para o ambiente em novembro/2025, com base em novas vulnerabilidades.



Segurança na Autenticação nos Sistemas Corporativos WEB

Foi ampliada a segurança no acesso aos sistemas corporativos através da implementação das seguintes funcionalidades no processo de autenticação:

- Alterado o método de criptografia das senhas com a aplicação do algoritmo MD5.
- Utilização de MFA, com a implantação do segundo fator de autenticação através do envio de código de validação para o e-mail do usuário.
- Melhoria da qualidade da senha que passou a vigorar com um mínimo de 10 caracteres e no máximo 20, devendo também ser diferente da última senha cadastrada, bem como, deve-se atender no mínimo 3 dos seguintes requisitos:
 - Pelo menos uma letra maiúscula;
 - Pelo menos uma letra minúscula;

- Pelo menos um número;
- Pelo menos um caractere especial (! @ # \$ % & ' () * + , - . / : ; < = > ? ^ { | }).

Essas funcionalidades visam fortalecer significativamente a segurança no acesso aos sistemas corporativos web, ao combinar técnicas modernas de proteção. A atualização do método de criptografia das senhas, a adoção do segundo fator de autenticação (MFA) via e-mail, e a exigência de senhas mais robustas elevam o nível de proteção contra acessos indevidos, garantindo maior confiabilidade e integridade às informações do Tribunal.

Ações de Proteção ao SAR (Serviço de Aplicações Remotas)

A implementação de rotina de bloqueio automático de IPs atacantes para evitar ou diminuir o impacto dos bloqueios de contas de usuários, testes das ferramentas da AWS que possibilitam filtro automático de comportamentos maliciosos de conexões ao SAR, realização de POC (prova de conceito) com a VPN Microsoft (em planejamento) e a realização de POC com a ferramenta Parallels para avaliação de substituição do SAR (em planejamento) são algumas medidas que estão em curso e visam fortalecer significativamente a segurança cibernética no ambiente do TJRJ.

Aprimoramento da governança de TIC

Em alinhamento às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, o TJRJ reconheceu sua Governança de TIC como questão de importância estratégica, dando especial ênfase nas áreas de tecnologia da informação e comunicação de dados. Isso significou, resumidamente, a imposição de maiores controles estratégicos à área mais impactante para o processo de transformação digital do Tribunal.

Para demonstrar a importância e eficácia do conteúdo supracitado, tem-se abaixo listagem de algumas ações que estão sendo implementadas sob a coordenação do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC):

• Reestruturação do Escritório de Projetos

A reestruturação do Escritório de Projetos (DIESP) foi conduzida como uma ação estratégica voltada à profissionalização da gestão de projetos de TI da SGTEC, alinhando sua atuação às melhores práticas e diretrizes metodológicas.

Essa iniciativa incluiu a definição e padronização de metodologias de trabalho, com a adoção integrada de abordagens ágeis e tradicionais, conforme a natureza e complexidade dos projetos.

A DIESP passou a atuar como canal único de entrada das demandas de TI, o que exigiu a implementação de processos mais eficientes, com maior organização, padronização e rastreabilidade das solicitações.

Foi realizada a contratação de profissionais especializados em gerenciamento de projetos, o que possibilitou a criação de uma estrutura dividida entre equipe de governança (entrada e triagem de demandas) e gerentes de projetos dedicados, promovendo uma atuação mais técnica, orientada a resultados.

Com a nova estrutura, o Escritório de Projetos passou a atuar com maior alinhamento estratégico, contribuindo diretamente para a consolidação de práticas mais eficazes de gestão de projetos.

A transparência foi reforçada como um dos pilares dessa reestruturação, com a criação de novos mecanismos de monitoramento e comunicação, incluindo dashboards executivos e gerenciais voltados à alta administração, garantindo maior controle, visibilidade e prestação de contas.

Como resultado, os projetos passaram a ser conduzidos com mais agilidade, previsibilidade e clareza, fortalecendo a entrega de valor e promovendo melhoria contínua nos processos e nas entregas da SGTEC.

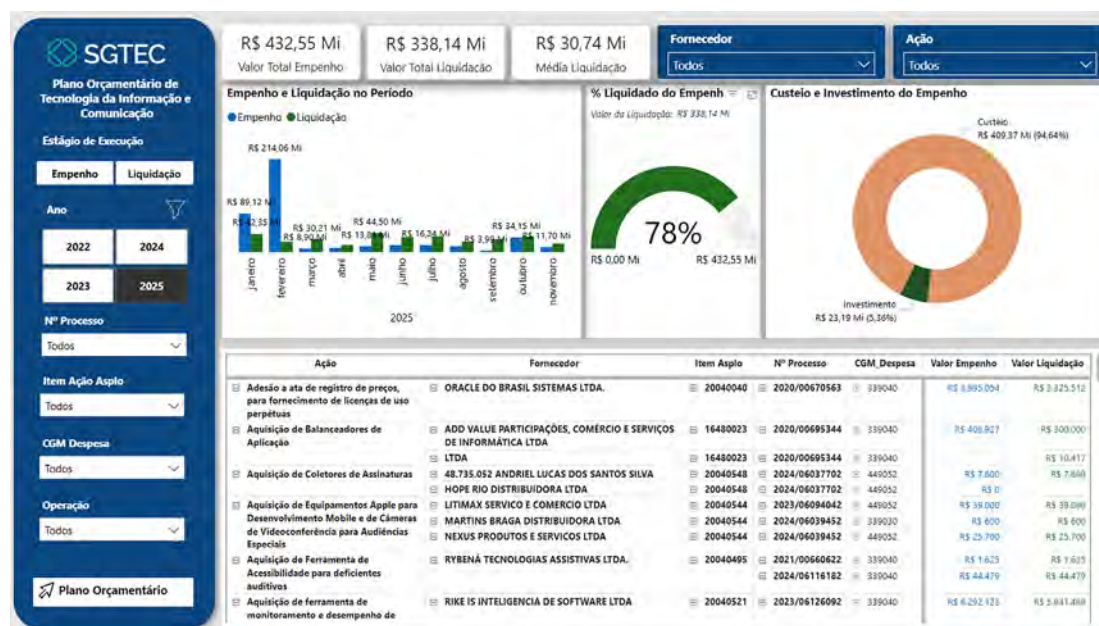
- **Melhoria da Gestão Orçamentária**

O acompanhamento sistemático do orçamento tornou-se uma necessidade para aperfeiçoar a alocação dos recursos da SGTEC e orientar a alta administração à tomada de decisões mais assertivas. Dessa forma, a disponibilização do painel de acompanhamento orçamentário marcou um avanço significativo na governança da informação dentro da SGTEC. Após sua implementação, o painel passou a ser utilizado como instrumento central de apoio às análises apresentadas na COPAE, contribuindo diretamente para o processo decisório em relação ao Plano Orçamentário do Tribunal. Ao oferecer uma visão estruturada, comparativa e tempestiva sobre o planejamento e a execução do orçamento de TIC, o painel permitiu que as deliberações estratégicas fossem amparadas por evidências concretas, ampliando a assertividade das recomendações e a capacidade de reação da alta administração frente às demandas institucionais.

A iniciativa também reforça o alinhamento da SGTEC com as diretrizes estabelecidas no PDTIC, que previu, por meio dos resultados-chaves (KRs) 1.5 e 1.6, o desenvolvimento de soluções capazes de consolidar dados orçamentários e monitorar o cumprimento do Plano Anual de Contratações. O cumprimento desses KRs demonstra a evolução da área no sentido de fortalecer métricas, governança e mecanismos de controle, em consonância com o objetivo estratégico de TIC estabelecido “Fortalecer governança, métricas e controle orçamentário”. Assim, o painel não apenas amplia a transparência e o acompanhamento dos recursos, mas consolida a SGTEC como protagonista na gestão eficiente e orientada a dados dentro do TJRJ.

No âmbito do **KR1.5 – Disponibilizar um painel de acompanhamento das despesas mensais de TIC, integrado ao sistema financeiro do TJRJ**, foi desenvolvido o painel de Execução Orçamentária, que consolida informações de empenho, liquidação e classificação das despesas ao longo do tempo. Com indicadores imediatos, evolução temporal das despesas e rastreabilidade completa das notas de empenho, o painel permite uma leitura clara da dinâmica de execução dos recursos e facilita análises comparativas entre períodos, fornecedores, categorias e itens de ação.

Essa visualização, integrada ao sistema GRP, fortalece o monitoramento contínuo e assegura maior precisão no acompanhamento financeiro.



De forma complementar, o **KR1.6 – Disponibilizar um painel de acompanhamento entre o orçamento de TIC planejado e executado, visando aprimorar a transparência e o monitoramento da execução do Plano Anual de Contratações**, foi atendido por meio do painel de Planejamento Orçamentário abaixo. Nele, são apresentadas as previsões orçamentárias por unidade responsável, categoria de despesa e ações do Plano Orçamentário, permitindo confrontar os valores inicialmente planejados com o que vem sendo executado ao longo do exercício.

Essa ferramenta evidencia, de maneira estruturada, a aderência das contratações ao orçamento aprovado, facilitando a identificação de distorções, ajustes necessários e oportunidades de otimização na alocação dos recursos.



A articulação entre esses dois painéis oferece uma visão completa do ciclo orçamentário da SGTEC, integrando o planejamento, a execução e o monitoramento das ações de TIC. Com isso, a Secretaria passa a contar com instrumentos capazes de apoiar decisões estratégicas, aprimorar a governança e facilitar a prestação de contas, consolidando uma gestão orientada por dados e plenamente alinhada às metas estabelecidas no PDTIC.

- **Gestão da Observabilidade**

A observabilidade pode ser compreendida como a capacidade de entender o comportamento interno de um sistema a partir dos sinais externos que podem ser observados por meio do monitoramento e análise de logs, métricas e traces do sistema. Em outras palavras, trata-se da capacidade de observar como os sistemas estão se comportando com base nos dados por eles produzidos, conduzindo a uma possibilidade de identificação de problemas assim que eles ocorrem, ou até mesmo antes, e viabilizando a atuação preventiva da SGTEC e o foco na melhoria contínua da experiência do usuário.

Portanto, a observabilidade apresenta-se como uma prática fundamental e extremamente poderosa para lidar com as características dos sistemas modernos - altamente distribuídos, dinâmicos e complexos - na medida em que permite melhor visibilidade, monitoramento mais seguro e elevado nível de compreensão do resultado das interações entre os diversos componentes que compõem esses sistemas.

Durante o primeiro semestre de 2025, houve expressivo aumento na observabilidade de sistemas, tanto em ambientes produtivos quanto não produtivos, das áreas administrativa e judicial. Esse avanço decorreu da otimização na gestão de licenças, evidenciada através da ocorrência de alertas em mais serviços, aplicações e APIs, bem como pela maior adoção da ferramenta por parte dos usuários, que têm à disposição treinamentos e capacitações do Dynatrace.

Durante o segundo semestre de 2025, as equipes dos departamentos da SGTEC realizaram uma ação de capacitação extremamente relevante, por meio de curso oficial ministrado pela fornecedora da solução ao PJERJ. Além disso, a equipe de Observabilidade continuou a desenvolver suas competências por meio do uso contínuo e regular da ferramenta. Como exemplo expressivo, o Dynatrace chegou a ser utilizado por 54 usuários distintos em um único dia, mantendo uma média diária de aproximadamente 35 a 40 usuários — um excelente indicador de engajamento para a equipe de Observabilidade da instituição.

Assim como no primeiro semestre, no segundo semestre as equipes ampliaram o dinamismo na alocação de licenças, expandindo e alcançando observabilidade no ambiente OpenShift, executado localmente no Data Center da instituição, além do ambiente em nuvem AWS, que já se encontrava amplamente observável desde o início da implantação da ferramenta em 2024.

Esse tema é tão relevante para a equipe que, mesmo com a significativa expansão do sistema eproc, a área de Observabilidade tem conseguido manter a infraestrutura que suporta o principal sistema judicial da instituição com observabilidade plena, contribuindo de forma decisiva para a rápida identificação e resolução de incidentes e problemas — tudo isso sem prejuízo da observabilidade dos demais sistemas já atendidos pela equipe.

• Plano Diretor de TIC com foco em resultados

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) estabelece as diretrizes e prioridades para a área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), alinhando-se à Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) e ao Plano Estratégico Institucional do Tribunal. Sua elaboração tem como premissa a modernização dos serviços digitais e a melhoria contínua da governança, infraestrutura, segurança e qualidade dos serviços prestados.

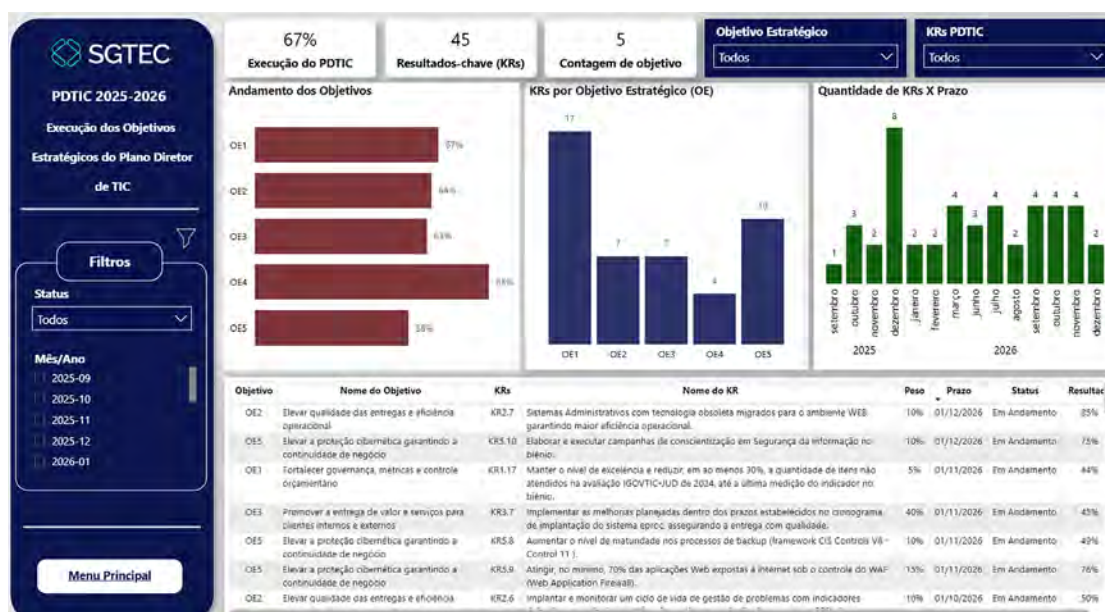
Como principal inovação metodológica, o plano para o biênio 2025/2026 foi desenvolvido com base no modelo OKR (Objectives and Key Results), que permitiu definir objetivos estratégicos claros e mensuráveis, com forte engajamento colaborativo entre as áreas da SGTEC. Essa abordagem trouxe mais foco, transparência e alinhamento às metas institucionais.

Foram definidos cinco objetivos estratégicos, cada um detalhado com seus respectivos resultados-chave (KRs) e iniciativas concretas para alcançá-los:

- Fortalecer a governança, métricas e controle orçamentário
- Elevar a qualidade das entregas e eficiência operacional
- Promover a entrega de valor e serviços para clientes internos e externos
- Aprimorar a infraestrutura de TIC
- Elevar a proteção cibernética garantindo a continuidade do negócio

Aos objetivos foram associados um total de 45 (quarenta e cinco) resultados-chave, com seus quantitativos e prazos, permitindo monitoramento contínuo e ajustes dinâmicos ao longo do biênio.

Entre os projetos e entregas previstos destacam-se a evolução do sistema eletrônico processual (eproc), a ampliação do assistente jurídico com IA (ASSIS), novas soluções de autoatendimento, melhorias na infraestrutura e na segurança cibernética, além do fortalecimento da governança de contratações e controle orçamentário.



O acompanhamento da execução do PDTIC é realizado por meio de monitoramento mensal dos Resultados-Chave (KRs), permitindo avaliar o desempenho das iniciativas e identificar eventuais necessidades de ajuste ao longo do biênio. Os dados consolidados são divulgados em um painel de acompanhamento, que oferece visão atualizada, transparente e acessível do progresso de cada objetivo estratégico, fortalecendo a governança e a tomada de decisão baseada em evidências.

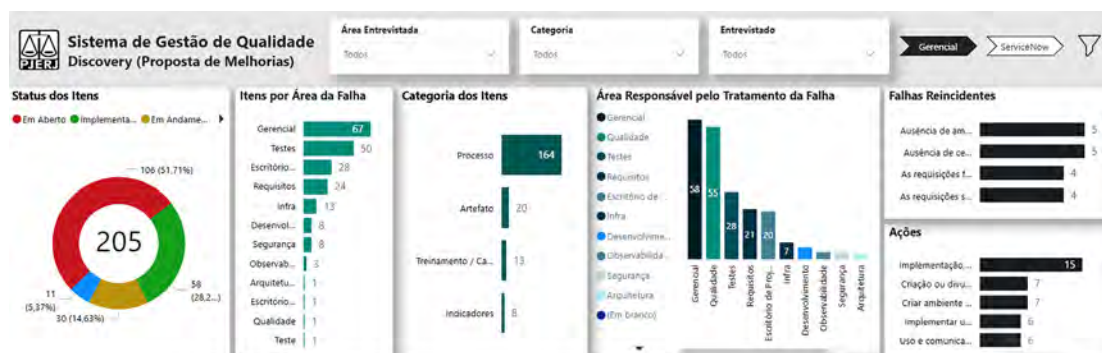
O Plano Diretor de TIC reafirma o compromisso do Tribunal com a inovação, eficiência e segurança na prestação jurisdicional, usando a metodologia OKR como catalisadora para alinhar esforços estratégicos e operacionais e entregar maior valor à sociedade e aos usuários internos e externos do Poder Judiciário.

• Qualidade de Software e Melhoria de Processos

Em 2025, a área de Qualidade da SGTEC estruturou um dos maiores mapeamentos da situação atual dos macroprocessos de TIC já realizados na Secretaria, identificando 205 oportunidades de melhoria em processos de desenvolvimento, teste, requisitos, infraestrutura e governança. Esse trabalho gerou um mapa detalhado de fragilidades e ações necessárias, permitindo aos gestores uma visão inédita da saúde operacional da TI. Do total mapeado, 58 ações (28%) foram completamente implementadas ao longo do ano, e outras 30 (15%) estão em andamento, totalizando 43% das melhorias já tratadas. As ações implementadas envolveram padronização de processos, ajustes nos fluxos de requisitos, melhorias em ambientes de teste, fortalecimento da segurança e aprimoramentos no Azure DevOps.

A distribuição das responsabilidades evidencia a abrangência institucional do trabalho. Por tipo: Gerencial (28%), Qualidade (27%) e Testes (14%) lideram a execução das ações, demonstrando alinhamento transversal e colaboração entre as áreas. Esse movimento reforça que a equipe de Qualidade deixou de atuar apenas como apoio e passou a exercer papel estratégico na maturidade da SGTEC.

O acompanhamento das oportunidades de melhoria passou a ser realizado por meio de um painel de [Gestão da Qualidade - Discovery](#), permitindo visualizar o avanço das ações e apoiar a tomada de decisão com maior transparência e rigor de governança.



Foi ampliado o conteúdo do [Portal da Qualidade](#), que recebeu novos modelos, manuais padronizados e um Guia de Acesso às Normas e Procedimentos. A consolidação desses materiais em um único repositório fortalece a padronização institucional, facilita o acesso às orientações e assegura maior uniformidade na aplicação dos processos da SGTEC.

Foi também estruturado um [Painel de Indicadores da Governança TIC](#), reunindo indicadores de infraestrutura, atendimento e operações (via sistemas de atendimento), implantação (via plataforma SOFE), capacitação (via plataforma Udemy), governança estratégica (a partir do Plano Diretor de TIC, da Pesquisa de Satisfação do Usuário e da Pesquisa de Clima Organizacional), qualidade de software e testes (via sistema Azure), segurança e qualidade de código (via ferramentas SonarQube) e por meio das RADs, que consolidam indicadores essenciais dos processos avaliados em auditoria. Esse conjunto integrado fortaleceu a governança e viabilizou análises consistentes de desempenho, riscos e eficiência em todas as áreas da Diretoria.

A SGTEC consolidou o uso do SonarQube como ferramenta estratégica para o monitoramento contínuo da qualidade do código-fonte das aplicações institucionais. Com 301 projetos de software cadastrados, o SonarQube passou a oferecer uma visão abrangente e objetiva da qualidade técnica dos sistemas, permitindo entender com clareza “onde estamos” e orientar, de forma estruturada, as ações necessárias para avançar rumo ao nível de qualidade desejado. Esse diagnóstico permanente representa o fortalecimento da cultura de qualidade no desenvolvimento de software do Tribunal.

A partir das métricas extraídas — bugs, vulnerabilidades, code smells, débito técnico, cobertura de código, confiabilidade, segurança e manutenibilidade — foi possível estabelecer indicadores concretos de qualidade, apoiar a tomada de decisão gerencial e direcionar esforços corretivos baseados em evidências. O uso sistemático dessas informações ampliou a visibilidade dos riscos técnicos, permitindo atuação preventiva sobre falhas críticas e vulnerabilidades de segurança.

Além disso, o painel [Gestão da Qualidade – SonarQube](#) passou a consolidar a evolução da qualidade do código ao longo do tempo, por projeto, equipe e severidade dos achados. Essa visão integrada reforçou a governança de TIC, aumentou a previsibilidade das entregas e impulsionou a melhoria contínua dos processos de desenvolvimento — estabelecendo o SonarQube como um pilar essencial para a elevação da qualidade de software na SGTEC.



A realização dos pilotos conduzidos no processo de testes nos sistemas EPROC, PJe e DCP foi decisiva para validar a nova abordagem de testes e fortalecer a confiança das áreas estratégicas na proposta de evolução dos processos. A atuação da Qualidade permitiu acompanhar de forma estruturada a execução, a cobertura e a maturidade dos testes, criando uma base sólida para a construção de um modelo unificado no Tribunal.

Em síntese, 2025 marcou avanços decisivos para a Qualidade na SGTEC, com ganhos em padronização, governança e melhoria contínua que reforçam a eficiência e a confiabilidade da TI. Esses resultados consolidam uma base sólida para a evolução dos próximos ciclos.

Para 2026, prevê-se o encerramento dos pilotos de teste (EPROC, PJe e DCP), acompanhados da realização de pesquisas de satisfação para avaliar resultados e a percepção dos usuários, a consolidação dos indicadores de qualidade e o avanço das ações de segurança com SonarQube e ZAP OWASP. Também está prevista a implantação de Quality Gates no fluxo pré-deploy e o início da implantação de uma Gerência de Configuração reforçando a maturidade e a confiabilidade do ciclo de desenvolvimento.

• Melhorias na Governança das Contratações de TIC

Dando continuidade às iniciativas de aprimoramento da governança das contratações de TIC, foi promovido, no último semestre, o refinamento e a adaptação dos fluxos de trabalho internos da DIGAC, em decorrência das alterações organizacionais instituídas pela Resolução OE nº 03/2025, que reestruturou a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

As adaptações envolveram ajustes em papéis e responsabilidades, bem como a redefinição de interfaces com outras unidades envolvidas no planejamento e na execução das contratações, com ênfase na Secretaria-Geral de Contratos e Licitações (SGCOL). Como resultado, os fluxos previamente redesenhados foram atualizados e revalidados junto às áreas parceiras, garantindo alinhamento com o novo arranjo institucional.

Como medida adicional de apoio à gestão, foi desenvolvido e iniciado o processo de implementação de alertas automáticos por meio da plataforma Microsoft Teams, destinados aos gestores dos contratos de TIC. Essa funcionalidade tem por finalidade informar, com a devida antecedência, sobre contratos cuja vigência esteja próxima do término, possibilitando a adoção tempestiva das providências necessárias à prorrogação contratual ou à preparação de nova contratação, reduzindo riscos de descontinuidade dos serviços.

Mantêm-se as reuniões gerenciais semanais, o uso do dashboard gerencial em Microsoft Power BI, e o acompanhamento detalhado via Microsoft Planner, o que tem proporcionado maior transparência, controle e previsibilidade ao andamento das contratações de TIC.

• Atualização do Fluxo de Processos da SGTEC

O mapeamento e a revisão do processo de Gestão de Requisições de Melhorias de Sistemas durante o ano de 2025 representaram um avanço significativo na padronização das rotinas internas por envolver diversas equipes de diferentes unidades organizacionais da SGTEC. Esse trabalho envolveu a análise de todas as etapas do fluxo — desde o re-

cebimento e entendimento das demandas, incluindo a priorização e o levantamento de requisitos com o PO (Product Owner), até a entrega efetiva das melhorias.

Durante o levantamento, foram identificados gargalos, sobreposições e oportunidades para aprimorar a comunicação entre as equipes e fortalecer o alinhamento entre as áreas de negócio e as equipes técnicas. Como resultado, o processo passou a contar com regras mais claras e papéis e responsabilidades bem definidos, contribuindo para ganhos de eficiência, transparência e qualidade nas entregas.

Além dessa iniciativa, mais de 10 RADs da SGTEC foram revisadas, abrangendo áreas como atendimento, infraestrutura, segurança e governança. Entre eles destaca-se o processo de Gerenciamento de Contratos de Soluções de TIC, que passou por atualização para fortalecer o acompanhamento das execuções contratuais, a conformidade com requisitos legais e a gestão de riscos associados às contratações. Essas revisões vêm promovendo maior padronização, e uma visão integrada dos diversos fluxos que compõem a atuação da SGTEC.

Como continuidade desse ciclo de aprimoramento, está prevista a documentação de mais duas RADs até o final do biênio, que compreenderão a gestão de novos projetos e a gestão orçamentária de TIC, consolidando a evolução metodológica da área de gestão e governança e reforçando a documentação de processos internos e de rotinas administrativas. Essa modernização dos processos cria bases mais sólidas para auditorias, aumenta a confiabilidade das informações e contribui para uma gestão mais eficiente e orientada a resultados.

• **Implantação do Novo Portal de Atendimento de TI**

A implantação do Portal de Atendimento de TI, nova plataforma de gestão de serviços e suporte da SGTEC, foi concluída em 28 de outubro, representando um importante marco na modernização dos serviços oferecidos pela área de tecnologia. Desde sua entrada em operação, a solução vem aprimorando de forma consistente a qualidade do atendimento, proporcionando maior agilidade, padronização e visibilidade sobre toda a cadeia de serviços de TI.

O portal permite estabelecer e acompanhar, em tempo real, metas e indicadores de desempenho, fortalecendo a governança e possibilitando um monitoramento mais preciso das operações. Esse novo modelo de acompanhamento tem contribuído para a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, permitindo intervenções rápidas e decisões mais assertivas.

Além disso, a plataforma oferece um ambiente mais integrado e eficiente para a gestão de processos e serviços, ampliando a coordenação entre equipes e melhorando a capacidade de resposta às demandas internas e externas. A adoção do Portal de Atendimento fortalece a padronização de fluxos, o registro formal das atividades e a rastreabilidade das informações.

Para o usuário final, o Portal de Atendimento de TI trouxe uma experiência mais moderna e intuitiva, com acesso simplificado à abertura e ao acompanhamento de chamados.

O chatbot corporativo, que ampliará ainda mais a capacidade de autoatendimento e agilizará o esclarecimento de dúvidas, será disponibilizado em breve no Portal e no Microsoft Teams.

Com a entrega efetiva da solução e os primeiros resultados positivos já observados, a SGTEC alinha-se às melhores práticas de mercado e às necessidades institucionais, com impacto direto na melhoria da experiência dos usuários e na eficiência da gestão de TI.

- **Pesquisa de Clima Organizacional**

Com o objetivo de mapear aspectos do ambiente interno de trabalho e identificar oportunidades de melhoria, foi realizada a primeira Pesquisa de Clima Organizacional junto aos servidores da SGTEC e do Departamento de Segurança da Informação (DESEG), no período de 13/05/2025 a 23/05/2025.

A pesquisa registrou a participação de 235 respondentes, distribuídos entre 170 colaboradores e 65 servidores, representando uma adesão significativa e permitindo uma análise consistente do clima organizacional das áreas.

Como resultado geral, foi obtido o Clima Médio Geral de 3,4, em uma escala de 1 a 4, indicando uma percepção predominantemente positiva dos respondentes em relação ao ambiente de trabalho e oferecendo subsídios relevantes para o planejamento de ações de melhoria.

- **Pesquisa de Satisfação do Usuário**

Com o objetivo de fomentar a melhoria contínua dos serviços prestados e assegurar maior eficiência e qualidade nos processos internos, a SGTEC realizou a primeira edição da Pesquisa de Satisfação do Usuário (PSU). A iniciativa visa compreender a percepção dos usuários internos sobre os serviços de tecnologia oferecidos, permitindo identificar pontos fortes, oportunidades de aprimoramento e direcionar ações estratégicas.

A pesquisa foi conduzida entre 04/09/2025 e 03/10/2025, por meio de formulário eletrônico (Forms) encaminhado aos usuários internos do TJRJ. O instrumento utilizado continha 12 (doze) perguntas, abrangendo aspectos como atendimento, qualidade dos serviços, agilidade, comunicação e resolutividade.

Ao todo, 868 usuários responderam à pesquisa, constituindo uma amostra expressiva e representativa do público atendido pela SGTEC. O Índice de Satisfação Geral atingiu 88% de avaliações classificadas como “Ótimo” ou “Bom”, demonstrando uma percepção significativamente positiva dos usuários em relação aos serviços prestados.

- **Capacitação das Equipes**

Foram implementadas as seguintes iniciativas relacionadas à capacitação de equipes:

- **Trilhas de capacitação:** Com o objetivo de viabilizar a execução do Plano de Capacitação em TIC, ao final de 2024 foi contratada a plataforma de cursos online Udemy Business. A partir dessa iniciativa, no início de 2025, foram elaboradas, em conjunto com os gestores das áreas, trilhas de capacitação personalizadas, alinhadas às competências

técnicas e gerenciais necessárias a cada setor. Todos os(as) servidores(as) da SGTEC e da DESEG receberam uma licença da Udemy e foram atribuídos às respectivas trilhas de capacitação.

- **Painel de Monitoramento do Plano de Capacitação:** Foi desenvolvido um painel de Business Intelligence (BI) com o objetivo de monitorar a execução das ações de capacitação, incluindo as trilhas Udemy. A partir das informações disponibilizadas pelo painel, torna-se possível identificar pontos de atenção no andamento das capacitações e realizar os engajamentos necessários para o adequado acompanhamento e atingimento da meta estabelecida.
- **Treinamentos de PMO e Gestão Ágil Para Donos de Produtos:** Como parte da continuidade da estratégia de capacitação em metodologias modernas de gestão, no primeiro semestre de 2025 foram realizados os treinamentos presenciais de PMO (Project Management Office) e Gestão Ágil para Donos de Produtos (ou Product Owner, ou PO). Essas formações tiveram como objetivo fortalecer a adoção de práticas ágeis e aprimorar a gestão de projetos no âmbito da organização.
- **Treinamento de Processo Judicial:** Em março de 2025, também foi ministrado o treinamento presencial de Processo Judicial (Civil e Criminal) para uma nova turma de servidores(as) e colaboradores(as) da SGTEC. Este treinamento permite integrar o conhecimento jurídico aos sistemas de tecnologia da informação, criando uma abordagem mais eficiente e alinhada às necessidades operacionais da área judicial, melhorando o desempenho e a qualidade dos serviços prestados.

- **Portfólio de Softwares e Especialistas - SOFE**

A ferramenta SOFE passou por muitas atualizações nas informações com colaboração de vários setores da SGTEC. A aplicação também foi remodelada com abas separando os metadados em informações gerais, Projetos, Desenvolvimento e Infraestrutura. Foi implementado também um atributo “Contrato” que permite saber qual o contrato de determinada fábrica. Por fim, o SOFE agora permite cadastrar quais serviços determinada aplicação é dependente.

- **Melhoria na documentação da Arquitetura de Referência e Segurança dos arquétipos**

Com a finalidade de aumentar a padronização na produção de software, novos artefatos com conteúdo que diz respeito ao uso e cadastro no SOFE, documentos sobre teste de carga, e aplicação de *templates* foram incorporados.

Como iniciativa da Assessoria de Qualidade e Arquitetura de Soluções (ASARQ) e do Departamento de Sistemas Administrativos (DESAD), foi realizado um estudo e a implementação de uma pipeline para CI/CD (Integração Contínua/Entrega Contínua) dos templates (arquétipos) C# e Angular. Esses arquétipos são a estrutura básica de qualquer projeto que se inicie, e funciona como um acelerador para novos projetos, justificando assim sua importância para monitoramento e controle.

O produto final foi implementado gerando as pipelines de cada arquétipo com seus relatórios de segurança e ficam disponíveis na aplicação Azure Devops ou no SOFE para o

gestor do projeto acompanhar e alinhar políticas de segurança. Esses arquétipos podem então ser submetidos à análise de segurança, análise de qualidade de código, entre outras. Caso alguma ameaça seja detectada, pode-se mitigar e corrigir os templates mais rapidamente e de forma proativa.

- **Criação de plataforma própria do TJERJ de Mensageria (Conformidade com PDPJ - CNJ)**

Com objetivo de trazer para a SGTEC as melhores práticas e oferecer alternativas de integração de sistemas, foi criada a MensaGeria TJRJ_Core. O uso do padrão Pub/Sub (Publicar/Assinar) desta tecnologia é recomendado pelo CNJ.

Segurança de Computadores e Usuários

As atividades relacionadas à segurança da informação são executadas de modo permanente. Diante do aumento de ataques cibernéticos e crimes digitais vitimando órgãos públicos — que podem causar vazamento ou perdas, quase sempre irrecuperáveis, de informações corporativas — mais do que nunca, é indispensável manter o ambiente saudável e seguro.

A fim de garantir a segurança necessária, foram realizadas atividades como:

- Implementação do recurso “esqueci minha senha” (SSPR), para permitir ao usuário alterar a própria senha a partir do portal Office;
- Implementação do Microsoft Defender para monitorar continuamente e tratar atividades suspeitas de forma centralizada, mesmo fora da rede corporativa;
- Disponibilização da autenticação por biometria nos notebooks;
- Bloqueio da autenticação básica e imposição da autenticação multifatorial (MFA) por política, para todos os grupos de usuários de produtos Microsoft 365, garantindo assim maior segurança de acesso indistintamente, incluindo imposição de MFA para usuários convidados;
- Atualização permanente das estações e servidores departamentais e de localidades remotas. Essa tarefa é composta por várias outras menores, como homologação, distribuição e aplicação de atualizações de sistema operacional, aplicativos e de segurança — inclusive antivírus — disponibilizadas pelos fabricantes, todas com o intuito único de manter o TJRJ atualizado com a tecnologia do momento contra ameaças de segurança;
- Configuração, aplicação, conformidade e refinamento de políticas de defesa anti-spam e anti-phishing (e-mails indesejados e fraudes digitais), empregando inteligência para proteção, aviso de primeiro contato e contato externo, bem como proteção contra tentativa de usurpação de identidades;
- Habilitação do firewall (dispositivo de segurança que se comporta como uma parede de proteção contra ameaças externas);
- Configuração de regras de acesso condicional específicas baseadas em geolocalização (bloqueio de acesso oriundo de países incomuns aos aplicativos de nuvem);
- Identificação e tratamento de alertas e incidentes de segurança da informação, como vazamento ou roubo de credenciais e informações dos usuários do TJRJ;

- Integração do ambiente Microsoft com a ferramenta Darktrace (solução de segurança de rede que identifica e combate ameaças cibernéticas de forma proativa);
- Integração do ambiente Microsoft com ferramenta de categorização de dados para avaliação de conformidade com a LGPD (Securiti.ai), em atendimento aos preceitos normativos de proteção de dados pessoais;
- Refinamento de políticas anti-malware para e-mail, incluindo bloqueio de mensagens com links suspeitos.

Além da segurança dos computadores, houve também a promoção da proteção dos dados organizacionais.

Promoção da Proteção de Dados Organizacionais

A transformação digital ocorrendo no Poder Judiciário proporciona benefícios como celeridade e confiabilidade de resultados, mas traz também os perigos do mundo cibernético, como ataques virtuais frequentes. Portanto, é imprescindível cuidar da segurança e proteção dos dados e informações processuais. As ações de segurança da informação estão sendo coordenadas pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI), e instrumentalizadas pelo Departamento de Segurança da Informação (DESEG), destacando-se:

Proteção de Dados Pessoais

- Criação da Política de Privacidade do TJRJ e dos Avisos de Privacidade nos serviços do Tribunal, garantindo a conformidade com a LGPD;
- Adequação dos cookies dos principais sistemas do Tribunal, incluindo o Portal, à LGPD e demais normativos da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- Implementação do serviço DLP (Prevenção de Perda de Dados), que permite o monitoramento de documentos classificados a fim de prevenir e alertar sobre possíveis vazamentos de dados;
- Mapeamento de todos os dados pessoais que são tratados pelo TJRJ (data mapping), para fins de atendimento e adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- Migração da ferramenta anterior de DLP para a solução atual, do contrato vigente (em andamento);
- Criação de Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais (RIPD) de diversos sistemas do TJRJ, para fins de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- Avaliação de Impacto Algorítmico do sistema Assis;
- Emissão de Pareceres Técnicos sob o ponto de vista de privacidade e proteção de dados;
- Avaliação de fornecedores a fim de atender à LGPD – em andamento.

Conscientização em Segurança da Informação

- Criação e divulgação do e-mail do DESEG como canal de atendimento aos usuários institucionais sobre questões relacionadas à segurança da informação;
- Atualização do treinamento em Segurança da Informação da ESAJ, com carga horária de 15 horas e todas as aulas ministradas ao vivo. Duas turmas já concluídas;

- Realização de campanhas de conscientização em segurança da informação com ampla divulgação em diversos canais de comunicação, como e-mail, Teams, Portal TJ, TJRJ Informa, Sistema SEI, LinkedIn, Instagram e no canal oficial do YouTube;
- Planejamento e execução de teste de phishing para toda a força de trabalho do TJRJ;

Segurança das Aplicações

- Gestão de vulnerabilidades nas aplicações do TJRJ, por meio de varreduras automatizadas e testes de segurança manuais, garantindo o provisionamento seguro das aplicações, e evitando ataques cibernéticos;
- Acompanhamento da implantação de autenticação multifatorial (MFA) nos sistemas judiciais e demais sistemas críticos em cumprimento à normativa do CNJ;
- Realização de testes de intrusão nos ambientes internos e externos, para identificar pontos de melhoria na resiliência cibernética das aplicações, na infraestrutura, na segmentação de redes, e nos sistemas de monitoramento e vigilância do TJRJ;
- Implantação de várias camadas e funcionalidades de proteção no sistema eproc, realizando testes de intrusão, simulando ataques cibernéticos, análises do código-fonte, verificação de configurações seguras e exposição de dados sigilosos;
- Coordenação do Projeto de Inclusão de aplicações no Firewall de Aplicações Web (WAF) para mitigar ataques provenientes da internet;
- Implantação de varreduras de auditoria no orquestrador de contêineres em ambiente de nuvem, visando adequação ao padrão internacional de segurança cibernética do CIS Benchmark - conjunto de diretrizes e práticas recomendadas para garantir a segurança de sistemas e dados.

Gestão de Incidentes e Vulnerabilidades

- Implantação do serviço de detecção e resposta a incidentes cibernéticos no TJRJ, que opera 24 horas por dia, 7 dias na semana através do SOC (Centro de Operações de Segurança). Ele conta com a ferramenta DarkTrace que realiza o monitoramento de ameaças em todo ambiente do TJRJ em tempo real;
- Integração da ferramenta DarkTrace com as demais ferramentas de segurança (anti-malware e firewall) do Tribunal para aprimoramento da detecção de incidentes de segurança;
- Inclusão de novos pontos de coleta de dados de rede para análise do tráfego pelo DarkTrace, o que possibilita um maior enriquecimento de dados para análise da ferramenta em busca de ameaças;
- Integração do firewall institucional à solução de compartilhamento de indicadores de ameaça MISP, permitindo ao SOC 24 horas o bloqueio ágil de ataques ao detectar qualquer atividade maliciosa contra os serviços do TJ;
- Integração da ferramenta Tenable Cloud com o provedor de nuvem AWS, de forma a identificar, em tempo real, as vulnerabilidades e problemas de configuração que podem trazer riscos de segurança aos sistemas eproc e PJe;

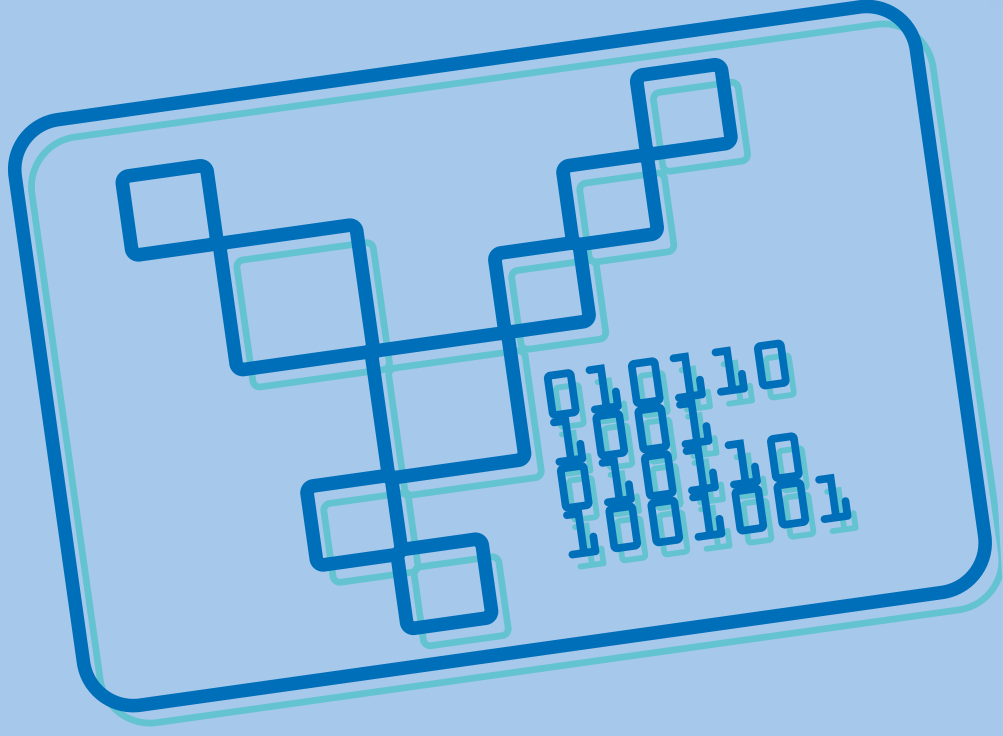
- Gerenciamento de superfície de ataque (ASM), de forma a acompanhar as vulnerabilidades que estão expostas para a internet, corrigindo-as para mitigar o risco de sucesso de ataques cibernéticos ao TJ;
- Substituição da ferramenta DarkTrace pela ferramenta Stellar Cyber do ambiente de TIC do Tribunal de Justiça, por questões contratuais (Em andamento);
- Execução de um exercício de simulação de ataque cibernético, com o objetivo de capacitar a equipe a responder de forma eficaz e coordenada diante de um incidente real.

Gestão de Riscos e Conformidade

- Edição e aprovação da RAD do ciclo de tratamento de vulnerabilidades e riscos;
- Implementação de ferramenta de gestão de riscos para acompanhamento do tratamento das vulnerabilidades e dos riscos existentes no ambiente do TJRJ;
- Elaboração e atualização de Resoluções e Atos Normativos voltados à Segurança da Informação, incluindo a Política de Segurança da Informação do PJeRJ, a Política de Segurança para Serviços em Nuvem, além dos Atos Normativos relacionados à Gestão de Segurança da Informação e à Gestão de Acessos.

Auditoria e Melhorias

- Realização das seguintes auditorias de segurança:
 - Das regras de firewall identificando oportunidades de melhoria na configuração, dentre elas o aumento de desempenho do equipamento e a possibilidade de rastreabilidade dos acessos;
 - Do backup de logs (registros) de firewall para validação da retenção pelo prazo exigido pelo Marco Civil da Internet (12 meses);
 - Do backup dos dados corporativos para avaliar a conformidade com as melhores práticas e identificar oportunidades de aprimoramento;
- Realização de ajustes nos logs (registros de atividades) do PJe para inclusão de informações relevantes em casos de auditorias e investigações;
- Planejamento e elaboração do novo Edital de contratação de serviços gerenciados de Segurança da Informação;
- Armazenamento de logs (registros de atividades) do firewall em formato aberto (além do formato proprietário já armazenado pelo equipamento), o que permitirá melhor análise em caso de incidentes e investigações.



16, Aperfeiçoamento da Política de Dados e Informações Institucionais



16. Aperfeiçoamento da Política de Dados e Informações Institucionais

Principais realizações no Departamento de Informações Gerenciais – DEIGE (2025):

Projetos – 1ª Instância

- **Liberação do Painel das Metas do CNJ**

Implementação de solução que permite o acompanhamento contínuo do desempenho das unidades frente às Metas Nacionais, com visão consolidada e critérios alinhados ao CNJ.

- **Painel da Central de Custódia**

Desenvolvimento e entrega de painel que aprimorou o monitoramento das movimentações de custódia, alcançando ampla repercussão interna e externa, com divulgação em veículos institucionais.

- **Implementação do Boletim Estatístico**

Criação de instrumento gerencial proativo voltado ao alerta das serventias sobre pontos críticos, como autos conclusos, processos paralisados, desempenho em metas e indicadores sensíveis.

- **Sistema de Distribuição de Processos da CEPROC**

Construção de metodologia e solução inéditas para a priorização do fluxo de processos encaminhados à Central de Processamento Remoto, permitindo à CGJ gerenciar de forma técnica o direcionamento das demandas.

- **Painel de Produtividade do Juiz**

Disponibilização de painel que solucionou dificuldade recorrente dos magistrados em acompanhar sua produtividade, oferecendo visão clara, comparativa e automatizada dos atos praticados.

- **Painel Núcleo 4.0 (COMAQ)**

Ferramenta que unificou o monitoramento das atividades do Núcleo 4.0, ampliando a capacidade de gestão e a agilidade na tomada de decisão.

- **Saneamento dos Dados do DATAJUD**

Atuação conjunta com a DGFAJ/CGJ para a qualificação das bases enviadas ao CNJ, resultando em expressivo aumento no score do TJRJ no PNQ e aproximando o Tribunal do Selo Ouro em apenas cinco meses.

- **Painel de Grandes Litigantes – COJES**

Estruturação de painel com metodologia de normalização de partes e padronização das pessoas jurídicas rés, mitigando um dos principais gargalos do Tribunal na análise de grandes litigantes.

Projetos – 2ª Instância

- **Painel de Acervo da 2ª Instância**

Entrega de ferramenta para monitoramento integral do acervo dos gabinetes e secretarias, aprimorando o controle de filas e tempos de tramitação.

- **Painel de Metas da 2ª Instância**

Implementação de visão dedicada ao acompanhamento das Metas Nacionais no segundo grau.

- **Otimização da Carga do Painel de Acervo**

Redução significativa no tempo de processamento, permitindo atualizações horárias e melhorando a performance das consultas gerenciais.

Projetos Administrativos

- **Painel Étnico-Racial**

Entrega de ferramenta de grande relevância social, tema de palestras e reportagens, que permite acompanhar indicadores de diversidade no âmbito do Tribunal.

- **Projeto de Precatórios**

Desenvolvimento de solução pioneira para monitoramento e gestão dos precatórios, com maior transparência e rastreabilidade.

- **Projeto de Sustentabilidade (SGSUS)**

Entrega integral das frentes solicitadas, totalizando cinco painéis destinados ao acompanhamento dos indicadores ambientais e de eficiência administrativa.

- **Projeto do Núcleo de Auditoria Interna**

Implementação de ferramentas que fortalecem a governança, o controle e o acompanhamento dos processos auditáveis.

Impactos Institucionais:

- **Impulso ao PNQ do CNJ**

O trabalho de saneamento elevou substancialmente o índice de qualidade dos dados no DATAJUD, contribuindo para posicionar o TJRJ próximo ao Selo Ouro.

- **Otimização das cargas de processamento**

Migração de tabelas transacionais do ambiente on-premise para a nuvem, promovendo uniformização dos movimentos e melhoria de performance.

- **Capacitação interna**

Desenvolvimento de treinamentos voltados a servidores e magistrados, ampliando o domínio sobre indicadores, produtividade, fluxos e uso dos painéis.

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Tribunal de Administração Judiciária (TJERJ)

ESAJ

PAINÉIS JUDICIAIS: A GESTÃO DE DADOS COMO INSTRUMENTO DE EFICIÊNCIA NAS UNIDADES JURISDICIONAIS

**Dia: 19/11/2025
das 16h às 18h**

PALESTRA AO VIVO

Abertura:

Prof.ª Dr.ª Lúcia Frota Pestana de Aguiar
Assessora Especial da Presidência em Assessoria à ESAJ
Pós-Graduada em Direito

Palestrante:

George Gonzaga de Lima Silva
Diretor do Departamento de Informações Gerais (DEIGE) – SGEAD/TJERJ
Pós-Graduado em Ciência de Dados pela PUC-Rio

PALESTRA AO VIVO

Olá, seja bem-vindo ao QR Code e registre-se no evento!

Público-alvo: Servidores do TJERJ
Inscrições online - Clique Aqui
www.esaj.tjrj.jus.br

- **Repercussão na mídia**

A atuação da Sala Íris e os resultados alcançados pelo DEIGE foram destaque em veículos como O Dia, O Globo, Extra e telejornais, contribuindo para o fortalecimento da imagem institucional e para a elevação do Índice de Transparência do TJRJ.

- **Redução significativa dos processos paralisados**

Unidades atendidas pelo APEX e pela CEPROC alcançaram redução aproximada de 80% dos processos paralisados, resultado direto da adoção das ferramentas desenvolvidas.

- **Interesse de outros órgãos e tribunais**

Os projetos estatísticos, bem como a arquitetura de dados desenvolvida pelo TJRJ, despertaram o interesse de diversas instituições, que passaram a buscar conhecimento

sobre as soluções implementadas, demonstrando intenção de replicar ou adaptar a experiência em seus próprios tribunais.

- **Suporte aos usuários**

O Serviço de Atendimento às Estatísticas (SEATE) é o serviço do DEIGE, que presta o primeiro atendimento aos usuários, elucidando dúvidas, auxiliando na utilização dos painéis e prestando todo o apoio às solicitações estatísticas.

SOLICITAÇÕES do Serviço de Atendimento às Estatísticas -SEATE					
Mês/2025	E-mail	Telefone\Team	ServiceNow	Azure	Processos SEI
jan		3		1	2
fev	99	15		8	4
mar	86	39		4	3
abr	79	20		6	9
mai	168	72		30	25
jun	199	70		13	25
jul	199	81		18	24
ago	245	124		2	6
set	255	107		1	14
out	400	205	1	2	14
nov	415	858	104	3	15
dez	50	19	39	1	2
Total	2195	1613	144	89	143

SOLICITAÇÕES - SEATE



Ressalta-se que a ferramenta ServiceNow foi implementada no final do mês de outubro de 2025, motivo pelo qual não temos registros anteriores.

- **Expansão do portfólio de soluções**

Desenvolvimento e entrega de aproximadamente 70 projetos em produção ao longo do ano. Seguem abaixo amostra de painéis publicados em 2025.





Painel do CAAV

centro especializado de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Ato Infracionais

ADMINISTRAÇÃO EM 2025
1.421 (+24%)

VÍTIMAS EM 2025
887 (+22%)

PROCESSOS EM 2025
438 (+21%)

Análise por ano

Ano	Valor
2021	40
2022	100
2023	400
2024	1.000
2025	1.421

O Centro Especializado de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Ato Infracionais é um canal especializado de atendimento às vítimas diretas e indiretas de crimes e atos infracionais.

O objetivo é promover o acolhimento social e psicológico. A vítima é encaminhada para uma rede de serviços especializados.

Contato: (21) 3206-0000
Informações de contato: Rua Conselheiro Aguiar, 177 - Centro III, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20020-000

Secretaria-Geral de Dados Gerenciais e Análise de Indicadores (SGDAI)

Sala IRIS
Centro de Informações Gerenciais do PIREJ

Publicado em 17/09/2025

Público alvo: Estado do Rio de Janeiro

Link para acesso

Painel Étnico-Racial

NAPJUS

Núcleo de Análise e
Promoção à Justiça Social

Selecione um dos botões abaixo

Mapa Interativo
Serviços
Oportunidades
Estatísticas

O Painel de Informação Étnico-Racial do TJERJ tem como objetivo apresentar informações estatísticas sobre a população do Estado do Rio de Janeiro, com foco em dados étnico-raciais, visando promover a transparência e a accountability das políticas públicas voltadas para a população negra e indígena.

Secretaria-Geral
de Dados Gerenciais e
Análise de Indicadores
(SGDAI)

Sala
IRIS
Central de Informações
Gerenciais do PJEJ

PAINEL ÉTNICO-RACIAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Publicado em 18/09/2025

Público alvo :
Estado do Rio de Janeiro

Link para acesso

Painel Resolução 76 Turmas Recursais

Secretaria-Geral de Dados Gerenciais e Análise de Indicadores (SGDAI)

Sala IRIS Centro de Informação Gerencial do RJ

Indicadores da Resolução CNJ 76/2009 - Turmas Recursais

Índice de Resolução do Estado do Rio de Janeiro

Última Atualização: 12/04/2015

24.210 6.912 7.917 6.673 29,94% 89,22%

Índice de Resolução (Índice de Resolução)

Distribuição por Turma

Painel Metas da 2ª Instância

Secretaria-Geral
de Dados Gerenciais e
Análise de Indicadores
(SGDAI)

Sala
ÍRIS
Central de Informações
Gerenciais do PJERJ



Publicado em 03/11/2025

Público-alvo :
Estado do Rio de Janeiro

[Link para acesso](#)

Paineis entregues em ambiente com controle de acesso

Sala
ÍRIS
Central de Informações
Gerenciais do PJERJ

Painel Metas da 1ª Instância

Secretaria-Geral
de Dados Gerenciais e
Análise de Indicadores
(SGDAI)

Sala
ÍRIS
Central de Informações
Gerenciais do PJERJ



Publicado em 30/10/2025

Público-alvo :
Membros e Funcionários
do PJERJ

[Link para acesso](#)

Questionário Inspeção CNJ

Secretaria-Geral de Dados Gerenciais e Análise de Indicadores (SGDAI)

Sala IRIS
Central de Informações Gerenciais do CNJ

QUESTIONÁRIO DE INSPEÇÃO CNJ
Técnicos Vice-Presidência



Este questionário coleta informações sobre a organização e os processos desenvolvidos para a Vice-Presidência. Crie uma agenda mensal de acompanhamento, permitindo uma análise em 12 de competência da Vice-Presidência, a respeito dos pontos de controle e registros, sendo obrigatório.

CNJ

Tribunal Nacional de Justiça do Estado de São Paulo
Comarca: São Paulo, São Paulo
Data de publicação: 09 Dez 2025, 08:29h
Se quiser de qualquer forma, informe e-mail para quem o link de acesso é enviado.

DADOS FUNCIONAIS E ADMINISTRATIVOS

1. Nome Presidência:
2. Período de observação: até
3. Capacidade funcional respondente pelo órgão, por período superior a 10 dias, nos últimos 12 meses (nome e período):
4. Órgão de Anomalia:
5. Período de observação por período: 12 meses:
6. Órgão de acompanhamento:
7. Órgão de acompanhamento:
8. Nome do responsável:

Publicado em 26/11/2025

Público alvo:
3ª Vice-Presidência

[Link para acesso](#)

Painel SEPROC

Secretaria-Geral de Dados Gerenciais e Análise de Indicadores (SGDAI)

Sala IRIS
Central de Informações Gerenciais do CNJ

SERVIÇO DE PROCESSAMENTO

Indicador	Valor	% Meta	Meta	% Meta	Valor Meta
Indicador 1	117.607	55,46%	80.429	81,10%	350.365

Processamento por Unidade:

Unidade	Indicador	Valor	% Meta	Meta	% Meta
Unidade 1	Indicador 1	117.607	55,46%	80.429	81,10%

Publicado em 08/09/2025

Público alvo:
COJ-DEFAJ

[Link para acesso](#)

Painel Lotação SGTEC

Secretaria-Geral de Dados Gerenciais e Análise de Indicadores (SGDAI)

Sala IRIS
Central de Informações Gerenciais do CNJ

PAINEL SERVIDORES SGTEC e DESEG

Última atualização: 02/12/2025 às 10:00

Indicador	Valor
Indicador 1	168
Indicador 2	150
Indicador 3	9
Indicador 4	3
Indicador 5	6

Gráfico de barras: Lotação por Unidade

Gráfico de barras: Lotação por Unidade

Gráfico de barras: Lotação por Unidade

Publicado em 14/08/2025

Público alvo:
SGTEC - DESEG

[Link para acesso](#)

Painel Central de custódia

Secretaria-Geral
de Dados Gerenciais e
Análise de Indicadores
(SGDAI)

Sala
IRIS
Central de Informações
Gerenciais do TJERJ



Publicado em 25/07/2025

Público alvo:
2ª Vice presidência

[Link para acesso](#)

Painel Aviso de Recebimento

Secretaria-Geral
de Dados Gerenciais e
Análise de Indicadores
(SGDAI)

Sala
IRIS
Central de Informações
Gerenciais do TJERJ



Publicado em 14/07/2025

Público alvo:
DIMEX

[Link para acesso](#)

Painel do Núcle 4.0

Secretaria-Geral
de Dados Gerenciais e
Análise de Indicadores
(SGDAI)

Sala
IRIS
Central de Informações
Gerenciais do TJERJ



Publicado em 03/07/2025

Público alvo:
DEMAQ

[Link para acesso](#)

Painel de Lotações DGFAJ

Secretaria-Geral de Dados Gerenciais e Análise de Indicadores (SGDAI)

PAINEIS DE HISTÓRICO DAS LOTAÇÕES DA 1ª INSTÂNCIA
 Histórico Geral das Funções Locais e Remanejamento Judicial
 (2016-2)

Ofício assinado: 17/08/2024 às 10:05

Serviços: 9.482 **Magistrados: 708** **Estagiário Universitário: 4.619** **Funcionário Repassado: 695**

Publicado em 17/08/2024

Público alvo: CGJ-DGFAJ

Link para acesso

	2022-Jan				2022-Feb				2022-Mar				2022-Abr				2022-Mai				
	V	N	S	U	V	N	S	U	V	N	S	U	V	N	S	U	V	N	S	U	
ACERTAR/ARRELAÇÃO JUDICIAL	153	0	0	15	131	0	0	11	119	0	0	9	107	0	0	11	119	0	0	0	119
ANEXO DEB DEB	44	0	15	0	44	0	10	0	34	1	14	0	20	0	14	0	24	1	19	0	44
ANEXO DEB	44	0	0	0	44	0	0	0	44	0	0	0	44	0	0	0	44	0	0	0	44
ANEXO DEB DEB	27	0	0	0	27	0	0	0	27	0	0	0	27	0	0	0	27	0	0	0	27
ANEXO DEB DEB	11	0	1	1	17	0	0	0	11	0	1	1	17	0	1	1	11	0	1	1	17
ANEXO DEB DEB	800	1	1	1	800	1	0	0	800	1	0	14	801	1	0	14	800	0	0	14	801
ANEXO DEB DEB	102	0	0	14	102	0	0	0	102	1	1	14	102	1	1	14	102	1	1	14	102
ANEXO DEB DEB	70	0	1	0	70	0	1	0	70	0	1	0	70	0	1	0	70	0	1	0	70
ANEXO DEB DEB	1111	0	0	0	1111	0	0	0	1111	0	0	0	1111	0	0	0	1111	0	0	0	1111
ANEXO DEB DEB	144	0	12	14	144	0	12	0	144	0	12	14	144	0	12	14	144	0	12	14	144

Painel de Órgãos DGAPE

Secretaria-Geral de Dados Gerenciais e Análise de Indicadores (SGDAI)

Publicado em 27/05/2022

Público alvo: COJ-DGAPE

[Link para acesso](#)

SGLOG SECEX
 Rua José Carlos de Almeida, 2020 - 20234-000
 Água Fria (RJ)
 Telefone: (21) 2509-1100
 E-mail: atendimento@secex.com.br
 Website: www.secex.com.br

Painel de Infraestrutura Operacional

Secretaria-Geral de Dados Gerenciais e Análise de Indicadores (SGDAI)

Consumo de água (m³) 252.276,80 (21.0%)
 (Consumo de água em m³) (Consumo de água em m³)

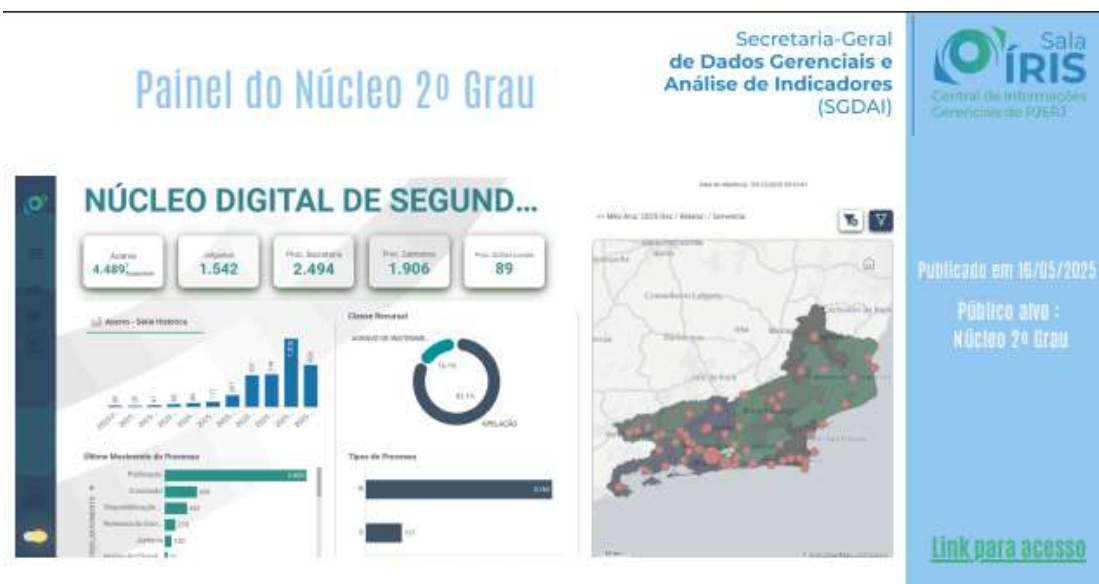
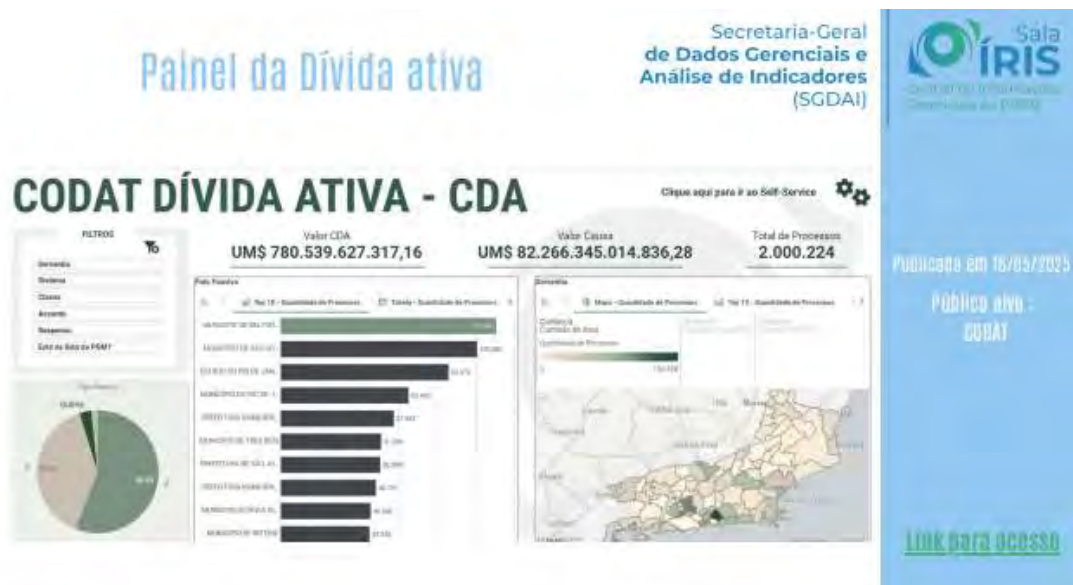
Consumo água (m³) 55.755.964,81 (48.1%)
 (Consumo de água em m³) (Consumo de água em m³)

Resumo dos Consumos de Água por Local

Local	Consumo (m³)	Consumo (%)
1. Sede do SECEX - Água	100,00	39,62%
2. Sede do SECEX - Água	100,00	39,62%
3. Sede do SECEX - Água	100,00	39,62%
4. Sede do SECEX - Água	100,00	39,62%
5. Sede do SECEX - Água	100,00	39,62%
6. Sede do SECEX - Água	100,00	39,62%
7. Sede do SECEX - Água	100,00	39,62%
8. Sede do SECEX - Água	100,00	39,62%
9. Sede do SECEX - Água	100,00	39,62%
10. Sede do SECEX - Água	100,00	39,62%

Resumo dos Custos de Água por Local

Local	Custo (R\$)	Custo (%)
1. Sede do SECEX - Água	100,00	39,62%
2. Sede do SECEX - Água	100,00	39,62%
3. Sede do SECEX - Água	100,00	39,62%
4. Sede do SECEX - Água	100,00	39,62%
5. Sede do SECEX - Água	100,00	39,62%
6. Sede do SECEX - Água	100,00	39,62%
7. Sede do SECEX - Água	100,00	39,62%
8. Sede do SECEX - Água	100,00	39,62%
9. Sede do SECEX - Água	100,00	39,62%
10. Sede do SECEX - Água	100,00	39,62%





17. Promoção da Sustentabilidade



17 Promoção da Sustentabilidade

O Departamento de Sustentabilidade (DESUS), integrante da Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS), é composto por duas divisões: a Divisão de Gestão Ambiental (DIGAM), responsável pela proposição e execução de programas e ações ambientais; e a Divisão de Controle Ambiental (DICAM), incumbida do monitoramento e da avaliação do cumprimento das metas de gestão ambiental vinculadas à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), assim como dos indicadores do Plano de Logística Sustentável (PLS) do CNJ e do PJERJ.



Programa Justiça Carbono Zero



Em alinhamento ao Programa Justiça Carbono Zero, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução nº 594/2024), o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro elaborou seu Plano Inicial de Descarbonização, coordenado pela SGSUS e pelo DESUS.

O documento estabelece diretrizes para a redução e compensação progressiva das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) até 2030, em consonância com o ODS 13 da Agenda 2030 da ONU.

O plano contempla a identificação das fontes de emissões em toda a estrutura do Tribunal — 167 prédios, 81 comarcas e 14 fóruns regionais — conforme metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol. O inventário abrange emissões diretas (Escopo 1), emissões

indiretas associadas ao consumo de energia elétrica (Escopo 2) e emissões decorrentes de deslocamentos aéreos a serviço do Tribunal (Escopo 3). O levantamento será verificado por instituição independente, garantindo precisão e transparência.

Para o biênio 2025/2026, o TJRJ assumiu metas específicas: conclusão do plano inicial; elaboração de inventário completo de GEE; implementação de ações de redução, como substituição de lâmpadas por LED, ampliação de sistemas fotovoltaicos, projetos de eficiência energética, aumento do uso de etanol na frota, implantação de compostagem e incentivo à mobilidade sustentável; além de ações de compensação, como o reflorestamento de áreas do Tribunal.

A iniciativa marca o compromisso institucional com a mitigação das mudanças climáticas, a redução da pegada de carbono e o alcance da neutralidade de emissões até 2030, reforçando a responsabilidade socioambiental do Poder Judiciário fluminense.

O inventário foi concluído e formalizado no processo administrativo SEI nº 2025-06297252.

Inventário:

<https://portaltj.tjrj.jus.br/documents/d/guest/inventariogee>

Plano de Descarbonização:

https://portaltj.tjrj.jus.br/documents/d/guest/plano_inicial_de_descarbonizacao

Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)



O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro cumpre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e seu regulamento (Decreto nº 10.936/2022). O documento estabelece diretrizes para o correto manejo dos resíduos gerados nas unidades do Foro Central e no Depósito da Praça da Bandeira, integrando requisitos legais, métodos de controle e responsabilidades institucionais. As diretrizes foram estabelecidas no processo administrativo SEI nº 2023- 06101283 .

O PGRS foi elaborado pelo DESUS, com apoio técnico do CEMAI/UERJ e demais setores geradores ou responsáveis por resíduos. A metodologia envolveu diagnóstico das rotinas, análise crítica e consolidação das diretrizes previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS):

<https://portaltj.tjrj.jus.br/documents/10136/246676692/Plano-de-Gerenciamento-de-Residuos-Solidos-TJRJ-Renumerado.pdf>

PGRS busca:

- Formalizar todas as ações de gerenciamento de resíduos.
- Definir responsabilidades e fluxos operacionais.
- Garantir conformidade legal.
- Estabelecer metas, cronogramas e ferramentas de monitoramento.
- Promover avaliações contínuas (ciclo PDCA).
- Revisar o plano a cada dois anos, tarefa atribuída ao DESUS.

Atuação da SGSUS:

A SGSUS exerce papel essencial na gestão operacional do PGRS do TJRJ, assegurando o cumprimento das normas ambientais e das diretrizes estabelecidas pelo CNJ para a área de resíduos. Sua atuação envolve o planejamento, a coordenação e a supervisão de todas as etapas do gerenciamento de resíduos sólidos nas unidades do Tribunal, abrangendo desde a segregação na fonte até a destinação final ambientalmente adequada.

Operacionalmente, a SGSUS conduz o acompanhamento diário dos fluxos de resíduos, orienta equipes responsáveis pela coleta e triagem e promove ações de capacitação para garantir a correta separação e o manuseio seguro dos materiais.

A SGSUS também é responsável por monitorar indicadores de desempenho, consolidar dados de geração e destinação de resíduos, emitir relatórios técnicos, promover ações de melhoria contínua e articular-se com cooperativas, órgãos ambientais e setores internos para otimizar processos. Entre suas funções centrais está o controle operacional dos resíduos recicláveis, orgânicos, perigosos e rejeitos, bem como a verificação da conformidade das destinações e o cumprimento das exigências legais e contratuais. Essa atuação garante ao TJRJ um gerenciamento eficiente, sustentável e alinhado às políticas públicas nacionais, contribuindo diretamente para a redução de impactos ambientais, a racionalização de recursos e o fortalecimento das práticas de sustentabilidade institucional.

GESTÃO DE RESÍDUOS DE 2025										
	IAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT
TOTAL PAPEL	5.703	14.494	6.676	8.890	15.163	11.142	14.907	19.272	13.341	3.995
TOTAL PLÁSTICOS	1.351	1.550	1.123	1.726	1.407	1.293	1.132	1.180	1.276	1.379
TOTAL CARTUCHOS	1.304	0	0	1.309	0	0	0	5.880	0	0
TOTAL SUPRIMENTO DE IMPRESSÃO	284	0	0	483	0	0	0	1.495	0	0
TOTAL METAIS	314	139	752	70	2.526	1.797	1.114	1.515	3.925	32
TOTAL ELETRÔNICOS	102	96	164	215	201	96	106	210	150	45
TOTAL VIDRO	213	361	551	451	432	408	494	267	196	11
TOTAL COLETA GERAL	664	1.137	1.350	835	1.179	1.051	1.224	1.138	1.045	983

Resíduos em Kg recolhidos no ano de 2025 – Fonte SGLOG

Atividades da Divisão de Gestão Ambiental (DIGAM)**Plano de Emergência Climática**

A Resolução CNJ nº 646/2025 instituiu o Protocolo de Crise Socioambiental do Poder Judiciário, integrando-o à Política Nacional para o Meio Ambiente. A norma determina a elaboração de Planos de Contingência Socioambiental, estruturados nas fases de prevenção, resposta, recuperação e reparação, com vistas a garantir a continuidade da prestação jurisdicional em situações de desastres.

A DIGAM instaurou processo administrativo (SEI nº 2025.064.122856) para elaboração do Plano de Contingência Socioambiental, solicitando às unidades a indicação de responsáveis e o levantamento de recursos necessários.

Apoio Ao Grupo Do Meio Ambiente (GMA-TJRJ)

A Resolução CNJ nº 433, de 27 de outubro de 2021, alterada pela Resolução CNJ nº 611, de 20 de dezembro de 2024, determina a criação de Grupos de Meio Ambiente nos Tribunais que detenham competência para julgar ações relacionadas ao meio ambiente natural.

Em atendimento a essa normativa, o Ato Executivo TJ nº 59/2025 instituiu o Grupo do Meio Ambiente (GMA-TJRJ). A composição do Grupo foi definida pela Portaria nº 1520/2025.

A SGSUS presta apoio logístico ao GMA-TJRJ e possui deliberações registradas no processo administrativo SEI nº 202506447253. As deliberações nº 01, 02 e 03, registradas na Ata de Reunião nº 01/2025 do colegiado do GMA-TJRJ, realizada em 24/09/2025, foram encaminhadas à Secretaria-Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS), por intermédio da Divisão de Gestão Ambiental (DIGAM), para adoção das providências solicitadas.

Criação Do Sirenejud No Âmbito Do TJRJ

A SGSUS/DIGAM solicitou a implantação do SIRENEJUD no TJRJ, por meio do desenvolvimento de painel específico na Sala Íris e disponibilização de link na página institucional da SGSUS (Processo SEI nº 2025.063.13911).

Devido à necessidade de desenvolvimento técnico, o projeto foi incluído no backlog da Sala Íris para execução no exercício de 2026, com observância do escopo e das diretrizes metodológicas da área.

Campanhas De Sensibilização E Capacitação Para O Descarte Ambientalmente Correto

Campanhas permanentes de orientação voltadas a magistrados e servidores para promover o descarte adequado de resíduos e fortalecer a cultura de sustentabilidade no PJERJ.

Responsabilidades da DIGAM:

- Coleta nos pontos de arrecadação: Fórum Central, 5º e 7º NUR, Méier, Gávea, VIJI e Santa Cruz;
- Divulgação das campanhas à força de trabalho do PJERJ.

Campanha De Coleta De Lacs De Alumínio

Doação de lacs ao Instituto Rio Eco Pets, que reverte os valores arrecadados com a venda para ONGs e protetores independentes, que atuam no acolhimento, tratamento e adoção de animais resgatados das ruas, contribuindo com a causa animal e ambiental.

A campanha arrecadou, em 2025, um total de 73 kg de lacs de alumínio.

Campanha De Coleta De Cartões Plásticos



Iniciativa para estimular o descarte e a trituração de cartões plásticos inutilizados (bilhete único, cartões bancários, telefônicos, etc.).

Coletor cedido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), instalado no Fórum Central.

O material coletado é reciclado por empresa parceira do MMA, transformando-se em novos produtos (agendas, capas e porta-copos).

Resultados:

Coleta de cerca de 1.000 cartões no DETRA;

Inclusão de 10 kg de plástico reciclado nos indicadores enviados ao CNJ;

Total acumulado do projeto: 25 mil cartões recolhidos.

Promoção de Eventos Sustentáveis

Ações voltadas à sensibilização da força de trabalho para práticas sustentáveis e ao fortalecimento do calendário ambiental institucional.

Integrada ao ciclo de palestras sobre consumo consciente.

Inauguração da Exposição “Águas De Março” em Atenção ao Dia Mundial da Água

Realizado em março, com a presença da artista Ana Maria Rodrigues e de 1715 visitantes.

As obras exploram a dualidade da canção homônima de Tom Jobim, “Águas de Março”, cujo mote, a renovação e a destruição, explicita a promessa de vida que o litoral oferece e os desafios que precisamos enfrentar para conter o aquecimento global.



“É necessário sentir despertar a consciência sobre sua vulnerabilidade em um mundo em transformação, enquanto aprecia a beleza do mar.”

Ana Maria Rodrigues (artista)

Uso Público em Unidades de Conservação

Evento realizado em parceria com o INEA, com a presença de 100 participantes presenciais, no dia 10 de junho.



Licenciamento Ambiental de Sistemas Bess:

Desafios e Oportunidades Para uma Matriz Energética Sustentável

Evento técnico realizado em 30 de junho, em parceria com o INEA, com 100 participantes, abordando os desafios do armazenamento sustentável de energia.



Oficina Aproveitamento Integral dos Alimentos

O evento foi realizado no dia 13 de junho, com 16 participantes presenciais.

Wanessa Natividade, nutricionista da Fiocruz, demonstrou que partes descartadas dos vegetais e frutas podem ser transformadas em pratos saborosos e nutritivos.

Palestrante: Wanessa N. Marinho.



Palestra: Aproveitamento Integral dos Alimentos

O evento foi realizado no dia 6 de junho, com 1.003 participantes virtuais.

Palestrante: Wanessa N. Marinho.

Palestra: Impacto e Ação - Desafios Climáticos e o Caminho do Judiciário

Evento realizado no dia 5 de junho, com 501 participantes virtuais

Palestrante: Felipe Dutra.

Ampliação do Projeto de Coleta de Recicláveis - Inauguração de Ecoponto

A nova unidade marca o início da expansão do projeto, que prevê pontos de entrega voluntária (PEVs) nas áreas de maior circulação do Complexo do Fórum Central.

Além do novo coletor, o TJRJ já conta com outras cinco unidades estrategicamente instaladas: no Palácio da Justiça (Beco da Música), nas Lâminas III e IV, no Museu da Justiça e no Centro Administrativo (CONAB).

A inauguração do Ecoponto da Lâmina I também integra as ações do movimento internacional #JulhoSemPlástico, criado em 2011 no Reino Unido como um apelo à redução do uso de plásticos descartáveis.



Inauguração, no dia 25 de julho, no térreo da Lâmina I do Fórum Central, de um coletor sustentável para descarte de resíduos recicláveis, como tampinhas plásticas, lacres de alumínio e lixo eletrônico.

TJRJ Participa do I Encontro Nacional do Fórum Ambiental do Poder Judiciário

Nos dias 5 e 6 de junho, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) marcou presença no I Encontro Nacional do Fórum Ambiental do Poder Judiciário (Fonamb), promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em São Luís/MA. O evento reuniu magistrados, servidores e gestores ligados à agenda socioambiental do Judiciário.

A delegação do TJRJ foi composta pela juíza auxiliar da Presidência, Paula Feteira Soares, pelo juiz auxiliar da Corregedoria, Marcelo Oliveira da Silva, pela juíza de Direito Ana Carolina Villaboin, integrante da Comissão de Sustentabilidade (COSUS), pelo diretor do Departamento de Sustentabilidade (DESUS), Luiz Felipe Fleury Corrêa, e pela diretora da Divisão de Gestão Ambiental (DIGAM), Claudia Schkrab.

Palestra: Impacto e Ação - Desafios Climáticos e o Caminho Do Judiciário

Evento realizado no dia 5 de junho, com 501 participantes virtuais

Palestrante: Felipe Dutra.

TJRJ Participa de Curso no INEA

A Presidência do TJRJ autorizou (Processo SEI nº 2025.063.13816) a inscrição de servidores do TJRJ no curso “Direito Ambiental na Prática”, promovido pelo INEA, bem como a divulgação das vagas remanescentes junto aos magistrados que atuam no 4º Núcleo de Justiça 4.0 - Direito Ambiental deste Tribunal e no Grupo do Meio Ambiente (GMA- TJRJ),

Participaram do curso as seguintes servidoras:

- Jaciene Nascimento de Verso – E-mail: jacieneverso@tjrj.jus.br
- Paula Bastos Dias – E-mail: paulabastos@tjrj.jus.br

- Maria da Conceição Pinto Rodrigues – E-mail: mcrodrigues@tjrj.jus.br
- Claudia de Sá Cardoso Schkrab – E-mail: claudia@tjrj.jus.br
- Ana Paula Antunes da Silva Varges – E-mail: anapasv@tjrj.jus.br



Com uma proposta prática e integrada, o curso visou facilitar a compreensão e a aplicação das normas ambientais pelos agentes públicos. Ao longo de cinco encontros (08, 10, 15, 17 e 29/09), foram abordados temas relevantes, como: princípios e competências do Direito Ambiental, licenciamento ambiental, responsabilidade por danos ao meio ambiente e espaços especialmente protegidos.

TJRJ Promove o Evento “Alternativas Sustentáveis: Consumo Consciente”

Em atenção ao “Dia do Consumo” consciente, celebrado no dia 15 de outubro, bem como ao Programa Justiça Carbono Zero, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Poder Judiciário promoveu práticas que contribuem para a redução das emissões indiretas de gases de efeito estufa, por meio da exposição, no térreo da Lâmina I, de soluções sustentáveis, como: bicicletas e veículos elétricos, compostagem doméstica e corporativa, geração de energia solar fotovoltaica e outras iniciativas voltadas à preservação ambiental.



O presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Couto de Castro, visitou a exposição na área externa do Fórum Central, acompanhado da juíza auxiliar Paula Feteira Soares e do secretário-geral da SGSUS, Carlos Eduardo Menezes da Costa, para conhecer as demonstrações de geração de energia solar fotovoltaica e demais iniciativas voltadas à preservação ambiental.

TJRJ Promove Painel de Palestras Sobre “Alternativas Sustentáveis: Consumo Consciente

Evento realizado no dia 18 de outubro, com 29 participantes (manhã) e 40 (tarde) presenciais e 206 virtuais. Palestrante: Felipe Dutra e Cláudia Coutinho.



Da esquerda para a direita: a especialista em descarbonização Cláudia Coutinho; o secretário-geral da SGSUS, Carlos Eduardo da Costa Menezes; e o especialista em descarbonização (SGSUS) Felipe Dutra.

TJRJ Promove Exposição Sustentável

Na exposição do artista plástico Marcos Lanzieiro, no Salão dos Magistrados, as telas foram utilizadas, como matéria-prima, tampinhas de garrafas PET, teclas de computador, cápsulas usadas de café expresso e outros resíduos sólidos, oriundos de processos de reciclagem e reuso, com o objetivo de mostrar o poder de transformação que esses materiais possuem.



O artista Marcos Lanzieiro ao lado de suas obras feitas de material reciclável.

TJRJ Promove Capacitação dos Síndicos



Os Síndicos participaram do Painel de palestras sobre “Alternativas Sustentáveis: Consumo Consciente”

Debate Cop30 – “Mostra CTV Ecofalante”

Evento em 18 de novembro, com exibição de documentários e debate sobre justiça climática e energia. Houve 31 participantes no evento.



O diretor do Departamento de Sustentabilidade, Luiz Felipe Fleury Correa, e a diretora da Divisão de Gestão Ambiental, Cláudia Schkrab, mediarão o debate sobre justiça climática e energia.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) recebeu a “Mostra CTV Ecofalante: “A COP é Aqui”, no dia 18 de novembro de 2025, e promoveu debates sobre justiça climática e energia.

A atividade, promovida pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), busca ampliar as discussões realizadas na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), que acontece em Belém, no Pará, por meio de obras audiovisuais. O público que compareceu ao Salão dos Magistrados teve a oportunidade de assistir a dois episódios da série de animações intitulada “Carbono: o que você precisa saber” e ao documentário “8 bilhões: somos todos responsáveis”.

Programa de Mentoria em Educação Ambiental – INEA

Evento técnico realizado em 10 de dezembro em parceria com o INEA, com 100 participantes, com o objetivo de capacitar e fortalecer as políticas públicas de educação ambiental nos municípios fluminenses.

O evento fez parte do vídeo: TJRJ em ação 52º episódio: <https://youtu.be/JckJpWPL5xQ>

Comissão de Políticas Institucionais Para Promoção da Sustentabilidade (COSUS)

A DIGAM apoia tecnicamente os programas e ações conduzidos pela COSUS, incluindo reuniões e acompanhamento de metas do Plano de Logística Sustentável (PLS).

Foi realizada reunião da COSUS, em 1º de abril de 2025, para traçar novas metas para o biênio de 2025/2026. O encontro foi conduzido pelo desembargador Elton Martinez Carvalho Leme, presidente da COSUS.



Instrução de Processos Administrativos Ambientais

A Divisão elaborou despachos, ofícios e análises técnicas relacionadas às ações ambientais.

Total de processos SEI instruídos em 2025: 214 processos.

Projetos Desenvolvidos Pela DIGAM

Responsável pela elaboração, execução e monitoramento dos projetos ambientais do PJERJ:

- Projeto Totem da SGSUS – SEI 2025.060.06332
- Projeto Apadrinhamento/ABATERJ – SEI 2025.062.91487
- Projeto Tampinhas Solidárias – SEI 2025.060.19489

- Projeto Ecoponto - SEI 2025.062.42160
- Projeto Espaço EcoJustiça – SEI 2025.062.63512
- Plantio de mudas nos Fóruns do interior- SEI 2025.062.76870
- Informativo SGSUS em pauta- SEI 2025.062.91374
- Contrafé - eletrônica - SEI 2025.062.83598
- Plano de emergência climática – SEI 2025.064.122856
- Sirenejud – SEI 2025.063.13911

Divulgação dos Eventos Sustentáveis Promovidos Pela DIGAM

Foram veiculadas 28 matérias no site do TJRJ, promovidas pela DESUS/DIGAM, em 2025. Essas publicações integram o indicador de ações de sensibilização no PLS do CNJ.

Promoção de Parcerias Internas

- Parceria com o Museu da Justiça: exposições, distribuição de mudas em Niterói e iluminação verde no Dia Mundial do Meio Ambiente;
- Parceria com a ESAJ: realização de palestras virtuais com mais de 1.520 participantes;
- Parceria com a SGSUS: articulação para participação da floricultura “Fusca Verde” na Feira Orgânica;
- Parceria com a SGGIC: Tratativas para o Projeto “Selo Verde” Processo SEI nº 2024.060.02921
- Parceria com a Justiça Itinerante por meio de entrega de livros doados à Penitenciária Feminina;
- Processo SEI nº 2025.062.36631.



Visitas Institucionais

- Tribunal de Justiça do Maranhão - TJMA
- FIOCRUZ
- Defensoria Pública - RJ
- Jardim Botânico
- Ministério Público - RJ

Atividades da Divisão de Controle Ambiental (DICAM)

Visita à Comarca de Volta Redonda



O município de Volta Redonda é a única comarca com coleta seletiva implementada em 100% de seus 10 Fóruns Regionais. A visita institucional à localidade teve como objetivo valorizar essa iniciativa, conhecer a rotina de gestão dos recicláveis e identificar boas práticas passíveis de replicação em outras comarcas do Estado.

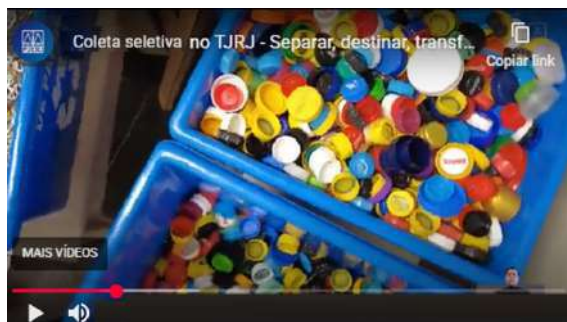
Produção de Vídeo Institucional Sobre Coleta Seletiva

A ação tem como objetivo ampliar a divulgação do percurso dos resíduos, apresentando conteúdo didático e acessível para reforçar a compreensão sobre a responsabilidade compartilhada na gestão de resíduos sólidos. Para isso, foi elaborado material informativo, em linguagem clara, destinado a orientar servidores e síndicos quanto aos procedimentos adequados de separação e descarte, bem como ao uso correto dos coletores instalados nas dependências do Tribunal.

A coleta seletiva exerce papel fundamental na promoção da sustentabilidade institucional, pois viabiliza a destinação ambientalmente adequada dos materiais recicláveis, reduzindo o volume enviado aos aterros sanitários e contribuindo para a preservação dos recursos naturais. Além disso, ao facilitar a triagem e o reaproveitamento dos resíduos, fortalece a economia circular e estimula a atuação das cooperativas de catadores, ampliando oportunidades de inclusão socioeconômica.

Dessa forma, a ampla divulgação das orientações e o engajamento de todos os usuários do Tribunal são essenciais para assegurar a efetividade do sistema de coleta seletiva, consolidando práticas responsáveis que geram benefícios ambientais, sociais e institucionais.

A coleta seletiva foi formalizada no processo administrativo SEI nº 2024-06117908.



Vídeo institucional:

[youtube.com/watch?v=ZzmCN_ubHio&embeds_referring_euri=https%3A%2F%2Fportaltj.tjrj.jus.br%2F&source_ve_path=Mjg2NjY](https://www.youtube.com/watch?v=ZzmCN_ubHio&embeds_referring_euri=https%3A%2F%2Fportaltj.tjrj.jus.br%2F&source_ve_path=Mjg2NjY)

Campanha de Retirada das Lixeiras Individuais



A campanha de retirada das lixeiras individuais de mesa, implementada pela Secretaria Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS) após aprovação da Alta Administração, representa um passo estratégico para promover a mudança de hábitos e fortalecer o descarte adequado nos coletores seletivos. A iniciativa, alinhada à Resolução CNJ nº 400/2021 e à Política Nacional de Resíduos Sólidos, busca reduzir a contaminação dos recicláveis e aprimorar a gestão de resíduos no Tribunal.

O projeto-piloto conduzido pela SGSUS evidenciou resultados expressivos, como a melhoria na segregação dos materiais, a valorização da cadeia de reciclagem, o fortalecimento das cooperativas de catadores e a otimização das rotinas de limpeza. Com base nesses avanços, a proposta foi encaminhada às demais secretarias e unidades judiciais do Tribunal como recomendação para adoção da medida, mediante avaliação da infraestrutura necessária.

A campanha também contribui diretamente para o cumprimento das metas institucionais e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, reafirmando o compromisso do TJRJ com práticas socioambientais responsáveis e com a promoção de uma gestão pública mais eficiente e sustentável.

A campanha foi formalizada no processo administrativo SEI nº 2025-06323299.

I Encontro Colaborativo Sobre Coleta Seletiva



No âmbito das ações voltadas ao fortalecimento da coleta seletiva no TJRJ, foi realizado, em 21 de maio de 2025, o evento “Conexões Sustentáveis – I Encontro Colaborativo sobre Coleta Seletiva”, reunindo servidores da Capital e do Interior para identificar desafios e construir soluções conjuntas. A atividade resultou em um conjunto de propostas registradas e incorporadas aos autos.

Complementarmente, foi conduzida pesquisa junto aos síndicos regionais para mapear o panorama atual da separação de resíduos nas Comarcas e identificar fatores que dificultam sua adoção. A partir dessas iniciativas, elaborou-se relatório consolidado contendo diagnóstico institucional e proposições de melhoria, incluindo ações de comunicação, recomendações para retirada de lixeiras individuais, capacitação de servidores, articulação

com prefeituras e parcerias para destinação dos recicláveis. Também foram consideradas sugestões de revisão normativa e de apoio operacional às unidades.

Os resultados foram sistematizados e encaminhados à apreciação da Alta Administração, visando avaliar a viabilidade de implementação das medidas propostas e orientar os próximos passos para o aprimoramento da gestão de resíduos no Tribunal.

O projeto foi formalizado no processo administrativo SEI nº 2025-06253661.

VISITA À COOPAMA



No dia 17 de junho, foi realizada visita técnica à COOPAMA – Cooperativa de Materiais Recicláveis, uma das instituições responsáveis pelo recebimento e triagem dos resíduos recicláveis gerados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A atividade teve como propósito aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica operacional da cooperativa, incluindo seus fluxos de recebimento, separação e destinação dos materiais.

A iniciativa permitiu observar in loco as etapas do processo produtivo, identificar oportunidades de aprimoramento da segregação dos resíduos nas unidades do TJRJ e avaliar eventuais ajustes nas rotinas internas de coleta seletiva, de modo a elevar a qualidade dos materiais encaminhados às cooperativas parceiras.

Além disso, a ação reforça o compromisso institucional com a valorização do trabalho dos catadores, reconhecendo sua relevância na cadeia de reciclagem, e contribui para o fortalecimento da inclusão produtiva desses profissionais, em consonância com as diretrizes de sustentabilidade e responsabilidade social do Tribunal.

COMPOSTAGEM

Com o objetivo de fortalecer a gestão ambiental no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado



do Rio de Janeiro, iniciou-se a avaliação da viabilidade de implantação da compostagem de resíduos orgânicos, em conformidade com as diretrizes do Plano de Logística Sustentável e das políticas nacionais de sustentabilidade do Poder Judiciário. A iniciativa busca promover a destinação adequada dos resíduos orgânicos, reduzir emissões de gases de efeito estufa e incentivar práticas baseadas no reaproveitamento de materiais e na análise do ciclo de vida dos produtos.

A compostagem, método aeróbio que transforma a matéria orgânica em composto seguro e estável, permite reduzir significativamente o volume de resíduos e gerar um insumo ambientalmente benéfico para jardins e áreas verdes.

No Tribunal, encontra-se em fase de contratação o serviço de compostagem das borras de café produzidas institucionalmente, cujo consumo mensal médio é de aproximadamente 600 kg. Desenvolvido em parceria com áreas operacionais, o projeto representa avanço na adoção de soluções sustentáveis, com potencial para ampliar benefícios ambientais, otimizar fluxos de trabalho e reforçar o compromisso institucional com a gestão responsável de resíduos.

O programa foi formalizado no processo administrativo SEI nº 2025-06257357.

Descarbonização



Em atendimento às diretrizes da Resolução CNJ nº 594/2024, que institui o Programa Justiça Carbono Zero, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro elaborou o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) referente ao ano de 2024, seguindo a metodologia do Programa

Brasileiro GHG Protocol. O levantamento contemplou os escopos 1, 2 e parte do escopo 3, totalizando 17.415,74 tCO₂e.

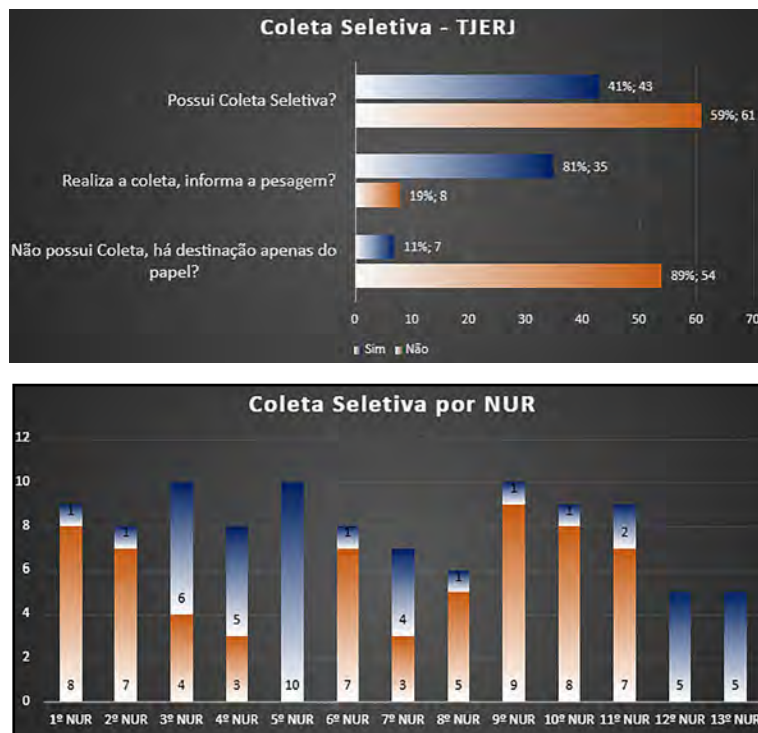
As emissões diretas representaram 53% do total, seguidas de 26% provenientes do consumo de energia elétrica e 4% de outras fontes indiretas, além de 15% referentes a outros GEE não regulados e 2% de CO₂ biogênico. Entre as principais fontes, destacam-se o uso de gases refrigerantes, combustíveis da frota e geradores, e o consumo de GLP.

O inventário evidencia avanços na governança climática do TJRJ, impulsionados pelo Ato Normativo nº 28/2023 e pela atuação integrada das unidades envolvidas. Como próximos passos, recomenda-se aprimorar a automação e a gestão integrada dos dados, ampliar a cobertura do escopo 3, definir metas intermediárias para o biênio 2025–2026 e implementar medidas de compensação e verificação independente.

O programa foi formalizado no processo administrativo SEI nº 2025-06297252.

Pesquisa Sobre Coleta Seletiva no Âmbito do TJERJ

Após o I Encontro de Síndicos, foi realizada pesquisa quantitativa para diagnóstico da realidade operacional da coleta seletiva nas comarcas do TJRJ. Os dados coletados subsidiarão a elaboração de ações futuras.



Mobilidade Sustentável: Visita a Empresas de Bicicletas Elétricas



Foi realizada visita técnica a empresas especializadas em bicicletas elétricas com o objetivo de conhecer tecnologias, modelos e condições de aquisição que possam resultar em propostas vantajosas aos servidores do TJRJ. A iniciativa busca fomentar a mobilidade sustentável, alinhada aos princípios da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e às diretrizes de responsabilidade socioambiental do Poder Judiciário.

A avaliação direta das soluções permitirá identificar oportunidades de parcerias institucionais e condições facilitadas de compra, contribuindo para a redução da pegada de carbono individual e para a melhoria da qualidade de vida dos servidores.

A avaliação direta das soluções permitirá identificar oportunidades de parcerias institucionais e condições facilitadas de compra, contribuindo para a redução da pegada de carbono individual e para a melhoria da qualidade de vida dos servidores.

Visita ao Fórum do Leblon, Para Implantação da Coleta Seletiva

A ação realizada, no dia 19 de outubro, envolveu visita técnica para avaliação das condições locais e definição das alternativas de destinação dos resíduos, tendo em vista que o Fórum não integra o contrato de coleta vigente do Tribunal. Após tratativas com a ABA-TERJ, confirmou-se a viabilidade do recolhimento mensal dos recicláveis, com garantia de pesagem e rastreabilidade, essenciais para o cumprimento dos indicadores de sustentabilidade do CNJ.

Foram disponibilizados pela SGLOG/DEIOP/SECER os coletores solicitados — cinco caixas azuis para papel e três conjuntos de recipientes para resíduos recicláveis e não recicláveis — e concluída a entrega da estrutura operacional. A unidade confirmou o recebimento dos materiais e alinhou o fluxo de recolhimento junto à associação.

Assim, a implantação foi finalizada com êxito, contemplando também orientações para boas práticas internas, como o incentivo à retirada de lixeiras individuais, visando aprimorar a segregação na origem.

A ação foi formalizada no processo administrativo SEI nº 2025-06314552.

Reunião Com a UNICOPAS



Em 30 de setembro de 2025, foi realizada reunião com representantes da União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS), com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica operacional das cooperativas de catadores e reunir subsídios técnicos para a construção de um modelo de contratação alinhado às práticas de economia circular.

A interlocução permitiu identificar necessidades específicas das cooperativas, bem como compreender parâmetros de remuneração

usualmente adotados para os serviços de coleta, triagem, pesagem, transporte e destinação de recicláveis.

As informações coletadas servirão de base para o desenvolvimento de proposta institucional de pagamento, em consonância com as diretrizes da Carta de Brasília, que orienta o reconhecimento e a valorização dos serviços ambientais prestados pelos catadores. A iniciativa integra o esforço do Tribunal no aprimoramento da gestão de resíduos, especialmente no interior, contribuindo para a qualificação da coleta seletiva e para a promoção da justiça socioambiental.

A ação foi formalizada no processo administrativo SEI nº 2025-06560738.

Estudo de Viabilidade - Purificadores de Água

Foi conduzido estudo técnico-institucional para avaliar alternativas sustentáveis à substituição do uso de garrafas plásticas (PET) no âmbito do Tribunal, em consonância com as diretrizes do CNJ e com os atos normativos internos que restringem a compra de água envasada. A análise considerou a deliberação da COSUS e o levantamento realizado pela Engenharia, que identificou ausência de infraestrutura adequada nos gabinetes para instalação direta dos equipamentos.

Diante desse cenário, foram avaliadas soluções viáveis mediante obras localizadas próximas às prumadas hidráulicas, assegurando potabilidade, segurança e acessibilidade, conforme normas da ABNT, Portaria MS nº 888/2021 e certificações aplicáveis. O estudo demonstrou a possibilidade de implantação gradual de bebedouros e purificadores, alinhada ao PLS-TJRJ, ao Programa Justiça Carbono Zero e às metas de redução de resíduos e consumo racional de recursos.

A proposta foi encaminhada para avaliação superior, recomendando-se sua submissão à COSUS para definição de projetos executivos e cronograma de implementação.

A ação foi formalizada no processo administrativo SEI nº 2025-06369229.

Ponto de Recarga de Veículos Elétricos/Híbridos

Foi conduzido estudo técnico-operacional sobre a viabilidade de instalação de estações de recarga de veículos elétricos e híbridos no pátio do Fórum de Volta Redonda, em atendimento à solicitação do Juiz Dirigente do 5º NUR. A atividade incluiu visita técnica multidisciplinar com representantes da SGSUS, SGTEC/Engenharia, manutenção e administração local, resultando na definição preliminar de três pontos de recarga AC de 7 kW, posicionados na faixa frontal da subestação, com remanejamento de vagas e reorganização do bicicletário.

O estudo avaliou infraestrutura elétrica, disponibilidade de rede de dados, segurança e requisitos técnicos, além de alinhar a proposta às diretrizes dos Atos Normativos do TJRJ. A equipe também examinou modelos de negócio, destacando o modelo M3 (aluguel) como o mais adequado pela previsibilidade de custos, gestão integrada, governança de dados e aderência às metas institucionais de descarbonização.

O material consolidado embasa a decisão quanto à implantação piloto e ao planejamento de expansão para outras unidades, contribuindo para a modernização da infraestrutura e o fortalecimento das ações de sustentabilidade no Tribunal.

A ação foi formalizada no processo administrativo SEI nº 2025-06316728.

Visitas Técnicas aos Fóruns

Em atendimento às diretrizes da Política de Governança de Sustentabilidade do TJRJ (Ato Normativo nº 28/2023) e às metas do Plano Inicial de Descarbonização, foram realizadas visitas técnicas aos Fóruns de Jacarepaguá (27/08/2025), Madureira (29/08/2025) e Méier (03/10/2025), com foco na melhoria dos indicadores de eficiência energética e hídrica.



Visita técnica ao Fórum de Madureira, objetivando a melhoria dos indicadores de eficiência energética e hídrica.

A iniciativa decorre dos resultados críticos apontados no 9º Balanço da Sustentabilidade do CNJ, que evidenciaram elevado consumo per capita de energia elétrica e água no Tribunal. As visitas, conduzidas pela SGSUS com acompanhamento da Engenharia Predial, tiveram como objetivo avaliar instalações hidráulicas e elétricas, identificar pontos de desperdício, mapear oportunidades de racionalização e propor ações corretivas.

Os achados subsidiarão recomendações técnicas, priorização de investimentos e ajustes operacionais, visando à redução das emissões de GEE, ao aprimoramento do desempenho ambiental institucional e ao cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ.

A ação foi formalizada no processo administrativo SEI nº 2025-06305173.

Implantação e Certificação em ESG



Visita técnica ao Fórum de Volta Redonda, no dia 31 de outubro, objetivando realizar estudo para implantação de eletroposto no pátio do Fórum de Volta Redonda (processo nº SEI 2025-06316728)

A Divisão de Controle Ambiental apresentou proposta para implementação do Projeto Socioambiental em ESG – Environmental, Social and Governance, iniciativa voltada ao aperfeiçoamento das práticas institucionais de sustentabilidade, responsabilidade social e governança. O projeto visa estruturar diretrizes, processos e indicadores capazes de elevar o desempenho do Tribunal nesses três pilares, além de possibilitar a obtenção de certificação oficial em ESG, a qual reconhece organizações comprometidas com padrões avançados de gestão sustentável e responsável.

A minuta do Plano do Projeto delineia as etapas de execução, incluindo diagnóstico inicial, definição de metas, capacitação das equipes e consolidação dos mecanismos de monitoramento. Trata-se de ação estruturante que contribuirá para fortalecer a cultura institucional de sustentabilidade e ampliar a conformidade do Tribunal com as melhores práticas de ESG.

A ação foi formalizada no processo administrativo SEI nº 2025-06272013.

Participação em Eventos Externos

A equipe da Divisão de Controle Ambiental (DICAM) participou de dois eventos externos de destaque em 2025:

- Encontro “Desvendando Soluções para Gestão e a Economia Circular de Resíduos”, realizado no CCBB em 28/08/2025;
- Encontro do Projeto “Compartilhando Ideias Sustentáveis”, promovido pelo Jardim Botânico nos dias 04, 05 e 06/12/2025.



Evento no CCBB: “Desvendando soluções para gestão e a economia circular de resíduos” no dia 28 de agosto de 2025.

As atividades, voltadas à capacitação de servidores, possibilitaram o acesso a práticas inovadoras de gestão de resíduos, economia circular e iniciativas de sustentabilidade urbana. A participação da equipe nesses espaços fortalece a atualização técnica necessária para o desenvolvimento das ações conduzidas pelo Departamento de Sustentabilidade, contribuindo para o aprimoramento das políticas institucionais, para a implementação de projetos socioambientais e para a ampliação da eficiência das práticas adotadas no Tribunal. Tais capacitações ampliam a visão estratégica, estimulam parcerias e consolidam o compromisso institucional com a sustentabilidade.

Outras Atividades – Palestras e Reuniões

02/07/2025

Palestra sobre “O Inventário de Gases de Efeito Estufa do TJ”

Palestrante: Felipe Dutra.

11/08/2025

Reunião com a empresa “Visão Engenharia” sobre Mercado Livre de Energia.

13/08/2025

Reunião com TJMG sobre ESG.

10/09/2025

TJRJ recebeu visita do TJRO, em busca de conhecimento em práticas de sustentabilidade

19/09/2025

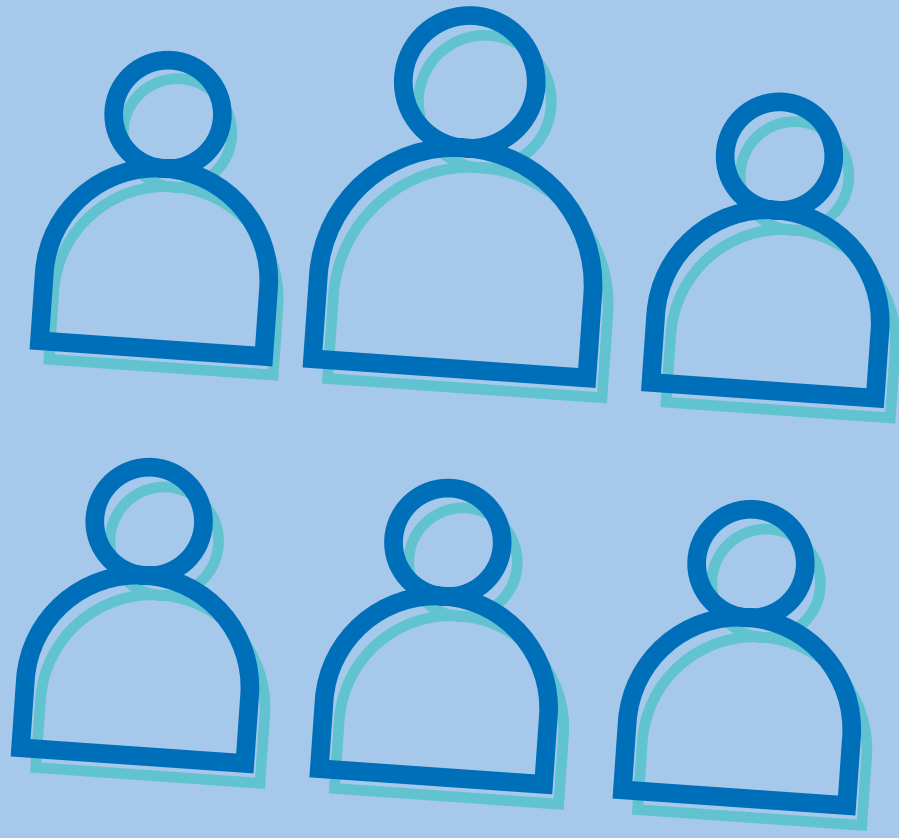
Reunião com STJ sobre o projeto “Lixo certo carbono zero” (retirada das lixeiras das salas).

03/10/2025

Visita técnica ao Fórum do Méier, objetivando a melhoria dos indicadores de eficiência energética e hídrica.

04, 05 e 06/12/2025

Evento externo: Encontro do Projeto “Compartilhando Ideias Sustentáveis”, promovido pelo Jardim Botânico (JBRJ).



18, Gestão de Pessoas



18 Gestão de Pessoas

Principais realizações em administração de pessoal

Envio de Projeto de Lei com melhorias na Carreira dos Servidores

Em importante iniciativa para valorização dos servidores, a Administração enviou à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei 6730/2025, que traz importantes melhorias nas carreiras de Analista Judiciário e Técnico de Atividade Judiciária, dentre as quais destacam-se:

- Criação do Adicional de Qualificação por Experiência Profissional, para pagamento a servidores com 14 anos de exercício de atividade institucional relevante;
- Redução de 18 para 12 meses no intervalo de progressão funcional dos servidores;
- Inclusão de previsão em legislação estadual da concessão e do pagamento dos benefícios dos servidores.

Instituição da Gratificação de Acervo aos Servidores

A Administração concedeu importante benefício aos servidores do Poder Judiciário. Em 2025, foi instituída a Gratificação de Acervo, com a edição da Resolução nº 40/2025, concedendo 1 dia de repouso remunerado para cada 6 dias de exercício.

Reajustes de Benefícios

Buscando valorizar o trabalho desenvolvido pelos servidores, a Administração Superior do TJRJ implementou expressivos reajustes de benefícios, com destaque para os auxílios Alimentação e Locomoção, que tiveram seus valores mensais equiparados aos valores percebidos por magistrados. A tabela a seguir detalha os reajustes concedidos:

Auxílio	Valor anterior	Aumento em 2025	
Alimentação / Refeição	1.770,00*	3.270,00*	84,75%
Locomoção	25,00*	57,00*	128,00%
Saúde	374,31*	394,86*	5,49%
Creche / Educação	1.673,73*	1.765,59*	5,49%
Alimentação de Natal	3.150,00*	3.300,00*	4,76%

Pagamento de Benefícios em pecúnias e 13º salário

- Aumento da base de cálculo para as pecúnias indenizatórias de saldos de férias, licenças-prêmio e plantões, com a inclusão dos auxílios refeição/alimentação recebidos em pecúnia e os valores do plano de saúde e auxílio saúde;
- Aumento da base de cálculo do 13º salário, com a inclusão dos auxílios refeição/alimentação recebidos em pecúnia e os valores do plano de saúde e auxílio saúde.

Novas regras nos Auxílios Creche e Educação

- Os servidores com filhos com deficiência ou necessidades especiais passaram a ser contemplados com o recebimento do benefício em valor duas vezes maior que o teto;
- Ampliação do direito de percepção do benefício, para que dois servidores possam receber pelo dependente que tenham em comum, para possibilitar o crédito até o limite das despesas comprovadas.

Conversão de Saldo de Férias, Licença-Prêmio e

Plantão Judiciário/Ação Social/Justiça Itinerante Regular em Pecúnia

É necessário destacar a concessão aos servidores do direito de conversão em pecúnia de até 90 dias de saldos de licença-prêmio e férias não gozados.

Além do benefício financeiro concedido aos servidores, a medida trouxe elevado incremento na produtividade, visto que os servidores deixaram de se afastar pelos períodos que tinham disponíveis. Conforme detalhamento na tabela abaixo:

Auxílio	Total de servidores que aderiram	Total de dias permitidos converter	Total de dias convertidos
	2025	2025	2025
Conversão saldo de Férias	6.109	Até 150 dias (se não acumular com outra pecúnia)	152.075
Conversão saldo Licença Prêmio	3.305	Até 150 dias (se não acumular com outra pecúnia)	243.123
Conversão saldo Plantão Judiciário/ Ação Social/ Justiça Itinerante Regular	4.918	Até 150 dias (se não acumular com outra pecúnia)	104.667

Promoções por Temporalidade

Com a edição da Lei nº 9.748/2022, regulamentada pela Resolução nº. 10/2023, de 16/11/2023, do Conselho da Magistratura, foi alterado para 18 meses o prazo para o desenvolvimento do servidor nas carreiras do Quadro Único e do Quadro Suplementar deste PJERJ.

Dessa forma, foi possível realizar a promoção/progressão automática dos servidores do Quadro Único do TJRJ, com o desenvolvimento de servidores nas carreiras, conforme tabela a seguir:

Cargo	2025
Analista Judiciário	1.409
Técnico de Atividade Judiciária	1.172
Cargos do Quadro Suplementar	68
Total	2.649

Para 2026, o prazo para desenvolvimento será ainda mais vantajoso para os servidores, com redução para 12 meses no intervalo entre as progressões, garantindo o atingimento mais rápido no topo da carreira.

Principais realizações em desenvolvimento de pessoas

Pesquisa do Clima Organizacional

A pesquisa de Clima Organizacional, no âmbito do Tribunal de Justiça, tem como objetivo mapear o grau de satisfação dos servidores em relação à Instituição, sua estrutura, sua organização, as relações interpessoais e comportamentos percebidos no ambiente de trabalho, identificando e compreendendo os aspectos positivos e negativos que possam impactar as relações e o clima organizacional.

A presente pesquisa compreende o período de 05/11/2025 a 05/12/2025, com o envio de e-mail e disponibilização de link no sítio eletrônico do PJERJ para acesso ao formulário pelos servidores efetivos, comissionados e requisitados que atuam na atividade jurisdicional da primeira e da segunda instâncias e nas suas respectivas áreas administrativas.

Assim como em outras pesquisas de mesma natureza, o relatório visa apresentar os principais resultados obtidos e apontar os caminhos para a possibilidade de cruzamentos de informações para outras análises. As informações mais detalhadas, contidas no relatório, poderão servir de base à tomada de decisões, análises mais aprofundadas, diagnósticos e sugestões de ações de melhorias trazidas por aquele instrumento.

Processo Seletivo para Residentes

No que se refere ao Processo Seletivo para a função de Residente no âmbito deste Tribunal de Justiça, registra-se que, ao longo do ano de 2025, foram efetivadas diversas convocações para designação de candidatos aprovados no certame vigente, conforme detalhado a seguir:

Convocação nº 01/2025 – designação de 226 residentes, distribuídos entre as diferentes Regiões de Atuação previstas na Resolução regulamentadora do Programa de Residência;

Convocação nº 04/2025 – designação de 103 residentes em Direito e 1 residente em Psicologia;

Convocação nº 06/2025 – designação de 1 residente;

Convocação nº 08/2025 – designação de 71 residentes;

Convocação nº 13/2025 – designação de 31 residentes em Direito;

Convocação nº 17/2025 – designação de 18 residentes em Direito;

Convocação nº 24/2025 – designação de 5 residentes em Direito e 1 residente em Psicologia.

Ressalta-se que, após as últimas convocações, o cadastro de reserva de candidatos restou integralmente esgotado em algumas Regiões, impossibilitando a designação de novos residentes para atendimento das demandas das unidades jurisdicionais e administrativas.

Diante desse cenário, e visando assegurar a regular continuidade do Programa de Residência, o Presidente deste Tribunal de Justiça determinou a adoção das medidas necessárias à deflagração de novo processo seletivo, destinado à formação de novo cadastro de reserva, nos termos da legislação e dos atos normativos que regulam o Programa.

CONCURSOS PÚBLICOS

Cargos efetivos

No dia 03 de abril de 2025 foi publicada a Resolução nº 03/2025, de 01 de abril de 2025, do Conselho da Magistratura, com o regulamento dos concursos públicos para a formação de cadastro de reserva destinado aos cargos de Técnico de Atividade Judiciária, sem especialidade, e Analista Judiciário, sem e com especialidade, do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, sob o regime jurídico dos servidores do Estado.

O Tribunal de Justiça, tendo em vista o disposto na Resolução CM nº 03/2025, torna pública a realização dos LXII e LXIII Concursos Públicos para a formação de cadastro de reserva, respectivamente, nos cargos de Analista Judiciário, sem e com especialidade, e de Técnico de Atividade Judiciária, sem especialidade, por meio dos Editais nº 01/2025 e nº 02/2025, ambos publicados no Diário da Justiça Eletrônico de 24/10/2025.

A prova objetiva para o cargo de Técnico de Atividade Judiciária, sem especialidade, e as provas objetivas e discursivas para o cargo de Analista Judiciário, sem e com especialidade, estão previstas para o dia 01 de fevereiro de 2026, de acordo com o cronograma divulgado por meio do Aviso TJ nº 287/2025, de 13 de novembro de 2025, publicado no DJERJ de 14/11/2025.

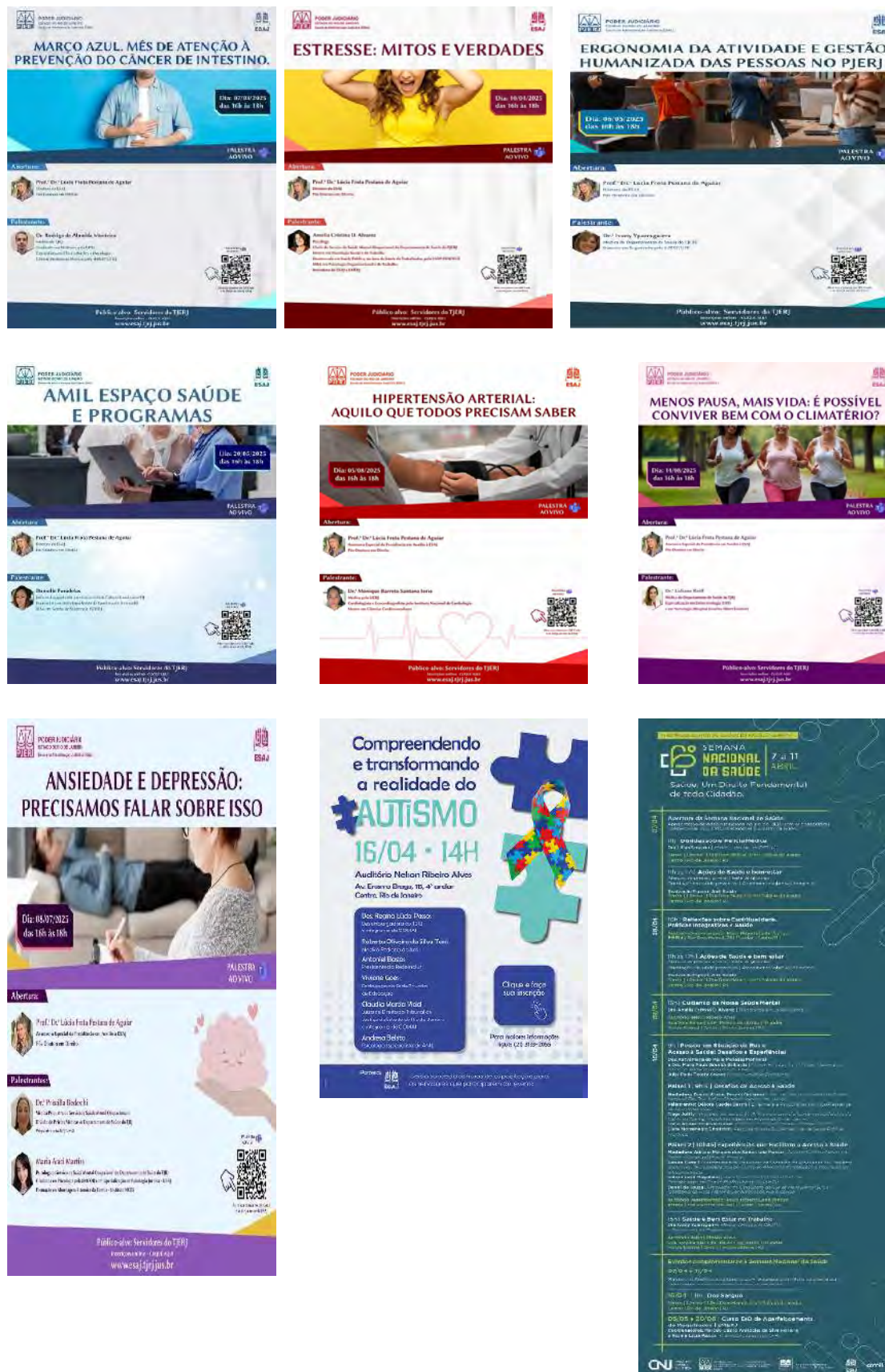
Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga das Delegações das Atividades Notariais e/ou Registrais do Estado do Rio de Janeiro

No dia 03 de novembro de 2025 foi publicada a Resolução nº 06/2025, de 30 de outubro de 2025, do Conselho da Magistratura, que regulamenta o concurso público para outorga das delegações das atividades notariais e/ou registrais deste Estado, pelos critérios de admissão e de remoção, nos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, atualmente vagos, e aqueles que vagarem até a primeira publicação do Edital do concurso, nos termos do § 3º do artigo 236 da Constituição da República Federativa.

Principais realizações em saúde de magistrados e servidores

Ao longo de 2025, foram realizadas diversas ações voltadas à promoção da saúde e à educação continuada. No total, 35 atividades, entre cursos e palestras, com resultados concretos, foram ministradas dentro do escopo do Programa de Divulgação de Temas Médicos, Ergonomia e Qualidade de Vida no Trabalho, em parceria com ESAJ, SGSUS, EMERJ e Amil.

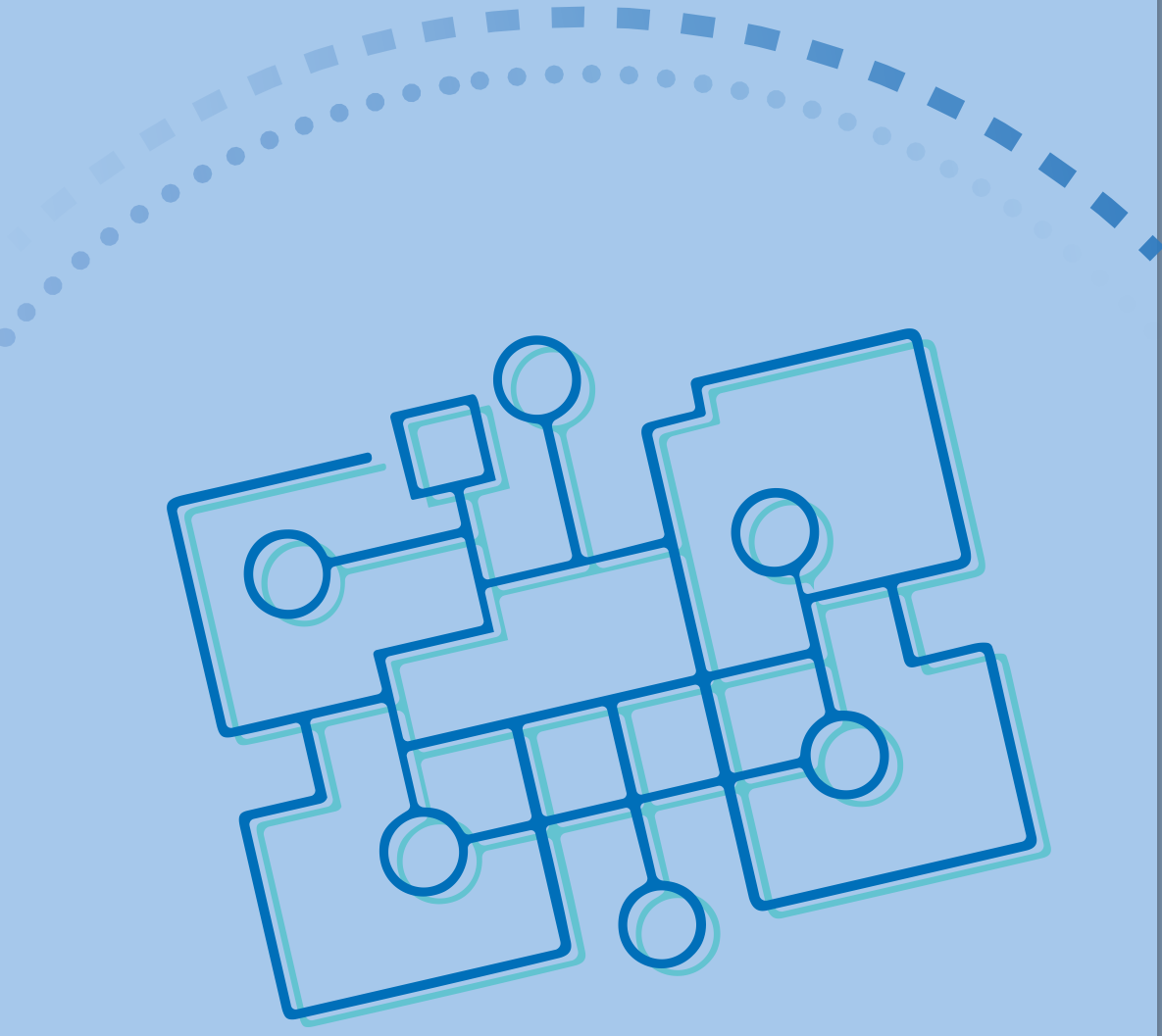
A seguir, apresentamos alguns exemplos de peças de divulgação dessas ações, direcionadas a servidores e magistrados:



Implementação de Melhorias nos Sistemas Informatizados Utilizados pela SGPES:

Disponibilização do Mapa de tempo de serviço no GPESWEB e Implementação do abono de permanência automático, independentemente de requerimento do interessado, para magistrados e servidores;

O projeto trouxe economia processual e importantes ganhos para os magistrados e servidores, uma vez que, não havendo requerimento individual, a conferência, concessão e implementação do benefício em folha de pagamento ocorrem de forma mais rápida e menos burocrática, além de beneficiar os interessados que não tinham ciência da data em que completariam os requisitos para aposentadoria voluntária e consequentemente, ao abono de permanência.



19, Tecnologia da Informação



19 Tecnologia da Informação

Aprimoramento dos Sistemas Institucionais e Geração de Inovações Tecnológicas

Observabilidade e Monitoramento

A SGTEC, por meio de soluções de observabilidade, tem expandido sua capacidade de monitoramento e gestão de desempenho dos sistemas corporativos. A partir da implementação da ferramenta Dynatrace, que provê monitoramento 24/7 e auxílio de IA multimodal para prevenir, detectar e reagir a problemas de infraestrutura e aplicações.

A seguir, são apresentados os principais avanços alcançados com o uso do software Dynatrace:

- **Ações de Monitoramento e Observabilidade**

No primeiro semestre de 2025, houve grande engajamento em diversas categorias de atividades para ampliação e aprimoramento das ações de observabilidade. Através de integrações do Dynatrace e Zabbix com outras tecnologias, foi possível coletar e centralizar métricas de diferentes fontes de dados (aplicações, hosts, ativos de rede, etc.), bem como, automatizar algumas rotinas, dentre elas, a abertura de chamados e o envio de alertas por e-mail ou Teams.

Após obter e centralizar as métricas, a equipe trabalhou com foco em democratizar o acesso a essas informações por meio de dashboards dinâmicos, orientados a indicadores, essenciais em uma estratégia de observabilidade. Como sabemos que uma estratégia de observabilidade bem-sucedida depende de pessoas capacitadas, conduzimos sessões de capacitação, compartilhando conhecimento relativo ao uso do Dynatrace para diagnóstico de problemas.

Por fim, mantendo a mentalidade de melhoria contínua, a equipe iniciou um projeto de modernização do ambiente Zabbix e Grafana, o qual atende outros escopos de monitoramento, além de ter auxiliado na modelagem de processos de Metodologia Ágil de Projetos e Gestão de Vulnerabilidades.

- **Criação de dashboards de Observabilidade via Dynatrace e Grafana**

Apuração de Indicadores Mensais incluindo:

- AWS Site-to-Site VPN, que monitora métricas de rede associadas à VPN AWS;
- Veritas NetBackup, que provê visibilidade acerca de métricas de backup;
- Oracle Database Monitoring, que provê visibilidade de métricas de monitoramento das instâncias Oracle TJ01, TJ03, TJ04, TJ05, TJ06 e TJ13 e foi disponibilizado como consequência da integração entre o Dynatrace e Oracle. Esta integração é responsável por alimentar o indicador de disponibilidade de banco de dados, EPROC HML – Infraestrutura para prover diagnóstico rápido e prático acerca do estado de saúde dos servidores do eproc;

- EPROC-HML - PHP-FPM, para prover diagnóstico rápido e prático acerca do estado de importantes métricas da camada de middleware (Apache) e aplicação PHP-FPM;
 - Tempo de Resposta - Acesso EPROC | PJE1G | SEI, que apresenta os tempos de resposta de acesso aos endereços de url do EPROC, PJE e SEI sob as perspectivas interna (On-Premise) e externa;
 - EPROC - Sessões de usuário, que apresenta de forma clara e objetiva importantes indicadores acerca das sessões de usuários eproc e experiência de usuário;
 - EPROC - Monitoramento de URLs, que fornece visibilidade centralizada acerca da disponibilidade de endereços de URL associados ao eproc e estado de execução dos agendamentos;
 - Active Directory, que permite o monitoramento e observabilidade de métricas associadas à infraestrutura Microsoft Active Directory;
 - Banco de Dados Detalhado, que são dashboards desenvolvidos para as instâncias TJ01, 03 e 04, mediante especificação e aprovação da DIBDA. Tais painéis conseguem prover visão centralizada e rápido diagnóstico acerca do estado de saúde das instâncias em questão;
 - Consumo de Internet, apresenta o comportamento de consumo dos links de internet com as duas operadoras que prestam serviço ao Tribunal;
 - Azure DevOps, que apresenta indicadores importantes para os times de DevOps, como, por exemplo: frequência de deploy por versão, duração dos builds, quantidade de builds geradas, duração de release, builds rejeitadas, bem-sucedidas e rollbacks.
- **Integrações entre tecnologias**
 - A integração entre Dynatrace e AWS - possibilita a coleta, correlação de métricas e análise centralizada de eventos relacionados aos ambientes AWS;
 - entre Dynatrace e Oracle - viabiliza o acompanhamento centralizado de métricas associadas ao estado de saúde das principais instâncias do Oracle;
 - entre Dynatrace e Veritas Netbackup - permite monitorar importantes métricas do ambiente de backup (políticas, jobs e estados);
 - entre Dynatrace e Azure AD TJRJ - implementa autenticação SSO para os usuários Dynatrace, provendo maior segurança em virtude do uso do segundo fator de autenticação e atende à Portaria CNJ 140/2024, que determina a utilização de múltiplo fator de autenticação (MFA) para sistemas críticos ou quaisquer sistemas expostos ao acesso remoto via internet, como é o Dynatrace;
 - entre Dynatrace e banco de dados MySQL EPROC - traz visibilidade centralizada acerca de métricas dos bancos MySQL EPROC;
 - entre Dynatrace e PHP-FPM - fornece capacidade de coleta e análise centralizadas de métricas específicas do PHP-FPM, em uso pelos sistemas SEI e eproc;
 - entre Dynatrace e Azure DevOps - consiste em a integração piloto (aplicável a algumas pipelines), realizada junto ao suporte Rikes e DISER-SESAP, agrega métricas importantes, que hoje alimentam o dashboard Azure DevOps e serve de prova de conceito para monitoramento de futuras pipelines;

- entre Dynatrace e ambiente de nuvem Azure - faz a coleta e visibilidade acerca de métricas de sistema operacional e serviços de nuvem do Azure, ampliando e centralizando a visibilidade acerca dessas fontes de dados;
- entre Dynatrace e Ambiente Openshift - permite a coleta e visibilidade de métricas de infraestrutura do Openshift, sem consumir unidades de host (Host units);
- entre Ambientes Kubernetes (AWS) - permite a coleta e visibilidade acerca de métricas de sistema operacional e serviços de nuvem do Azure, ampliando e centralizando a visibilidade acerca destas fontes de dados;
- entre Dynatrace e Servicenow - integra o suporte direto do processo de gestão de eventos, pois permite às ferramentas de monitoramento e observabilidade abrirem tíquetes automaticamente na ferramenta de gestão de serviços de TI (ITSM)
- entre Zabbix e Servicenow - integra o suporte direto do processo de gestão de eventos, pois permite às ferramentas de monitoramento e observabilidade abrirem tíquetes automaticamente na ferramenta de gestão de serviços de TI (ITSM).

• **Projetos e Melhorias**

Uma determinada área da SGTEC foi designada como projeto piloto de uma nova proposta de implementação de metodologia ágil de projetos. A metodologia está sendo aplicada para o projeto de atualização e migração Zabbix e Grafana, e vem passando por ciclos de avaliação e melhoria contínua.

Para o sistema eproc, realizamos o monitoramento sintético de todos os endereços de url associados ao sistema, solucionamos o problema de falta de visibilidade acerca do estado dos agendamentos e iniciamos uma prova de conceito de monitoramento full-stack dos ambientes de Homologação, Sustentação e Treinamento (antigo TRN e novo TRA).

Por fim, elaboramos relatórios técnicos acerca de todo o trabalho desenvolvido, detalhando as entregas ao time do eproc. No momento, aguardamos a definição de data, por parte do time, para apresentação do relatório e sessão de capacitação.

A Conclusão do processo de atualização e migração do Zabbix e Grafana, plataformas responsáveis pelo monitoramento e que compõem a pilha de tecnologias que viabiliza as ações de observabilidade em apoio a outras ferramentas, como, por exemplo, Dynatrace. O projeto consistiu na atualização e modernização dos componentes das duas plataformas.

• **Gestão de Vulnerabilidades**

Realização do desenho de processo de Gestão de Vulnerabilidades. Tal atividade foi conduzida tendo em vista a capacidade de identificação de vulnerabilidades nos hosts monitorados pelo Dynatrace, através do módulo Application Security - AppSec.

Foram desenvolvidos painéis com exposição controlada acerca de vulnerabilidades identificadas no ambiente para as pessoas autorizadas lidarem com esse tipo de informação, e foi oferecido um apoio operacional habilitando as capacidades de identificação de vulnerabilidades no Dynatrace e compartilhando informações relevantes ao processo de tratamento e gestão das falhas.

- **Ações de Capacitação**

Condução de sessões de capacitação hands-on para times de desenvolvimento, operações e negócios, compartilhando conhecimento acerca do uso do Dynatrace.

- **Expansão da Observabilidade**

Foi desenvolvida uma estratégia para monitoramento da plataforma de orquestração de microsserviços Red Hat Openshift, a qual hospeda relevantes unidades de serviço de software (containers), que, replicadas em uma arquitetura distribuída, respondem por aplicações ou componentes centralizados, os quais são utilizados por um ou mais serviços que apoiam a área de negócio.

O ponto estratégico reside no fato de que, ao monitorar ao menos um servidor no modo que chamamos de APM (Application Performance Monitoring) ou “Fullstack”, ganhou-se visibilidade acerca de todos os processos e grupos de processos de software que residem no servidor em questão.

Isto posto, alguns exemplos de aplicações que pertencem a esse novo ecossistema de aplicações, e que se encontram monitoradas devido a essa iniciativa, são o Keycloak que é um componente central de autenticação, que será usado pelo SAR, e passará a ser utilizado para autenticação no eproc e sistemas administrativos, o ODRTJ um sistema de conciliação apoiado por inteligência artificial e um dos maiores que residem no ambiente OpenShift, o Pje, que é uma gama de micro serviços que são consumidos pelo PJe, o Liferay, uma plataforma de experiência digital (DXP) que oferece um conjunto de ferramentas para construção de aplicações, sites e gestão de conteúdo, o Intpdpj (integração com o CNJ), o Maria da Penha Virtual e o eSocial.

Implantação e Evoluções do Sistema eproc

A implantação do novo sistema de processo judicial no TJRJ, que visa unificar e substituir os três sistemas atuais (DPC, PJe e EJUD), segue em expansão conforme o planejado.

No âmbito dessa implantação, destaca-se a ampliação do eproc, com a expansão gradual do sistema para novas competências, abrangendo as áreas empresarial, de órfãos e sucessões, de registros públicos, cível e delegada da Justiça Federal, em consonância com o planejamento estratégico definido.

Nesse mesmo contexto, foi promovida a criação dos migradores PJe/eproc e DCP/eproc, iniciativa que permitirá, no médio prazo, a utilização de um sistema processual eletrônico único (eproc), com expressivo ganho de produtividade e redução significativa de custos operacionais.

As seguintes competências foram implantadas em 2025:

- Dívida Ativa (varas da capital);
- Fazenda Pública (varas da capital);
- Competência Delegada Previdenciária;

- Empresarial (varas da capital e Justiça Itinerante);
- Órfãos e Sucessões (varas da capital e Justiça Itinerante);
- Registros Públicos e RCPN (varas da capital e Justiça Itinerante);
- Câmaras de Direito Privado (Segunda Instância);
- Conselho da Magistratura;
- Cível (varas da capital);
- Acidente de Trabalho (varas da capital);
- Plantão (segundo grau);
- 4º NUR (Baixada Fluminense):
- Cível;
- Acidentes do Trabalho;
- Empresarial;
- Fazenda Pública;
- Registros Públicos;
- Órfãos e Sucessões e RCPN.

Paralelamente, iniciaram-se os preparativos para as expansões previstas para 2026, em destaque Família, Infância e Juventude, e Idoso nas competências Cível e Câmaras de Direito Privado no segundo semestre, além de integrações importantes.

Foram realizadas as seis atualizações de versão nacional previstas para o ano, assegurando que o sistema esteja sempre na última versão nacional, conforme o requisito do ACT assinado com o TRF4. Adicionalmente, foram disponibilizadas mais de 76 versões locais, que trouxeram 442 melhorias ao sistema.

Entre as melhorias, destacam-se a certificação automática de custas para agravos e a integração para recebimento de distribuições do eproc a partir de processos originários em sistemas legados. Houve também aprimoramentos nos módulos de mandados e relatórios para auditoria de prevenção e distribuição no segundo grau, além de adequações ao Regimento Interno.

Outras entregas incluem a movimentação pelo DEMOV (Departamento de Movimentação de Magistrados), a derrubada automática de destaque em caso de alteração de voto do relator e a ocultação de dados pessoais de magistrados em consultas. Também foi realizada a substituição de consultas à Receita Federal via INFOCONV para uso do b-Cadastros, gerando economia de custos, bem como a implantação do núcleo digital de execução fiscal e atualizações do CODEX para processos migrados.

Foram implementadas integrações com o PDPJ e o SSO, além de melhorias na Gestão das Procuradorias para os perfis de administradores. Entre os avanços, destacam-se a distribuição de processos com originário do legado de primeiro grau e a exibição de observações dos documentos na árvore do processo, recurso importante para processos indexados no DCP. O eproc também passou por adequações para substituição definitiva do INFOCONV pelo b-Cadastros como integração com a Serpro (RFB), reforçando a economia de custos.

Outras melhorias incluem aperfeiçoamentos no Relatório de Distribuição – Processos Ajuizados e diversas evoluções no módulo de gestão de mandados, como a criação de relatório de mandados com prazo de cumprimento vencido. Também houve a ativação de robô para pesquisa de endereços, melhorias no relatório geral de situação com múltiplas seleções e a inclusão da possibilidade de selecionar o órgão no lançamento da suspensão de prazo.

Além disso, foram entregues a API de Produtividade, a prevenção no segundo grau com base no sistema legado, a disponibilização de pop-up com publicação de novidades e a criação de relatórios para o Migrador de processos do PJe para o eproc. Também foi implementado o afastamento com mecanismo para antecipar a data de saída da distribuição, assim como a consulta de dados de processo SCJ x eproc e a juntada automática do comprovante de Guia de Acolhimento do Banco do Brasil.

Entre as evoluções processuais, destacam-se o despacho de “Peço Dia” com eventos automáticos de inclusão e retirada de pauta, a integração com o GPES para validação da função e funcionalidades de declínio do primeiro para o segundo grau em mandado de segurança. Houve ainda melhorias no Relatório de Processos Concluídos em outra Serventia, no Dashboard eproc com dados negociais e no migrador do DCP, incluindo aprimoramentos na exibição da OAB para procuradores vinculados a Municípios e Estados.

Também foram desenvolvidas integrações como eproc x Assis e melhorias no Migrador DCP com mecanismo de liberação da automatização da juntada da íntegra por órgão. Outros avanços incluem serviços para ativação de competências em datas de expansão, melhorias na marcação de audiências e reservas de sala, inclusão do Jus.br – Petição Intercorrente e a redistribuição com prevenção no órgão colegiado.

O Assis, assistente jurídico baseado em inteligência artificial, desenvolvido para apoiar magistrados na elaboração de minutas de decisões, sentenças e relatórios, bem como no fornecimento de informações sobre processos judiciais eletrônicos, teve sua abrangência ampliada ao longo do ano, alcançando novas competências no 1º e no 2º graus de jurisdição. No 1º grau, passou a operar, em todo o Estado, na competência cível e, na Capital, nas competências empresarial e de fazenda pública. No 2º grau, o Assis foi implantado nas câmaras criminais, cíveis e de Direito Público, além do Órgão Especial.

Foram ainda implementadas a ocultação de dados de magistrados como parte em processos, a integração com o Mais Acordo e a funcionalidade para tornar impessoal ou institucional a atuação de procuradores e defensores. Além disso, foi criada a sinalização automática com a qualificação da parte “espólio” quando a parte estiver falecida, o declínio de competência no primeiro grau via integração com o TRF2, relatório para o Plantão do segundo grau e a configuração da regra ATP de intimação pós-migração para juntada de Ato Ordinatório Praticado baseado em modelo padrão.

As integrações via MNI foram finalizadas com sucesso em 23 municípios, marcando um avanço significativo na otimização e eficiência dos processos de distribuição. Esse projeto de grande escala garante uma comunicação mais fluida e padronizada entre as diferentes entidades envolvidas, resultando em maior agilidade e precisão nas operações.

Em continuidade às iniciativas voltadas à racionalização dos fluxos processuais, foi implementada a distribuição equânime dos processos nas varas cíveis da Comarca da Capital, medida estruturante destinada a promover maior equilíbrio na carga de trabalho entre as unidades judiciais.

Iniciada no mês de junho, essa nova sistemática corrigiu distorções anteriormente existentes na distribuição processual, assegurando a divisão mais equilibrada dos feitos entre os magistrados e contribuindo de forma direta para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, com ganhos de eficiência e uniformidade.

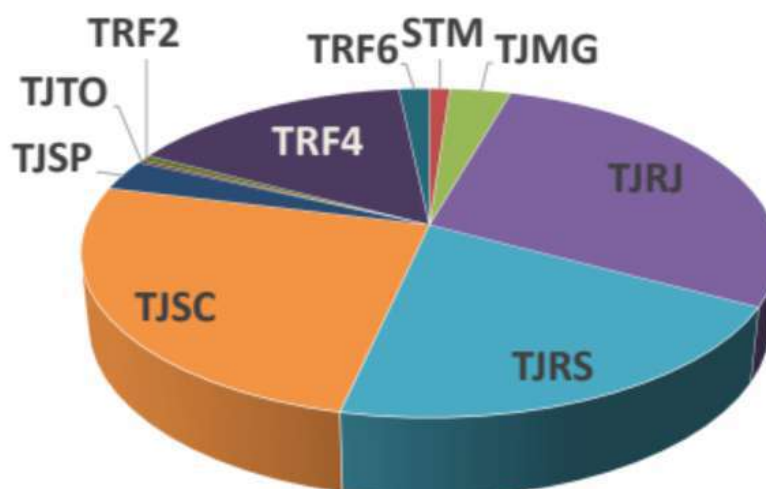
Os processos automatizados para disponibilização de novas versões do sistema foram aprimorados de forma significativa, introduzindo uma série de melhorias que impactaram diretamente a eficiência e a qualidade do ciclo de desenvolvimento. Esse aprimoramento resultou em um processo de desenvolvimento mais ágil e confiável, permitindo entregas mais frequentes e com menor risco de falhas.

O sucesso dos projetos e a satisfação dos usuários e da própria equipe são alcançados através da manutenção de uma cultura de colaboração, automação e melhoria contínua nas equipes de desenvolvimento.

Para aprimorar a eficiência do suporte e garantir a conformidade com as regulamentações de privacidade de dados, implementamos um ambiente de sustentação dedicado. Este ambiente possui uma rotina de anonimização, visando atender aos requisitos da LGPD.

A finalidade principal dessa iniciativa é agilizar o processo de atendimento e resolução de problemas pela equipe de sustentação, ao mesmo tempo em que asseguramos a proteção da privacidade dos dados dos usuários.

Após a implantação da gestão nacional de demandas do eproc, em 2025, o TJRJ foi o Tribunal que apresentou o maior número de iniciativas para desenvolvimento de novas funcionalidades focadas no aprimoramento do eproc. Em razão da estrutura de governança da comunidade, o integrante que apresenta uma nova demanda para o sistema é o responsável pelo seu desenvolvimento, de forma que o TJRJ desenvolverá a maior parte das novas funcionalidades homologadas para construção.



Complexidade/ Tribunal proponente	Total	Trib.	Alta	Média	Simples	Total	%
STM	4	STM	1	1	2	4	1%
TJMG	12	TJMG	9	2	1	12	3%
TJRJ	102	TJRJ	39	38	25	102	28%
TJRS	74	TJRS	41	23	10	74	21%
TJSC	91	TJSC	30	48	13	91	25%
TJSP	11	TJSP	6	5	0	11	3%
TJTO	1	TJTO	0	1	0	1	0%
TRF2	2	TRF2	1	1	0	2	1%
TRF4	56	TRF4	18	25	13	56	16%
TRF6	6	TRF6	1	5	0	6	2%
Total	359	Total	146	149	64	359	

No último ano, o migrador PJe foi primeiramente implementado como projeto piloto na comarca de Bom Jesus do Itabapoana, resultando na migração de 455 processos na primeira semana. Após a avaliação do impacto e a aplicação de melhorias e correções, a ferramenta foi expandida para todas as serventias que já utilizavam o eproc. Em menos de um mês, mais da metade das serventias conseguiu migrar todo o acervo elegível.

Graças a uma campanha de conscientização da Administração, as serventias restantes migraram quase a totalidade dos processos disponíveis até o final de abril, atingindo a marca de 25 mil processos migrados. Ao final do semestre, o número superou 30 mil processos, impulsionado pela natureza temporária de alguns critérios de elegibilidade para migração.

O projeto continuou com a disponibilização de funcionalidades para novas competências e a implementação de melhorias. Essas melhorias visam reduzir as atuais restrições de migração, como aquelas que afetam processos que tramitaram em segundo grau.

O migrador PJe, originalmente desenvolvido pelo TRF6 em colaboração com o TRF4, foi aprimorado e nacionalizado pelo TJRJ. Essa solução agora é capaz de atender a todos os tribunais que utilizam o PJe, como o TJMG e o TJBA.

O migrador do DCP foi implementado em três meses, utilizando a estratégia e ferramenta de migração do TJRS, que foram adaptadas para o TJRJ consumir dados do DCP. A primeira versão oferece as funcionalidades de cadastro manual pelo usuário interno, na interface eproc, com download manual das peças em PDF do DCP e anexação da íntegra no eproc, mantendo a numeração única do CNJ e registro automático no DCP do processo migrado, com movimento de migração da TPU e bloqueio do processo.

A segunda versão, que conta com a juntada automática dos documentos foi disponibilizada no segundo semestre, está em uso por algumas serventias pilotos, com programação de expansão para o início do próximo ano. Já a terceira e última versão, com expectativa de entrega para o primeiro semestre de 2026, identificará e carregará automaticamente no eproc os processos que atenderem a todos os critérios de aptidão para migração. No momento da elaboração deste relatório, havia 44.529 processos migrados no total, sejam eles do PJe ou do DCP.

Evoluções de Sistemas Judiciais Legados:

Destacam-se abaixo as principais iniciativas e os avanços implementados para sistemas judiciais, incluindo a integração de novos sistemas, aprimoramento de funcionalidades existentes e o uso de tecnologias inovadoras.

• Evoluções PJe (Processo Judicial Eletrônico)

Foram realizadas diversas melhorias e otimizações no sistema PJe, com foco em performance, segurança, integração e automação de processos:

- Integração com o sistema de convênios, viabilizando a juntada automática de certidões de óbito e endereços com o objetivo de proporcionar maior celeridade processual;
- Desenvolvimento de funcionalidade para permitir a migração de processos do PJe para o eproc;
- Integração com a base corporativa de CEPs, visando manter atualizada a base de endereços do PJe por meio de cargas periódicas;
- Alteração no fluxo de redistribuição para não compensar as redistribuições encaminhadas ao Núcleo 4.0;
- Inclusão de pré-bloqueio na rotina de migração do PJe para o eproc, evitando que o processo seja movimentado indevidamente durante o processamento;
- Sincronização de documentos sigilosos no PJe sempre que o nível de sigilo de um documento oriundo de um processo migrado para o eproc seja alterado;
- Possibilitar a redistribuição ou distribuição por dependência mesmo que a competência do processo esteja habilitada somente no eproc para distribuições por sorteio.
- Possibilitar seleção de perfil favorito ao acessar o sistema quando usuário possuir mais de um;
- Melhoria de performance na consulta de Agrupadores de Petições e Pedidos de Habilitação Não Lidos;
- Implantação do juiz das garantias, em conformidade com a Resolução CNJ nº 562/2024, com a instalação da 1ª, 2ª e 5ª Varas de Garantias. A instalação da 4ª Vara está prevista para dezembro, e a da 3ª Vara para janeiro de 2026;
- Limitação de consulta a processos de terceiros visando reduzir a atuação de robôs;
- Implantação do módulo PJeDocs, serviço responsável pelo gerenciamento de download de documentos, com foco na otimização de desempenho;
- Integração com nova API do CNJ para consulta de CEPs;
- Disponibilização de funcionalidade de vinculação de magistrados em lote;
- Disponibilização de novo fluxo para a tramitação dos inquéritos nas Varas Criminais;
- Inclusão de duplo fator de autenticação (MFA) para usuários externos, elevando o nível de segurança da aplicação e reduzindo o risco de acessos automatizados (por robôs);
- Inclusão automática dos visualizadores indicados pelos magistrados em processos com nível de sigilo 5, otimizando o fluxo de trabalho e reduzindo atividades manuais;

- Inserção de marca d'água identificando o terceiro no download de peças, e limitação de filtros nas buscas processuais para o usuário externo com o objetivo de mitigar golpes relacionados ao “falso advogado”;
- Criação de relatório de possíveis processos preventos em atendimento ao COJES;
- Em atendimento ao Aviso CGJ nº 432/2024, foi realizado desenvolvimento no PJe para viabilizar a distribuição por dependência de processos de execução de família cujo originário tenha sido do DCP;
- Foi aprimorada a integração com o Sistema Gestão de Pessoal Auxiliar (GEAUX), com o objetivo de otimizar o controle de pagamento de juízes leigos e mediadores judiciais;
- Em cumprimento à Resolução CNJ nº 569/2024, foram promovidas melhorias no sistema PJe, com ênfase na integração ao Domicílio Judicial Eletrônico (DJE) e ao Diário da Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), bem como realizada a adaptação de todos os sistemas do Judiciário fluminense aos serviços disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça, incluindo o DJEN, o DJE, a consulta processual unificada e o peticionamento eletrônico, assegurando maior padronização, interoperabilidade e eficiência na prestação jurisdicional.
- No que diz respeito à segurança e controle, foram criadas funcionalidades para aprimorar o registro de acesso a processos e documentos, mesmo quando realizada por usuários internos (restando apenas a habilitação em ambiente de produção). Além disso, foi implantada nova política de senhas, estendida a todos os sistemas do TJRJ;
- Em atendimento ao ATO EXECUTIVO CONJUNTO TJ/CGJ nº 8/2025, foi realizada melhoria no sistema PJe com o objetivo de equilibrar a distribuição entre as varas cíveis da capital e as regionais;
- Viabilizada a migração de processos para o eproc que já tiveram recurso no 2º grau desde que a distribuição tenha ocorrido depois de março/2023;
- Viabilizada a migração de processos para o eproc de competência delegada;
- Destacam-se também as integrações em andamento com o Jus.br - Portal de Serviços, em conformidade com a Resoluções CNJ 455/2022. Essas melhorias visam aprimorar ainda mais a eficiência e o atendimento a normas processuais. O peticionamento intercorrente foi implantado em outubro de 2025.

• **Evoluções EJUD (Sistema Eletrônico de Movimentação Processual de 2ª Instância)**

Foram desenvolvidas diversas melhorias e integrações, com o objetivo de otimizar a gestão e a comunicação entre diferentes plataformas e órgãos:

- A adequação à Resolução CNJ nº 591/2024, que implementou a sessão virtual nos sistemas de Segunda Instância, bem como a adaptação dos sistemas judiciais EJud e eproc à sistemática por ela estabelecida para os julgamentos virtuais, viabilizaram o acompanhamento online e em tempo real pelo público das audiências dos órgãos colegiados da Justiça, reforçando a transparência e a modernização dos procedimentos judiciais.
- Consulta pública em tempo real das sessões virtuais dos órgãos colegiados;
- Integração com Jus.br para Petições Intercorrentes com GRERJ;

- Migração de sistemas para o Windows Server 2022;
- Inclusão do Protocolo de Gênero no Portal do Conhecimento;
- Identificação da parte de etnia Quilombola.

• Sistema de Convênios (Processo Judicial Eletrônico)

O Sistema de Convênios foi desenvolvido a pedido da Corregedoria Geral da Justiça, com o objetivo de agilizar a prestação jurisdicional por meio da automação de tarefas. Atualmente, está integrado aos sistemas processuais DCP, PJe e eproc.

Em sua fase inicial, foi disponibilizada a funcionalidade de juntada automática de certidões de óbito de qualquer parte relacionada ao processo nos sistemas PJe e eproc. A integração com o DCP está em fase de desenvolvimento, com previsão de implantação para o final do segundo semestre de 2025. O sistema realiza buscas diárias de registros de óbito por meio de integração com a consulta de óbitos do Portal Extrajudicial.

Outra funcionalidade disponibilizada é a consulta automatizada de endereços, integrada, por enquanto, ao sistema PJe. Por meio dessa integração, os usuários podem acessar, de forma ágil e segura, informações atualizadas sobre os endereços das partes envolvidas em diligências, diretamente no sistema, otimizando o tempo e aumentando a precisão na tramitação processual. No segundo semestre, INFOJUD e RENAJUD também foram incorporados como fontes de consulta, enriquecendo ainda mais os resultados obtidos.

A busca por endereços é uma etapa fundamental para o cumprimento de diligências, notificações e intimações no âmbito judicial. A integração tem como objetivo proporcionar maior eficiência e confiabilidade nas informações obtidas. Com esse recurso, elimina-se a necessidade de consultas manuais em múltiplas fontes de dados, reduzindo tentativas repetidas e desnecessárias de notificação.

• DCP (Distribuição e Controle de Processos de 1ª Instância)

Foram realizadas as seguintes iniciativas para evolução do sistema DCP:

- Implantação da Resolução 569 de 2024 do CNJ;
- Recebimento de petição intercorrente via Jus.br do CNJ;
- O TJRJ implantou, em julho de 2025, a instituição do Juiz de Garantias no sistema PJe e no DCP, com a criação da 1ª Vara das Garantias, em cumprimento à Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), Resolução nº 562/2024 do CNJ e à Resolução OE nº 21/2025 do TJRJ. Diversas requisições foram desenvolvidas para viabilizar a adaptação dos sistemas às novas rotinas das Varas das Garantias, de forma a garantir a tramitação dos feitos sob competência do Juiz de Garantias;
- Em junho de 2025, e nos meses subsequentes, foram implantadas melhorias no sistema judicial legado (DCP) com o objetivo de preparar a migração dos processos para o sistema eproc. Essas melhorias tiveram como foco principal reduzir gradualmente o número de processos que permaneciam nos sistemas judiciais legados (DCP), criando condições técnicas e operacionais para uma transição segura. Durante a implementação, foram definidos critérios técnicos e negociais que permitiram maior eficiência

na transferência de dados. Além disso, foram estabelecidos procedimentos para tratar processos que se encontravam em tarefas que poderiam dificultar ou inviabilizar a migração, assegurando que tais situações fossem resolvidas previamente.

- **Sistema Precatórios**

No Sistema Precatórios, as seguintes melhorias foram implementadas:

- Visualização das parcelas na tela de Consulta de Depósitos do Portal de Precatórios;
- Novo cálculo de atualização de precatórios conforme PEC 136;
- Implementação de Armazenamento e Listagem de Relatórios de Mandados, Depósitos e Pagamentos;
- Adequações no Sistema de Autuação e Gestão de Precatórios – Atualizações Normativas e Funcionais;
- Previsto para implantação: Autenticação pelo GOV.BR.

- **SACDIG (Sistema de Apoio à Central de Digitalização)**

Implantado novo relatório para acompanhamento das atividades de digitalização de documentos realizadas pela empresa contratada, a fim de consolidar o número de imagens exportadas no período de faturamento.

- **SCM e SCMWEB (Sistema Central de Mandados)**

Diversas funcionalidades foram adicionadas ao sistema SCM, versões desktop e web, tais como:

- Implantação da integração entre os sistemas PJe e SCM/SSA (Sistema de Serviços Auxiliares);
- Adaptação do sistema para utilização da nova versão da biblioteca SegurancaPDPJ.dll;
- Criação de aviso de não preenchimento da 3ª aba e bloqueio do cadastramento sem o seu preenchimento;
- Retirada do SCM da 3ª aba de custas processuais.

- **Correção Monetária (Calculadora Web)**

A seguinte evolução foi implementada no período:

- Permissão da inserção da data inicial de juros anterior à data de início da correção monetária.

- **SCJ (Sistema de Cálculos Judiciais)**

As seguintes funcionalidades foram desenvolvidas no período:

- Criação do novo local virtual (VCALC);
- Adaptação do sistema para utilizar a nova versão da biblioteca SegurancaPDPJ.dll 1.15.18.0;
- Criação de 2 views (visualizações) para processos recebidos e devolvidos para atender a CGJ;
- Integração entre o SCJ Desktop e o sistema eproc.

- **+ Acordo**

O projeto +Acordo tem como objetivo proporcionar soluções rápidas e adequadas para os mais diversos conflitos de interesse, aprimorando a experiência do usuário e aumentando a efetividade do Poder Judiciário. A iniciativa se concentrou na modernização e automação de processos judiciais, com foco em otimizar a gestão das demandas.

Entre as ações realizadas, destacam-se:

- Exibição do polo que criou a demanda processual no histórico da demanda (na página principal e no relatório gerado);
- Exibição de novos filtros de demandas processuais e pré-processuais para o comitê;
- Exibição de filtro de estado com múltipla seleção para os perfis de advogado e empresa;
- Utilização da Interface de Programação de Aplicações (API) do TJRJ para consultar a origem do processo;
- Utilização da API MNI do eproc para consulta processual;
- Alteração de textos nos formulários de criação de demanda pré-processual;
- Investigação e correção de falhas após aceite de proposta no ambiente de produção;
- Investigação e correção de prazos inconsistentes nas notificações via chat;
- Investigação e correção de mensagem de “contraproposta n” exibindo “contraproposta n+1” no chat da demanda processual;
- Utilização da API própria do sistema eproc para peticionamento intercorrente no fluxo de demandas processuais;
- Adaptação do fluxo processual para adicionar integração com a API do eproc;
- Realização de alterações relacionadas aos cookies da plataforma;
- Implementação de permissão para que o advogado envie sua proposta durante o estado “Aguardando início da negociação” no fluxo processual;
- Alteração das abas das tabelas de demandas processuais e exibição do ícone de pré-proposta na aba “Aguardando meu acesso”;
- Alteração das páginas de elaboração de proposta/contraproposta para permitir a utilização da minuta gerada por IA;
- Criação de configuração global para habilitar fluxos com inteligência artificial na plataforma;
- Exibição de informações sobre entidades identificadas na descrição de fatos e pedidos para as duas partes da negociação pré-processual;
- Exibição da proposta de acordo gerada para as duas partes da negociação processual e pré-processual.

- **Domicílio Eletrônico**

- Foi expandida a integração para contemplar todas as pessoas jurídicas de direito privado, em atendimento ao cronograma de implantação do CNJ;
- A integração do PJe com o Domicílio Eletrônico foi implementada em maio de 2024. Tal integração tem por finalidade modernizar, agilizar e tornar mais eficiente o envio de comunicações processuais às empresas, privadas e públicas, de forma centra-

lizada, seguindo as diretrizes do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) para adesão à PDPJ (Plataforma Digital do Poder Judiciário).

- **Adaptação do Portal da Transparência aos apontamentos do CNJ e do Programa Nacional da Transparência Pública**

- Foi realizada a adequação do Portal da Transparência para atender aos apontamentos constantes do processo SEI nº 2025-06526364, relacionados aos Rankings da Transparência (CNJ) e ao Programa Nacional da Transparência Pública (ATRICON - Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, em parceria com o TCU e o TCE/MT).

Evoluções de Sistemas Administrativos

No ano de 2025, diversos sistemas administrativos tiveram suas funcionalidades evoluídas e, dentre os mais de 300 sistemas em operação, foram desenvolvidos ou aprimorados aqueles de maior impacto institucional, com destaque para os sistemas judiciais eletrônicos — eproc, PJe, DCP e EJud —, contribuindo para a modernização, a eficiência operacional e o fortalecimento da gestão administrativa e judicial.

- **GPES/GPESWEB**

No período, foram realizadas importantes melhorias nos sistemas corporativos voltados à gestão de pessoas, com destaque para a automação de processos e a integração entre sistemas, visando maior eficiência e redução de falhas operacionais. Seguem abaixo as implementações realizadas em 2025:

- Integração com a folha de pagamento para a concessão automática do abono de permanência, eliminando a necessidade de intervenções manuais. Da mesma forma, passou a ser feita automaticamente a concessão do benefício de auxílio-alimentação aos magistrados, bem como a indenização de transporte para servidores ocupantes dos cargos de Diretor-Geral (DG), Secretário-Geral (SG) e Chefe de Gabinete (CG);
- Integração para a conversão dos dias de plantão em pecúnia para servidores, agora com uma solução definitiva. Também foi desenvolvida a integração dos dados cadastrais de pensionistas de magistrados com a folha de pagamento, evitando redigitações e diminuindo a ocorrência de inconsistências cadastrais;
- Módulo de Gestão por Competências e por Processos e Resultados no PJERJ, conforme previsto no Ato Normativo TJ nº 14/2024. Houve ainda uma melhoria no processamento da licença especial de magistrados, que passou a considerar a disponibilidade compulsória e as averbações de outros órgãos, tornando o cálculo mais preciso;
- Funcionalidade para gestão de mapas de tempo de serviço já emitidos para magistrados, recurso que promove maior capacidade de organização para a área de negócio responsável;
- Adaptação para a observância da Lei nº 10.633/2024, relacionada à reorganização do poder judiciário (retorno das primeiras e segundas entrâncias);

- Adaptação para a observância da resolução 525/2023 do CNJ, relacionada à ação afirmativa de gênero, garantindo às juízas de 1º grau o acesso aos Tribunais de 2º grau pelo critério de merecimento, com observância das políticas de cotas raciais instituídas pelo CNJ;
- Mecanismo no GPESWEB que permite a anotação de plantões realizados em um mesmo dia e em órgãos distintos;
- Mecanismo no GPESWEB para processamento de registros oriundos da Resolução CM 04/2025, permitindo que magistrados usufruam dias de descanso ou possam convertê-los em pecúnia;
- Adaptação no GPES, em atendimento à Lei nº 10.633/2024, viabilizando cômputo de tempo de serviço em outros órgãos para aquisição de marco relativo à licença especial;
- Funcionalidade para integração do registro de abono permanência com a folha de pagamento, eliminando a necessidade de abertura de processo para obter a percepção do benefício em folha;
- Funcionalidade para integração dos dados de avaliação atuarial, permitindo a emissão de relatório, pelo próprio sistema, a ser enviado ao Rio Previdência;
- Funcionalidade para integração dos dados relacionados à gratificação de acervo de magistrados na folha de pagamento;
- Funcionalidade para integração dos dados relacionados à GETIC na folha de pagamento;
- Funcionalidade para integração de venda de licença especial de servidores;
- Funcionalidade para integração de memorandos de magistrados com a folha de pagamento;
- Integração da lista de antiguidade com o sistema eproc, promovendo maior sincronização e confiabilidade das informações entre as plataformas.
- UNIVWEB (Gestão de Estagiários Universitários)
- Foram implementados em 2025:
 - Módulo de Produtividade Mensal de estagiários e residentes, em atendimento a obrigações demandadas pelo CNJ;
 - Ferramentas visando ao fortalecimento de aspectos relacionados a segurança, qualidade de código e atualização de bibliotecas de componentes e serviços.

- **DELEGATÁRIOSWEB:**

Implementada integração com sistema SCOLWEB, garantindo consistência das informações relacionadas a órgãos.

- **FACILITADORESWEB**

Inicialmente implementado como uma solução de contorno dentro do sistema GPES (desktop), o sistema ganhou sua versão web, sendo disponibilizado como um módulo do sistema CONCILIADORWEB.

- **CONCILIADORWEB**

Foram implementados em 2025:

- Módulo para gerenciamento de designações (designação, prorrogação e dispensa) com as respectivas portarias;
- Diversos relatórios gerenciais e uma funcionalidade para tratar reprovações de conciliadores reprovados no curso de formação;
- Ferramentas visando ao fortalecimento de aspectos relacionados a segurança, qualidade de código e atualização de bibliotecas de componentes e serviços.

- **PORTAL DE MAGISTRADOS E SERVIDORES**

Foram implementados em 2025:

- Funcionalidade para indicação 1º, 2º, 3º e 4º secretários de juízes, viabilizando a reformulação de cargos CAI-04 para DAI-06;
- Funcionalidade para emissão de mapa de tempo de serviço para os casos de aposentadoria especial, com data de disponibilização ainda a ser definida pela Administração;
- Capacidade de geração automática de processos SEI! a partir do preenchimento de formulários pelos magistrados, tornando desnecessárias as operações no SEI! para a criação dos processos administrativos para tramitação desses documentos;
- Funcionalidade para emissão de certidões de liberação da pecúnia para magistrados;
- Ferramentas visando ao fortalecimento de aspectos relacionados a segurança, qualidade de código e atualização de bibliotecas de componentes e serviços.

- **CONCURSOSWEB**

Implementada integração com a GRERJ eletrônica.

- **CANDIDATURAWEB**

Com a inauguração do novo sistema destinado a centralizar todos os tipos de candidaturas, foi implementado o módulo de candidatura para juristas (advogados). De forma gradual, todos os sistemas de candidaturas serão absorvidos pelo CandidaturaWEB.

Além disso, foram implementadas as seguintes funcionalidades:

- Cadastro de edital do Tribunal Pleno;
- Cadastro de edital das Turmas Recursais.

- **ÁREA EXTRAJUDICIAL**

No âmbito dos sistemas da área extrajudicial, as seguintes iniciativas foram realizadas para aprimorar os serviços prestados:

- MAC (Módulo de Apoio a Corregedoria):
 - Disponibilizado um serviço (API) no sentido de obter o detalhamento dos pagamentos efetuados, de forma individualizada, por serviço extrajudicial, nos termos do artigo 5º, parágrafo único, da Lei Estadual nº. 10.234/23.
 - A partir de 1º de janeiro de 2025, os valores das tabelas de custas e emolumentos, estão sendo atualizados pela variação da taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC – e não mais pela UFIR- RJ.

- Disponibilizado um serviço (API) para prestar informações, mensalmente, ao FUNARPEN, conforme a Lei Estadual 10.234/2023: quantidade de selos adquiridos pelos serviços extrajudiciais; quantidade e discriminação de atos praticados, de forma individualizada, por serviço extrajudicial (conforme §2º, artigo 3º da Lei 10.234/23); e emolumentos dos serviços com atribuição de RCPN para apuração do reembolso renda mínima.
 - Atualização tecnológica do componente Bootstrap 5.3 para manutenção da segurança da aplicação.
 - MAS (Módulo de Apoio ao Serviço):
 - Importação dos arquivos da Secretaria de Saúde do histórico de declarações de nascidos vivos.
 - Integração com Receita Federal - Módulos CICAJ e CICAJ - Integração com Projeto Cartórios da Receita Federal do Brasil - Coleta Nacional - TJRJ - Docs Módulo CICAJ. Elaboração do arquivo a ser transmitido à Receita Federal. O Módulo CICAJ abrange informações dos emolumentos recebidos por cada responsável pela serventia no Estado do Rio Janeiro. (Informações de 2024) Em relação ao CICAJ, para esse módulo é necessário o encaminhamento de informações pelo FUNARPEN.
 - Implementada a funcionalidade Solução Negocial Prévia (SNP) para a atribuição Protestos de Títulos.
 - Atualização tecnológica do componente Bootstrap 5.3 para manutenção da segurança da aplicação.
 - Atualização tecnológica com fins à migração para utilização do Windows Server 2022, dos seguintes sistemas:
 - SFE_WAS;
 - MAC;
 - MAS;
 - Site Público;
 - Portal ExtraJudicial;
 - CJE
 - CPL (Certidão de Licitação Pública):
 - Atualização do valor da certidão do CLP - nova Portaria de Emolumentos nº 423/2025.
- **ADMetas (Acompanhamento de Procedimentos Administrativos e Metas da CNJ-RJ)**
Em 2025, foram desenvolvidas as seguintes melhorias:
- Adaptação do sistema para integração com os mecanismos de segurança atuais do TJRJ.
 - Parametrizar o sistema para congelar no fim do período como o CNJ e apresentar planilhas com indicadores separados.
- **GRP (Sistema de Gestão Contábil, Financeira e Orçamento da SGPCF)**
Foram desenvolvidas melhorias no módulo de Custos do GRP, dentre elas:
- Modificação de regra de cálculo de custo unitário, considerando, para cada mês, os últimos 12 meses de custos e métrica (Processos Baixados);

- Automatização da recuperação de registros de contratos do SISCAN, para o programa de DE - PARA de locais.
- Elaboração do relatório 700040 - Anexo II - Resolução nº 195 – Proposta LOA-RJ, considerando a média de processos (casos novos) distribuídos ao primeiro e segundo graus, atendendo, assim, ao previsto no inciso I do Art. 3º da Resolução CNJ nº 195/2014.
- Novos relatórios para atividades e grupos de despesa

Além disso, foram realizadas alterações que permitem lançamentos relacionados à movimentação de “Residentes” e “Estagiários”, por meio do programa: “Recebimento de Comprovante – Completo”. Foi adicionado o campo “VALOR SELO”, no programa (695769-GRERJs). Por fim, foi implementada a integração de dados entre os sistemas GEAUX e GRP.

Por fim, foram implementadas as funcionalidades/requisitos da etapa 4, última fase de entrega do GRP – Contrato 003/068/2019 (SEI 2021-0666600).

• **ARRECADAÇÃOWEB (Sistema de Arrecadação)**

Foi realizada a atualização tecnológica do Sistema de Arrecadação, além da implantação do cadastro de mandados de pagamento e transferência, com geração de GRERJs.

• **COBRANÇA (Sistema de Cobrança Administrativa)**

Foram implementados:

- Envio eletrônico de Notas de Débito para a PGE (Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro), com inscrição em Dívida Ativa e retorno do número da CDA (Certidão de Dívida Ativa). Além disso, foi desenvolvido o serviço de consulta eletrônica de CDA (Certidão de Dívida Ativa).
- Integração com a Receita Federal, para fins de disponibilizar consulta do nome e endereço correspondente ao CPF/CNPJ lançado na certidão de débito.
- Criação do cadastro de órgãos/entidades que não poderão sofrer cobranças administrativas.

• **ARRECINTEGRA WEB (Sistema de Arrecadação Integrada)**

Foram implementados o projeto piloto da Certificação Automática de Custas e a criação do novo fluxo da certidão automática de Agravo de Instrumento. Além disso, foram realizadas melhorias na integração com o eproc, sendo as principais:

- Criação de novo serviço - Extrato da GRERJ Eletrônica;
- Liberação de acesso aos processos da Central de Autuação e Arquivamento para o eproc;
- Permitir que os usuários atuantes nas 1VP, 2VP e 3VP tenham acesso aos dados dos processos do eproc de todos os gabinetes de Segunda Instância;
- Alterações nas consultas dos processos migrados do PJe para o eproc.

Referente a certificação de custas:

- Foi desenvolvido o cálculo imediato para ofícios eletrônicos de citação/intimação nas despesas eletrônicas;
- Inclusão da carta precatória.

Também foi implementada melhoria para impedir o cadastro e o envio de certidões de débito para órgãos/entidades que não podem sofrer cobrança administrativa.

- **SRGRERJ (Sistema de Restituição de GRERJ)**

Foi desenvolvido um sistema para proporcionar a solicitação de restituição de GRERJ pelo portal. Após a homologação do mesmo, foram solicitadas melhorias para permitir a sua implantação em produção.

- **SISCOB (Sistema de Cobrança Administrativa)**

Foi implantado parcialmente o novo Sistema de Cobrança Administrativa, em plataforma web, com as seguintes funcionalidades até o momento:

- Integração com o SEI: autuação de processos administrativos, inclusão de documentos, cancelamento de documentos, movimentação de processos para unidades externas e conclusão de processos;
- Importação de certidões de débitos judiciais;
- Emissão de intimações físicas;
- Cadastro de guias de remessa;
- Envio de intimações pelo e-Carta e integração com o SISCORWEB;
- Cadastro de GRERJ's;
- Integração com a Receita Federal;
- Relatórios gerenciais.

- **GRERJ Eletrônica**

Foram implementadas as seguintes iniciativas:

- Melhoria para possibilitar a realização de um único parcelamento na GRERJ de Cobrança Administrativa.
- Integração da GRERJ “Concurso - Servidor” com o sistema CONCURSOSWEB.
- Implantação da GRERJ do tipo “Complementação de Custas”.
- Integração com o eproc:
 - Criação de serviço para buscar GRERJs de determinado processo;
 - Criação de serviço para envio de informações das GRERJs vinculadas ao processo no momento do pagamento.

- **SATI (Sistema de Apoio e Tratamento de Informações - Dívida Ativa)**

Foram implementadas:

- Integração com a PGM do Rio de Janeiro para a consulta de DARM's pagos.
- Implementação do abatimento de custas pagas, incluindo receitas antigas, no momento do cadastro de novas GRERJs.
- Integração com a Receita Federal.

- **SAFWEB (Sistema Administrativo Fiscal)**

Integração com a Receita Federal.

• **Sistemas da EMERJ**

Foi realizada a atualização do logotipo da EMERJ em todos os seus sistemas, em conformidade com o Ato Regimental EMERJ nº 06/2025, que dispõe sobre a utilização da “Marca EMERJ” nas ações de comunicação institucional no âmbito da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Abaixo segue a relação dos sistemas afetados:

- CADEMÉRJ (Sistema de Cadastro Geral da EMERJ);
- SGEMÉRJ (Sistema de Gestão da EMERJ);
- SIEM (Sistema Integrado da EMERJ);
- SIEM-EVENTOS (Sistema de Eventos da EMERJ);
- SCPE (Sistema de Concurso Público para EMERJ);
- SPGE (Sistema de Pós-graduação da EMERJ).
- Além disso, foram realizadas as seguintes melhorias:
- SPGE - Emissão de carteirinha estudantil para alunos dos cursos de especialização nas áreas do Direito (Pós-Graduação Lato Sensu da EMERJ).
- Sistema SIEM-EMERJ - Entrega do Cadastro de Pontuação do Caso Concreto, incluindo relatório de pontuação para visão do assistente de turma.
- Integração com o sistema GRP para envio de informações de dados bancários dos professores.

• **SISCOR (Sistema de Correspondências)**

Foi concluída a implementação do módulo administrativo, com a exceção do módulo que atende às serventias, que, apesar de pronto, foi identificada a necessidade de ampliar o treinamento, bem como refinar a interface com os sistemas eproc e Pje, para apoiar a fiscalização do contrato com os Correios, no tocante ao reenvio de correspondências.

Além disso, está em curso a interface com o sistema SISCOB, visando à aferição das faturas do contrato com os Correios.

• **SISLIC (Sistema de Licitações)**

O SISLIC absorveu o SISRS, visando à futura migração para o SISCOL. Ajustes foram realizados para a aderência à Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº14.133/21), bem como adequações para atender à ATRICON. Além disso, o módulo de fornecedores foi migrado para o novo sistema SISCOL.

• **SISCOL (Sistema de Contratos e Licitações)**

Implantado o módulo de fornecedores e está em desenvolvimento o módulo de fases da licitação.

• **SGSIN (Sistema de Segurança Institucional)**

Foi implantado o cadastro de contingência e está em desenvolvimento o cadastro de pessoas.

O SGSIN (Sistema de Gestão de Segurança Institucional), em seu Módulo Contingências, representa um marco para a SGSEI (Secretaria-Geral de Segurança Institucional) do TJERJ, por

se tratar de seu primeiro sistema próprio. Ele foi implementado com o objetivo de centralizar e padronizar o registro e o tratamento de ocorrências e emergências de segurança. Esse avanço tecnológico aumenta a agilidade na resposta a eventos críticos e aprimora a gestão de riscos. O sistema possibilita a análise de dados para identificação de padrões e aprimoramento das ações de prevenção, contribuindo para um ambiente mais seguro à prestação jurisdicional. A iniciativa reforça o compromisso da SGSEI com a inovação e a autonomia tecnológica.

- **ESOU (Sistema de Ouvidoria)**

Foram realizadas melhorias na pesquisa de satisfação.

- **SISCOMAWEB (Sistema de Controle de Malotes)**

Foi realizada a atualização tecnológica do sistema SISCOMA, com absorção do Sistema de Controle de Envelopes (SISCODENV). A implantação em produção na Comarca da Capital está prevista para dezembro/2025.

- **CERIMONIALWEB (Sistema de Cerimonial)**

Foi desenvolvido e entregue o CERIMONIALWEB, migrando o sistema anterior para uma tecnologia mais moderna. Estão em homologação novas funcionalidades ligadas a convites e acessibilidade.

- **SIDOC (Sistema de Controle de Documentação - DEGEP)**

Foi implantado em 05/08/2025.

- **SISCAN (Sistema de Controle Contratos e Atos Negociais)**

Realizadas adaptações no cadastro de fiscais para atender ao Portal da Transparência. Também foram implantadas melhorias nas extrações de tipos de contratos e quantidade de cargos por função.

- **SEI (Sistema Eletrônico de Informações)**

O projeto de integração de inteligência artificial (IA) ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) foi iniciado por meio da implementação do módulo SEI IA, desenvolvido pela ANATEL. Este módulo foi implantado em produção em agosto/2025 para determinados usuários.

A implementação do módulo de Inteligência Artificial no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) constitui uma evolução significativa na gestão documental e processual do setor público. O módulo introduz recursos de Inteligência Artificial Generativa (GenAI), proporcionando ganhos expressivos em eficiência, celeridade e qualidade das atividades desempenhadas pelos servidores.

- **Modernização dos Sistemas Legados**

Foi elaborado e executado um processo de modernização tecnológica de sistemas com o objetivo de atualizar sua linguagem de programação para uma mais contemporânea. Essa mudança foi necessária para garantir maior segurança dos sistemas e melhorar a experiência do usuário.

Os sistemas modernizados foram:

- SHFTJ – Sistema de Histórico de Funcional (MUMPS – MPS) – rotinas que foram migradas para o GPESWEB:
 - Rotinas relacionadas à aposentadoria de magistrados.
 - Rotinas relacionadas a funcionários que ainda eram utilizadas pela SGPES/DEAPS/DIAPA e SGPES/DEAPS/DICAD.
 - Rotina de averbação para fins de projeções.
 - Rotina Calculadora de Datas de Marcos.
 - Rotina de movimentação sem tipo definido (outros).
 - Rotina de cadastro de dossiê de candidato.
 - Rotinas relacionadas a pensão.
 - Rotinas de provimentos de entrada.
 - Rotinas de provimentos regulares.
 - Rotinas de provimentos de saída.
 - Rotina de provimento de Reversão ao Serviço.
 - Rotinas de consulta a registros históricos de frequência.

Observação: atualmente, o único trabalho de migração em andamento é de uma rotina legada que gera um relatório destinado ao CNJ e que é solicitado por aquele órgão regularmente. Todas as outras rotinas, tanto de manutenção de cadastro, quanto dos módulos transacionais, já foram assumidos por rotinas no GPESWEB. A previsão para desligamento total do SHFTJ é 14/12/2025.

- **SHM – Sistema de Histórico de Magistrados Funcional (MUMPS) – rotinas que foram migradas para o GPESWEB:**

- Cadastro de Vagas
- Rotinas de provimentos de entrada.
- Rotinas de provimentos regulares.
- Rotinas de provimentos de saída.
- Relatórios.
- Rotina de histórico de alterações ocorridas nos cadastros de designação, previsão de férias, licença e provimento.

Observação: o GPESWEB assumiu completamente as funções transacionais, de manutenção de cadastros e relatórios do SHM de modo que nenhum novo dado é imputado ao sistema legado. A previsão para desligamento total é fevereiro/2026 e, até lá, o sistema segue como um arquivo morto.

- **SISWEB/SISTUSU (Sistema de Controle de Usuários)**

Foram implementados:

- Componente (biblioteca dinâmica contendo dados que podem ser acessados por vários sistemas) para DCP e EJUD, visando aderência à PDPJ (Plataforma Digital do Poder Judiciário).
- Rotina de inativação automática, que agora inclui outras origens, como Juízes Leigos e estagiários, garantindo maior controle e organização na gestão dos registros.
- Melhoria que estabelece que o cadastro de e-mail se tornará obrigatório, com o objetivo de garantir a adoção do MFA (Autenticação Multifatorial), fortalecendo a segurança no acesso aos sistemas.
- Melhoria no SISWEB para exibição do “nome social” dos usuários, a partir da integração com a API do B-Cadastros.

Os sistemas SISTUSU e SISTSEG foram desativados em agosto, dando lugar ao SISWEB. O SISWEB é uma atualização tecnológica dos dois sistemas obedecendo à diretriz interna da SGTEC.

- **Portal Institucional do TJRJ**

Foram implementadas as seguintes iniciativas:

- Desenvolvimento do Portal da SGTEC com a disponibilização de informações relevantes que auxiliam a gestão da secretaria.
- Integração com o sistema SOFE para obtenção do catálogo de aplicações para apresentação no Portal da SGTEC.
- Duplo fator de autenticação, a partir do envio de um código de acesso para o e-mail institucional dos usuários internos, para atendimento às determinações (Portaria CNJ nº 140/2024) a respeito da segurança de acesso dos usuários
- Reestruturação do Portal do Conhecimento com novo layout.
- Adequação da acessibilidade dos portais ePROC, Precatórios, Corregedoria e Portal Institucional para adequação ao WCAG (Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web) desenvolvida pelo consórcio World Wide Web, objetivando tornar a internet mais inclusiva, permitindo que todas as pessoas possam navegar e interagir com conteúdos digitais de forma autônoma.
- Criação do Portal dos Juizados Especiais.

- **GTCORP – Sistema de Gestão de Tabelas Corporativas**

Implantada a integração automatizada ao Banco Central para carga das informações sobre instituições financeiras (bancos).

- **DJE (Diário da Justiça Eletrônico)**

Foi implantada a ferramenta Rybená que oferece soluções de acessibilidade digital, para pessoas com deficiência auditiva, visual e dificuldades de leitura. Atua como um tradutor de Libras e voz.

- **ARQGER (Sistema do Arquivo Geral do TJ)**

Foram implantadas as seguintes melhorias no sistema:

- Inclusão das atividades realizadas na “Estatística de Produtividade”.
- Inclusão da informação do sinistro na “Consulta Documento”
- Inclusão da numeração única do CNJ no Relatório de Sinistro.
- Otimização do fluxo de trabalho na transferência de conteúdo de caixa
- Recepção de maço AFD originários do PJe.

- **SISPEJUD (Sistema de Peritos Judiciais)**

Foram implantadas as seguintes melhorias no sistema:

- Criação de pesquisa de peritos através do curriculum.
- Integração com o sistema ePROC

- **API RFB (B-Cadastros/B-CPF/B-CNPJ)**

Foi criada uma API que centraliza o acesso aos dados de CPF e CNPJ da Receita Federal, em substituição ao INFOCONV.

- **SAPICONFIG (Sistema e API de Configurações)**

Foi criado um projeto que fornece uma interface web e uma API destinadas ao cadastro e manutenção de configurações internas/parâmetros destinados ao funcionamento geral dos diversos sistemas e API desenvolvidos na SGTEC. Foi projetado também para servir como padrão de desenvolvimento dos sistemas DotNet, utilizando os padrões de arquitetura definidos na SGTEC, adotando Angular na interface e C# no back-end do projeto.

- **Análise de Perfil do Desenvolvedor**

Foi realizado um estudo do perfil dos desenvolvedores que resultou na Revisão do Licenciamento Microsoft voltado ao desenvolvimento de Sistemas para 2026 resultando em economia de R\$ 534.610,78 ao erário.



20, Orçamento e Finanças



20 Orçamento e Finanças

Fortalecimento da Governança e da Gestão Estratégica dos Recursos Orçamentários e Financeiros

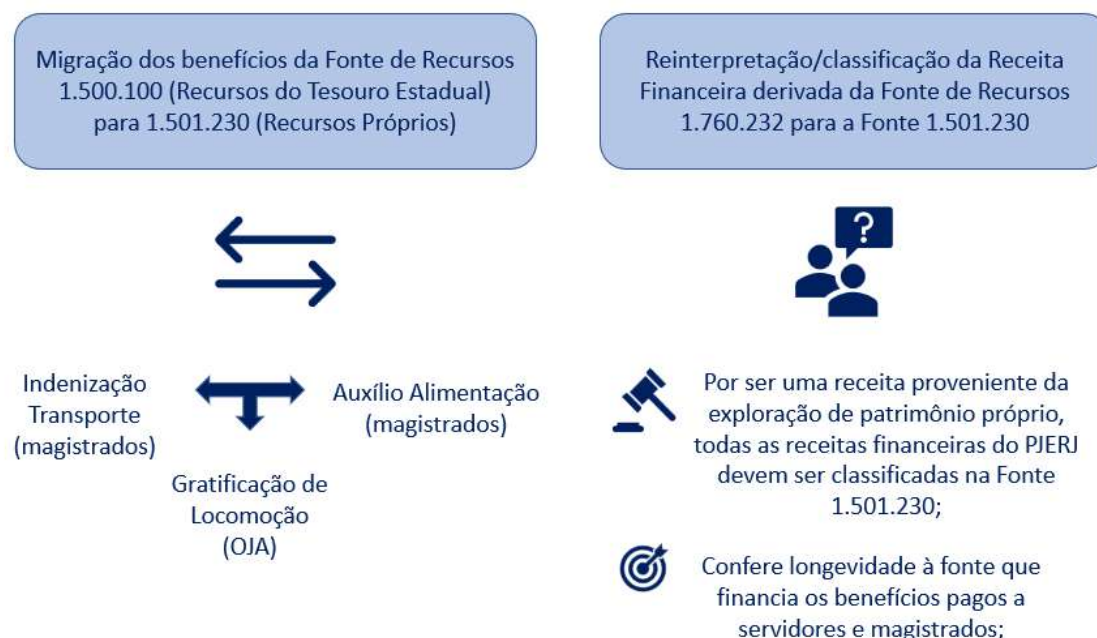
A Secretaria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (SGPCF) conduz suas atividades com base em princípios que promovem a racionalidade e a eficiência na alocação de recursos, fortalecem a governança orçamentária e financeira, com foco na transparência, na integridade, na conformidade, na responsabilidade fiscal e no cumprimento dos limites legais.

Esses critérios norteiam as ações da secretaria e consolidam uma gestão baseada em evidências, na sustentabilidade e no rigor técnico, em consonância com os objetivos da Presidência do Tribunal do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ).

Ao longo do primeiro ano da atual gestão presidencial, a SGPCF exerceu papel estratégico e colaborativo, fortalecendo uma administração pautada pelo rigor técnico, pela responsabilidade fiscal e pela constante valorização de magistrados e servidores.

Desde o início da gestão, a atuação da SGPCF tem se concentrado na produção de informações consistentes e confiáveis, necessárias ao processo decisório adequado, transparente e tempestivo.

Nesse sentido, foram implementadas diversas iniciativas por meio da execução de ações estratégicas voltadas ao fortalecimento da gestão, com enfoque na valorização de magistrados e servidores, merecendo especial destaque:



Some-se a isso a reinterpretação contábil de despesas que passaram a ser consideradas como despesas não computadas para fins de apuração do percentual de gastos com pessoal do PJERJ, bem como o aperfeiçoamento da gestão das disponibilidades financeiras do FETJ.

Assessoria de Projeções, Análises e Pareceres Econômico-Financeiros - ASPEF

Nessa linha, e em estreita articulação com a Presidência e com a Secretaria-Geral de Gestão de Pessoas (SGPES), a SGPCF, por meio de sua Assessoria de Projeções, Análises e Pareceres Econômico - Financeiros (ASPEF), elaborou um conjunto expressivo de estudos - muitos de alta complexidade - destinados a subsidiar propostas de revisão de auxílios e benefícios, de reestruturações de carreira e de criação de novas políticas institucionais de valorização de magistrados e servidores.

As iniciativas coordenadas e executadas pela ASPEF foram acompanhadas de ampla documentação técnica, incluindo memórias de cálculo, simulações de cenários e projeções de impacto orçamentário e financeiro, conferindo maior segurança e solidez ao processo decisório.

Essa atuação permitiu que a SGPCF apoiasse a atual gestão na concretização de demandas históricas, possibilitando avanços significativos em curto prazo e assegurando a sustentabilidade das políticas implementadas, aspecto essencial para a administração do TJERJ.

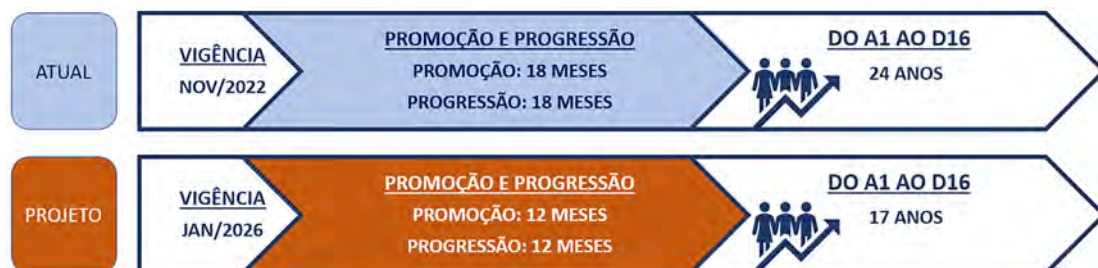
A SGPCF, ao entregar estudos consistentes, contribui de forma significativa para o fortalecimento institucional.

Como resultado, o primeiro ano de gestão apresenta um portfólio expressivo de iniciativas implementadas, fruto de uma política de valorização construída com base em análises técnicas qualificadas e compromisso institucional.

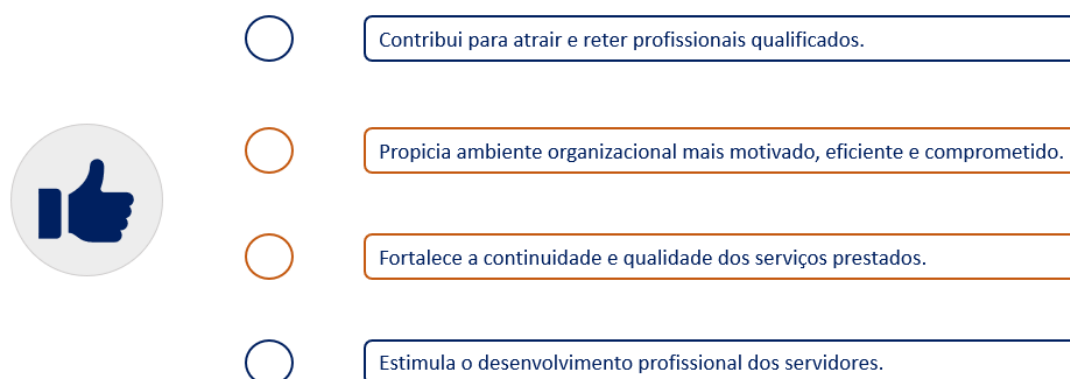
• Despesa com Pessoal – Fonte de Recursos 1.500.100

Dentre as entregas mais expressivas, encontram-se ações propostas, a partir de estudos de impacto orçamentário e financeiro, voltadas à valorização dos servidores, especialmente aquelas relacionadas à reestruturação da carreira e ao reconhecimento do trabalho de servidores que desenvolvem atividade relevante.

Esse trabalho viabilizou, orçamentária e financeiramente, o envio do Projeto de Lei nº 6730/2025, que dispõe sobre o Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ) e altera a Lei nº 9.748/2022, criando o inovador Adicional de Qualificação por Experiência Profissional, além de novo regramento para promoção e progressão, conforme exemplificado no quadro abaixo:



O Projeto de Lei em questão representa um passo significativo para a valorização dos servidores do PJERJ. Entre os benefícios decorrentes do estudo técnico elaborado, destacam-se:



Destaca-se, ainda, a expressiva conversão em pecúnia de dias acumulados de férias, licença especial e plantão judiciário no exercício de 2025. Tal deliberação da Administração Superior foi lastreada em estudos técnicos detalhados conduzidos pela ASPEF, que observaram rigorosamente as premissas estabelecidas para a efetivação da medida. A evolução histórica do tema, apresentada a seguir, demonstra a amplitude da iniciativa.



No primeiro ano da atual gestão, a atuação conjunta da SGPCF com a SGPES resultou em importantes entregas voltadas à valorização de magistrados e servidores, todas fundamentadas em estudos técnicos consistentes. Assim, no âmbito da Fonte de Recursos 1.500.100, apresentam-se no quadro abaixo as principais ações já implementadas no exercício de 2025.



• Despesas com benefícios – Fonte de Recursos 1.501.230

No transcurso da gestão, foram implementadas iniciativas adicionais, com especial enfoque na valorização dos benefícios conferidos a magistrados e servidores, financiados pela Fonte de Recurso 1.501.230 (Recursos Próprios), a exemplo da já mencionada migração de despesa entre fontes e reinterpretação/reclassificação da receita financeira derivada da Fonte de Recurso 1.760.232.

Tais medidas foram de fundamental importância para que iniciativas, antes financeiramente inviáveis, pudessem ser implementadas com a necessária responsabilidade fiscal. Por meio de estudos embasados tecnicamente nos quais foram apresentados o impacto orçamentário e financeiro, bem como a conjuntura da fonte de recursos que os financiaria, foi possível promover importantes alterações nos valores praticados, alterar regras de concessão, fortalecendo o arcabouço de benefícios pagos a magistrados e servidores.

Esses estudos proporcionaram à Administração Superior o suporte necessário para a avaliação e aprovação das propostas ilustradas a seguir:



Em decorrência da execução das múltiplas ações descritas, a ASPEF ampliou os procedimentos de acompanhamento, monitoramento e gestão das receitas e despesas da Fonte de Recurso 1.501.230, responsável pelo financiamento dos benefícios pagos a magistrados e servidores, com o objetivo de assegurar o equilíbrio financeiro dessa fonte.

Adicionalmente, foi implementado, no exercício de 2025, o módulo de Projeções e Estudo de Impacto do Sistema Integrado de Gestão da SGPCF. O referido módulo encontra-se em fase de estabilização de suas funcionalidades e rotinas, etapa indispensável para a regularização do processamento sistêmico e, conseqüentemente, para a mitigação dos riscos de perda parcial ou total de planilhas e documentos de controle, bem como da emissão e divulgação de relatórios e informações inconsistentes, que poderiam ocasionar distorções nos resultados apresentados.

A adoção desse módulo representa mais um passo da SGPCF na busca contínua pelo aperfeiçoamento de seus processos internos de trabalho, com vistas à otimização das rotinas, ao fortalecimento da transparência e ao incremento da eficiência e da disseminação das informações.

Assessoria de Planejamento e Orçamento – ASPLO

No âmbito das ações de planejamento e gestão orçamentária, a SGPCF conta com a atuação da Assessoria de Planejamento e Orçamento (ASPLO), unidade responsável por estruturar, acompanhar e orientar a execução orçamentária do PJERJ.

Cabe à SGPCF a gestão do orçamento do Judiciário fluminense, composto pelas seguintes Unidades Orçamentárias (UO): UO 0301 – Tribunal de Justiça (TJ); UO 0361 – Fundo Especial do Tribunal de Justiça (FETJ); e UO 0362 – Fundo Especial da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ).

Em sintonia com o esforço institucional de fortalecimento do planejamento, da governança e da responsabilidade fiscal, a ASPLO assumiu papel importante no acompanhamento das receitas e na organização das despesas, apoiando a definição das prioridades da atual gestão, a partir do controle e supervisão da execução orçamentária.

Sob essa perspectiva, cabe destacar que nada obstante a atual Administração ter iniciado suas atividades com um orçamento elaborado pela anterior, o de 2026 foi concebido e estruturado, integralmente, sob a condução da gestão vigente, retratando, outrossim, de forma mais aderente, as prioridades, as diretrizes institucionais e os compromissos administrativos definidos para o biênio.

Assim, na elaboração da proposta orçamentária de 2026 foram contempladas: (i) demandas do Plano Anual de Contratações (PAC); (ii) despesas obrigatórias e continuadas; (iii) despesas de custeio e investimento; (iv) despesas relacionadas aos Projetos Estratégicos do biênio 2025/2026, e, (v) iniciativas do Plano Plurianual (PPA). Note-se a rigorosa observância ao disciplinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com vistas a assegurar o necessário equilíbrio fiscal e a compatibilidade com as projeções de receita.

Nesse contexto, o orçamento do PJERJ para o exercício de 2026 prevê um montante total de R\$ 9.595.082.194 (nove bilhões, quinhentos e noventa e cinco milhões, oitenta e dois mil, cento e noventa e quatro reais) distribuídos entre as três Unidades Orçamentárias (UO) do PJERJ, da seguinte forma: UO 0301 – Tribunal de Justiça (TJ), com R\$ 5.625.400.194; UO 0361 – Fundo Especial do Tribunal de Justiça (FETJ), com R\$ 3.954.660.000; e UO 0362 – Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), com R\$ 15.022.000.

Em comparação com o orçamento autorizado para 2025, observa-se incremento significativo em termos nominais na ordem de R\$ 1.040.695.908,00 (um bilhão, quarenta milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, novecentos e oito reais). Esse avanço, concentrado na UO 0361, demonstra o fortalecimento da capacidade orçamentária do PJERJ e está associado, principalmente, à inclusão da receita financeira na proposta orçamentária de 2026, diferentemente do que ocorreu no exercício de 2025.

Os quadros abaixo demonstram a estrutura de receitas dos orçamentos de 2026 e de 2025, onde se constata o crescimento do orçamento proposto para 2026:

RECEITA ESTIMADA							
EXERCÍCIO 2026							
ORGÃO	PODER JUDICIÁRIO						
UO	NOME	NATUREZA DA RECEITA	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	FONTE	ESPECIFICAÇÃO DA FONTE	VALOR DA RECEITA	
0301	TRIBUNAL DE JUSTIÇA		Recursos Oriundos do Tesouro Estadual Provenientes de Impostos	1.500.100	Recursos não Vinculados de Impostos - Ordinários Provenientes de Impostos	5.625.400.194	
		TOTAL					5.625.400.194
0361	FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.3.1.1.01.1.1.01	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.501.230	Outros Recursos não Vinculados - Recursos Próprios	5.113.000	
		1.3.2.1.05.0.1.01	Juros de Títulos de Renda - Principal			841.386.000	
		1.9.9.9.99.2.1.99	Outras Receitas - Primárias - Demais Receitas - Principal			803.300.000	
		7.3.1.1.02.0.1.01	Receita Intraorçamentária - Concessão/Permissão/Autorização/Cessão Direito de Uso Bens Imóveis Públicos - Principal			3.206.000	
		7.9.2.2.99.0.1.01	Receita Intraorçamentária - Outras Restituições - Principal			463.935.000	
		SUBTOTAL 1					2.116.940.000
		1.1.2.2.01.0.1.01	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	1.760.232	Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais - Diretamente Arrecadadas	19.243.000	
		1.1.2.2.02.0.1.01	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal			1.284.726.000	
		1.1.2.2.51.0.1.01	Taxas Extrajudiciais - Principal			533.751.000	
		SUBTOTAL 2					1.837.720.000
		TOTAL					3.954.660.000
0362	EMERJ	1.3.1.1.01.1.1.01	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.501.230	Outros Recursos não Vinculados - Recursos Próprios	6.000	
		1.6.1.1.01.0.1.01	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal			14.852.000	
		1.6.9.9.99.0.1.01	Outros Serviços - Principal			164.000	
		TOTAL					15.022.000
TOTAL GERAL						9.595.082.194	

EXERCÍCIO 2025							
ORGÃO	PODER JUDICIÁRIO						
UO	NOME	NATUREZA DA RECEITA	ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	FONTE	ESPECIFICAÇÃO DA FONTE	VALOR DA RECEITA	
0301	TRIBUNAL DE JUSTIÇA		Recursos Oriundos do Tesouro Estadual Provenientes de Impostos	1.500.100	Recursos não Vinculados de Impostos - Ordinários Provenientes de Impostos	5.641.667,286	
		TOTAL					5.641.667,286
0361	FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.3.1.1.01.1.1.01	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.501.230	Outros Recursos não Vinculados - Recursos Próprios	4.300.000	
		1.3.2.1.05.0.1.01	Juros de Títulos de Renda - Principal			223.893.000	
		1.9.9.9.99.2.1.99	Outras Receitas - Primárias - Demais Receitas - Principal			555.336.000	
		7.3.1.1.02.0.1.01	Receita Intraorçamentária - Concessão/Permissão/Autorização/Cessão Direito de Uso Bens Imóveis Públicos - Principal			2.611.000	
		7.9.2.2.99.0.1.01	Receita Intraorçamentária - Outras Restituições - Principal			331.245.000	
		SUBTOTAL 1					1.117.385.000
		1.1.2.2.01.0.1.01	Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	1.760.232	Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais - Diretamente Arrecadadas	55.125.000	
		1.1.2.2.02.0.1.01	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal			1.204.209.000	
		1.1.2.2.51.0.1.01	Taxas Extrajudiciais - Principal			521.786.000	
		SUBTOTAL 2					1.781.120.000
		TOTAL					2.898.505.000
		0362	EMERJ	1.3.1.1.01.1.1.01	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.501.230	Outros Recursos não Vinculados - Recursos Próprios
1.6.1.1.01.0.1.01	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal			14.148.000			
1.9.9.9.99.2.1.99	Outras Receitas - Primárias - Demais Receitas - Principal			56.000			
TOTAL					14.214.000		
TOTAL GERAL						8.554.386,286	

No caso específico da **UO 0361 (FETJ)**, responsável pelo custeio (manutenção e benefícios) e pelos investimentos, o orçamento proposto para **2026** apresenta acréscimo de aproximadamente **R\$ 1.056.155.000**, correspondente a **36,44%** em relação ao orçamento autorizado para 2025. Esse incremento decorre, principalmente, da expressiva variação observada na Fonte de Recursos (FR) 1.501.230 - Recursos Próprios Não Vinculados, cuja estimativa para 2026 indica crescimento nominal de R\$ 999.555.000,00 (novecentos e noventa e nove milhões e quinhentos e cinquenta e cinco mil reais), representando variação de 89,45% em relação ao exercício anterior, fruto da inclusão das receitas financeiras do PJERJ, conforme quadro abaixo:

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA – EXERCÍCIO 2026



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

► PROPOSTA FINAL: DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO POR EXERCÍCIO

UO	Fonte	Destinação de Despesa	2025	2026	Variação
0361	1.501.230	Auxílios (Mag. e Serv)	1.117.385.000	2.116.940.000	↑ 89,45%
		TOTAL	1.117.385.000	2.116.940.000	↑ 89,45%
	1.760.232	Custeio	1.615.900.000	1.637.075.000	↑ 1,31%
		Investimento	165.220.000	200.645.000	↑ 21,44%
		TOTAL	1.781.120.000	1.837.720.000	↑ 3,18%
	TOTAL GERAL		2.898.505.000	3.954.660.000	↑ 36,44%

Ainda no que se refere à FR 1.501.230, destaca-se que, com a edição da Lei Estadual nº 10.125/2023, que dispõe sobre o FETJ, essa fonte passou a integrar a UO 0361. A alteração normativa mostrou-se adequada, ao conferir maior flexibilidade à gestão orçamentária do FETJ e viabilizar a implementação, pela atual gestão, de diversas ações voltadas à valorização de magistrados e servidores, sempre em consonância com os limites legais e com a preservação do equilíbrio fiscal.

Já no que concerne ao planejamento, a ASPLO atuou tanto na elaboração do Plano de Ação Governamental (PAG) 2025/2026, quanto no acompanhamento da execução orçamentária e financeira das ações e projetos nele previstos, fortalecendo o alinhamento entre planejamento, orçamento e execução.

No que diz respeito à capacidade arrecadatória do FETJ, a ASPLO estruturou novo modelo de acompanhamento das receitas, permitindo a análise mensal detalhada de seu comportamento e a identificação antecipada de riscos de frustração que pudessem comprometer a execução das despesas já autorizadas.

Tal acompanhamento, aliado ao relatório de execução das despesas, possibilitou à SGPCF disponibilizar à Presidência uma visão fiscal ampliada e atualizada da situação do PJERJ, contribuindo para a tomada de decisões estratégicas baseadas em informações precisas.

No âmbito da despesa, a ASPLO intensificou o monitoramento da execução orçamentária no decurso do ano, buscando garantir a adequada alocação dos recursos. Tal providência

contribuiu diretamente para as ações adotadas pela SGPCF, direcionadas ao encerramento do exercício financeiro de 2025, resultando na mitigação dos riscos de inscrição indevida em restos a pagar.

Como consequência da adoção da medida mencionada, observa-se o cancelamento, entre final de outubro e início de novembro de 2025, das reservas orçamentárias vinculadas a processos licitatórios não concluídos, o que permitiu a conversão desses valores em anotações para o Orçamento de 2026.

Sendo assim, após a publicação do Ato Executivo nº 186/2025, que disciplina o encerramento do exercício financeiro, e decorrido o prazo de manifestação das unidades gestoras, a ASPLO promoveu, de ofício, o cancelamento parcial ou total de empenhos, conforme a efetiva execução das despesas, assegurando a adequada gestão das dotações remanescentes e o cumprimento das normas fiscais.

A ASPLO desenvolveu, ainda, diversos estudos orçamentários e financeiros destinados a avaliar a viabilidade das iniciativas propostas pela gestão, mensurando seus efeitos em médio e longo prazos, em estrito cumprimento aos comandos da LRF, quando aplicável.

Desse modo, a SGPCF, por intermédio da atuação da ASPLO, vem apresentando à gestão uma visão orçamentária atualizada, transparente e bem definida, oferecendo subsídios concretos para as decisões da Alta Administração.

Assessoria de Economicidade e Acompanhamento de Custos - ASEAC

No âmbito das ações desenvolvidas pela SGPCF, a Assessoria de Economicidade e Acompanhamento de Custos (ASEAC) promove a análise crítica das solicitações de despesas relacionadas à Unidade Orçamentária Fundo Especial do Tribunal de Justiça (UOFETJ). Tal exame, realizado sob a ótica do princípio da economicidade, e por meio da gestão do Sistema de Custos, tem por finalidade: (i) obter análises sobre a qualidade do gasto das atividades meio e fim; (ii) produzir relatórios econômico-financeiros, alinhados aos dados relacionados à atividade jurisdicional.

A área de economicidade é responsável pela avaliação técnico-econômica das demandas de aquisição de bens e contratação de serviços. Essas análises consideram a adequação das quantidades e dimensionamentos apresentados pelas unidades, a metodologia empregada nas pesquisas de mercado, a definição de preços estimados e a vantajosidade das propostas nas prorrogações contratuais.

Do trabalho especializado que vem sendo realizado, observa-se, com certa frequência, a reavaliação do planejamento pelas unidades demandantes, mediante a identificação de eventuais inconsistências, o que favorece a aplicação racional e responsável dos recursos públicos, com a redução de desperdícios e irregularidades, reforçando, assim, o princípio da boa governança.

Além da análise de instruções processuais, procura-se também fortalecer, no âmbito da organização, a importância do planejamento consciente, do uso racional dos recursos e

da realização de análises de economicidade mais consistentes pelas áreas demandantes. Nessa linha, são realizadas reuniões técnicas, orientações e a interlocução com as unidades, o que tem contribuído para melhor qualificar os pedidos e reduzir inconsistências.

Paralelamente às análises de despesa, a ASEAC realiza a gestão do sistema de custos, instrumento essencial para avaliar os custos dos serviços jurisdicionais e administrativos.

O sistema, implementado de forma pioneira pelo PJERJ, evoluiu significativamente na atual gestão, passando a operar em módulo próprio (GRP-Custos), vinculado ao novo Sistema Integrado de Gestão da SGPCF.

Suas funcionalidades permitem identificar, mensurar e analisar os custos de forma sistemática, oferecendo uma visão gerencial mais precisa e apoiando decisões eficientes, responsáveis e transparentes.

Ademais, encontra-se em conformidade com a legislação financeira e contábil, incluindo a Lei nº 4.320/1964, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a NBC TSP 34.

As informações produzidas pelo sistema de custos têm contribuído com diversas áreas estratégicas, em especial: (i) subsidiar a ASPLO na elaboração da proposta orçamentária e no atendimento às exigências da Resolução CNJ nº 195/2014; (ii) embasar o indicador “custo da prestação jurisdicional” utilizado na avaliação periódica de resultados; (iii) apoiar o Núcleo de Auditoria Interna na elaboração do Plano Anual de Auditoria e (iv) fornecer dados para análises da Corregedoria Geral da Justiça, especialmente relacionadas à 1ª instância e aos Juizados Especiais.

Com essas entregas, a SGPCF, por intermédio da atuação da ASEAC, presta apoio técnico à gestão, permitindo análises mais claras e transparentes.

Departamento de Gestão da Arrecadação - DEGAR

No campo da arrecadação, destaca-se a atuação do Departamento de Gestão da Arrecadação (DEGAR), unidade que integra a SGPCF e responsável pelo controle e monitoramento dos valores destinados ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça (FETJ).

A arrecadação das principais receitas do PJERJ - custas, taxa judiciária, adicional de 20% e outras - é realizada por meio da GRERJ, instrumento que possibilita o acompanhamento preciso e tempestivo dos ingressos, permitindo sua fiscalização e controle.

O DEGAR conduz esse processo de trabalho voltado à regularidade dos recolhimentos e ao controle sobre os recursos que financiam as atividades da Justiça.

Nessa linha de atuação, no primeiro ano da gestão, teve início a implementação de sistema informatizado próprio, para atender demandas do DEGAR, com vistas à restituição de valores recolhidos em GRERJ e à cobrança administrativa de créditos, em favor do FETJ.

Em relação à cobrança administrativa, o sistema se encontra em estágio avançado de desenvolvimento e tem por objetivo a recuperação de créditos oriundos de valores de custas e taxas judiciárias, advindos de certidões de débito emitidas pelos cartórios judiciais,

bem como de débitos extrajudiciais. Tal sistema eliminará por completo um acervo de centenas de milhares de processos físicos.

A inovação da medida certamente contribuirá para aprimorar a integridade das informações, ampliar a eficiência operacional e agilizar os procedimentos de cobrança administrativa dos valores devidos ao PJERJ.

Trata-se de verdadeiro avanço tecnológico dos sistemas informatizados do DEGAR, que, até então, operavam por meio de plataformas defasadas, algumas com mais de 20 anos, demandando modernização urgente para assegurar qualidade, segurança e confiabilidade aos dados.

Departamento Contábil – DECON

Nesse mesmo ambiente de rigor e responsabilidade, o Departamento Contábil (DECON), unidade da SGPCF, desempenha papel importante no fortalecimento da governança administrativa e financeira do PJERJ.

O DECON atua em colaboração com a gestão presidencial, especialmente no que concerne ao assessoramento técnico-contábil ao Ordenador Principal de Despesas e à elaboração das peças destinadas aos órgãos de controle interno e externo.

Como unidade responsável pelos registros orçamentários, financeiros e patrimoniais do PJERJ, o DECON assegura a fidedignidade das informações que subsidiam decisões estratégicas da gestão.

Anualmente, mais de 60 mil lançamentos contábeis são realizados, todos submetidos ao controle interno e externo, demonstrando o rigor técnico e a seriedade institucional com que o PJERJ administra recursos públicos.

Entretanto, a atuação do Departamento Contábil vai além da execução dos registros e da elaboração dos demonstrativos obrigatórios, tendo em vista sua contribuição para a eficiência, a integridade e a responsabilidade na gestão pública.

Nesse contexto, o DECON passa a ser unidade indispensável para a efetivação do princípio da accountability, servindo como referência técnica para o Ordenador Principal de Despesas e como base para as ações fiscalizatórias dos órgãos de controle. Isso porque, ausentes os registros e demonstrativos contábeis, os órgãos controladores encontrariam maior dificuldade em realizar seus processos de monitoramento e avaliação, com foco na busca pela eficiência e eficácia operacionais e na salvaguarda do patrimônio público.

Assim, a Contabilidade, por sua própria natureza, constitui o primeiro órgão de controle, visto que sua atuação viabiliza o monitoramento, a avaliação e o acompanhamento dos resultados da gestão administrativa.

Tal importância também se expressa na responsabilidade institucional do DECON pela elaboração do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do PJERJ, previsto na Lei Complementar nº 101/2000.

O documento, essencial para demonstrar responsabilidade fiscal, é produzido a partir da consolidação de dados das unidades gestoras - Tribunal de Justiça, Fundo Especial do Tribunal de Justiça (FETJ) e Fundo Especial da Escola da Magistratura (FEEMERJ).

A referida tarefa exige análise rigorosa, precisão técnica e constante diligência da SGPCF, por meio de seu Departamento Contábil, diante das frequentes controvérsias sobre Receita Corrente Líquida, receitas previdenciárias, despesas expurgáveis e outros elementos que estruturam o equilíbrio fiscal.

O DECON também exerce papel de extrema importância ao conduzir a elaboração dos Processos de Prestação Anual de Contas de Gestão e as Prestações de Contas dos Tesoureiros, garantindo observância da estrita conformidade legal, haja vista que qualquer inexatidão, imprecisão, falta de transparência ou omissão de informações poderá redundar na responsabilização pessoal do Ordenador Principal da Despesa e dos Tesoureiros do Poder Judiciário.

Adicionalmente, cabe ao Departamento a análise das prestações de contas de terceiros, atividade de alta complexidade e necessária à proteção do erário e à salvaguarda da integridade das ações do Ordenador Máximo de Despesas.

Somente em 2025, a Divisão de Prestação de Contas analisou 248 processos, assegurando confiabilidade aos atos administrativos, ampliando a segurança jurídica das decisões e contribuindo para a prevenção de irregularidades.

A atuação da SGPCF, por meio de seu Departamento Contábil, constitui, portanto, elemento fundamental para uma gestão transparente, responsável e alinhada aos valores que orientam a Administração Pública.

Departamento Financeiro - DEFIN

De forma complementar e também estratégica, o Departamento Financeiro (DEFIN), unidade vinculada à SGPCF, avançou de maneira significativa na gestão das disponibilidades financeiras do FETJ.

Em alinhamento às diretrizes da Presidência, a SGPCF adotou medidas para potencializar, de forma cuidadosa e estratégica, os recursos disponíveis do FETJ, ampliando, nesse primeiro ano de gestão, o rol de instituições financeiras habilitadas a participar dos processos de cotação para aplicação dos recursos do Tribunal.

Historicamente, as aplicações do FETJ apresentavam rentabilidade entre 98% e 100% do CDI, reflexo de um ambiente menos competitivo entre as instituições financeiras e de maior concentração do portfólio. Contudo, a atual gestão optou pela diversificação de parceiros, ampliação das consultas ao mercado e busca por taxas mais vantajosas, sempre respeitando o perfil conservador que caracteriza os investimentos da Corte.

Essa mudança gerou resultados expressivos. As aplicações passaram a alcançar entre 102% e 103% do CDI, o que, somado ao patamar elevado da Selic no período, representou um incremento aproximado de R\$ 6 milhões nas receitas financeiras do exercício de 2025.

Trata-se de ganho direto para a sustentabilidade fiscal do PJERJ e para o financiamento das políticas institucionais da gestão presidencial.

Atualmente, o TJERJ mantém aplicações financeiras distribuídas em Fundo Exclusivo e em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), todos emitidos por instituições financeiras reconhecidamente sólidas, com classificação de risco “AAA” (triple A), concedida a empresas que demonstram sólida estabilidade financeira, baixo risco de inadimplência e capacidade consistente de gerar receita para pagar suas dívidas. Toda a carteira segue estruturada conforme o perfil conservador, priorizando segurança, liquidez e previsibilidade, mas buscando as melhores condições do mercado para otimizar o uso dos recursos públicos.

Ressalta-se que a receita financeira representa uma parcela significativa do orçamento do Tribunal, razão pela qual o DEFIN mantém-se continuamente empenhado em identificar novas formas de elevar a rentabilidade das aplicações, sempre atento à minimização dos riscos inerentes às operações.

A referida iniciativa, desenvolvida no âmbito da SGPCF em atuação conjunta com a Presidência, amparada em critérios técnicos, buscou expandir a concorrência entre as instituições participantes, haja vista que o cenário de taxa Selic elevada resulta em maior rentabilidade para as aplicações financeiras do TJERJ.

Tal medida contribuiu sensivelmente para o incremento das disponibilidades financeiras, assegurando a responsabilidade fiscal, a segurança institucional e a sustentabilidade financeira dos recursos.

COPAE e SGPCF: Ação Conjunta na Gestão Financeira e Orçamentária

A gestão orçamentária e financeira vem se fortalecendo, na atual Administração, com a participação ativa da Comissão de Políticas Institucionais para Integração da Gestão Estratégica, Financeira e Orçamentária (COPAE) na coordenação e alinhamento das ações referentes à gestão fiscal do PJERJ, funcionando como fórum para articulação de diretrizes e definição de prioridades institucionais relacionadas às receitas e despesas.

É importante destacar que o Secretário-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças integra formalmente a COPAE, contribuindo diretamente com o suporte técnico necessário aos debates e às deliberações do colegiado, trabalho realizado com o apoio de todas as unidades da SGPCF.

Entre as principais competências da COPAE, incluem-se:

- administrar o FETJ;
- propor metas de arrecadação e medidas de prevenção e redução da evasão de receitas;
- promover o alinhamento entre planejamento, aprovação e execução de planos, projetos e ações institucionais, em consonância com as diretrizes financeiras e orçamentárias;
- coordenar o intercâmbio de informações estratégicas entre o Tribunal e outros entes públicos, como Executivo e Legislativo, para aprimorar previsões fiscais e fortalecer a articulação institucional.

As atividades da COPAE têm relação direta com o trabalho desenvolvido pela SGPCF, já que ambas lidam com temas ligados ao planejamento, ao orçamento e às finanças. Dessa forma, as análises e informações produzidas pela SGPCF atendem às necessidades da Comissão, dando consistência às discussões e auxiliando na aplicação de ações concretas. Nesse contexto, a SGPCF exerce papel estratégico de cooperação, oferecendo apoio técnico e analítico que contribui diretamente para a execução das políticas definidas pela COPAE. Essa ação conjunta da SGPCF e da COPAE fortalece o acompanhamento das receitas e despesas, aprimora a gestão dos recursos públicos e contribui para manter o padrão de conformidade, eficiência e responsabilidade fiscal.

Capacitação Técnica e Intercâmbio com Órgãos Externos

Ao longo de 2025, a SGPCF intensificou iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento técnico e ao desenvolvimento das equipes, entendendo que a formação contínua dos servidores é fundamental para a boa gestão orçamentária, financeira e contábil.

Houve incentivo à participação de seus servidores em encontros técnicos com outros Tribunais e órgãos públicos, ampliando a troca de experiências e a disseminação de boas práticas. A troca de conhecimentos e a integração com órgãos externos fortalecem a atuação da SGPCF na medida em que permite o ingresso de novas ideias, propicia a atualização sobre práticas executadas e favorece a ampliação da visão sobre temas de gestão, sendo possível incorporar novas metodologias e ajustes aos processos internos.

Essas iniciativas demonstram o compromisso da Secretaria com o desenvolvimento contínuo de suas equipes e com a melhoria de suas entregas.

Implementação de Sistema Integrado de Informações: Avanços em Controle, Confiabilidade e Transparência

No primeiro ano da gestão, foi finalizada a implementação do sistema integrado de informações financeiras e contábeis, um passo importante na modernização das ferramentas que dão suporte às decisões da SGPCF.

A iniciativa atendeu a uma necessidade histórica de consolidação de bases de dados antes fragmentadas, que utilizavam soluções tecnológicas defasadas e pouco integradas.

Com o novo sistema, foi possível unificar, estruturar e padronizar o fluxo de informações orçamentárias, contábeis e financeiras, além de aprimorar a capacidade de projeções de receitas e despesas.

A integração das bases de dados reduziu inconsistências e ampliou a rastreabilidade e elevou a confiabilidade das informações, com mecanismos automatizados de verificação, que diminuem subjetividades e reduzem riscos de erro humano.

Com as informações consolidadas em uma única plataforma, as análises passaram a se apoiar em dados mais consistentes e atualizados, fortalecendo o controle e a transparência das informações produzidas pela SGPCF.

Conclui-se, portanto, que a implementação do sistema de informações representa um avanço significativo na capacidade operacional e estratégica da SGPCF.



21. Infraestrutura, Logística e Segurança



21 Infraestrutura, Logística e Segurança

O TJRJ tem foco constante na promoção de sustentabilidade e economicidade, com vistas a contratações de compras, serviços e obras, entre outros, merecendo destaque:

Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (DEENG -DIFOB)

- A aquisição e instalação de um sistema de geração de energia solar, processo que captura a luz solar por meio de placas solares para a produção de energia elétrica, com o levantamento de dados técnicos e desenvolvimento de diagrama unifilar para instalações elétricas, com o objetivo de reduzir a demanda por consumo de energia externa nos prédios do TJRJ, bem como obter retorno do investimento através da própria geração em prazo exíguo, gerando economicidade para o Órgão.
- O desenvolvimento de projeto executivo de modernização da Central da Água Gelada (CAG) do sistema de ar-condicionado do prédio do Lâmina I do Complexo do Fórum Central, para a substituição de 12 (doze) torres de resfriamento, em virtude do desgaste existente. O projeto foi elaborado considerando a especificação de equipamentos modernos, mais adequados ao meio ambiente e que permitem uma maior economicidade no consumo da água.
- Reforma para intervenção corretiva das fachadas do Antigo Palácio da Justiça – Tribunal de Alçada Criminal (TACRIM) e da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Considerando a relevância histórica dos imóveis, o valor artístico de sua arquitetura e sua contribuição para a memória social, foram realizadas intervenções corretivas nas fachadas e em elementos decorativos, com o objetivo de preservar a integridade arquitetônica e garantir a estabilidade das edificações.

Manutenção do TJRJ (DEENG-DIMAN)

- Projeto de Eficiência Energética no Fórum da Comarca de Niterói - Em 2025, a DEENG-DIMAN iniciou o Projeto de Eficiência Energética, regulamentado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em parceria com a Concessionária Enel Distribuição Rio e execução da Empresa ESCO ZINNG. O foco do projeto foi o Fórum da Comarca de Niterói, com um investimento aproximado de R\$ 670 mil pela Enel.

As principais ações incluíram:

- Substituição de mais de 3.500 lâmpadas fluorescentes por tecnologia LED, reduzindo o consumo e aumentando a vida útil da iluminação.
- Troca de 4 aparelhos de climatização tipo split por modelos mais eficientes.
- Automação dos chillers responsáveis pela climatização do prédio, otimizando o uso de energia.

De acordo com a informação do responsável por Sustentabilidade da Enel Distribuição Rio, constante no processo 2020-0687895 e index 10609848, os impactos estimados são:

- Economia anual de energia: cerca de 260 MWh, equivalente ao consumo médio de 128 residências por um ano.
- **Redução de custos:** É estimada uma economia de aproximadamente R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), considerando o valor de R\$ 0,92 por kWh.

Benefício ambiental: evitará a emissão de 16 toneladas de CO₂ por ano, o que corresponde ao impacto positivo do plantio de 114 árvores anualmente.

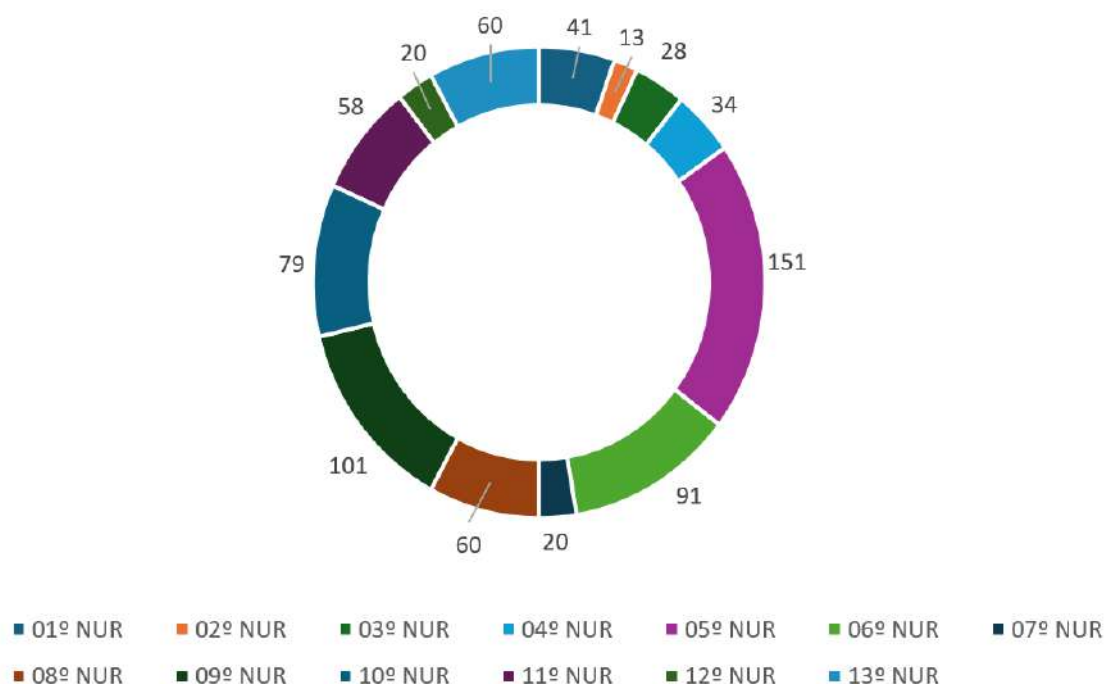
Esse projeto reforça o compromisso do Tribunal de Justiça com a sustentabilidade, trazendo ganhos econômicos e ambientais para a instituição e para a sociedade.

- **Atualização dos Equipamentos de Climatização** - Em 2025, a DIMAN, por meio do Serviço de Manutenção de Equipamentos (SEMEQ), realizou a substituição de aproximadamente 750 equipamentos de climatização, dentre eles: ACJ's, cassetes, self-contained e Fancoils.

A atualização dos equipamentos, que agora utilizam os gases R410 ou R32, representa a economia de até 40% de energia em relação aos anteriores, que utilizavam o gás R22.

O gráfico abaixo demonstra a instalação dos equipamentos, separados por NUR:

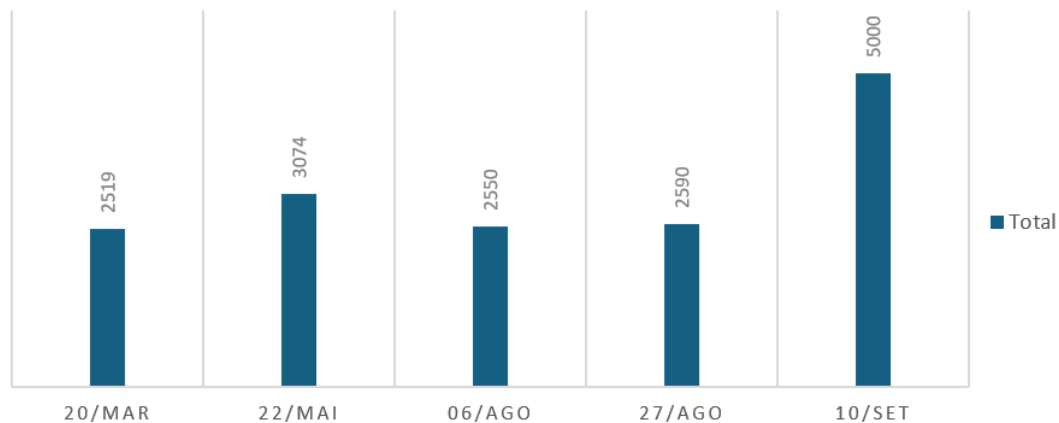
Quantidade de equipamentos de refrigeração instalados por NUR



- **Descarte de Lâmpadas** - No ano de 2025, com foco na responsabilidade socioambiental, a Divisão de Manutenção fez o descarte adequado de 15.733 lâmpadas, por meio de empresa contratada para a realização da logística reversa do resíduo.

O gráfico ao lado demonstra o quantitativo descartado, por remessa encaminhada ao INEA:

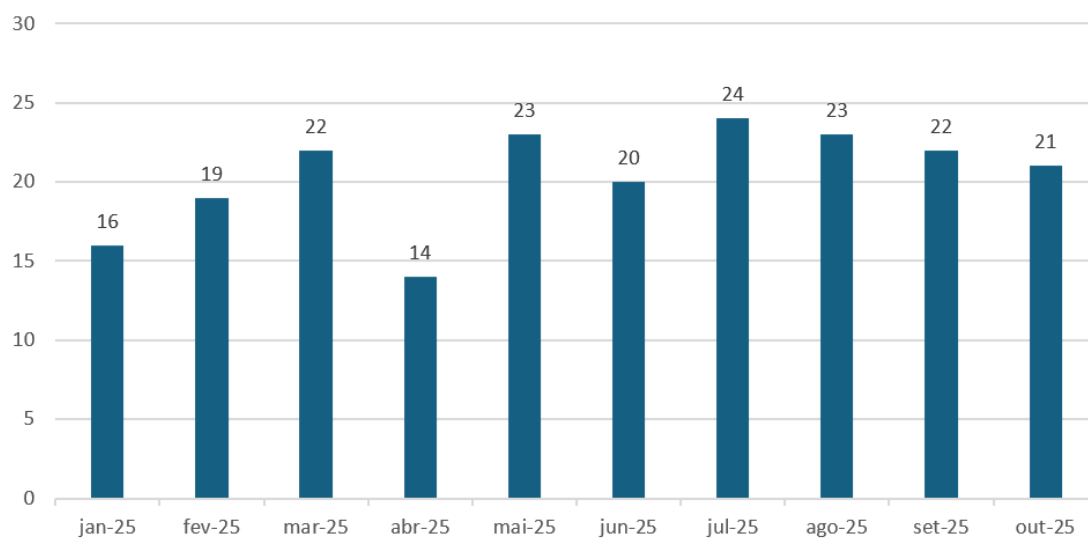
Remessas de descarte de lâmpadas



- Readequações de Layout - A Divisão de Manutenção executou 221 readequações de layout dentro dos prazos estabelecidos, com foco na melhoria da funcionalidade, acessibilidade e segurança dos espaços judiciais, mantendo a qualidade consistente e garantindo a satisfação dos usuários.

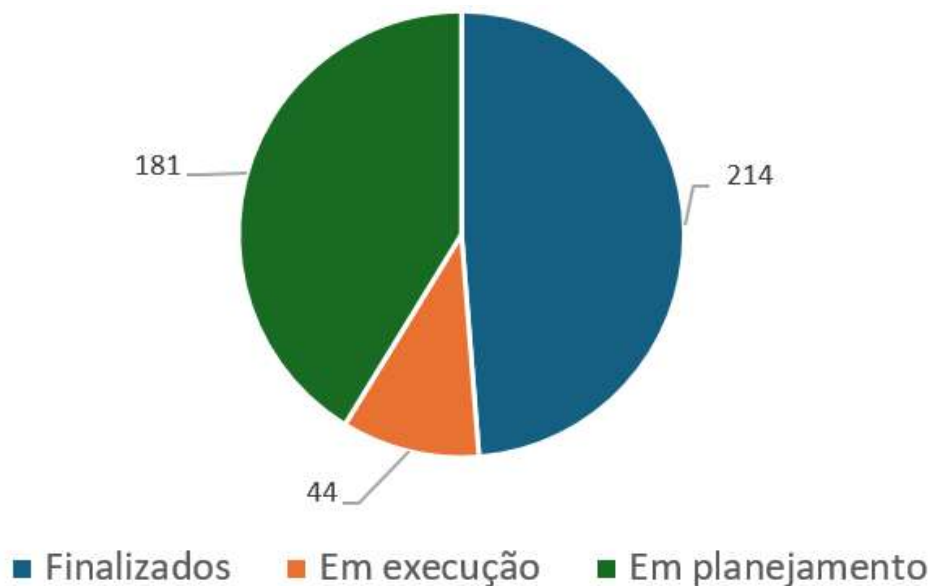
O gráfico abaixo demonstra o atendimento dos layouts pela DIMAN:

Layouts Executados em 2025 - DIMAN



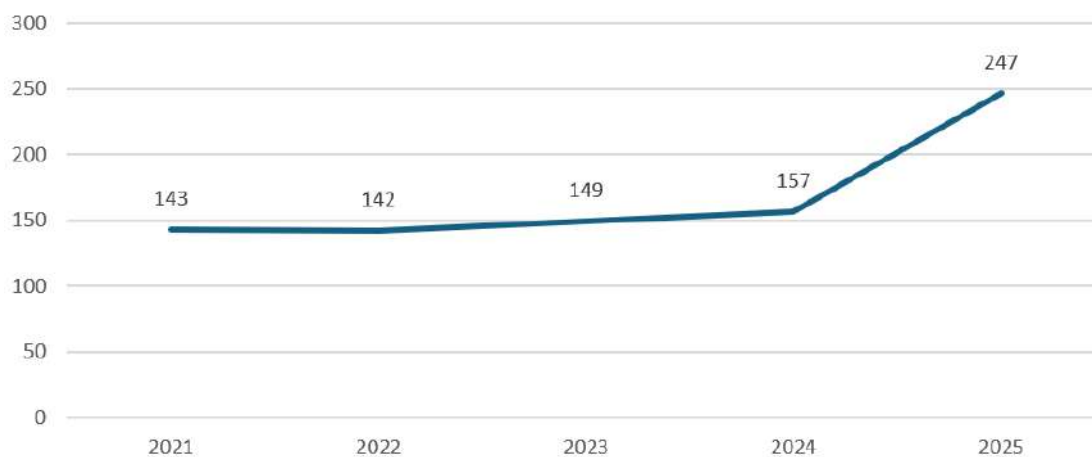
- Em complemento, a DIMAN soma atualmente a demanda de 439 intervenções no ano de 2025. O gráfico abaixo demonstra a demanda total da DIMAN, separada por status de execução:

Visão Geral - Layouts - DIMAN



Por fim, em 2025, a DIMAN registrou um aumento expressivo nas execuções de layout, como demonstra a evolução do gráfico abaixo:

Evolução da Demanda - Layouts executados - DIMAN



Projetos de Engenharia e Arquitetura do TJRJ (DEENG-DIPEA)

Projetos diversos ligados à sustentabilidade:

- 2025-06253533 - Instalação de Espaços Sustentáveis (Eco Pontos), destinados ao descarte adequado de resíduos recicláveis nas Edificações do TJRJ – Fórum da Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06263512 - Criação de Espaço Educacional e de Acolhimento (Espaço Eco Justiça) voltado à Promoção da Sustentabilidade no âmbito do TJERJ – Fórum da Comarca da Capital – 1º NUR
- 2023-06136993 - Instalação de manta líquida redutora de calor para telhados com estimativa de redução térmica em torno de 35% - Fórum da Comarca de Nova Iguaçu – 4º NUR
- 2025-06256852 - Elaboração layout De Evento Institucional Voltado à Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa da Categoria “Casa-Trabalho” (Escopo 3) – Lâmina III – Comarca da Capital

Projetos para o Sistema de Geração de Energia Solar Fotovoltaico:

- 2022-06115657 - Fórum da Comarca de Nova Iguaçu: 212,05 kWp
- 2022-06089675 – Fórum da Comarca de Macaé: 114,40 kWp
- 2022-06089674 – Fórum da Comarca de Itaboraí: 94,60 kWp
- 2022-06089672 – Fórum da Comarca de Belford Roxo: 100 kWp
- 2022-06089671 – Fórum da Comarca de Queimados: 115,50 kWp
- 2022-06089670 – Fórum Regional de Bangu: 77 kWp
- 2022-06089669 – Fórum Regional de Madureira: 143 kWp
- 2022-06089664 – Fórum Regional de Jacarepaguá: 145,75 kWp
- 2022-06089662 – Fórum Regional da Ilha do Governador: 112,20 kWp
- 2022-06089660 – Fórum Regional de Vila Inhomirim: 120 kWp
- 2022-06089658 – Fórum da Comarca de São João de Meriti: 134,75 kWp
- 2022-06115645 - Fórum Regional da Barra da Tijuca: 172,20 kWp
- 2022-06115652 - Fórum da Comarca de Duque de Caxias: 265,80 kWp
- 2022-06089661 – Fórum da Comarca de São Gonçalo: 204,8 kWp
- 2022-06036895 - Arquivo de São Cristóvão: 397,2 kWp
- 2022-06036824 - Comarca da Capital - Lâminas 1 e Central: 1.290 kWp
- 2022-06036841 - Comarca da Capital - Lâmina IV: 273 kWp
- 2022-06036874 - Almoxarifado de Niterói: 145,6 kWp
- 2022-06089676 – Fórum da Comarca de Rio Bonito: 72 kWp
- 2022-06089666 - Arquivo de Rio Bonito: 30,5 kWp
- 2022-06036887 - Fórum da Comarca de Campos dos Goytacazes: 199,5 kWp
- 2023-06076403 - Instalação de novos bicicletários no prédio do Centro Administrativo do Poder Judiciário

Projetos diversos ligados à acessibilidade:

- 2025-06277727 - Elaboração de projeto de readequação dos espaços de eventos institucionais do PJERJ, conforme os parâmetros estabelecidos na NBR9050 – Fórum da Comarca da Capital
- 2025-06277727 - Confeção de uma rampa móvel para viabilizar o acesso de pessoas com deficiência à Mesa Principal do Plenário Ministro Waldemar Zveiter – Lâmina I
- 2025-06317582 - Implantação de piso tátil das dependências do prédio – CONAB - Comarca da Capital
- 2024-06068911 - Melhorias no acesso à edificação com a construção de rampas acessíveis, instalação de corrimãos e piso tátil - Fórum Regional de Itaipava
- 2025-06054631 - Adaptação de banheiro para usuários ostomizados - Fórum Regional de Itaipava
- 2025-06278949 - Realocação do portão de acesso ao Fórum, para adequá-lo com as regras de acessibilidade - Fórum da Comarca de Resende
- 2025-06291899 - Elaboração de layout para a realização da Ação Social, realizada nos dias 24 e 25/09/2025, nas dependências do Fórum Central da Capital, promovida pela Exma. Desembargadora Regina Lúcia Passos, Presidente da COMAI, em conjunto com a SGSUS/SEPAA
- 2019-0615270 - Projeto de Padronização de Segurança Institucional e Acessibilidade das Comarcas do 4º NUR – Duque de Caxias
- 2021-0685373 - Projeto de acessibilidade no acesso da entrada pelo Beco da Música
- 2021-0667421 - Estudo para instalação de plataforma acessível no Fórum de Valença

Projetos de Segurança Institucional:

- 2021-0667421 - Estudo para instalação de plataforma acessível no Fórum de Valença
- 2024-06046359 - Instalação de Cancela Automatizada na entrada do Fórum – Comarca de Barra Mansa - 5º NUR
- 2020-0653434 - Readequação da Carceragem e do Muro - Fórum Regional de Bangu – 13º NUR
- 2020-0670136 - Construção de Estacionamento com entrada de veículos do SOE para acesso à Carceragem – Fórum da Comarca de Italva – 10º NUR
- 2020-0674860 - Construção de novas celas de carceragem, salas de videoconferência e parlatório para a Central de Audiência de Custódia do Presídio de Campos dos Goytacazes
- 2024-06126944 - Ampliação da carceragem no subsolo do Fórum – Fórum da Comarca de Niterói – 2º NUR
- 2024-06064936 - Avaliação de Segurança Patrimonial – Fórum Regional de Campo Grande – 13º NUR
- 2025-06011077 - Elaboração de Projeto para Parlatório – Fórum de Mangaratiba – 8º NUR
- 2025-06060286 - Instalação de 2 (duas) cancelas retráteis na entrada da Garagem do Prédio da Lâmina IV – Fórum da Comarca da Capital – 1º NUR

- 2025-06235479 - Construção de muro nos fundos do Fórum e instalação de concertina – Fórum de Sumidouro – 7º NUR
- 2025-06019100 - Alteração de layout da Carceragem do Fórum da Capital – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06019429 - Instalação de aparatos de segurança de controle de acesso de veículos no estacionamento dos fundos do Ed. da Justiça (VIJ/VEMSE) – NAI – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06245224 - Construção de Parlatórios nos Tribunais de Júri – Lâmina Central – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06236838 - Criação de estacionamento com entrada de Veículos SOE para acesso à Carceragem – Fórum da Comarca de Italva – 10º NUR
- 2025-06317628 - Projeto para readequação do parlatório da Central de Audiência de Custódia (CEAC) – Benfica

.....

O TJRJ disponibiliza a infraestrutura predial para o funcionamento efetivo do Poder Judiciário do Rio de Janeiro, garantindo conforto e segurança para magistrados e servidores.

Obras e Serviços de Engenharia concluídos pela fiscalização de obras (DEENG-DIFOB)

- Reforma do Sistema da Estação de Tratamento de Esgoto do Fórum da Comarca de Rio das Ostras



Visão Geral

- Reforma para intervenção corretiva nas fachadas da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ)



Fachada Alfred Agache com fachada Beco da Torre



Fachada Dom Manuel

- Compra com instalação de piso vinílico, rodapé, acabamento de borda de degrau e perfil refutor na Lâmina IV e na Lâmina Central



Sala de Sessão



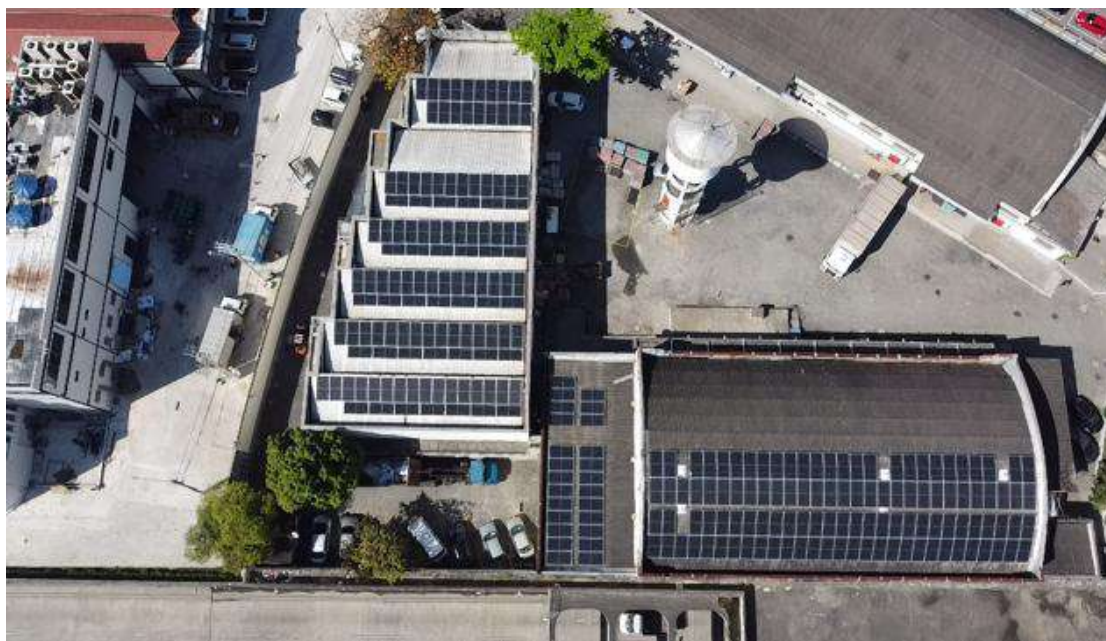
Tribunal do Júri

- Energia Solar – Campos dos Goytacazes



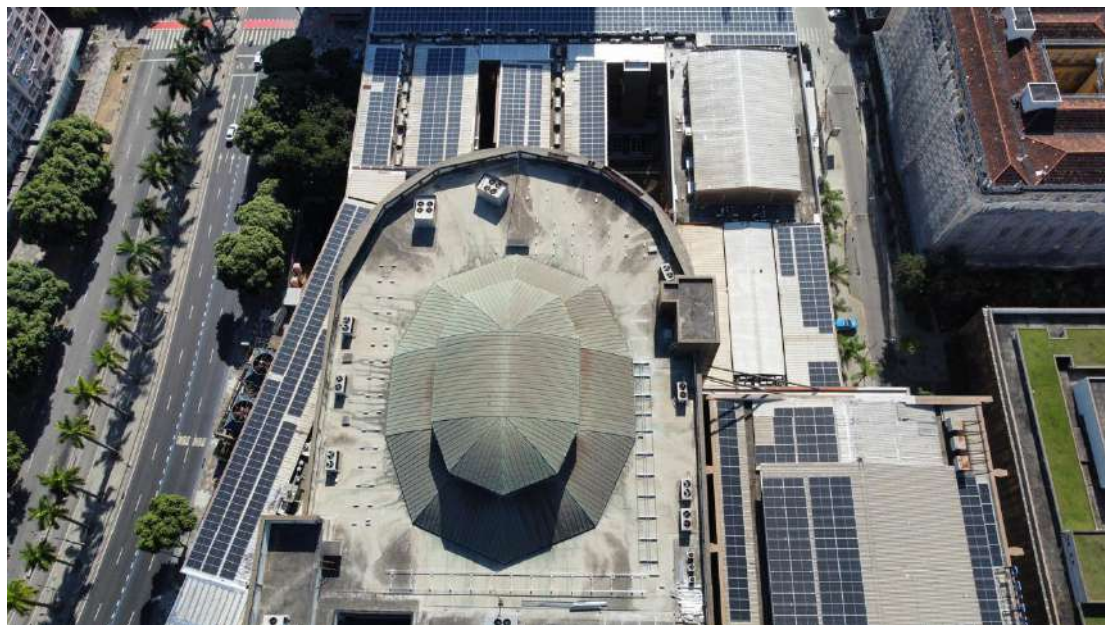
Placas fotovoltaicas instaladas

- Energia Solar – Almoxarifado de Niterói

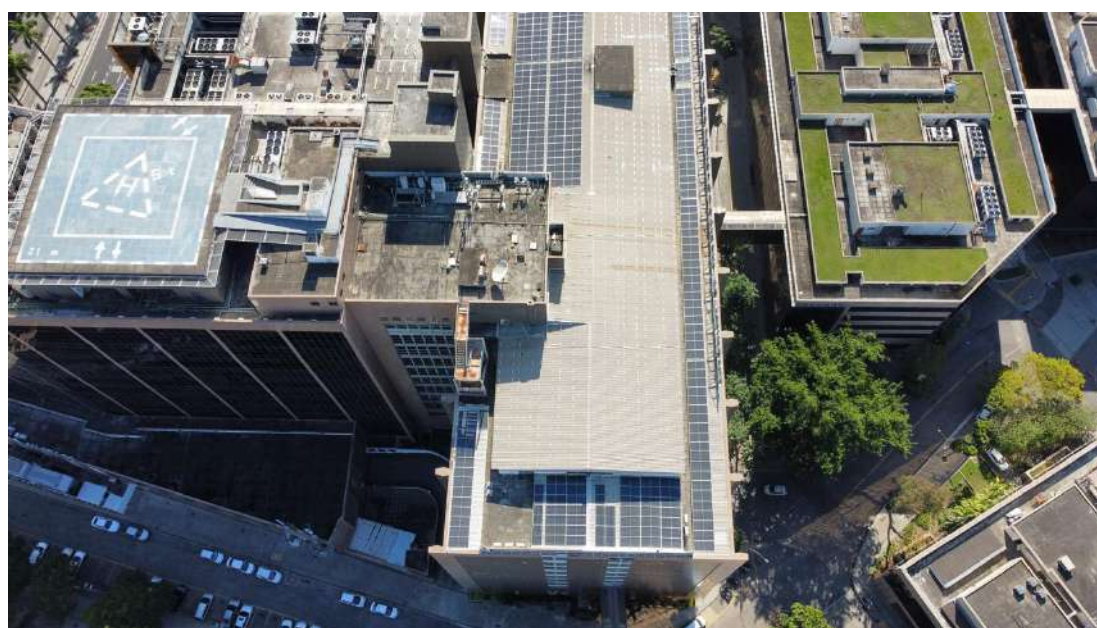


Placas fotovoltaicas instaladas

- Energia Solar – Complexo Central - Lâminas I e II



Placas fotovoltaicas instaladas – Lâminas I e II



Placas fotovoltaicas instaladas – Lâmina III

- Energia Solar – Arquivo de Rio Bonito



Placas fotovoltaicas instaladas

- Reforma para modernização do sistema de refrigeração da Lâmina I do Fórum Central da Comarca da Capital



Novas e modernas Torres de Arrefecimento instaladas do Sistema de Climatização da Lâmina I

Obras de Manutenção concluídas (DEENG-DIMAN)

- Central de Processamento – CEPROC (Processo nº 2025-06319725)



- Centro Cultural do Poder Judiciário – TACRIM (Processo nº 2025-06247087)



- Implantação de gabinetes para juízes de garantia (Processo nº 2024-06031752)



- Readequação PROGER / Distribuição (Processo nº 2023-06107484)



- Núcleo de Justiça 4.0 - Sala 414 (Processo nº 2025-06252185 / 2025-06263671 / 2025-06320595)



- Remanejamento da SGCON – Salas 303 e 304 (Processo nº 2025-06233438)



- Bar dos Magistrados – Lâmina I – 10º Andar (Processo nº 2024-06080264)



- Instalação de Sirenes e sinalização de emergência - Fórum da Comarca de Rio Bonito (Processo nº 2020-0685808)



- Readequação da Sinalização e Iluminação de Emergência - Fórum Regional de Campo Grande da Comarca da Capital (Processo nº 2024-06021901)



Layouts concluídos pela Manutenção (DEENG-DIMAN)

- 2019-0629937 - Leopoldina - Salas 205, 207 e 209 - Instalação do VIII JVDFM / transf. Defensoria sala 608
- 2020-0615837 - Praça da Bandeira - 1º pavimento - Depósito Geral - Complementação de Divisórias
- 2021-0609968 - Paraty - Dívida Ativa - Isolamento Acústico
- 2021-0672825 - Jacarepaguá - Sala de Acautelamento - Alteração de Layout
- 2021-0680688 - Capital - TACRIM - Remanejamento da ESAJ
- 2021-0690280 - Bangu - Execução de Rampas de Acessibilidade
- 2022-06050619 - Gamboa - 5º Pavimento - Alteração de Layout
- 2022-06094433 - Petrópolis - Telhado para os orientadores de tráfego
- 2022-06096989 - Bangu - Base do Chiller
- 2022-06099764 - Leopoldina - NUDECA
- 2022-06102434 - Itatiaia - Controle de Acesso

- 2022-06105149 - Italva - Readequação do Layout para Instalação do CEJUSC
- 2022-06106599 - Jacarepaguá - 4ª Vara Cível - Sala 308 - Alteração de Layout
- 2022-06119782 - Leopoldina - Salas 206, 207 e 209 - Readequação do Layout
- 2022-06120750 - Rio das Flores - NUDECA
- 2022-06124156 - Vila Inhomirim - Implantação do CEJUSC
- 2022-06127283 - Duque de Caxias - 3ª Vara Criminal - Adequação do Layout do Gabinete
- 2022-06127349 - Itaocara - CEJUSC
- 2023-06000419 - Praça XI - Salas 304, 310 e 311 - 1ª VIJI - Restruturação da Área de Atendimento da Equipe Técnica
- 2023-06003335 - Praça XI - Sala da DIFOR - Realocação
- 2023-06004392 - Méier - 4ª Vara Cível - Adequação de Layout
- 2023-06012092 - Capital - Lâmina I - sala 403F - Layout para as salas do SEALI (ASCAT)
- 2023-06012325 - Niterói - Fórum - ETCRIM
- 2023-06014766 - Jacarepaguá - Layout do Gabinete - 16º JECRIM
- 2023-06015967 - Carmo - Reforma do Banheiro Coletivo do 2º pavimento
- 2023-06017246 - Vassouras - Construção de Copa
- 2023-06029867 - Vila Inhomirim - Guarita para Orientadores de Tráfego
- 2023-06030616 - Capital - Lâmina I - Alteração de Layout da 31ª Vara Cível - Estante para livros
- 2023-06032490 - Capital - Lâmina Central - 5º pavimento - DETEL - Alteração de Layout - Salas 502, M19 e M20
- 2023-06034211 - Praça XI - CEJUSC - Remanejamento
- 2023-06034525 - São João de Meriti - Instalação de pia na Dívida Ativa
- 2023-06042752 - Pinheiral - Controle de Acesso
- 2023-06042754 - São Francisco do Itabapoana - Controle de Acesso
- 2023-06044392 - Capital - Lâmina I - 9º pavimento - Salas 911, 913 e 915 - SGSUS
- 2023-06047070 - Capital - CONAB - 5º pavimento - Sala 503 - Adequação de Layout do ASPES
- 2023-06047767 - Leopoldina - 6º JVDFM - Alteração de Layout
- 2023-06048443 - Vila Inhomirim - Layout do Cartório da Vara Cível
- 2023-06050388 - Silva Jardim - Controle de Acesso
- 2023-06051130 - Silva Jardim - Vara Única / Distribuidor - Alteração de Layout
- 2023-06067203 - Paraíba do Sul - Instalação de Sala de Depoimento Especial
- 2023-06071153 - Méier - Implantação do Núcleo de Justiça Restaurativa
- 2023-06072084 - Resende - Sala de Depoimento Especial - NUDECA
- 2023-06078813 - Niterói - Adequação do Layout da Defensoria no 3º pavimento do Prédio das Secretarias
- 2023-06078813 - Niterói - Remanejamento da 10ª Vara Cível
- 2023-06085779 - Campos - Instalação de balcão na Sala NUVEP
- 2023-06092517 - Nova Iguaçu - Alteração de layout da 4ª Vara Criminal
- 2023-06098020 - Campo Grande - Bloco 3 - 2º pavimento - Proteção Acústica - Sala CPMA2

- 2023-06105449 - Região Oceânica - Readequação do espaço da 2ª Vara Cível
- 2023-06107324 - Praça XI - Sala de Audiência / Apoio - Alteração de Layout
- 2023-06107484 - Capital - Lâmina II - 2º pavimento - Sala 203 - Alteração de Layout da DIDIS - PROGER / Distribuição
- 2023-06107730 - Friburgo - Dívida Ativa - Prédio Anexo - Substituição de Piso
- 2023-06110003 - Teresópolis - Layout da Sala dos Assessores - 2ª Vara Cível
- 2023-06110112 - Itaguaí - Instalação de Banheiro na sala do Controlador de Tráfego
- 2023-06111942 - Itatiaia - Instalação de Sala do NUDECA
- 2023-06112682 - Benfica - BEP - Observatório Criminológico
- 2023-06116996 - Capital - Lâmina III - 4º pavimento - Sala 430 - Gab. Des. Patricia Serra Vieira - Confecção de Estante
- 2023-06119659 - Barra Mansa - 2º pavimento - Adequação de Layout do CEJUSC
- 2023-06121751 - Madureira - 1ª Vara de Família - Alteração de Layout
- 2023-06123480 - Búzios - Alteração de Layout com Criação de Copa Seca - 2ª Vara JE-CRIM
- 2023-06124090 - Capital - Lâmina II - 10º pavimento - Sala 1004 - Alteração de Layout do Cerimonial
- 2023-06124553 - Capital - CONAB - 3º pavimento - Salas 303, 307 e T03 - Adequação de Layout - SGCOL
- 2023-06125681 - Capital - Lâmina II - 6º pavimento - Implementação de Juiz de Garantias
- 2023-06127035 - Capital - Lâmina I - 9º pavimento - Sala 902 - Isolamento Acústico dos Consultórios - DESAU
- 2023-06142275 - Niterói - Almoxarifado - Instalação de Coberturas
- 2023-06143065 - São Fidelis - Layout do Juízo da 1ª Vara
- 2023-06144830 - Iguaba Grande - Confecção de Balcão e Troca de Divisória - Sala da Direção do Fórum
- 2023-06145456 - Capital - Lâmina II - 10º pavimento - Layout do VídeoWall
- 2024-06005217 - Capital - Lâmina I - 1º pavimento - Bar dos Magistrados - Alteração do Layout da Copeiragem
- 2024-06009162 - Conceição de Macabú - 2º pavimento - Ampliação do Tribunal do Júri
- 2024-06015498 - Duque de Caxias - Transferência dos Gabinetes - 4ª Vara Cível
- 2024-06015556 - Barra da Tijuca - 3ª Vara de Família - Confecção de Armário na Copa
- 2024-06015804 - Friburgo - Prédio Anexo - Layout da Secretaria do 9º NUR
- 2024-06021901 - Campo Grande - Remanejamento do II JVD de Bangu para Campo Grande
- 2024-06022389 - Barra da Tijuca - Alteração do Layout - Gabinete da 2ª Vara Cível
- 2024-06027436 - Piraí - Guarita dos Policiais
- 2024-06030378 - Capital - Lâmina I - Mezanino 10º pavimento - Adequação do Layout DECOI
- 2024-06031296 - Duque de Caxias - 4ª Vara de Família - 1º pavimento

- 2024-06031752 - Capital - Lâmina II - 6º pavimento - Implementação de Juiz de Garantias
- 2024-06031871 - Volta Redonda - 3º pavimento - Implementação de Juiz de Garantias
- 2024-06031948 - Campos - Alteração de Layout - Cartório Juiz de Garantias
- 2024-06035043 - Capital - Lâmina III - Térreo - Biblioteca da EMERJ - Isolamento Acústico da Sala 77
- 2024-06038862 - Barra do Piraí - JEC - Instalação da Sala de Depoimento Especial
- 2024-06040320 - Capital - Lâmina II - 1º pavimento - Alteração de Layout - DESEP - DIVPA
- 2024-06040875 - Campo Grande - 4ª VIJI - 1º pavimento - Bloco 3 - Abertura de Vão de Porta
- 2024-06041424 - Niterói - Remanejamento da 2ª Vara Cível
- 2024-06041681 - Niterói - Remanejamento da 3ª Vara Cível
- 2024-06041967 - Niterói - Remanejamento da 1ª Vara Cível do Prédio das Secretarias para o Fórum de Niterói
- 2024-06042473 - Capital - Lâmina I - 8º pavimento - Sala 806 - Ampliação da DIATI - Divisão de Apoio Técnico Interdisciplinar
- 2024-06044457 - Capital - Lâmina I - Sala 400 - Alteração de layout da SGSEI
- 2024-06046237 - Itaipava - Transferência do Juizado Criminal da Sala 304 para a Sala 210
- 2024-06050264 - Copacabana - V Juizado Especial Cível - Readequação do Gabinete/Assessoria
- 2024-06058584 - Capital - Lâmina I - 2º pavimento - Sala 227-C e 229-C - Remanejamento DEPJU
- 2024-06059179 - Maricá - Confecção de novo balcão para o atendimento da Vara Criminal
- 2024-06060321 - Niterói - Adequação de Layout NUDECA
- 2024-06060358 - Itaipava - 3º pavimento - NUDECA
- 2024-06061732 - Barra da Tijuca - 1º pavimento - Instalação do Novo JEC
- 2024-06073348 - Capital - CONAB - 3º pavimento - Sala 310 - Adequação de Layout DECAN
- 2024-06079613 - Capital - Lâmina I - 6º pavimento - Sala 609 - Adequação de Layout do I Juizado Especial Fazendário
- 2024-06080264 - Capital - Lâmina I - Bar dos Magistrados do 10º pavimento - Copa e Cozinha
- 2024-06080309 - Queimados - Alteração do Layout do Gabinete da 1ª Vara Cível
- 2024-06081318 - Capital - Lâmina II - 9º pavimento - Sala 911 - Galeria de Quadros dos Coordenadores da CEJESP
- 2024-06083112 - Duque de Caxias - Alteração do Layout dos Gabinetes da 2ª Vara Cível
- 2024-06083524 - São Pedro D'Aldeia - Alteração de Layout - Gabinete da 2ª Vara Cível
- 2024-06087147 - Capital - Lâmina II - 12º pavimento - Salas 1206, 1207 e 1211 - Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher / JVDPM
- 2024-06089109 - Trajano de Moraes - Instalação do NUDECA

- 2024-06092229 - Capital - Lâmina II - Sala 325B - Alteração de layout VEPEMA
- 2024-06092440 - Volta Redonda - 1º pavimento - Alteração de Layout do VIJI
- 2024-06092702 - Barra da Tijuca - 2ª Vara de Família - Alteração de Layout
- 2024-06092792 - Ilha do Governador - 2º pavimento - Layout do Gabinete do Juízo e Gabinete do Juiz - 2ª Vara Cível
- 2024-06092947 - Nova Iguaçu - Alteração de Layout do Gabinete da 3ª Vara Cível
- 2024-06093327 - Capital - Lâmina II - 2º pavimento - Sala 201/203 Central de Arquivamento
- 2024-06094468 - Queimados - 1º pavimento - Alteração de Layout na VIJI
- 2024-06094532 - Queimados - Alteração do Layout da ETIC
- 2024-06097569 - Capital - Lâmina Central - 5º pavimento - Sala 517 - Laboratório de Inteligência Artificial
- 2024-06099163 - Duque de Caxias - Confecção de Balcão na 3ª Vara de Família
- 2024-06101696 - Niterói - Remanejamento da 7ª Vara Cível
- 2024-06101727 - Niterói - Remanejamento da 9ª Vara Cível
- 2024-06101974 - Capital - Lâmina II - Sala 803 - Adequação de Layout 35ª Vara Criminal
- 2024-06103564 - Niterói - Prédio Novo - Remanejamento da DPERJ do 5º para o 4º pavimento - Demais núcleos da DPERJ do 5º pavimento vão para o Prédio das Secretarias
- 2024-06103586 - Niterói - Transferência do 2º NUR do 5º pavimento do Fórum de Niterói para o 6º pavimento do Prédio das Secretarias
- 2024-06106322 - Jacarepaguá - Layout Gabinete e Secretaria - 1ª Vara Cível
- 2024-06108157 - Niterói - Prédio Novo - Remanejamento da Central de Autuação do 5º para o 4º pavimento
- 2024-06109099 - Saquarema - Criação da 3ª Vara
- 2024-06109859 - Campos - 3º pavimento - Alteração de layout da ETICRIM
- 2024-06110923 - Cabo Frio - Expansão da Sala dos Secretários da 1ª Vara Cível
- 2024-06113339 - Capital - Lâmina IV - 3º pavimento - Sala 311 - Layout do Gabinete do Des. João Batista Damasceno
- 2024-06115426 - Ilha do Governador - 1ª Vara de Família - Adequação de Layout
- 2024-06116510 - Capital - Lâmina I - 2º pavimento - Sala 240D - Adequação de Layout da 1ª Vara de Família
- 2024-06117217 - Capital - Lâmina II - 8º pavimento - Sala 809A - Readequação da Sala de Testemunhas da Família para VECA
- 2024-06118240 - Capital - 10º pavimento (Mezanino) - Adequação de Layout da Assessoria Especial de Imprensa (DECOE)
- 2024-06120166 - Santa Cruz - Implantação do Núcleo de 1º Atendimento
- 2024-06120238 - Aeroporto Santos Dumont - Transferência do Posto de Atendimento do Juizado
- 2024-06121288 - Capital - Lâmina I - 4º pavimento - Sala 401 e 403 - 8ª Vara de Fazenda Pública - Isolamento acústico no Gabinete
- 2024-06121952 - Cabo Frio - Instalação da Copa Seca na 2ª Vara Criminal

- 2024-06123042 - Capital - Lâmina I - 10º pavimento - Apoio às Obras do Órgão Especial e Foyer - Pré-Obra
- 2024-06123449 - Belford Roxo - 1º pavimento - Instalação de Salas de Audiência Preliminares
- 2024-06123971 - Porciúncula - Vara Única - Layout do Cartório
- 2024-06126552 - Duque de Caxias - Balcão do Cartório 3ª Vara Cível - 3º pavimento
- 2024-06127163 - Jacarepaguá - 1ª Vara de Família
- 2024-06128222 - Conceição de Macabu - Alteração do Layout do 1º pavimento
- 2024-06130173 - Capital - Lâmina IV - 5º pavimento - Sala 512 - Adequação de Layout do Gabinete do Des. Werson Rêgo - 19ª Câmara Direito Privado
- 2024-06130843 (2024-06117340) - Capital - Lâmina V - Layout provisório - Gabinetes para novos Desembargadores e remanejamento das Turmas Recursais
- 2024-06131279 - Capital - Lâmina I - 6º pavimento - Sala 612 - Adequação de Layout da 12ª Vara de Fazenda Pública
- 2024-06131656 - Cabo Frio - 2º pavimento - Implementação de sala para reuniões - 2º Vara Cível
- 2024-06131971 - Friburgo - 2º pavimento - Alteração de Layout da 2ª Vara Cível
- 2024-06132026 - Magé - Remanejamento do Purificador de Água
- 2024-06132077 - Capital - Lâmina I - 1º pavimento - Sala 112D - Adequação do Layout do III JEC
- 2024-06132241 - Capital - Lâmina I - 1º pavimento - Sala 111-B - Melhorias na Sala de Amamentação
- 2024-06132608 - Barra da Tijuca - 3º pavimento - Adequação do Layout do Gabinete da 6ª Vara Cível
- 2024-06132788 - Santa Cruz - Bloco B - Central de Mandados
- 2024-06132827 - Belford Roxo - 1º pavimento - Instalação de Sala Violeta
- 2024-06133495 - Capital - Lâmina I - 3º pavimento - Sala 335D - Readequação de Layout da 29ª Vara Cível
- 2024-06133574 - Madureira - XV Juizado Especial Cível - Ampliação do Gabinete
- 2024-06134170 - Capital - Lâmina I - 2º pavimento - Sala 218/220/222D - Readequação de Layout da 6ª Vara de Órfãos e Sucessões
- 2024-06134724 - Campos - Alteração de layout - Sala Secretário - 3ª Vara Criminal
- 2024-06136741 - Madureira - 1º pavimento - Ampliação do Gabinete do Juízo - Juizado Especial Criminal
- 2024-06136901 - Cabo Frio - Instalação de Copa Seca no Cartório da 3ª Vara Cível
- 2024-06140051 - Volta Redonda - Readequação do Layout da 2ª Vara de Família
- 2024-06141307 - Madureira - Sala 09 - Alteração de Layout da Casa de Família
- 2024-06145115 - Readequação da 1ª Vara Especial em Pessoas Idosas - VEPI
- 2024-06145613 - Capital - Lâmina IV - 2º pavimento - Novo Layout para a 2ª Vice-Presidência
- 2024-06147659 - Capital - Lâmina I - Sala 110-D - Adequação de Layout Sala de Audiências - 23º JEC

- 2024-06150561 - Capital - Lâmina IV - 3º pavimento - Sala 312 - Alteração de Layout do Gabinete do Desembargador Horácio dos Santos Ribeiro
- 2025-06005437 - Capital - Lâmina III - 2º pavimento - 6ª e 10ª Câmara de Direito Público
- 2025-06006574 - Capital - EMERJ - 3º e 4º pavimentos - Layout SECGE e GBEMERJ
- 2025-06006574 - EMERJ - 3º pavimento - Salas 301 e 303 - Alteração de layout - SECGE e GBEMERJ
- 2025-06008453 - Capital - Lâmina I - 10º pavimento - Adequação do Layout do Gabinete 3 dos Juízes Auxiliares da Presidência
- 2025-06009148 - Barra do Piraí - 1º e 2º pavimentos - Instalação do Projeto Violeta
- 2025-06009535 - Capital - Lâmina Central - 5º pavimento - Salas 516A e 518 - Criação de Sala de Treinamento e Sala de Reuniões - DEATE-SGTEC
- 2025-06010187 - Capital - Lâmina I - 1º pavimento - Sala 123D - Alteração de Layout do I JEC
- 2025-06010298 - Capital - Lâmina II - Sala 303 - Gabinete da Vara de Execuções Penais - VEP
- 2025-06010729 - Santa Cruz - Instalação de copa coletiva 3ª Vara de Família
- 2025-06011077 - Mangaratiba - Térreo - Construção de Banco e Bancada no Parlatório
- 2025-06011228 - Capital - Lâmina III - Layout Biblioteca da EMERJ
- 2025-06011313 - Capital - Lâmina I - 1º pavimento - Salas 102D e 104D - Alteração layout 2º Juizado Especial Cível
- 2025-06011359 - Capital - Lâmina I - 10º pavimento - Adequação do Layout do Gabinete 7 dos Juízes Auxiliares da Presidência
- 2025-06012264 - Praça XI - Readequação da 2ª VIJP - Salas de Equipe Técnica
- 2025-06012962 - Capital - Lâmina II - 8º pavimento - Salas 810/811 - Layout do Cartório da 1ª VECA
- 2025-06013153 - Capital - Lâmina I - 2º pavimento - Sala 217A - Alteração de Layout da 4ª Vara Cível
- 2025-06014383 - Macaé - Readequação de Layout da 1ª Vara de Família
- 2025-06014722 - Capital - Lâmina II - 10º pavimento - Sala 1017 - Layout do DEIND (Lab. de Inovação)
- 2025-06015707 - Capital - Lâmina II - 11º pavimento - Sala 1115 - Criação do 8º Gab. Juiz Aux. da 3ª Vice-Presidência
- 2025-06016833 - Rio das Ostras - Permuta de Salas - JEAC e Vara de Família
- 2025-06017106 - Capital - Lâmina I - 9º pavimento - Salas 911, 913 e 915 - Layout dos Gabinetes e Sala de Reuniões SGSUS
- 2025-06017224 - Capital - Lâmina I - Adequação de Layout da Assessoria do Gabinete 1 dos Juízes Auxiliares
- 2025-06017482 - Capital - Lâmina I - 1º pavimento - Sala 119 Corredor C - Instalação do CCPJ
- 2025-06018375 - Capital - CONAB - 3º pavimento - Sala 302 - Adequação de Layout DECOP

- 2025-06018838 - Capital - Lâmina II - 13º pavimento - Sala 1301 - NAPJS - Alteração de layout
- 2025-06018862 - Capital - Lâmina II - Sala 1303 - Núcleo de Violência Doméstica
- 2025-06019213 - Nova Iguaçu - 1º pavimento - Readequação do Layout do CEJUSC
- 2025-06032741 - Capital - CONAB - 3º pavimento - Sala 303 - Layout da SGCOL
- 2025-06032741 - Capital - CONAB - 3º pavimento - Sala 303 - Alteração de Layout da SGCOL / ASJUR
- 2025-06033241 - Capital - Lâmina I - 8º pavimento - Salas 820 a 822 - Adequação do Layout da DGAPO
- 2025-06046272 - Capital - Lâmina I - 2º pavimento - Sala 201-B - Adequação de Layout do SGSUS
- 2025-06046659 - Capital - Lâmina IV - 3º pavimento - Sala 318 - Adequação de Layout do Gabinete
- 2025-06054189 - Capital - Lâmina I - 10º pavimento - Bar dos Magistrados - Readequação da Copa Privativa dos Juízes Auxiliares / Abertura de acesso ao Salão Nobre
- 2025-06054600 - Capital - CONAB - 1º pavimento - Salas 109 a 115 e 101 a 103 - Layout DEPAM
- 2025-06060417 - Benfica - Adequação de Layout na Casa de Custódia
- 2025-06060623 - Capital - Lâmina IV - 1º pavimento - Sala 109 - Adequação de Layout da Sala de Sessão COJES
- 2025-06099987 - Capital - Lâmina II - 12º pavimento - V JVDFM
- 2025-06100226 - Capital - Lâmina II - 12º pavimento - Salas 1207D e 1209 - Ampliação do Espaço da Assessoria do V JVDFM
- 2025-06233438 - Capital - Lâmina I e TACRIM - Transferência SGCON
- 2025-06234867 - Capital - EMERJ - 4º pavimento - Salas 405 - Alteração de Layout do DETEC
- 2025-06235927 - Capital - Lâmina IV - Sala 604 - Alteração de Layout - Gab. Des. Denise Vaccari Machado Paes
- 2025-06235993 - Capital - CONAB - 3º pavimento - Sala 307 - Adequação de Layout do DELFA
- 2025-06236239 - Capital - Lâmina I - 8º pavimento - Sala 818 - Adequação de Layout da ASCNJ/CGJ
- 2025-06237211 - Capital - Lâmina II - Sala 1001 - Layout do DEMOV
- 2025-06237353 - Cantagalo - Subsolo - Adequação do Layout do NUDECA
- 2025-06238025 - Capital - Lâmina I - Salas 102 a 106 Corredor C - DEJUR
- 2025-06238032 - São Cristóvão - Complexo NAI - Instalação de Ventiladores no Alojamento de Menores
- 2025-06238950 - Méier - Layout para criação de sala de Apoio à Amamentação
- 2025-06241836 - Capital - Lâmina II - 11º pavimento - Sala 1114 - 3ª Vice-Presidência - Layout da Assessoria
- 2025-06242134 - Capital - CONAB - 5º pavimento - Sala 511 - Alterar posicionamento de ar-condicionado de teto e luminária

- 2025-06242727 - Engenheiro Paulo de Frontin - Implementação de Sala de Depoimento Especial
- 2025-06242781 - São José do Vale do Rio Preto - Readequação do Layout do NUDECA
- 2025-06243003 - Capital - Lâmina IV - 6º pavimento - Sala 602 - Adequação do Layout - Assessoria da 1ª Câmara Criminal
- 2025-06243139 - Capital - Lâmina V - 2º pavimento - Sala 219 - Layout do Gabinete do Desembargador Fernando Cabral Filho
- 2025-06246319 - Capital - Lâmina I - Térreo - Plantão Judiciário - Implantação de área de alimentação - Instalação de Pia - NAAP
- 2025-06246329 - Capital - Lâmina III - Biblioteca EMERJ - Alteração de Layout do Laboratório de Informática
- 2025-06247221 - Capital - Lâmina I - 1º pavimento - Sala 119C - Adequação do Layout do SEDUC
- 2025-06249265 - Capital - Lâmina Central - 8º pavimento - Tribunal do Júri - Remoção do Carpete
- 2025-06252185 - Capital - Lâmina I - 4º pavimento - Sala 413 - Instalação do Núcleo 4.0
- 2025-06253069 - Capital - CONAB - 5º pavimento - Sala 503 - Substituição de Piso da SGPES
- 2025-06254901 - Capital - Lâmina III - 3º pavimento - Sala 336 - Layout da 18ª Câmara de Direito Privado
- 2025-06256500 - Seropédica - 3º pavimento - Adequação de Layout da Dívida Ativa
- 2025-06257589 - Capital - Lâmina Central - 5º pavimento - Sala 516 - Instalação de Divisória - Núcleo de Segurança DETEL
- 2025-06259749 - Capital - Lâmina I - 6º pavimento - Sala 625 - Adequação do Layout CODAT
- 2025-06263528 - Capital - Lâmina I - 9º pavimento - Salas 901, 901A, 903 e 907 - Adequação do Layout da DEACO
- 2025-06263671 - Capital - Lâmina I - 4º pavimento - Sala 413 - Adequação de Layout do Núcleo 4.0
- 2025-06265254 - Capital - Lâmina I - Sala 716 - Layout DGAPE
- 2025-06268279 - Niterói - Implementação de Juiz de Garantias
- 2025-06268298 - Itaipava - Implementação de Juiz de Garantias
- 2025-06269397 - São Cristóvão - Complexo NAI - Readequação do Acesso ao DETRA
- 2025-06272009 - Capital - Lâmina IV - 6º Pavimento - Alteração de Layout - Gabinete do Des. Pedro Freire
- 2025-06272707 - Capital - Lâmina II - 10º pavimento - Sala 1002 - Layout COMAQ
- 2025-06274000 - Capital - Lâmina II - 8º pavimento - Sala 812 e 813 - 39ª Vara Criminal - Adequação do Layout do Cartório
- 2025-06276643 - Capital - Lâmina II - 2º pavimento - Sala 201 - Abertura de vão
- 2025-06278730 - Capital - CONAB - 4º pavimento - Sala 406 - Adequação de Layout da DIFOB

- 2025-06282126 - Capital - Lâmina I - 9º pavimento - Sala 907 - Adequação do Layout do CEVIJ/CEJAI
- 2025-06282169 - Campo Grande - Readequação do Setor de Distribuição NADAC / Malote
- 2025-06285075 - Campo Grande - 2ª Vara de Família - Adequação do Layout do Cartório
- 2025-06290870 - Capital - Lâmina I - 9º pavimento - Sala 904 - 3ª Vice-Presidência - Alteração do layout da Assessoria Técnica (ASTEC)
- 2025-06293536 - Capital - Lâmina II - 11º pavimento - Sala 1104 - 3ª Vice-Presidência - Alteração do layout da Assessoria Técnica (ASTEC)
- 2025-06300293 - Capital - Lâmina I - 6º pavimento - Sala 625 - 1º Núcleo Digital
- 2025-06307295 - Capital - Lâmina Central - 7º pavimento - Sala 712 - Gabinete do Juízo - 5ª Vara Empresarial
- 2025-06307531 - Capital - Lâmina III Anexo - 5º pavimento - Sala 533 - Adequação de Layout do Gabinete da Des. Renata Nicolau
- 2025-06308522 - Barra da Tijuca - Alteração do Layout - 3º JEC

Readequações concluídas e em andamento (DEENG-DIPEA)

-
- 2024-06145115 - Criação da 1ª Vara Especializada em Pessoas Idosas (VEPI) – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06005437 - Adequação das Secretarias das 6ª e 10ª Câm. de Dir. Público – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06006574 - Alteração de Layout da Secretaria Geral da EMERJ (SECGE) – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2024-06005564 - Criação do Grupo de Trabalho para Elaboração do Plano de Redimensionamento dos Espaços Físicos do Complexo Judiciário Central (GT-REF) – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06008188 - Adequações na sala de sessões da 9ª e 10ª Câmaras de Direito Público – Lâmina V – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06011158 - Projeto de Revitalização do Museu da Justiça, reforma das Salas 206 e 207 – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06017482 - Elaboração de Layout para o Centro Cultural do Poder Judiciário – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06017106 - Alteração de Layout do Gabinete da Assessoria SGSUS para aumento de postos de trabalho – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06018838 - Elaboração de Layout para o Núcleo de Atenção e Promoção à Justiça Social – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06032741 - Alteração do Layout da Secretaria-Geral de Contratos e Licitações (SGCOL) – CONAB – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06033241 - Alteração do Layout da Diretoria Geral de Apoio à Corregedoria (DGAPO) – Lâmina I – Comarca da Capital – 1º NUR

- 2025-06060623 - Adequação da Sala de Reuniões da COJES para ser utilizada como Sala de Sessão – Lâmina IV – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06014722 - Alteração Layout do Departamento de Inovação e Desenvolvimento (DEIND) – Lâmina II – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2024-06145613 - Elaboração de Novo Layout para 2ª Vice-Presidência – Administração TJRJ 2025 – Lâmina IV – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06010298 - Novo Layout para o Gabinete dos Magistrados da Vara de Execuções Penais – Lâmina II – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06237211 - Alteração de Layout do Departamento de Movimentação de Magistrados (DEMOV) – Lâmina I – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06060413 - Implantação de Sala Multiuso e Sala de Podcast na Escola de Administração Judiciária (ESAJ) – Antigo Palácio da Justiça – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06046272 - Instalação de Gabinete para a Divisão de Funções Auxiliares a Justiça (DIFAJ) – Lâmina I – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06060440 - Readequação Layout do Departamento de Pessoal da Magistratura (DEMAG) – Lâmina II – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06235993 - Alteração de Layout do Departamento de Licitações e Formalizações de Ajustes (DELFA) – CONAB – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06236239 - Alteração de Layout da Assessoria para Assuntos Referentes ao Conselho Nacional de Justiça - ASCNJ/CGJ - Corregedoria Geral de Justiça – Lâmina I – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2024-06073348 - Readequação do Layout do Departamento de Contratos e Atos Negociais (DECAN)- CONAB – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06018862 - Elaboração Projeto para o Núcleo de Promoção de Políticas Especiais de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar – Lâmina II – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06033112 - Elaboração de Layout do Núcleo de Justiça Itinerante e Acesso à Justiça – Lâmina II – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06249740 - Projeto para Novo Espaço para a Comissão de Segurança Institucional e Inteligência do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (COSEI) – Lâmina I – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06253319 - Layout para realização do Evento “Registre-se! Semana Nacional do Registro Civil” – Praça do Expedicionário – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06252827 - Alteração de layout do DILIC e da mudança do DEADM - Almoxarifado (4º pavimento) para o DEDES (1º pavimento), com o objetivo de reunir todo o Departamento de Ensino – EMERJ – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06247087 - Criação de Espaço Multifuncional no antigo Café Baroni – Museu da Justiça – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06265254 - Alteração do Layout da Diretoria Geral de Planejamento e Administração de Pessoal (DGAPE) – Lâmina I – 1º NUR
- 2025-06014357 - Criação de Estrutura Para o SEPJU - Plantão Noturno Recesso Forense – Comarca da Capital – 1º NUR

- 2025-06263528 - Readequação de Layout do Departamento de Apoio aos Órgãos Colegiados Administrativos (DEACO) – Lâmina I – 1º NUR
- 2025-06267337 - Modificação do Layout do Gabinete da 3ª Vice-Presidência – Lâmina II – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-0626998 - Transferência do Departamento de Apoio à Presidência do 10º pavimento da Lâmina II, para o 9º pavimento da Lâmina I – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06266763 - Melhoria das Instalações Físicas da 1ª Vara Especializada em Crimes Contra a Criança e ao Adolescente (VECA), espaços localizados na Lâmina I, sala 804 e na Lâmina II, sala 801, 810 e 811 – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06273580 - Espaço para abrigar o NUCOOP nas Dependências do Fórum Central, para a Instalação de 02 (duas) Novas Salas de Audiências Passivas – Comarca Passiva – 1º NUR
- 2025-06286697 - Elaboração de layout em face da criação do Departamento de Acompanhamento da 1ª Instância (DGFAJ-DEAPI) – Lâmina I – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06278730 - Readequação Layout da Divisão de Fiscalização de Obras (DIFOB) – CONAB – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06282632 - Instalação de Isolamento Acústico para a Sala de Reuniões da Corregedoria Geral da Justiça – Lâmina I – Comarca da Capital
- 2025-06293536 - Alteração de Layout da Assessoria Técnica (ASTEC) na 3ª Vice-Presidência – Lâmina II – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06300293 - Implementação do 1º Núcleo Digital – Lâmina I – Comarca da Capital
- 2025-06305036 - Transferência da 1ª Vice-Presidência da Lâmina III para Lâmina I – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06305008 - Readequação Layout dos Espaços da 3ª Vice-Presidência – Lâmina I – Comarca da Capital
- 2025-06309654 - Criação e Inauguração da Galeria dos Presidentes da Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais (COJES) – Museu – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06288147 - Alteração Layout da Divisão de Infraestrutura e Segurança dos Recursos Computacionais (DIREC) – CONAB – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06329032 - Elaboração de estudo na Lâmina IV com a finalidade de abrigar a Secretaria da 9ª Câmara Criminal e criação de 02 (dois) Gabinetes para Juízes Auxiliares da 2ª Vice-Presidência – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06355471 - Realização do II evento “Paternidade Itinerante em Ação”, vinculado ao Projeto Pai Presente II, a ser realizado no dia 10/12/2025, na Praça XV de Novembro, nas proximidades do terminal das Barcas – Comarca da Capital – 1º NUR
- 2025-06319054 - Alteração do layout da Secretaria Geral de Governança e Compliance (SGGIC) – CONAB - Comarca da Capital
- 2025-06320595 - Expansão dos Núcleos de Justiça 4.0 – Lâmina I – Comarca da Capital
- 2025-06319443 - Alteração do layout da Divisão de Instrução e Pareceres para Serventias Extrajudiciais (DIPEX) – Lâmina I – Comarca da Capital

- 2025-06322937 - Adequação Layout dos Gabinetes Provisórios dos Desembargadores – Lâmina V – Comarca da Capital
- 2025-06502992 - Solicitação de alteração do layout da Divisão de Assessoramento para Oficiais de Justiça Avaliadores (DIOJA) - Lâmina I – Comarca da Capital

Projetos Executivos concluídos e em andamento (DEENG-DIPEA)

- 2024-06149501 - Procedimento licitatório visando à contratação de empresa especializada para climatização dos alojamentos do NAI e do Complexo NAI-JUSTIÇA
- 2025-06269824 - Projeto Executivo para troca do Chiller da CAG - 1º VIJI da Praça XI
- 2025-06269820 - Projeto Executivo para troca do Chiller da CAG - Fórum de Armação de Búzios
- 2025-06269822 - Projeto Executivo para troca do Chiller da CAG - Fórum da Comarca de Barra Mansa
- 2025-06269835 - Projeto Executivo para troca do Chiller da CAG - Fórum da Comarca de Niterói
- 2025-06269829 - Projeto Executivo para troca do Chiller da CAG - Fórum da Comarca de São João de Meriti
- 2025-06269832 - Projeto Executivo para troca do Chiller da CAG - Fórum da Comarca de Mangaratiba
- 2025-06269825 - Projeto Executivo para troca do Chiller da CAG - Fórum da Comarca de Itaperuna
- 2025-0626983 - Projeto Executivo para troca do Chiller da CAG - Fórum Regional de Bangu
- 2024-06026333 - Recuperação das fachadas e impermeabilização da cobertura do Fórum de Volta Redonda
- 2020-0671858 - Estudo Preliminar de Recuperação das Fachadas dos Centros de Informação I e II do Arquivo Geral de São Cristóvão
- 2023-06087224 - Contratação de empresa especializada para realização de obras nas fachadas do Fórum da Comarca de São Gonçalo
- 2023-06139400 - Recuperação de fachadas - Fórum de Maricá
- 2023-06047336 - Recuperação das Fachadas – Fórum Regional da Pavuna
- 2023-06139554 - Projeto executivo para a recuperação das fachadas externas do Fórum de São João da Barra
- 2025-06519317 - Procedimento Licitatório para Aquisição de Motor Gerador com Instalação na Central de Audiência de Custódia da Comarca de Volta Redonda - CEAC-VR
- 2020-0609378 - Telhado da Sede do 5º NUR - Comarca de Volta Redonda - Polo de Manutenção
- 2025-06236838 - Projeto Executivo para o estacionamento com entrada de veículos SOE para acesso à carceragem - Fórum da Comarca de Italva
- 2025-06249836 - Projeto Executivo visando à Construção do Novo Polo de Manutenção do Fórum de Nilópolis

- 2025-06280030 - Projeto Estratégico Bem-Vindo ao Passado - Climatização e controle de umidade na edificação - Arquivo de Itaipava
- 2025-06249824 - Ônibus da Justiça Itinerante da Rocinha
- 2025-06292685 - Projeto Executivo das Passarelas de Manutenção sob 7º Pavimento da Lâmina Central
- 2024-06038258 - Elaboração de projetos para implementação de alimentação alternativa, para a Sala Cofre e Plantão Judiciário, visando minimizar os transtornos nos futuros desligamentos de energia elétrica para realização das manutenções preventivas anuais das subestações do Prédio da Lâmina I
- 2025-06005252 - Remanejamento de Copa - Lâmina V
- 2025-06268882 - Projeto de Reforma da Copa/Cozinha da Presidência - 10º pavimento - Lâmina I
- 2020-0690046 - Recuperação estrutural do Castelo D'água do Fórum de Santa Cruz
- 2019-0601193 - Estacionamento alagando constantemente e almoxarifado - Fórum de São João da Barra
- 2023-06142606 - Retirada de grades, modificação e alternativa no espaço do prédio onde está localizado o Cartório do Distribuidor, Contador e Partidor - Fórum de Nova Friburgo
- 2025-06113091 - Projeto Executivo do muro e rampas do Fórum de Queimados
- 2023-06009838 - Recuperação das fachadas do Fórum Regional de Madureira
- 2023-06054303 - Recuperação das fachadas e esquadrias JEC Barra do Piraí
- 2025-06277189 - Recuperação das fachadas do Fórum da Comarca de Belford Roxo
- 2023-06099663 - Recuperação das fachadas do prédio Fórum da Comarca de Japeri
- 2025-06300882 - Reforma das Fachadas e Pavimentação do Pátio do Almoxarifado da Praça da Bandeira
- 2024-06004684 - Projeto Executivo de Arquitetura para Suporte das Tubulações de Água de Condensação - Comarca da Capital - Lâmina I
- 2023-06104914 - Projeto Executivo para Construção do Novo Fórum da Comarca de Seropédica
- 2024-06117340 - Criação dos Gabinetes dos Novos Desembargadores - Lâminas III e IV - Comarca da Capital - 1º NUR
- 2025-06265142 - Substituição das grades externas - Fórum da Comarca de Saquarema
- 2025-06113049 - Projeto para Substituição de Revestimento das Fachadas do Fórum - Comarca de Itaipava - 3º NUR
- 2025-06522717 - Aquisição e instalação de banco de capacitores para atendimento dos prédios abaixo listados:
 - Fórum Regional do Méier
 - Fórum Regional de Jacarepaguá
 - Fórum Regional da Região Oceânica
 - Museu da Justiça
 - Fórum da Comarca de Resende
 - Fórum da Comarca de Porto Real

- Fórum da Comarca de Barra Mansa
- Fórum da Comarca de Volta Redonda
- Fórum da Comarca de Mangaratiba
- Fórum da Comarca de Japeri
- Fórum da Comarca de Engenheiro Paulo de Frontin
- Fórum da Comarca de Petrópolis
- Fórum Regional de Itaipava
- Fórum da Comarca de Três Rios
- Fórum da Comarca de Nova Friburgo
- Fórum da Comarca de Duas Barras
- Fórum da Comarca de Cordeiro
- Fórum da Comarca de Laje do Muriaé
- Fórum da Comarca de Italva
- Fórum da Comarca de Porciúncula
- 2020-0644264 / 2023-06091825 - Elaboração de projeto do sistema de saneamento do Fórum da Comarca de Rio das Ostras
- 2022-06135050 - Projeto para canteiro de obras das intervenções nas fachadas da EMERJ

Empreendimentos do TJRJ submetidos à aprovação e legalização junto aos Órgãos Públicos, Instituições e Concessionárias (DEENG-DIPEA)

- 2019-0601092 - Instalação de Gradil no Centro Administrativo do TJRJ da Comarca da Capital
- 2022-06059955 - Construção de biodigestor no Fórum da Comarca de Paraty
- 2024-06026333 - Intervenções nas fachadas e cobertura do Fórum da Comarca de Volta Redonda
- 2022-06115003 - Instalação de letreiro na fachada da Biblioteca da EMERJ de Niterói
- 2024-06036875 - Projeto de Acessibilidade e Intervenções no muro do Fórum Regional de Santa Cruz
- 2020-0674228 / 2025-06032392 (Licitação) - Reforço estrutural e impermeabilização da Praça dos Expedicionários da Comarca da Capital
- 2024-06059111 - Ampliação da rampa de acesso à carceragem do Fórum da Comarca da Capital
- 2022-06107970 - Construção de rampa de acesso para pessoas com deficiência física no térreo da Lâmina I do Fórum da Comarca da Capital, bem como execução de mesa redutora de velocidade na Rua Dom Manoel
- 2025-06009090 - Instalação de mastros de bandeira na fachada do Fórum da Comarca de Cantagalo
- 2019-0612388 - Construção de muro de contenção no Fórum da Comarca de Barra Mansa
- 2025-06113049 - Intervenções nas fachadas do Fórum da Comarca de Itaipava – Petrópolis

- 2023-06052520 - Instalação de gradil de proteção na Central de Águas Geladas do Museu da Justiça (antigo TACRIM) da Comarca da Capital
- 2025-06267663 - Instalação de placa Museu da Justiça e Centro Cultural do Poder Judiciário da Comarca da Capital
- 2025-06237217 - Intervenção no estacionamento do Fórum da Comarca de Cantagalo
- 2022-06121493 - Intervenção no bem tombado no Complexo do NAI (Comarca da Capital)
- 2023-06075658 - Intervenção para instalação de estacas e correntes no Almojarifado da Comarca de Niterói
- 2025-06300882 - Reforma das fachadas e pavimentação do pátio do almojarifado da Praça da Bandeira (Comarca da Capital)
- 2022-06090729 - Regularização junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) do remanejamento dos espaços ocupados pela equipe técnica e NUDECA do Fórum de São Fidélis

Obras e Serviços de Engenharia em andamento - Fiscalização de Obras (DEENG-DIFOB)



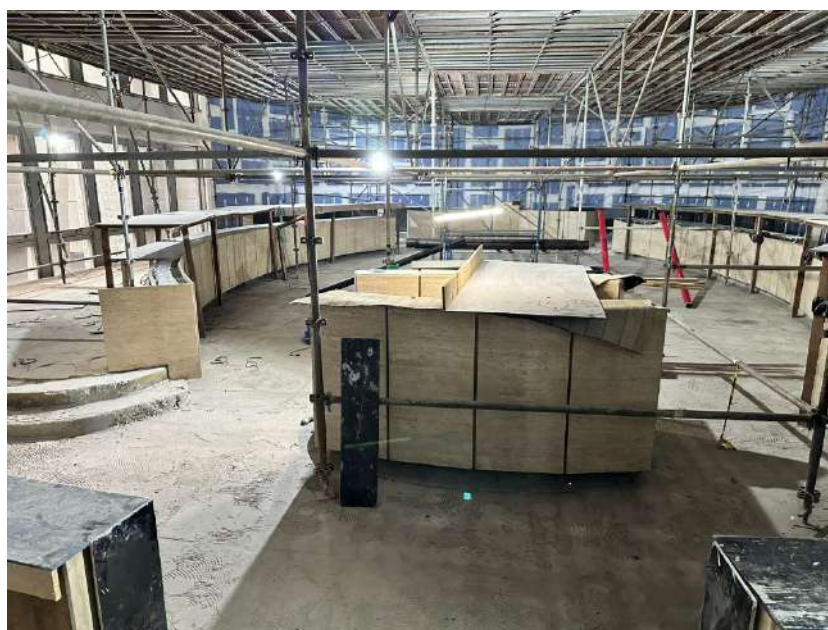
Novas e modernas Torres de Arrefecimento instaladas no Sistema de Climatização da Lâmina I

- Projeto de Reforma do Plenário, Foyer, Salão dos Desembargadores e Circulações – Fórum da Capital (Processo nº 2024-06055504)

O Projeto Executivo de Reforma do Plenário, Foyer, Salão dos Desembargadores e Circulações, visa à troca revestimento dos pisos, tetos, paredes e renovação das instalações prediais no 10º pavimento, além da modernização da cabine de áudio do 11º pavimento e troca dos equipamentos de ar-condicionado sitos na área técnica do 12º pavimento da Lâmina I. Todo o projeto está dotado de melhorias tecnológicas que visam eficiência, economicidade, conforto, acessibilidade e sustentabilidade.



Perspectiva do Plenário



Plenário

- Energia Solar – Lâmina IV



Placas fotovoltaicas instaladas / Fonte: Google Maps

- Energia Solar – São Gonçalo



Placas fotovoltaicas instaladas

- Energia Solar – Barra da Tijuca



Coberturas – Local onde serão instaladas as placas fotovoltaicas. / Fonte: Google Maps

- Energia Solar – Duque de Caxias



Coberturas – Local onde serão instaladas as placas fotovoltaicas. / Fonte: Google Maps

- Contratação de empresa especializada na locação, instalação e inspeção periódica de equipamentos de proteção coletiva das 4 (quatro) fachadas externas do edifício do Fórum da Comarca de Volta Redonda.



Fachada 1 - Rua Desembargador Ellis Hermydio Figueira

- **Contratos rescindidos:**
- Energia Fotovoltaica – Fórum de Vila Inhomirim

Projetos Diversos concluídos e em andamento (DEENG-DIPEA)

- Elaboração de 14 projetos de instalações complementares para sistema de aterramento das entradas de energia dos seguintes Fóruns:
- Arquivo de Rio Bonito (Processo nº 2021-0681264)
- Fórum de Magé (Processo nº 2021-0681275)
- Fórum de São Fidélis (Processo nº 2021-0662963)
- Fórum de Porciúncula (Processo nº 2021-0681273)
- Fórum da Comarca de Carapaus / Quissamã (Processo nº 2021-0661681)
- Fórum da Comarca de Itaperuna (Processo nº 2021-0681265)
- Fórum de Saquarema (Processo nº 2021-0681259)
- Fórum da Comarca de Engenheiro Paulo de Frontin (Processo nº 2021-0681252)
- Fórum da Comarca de Japeri (Processo nº 2021-0681206)
- Fórum da Comarca de Paracambi (Processo nº 2021-0681261)
- Fórum da Comarca de Trajano de Moraes (Processo nº 2021-0661677)
- Fórum de Nova Friburgo (Processo nº 2021-0662953)

- Fórum de Pavuna (Processo nº 2021-0681274)
- Fórum de Maricá (Processo nº 2021-0681200)

Projetos Legais de Prevenção e Combate a Incêndio junto ao CBMERJ concluídos e em andamento (DEENG-DIPEA)

- 2022-06056232 - Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio do Fórum de Sapucaia
- 2023-06016637 - Solicitação de cópia de laudo de exigência do Fórum da Comarca de Japeri
- 2024-06003415 - Elaboração de projeto completo de Segurança e Combate a Incêndio - Complexo Fórum Central da Capital
- 2020-0633915 - Projeto Executivo para Licitação do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio do Fórum Regional da Ilha do Governador
- 2025-06060158 - Projeto Legal e Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio para Regularização junto ao CBMERJ < 900m² - Fórum da Comarca de Conceição de Macabu
- 2021-0636191 - Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio para o Subsolo da Praça dos Expedicionários
- 2025-06273444 - Instalação de canalização preventiva contra incêndio no Fórum da Comarca de Miguel Pereira
- 2021-0650178 - Solicitação de orientação acerca da emissão do TAP - Campo Grande
- 2020-0697154 - Regularização junto ao CBMERJ do Sistema de Incêndio do Fórum da Comarca de Paraty inferior a 900 m²
- 2020-0695060 - Solicitação de implementação de ações visando à regularização junto ao CBMERJ do Sistema de Segurança de Combate a Incêndio do Fórum da Comarca de Seropédica
- 2021-0636701 - Regularização do Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio do prédio do Fórum de São Gonçalo
- 2023-06077115 - Solicitação do TRE - Informações acerca da existência de Laudo do Corpo de Bombeiros para distintas edificações:
 - Fórum da Comarca de Valença
 - Fórum da Comarca de Mendes
 - Fórum da Comarca de Eng. Paulo de Frontin
 - Fórum da Comarca de Rio Claro
- 2025-06060248 - Solicitação de elaboração de Projeto Legal e Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio para Regularização junto ao CBMERJ < 900m² - Fórum de Trajano de Moraes
- 2025-06060270 - Solicitação de elaboração de Projeto Legal e Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio para Regularização junto ao CBMERJ < 900m² - Fórum de São Sebastião do Alto – Processo SEI 2025-06060270
- 2021-0636284 - Regularização da Edificação junto ao CBMERJ - Fórum de Jacarepaguá
- 2023-06015700 - Solicitação de cópia de laudo de exigência do Fórum da Comarca de São Francisco de Itabapoana

- 2025-06060261 - Solicitação de elaboração de Projeto Legal e Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio para Regularização junto ao CBMERJ < 900m² - Fórum de Santa Maria Madalena
- 2025-06060214 - Solicitação de elaboração de Projeto Legal e Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio para Regularização junto ao CBMERJ < 900m² - Fórum de Carmo
- 2022-06017549 - Solicitação de análise técnica para avaliação das condições operacionais da eletrobomba instalada na Casa de Máquina de Incêndio - Arquivo Geral de São Cristóvão
- 2025-06060223 - Elaboração de Projeto Legal e Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio para Regularização junto ao CBMERJ (Fórum de Cantagalo)
- 2025-06060205 - Projeto Legal e Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio para Regularização no CBMERJ - Fórum de Sumidouro
- 2025-06060167 - Solicitação de elaboração de Projeto Legal e Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio para Regularização junto ao CBMERJ < 900m² - Fórum de Bom Jardim
- 2024-06112366 - Projeto Executivo de Prevenção e Combate a Incêndio - Arquivo Geral - Fórum Regional de Itaipava
- 2021-06104563 - Instalação de canalização preventiva contra incêndio no Fórum da Comarca de Paty do Alferes
- 2023-06016280 - Solicitação de fornecimento de Laudo de Exigências da edificação do Fórum da Comarca de Itaperuna
- 2022-06110397 - Relatório de Manutenção Preventiva de Detecção de Alarme de Incêndio - Fórum de Itaperuna
- 2021-0636357 - Prédio EMERJ - Adequação das instalações para obtenção do certificado de aprovação
- 2021-0602939 - Adequação dos sistemas de incêndio do Fórum da Comarca de Macaé
- 2023-06015537 - Fornecimento de laudo de exigência do Fórum da Comarca de Armação de Búzios
- 2023-06016282 - Fornecimento de laudo de exigência do Fórum da Comarca de Casemiro de Abreu
- 2019-0602 - Desenvolvimento do Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio - Fórum da Barra da Tijuca
- 2020-068991 - Construção de Abrigo para Material Inflamável - Almoxarifado Central de Niterói

Garantia de Obras

Principais ações:

- Vistorias: Vistorias regulares como no início da Garantia e Anuais Programadas e Vistorias Eventuais que ocorreram conforme as inconformidades identificadas e/ou apresentadas;
- Notificações: 55 notificações enviadas às contratadas, sendo 33 atendidas. A notificação não atendida deu origem ao procedimento apuratório que se encontra em trâmite;
- Auditoria e Monitoramento do Núcleo de Auditoria Interna (NAI): O SEGAR concluiu todos os monitoramentos e auditorias sem pendências e com a implementação das ações sugeridas.



Ação corretiva realizada pela contratada por inconformidade detectada pela Direção do Fórum de Itatiaia e notificada por Carta-Fiscal



Ação corretiva realizada pela contratada na Lâmina I e II por inconformidade detectada pelo Serviço de Garantia (SEGAR) e notificada por Carta-Fiscal.



Ação corretiva realizada pela contratada no letreiro luminoso localizado no 12º pavimento do Fórum Central, por inconformidade detectada pelo Serviço de Garantia (SEGAR) e notificada por Carta-Fiscal.

Orçamentos elaborados (DEENG-DIPCO)

- Obra de Segurança Institucional e Acessibilidade do Fórum de Santa Cruz
- Reforma das Fachadas Fórum Regional de Itaipava
- Obra de ampliação da rampa de acesso à carceragem, Lâmina II do Complexo do Fórum Central
- Reforma das fachadas e impermeabilização da cobertura do Fórum da Comarca de Volta Redonda
- Reforma das Fachadas do Fórum Regional de Madureira
- Implementação de alimentação alternativa para Sala Cofre e Plantão Judiciário, Lâmina I



Termos de referência elaborados (DEENG-DIPCO)

- 2024-06006163 - Prestação de serviços especializados no licenciamento, atualização e suporte técnico do Software de Engenharia VOLARE, para atender às necessidades do Departamento de Engenharia da Secretaria-Geral de Logística do Poder Judiciário
- 2025-06319543 - Prestação de serviços especializados no fornecimento de assinatura dos serviços do sistema Banco de Preços, utilizados pelo Departamento de Engenharia da Secretaria-Geral de Logística do Poder Judiciário
- 2025-06004600 - Prestação de serviços de investigações geotécnicas (sondagens e ensaios), conforme especificações constantes nas normas pertinentes, em terrenos de interesse do Poder Judiciário localizados em todo o Estado do Rio de Janeiro
- 2023-06144399 - Prestação de serviços de TOPOGRAFIA, conforme especificações constantes nas normas pertinentes, em terrenos de interesse do Poder Judiciário localizados em todo Estado do Rio de Janeiro, conforme orientação do Departamento de Engenharia, para subsidiar a elaboração de projetos executivos das futuras edificações
- 2024-06112068 - Prestação de serviços de escaneamento tridimensional a laser (3D scan) por nuvem de pontos, para subsidiar a produção de modelos BIM (Building In-

formation Modelling) dos imóveis que compõem o acervo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ)

- 2024-06060382 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de licenciamento, atualização e suporte técnico do software SOLIBRI visando a compatibilização, verificação, coordenação e controle de qualidade de modelos BIM de obras de engenharia
- 2024-096059488 - Licenciamento do software AltoQI, atualização, capacitação e suporte técnico do software de orçamento de obras de engenharia
- 2025-06016677 - Licenças dos softwares AUTOCAD e REVIT, com objetivo de atender as necessidades da Engenharia, proporcionando as ferramentas indispensáveis para o desenvolvimento dos projetos de arquitetura e engenharia, bem como oferecendo suporte à implementação da metodologia BIM no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
- 2025-06004465 - Prestação de serviços de elaboração de laudo do estado geral da fachada e da relação das intervenções necessárias no Museu da Justiça de Niterói
- 2025-06503908 - Contratação para Aquisição e Instalação de Sistema de Energia Solar Fotovoltaica, conectado à rede, no Fórum Regional de Bangu
- 2025-06286174 - Contratação para Aquisição e Instalação de Sistema de Energia Solar Fotovoltaica, conectado à rede (on-grid) - Fórum de Vila Inhomirim – Magé
- 2025-06281514 - Contratação para Aquisição e Instalação de Sistema de Energia Solar Fotovoltaica, conectado à rede (on-grid) - Fórum de São João de Meriti



Resíduos

No ano de 2025, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro produziu 12.636,58m³ de resíduos extraordinários, conforme pode ser verificado no gráfico abaixo. Sendo parte desse resíduo destinado às cooperativas de reciclagem e parte destinada a tratamento sanitário.

Gráfico - Total de Resíduos Coletados



Fonte: SGLOG

No ano de 2025, 40,13 toneladas de resíduos recicláveis deixaram de ser destinados aos aterros sanitários, contribuindo, assim, para o aumento da sua vida útil e para a diminuição da demanda por recursos naturais, na medida em que abastecem as indústrias recicladoras para reinserção dos resíduos em suas ou em outras cadeias produtivas, em substituição ao uso de matérias-primas virgens.

Gráfico - Resultado da Coleta Seletiva (kg)



Fonte: SGLOG

Os resíduos recicláveis são destinados às Cooperativas de Catadores, que formalizaram termo de compromisso com o TJRJ, realizando a inclusão socioeconômica desses profissionais.

Ao organizar a cadeia produtiva da reciclagem com a inclusão dos catadores de materiais recicláveis, o TJRJ propicia condições de trabalho adequadas e renda digna por seu trabalho, apresentando um exemplo de desenvolvimento sustentável ao proporcionar o equilíbrio das questões econômicas com justiça social e sustentabilidade ambiental.

Consumo de água e energia

O TJRJ busca a economicidade dos custos de água, energia elétrica e gás, intensificando os critérios para a análise das faturas de consumo. Essa análise é realizada por meio do exame de conjuntos de resultados de consumo, mediante a observação de valores informados pelas concessionárias, comparando-os com referências estabelecidas em períodos anteriores, a fim de fundamentar a tomada de decisão pela administração superior.

Comparando-se o período de janeiro a novembro de 2024 em relação ao mesmo período de 2025, houve aumento de 11,12% (53.748,10 m³) no consumo de água. A quantidade de água consumida mensalmente pode ser verificada no gráfico abaixo, com valores expressos em m³.

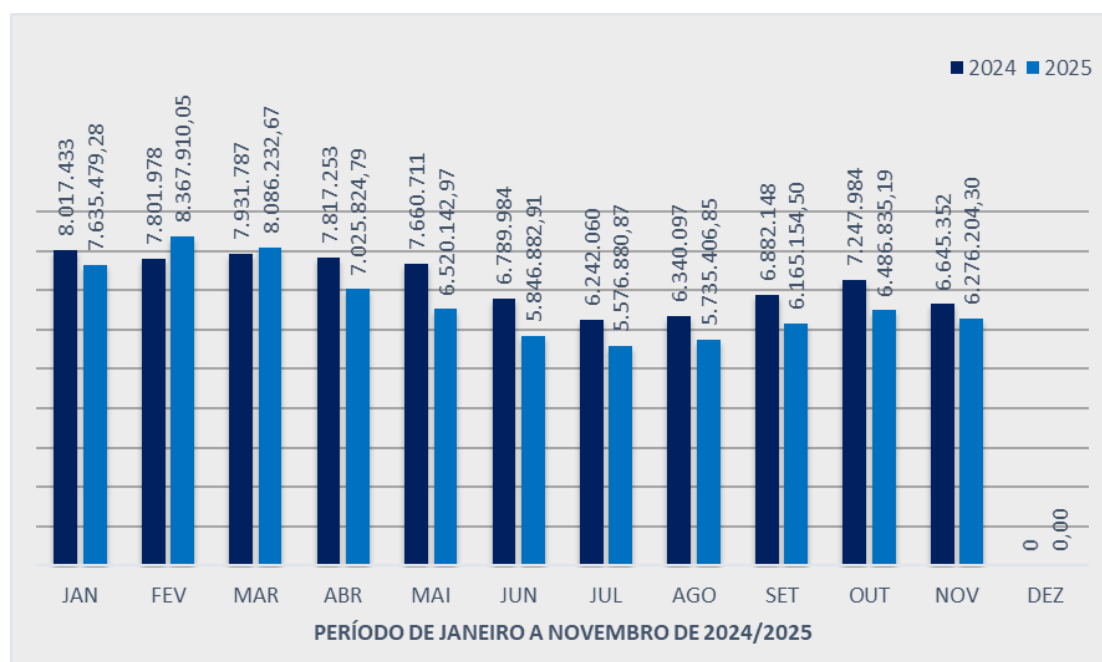
Gráfico - Consumo de água (m³)



Fonte: SGLOG

Já o consumo de energia elétrica apresentou redução de 7,67% (5.653.831,93 kWh) para o período de janeiro a novembro de 2025 em relação ao mesmo período do ano anterior. A quantidade de Energia Elétrica consumida mensalmente pode ser verificada no gráfico abaixo, com valores expressos em kWh.

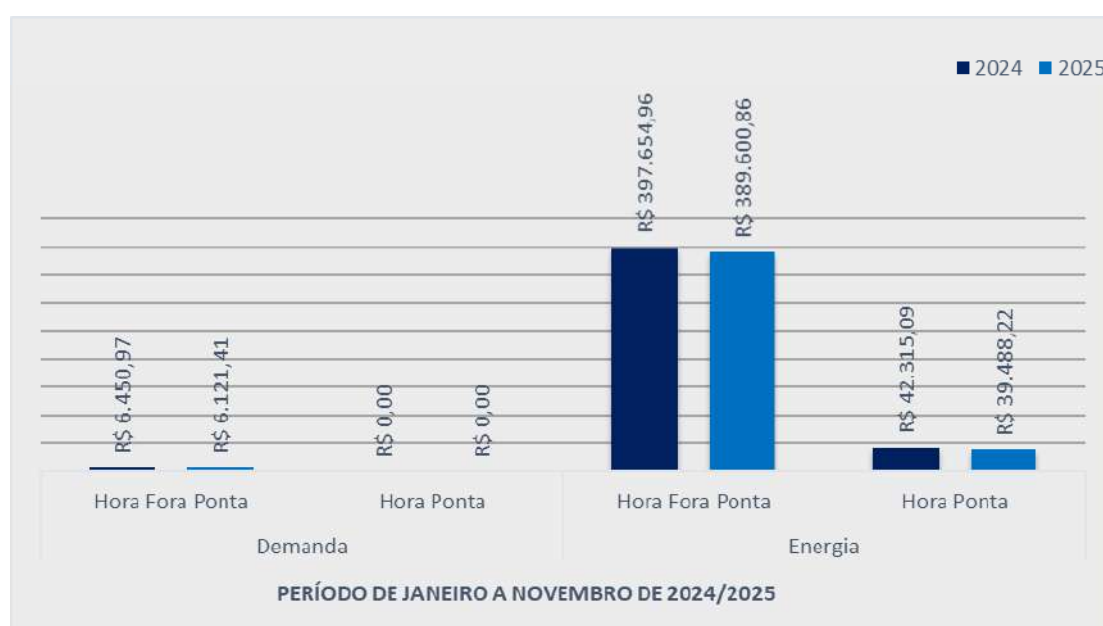
Gráfico - Consumo de Energia Elétrica (kWh)



Fonte: SGLOG

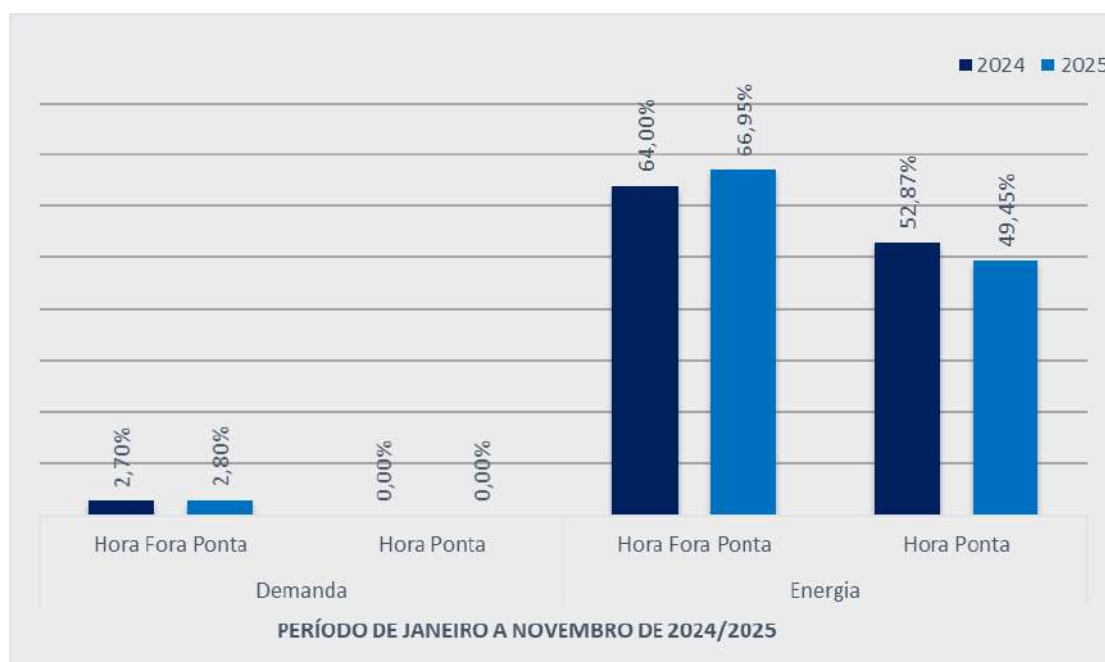
Embora não tenham ocorrido registros de multas em 2024 e 2025, as contas de energia elétrica apresentaram cobrança por demandas reativas e energia reativa. Nos gráficos a seguir, podem ser verificadas as proporções das contas com cada tipo de cobrança e o valor dessas cobranças, que totalizou R\$446.421,02 em 2024 e R\$435.210,49 em 2025, no período de janeiro a novembro de cada ano.

Gráfico - Contas com Cobrança por Energia Reativa



Fonte: SGLOG

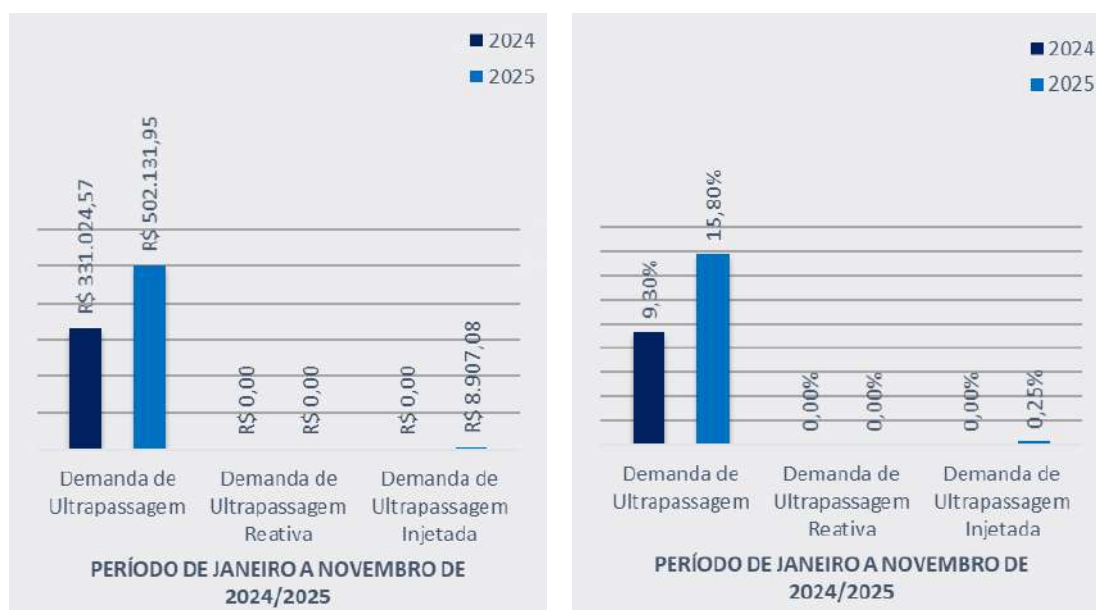
Gráfico - Contas com Cobrança por Energia Reativa



Fonte: SGLOG

Outro ponto que chama a atenção nas contas de energia elétrica são as cobranças por ultrapassagem de demanda. Essas cobranças ocorrem nos prédios de média tensão e representaram em 2024 o total de R\$331.024,57 e em 2025 o valor de R\$511.039,03 até novembro de 2025, conforme detalhes apresentados no gráfico abaixo.

Gráfico - Contas com Cobrança por Demanda de Ultrapassagem



Fonte: SGLOG

Gráfico - Economia Estimada com a Fotovoltaica (kWh) -2025 (Jan a Out Nov) dos prédios com energia fotovoltaica

A partir de 2023 ocorreu a ativação de sistemas para geração de energia fotovoltaica em cinco prédios do TJERJ.

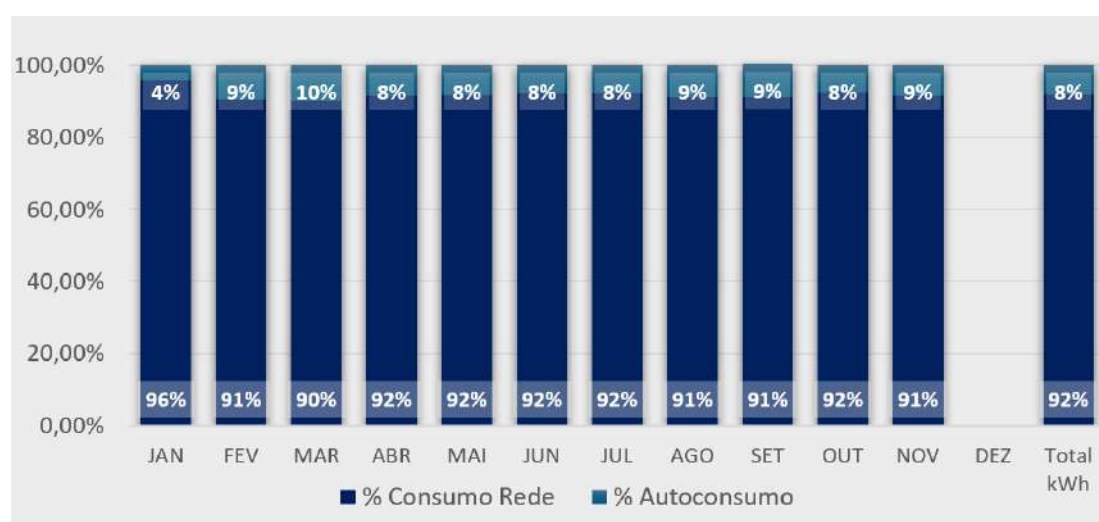
A ativação desses sistemas de geração resultou para o período de janeiro a novembro de 2025 em economia estimada de 2.095.691,30 kWh e R\$ 1.401.779,36 referentes ao autoconsumo da energia fotovoltaica e economia extra de R\$ 99.017,41 referente à energia fotovoltaica injetada.

Os gráficos sobre energia fotovoltaica apresentam resultados apenas dos oito prédios com usinas fotovoltaicas instaladas, em funcionamento, e cujas contas enviadas pelas concessionárias já contêm informações sobre o funcionamento das usinas.



Fonte: SGLOG

Gráfico - Relação entre o Consumo da Rede e Fotovoltaica (kWh) -2025 (Jan a Nov) dos prédios com energia fotovoltaica



A relação entre o consumo da rede e o autoconsumo para os prédios com usinas fotovoltaicas instalados representa uma relação média de 8% de energia fotovoltaica do total de energia utilizada por esses prédios. Entretanto essa relação sobe para 51,03% para o prédio do Arquivo Judiciário da capital e 49,80% para o prédio do Depósito de Niterói.

Gestão dos Serviços de Limpeza, Jardinagem e Controle de Vetores, Zeladoria, Recepção e Condução de Elevadores nos Fóruns do Interior e Unidades da Capital localizadas fora do Foro Central

Tramitaram pela DIAFO, até novembro de 2025, 276 processos de consolidação de acompanhamento mensal pela fiscalização e pagamento de faturas referentes aos contratos de limpeza, zeladoria, recepção e condução de elevadores, vinte e três processos em média por mês.

O trâmite dos processos na divisão é acompanhado em planilha própria com atenção para o cumprimento dos prazos regulamentares de forma a respeitar o tempo regular de pagamento previsto nos contratos. Geram-se os indicadores PROCESSOS DE PAGAMENTO TRAMITADOS NO PRAZO e TEMPO DE TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS DE PAGAMENTO, registrando, até novembro, 100% de processos tramitados no prazo e tempo médio de tramitação entre 2 e 3 dias.

Foi prestado suporte à implementação do Complexo do Núcleo de Atendimento Integrado (NAI), uma área de 25.138 metros quadrados, incluindo ampla área ajardinada, que, além do próprio NAI, abriga toda a estrutura de transporte do TJRJ administrada pelo Departamento de Transportes (SGLOG/DETRA).

Implantação de Serviço Regular de Manejo de Árvores

Foram feitas adequações no projeto de contratação (SEI 2024-060.22516) de serviços de poda e manejo de aproximadamente 1,8 mil elementos arbóreos (quantidade apurada quando do início da elaboração do projeto) com altura superior a 2 metros, o que não é previsto nos contratos atuais de jardinagem. Esses ajustes foram solicitados pela Administração Superior de forma a conciliar a real e inadiável necessidade de controle das áreas verdes com as orientações de economicidade.

Serviços Excepcionais de Eliminação de Infestações

- Retirada de pombos do prédio administrativo localizado na Praça da Bandeira, através da contratação emergencial, concluída em abril do corrente ano, tendo sido executada a higienização do espaço sem retorno das aves após a colocação das barreiras químicas e físicas.
- Serviço em garantia de tratamento contra cupins no prédio histórico do Fórum de Cantagalo.
- Acionamento do Corpo de Bombeiros para retirada de ninhos de marimbondos no Fórum da Barra da Tijuca.
- Acionamento do Corpo de Bombeiros para retirada de ninhos de abelhas e marimbondos no Fórum de Barra Mansa.
- Abertura de processo para contratação direta de empresa especializada para executar serviço de descupinização em todos os blocos e áreas externas do Fórum Regional de Santa Cruz.
- Abertura de processo para contratação direta de serviço de remoção de colmeia de abelhas e combate à infestação por aranhas no Fórum de Rio Bonito.

Serviços Excepcionais de Manejo de Elementos Arbóreos com Altura Superior a 2 Metros

- Abertura de processo para a contratação direta de serviço de poda e remoção de elementos arbóreos no Fórum Regional da Barra da Tijuca, sendo 30 árvores para poda e 15 elementos para remoção.
- Abertura de processo, em fase final, para contratação emergencial de serviço de remoção de um elemento arbóreo com aproximadamente 20 m de altura no prédio dos Juizados da Comarca de Barra do Pirai.
- Realização prevista para 01/12/2025 dos seguintes serviços contratados:
 - Limpeza de 06 coqueiros e 01 palmeira no Fórum Regional de Jacarepaguá
 - Poda de 02 árvores no Fórum Regional de Santa Cruz
 - Remoção de 01 árvore no Almoxarifado de Niterói
 - Poda de 01 árvore na Gráfica de Niterói
 - Remoção de 03 árvores e a poda de outras 04 no Fórum de Queimados



Projeto de contratação de serviço de podas regulares para árvores com altura superior a 2 m.

Serviços de Condução de Elevadores e Recepção

Em cumprimento à determinação da Administração Superior visando à economicidade, as vacâncias ocorridas nos postos de trabalho dos contratos de recepção e condução de elevadores não estão sendo preenchidas, existindo assim, atualmente, as seguintes vagas ociosas:

Condução de Elevadores:

- Fórum Regional de Alcântara – 1 turno vago
- Fórum de Niterói – 1 turno vago
- Fórum de Cabo Frio – 1 turno vago
- Fórum de Miracema – 1 turno vago
- Fórum Regional de Campo Grande – 1 turno vago
- Fórum de Nova Iguaçu – 1 turno vago
- Fórum Regional do Méier – 1 turno vago

Recepção:

- Fórum de Volta Redonda – 1 posto vago
- Fórum Regional de Santa Cruz – 1 posto vago

Serviços Excepcionais de Apoio ao Funcionamento dos Fóruns do Interior e Unidades da Capital Localizadas fora do Foro Central

No ano de 2025, foi prestado apoio para a distribuição de cartazes e demais impressos de campanhas institucionais ou de divulgação de serviços internos.

Nas três edições da Campanha da Semana da Justiça pela Paz em Casa foram direcionados impressos às Varas Criminais com competência em Tribunal do Júri, Juizados Especializados e Serventias com competência em Violência Doméstica, DEAM-Centro, além das “Salas Lilás” localizadas nos IML de Niterói, Campos dos Goytacazes, Teresópolis, Nova Iguaçu, Campo Grande, São Gonçalo, Petrópolis, Niterói, Centro.

Edição	Materiais
29ª Ed. (Março)	6.900 Cartilhas de bolso 6.900 Folders 6.900 Cartilhas Lei Maria da Penha 186 cartazes
30ª Ed. (Agosto)	12.600 Cartilhas de bolso 12.600 Folders 12.600 Cartilhas Lei Maria da Penha 702 Cartazes
31ª Ed. (Novembro)	6.900 Cartilhas de bolso 6.900 Folders 6.900 Cartilhas Lei Maria da Penha 186 Cartazes



Em 2025 foram distribuídos, ainda, 358 cartazes de divulgação dos canais de contato da Ouvidoria da Mulher, CNJ e Ouvidoria Geral do PJerJ para todas as Direções de fóruns; 388 cartazes do Programa de Acolhimento para todas as Direções de fóruns e 10 cartazes da Ação Social em homenagem ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência para as Direções do Fórum de Niterói e Regional do Méier.

Apoio aos Síndicos Regionais

Dada continuidade à implementação de rotina estruturada, iniciada ao final de 2024, de acompanhamento do recebimento dos relatórios dos síndicos regionais e da solução das demandas ali apresentadas.

Constatou-se, em levantamento feito no primeiro semestre de 2025, que 43% das comarcas não figuravam em relatórios emitidos.

Foi realizada reunião em 30/09/2025, segunda reunião do ano, após abertura de canal dedicado de comunicação no Teams, com a participação dos síndicos para apurar eventuais dificuldades enfrentadas para a emissão do relatório.

Foram feitos esclarecimentos sobre o preenchimento, recolhidas sugestões para a melhoria e simplificação do formulário do relatório, estabelecida padronização de abertura dos processos de envio no SEI dos relatórios de forma a viabilizar o rastreamento e criado cronograma de envio, bem como iniciado estudo para avaliar se a periodicidade trimestral prevista em regulamento é adequada.

Houve aumento do recebimento dos relatórios, estando em apuração o percentual de relatórios recebidos em relação à quantidade de comarcas existentes.



Equipe DIAFO - Análise de Dados das ocorrências em relatórios das visitas dos síndicos.

Serviços Excepcionais de Apoio ao Funcionamento dos Fóruns do Interior e Unidades da Capital Localizadas fora do Foro Central

No ano de 2025, foi prestado apoio para a distribuição de cartazes e demais impressos de campanhas institucionais ou de divulgação de serviços internos.

Nas três edições da Campanha da Semana da Justiça pela Paz em Casa foram direcionados impressos às Varas Criminais com competência em Tribunal do Júri, Juizados Especializados e Serventias com competência em Violência Doméstica, DEAM-Centro, além das “Salas Lilás” localizadas nos IML de Niterói, Campos dos Goytacazes, Teresópolis, Nova Iguaçu, Campo Grande, São Gonçalo, Petrópolis, Niterói, Centro.

Gestão dos Serviços de Limpeza, Jardinagem e Controle de Vetores, Recepção, Condução de Elevadores e Comunicação Visual no Foro Central.

No ano de 2025, a DIFOR-SELIM enfatizou suas atividades de fiscalização no contrato de limpeza e conservação, com maior efetividade no controle do uso de materiais de higiene pessoal, controle de vetores e melhor satisfação dos usuários nas rotinas de limpeza. Nesse tocante, obtivemos um índice de conceituação ótimo/bom de 83% na Pesquisa de Satisfação do Usuário (PSU). Nos aspectos sustentáveis, os tratos de jardinagem tiveram expressiva atuação, ornamentando e mantendo o viço de nossos conjuntos arbóreos e plantas de ambientação de salas, com foco na humanização das serventias.





Reprografia

Encerramento do Contrato nº 003/735/2023 junto à empresa SIMPRESS – COMÉRCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, no dia 06 de novembro de 2024.

Recepcionistas (DIFOR-SEFIS)

Prorrogação do contrato de prestação de serviço de recepção (003/637/2023), firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e a empresa Multiply Serviços e Manutenção Ltda., com término previsto para 30/11/2027. Durante o exercício de 2025, as recepcionistas desempenharam um papel essencial na interação com o público externo, servidores internos e membros do Poder Judiciário, incluindo Desembargadores e Juízes. Essas profissionais, com elevados padrões de educação, cordialidade e presteza, proporcionaram um atendimento de excelência, atendendo de maneira eficaz e respeitosa todos os usuários dos serviços judiciais.



Destaca-se, em particular, a atuação das recepcionistas certificadas em Língua Brasileira de Sinais (Libras), que, sempre que solicitado, ofereceram suporte adequado às pessoas com deficiência auditiva, garantindo-lhes pleno acesso aos serviços e orientando-as de forma eficiente aos setores pertinentes. Tal iniciativa, voltada à promoção da acessibilidade, representa um avanço significativo na busca pela inclusão no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ).

Ademais, as recepcionistas desempenharam papel relevante na organização e execução de eventos, fornecendo orientações ao público e colaborando para a eficácia das atividades realizadas por esta Egrégia Corte, contribuindo para o bom andamento das ações institucionais.

Ascensoristas (DIFOR-SEFIS)

Contrato de prestação de serviço de operação de elevadores e supervisão de rotinas e de equipes de ascensoristas (003/114/2024), firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e a empresa MGS Clean Soluções e Serviços, com previsão de término em 17/04/2026. A fiscalização dos serviços de ascensoristas teve como foco o cumprimento rigoroso do contrato de operação, a supervisão das rotinas e das equipes, bem como o respeito aos limites de lotação das cabines dos elevadores. As atividades foram conduzidas com a devida cordialidade e com um compromisso inabalável com a segurança e a eficiência, garantindo que os usuários tivessem acesso rápido e seguro aos andares do complexo.



Comunicação Visual (DIFOR-SEFIS)

O serviço de Comunicação Visual teve como função primordial o recebimento e afixação de cartazes, avisos e informativos, conforme as solicitações das diversas unidades. A equipe também foi incumbida de realizar a sinalização das Unidades Organizacionais do Foro Central, de acordo com o manual de sinalização do PJRJ, além da identificação dos gabinetes dos Desembargadores por meio de placas de vidro.

Adicionalmente, a equipe de Comunicação Visual realizou vistorias periódicas em todo o Complexo do Foro Central, com o intuito de monitorar as condições das placas de sinalização, como as localizadas nas portas, elevadores, sanitários e demais orientações gerais.



As irregularidades detectadas foram registradas em fotografias e encaminhadas à Direção, acompanhadas de relatórios mensais detalhados. A crescente demanda decorrente das inaugurações no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) exigiu uma atuação mais incisiva da equipe, que fiscalizou a qualidade das placas adesivas e outros elementos de sinalização, com vistas a garantir a organização e o bom andamento das atividades judiciais.

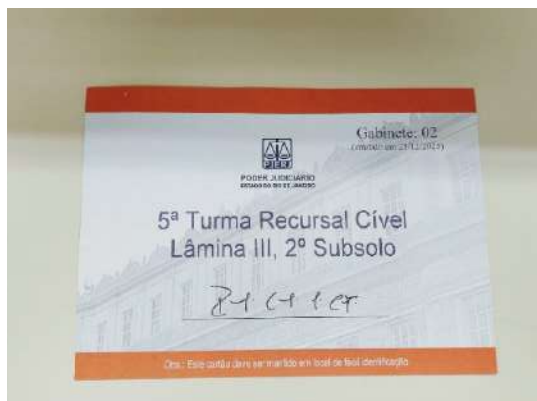
Fiscalização Predial (DIFOR-SEFIS)

A fiscalização predial teve como foco a manutenção contínua das condições das áreas comuns do Complexo do Foro Central, por meio de vistorias mensais e a elaboração de relatórios que subsidiaram a solicitação de serviços de reparo junto às unidades competentes. A adequação das condições de infraestrutura e a observação dos elementos de comunicação visual foram tratadas com especial atenção, sempre com o objetivo de assegurar a segurança, a funcionalidade e a acessibilidade nas instalações.



O acompanhamento das condições de infraestrutura no âmbito do plantão judiciário também se constituiu em prioridade, assegurando que os requisitos logísticos e estruturais fossem adequados ao atendimento do público e à realização das atividades judiciais.

Cartão de estacionamento - Entrada e Permanência (DIFOR-SEFIS)



A gestão do estacionamento do PJERJ inclui a emissão de cartões de estacionamento, a autorização de carga e descarga, e o controle rigoroso da entrada e permanência de veículos fora do horário de expediente. Esse serviço é de extrema importância para o bom funcionamento das atividades do complexo, proporcionando organização e controle do fluxo de veículos, inclusive em horários extraordinários.

As atividades desempenhadas pelo SEFIS em 2025 foram realizadas com elevado grau de eficiência, refletindo positivamente no custo-benefício dos serviços prestados. A fiscalização contínua e detalhada dos serviços contribuiu de forma significativa para a melhoria das condições de trabalho, o bom andamento das atividades judiciais e o cumprimento dos padrões de acessibilidade, qualidade e economicidade.

Este relatório demonstra a importância das diversas áreas supervisionadas pelo SEFIS e os avanços alcançados ao longo do ano, evidenciando o compromisso com a gestão responsável, a melhoria contínua e a excelência nos serviços prestados ao PJERJ. A atuação eficaz do SEFIS foi determinante para o fortalecimento da estrutura do Poder Judiciário, garantindo o bom atendimento às demandas da sociedade e a eficácia das atividades judiciais.

Contratos fiscalizados pela Assessoria de Catering Institucional (ASCAT):

- Órgão Fiscal do contrato nº 003/069/2025, que presta os Serviços de Copeiragem, atualmente tendo como contratada a Empresa Instituto Travessia.
- Órgão Fiscal do contrato nº 003/0184/2024 que presta os Serviços de Manutenção no atual software das comandas eletrônicas das Unidades de Copeiragem (UC), atualmente tendo como contratada a Empresa S&L, mantendo em atividade o programa ANEQUIM em 20 pontos (CPUs).
- Órgão Fiscal do contrato 003/0389/2021, que presta os serviços de fornecimento de créditos em cartões eletrônicos, atualmente tendo como contratada a Empresa Green-card, mantendo em operação e gerenciando o crédito de 200 (duzentos) cartões Alimentação/Refeição para prover alimentação em Tribunais do Júri e assistência social a menores.
- Órgão Fiscal do contrato de aquisição de água mineral em licitação (Processo SEI nº 2025-06244501), que abarca a redução na aquisição de embalagens descartáveis com a substituição de embalagens de 510 ml para embalagens de 1,5 L visando a sustentabilidade.

SGLOG/DEIOP/ASCAT – Assessoria de Catering Institucional

Primeiramente, cumpre informar que a atual ASCAT (Assessoria de Catering Institucional) foi criada pela Resolução nº 11/2024, publicada no DOERJ em 21/05/2024, em substituição ao SEALI, extinto pela mesma resolução.

Aprimoramentos de Logística:

Cumpre destacar que as práticas adotadas com a implementação da padronização dos pedidos das Unidades de Copeiragem (UCs) mensurados pelo consumo do dia com o devido abatimento das sobras através de controle diário dos estoques, facilitaram as entregas dos insumos perecíveis agendadas, de modo a minimizar descartes, com entregas de segunda a quinta, eliminando as entregas às sextas-feiras, para melhor aproveitamento dos insumos, em todas as 13 (treze) subunidades, que por meio de comunicação entre si, possibilita cambiar pontualmente insumos, para atendimento de demandas fora da curva de planejamento.

A citada logística é implementada através de estudo de dados, baseando-se nas médias consumidas e registradas no sistema de comandas eletrônicas. Esta medida vem contribuindo para a estabilidade dos resultados obtidos decorrentes das práticas de fiscalização e aprimoramentos de logística determinadas pela Administração Superior.

Vale mencionar que não houve a sinalização de desabastecimento ou queda na qualidade do atendimento aos Magistrados, inclusive ocorreu ampliação e flexibilização da carta de Catering Institucional, com novos itens e ampliação do número de fornecedores, sem descontrole orçamentário.

Outra importante implementação em 2025 foi a consolidação do setor de perecíveis tornar-se apartado da Secretaria, (Administrativo ASCAT) por tratar-se de atividade sensível e dinâmica. Esta atividade foi instalada no 8º andar da Lâmina Central – sala 804, em local onde foram observadas as normas das RDC nº 216/2004 quanto às instalações físicas. O setor de perecíveis opera em conjunto ao setor de eventos. Neste local, são recebidos os insumos perecíveis de uso diário nas UCs, reuniões e Eventos Institucionais. Neste setor, para suprir eventuais urgências, implementou-se um estoque de segurança, com pequeno volume de lanches e bebidas, para evitar negativas decorrentes de consumos imprevistos fora da curva do consumo predefinidos, com o objetivo de mitigar desabastecimento pontual.

Nos dias 05 e 12 dezembro de 2025 foi ministrado o curso de Boas Práticas conforme prevê o contrato em vigor dentro do que prevê as normativas da ANVISA, para atualização dos garçons, copeiras e almoxarifes, aprimorando a qualidade dos serviços prestados pelos contratados.

Atualmente, encontra-se em planejamento nova licitação no Processo SEI nº 2024-06122468 para aquisição de louças para o biênio 2026/2027, que irá considerar, o volume de louças descartadas, que vem sendo monitorado por meio do Procedimento SEI nº 2022-06116918.

Encontra-se em instrução o Processo SEI nº 2024-06124477 para licitação de cafeteiras industriais com a concomitante manutenção preventiva e corretiva do acervo com o intuito de manter o atendimento frente ao elevado fluxo de produção do café coado para reuniões e eventos institucionais, com intuito de termos materiais mais modernos, econômicos e sustentáveis.

Encontra-se em tramitação o aditivo do contrato de copeiragem por meio do processo SEI nº 2025-06286344, tanto para mão de obra quanto para insumos devido ao aumento dos atendimentos considerando a nova estrutura do Poder Judiciário.

Resumo das atividades desenvolvidas 2025

1 - Atendimentos Diários:

- Unidades de Copeiragem para Desembargadores e Juízes.
- Reuniões Diversas da Alta Administração.

2 - Apoio Logístico em Eventos Institucionais:

- GABPRES
- DECEV
- Órgão Especial, Conselho da Magistratura e Tribunal Pleno
- Escolas do TJERJ - EMERJ, ESAJ, EMEDI
- NUPEMEC
- Corregedoria Geral
- Museu da Justiça
- SGSUS - Projetos Sociais
- SGADM - Reuniões da Alta Administração
- Demais eventos a outras Unidades Administrativas quando autorizados via SEI.

3 - Eventos Externos:

- Juizado Torcedor e Grandes Eventos – CEJESP

4 - Créditos Alimentação/Refeição: Verba Alimentar

- Tribunais do Júri: (Corpo de Sentença – Réus e Testemunhas)

5 - Créditos Alimentação/Refeição - Verba Alimentar

- Atendimento à Infância, à Juventude e ao Idoso e ao NUDECA.

6 - Juizados Especiais Cíveis

- (JEC- Aeroportos - Lanche diário)

7 – Apoios pelo Almoxarifado:

- Brinquedoteca e VECA
- Juizado de Violência Doméstica
- Casa de Custódia – Benfica
- Espaço AMIL
- DESAU
- Salas de Testemunhas
- COAPS (CIPOP)

9 - Fornecimento de água mineral:

- Justiça Itinerante, Eventos, Desembargadores e Juízes, e Unidades autorizadas

10 - Plantão Judiciário 1ª e 2ª instância

11. Atendimento aos quatro Tribunais do Júri da Capital

Ações ASCAT:

- Projeto do Ato nº 21/2025: conforme o Processo SEI nº 2021-06123752, o Projeto piloto teve seu início em 17/11/2021, em conjunto com a Secretaria Geral de Sustentabilidade (SGSUS), com vistas à redução do indicador do CNJ, referente às embalagens unitárias descartáveis de água mineral, que por sua vez, culminou com a publicação do Ato nº 21/2025.
- Criação do Setor de Perecíveis: implementação da sala situada no 8º pavimento, da Lâmina I, para a operação de logística dos insumos perecíveis em um único local, com equipe específica para efetuar os pedidos de insumos junto aos Fornecedores, o recebimento e a dispensação para os eventos e reuniões institucionais, registro por intermédio do sistema de comanda eletrônica, facilitando dessa forma, a execução da metodologia PEPS (controle de estoque) com a organização de layout em espaço específico, onde se situava o depósito de água mineral, Processo SEI nº 2024-06045415.
- Apoio Logístico aos Tribunais do Júri da Capital: conforme o Processo SEI nº 2024-06151360, foi implementada a logística para atendimento com o Catering Institucional aos respectivos Tribunais, com os Supervisores dedicados exclusivamente aos suportes para as devidas sessões e aferição dos comensais de acordo com o Ato Normativo 10/2022, garantindo a segurança sanitária e a economicidade dos recursos públicos.
- Painelização da ASCAT na Plataforma Qlink Sense: conforme o Processo SEI nº 2025-06060578, foi realizada a implementação do painel dos indicadores da ASCAT, com vistas ao aprimoramento na fiscalização e monitoramento do empenho referente aos cartões corporativos e dar suporte, à Administração Superior para a utilização de recursos financeiros.
- Projeto Cumim: conforme Processo SEI nº 2023-06053435, foi realizada a absorção de jovens advindos do Projeto Social JPJ (Justiça pelos Jovens), com o intuito da profissionalização e suporte junto às atividades internas das Unidades de Copeiragem, Eventos e Logística dos Almoxarifados.
- Projeto Compostagem: conforme o Processo SEI nº 2025-06257357, está sendo realizada a ação em conjunto com a Secretaria Geral de Sustentabilidade (SGSUS) no Projeto de Compostagem, em trâmite, para destinação do descarte do pó de café utilizado nas Unidades de Copeiragem, em atenção as Normativas do CNJ que recebeu o prêmio de selo de Boas Práticas na categoria Prêmio de Prática Inovadora 2025.
- Grupo de Trabalho para Previsões Orçamentárias: implementação de equipe de trabalho para planejamento e execução das previsões orçamentárias, com o objetivo de maior controle do início ao fim das solicitações de Reuniões e Eventos Institucionais, bem como das autorizações por meio do Processo Administrativo SEI.

- Projeto Sistema de Agendamento para Eventos/Reuniões na ASCAT: conforme o Processo SEI nº 2024-06125162, foi realizado em conjunto com a SGGIC/DEIND/IDEARIO, o desenvolvimento de um sistema para gestão do agendamento, planejamento, controle, execução e conclusão das solicitações de reuniões e eventos institucionais.
- Projeto Atualização Ato Normativo 10/2022: conforme o Processo SEI nº 2024-06073960, foi elaborada a proposta de atualização do Ato Normativo 10/2022, para aprimoramento do uso do empenho financeiro para os Tribunais do Júri, com a inclusão das Varas de Infância e NUDECAs ao respectivo Ato, pelo qual regulamenta a matéria.
- Proposta de Redução do Empenho Financeiro: conforme o Processo SEI nº 2024-06082316, os processos encontram-se em tramitação, com vistas à nova contratação dos cartões corporativos desta ASCAT e de outras Unidades.
- Nova Unidade de Copeiragem (2º pavimento, da Lâmina IV): conforme o Processo SEI nº 2025-06018067, foi realizada a implementação da nova Unidade de Copeiragem, destinada ao atendimento da 2ª Vice-Presidência.
- Prorrogação do contrato de Software das Comandas Eletrônicas: conforme o Processo SEI nº 2023-06029713, que se encontra em instrução para continuidade e aprimoramento da emissão de comandas eletrônicas, com o intuito de promover a estabilidade do orçamento de Catering Institucional.
- Controle do Descarte de Louças: conforme o Processo SEI nº 2022-06116918, está sendo realizado o controle da quebra de louças do acervo utilizado para atendimento às reuniões e eventos institucionais da 2ª Instância, objetivando evitar a ruptura e o desabastecimento com a utilização dos dados para parametrização em futuras aquisições.
- Padronização da Volumetria de Água Mineral: conforme o Processo SEI nº 2024-06005178, foram realizada a padronização, a redução e o controle da volumetria de distribuição de água mineral envasada para unidades do GABPRES, autorizadas pela Administração Superior.
- Carta de Catering Institucional: conforme o Processo SEI nº 2025-06016860, foi elaborada a ferramenta administrativa para regulação e monitoramento dos insumos disponibilizados aos magistrados, com a parametrização chancelada pela Administração Superior.
- Aquisição de Novos Equipamentos: conforme o Processo SEI nº 2024-06049236, foi realizada a inovação com a aquisição de novos tipos de equipamentos, segundo requerido pelo ASCER, para a Copa da Presidência – exemplo: máquinas de café destinadas aos Eventos da Presidência, e Processo SEI nº 2025-06298096, que se encontra em tramitação, para aquisição de máquinas de gelo para atendimentos aos Eventos Institucionais.
- Obras nas Unidades de Copeiragem: conforme o Processo SEI nº 2024-06123042, que encontra-se em andamento, para a reforma da Unidade de Copeiragem, situada no 10º pavimento, da Lâmina I – Presidência, Processo SEI nº 2025-06005252, que se encontra em providências para a ampliação da Unidade de Copeiragem do 2º pavimento, da Lâmina V – Recursal para novo local e Processo SEI nº 2024-06005217, que trata da

reforma da Unidade de Copeiragem do 1º pavimento da Lâmina I, para melhor atendimento à 1ª Instância.

- Reforma da Sala da ASCAT: conforme o Processo SEI nº 2023-06012092, que possibilitou a ASCAT ser compartimentada em Setores dedicados a Fiscalização, Eventos e Reuniões, Secretaria, Financeiro, Fornecedores, Almoxarifados, Automação e Controle de acervo, promovendo maior eficiência e celeridade na execução da complexa logística da Assessoria de Catering Institucional (ASCAT).
- Atendimentos com Catering Institucional para fins Sociais: demandas Sociais autorizadas pela Administração Superior com os seguintes destinos: Museu da Justiça (Processos SEI nº 2025-06015691), CAAV/ETIC (Processo SEI nº 2025-06246621) e Projeto CIPOP-RUA-RJ (Processo SEI nº 2024-06048313).
- Projeto de Remanejamento do Setor Administrativo do Almoxarifado ASCAT para flexibilizar a logística e adequar ao aumento dos atendimentos ao catering das reuniões e eventos institucionais que tramita via Processo SEI nº 2025-06550359.
- Coleta Reversa de Cápsulas de Bebidas Quentes (Expressos) – implementada em conjunto com a empresa: Travessia e a empresa 3 Corações que fornece as bebidas quentes (expressos), referente ao contrato de copeiragem 003/0069/2025, a coleta reversa das cápsulas de café e chá (expressos), e realizadas semanalmente junto ao Almoxarifado da ASCAT em embalagens (bombonas) lacradas, específicas para tal finalidade, que são disponibilizadas pelo fabricante 3 Corações. Assim, contribuindo para a redução de resíduos e o programa de sustentabilidade do TJRJ.



Bombonas coleta reversa cápsulas expressos 3 Corações

Consumo de papel A4

A compra de papel representa um dos maiores gastos de materiais de consumo do TJRJ, juntamente com os insumos de informática, motivo pelo qual o Tribunal tem adotado continuamente medidas preventivas, visando à redução do consumo e do desperdício.

A migração da maioria das serventias para o sistema eletrônico, a edição dos Avisos nº 87/2019 e nº 46/2024, a divulgação de campanhas de redução e de consumo consciente,

têm se mostrado ferramentas essenciais para a diminuição da demanda e das compras desse material.

Em termos de economia, a redução pode ser observada adotando-se como parâmetro o ano de 2019, já que foi o último ano de consumo regular antes das edições dos Avisos nº87/2019 e nº46/2024. Assim, quando comparado o consumo de resmas em 2019, na ordem de 210.867, com o total de resmas distribuídas em 2025, no patamar de 102.213 resmas, verifica-se a expressiva redução de 51,53%.

Logística reversa de cartuchos

No exercício de 2025, registrou-se a devolução de 6.548 (seis mil quinhentos e quarenta e oito) cartuchos de toner e cilindros aos respectivos fabricantes e contratados, abrangendo, nesse cômputo, todos os modelos e as marcas adquiridas. Essa ação reforça o compromisso do PJERJ com a sustentabilidade, por meio da logística reversa de insumos, cabendo apenas notar-se que, com a adoção dos serviços de outsourcing, essa prática encontra-se agora, a cargo da contratada por não caber mais ao TJERJ a compra dos referidos insumos.

Guia Verde

No ano de 2025, o Guia Verde contabilizou 1.116 (mil, cento e dezesseis) itens cadastrados. Considerando que, ao término do exercício de 2024, o total registrado era de 1.079 (mil e setenta e nove) itens, verifica-se um acréscimo de 37 itens, o que representa um crescimento de aproximadamente 3%, alcançado antes do encerramento do exercício. Tal resultado supera a meta anual estabelecida de 2%, demonstrando o avanço consistente das ações de atualização e ampliação do Guia.

Os produtos inseridos no Guia Verde são aqueles especificados com requisitos de sustentabilidade, devidamente enquadrados conforme as normas e diretrizes vigentes.

O Guia Verde passa por atualizações e revisões técnicas a cada processo de aquisição, quando são realizadas novas pesquisas de mercado. Nessas etapas, determinados itens podem deixar de atender aos critérios de sustentabilidade, seja por alterações nas características técnicas, por revisões de estudos e referências normativas, ou ainda pela inviabilidade de exigência de determinadas certificações, em razão da inexistência ou da dificuldade de encontrar fabricantes e/ou fornecedores que as possuam.

Tendo em vista a necessidade de constante atualização e aprimoramento técnico, é importante informar que a equipe responsável pelo Guia Verde participou do Seminário “Licitações Sustentáveis, ESG e Sustentabilidade”, promovido pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, com o objetivo de identificar novas práticas, tendências e critérios aplicáveis às compras públicas sustentáveis.

Bens permanentes inventariados nas unidades patrimoniais

Por meio do inventário geral anual, são disponibilizadas informações estratégicas ao Tribunal de Justiça para a adequada gestão do acervo patrimonial, o planejamento de compras de novos bens, bem como a elaboração de relatórios que subsidiam a já mencionada prestação de contas anual da Alta Administração.

A realidade física dos bens permanentes no PJERJ foi demonstrada, qualitativa e quantitativamente, por meio da realização das fases de lançamento, ratificação e ajustamento do inventário geral 2025, todas previstas no art. 42, §§ 1º a 3º, da Resolução nº 10/2021 do Egrégio Órgão Especial.

No relatório 11161197 do processo 2025-06306066, o agente patrimonial principal do PJERJ manifestou-se com relação ao encerramento da fase de lançamento. Foram inventariados 380.000 bens, conforme inserido no Indicador Estratégico SGLOG/DIPAT nº 45.

O indicador gerencial da DIPAT, denominado “Percentual de bens localizados no PJERJ entre o início da fase de lançamento e o final da fase de ajustamento do inventário geral anual”, alcançou o expressivo resultado de 99,97%. Esse desempenho evidencia que 382.468 itens, de um total de 382.581 bens integrantes do acervo submetido ao Inventário Geral de 2025, foram devidamente localizados ao longo do processo.

Destaca-se, nesse contexto, que apenas 0,03% dos bens não foram localizados em todo o âmbito do PJERJ, percentual residual que reforça a efetividade dos procedimentos adotados e o elevado grau de controle patrimonial alcançado.

(Relatório de Encerramento do Inventário Geral 2025 número 11917594 do processo 2025-06529228).

Mais de 5.000 agentes patrimoniais cadastrados em sistemas de controle de patrimônio e de inventário.

Para a realização do inventário geral de 2025, foi colocada em produção nova versão do Sistema de Inventário (SISINVENT), resultando em melhorias na interface entre o sistema e os agentes patrimoniais. Com o objetivo do aprimoramento das informações extraídas do SISINVENT, foram abertas solicitações de manutenções corretivas e evolutivas que, após atendidas, contribuíram para o planejamento de ações setoriais visando o alcance das metas.

O indicador “Nível de satisfação com o atendimento prestado na Central de Apoio aos Agentes Patrimoniais” relativo a outubro/2025 (ou seja, no decorrer da terceira e última fase do inventário geral 2025), demonstrou que, aproximadamente 98% dos 621 participantes da pesquisa de satisfação avaliaram como “ótimo” ou “bom” o serviço prestado pela mencionada Central.

A gestão coordenada, sistêmica e padronizada dos bens permanentes do acervo do PJERJ, preconizada pela Resolução nº 10/2021 do Egrégio Órgão Especial (publicada, no DJERJ, em 01/06/2021), mostra-se crucial para a boa governança e o uso adequado, racional e eficiente de recursos públicos, haja vista que, no encerramento do inventário geral 2020 (ou seja, período no qual não havia vigência da mencionada Resolução), 2.210 bens não localizados, nem regularmente movimentados, compuseram o Termo de Baixa nº. 2022000005 (documento 3313090) do processo de encerramento do inventário geral 2020

(2020-0696937), ao passo que, no Relatório de Encerramento do Inventário Geral 2025 (documento 11917594 do processo 2025-06529228), demonstrou-se que aquele quantitativo foi reduzido para 113 bens (aproximadamente 0,03% - ou seja, percentual bastante inferior a 1% - dos 382.581 bens que compunham o acervo do PJERJ para a realização do inventário geral 2025).

Quantidade de bens permanentes não localizados, nem regularmente movimentados, ao final dos inventários gerais anuais					
2025	2024	2023	2022	2021	2020
113 bens (0,03% dos 382.581 bens que compunham o acervo do PJERJ no inventário geral 2025 – documento 11917594 do processo 2025-06529228)	132 bens (0,03% dos 373.736 bens que compunham, em 11/11/2024, o acervo do PJE-RJ – documento 9176804 do processo 2024-06096413)	460 bens (Termo de Baixa nº. 2023000186 – documento 7153477 do processo 2023-06089564)	242 bens (Termo de Baixa nº. 2022000272 – documento 5022112 do processo 2022-06090888)	788 bens (Termo de Baixa nº. 2022000069 – documento 3682939 do processo 2021-0671032)	2.210 bens (Termo de Baixa nº. 2022000005 – documento 3313090 do processo 2020-0696937).

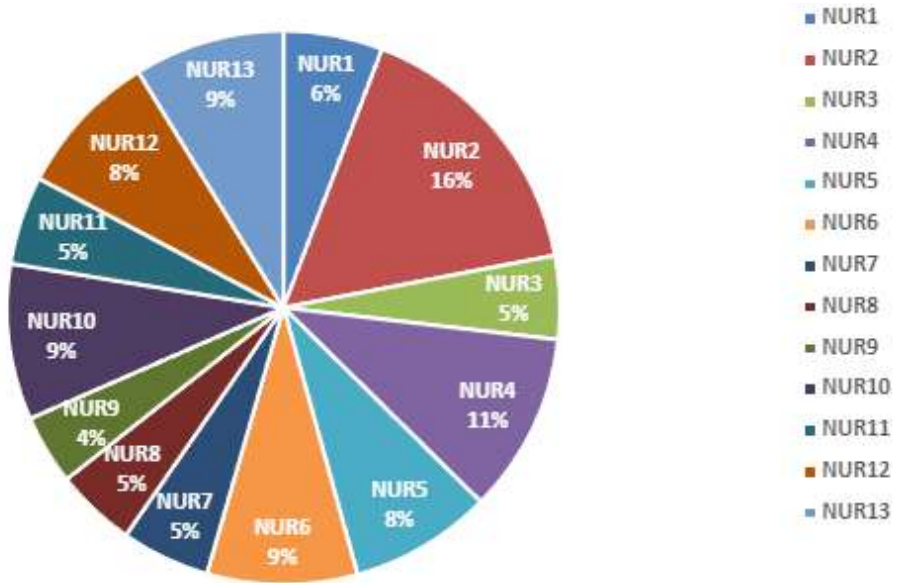
Movimentação de Bens na Campanha “Menos é Mais”

Total de Solicitações Recebidas por NUR												
NUR1	NUR2	NUR3	NUR4	NUR5	NUR6	NUR7	NUR8	NUR9	NUR10	NUR11	NUR12	NUR13
37	103	31	67	53	56	33	30	26	58	33	54	56

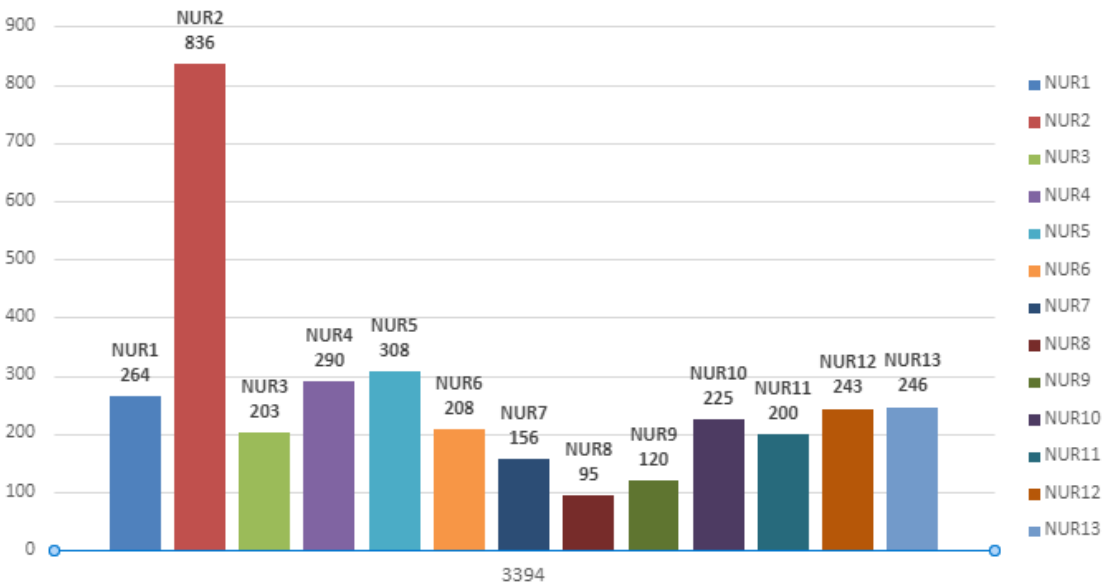
Quantidades de Bens Retirados por NUR												
NUR1	NUR2	NUR3	NUR4	NUR5	NUR6	NUR7	NUR8	NUR9	NUR10	NUR11	NUR12	NUR13
264	836	203	290	308	208	156	95	120	225	200	243	246

Total de Solicitações Recebidas
637
Total de Bens Retirados pelo SEMOP
3394

Solicitações recebidas por NUR



Solicitações recebidas por NUR



Serviços de Marcenaria Urgentes e Específicos (DIPAT/SEMAM)

Processo nº 2023- 06145456 – Tratam os autos de solicitação visando adequações no espaço ocupado pelo DEIGE e na Sala do Vídeo-Wall, localizados no 10º pavimento do prédio da Lâmina II, para atender à demanda da SGDAI (Secretaria-Geral de Dados Gerenciais e Análise de Indicadores), foram realizadas as seguintes manufaturas: BANDEIRA PARA MESA, BANDEIRA PARA MESA RETANGULAR, COMPLEMENTO PARA APARADOR, MANUFATURA DE BANDEIRA PARA MESA EM L, MANUFATURA DE MOLDURA SUPERIOR PARA QUADRO E MANUFATURA DE GAVETEIRO VOLANTE.

Processo nº 2023- 0684984 – Readequação de leiaute do hall dos desembargadores, incluiu a MANUFATURA DE BALCÃO, PAINEL E PORTA DE CORRER,

Processo nº 2023- 06112393 – Alteração de layout do corredor da Galeria dos Presidentes do TJ, foram serviços para MANUFATURA DE BALCÃO, PORTAS E PAINEL.

Processo nº 2023- 06076636 – Foram executados serviços para o remanejamento de porta camarão, conserto em tampo de mesa, MANUFATURA DE BELICHE, MANUFATURA DE BANCADA E MANUFATURA DE PAINÉIS.

Readequações no Almoxarifado de Niterói (em andamento)

- Projeto de desenvolvimento e validação, de forma profissional, de procedimentos que visem proteger os bens armazenados no Almoxarifado (Processo n.º 2020-0685764).
- Projeto de implementação de sistema de prevenção e combate a incêndio, no Almoxarifado de Niterói, e construção de setor destinado ao armazenamento de materiais inflamáveis (Processo n.º 2020-0689913).
- Projeto de climatização do Almoxarifado de Niterói (Processo n.º 2022-06104287).
- Projeto de construção de escadas nas plataformas dos galpões do Almoxarifado de Niterói (Processo n.º 2023-06009321).
- Projeto de construção de estacionamento em frente ao prédio do Almoxarifado de Niterói (Processo n.º 2023-06103602).
- Projeto de pintura e demarcação do piso nos interiores dos galpões do Almoxarifado de Niterói (Processo nº 2025-06019135).
- Projeto de ampliação da copa/refeitório e melhorias no banheiro feminino, localizados no Almoxarifado de Niterói (Processo nº 2025-06312068).

Readequações no Almoxarifado de Niterói (concluídas no último exercício)

- Projeto de instalação de equipamentos de monitoramento por vídeo (CFTV) nos interiores dos galpões destinados ao armazenamento de bens em estoque do Almoxarifado de Niterói (Processo n.º 2021-0669843).
- Projeto de instalação de cobertura nos acessos da guarita e do depósito de materiais inflamáveis, de modo a proporcionar proteção contra chuva (Processo n.º 2023-06056824).
- Projeto de construção de coberturas no Almoxarifado de Niterói de modo a proporcionar mais espaços, para alocação dos materiais (Processo n.º 2023-06142275).

Aquisição de equipamentos elétricos de transporte de cargas pesadas

- Processo nº 2024-06065843, referente à aquisição de equipamentos elétricos de transporte de cargas pesadas para o Almoxarifado de Niterói, seguindo tendência global de sustentabilidade. Foram adquiridas 10 (dez) transpaleteiras / paleteiras hidráulicas – capacidade 3000kg, 3 (três) empilhadeiras elétricas – capacidade de 1500kg ou 1600kg e 2 (duas) empilhadeiras elétricas – capacidade de 2500 kg.

Renovação parcial da frota de veículos

Aquisição em setembro de 2025 por meio do Processo Adm. SEI 2025-06032775 de 320 (trezentos e vinte) veículos de representação tipo SUV médio, motorização híbrida, com blindagem proteção nível III-A

Aquisição de 2 (dois) veículos tipo van (micro-ônibus), entregues em julho de 2025 (Processo SEI nº 2024-06049775)

Nova estrutura do Departamento de Transportes

O Departamento de Transportes passou a funcionar em um novo endereço com nova instalação: Rua Ceará 333, Praça da Bandeira.

A arquitetura da nova sede foi cuidadosamente planejada para abrigar toda a frota e com especial atenção às exigências operacionais, legais e ambientais, alinhando-se aos princípios da sustentabilidade e das diretrizes institucionais vinculadas ao DETRA.

Neste sentido, destaca-se o reaproveitamento de água utilizada na lavagem dos veículos, e também o sistema de captação e armazenamento de água da chuva, que promovem o uso racional e a economia de recursos hídricos.

Além disso, o Serviço de Coordenação e Manutenção de Veículos teve sua capacidade de recepção de veículos ampliada em cerca de 15%, o que possibilitou maior fluidez nos atendimentos, redução de demandas acumuladas e otimização de custos.

Aquisição de Unidades Móveis para o Programa Justiça Itinerante

O Programa Justiça Itinerante surgiu de uma iniciativa pioneira do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro que se antecipou à “Reforma do Judiciário” (Emenda Constitucional nº 45 de 31/12/2004), que determinou aos tribunais de todo o país a obrigatoriedade de implantar referido programa com realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional nos limites territoriais da respectiva jurisdição, utilizando, para tal fim, equipamentos públicos e comunitários.

O Poder Judiciário Fluminense iniciou o projeto Justiça Itinerante no ano de 2004 no Município de Tanguá, interior do estado. Atualmente o programa dispõe de vinte e seis postos de atendimento no Estado do Rio de Janeiro.

Para atender às diferentes regiões do estado do Rio de Janeiro (interior, periferias da Baixada Fluminense e comunidades da Capital), o Tribunal de Justiça optou pela aquisição de ônibus, adaptando-os em unidades móveis para tal fim. Por serem mais funcionais, podem viajar pelas rodovias, como é o caso das Justiças Itinerantes de Macuco, Areal,

Comendador Levy Gasparian, Campos dos Goytacazes, Varre-Sai, São Francisco do Itabapoana e Quatis. Além disso, há ainda a facilidade de estacionar em espaços pequenos nas comunidades atendidas, tais como: Vila Cruzeiro/Alemão, Rocinha, Cidade de Deus e Maré/Manguinhos, o que é impossível na hipótese de utilização de caminhões ou de veículos de maior porte.

Tramita no processo SEI 2023-06113977, novo procedimento visando adquirir mais 4 (quatro) novas unidades móveis para atender à Justiça Itinerante.

Convênio firmado entre o Tribunal de Justiça e a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

O Tribunal de Justiça, primando por uma prestação de serviços de excelência na segurança dos prédios, instalações de Foros, Varas e Juizados, Depósitos, Arquivos e demais Órgãos do Poder Judiciário e das pessoas que lá transitam, por meio de emprego especial de proteção, celebrou convênio com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Entre as ações previstas no Plano de Trabalho, merece especial atenção a recuperação de 19 (dezenove) veículos da PMERJ no período de janeiro de 2025 a dezembro de 2025.

Atendimentos realizados pelo Departamento de Transportes

No período compreendido entre janeiro 2025 e dezembro de 2025, foram registrados 24.697 (vinte e quatro mil seiscentos e noventa e sete) atendimentos de transportes no sistema operacional de transportes (SISTRANSPWEB). Desse total, 17.927 (dezessete mil novecentos e vinte e sete) correspondem a solicitações externas e 6.770 (seis mil, setecentos e setenta) solicitações internas.

O Serviço de Coordenação de Manutenção de Veículos registrou no período de janeiro 2025 a dezembro de 2025, o total 2.647 (dois mil seiscentos e quarenta e sete) atendimentos referentes às manutenções dos veículos Tribunal de Justiça, da Capital e das Comarcas.

Telefonia

Em 2025, com o novo contrato de prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), foi implantada a tecnologia de SIP Trunking, centralizando o acesso à operadora por meio do link de dados de acesso à internet do TJRJ e distribuindo os canais de acesso para cada Fórum pela rede de dados corporativa. Essa mudança reduziu de forma significativa as interrupções de serviço, antes provocadas, em grande parte, por quedas de cabos da rede externa decorrentes de vandalismo, acidentes e intempéries.

Considerando a necessidade de substituição, por obsolescência, das centrais telefônicas de todos os Fóruns do TJRJ, e tendo em vista as melhores práticas de mercado, que apontam para soluções em nuvem com oferta do serviço em data centers externos de alta confiabilidade, foram realizadas Provas de Conceito (POC) com dois fabricantes.

O objetivo foi verificar a aderência de suas soluções às necessidades do TJRJ, avaliar as adequações de segurança à rede de dados institucional e subsidiar a elaboração da documentação técnica para a licitação do novo sistema telefônico.

O DETEL opera e mantém links de dados individuais para acesso à internet em algumas unidades organizacionais do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro em máquinas independentes da rede de dados do PJERJ, conforme demanda justificada, para acessar sites e baixar programas fora dos rígidos critérios de segurança desta rede e unidades não atendidas pela rede de dados do PJERJ e atender ao Centro Integrado de Segurança do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Também supre acesso à Internet por cabos ou Wi-Fi e presta apoio técnico em eventos organizados ou patrocinados pelo Poder Judiciário, quando permitido a visitantes/convidados que se conectem à internet por equipamentos próprios, em razão de segurança, fora da rede de dados do PJERJ.

No atendimento a eventos e atividades de curta duração, externos ao Complexo de Fórum Central, havendo impedimento de atendimento pela SGTEC, o DETEL disponibiliza roteadores de telefonia móvel 4G.

Esse sistema é utilizado quando há necessidade de transmissão ao vivo de eventos pelo YouTube.

Entre os eventos atendidos, destacam-se: Ação Social Justiça para Pessoa Idosa, Ação Social em Comemoração do Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, FONAJUS, Atividade Acadêmica de Simulação de Julgamento e apoio às atividades da Justiça Itinerante.

Foi implantado um sistema de controle e monitoramento para aumentar a segurança e disponibilidade dessa rede de links no Fórum Central.

Atendimento telefônico

O atendimento telefônico é realizado por equipe de telefonistas alocada no Complexo do Fórum Central, Fóruns Regionais e Fóruns do Interior de maior porte, efetuando a transferência da ligação para a serventia solicitada ou prestando informações dentro de sua alçada.

Em 2025, o Complexo do Fórum Central registrou um total aproximado de 981.000 (novecentos e oitenta e um mil) ligações atendidas, mantendo a mesma taxa de desempenho do ano anterior, de 99,996% de atendimento.

A medição foi realizada no período de janeiro a dezembro de 2025, sendo projetada para 12 meses com base na média observada.

Segurança em Telecomunicações – Indicadores

Descrição	Quantidade 2025
Endereços atendidos	139
Centrais telefônicas	106
Linhas/canais de telefonia fixa	3.156
Ramais de centrais Telefônicas	13.432
Aparelhos telefônicos instalados	15.916
Linhas de telefonia móvel com aparelhos	1.213
Modems USB 50GB/s	1.000
Roteadores 4G/ 50GB/s	5
Linhas para monitoramento de painéis solares	40
Links de dados de acesso à internet em 200 Mb/s	16
Ordens de serviço atendidas	24.788
Ligações Telefônicas Atendidas nº Chave 3133-2000	959.005
Percentual de ligações atendidas nº Chave 3133-2000	99,996%

Segurança Eletrônica e Telecomunicações - Indicadores

OS - Quantidade de Atendimentos por mês (2025)								
Mês	Laboratório	CATV	Sonorização	CFTV	Alarme	Áudio e Vídeo	Núcleo de Segurança	Total
Jan.	104	58	421	409	579	628	79	2278
Fev.	117	89	300	431	560	661	139	2297
Mar.	46	60	233	639	524	830	117	2449
Abr.	45	70	254	583	355	754	155	2216
Mai.	87	55	273	829	223	1072	204	2743
Jun.	115	65	240	631	190	978	174	2393
Jul.	83	48	314	765	226	881	204	2521
Ago.	176	42	309	689	196	1099	203	2714
Set.	220	63	293	500	243	1166	211	2696
Out.	172	63	340	615	170	1219	160	2739
Nov.	104	40	246	622	230	1111	162	2515
Dez.	26	54	136	491	181	685	111	1684
Total	1295	707	3359	7204	3677	11084	1919	29245
%	4%	2%	11%	25%	13%	38%	7%	

CFTV	Total de câmeras	5.109
	Câmeras no sistema Verint - Fórum Central	644
	Câmeras no sistema DVR Fórum Central	503
	Câmeras no sistema DVR Fórum Demais Comarcas	3.427
	Câmeras no sistema DVR Carceragem	535
	Total de câmeras acessadas pelos supervisores do CISPJ	5.109
	Total de câmeras acessadas pelos operadores do CISPJ	4.972
	Monitoramento - quantidade de DVRs	278
	Edificações monitoradas	104

Alarme Presencial	Total	127
	Total das comarcas mais Central do Brasil (1)	127
	Comarcas com controle de acesso	88
Alarme Botão de Pânico	Total de alarmes	1.235
	Capital	342
	Demais comarcas	909
	Total de edificações com alarmes de pânico	73
	Capital + Regionais	11
	Demais comarcas	61
	Edificações sem elegibilidade para alarme de pânico	49
Reconhecimento Facial	Câmeras no sistema de reconhecimento facial	33
	Previsão de instalação de câmeras de reconhecimento facial	17

Total de Eventos Atendidos – 2025			
2025	Quantidade de Eventos	Quantidade de Colaboradores Envolvidos	Média de colaboradores por evento
Jan./25	148	197	1,33
Fev./25	168	204	1,21
Mar./25	242	300	1,24
Abr./25	195	276	1,42
Mai./25	264	364	1,38
Jun./25	274	363	1,32
Jul./25	267	335	1,25
Ago./25	320	416	1,3
Set./25	315	431	1,37
Out./25	315	431	1,37
Nov./25	308	374	1,21
Dez./25	193	260	1,35
Total	3.009	3.951	1,31
Média mês	251		

Escortas e segurança institucional

Equipes de segurança formadas pelo efetivo do Departamento de Segurança Institucional e Inteligência para atendimento a ministros e autoridades do Judiciário, atendimentos e escoltas em grandes eventos, escoltas de materiais e processos, entre outros.

Atendimentos e Escoltas

Atendimentos e escoltas	2025
Ministros e autoridades do Judiciário	656
Eventos especiais	78
Justiça Itinerante	745
Audiências de custódia	1.000
Escortas de materiais / processos	57

Cursos e Treinamentos

Durante o biênio, foram realizadas capacitações visando o aprimoramento e a atualização técnica do efetivo da SGSEI, assim como treinamentos e cursos destinados a magistrados, e a servidores.

Programa de Proteção Feminina

Em 2023, a SGSEI deu início ao Programa de Proteção Feminina, com aulas teóricas e práticas, direcionado às magistradas e às servidoras do TJRJ.

O Programa, atualmente, faz parte da grade de cursos regulares da ESAJ e conta com instrutores do DESIN.

Em 2025, foram 13 (treze) turmas com o total de 96 (noventa e seis) alunas entre magistradas e servidoras do TJRJ.

Instrução de Direção Defensiva e Evasiva

A instrução teórica e prática teve como objetivo capacitar os agentes da SGSEI a adotarem comportamentos para redução de riscos em deslocamentos motorizados. Foram 17 (dezessete) turmas, totalizando 147 (cento e quarenta e sete) agentes capacitados em 2025.

Capacitação Externa do efetivo de segurança

Em 2025, os agentes do DESIN participaram de 44 (quarenta e quatro) cursos de capacitação e especialização em órgãos externos, entre eles: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Supremo Tribunal

Federal (STF), Marinha do Brasil, Gabinete de Segurança Institucional do Governo do Estado do Rio de Janeiro (GSI/GOV RJ), Subsecretaria de Inteligência da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (SSINTE), Escola de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ESISPERJ), Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), além de cursos na ESAJ e cursos e pós-graduações em unidades particulares de ensino.

Capacitação de Magistrados

Durante o ano de 2025, 59 (cinquenta e nove) magistrados(as) participaram das capacitações de direção defensiva e evasiva e 44 (quarenta e quatro) magistradas participaram da instrução de Defesa Pessoal Feminina da SGSEI.

Plantão e Atendimentos Contingenciais

Plantão SGSEI - Serviço de pronto atendimento, 24h, em todos os dias da semana.

- Serviço que oferece a magistrados e serventuários um canal para atendimentos contingenciais;
- Atendimentos emergenciais, mediante interface com órgãos públicos e privados;
- Ação imediata com emprego de equipes de segurança;
- Confecção de relatórios (Contingências) registrando cada atendimento.

Ações contingenciais/Contingências	2025
Contingências	443
Ações contingenciais/contingências	3073

Ações Contingenciais – São todas as medidas adotadas desde a abertura da contingência até a total resolução da demanda.

Interação com Órgãos Externos

Com o intuito de facilitar a interação entre magistrados e serventuários com órgãos externos, o DESIN atuou como facilitador e promoveu, em 2025, 10.912 (dez mil novecentos e doze) atendimentos.

Atos Processuais

Ações decorrentes das medidas protetivas e processos administrativos sigilosos instaurados pela Comissão de Segurança Institucional e Inteligência (COSEI) do PJERJ.

Atos Processuais	
2025	11.252

Controle de acesso

O controle de acesso de usuários às unidades do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro constitui-se em estratégia fundamental na garantia da segurança, uma vez que envolve a aplicação de tecnologias modernas visando coibir o ingresso de materiais que tragam riscos à integridade física dos Magistrados, serventuários e do público em geral.

Total de unidades judiciais	107	%
Controle de acesso implementado	84	78,50

Acautelamento e apreensões de materiais

Em 2025, 34.753 (trinta e quatro mil, setecentos e cinquenta e três) armas de fogo foram acauteladas e 83.267 (oitenta e três mil, duzentos e sessenta e sete) objetos diversos (facas, tesouras, alicates, canivetes, estiletes) foram apreendidos.

Anual (2025)

Unidades	Objetos apreendidos	Armas de fogo acauteladas
Capital	4.785	6.820
Bangu	1.550	1.310
Barra da Tijuca	1.416	762
Campo Grande	366	262
Jacarepaguá	2.652	919
Leopoldina	1.363	444
Madureira	1.826	358
Méier	980	152
Comarcas do Interior	68.329	23.726
TOTAL	83.267	34.753

Atuação do policiamento externo

No policiamento da área externa do TJERJ, entorno das Lâminas I, II, III, IV e V, Praça XV no trajeto ao Centro Administrativo e Praça dos Expedicionários, são usados como apoio logístico 4 (quatro) veículos elétricos, fornecidos pelo TJERJ.

Além disso, compõe o policiamento externo 4 (quatro) viaturas da polícia militar, durante o período de 24 horas, para atender às ocorrências de prisão geradas pelo efetivo policial da SGSEI e demais demandas inerentes ao PJERJ.

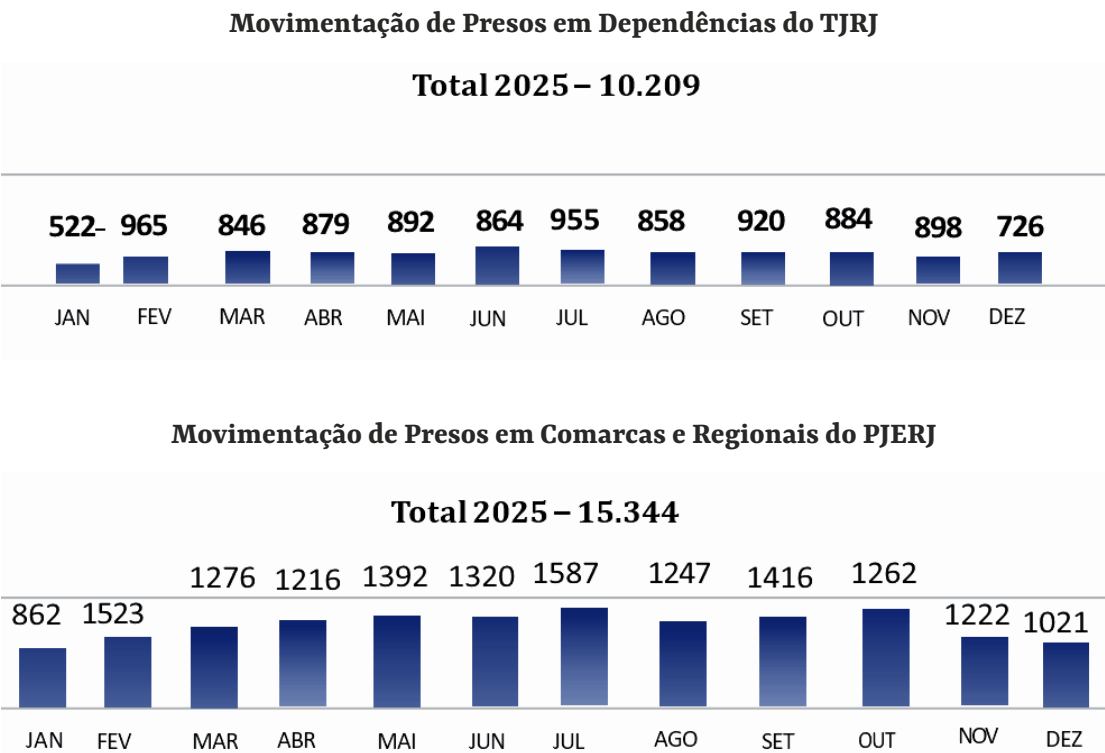
Viaturas cedidas ao convênio

Em 2025 foi entregue 01 (uma) viatura operacional da PMERJ, junto à unidade do PJERJ, conforme a Resolução Conjunta TJRJ/SEPM nº 01, de 22 de março de 2021.

O baseamento das viaturas visa proporcionar maior sensação de segurança não só a magistrados, servidores e jurisdicionados, como também para todos os que estejam no entorno das edificações do Tribunal de Justiça.

Ordem	OPM de origem	Comarca	NUR	Data
01	34ºBPM	Magé	4º	26/06/2025

Movimentação de Presos na Carceragem



Ocorrências atendidas

Ocorrências Atendidas	
Tipo	Ano 2025
Arrombamento	00
Falso aviso de ocorrência (aviso e/ou salvamento)	29
Auxílio Técnico	19
Desabamento	00
Escapamento de Gás	00
Falso aviso de ocorrência (trote)	14
Resgate em elevador	78
Prevenção	94
Mal súbito	130
Salvamento em via pública	00
Incêndio	102
Outros	34
Total de Atendimentos	500

Combate a incêndio

Palestras e Exercícios Simulados de Abandono de Área			
Ano	Ato Executivo	Edificações Atendidas	Público Treinado
2025	244/2024	09	435
2025	150/2025	13	745

Alteração na Estrutura da SGCOL em 2025

Em fevereiro de 2025, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) passou por mudança da estrutura organizacional e da transição de gestão com reflexo no biênio 2025–2026. Na oportunidade, tomaram posse como Presidente da Corte, Secretário-Geral e Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral de Contratos e Licitações - SGCOL, o Exmo. Sr. Desembargador Ricardo Couto de Castro e os Ilmos. Srs. Bruno Azevedo e Ubiratan Vaz, respectivamente.

Especificamente quanto à estrutura organizacional, a alteração foi promovida pela Resolução TJ/OE nº 3/2025, que no âmbito da SGCOL resultou na extinção da Assessoria de Planejamento das Contratações (ASPLA) e na criação dos Serviços de Apoio ao Planejamento da Contratação de Serviços (SEAPA, SEAPB e SEAPC), do Serviço de Garantia Contratual (SEGAC) e da Assessoria de Cálculos em Contratos de Prestação de Serviços (ASCAL); os primeiros no DECAN, o segundo no DELFA e a terceira no DECOP.

Ainda neste ano, a Resolução TJ/OE nº 17/2025 promoveu nova alteração da estrutura organizacional da SGCOL mediante a criação da Assessoria de Contratação de Serviço (ASCON), unidade vinculada ao DECAN, bem como a transformação, no âmbito do DELFA, do Serviço dos Órgãos Julgadores de Licitação (SEOLI) em Assessoria dos Órgãos Julgadores de Licitação (ASOLI).

Melhorias nos sistemas de TIC e criação do SISCOL

Em atendimento à Resolução CNJ nº 347/2020, que disciplina a Política de Governança das Contratações Públicas do Poder Judiciário, a SGCOL se encontra em processo de revisão e atualização dos painéis de BI constantes no QLIK, cujas informações são extraídas do Sistema de Licitações e Contratos (SISLIC) e do Sistema de Contratos e Atos Negociais (SISCAN).

Não obstante, a SGCOL, com o apoio da SGTEC, está em franca expansão o processo de levantamento de requisitos, desenvolvimento e implantação do Sistema de Contratos e Licitações (SISCOL), que tem por objetivo substituir, integrar e otimizar as funcionalidades de todos os sistemas eletrônicos sob responsabilidade da Secretaria-Geral, quais sejam, SISLIC, SISCAN, SISIMOV e SISRS, este último já integralmente migrado para o SISLIC a fim de que seja desativado em breve.

Trata-se de importante projeto iniciado na gestão passada e que permitirá, entre outras questões, o acompanhamento, análise, gerenciamento e extração de dados e relatórios em um único sistema a ser utilizado por todos os Departamentos da SGCOL.

Plano Anual de Contratações elaborado no módulo PGC do sistema Compras.gov



O Plano Anual de Contratações foi elaborado pela primeira vez com o uso do sistema Compras.gov - módulo de Planejamento e Gerenciamento das Contratações (PGC), no ano de 2023, para a formulação do plano de contratações do ano de 2024.

Com o uso do referido sistema, foi possível garantir a publicação automática do Plano no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) de forma ágil, organizada e transparente à sociedade e em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 347/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

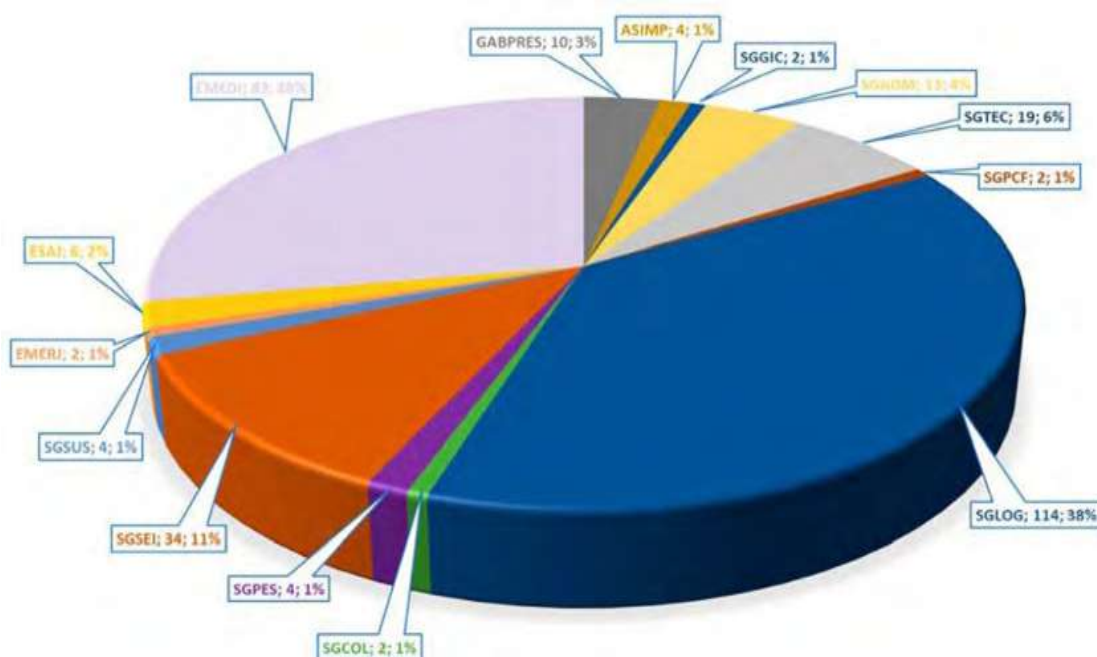
O Plano de Contratações em execução (PAC - 2025) foi publicado em outubro de 2024 e envolveu as unidades administrativas responsáveis pelas contratações realizadas neste exercício pelo PJERJ.

Os benefícios desse processo incluem a disponibilização de uma das principais ferramentas de governança das contratações, que se traduz no calendário das contratações do PJERJ para cada ano, com identificação das datas de início do planejamento e do fim da etapa de formalização dos contratos, permitindo maior previsibilidade às atividades nessa área.

Além disso, o processo de elaboração do PAC fomenta a cultura do planejamento das contratações e auxilia a Instituição na definição de suas prioridades e estratégias de contratação.

Importante destacar que o PAC, por ser um instrumento vivo e dinâmico de gestão das contratações, possibilita inclusões, exclusões e redimensionamento das demandas registradas ao longo de sua execução, conforme previsto no art. 15 do Ato Normativo TJ nº 20/2023. Em vista disso, após a aprovação do PAC 2025, 255 novas demandas foram propostas, perfazendo um total de 554 contratações.

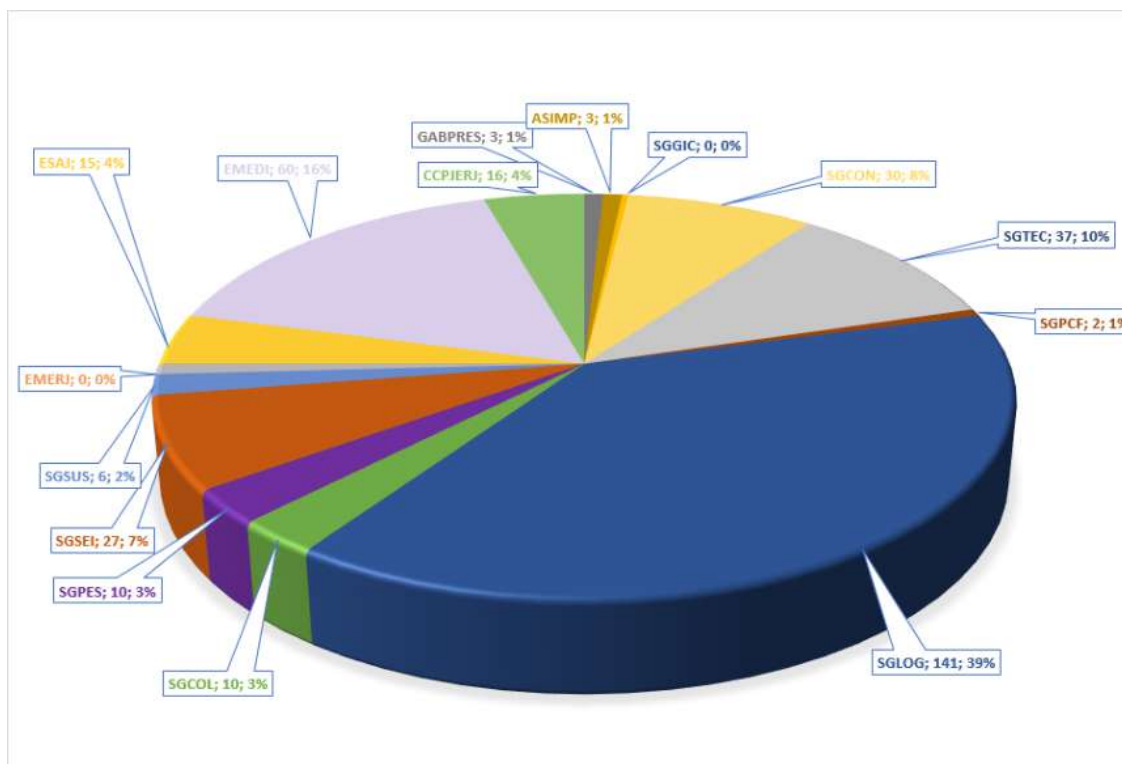
Gráfico - PAC 2025 - Contratações Previstas



299 Contratações previstas para 2025

Nesse sentido, no período de elaboração do Plano foi possível observar o aumento da maturidade institucional e da adesão à nova ferramenta, evidenciados pelo sucessivo acréscimo de contratações planejadas nos últimos 3 (três) anos.

Gráfico - PAC 2026 - Contratações Previstas



348 Contratações previstas para 2026

Adequações no Portal de Licitações e Contratos para atender ao Ranking da Transparência do CNJ e ao Programa Nacional da Transparência Pública da ATRICON, em parceria com o TCU e o TCE-MT

Em junho de 2025, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso (TCE/MT), instituíram o Ranking da Transparência (CNJ) e o Programa Nacional da Transparência Pública (ATRICON/TCU/TCE), ambos com o objetivo de avaliar a qualidade e a clareza das informações disponibilizadas pelos órgãos do Poder Judiciário à coletividade.

Em conformidade com o Ato Normativo TJ nº 13/2025, que trata da Política de Transparência deste Tribunal, e a fim de atender às exigências e observações indicadas nos processos de avaliação acima citados, a SGCOL, com o apoio da SGTEC, implementou diversas melhorias nas funcionalidades dos sistemas eletrônicos sob sua gestão, sendo possível destacar as seguintes:

- **Relação dos Fiscais dos Contratos de Prestação de Serviços:**

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Contratos e Licitações

Relação dos Fiscais dos Contratos de Prestação de Serviços

Para exportar os dados, clique em botão direito em cima do cabeçalho, selecione "Exportar" e escolha o formato desejado.

Linkar Filtros

Fiscal	Tipo Fiscal	Contrato
BELMIRA FERNANDES SILVESTRE	Fiscal ADM Substituto I	00300672018
PRISCILLA DA SILVA TEIXEIRA	Fiscal ADM Substituto I	00300832018
BELMIRA FERNANDES SILVESTRE	Fiscal ADM Substituto I	00302432018
BELMIRA FERNANDES SILVESTRE	Fiscal ADM Substituto I	00303062018

- **Contratações Diretas Realizadas com um melhor detalhamento dos documentos do SEI:**

Contratações Diretas Realizadas (Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação)

Nº Requisição: Nº do Termo Contratual: Ano da Requisição:

Processo: Objeto: Categoria:

CPF/CNPJ da Parte: Nome da Parte:

Obs.: Caso o Número da Requisição ou Número do Termo Contratual seja preenchido, todos os demais filtros serão ignorados.

FILTRAR LIMPAR FILTRO

Nº Requisição	Processo	Objeto	Categoria	Partes	Detalhes	ETP	TRPB	Docs. Complementares	Processo AS/UR	Processo JAP	Ata
20250188	2025-0010112	Participação no curso "Capacitação de Magistrados ...	Serviço	Associação dos Magistrados Brasileiros							
20250178	2025-00302202	Participação do diretor do Departamento de Multime...	Serviço	Viv Doc - Treinamento Para Gestão Pública Ltda. ME							

Além disso, em outubro passado a SGCOL recebeu o processo SEI nº 2025-06526364, que cuida dos apontamentos realizados nas avaliações do Ranking da Transparência (CNJ) e do Programa Nacional da Transparência Pública (ATRICON/TCU/TCE-MT), a fim de que sejam tratados e sanados para o ano de 2026.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO